



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

KAROLINE VIANA TEIXEIRA

A SEIVA E O TRAÇO

**Configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco
Freire Alemão (1859-1861)**

FORTALEZA

2017

KAROLINE VIANA TEIXEIRA

A SEIVA E O TRAÇO

Configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire
Alemão (1859-1861)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas.

FORTALEZA

2017

KAROLINE VIANA TEIXEIRA

A SEIVA E O TRAÇO

Configurações da memória na escrita do diário de viagem do botânico Francisco Freire
Alemão (1859-1861)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, do Centro de Humanidades da Universidade Federal do Ceará (UFC), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Meize Regina de Lucena Lucas (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Amilcar Torrão Filho
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Prof. Dr. Francisco Denis Melo
Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA)

Prof. Dr. Francisco Carlos Jacinto Barbosa
Universidade Estadual do Ceará (Uece)

Profa. Dra. Martine Suzanne Kunz
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Às gatas

AGRADECIMENTOS

À Meize Lucas, por ampliar meus horizontes para a História. À irmã, mãe e amiga que o mundo me deu.

Ao professor Manoel Luiz Salgado Guimarães, amigo e mestre até quando não estava em sala de aula (“gostava que estivesse aqui”).

À Dilma Vana Rousseff, presidente deposta do Brasil, por querer que seu país fosse uma pátria educadora.

À Universidade Federal do Ceará, seus professores e servidores, por inspirarem a excelência e o servir à sociedade.

À Capes, pela concessão de bolsa de estudos.

Aos queridos colegas de doutorado Italo, Jofre Teófilo, Cícero Joaquim, Raquel, Rafael Ricarte. À Marylu, por me alimentar de tantas formas.

À Paula Virgínia e ao Paulo Cesar (Cesinha), pelas transcrições de última hora e pelos documentos que tão gentilmente me forneceram.

Aos colegas das Faculdades Inta Juliana Linhares, Liliane Luz, Thiago Mena, Gisleuda Gabriel, Philipi Bandeira, Liana Dodt, Adilson Nóbrega, Jerfson Lins, que me acompanharam na dor e na delícia de ser professora. À Michelle Ferreira Maia, um feliz reencontro.

Aos funcionários do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, pela presteza e atenção com que sempre me atenderam.

Ao Antonio Luiz, por entender minhas sandices.

À Martine, pela escuta generosa, pelo *couscous* e por partilhar seu mundo comigo. *Je t’aime, ma chérie!*

Ao Régis, por todas as vezes que me disse que tudo iria dar certo.

Aos meus pais, que me entenderem sem entender.

Ao Ângelo, Caio, Laila, Levi e Pedro, que a tia Karol ama de paixão.

RESUMO

Esta tese tem por objeto o diário de viagem que Francisco Freire Alemão, um dos principais naturalistas brasileiros do século XIX, redigiu no transcurso da Comissão Científica de Exploração, expedição que percorreu, entre 1859 e 1861, os sertões do Ceará, além de partes das províncias do Rio Grande do Norte, Piauí e Pernambuco. Freire Alemão acumulava as funções de presidente da Comissão Científica e chefe da Seção Botânica, tendo trazido para o Corte um herbário com 14 mil plantas. Considerada a primeira viagem científica composta exclusivamente por naturalistas brasileiros, a Comissão Científica de Exploração refletia o esforço do Império brasileiro na promoção de descobertas que viessem a alavancar a economia do país, como ocorria nas nações europeias e nos Estados Unidos. Apesar das críticas, escassez de verbas e desavenças administrativas e pessoais que minaram a continuidade dos seus trabalhos, procuro abordar a experiência da Comissão Científica dentro das possibilidades e limites no uso da ciência como braço intelectual do desenvolvimento do Império brasileiro. Por conta da cessação dos trabalhos da Seção Botânica e do adoecimento de Freire Alemão, o diário permaneceu em sua forma original, sem qualquer tipo de edição ou corte, operação que fatalmente ocorreria caso tivesse sido publicado. Meu objetivo é evidenciar a escrita do diário como a produção de uma determinada memória, por meio de uma escrita produzida a partir de um saber estratégico voltado não apenas para o florescimento da ciência, como também para atender a demandas de uma política voltada para utilizar toda a potencialidade do mundo natural. Mas uma escrita que, ao mesmo tempo, registra uma experiência permeada de incertezas, incompreensões, reações inusitadas ao ambiente e inversões do papel de observador e observado. Como registro de uma memória e memória de um registro, abordo o diário como objeto privilegiado para abordar experiências vividas, bem como divisar a tessitura diversa e complexa das composições mnemônicas, congregando as conexões entre o sujeito nas suas vivências privadas e na sua relação com o coletivo.

Palavras-chave: diário, memória, ciência.

ABSTRACT

This thesis deals with Francisco Freire Alemão's travel journal. One of the leading Brazilian naturalists of the 19th century, Freire Alemão wrote this journal during the Scientific Exploration Commission, an expedition that ran between 1859 and 1861 in the backlands of Ceará, as well as parts of the provinces of Rio Grande do Norte, Piauí and Pernambuco. Freire Alemão accumulated the functions of president of the Scientific Commission and head of the Botanical Section, bringing to the Court a herd of 14,000 plants. Considered the first scientific trip composed exclusively by Brazilian naturalists, the Scientific Commission of Exploration reflected the effort of the Brazilian Empire in the promotion of discoveries that were to leverage the economy of the country, as it happened in the European nations and in the United States. Despite the criticism, scarcity of funds and administrative and personal disagreements that undermined the continuity of its work, I try to approach the experience of the Scientific Commission within the possibilities and limits in the use of science as the intellectual arm of the development of the Brazilian Empire. Because of the cessation of the work of the Botanical Section and the illness of Freire Alemão, the diary remained in its original form, without any type of editing or cut, an operation that would have happened if it had been published. My purpose is to highlight the writing of the diary as the production of a particular memory, through a writing produced from a strategic knowledge aimed not only for the flourishing of science, but also to meet the demands of a policy aimed at using all the potentiality of the natural world. But a writing that at the same time registers an experience permeated by uncertainties, misunderstandings, unusual body reactions to the environment and inversions of the role of observer and observed. As a record of a memory and memory of a record, I take the diary as a privileged object to approach lived experiences, as well as to discern the diverse and complex fabric of mnemonic compositions, bringing together the connections between the subject in his private experiences and his relation with the collective.

Keywords: diary, memory, science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Francisco Freire Alemão. Notícia sobre a Comissão Científica extraída do <i>Correio Mercantil</i> . Crato, 9 de fevereiro de 1860.....	118
Figura 2: Bilhete recebido por Freire Alemão durante sua passagem pelo Ceará, pedindo esmolas e obséquios.....	219
Figura 3: bilhete recebido por Freire Alemão durante sua passagem pelo Ceará, pedindo esmolas e obséquios.....	219
Figura 4: Folha 24 do diário de viagem de Freire Alemão (detalhe).....	289
Figura 5: Alegoria da Retórica (c. 1650).....	304
Figura 6: A Confissão do Amor (detalhe, 1771).....	304
Figura 7: Retrato de Antoine-Laurent Lavoisier e sua esposa (1788).....	304
Figura 8: Retrato de Antoine-Laurent Lavoisier e sua esposa (detalhe, 1788).....	304
Figura 9: Francisco Freire Alemão, Passagem do Curu, segunda-feira, 28 de janeiro de 1861.....	331
Figura 10: José dos Reis Carvalho, Passagem do rio Catu, s/d.....	332
Figura 11: José dos Reis Carvalho. Vaquejada. Crayon sobre papel, s/d.....	352
Figura 12: José dos Reis Carvalho. Pescaria com mororó, aquarela, s/d.....	353
Figura 13: José dos Reis Carvalho. Passagem do correio, 1859.....	353
Figura 14: Francisco Freire Alemão e Manoel Freire Alemão. <i>Jussiaea Fluctuans</i>	354
Figura 15: Francisco Freire Alemão. Rua do Commercio, tomada pela câmara lucida [lúcida], da janella do sobrado emq. [em que] estamos, e que fica entre 1/3 a lesnordeste (para baixo) e 2/3 a sudoeste para mais ou menos, eq. [e que] é a parte de cima, eq. [e que] foi desenhada, digo, tomada. Icó, 25 de outubro de 1861.....	356
Figura 16: Francisco Freire Alemão. Visita do castelo de Vincerves (sic.) tomada do interior de uma casa.....	358
Figura 17: Francisco Freire Alemão. Vista d'uma parte da Cidade do Crato, e tomada d'uma janella lateral do sobrado, em que está a Commissão, na rua do fogo — (out. de 1859).....	362

Figura 18: Francisco Freire Alemão. Vista da serra Grande tomada da varanda da casa emq. [em que] estou arranchado. Marroaes, 24 de out. [outubro] de 1860.....363

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: Recordar para ser: história e natureza na construção da nação ...	28
1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a construção de uma “antiguidade” nacional.....	28
1.2 O IHGB e seus intelectuais	45
1.3 A teoria do todo e a prática das partes	54
1.4 A busca do Éden e a posse do existente.....	62
1.5 Os “locais” e o Império: entrevisões.....	79
1.6 Os des-caminhos de uma “expedição para dentro”: a Comissão Científica de Exploração	92
1.7 A Comissão Científica na imprensa: percepções do fazer científico.....	113
CAPÍTULO 2: O traçado do eu: diários e relatos de viagem entre esfera pública e foro privado.....	128
2.1 Escrever, malgré tout: estratégias de campo de um naturalista-viajante	128
2.2 Vestígios de um botânico bem-comportado: escrita de si e sensibilidades românticas na construção do indivíduo moderno	141
2.3 Dizer do outro, dizer de mim: trânsitos e pressupostos na escrita do diário de viagem.....	171
2.4 “À beau mentir qui vient de loin”: relatos de viagem do Oitocentos e a permeabilidade entre a ciência e a ficção	184
CAPÍTULO 3: Atribuições e tribulações de um naturalista em percurso	197
3.1 O naturalista	197
3.2 O presidente da Comissão Científica.....	231
3.3 O corpo e o outro	263
CAPÍTULO 4: Relatar é preciso	283
4.1. O diário e sua materialidade	283
4.2 O Ceará esquadrinhado: saberes e espaços.....	309
4.3 Imagens da Comissão Científica de Exploração.....	337
CONCLUSÃO.....	374

FONTES	379
Correspondências	379
Instruções	384
Notícias, Discursos, Epílogos.....	385
Relatórios	387
Revistas	387
Outros.....	387
BIBLIOGRAFIA	389

INTRODUÇÃO

Em 1830, a revista *O Beija-Flor* publicou de forma seriada uma das primeiras novelas brasileiras, intitulada *Olaya e Júlio* ou *A periquita, novela nacional*.¹ Boa parte da trama se passa na província do Ceará, onde o protagonista Júlio narrará sua trajetória, de menino órfão da seca, errando pelos caminhos até chegar à fazenda onde vivia Olaya. É a menina quem o protege da sanha dos irmãos e moleques da fazenda que queriam laçá-lo, identificando-o como um sapo de “barriga muito inchada, a cabeça quase pegada aos ombros, e igualmente intumescida, as pernas, e braços descarnados, e terminados por delgadíssimos dedos, [que] faziam lembrar a grosseira construção de tal bicho”.² Como em quase todo enredo romântico, Olaya enxerga além da aparência desfigurada pela doença e a fome de Júlio. E para evitar que o novo amigo fosse apanhado mais uma vez pelos irmãos, manda-o seguir caminho, mas desta vez munido de um saquinho de farinha com rapadura, uma pataca e uma periquita de cabeça vermelha, para lembrar a menina benfazeja e seu lugar de origem.

A partir de então o caminho de Júlio é marcado por uma boa estrela, incluindo o encontro que mudaria sua vida, fazendo do menino flagelado um naturalista de renome na idade adulta. Num bosquezinho de algodoeiros do mato, Júlio deu com uma expedição científica, o que viria a transformar a viagem particular de Júlio, movida pela tentativa de sobrevivência às condições locais, numa viagem de formação, ao se inserir numa comissão de conhecimento e mapeamento do país.³ Adotado pelo naturalista-chefe, William S., após ter dado provas de caráter e coragem, tem a constituição física radicalmente alterada pelos remédios e cuidados prestados por aquele homem de saber: “em breve o ventre desentumeceu, os membros recuperaram a força, os beijos, e faces, apresentaram o colorido da infância, e os olhos a expressiva viveza, indício da agudeza do seu espírito, e simpática disposição do seu coração”.⁴

¹ Publicado de forma anônima, sua autoria é atribuída por Marlyse Meyer a Charles Auguste Taunay. In SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 40.

² *O Beija-Flor*. Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura etc. etc. por uma sociedade de literatos. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier e C., 1830, n. 4, p. 133.

³ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 44.

⁴ *O Beija-Flor*. Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura etc. etc. por uma sociedade de literatos. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier e C., 1830, n. 5, p. 150.

Transformado pela ciência e pela educação adquirida junto aos naturalistas, Júlio segue com os expedicionários para a Europa, e o narrador faz um grande elogio às missões científicas que corriam o Brasil.

O Doutor empregou toda sua diligência em arranjar, e encaixotar os imensos tesouros d'história natural, que reunira durante sua prolongada viagem; tesouros mais preciosos na sua opinião do que tantos do Tijuco, o Potosi, ou a Serra do Grão Mogor encerravam! Conquistas admiráveis que enriquecem o país sobre o qual elas se ganham.⁵

Nessa ficção cujo subtítulo define como “nacional”, o cenário é o Ceará, capitania que só veio a adquirir autonomia no fim do século XVIII, pela carta-régia de 17 de janeiro de 1799, e tornada província em 28 de fevereiro de 1821. Para além das datas, uma terra marcada por tentativas de colonização, portuguesas e holandesas, sucessivas e malfadadas — tanto pela adversidade do clima quanto pela presença de tribos indígenas hostis. E ao mesmo tempo por um fascínio manifesto pela busca de tesouros, fossem veios de metais preciosos ou minerais como o salitre, fossem por notícias de botijas enterradas, o “haver encoberto”. “Podia ser loucura — e era — mas o povo é doido por história de outo enterrado, botijas cheias de moeda; muita casa já foi abaixo por causa de gente que sonhou com dinheiro enterrado pelo dono morto. Afinal, só debaixo da terra é que se pode mesmo esconder a riqueza”.⁶ Na narrativa de *Olaya e Júlio*, porém, a busca, científica, será regida por outra imagem de país, em que o Ceará, mais lembrado pelo perigo do ambiente e das gentes, é integrado a um todo chamado Brasil: “não mais inferno ou paraíso, não mais *mina*, mas curiosidade, *paisagem pitoresca*, objeto de estudo a ser cuidadosamente classificado. E não mais por viajantes-aventureiros, mas por naturalistas, zoólogos, paisagistas”.⁷

Mas nenhum tesouro era tão precioso quanto o próprio Júlio, cujas prendas naturais e qualidades de espírito agora eram combinadas à moral e educação do Velho Mundo. Reverdecido pela mão cuidadosa e sábia do naturalista, o protagonista, porém, não esquecerá o lugar de suas raízes, renovado constantemente pelo olhar vítreo da periquita empalhada, que não resistiu à viagem e à paixão inspirada por Júlio. E como filho que não foge à luta, voltará ao Ceará para o reencontro com o amor da infância e o

⁵ *O Beija-Flor*. Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura etc. etc. por uma sociedade de literatos. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier e C., 1830, n. 5, p. 155.

⁶ QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 23.

⁷ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui...* Op. cit., p. 45.

retorno definitivo, estabelecendo-se como fazendeiro e naturalista correspondente do seu protetor, responsável por organizar a paisagem segundo a lógica e os modelos de classificação europeus. Júlio era a prova cabal dos benefícios da intervenção do conhecimento científico sobre a natureza.

O próprio narrador da novela se coloca como um viajante atravessando os sertões, que encontra na próspera fazenda de Júlio abrigo e um manuscrito, prova da confiabilidade da narrativa que se seguiria. “Velho truque, necessidade de afirmar a verossimilhança do relato e a própria confiabilidade que acompanham a formação do romance enquanto gênero”.⁸ Décadas depois, um grupo de viajantes-naturalistas volta os olhos para a província cearense, também imbuído desse sentido transformador da ciência sobre o ambiente e as gentes. Mas o resultado dessa viagem será complexo e diverso, demonstrando as vicissitudes de um percurso e de um povo que nem de longe era tábula rasa.

O presente trabalho tem como objeto de pesquisa o diário de viagem redigido pelo botânico fluminense Francisco Freire Alemão de Cisneiros, durante viagem de exploração científica empreendida nos sertões do Ceará, Piauí e Pernambuco, entre 1859 e 1861. Considerado um dos mais importantes naturalistas brasileiros do século XIX, Freire Alemão presidia a Imperial Comissão Científica de Exploração às Províncias do Norte, uma expedição idealizada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o Museu Imperial (atualmente Museu Nacional), além de acumular a função de chefe da Seção Botânica. A seção trouxe das províncias do Norte um herbário com 14 mil amostras de plantas. Freire Alemão e seu sobrinho, Manuel Freire Alemão, adjunto da Seção Botânica, chegaram a iniciar pesquisas de classificação e virtudes medicinais dessas espécies.

O botânico, juntamente com outros destacados homens de ciência que compunham a elite intelectual do Império brasileiro — Guilherme Schüch de Capanema, Manuel Ferreira Lagos, Giacomo Raja Gabaglia e Antonio Gonçalves Dias — empreenderam um amplo trabalho de identificação e prospecção de recursos naturais, localização astronômica e geográfica, comércio, agricultura, pecuária, estado de vilas e cidades e condições das tribos indígenas (estendendo-se esta para a região do Rio Negro, por iniciativa de Gonçalves Dias). Mas diferente da expedição de William S., “favorecida pelas autoridades, e habitantes, que tanto para cumprir as ordens

⁸ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui...* Op. cit., p. 42.

positivas do governo do Brasil, cuja liberalidade neste respeito merece os maiores louvores, como por natural hospitaleira disposição, (...) tinha por fim chegado triunfante”,⁹ a Científica, como era chamada, sofreu toda sorte de reveses, no Ceará e na Corte. Por uma série de fatores políticos e financeiros, rivalidades internas e questionamentos via imprensa sobre a utilidade do projeto, apenas parte dos resultados da pesquisa de campo foi publicada. Muitas vezes referida como uma expedição malfadada, o fato é que a Comissão Científica contribuiu decisivamente no desenvolvimento da ciência nacional, ao aliar o levantamento das condições materiais de regiões pouco exploradas do país com o movimento de “mobilização do mundo” promovido pelas ciências naturais no período moderno, em que o conhecimento, a nomeação e a organização esquemática da natureza conferiam poder e influência nas disputas nacionais por novos territórios, produtos e mercados em plena era industrial.

Os produtos trazidos no retorno à Corte foram objeto de várias exposições públicas, tendo sido incluídos na mostra de produtos nacionais levada para a Exposição Universal de 1862, em Londres. A biblioteca e os equipamentos importados da Europa para a expedição, bem como o que foi trazido do Ceará, tiveram grande utilidade no desenvolvimento pesquisas ulteriores e na formação de coleções de animais, plantas, minerais e artefatos indígenas. O diário de viagem, assim como outros escritos do botânico, permaneceu em posse da família¹⁰ e depois foi transferido para a Biblioteca Nacional, com acesso restrito a pesquisadores.

Considerada a primeira viagem científica composta exclusivamente por brasileiros, a Comissão Científica reuniu alguns dos intelectuais e naturalistas mais renomados da época, participantes ativos de uma comunidade científica que vinha se estabelecendo no país ao longo do século XIX, apoiada em redes institucionais de ensino, pesquisa, belas-artes e formação de coleções arqueológicas e do mundo natural. Instituições como os já citados IHGB e Museu Nacional, e outras como a Academia Imperial de Belas Artes, as Faculdades de Medicina, o Colégio Pedro II, a Escola Central, eram abertas e/ou mantidas pelo mecenato do governo, num processo iniciado com a instalação da Corte joanina na colônia americana e seguida após a independência

⁹ *O Beija-Flor*. Anais Brasileiros de Ciência, Política, Literatura etc. etc. por uma sociedade de literatos. Rio de Janeiro: Typographia de Gueffier e C., 1830, n. 5, p. 154.

¹⁰ No suplemento ao catálogo *Manuscritos do Botânico Freire Alemão*, consta que em 29 de novembro de 1913 a viúva de Freire Alemão, Maria Angélica, vendeu por 1:548\$000 parte da documentação pertencente ao botânico (correspondência ativa e passiva, documentos biográficos e papéis da expedição ao Ceará). Já a sobrinha Maria Freire Alemão doou uma coleção de escritos botânicos em 28 de dezembro de 1947. Outros documentos e desenhos foram adquiridos, mas sem identificação da origem. In *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. 114, 1994, p. 199.

por seus descendentes, Pedro I e Pedro II. Por seu turno, tal política de fomento era associada ao estabelecimento de novas nações e nacionalismos no cenário mundial, tanto na Europa quanto nas antigas regiões coloniais, tendo na história natural um braço estratégico importante para reforçar a posse de novos territórios e para a descoberta de materiais e técnicas que ampliassem os ganhos na Revolução Industrial em curso.

“Por que você não escreve sobre a Comissão Científica de Exploração?”. Em 2009, eu trabalhava como jornalista no *Diário do Nordeste*, sediado em Fortaleza-CE. Havia terminado pouco antes o mestrado em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC) e estava procurando “pautas” em que pudesse aliar meus conhecimentos de jornalismo e história. Não sei se para fugir dos meus apelos insistentes, diante daquele assunto até então desconhecido para mim, ele rematou: “A Comissão completa 150 anos em 2009”.

Ah, a efeméride! O apelo da comemoração, canto da sereia dos jornalistas, colocando em destaque objetos que pudessem ser reinvestidos de uma certa aura. Datas de nascimento, de morte, de lançamento e aniversário de livros. “Assim, a comemoração de uma efeméride ou de um lançamento parte do falso reconhecimento de que existiu um passado real, acontecido, que foi impresso como uma letra, e que agora, na sua reedição, coloca-se um relevo nessa letra”.¹¹ Dispositivos e regularidades a acionar reportagens, dossiês, entrevistas e ilustrações jornalísticas, mas que acabaria por me dar também o tema do meu doutorado, com outros tipos de demandas e questionamentos.

Se a ideia do exercício é criar sentidos a partir de fatos arbitrários, poder-se-ia dizer que 1859 é o ponto de cisão. O ano em que os comissionados partem para o Ceará é o mesmo em que morre Alexander von Humboldt e é lançado o livro *A Origem das Espécies*, de Charles Darwin. Homens que viajavam às próprias expensas, tanto Humboldt quanto Darwin se lançaram em viagens exploratórias ainda jovens: o primeiro com destino às Américas e o segundo, na famosa viagem ao redor do mundo no navio *Beagle*. Considerado um dos últimos polímatas e estudioso da distribuição natural dos seres vivos, Humboldt faleceu na mesma época em que a especialização das ciências chegava às universidades europeias e norte-americanas, enquanto Darwin, grande admirador de Humboldt, colocará em foco a ideia de uma vinculação genealógica entre as espécies e fatores históricos que poderiam explicar tal distribuição.

¹¹ PRIGOL, Valdir. *Leituras do presente: narrativas da comemoração no Mais! da Folha de S. Paulo*. Chapecó: Argos, 2007, p. 52.

Além do ano fechado a servir de senha para colocar a narrativa jornalística em ação, outros fatores contribuíram para angariar simpatia à sugestão de reportagem: o Ceará como centro de uma empreitada de relevância nacional, a participação do poeta Gonçalves Dias — aquele das tortuosas aulas de literatura da escola, quando os professores tentavam inflamar nosso nacionalismo com palmeiras e sábias—, o jocoso nome de *Comissão das Borboletas* com que a expedição passou a ser conhecida, o mistério do afundamento do iate *Palpite* e, por fim, a tentativa de aclimação de exóticos camelos, que em 1995 seria mote do enredo da escola de samba Imperatriz Leopoldinense. Após duas reportagens — e um certo ar de decepção da chefia, por não haver vestígios físicos da passagem dos comissionados no presente e o fato de não se poder responder sobre o sucesso ou insucesso da empreitada com um *sim* ou *não* —, acabei voltando ao tema pela via editorial.

Em 2011, fui convidada pelo Instituto Waldemar Alcântara para participar do projeto de publicação do diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Parte havia sido publicada pelo Museu do Ceará, mas desta vez seria feita a versão integral, lançada em 2012. Meu trabalho era fazer a revisão final e a atualização ortográfica da versão transcrita do manuscrito. E assim, entre leituras e releituras, o olho treinado para o erro e o ritmo foi se extraviando para o que disseram e não disseram as palavras, seduzido pela chance de adentrar aquilo que havia sido feito única e exclusivamente para os olhos do próprio autor. Apesar dos fortes indícios de que o diário serviria de base para uma publicação posterior, a desmobilização dos trabalhos da Comissão Científica e o declínio físico de Freire Alemão não permitiram que um trabalho de edição fosse feito em relação ao manuscrito, escrito durante a permanência do botânico na província cearense. Ao mesmo tempo há uma espécie de sedução conforme vamos conhecendo o sertão e aquele homem em percurso, com seu trabalho dedicado, seu gosto pela conversa e pela observação do detalhe, do comezinho, que os locais tantas vezes identificavam como labor de pouca valia. E mesmo quando as coisas pareciam sair do controle; quando o observador se vê encurralado como objeto de observação da *gente do país*, tão próxima e tão distante; quando, por fim, os desacertos entre os próprios comissionados e os eventos parecem imunes a qualquer enquadramento, Freire Alemão escreve, apesar de tudo. É impossível, a despeito do dever do pesquisador em analisar criticamente aquilo que foi tomado como objeto de estudo, não ter empatia pela tenacidade com que Freire Alemão procura dar conta de sua experiência pela escrita

diarística, concatenando o conhecimento de diversas áreas do saber, a descrição de pessoas, paisagens, objetos e o desvelamento do íntimo, do pessoal.

Excetuando o estudo referencial de Renato Braga pelos 100 anos da vinda dos científicos ao Ceará, nos últimos anos a historiografia tem retomado o tema em artigos, estudos acadêmicos e publicações. Além de um ensaio crítico-histórico sobre a empreitada, a *História da Comissão Científica de Exploração*¹² traz documentação inédita ou até então só publicada parcialmente, como as Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil, a Introdução aos Trabalhos da Comissão Científica, os Relatórios apresentados no IHGB por Freire Alemão, Capanema e Lagos, a Parte Histórica elaborada por Gonçalves Dias, além de 39 aquarelas de Reis Carvalho em preto e branco.

Em 2003, Maria Sylvia Porto Alegre segue um percurso similar ao de Braga em *Comissão das Borboletas*, denotando já desde o título uma abordagem da expedição como algo que não correspondeu às expectativas. A autora dedica as primeiras 50 páginas a um estudo introdutório do périplo cearense. Já as 42 páginas restantes trazem uma memória inédita sobre os índios da Serra da Ibiapaba escrita por Freire Alemão e uma descrição dos acervos do presidente da Comissão e das obras de Reis Carvalho. Mais recentemente, uma coletânea de textos analisando o legado da expedição, ricamente ilustrada pelas aquarelas de Reis Carvalho, desenhos de Freire Alemão e litografias de Henrique Fleiuss dos objetos indígenas trazidos por Gonçalves Dias da Amazônia, foi organizada por Lorelai Kury em *Comissão Científica do Império, 1859-1861*.¹³ Já em 2016, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) reúne as aquarelas e desenhos feitos pelo pintor da expedição, José dos Reis Carvalho, no livro *Aquarelas & desenhos do Ceará oitocentista*.¹⁴

Em 2006 e 2007, o Museu do Ceará publica a coleção Comissão Científica de Exploração, que merece destaque. No primeiro volume, *Os Ziguezagues do Dr. Capanema*, Sylvia Porto Alegre reuniu os artigos escritos por Guilherme Capanema, sob pseudônimo, publicados no jornal *Diário do Rio de Janeiro* entre 1860 e 1862, como forma de rebater as críticas sobre a expedição. Em *A Seca no Ceará*, encontramos

¹² BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

¹³ KURY, Lorelai (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2009.

¹⁴ CARVALHO, José dos Reis. *Aquarelas & desenhos do Ceará oitocentista: o trabalho de José dos Reis Carvalho na Comissão Científica de Exploração (1859-1861)*. Organização José Ramiro Teles Beserra. Fortaleza: Iphan, 2016.

escritos de Capanema e Giacomo Raja Gabaglia sobre o tema, com estudo introdutório de Kênia Sousa Rios sobre o processo que passou a relacionar o “flagelo das secas” com o estabelecimento de uma política de integração e identidade nacionais na segunda metade do século XIX. Já os dois últimos livros trazem a lume a primeira parte do diário de viagem de Freire Alemão, acompanhado de estudo introdutório de Antonio Luiz Macêdo e Silva Filho sobre a Comissão Científica como empreendimento estratégico e seu papel na construção de um saber de cariz nacional, além de levantar questões sobre a escrita do diário de viagem e os principais temas abordados pelo chefe da expedição neste documento. Em 2012, o texto integral do diário foi publicado pela Fundação Waldemar Alcântara.

Na parte de artigos acadêmicos, temos os trabalhos Margaret Lopes¹⁵ e Lorelai Kury,¹⁶ que abordam o tema num apanhado geral, porém bem delineado, localizando a experiência no contexto das viagens científicas feitas à época. Da área de Ciências da Terra, Heitor de Assis Júnior faz um levantamento biográfico sobre o pintor da expedição, José dos Reis Carvalho, e sua participação na Comissão Científica. Ele termina por analisar as aquarelas a partir de indícios da “influência de Freire Alemão nas escolhas dos motivos das obras pictóricas e desenhos Reis Carvalho”,¹⁷ comparando em que medida certas descrições feitas por Freire Alemão em seus manuscritos “coincidem” com desenhos feitos pelo pintor.

Com relação às dissertações, Rachel Pinheiro¹⁸ desloca a correspondência de Guilherme Schüch de Capanema, chefe da Seção Geológica e Mineralógica da Comissão Científica, da função de fonte complementar com que muitas vezes foi abordada para estabelecer a trajetória da Comissão no âmbito das viagens científicas. Temos também o trabalho de Cláudio José Alves na área de História da Ciência, que apesar de ter o objetivo ambicioso de delinear um “padrão estético próprio” de José dos

¹⁵ LOPES, Maria Margaret. *Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará*. História Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, Fiocruz, volume III, março-junho de 1996.

¹⁶ KURY, Lorelai. “A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla”. In HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

¹⁷ ASSIS JÚNIOR, H. Ciência e arte nas pinturas de José dos Reis Carvalho. In 1º Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra, 2007, Campinas. Atas do 1º Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra, 2007. v. 1, p. 323. Disponível em <<http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/simposioensino2007/artigos/023.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2013.

¹⁸ PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. Universidade Estadual de Campinas/ Instituto de Geociências, dissertação de mestrado, 2002.

Reis Carvalho nas obras por ele feitas no Ceará, acaba pecando pela pouca profundidade analítica (substituída pela mera descrição das aquarelas e algumas suposições rasas sobre as opções estéticas do pintor) e por um certo anacronismo ao avaliar tais obras como apreensões fidedignas da “realidade social”, que fortalecem “nossa identidade de povo brasileiro”.¹⁹ Em 2011, Paulo César dos Santos apresenta, a partir de uma abordagem transversal, uma análise dos temas e tipos observados na produção colhida em campo e trabalhada pelos “científicos”, com suas estratégias e práticas discursivas de apreensão do espaço.²⁰

O que se percebe nestes trabalhos sobre a Comissão Científica, em maior ou menor medida, é a abordagem generalista do tema. Em alguns casos pode-se compreender esta abordagem dentro de uma retomada da Comissão como objeto de pesquisa, que começava a dar seus primeiros passos. Entretanto, identifica-se por vezes uma recorrência viciada de fontes, abordagem de fontes e mesmo de análises; a busca de uma visão total desta experiência acaba dessa forma esbarrando na impossibilidade de dar conta do complexo legado destes cientistas e de sua viagem à província cearense. Há que se notar um hiato significativo entre a obra de Renato Braga, ainda hoje tida como referencial, e os estudos e publicações realizados nos últimos anos, voltados para a publicização de documentos referentes à Comissão e estudos mais específicos. Muitos deles, entretanto, acabam praticamente reproduzindo os passos e a tônica de Braga. Mesmo quando a proposta é focar no trabalho de um dos membros da Comissão, como, por exemplo, no caso de Alves, percebe-se uma tendência a tergiversar e uma certa dificuldade em fazer uma análise mais profunda que contemple as relações entre arte e ciência nas obras pictóricas realizadas pela Comissão Científica.

A proposta deste trabalho é focar na escrita do diário de viagem de Freire Alemão. Não para divisar a recorrência de temas ou a história do périplo pelos sertões. O diário faz a narração cotidiana da exploração interior, das dificuldades da travessia, das paisagens, da coleta e estudo de plantas agrestes, do estado de vilas e fazendas, dos conhecimentos travados e relações de grupo postas à prova. E é também um relato que se configura como instrumento cognitivo de domínio. Malgrado o registro pessoal revelar um confronto com realidades em que os papéis de observador e observado

¹⁹ ALVES, Cláudio José. *Ciência e arte em José dos Reis Carvalho: a pintura na Comissão Científica de Exploração do Ceará (1859-1861)*. Dissertação de mestrado, São Paulo, PUC-SP, 2006, p. 88.

²⁰ SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011.

frequentemente se intercambiavam, não é subestimável este desejo que guia Freire Alemão de circunscrever, com palavras, espaços, tempos, sensibilidades e concepções outras, a fim de que o explorador moderno passasse do temor do estranhamento à segurança do que se tornou cognoscível, sob a égide dos critérios de classificação e ordenamento herdados da investigação em história natural. Um ato que visa tanto consolidar internamente a legitimidade imperial pós-independência quanto integrar a jovem nação brasileira à irmandade dos países europeus, modelo e guia de civilidade.

Meu objetivo é evidenciar a escrita do diário como a produção de uma determinada memória: de um naturalista, letrado, membro de sociedades científicas e servidor do Império brasileiro, atribuições ora reforçadas ora colocadas à prova ao tentar dar conta dessa alteridade. Escrita produzida por um saber estratégico voltado não apenas para o florescimento da ciência, como também para atender a demandas de uma política imperial voltada para descobrir e utilizar toda a potencialidade do mundo natural. Como registro de uma memória e memória de um registro, abordo o diário como objeto privilegiado para abordar experiências vividas, e divisar a tessitura diversa e complexa das composições mnemônicas, congregando as conexões entre o sujeito nas suas vivências privadas e na sua relação com o coletivo. Levando-se em conta os sentidos de continuidade e ruptura implicados na operação do homem de ciência (visto muitas vezes como estrangeiro pelos locais) num lugar totalmente estranho (a despeito de esse lugar ser englobado pelo mapa que representa o país de que se faz representante nos sertões), o diário de viagem permite dar conta de um modo específico de apreender a temporalidade, divisando não apenas práticas e vivências, como também inventando e estabelecendo formas específicas de fixar o tempo fugidio.

O primeiro capítulo, *Recordar para ser: história e natureza na construção da nação*, vai se debruçar sobre as formas de construção de um passado comum e de um sentido de nação, evidenciando a atuação da “elite letrada” no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e no Museu Nacional — instituições que idealizaram, sob os auspícios do imperador Pedro II, a Comissão Científica de Exploração, formada com o intuito de fazer conhecer as regiões mais distantes do Império recém-formado. Estas e outras instituições patrocinadas pelo Estado brasileiro terão o papel de forjar, a partir de certos procedimentos, um sentido de história dentro das elaborações de tempo inauguradas pela modernidade. Uma história “com os olhos na Europa e os pés no Brasil”, expressão que busca estabelecer uma ascendência com as tradições e valores

europeus via colonização portuguesa e um legado para o futuro de país jovem capaz de protagonizar feitos originais.

A partir do conceito de “comunidades imaginadas”²¹ —, o primeiro tópico vai se debruçar sobre o modo como as *societés savantes* de países que não vivenciaram diretamente a cultura clássica elegeram os tempos recuados como índice possível para sua “antiguidade nacional”. No caso do IHGB, este intento será posto em prática a partir de duas frentes. Primeiro, através do trabalho dos sócios do Instituto em levantar documentos e elaborar estudos sobre homens e feitos exemplares dos tempos da colonização — publicados na Revista do IHGB, a ser utilizada como fonte nesta parte da pesquisa. O segundo esforço será voltado a descrever, inventariar e classificar o mundo natural dos trópicos, promovendo a integração política, econômica e social por meio do conhecimento abrangente da geografia, fauna, flora, clima, estado de civilização e cultura das comunidades autóctones, entre outros recursos potenciais. Nesse sentido, o apoio a naturalistas estrangeiros e o posterior envio de cientistas nacionais aos sertões atenderiam às demandas da ciência moderna no intuito de preservar das brumas do esquecimento tanto os aspectos físicos quanto morais deste lado do Atlântico, organizando-os numa nova comunidade de sentido. Aqui teremos como referência os estudos de Lúcia Paschoal Guimarães, José Murilo de Carvalho e Manoel Luiz Salgado Guimarães, entre outros.

A seguir, vamos abordar o movimento de naturalistas em direção ao Novo Mundo e as implicações dessas viagens exploratórias para o desenvolvimento da ciência e a configuração geopolítica do período. Tal movimento era aqui realizado desde o período colonial — quando a metrópole portuguesa promovia a formação e o envio de “vassalos ilustrados” às suas possessões ultramarinas com o objetivo de descobrir artefatos, técnicas, plantas ou minerais que reforçassem o erário real. Já no século XIX essas viagens ganharão outra configuração. No Brasil independente, as diversas formas de confronto dos doutos com os sertões concorreriam não apenas para a necessidade estratégica em conhecer as potencialidades geográficas e naturais de seu território, balizada tanto pela herança ilustrada quanto pelo historicismo de matriz romântica. Ao promover o escrutínio do país de si para si, buscava-se também “instituir um discurso de saber, de cariz nacional e devidamente autorizado (posto que assentado nos princípios

²¹ ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

de observação direta e rigor metódico) para inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade científica internacional”.²² Vamos dialogar nesta parte com os trabalhos de Karen Lisboa, Flora Süssekind, Miriam Moreira Leite e Ronald Raminelli.

Nos demais tópicos, pretende-se tratar especificamente da Comissão Científica de Exploração. O projeto foi proposto em sessão do IHGB de 30 de maio de 1856. Dirigindo-se ao imperador, que presidia a sessão, o zoólogo Manoel Ferreira Lagos exorta-o sobre a necessidade de o governo “nomear uma comissão de engenheiros e naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil”,²³ diante de erros e imprecisões sobre o país divulgados por viajantes estrangeiros. A ideia foi patrocinada pelo monarca, mas a irregularidade das verbas, bem como uma série de constrangimentos e incidentes fizeram com que os produtos coletados durante a viagem e os estudos a que se propunham os científicos fossem parcialmente conhecidos e divulgados. Entre as altas pretensões da elite intelectual que idealizou a expedição, em seu projeto de formação da consciência e identidade nacionais, e as demandas de quem vivia fora da “ilha de letrados”, voltadas para questões da vida prática, a ideia é problematizar o legado deixado pelos científicos, não em termos de “sucesso” ou “fracasso”, mas como uma tentativa de estabelecer uma ciência nacional, e os problemas de execução desse intento diante da fragilidade das instituições de saber e muitos dos descompassos na percepção desse empreendimento. Trabalharemos aqui com documentos, correspondências dos comissionados e relatórios da Comissão Científica; notícias que circulavam sobre o périplo tanto no Ceará quanto na Corte; além dos estudos de Renato Braga, Lorelai Kury, Paulo César Marins, entre outros.

Em *O traçado do eu: diários e relatos de viagem entre esfera pública e foro privado*, proponho analisar a difusão e o gosto pela escrita diarística no século XIX como uma das mais relevantes frentes da individualidade burguesa. No documento legado por Freire Alemão, as demandas do trabalho de campo e o repertório científico dividem espaço com registros que nos permitem entrever a cultura e as sensibilidades de origem do observador-escritor. O diário demarca uma cisão nas formas de vivenciar as esferas pública e privada no seio dessas sociedades, em que a diferenciação social deixa de ser expressa por rituais e códigos exteriorizados da vida pública, levando o indivíduo

²² SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. In ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 9.

²³ LAGOS apud BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 16-17.

a voltar-se para os círculos domésticos e interiorizados, refúgio seguro contra um mundo em contínua transformação. Queremos neste capítulo abordar a composição do diário de viagem de Freire Alemão nessa dupla acepção de documento público e registro privado, ensejando ao pesquisador uma oportunidade peculiar de investigação histórica.

No primeiro tópico, vamos estudar as peculiaridades da escrita de si no período romântico, e como estas influíram na construção da individualidade moderna. Ao registrar em tinta e papel reminiscências de sua vida e cotidiano, em contabilidades e autorreflexões disciplinadas, quase obsessivas, o indivíduo submetia-se às “tirantias da intimidade” não apenas como uma válvula de escape de sentimentos reprimidos ou moralmente inaceitáveis. Como “dono da história”, o autor de diários passava e ter um grande sentimento de propriedade sobre si, numa prática fortalecedora e definidora do eu. Indago como as diversas escritas diarísticas e autobiográficas legadas por Freire Alemão se constituem formas de este homem de origem humilde se inscrever numa cultura de classe média a que procurara ascender como homem de ciência, a partir de procedimentos que tratam a vida como uma trajetória progressiva, prenhe de sentido e finalidade. E mesmo ao tratar de “fracassos”, como a não-continuidade dos trabalhos da Científica, perdas pessoais e a pobreza ao final da vida, estes são localizados no vocabulário do martírio, que só um espírito nobre e desde cedo abnegado poderia suportar — elaboração afinada com as matrizes românticas e heroicas de seu tempo. Teremos como principais norteadores os estudos de Corbin, Machado, Gay e Sennet.

Na segunda parte do capítulo, discuto o papel dos diários e relatos de viagem no contexto da expansão neocolonial oitocentista, em que se pode depreender as tensões e intercâmbios do que Mary Louise Pratt chamou de zona de contato. Um gênero caracterizado pela diversidade de registros e a permeabilidade, cujas narrativas e tópicos ajudaram a construir uma visão utópica e inocente do explorador europeu, movido pelo desejo de incluir as regiões mais distantes no mundo civilizado. Também vamos investigar as possíveis referências para a escrita do diário de Freire Alemão, considerando as premissas das instruções de viagem que orientavam a escrita, bem como a grande circulação e alcance do gênero viático naquele período, quando a confiabilidade de um relato era atribuída a citações a viajantes consagrados e/ou reelaborações de temas e formas de composição típicos da descrição científica em suas obras. É em nome dessas expectativas que os naturalistas do Oitocentos procurarão revisar suas práticas narrativas, conciliando os apelos dos leitores aos imperativos do

fazer científico. Vamos nos apoiar nos trabalhos de Lisboa, Pratt, Torrão Filho e Weber (2006).

O terceiro capítulo, *Atribuições e tribulações de um naturalista em percurso*, vamos nos debruçar nas várias atribuições assumidas por Freire Alemão durante a expedição científica aos sertões, e como as demandas desses papéis tomavam forma na escrita de seu diário de viagem. Como naturalista que decide sair dos gabinetes e laboratórios para se colocar *in loco*, a despeito da idade avançada para a época, o botânico tenta conciliar em si os papéis de viajante e sedentário, no sentido do trabalho em campo e nos estudos das amostras coletadas, feitos nos pousos mais prolongados. Encontra-se no diário não apenas o registro de coletas, análises feitas ao microscópio, feitura de desenhos botânicos, como também o cotidiano do trabalho, a apreensão classificatória do ambiente e as relações, ao mesmo tempo difíceis e necessárias, com os seus auxiliares. Mesmo o contato mais comezinho com interlocutores locais dava abertura para descobrir informações sobre localização geográfica, variedades de plantas, usos culinários ou comerciais, entre outras. É também sob o prisma científico que analisará certos “costumes da terra” e episódios históricos. Comparações com a flora do Rio de Janeiro, inventários com nomes vulgares e científicos de plantas e descrições serão algumas das estratégias utilizadas pelo botânico na escrita do diário, englobando no caminho outras áreas do saber naturalista.

A presidência da Comissão Científica será o tema do tópico seguinte. Por meio de documentação inédita, disponibilizada recentemente em versão online pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, encontramos relatos e cartas escritos ou dirigidos a Freire Alemão que nos dão um quadro mais amplo sobre a relação entre os comissionados. Se, no diário, encontram-se críticas dosadas a colegas como Ferreira Lagos e Guilherme Capanema, outros documentos dão conta do clima de animosidade, divergências e mesmo de desvios em relação aos objetivos da Comissão Científica de Exploração, ao qual nem mesmo o sobrinho de Freire Alemão é exceção. O cotejo de cartas também nos permitiu deslindar o processo de supressão lenta e gradual dos trabalhos da expedição, quando do retorno à Corte. O conceito de *campo* de Pierre Bourdieu será utilizado para localizar essas relações para além de picuinhas ou inimizades, mas no sentido de forças colocadas em ação num campo científico em construção. Em *O corpo e o outro*, procura-se trabalhar a recorrência de certos temas e a repetição de notações, que no diário atuam como importantes marcadores do grau de civilidade da “gente do país”. Temas como indumentária, uso da água, alimentação dão

conta do cotidiano dos cearenses nos sertões e na capital, bem como permitem entrever o desconforto de Freire Alemão diante de certas situações, ao mesmo tempo em que procura dar conta dessas experiências.

Por fim, *Relatar é preciso* tem como objetivo analisar as marcas de enunciação presentes no diário de viagem de Freire Alemão, partindo do princípio de que tais marcas permitem perscrutar o tempo, as ideias, as concepções, o confronto com a alteridade da natureza e suas populações, e ao mesmo tempo a sensibilidade daquele que engendra o percurso tanto pelo correr da pena quanto pelo deslocamento espaço-temporal. O primeiro tópico será dedicado a analisar o diário em sua materialidade. Primeiramente, vamos abordar o objeto diário: tamanho, tipo de papel, a maneira como as folhas estão unidas, portabilidade, disposição das linhas no papel, tamanho da letra — a letra e o espaço entre as linhas que vão diminuindo e as notas de rodapé que vão rareando no decorrer do relato, o que denota certa dificuldade na obtenção de papel nos sertões e, também, uma tentativa de estabelecer uma escrita próxima da diagramação de um livro. O segundo esforço será no sentido de identificar e analisar indícios sobre a maneira e as condições em que Freire Alemão procedia à escrita no decorrer da viagem. Percorrendo a cavalo um território com poucos recursos, caminhos de difícil acesso e populações espargidas em fazendas e povoados miseráveis, percebe-se que a escrita se fazia a cada pouso, deitado na rede ou mesmo sobre as malas de viagem.

Os demais tópicos vão se debruçar sobre a maneira como o tempo e o espaço são apreendidos na e pela escrita. Se o conhecimento do mundo antes da Ilustração era mediado pelo divino, que permitia o contato direto o sujeito perscrutador e o objeto a ser conhecido, no século XIX a percepção do tempo e do espaço dar-se-á pelo princípio de que o homem, munido de dispositivos de memória e classificação, é capaz de deslindar a ordem natural do mundo, organizando-o e atuando sobre ela em nome do progresso. A apreensão do espaço por marcadores físicos, experiências com camelos e a utilização de determinados termos-chave vêm se aliar à referencialidade que o registro imagético, direta ou indiretamente, terá nessas formas de apreensão. Se o naturalista, por um lado, é treinado para observar e apreender aspectos que passariam despercebidos pelos locais, tal percepção não pode ser considerada neutra, sendo regida por concepções e novas formas de apreender o mundo, como é o caso da fotografia.

Ao analisar a historicidade da composição deste diário, o foco não é elencar temas recorrentes ao longo do relato, nem proceder a uma leitura “nas entrelinhas, [já que] a leitura das próprias linhas continua sendo um trabalho recompensador para o

historiador”.²⁴ O relato de Freire Alemão será tomado para além de um registro, mas na qualidade de dispositivo de memória, articulado a partir de procedimentos que organizam certas maneiras de compor narrativas e imagens. Nunca é demais lembrar que o botânico era um dos mais renomados cientistas brasileiros de seu tempo, e que um projeto tão ambicioso como a Comissão Científica representaria, para ele como para qualquer outro naturalista, o coroamento de sua trajetória profissional. Assim, pretendo colocar em questão essa escrita em sua própria pretensão de memória cientificamente conduzida. Será preciso estudar as táticas de registro em suas maneiras de criar inventários, a partir de uma escrita que se pretendia analítica, mas também envolvida com os procedimentos da arte romântica.

²⁴ GAY, Peter. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 29.

CAPÍTULO 1: Recordar para ser: história e natureza na construção da nação

1.1 O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a construção de uma “antiguidade” nacional

Na 183ª sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 9 de dezembro de 1847, o então sócio correspondente Francisco Freire Alemão faz a seguinte proposta:

Proponho que no Instituto haja uma arca fechada com duas chaves, uma das quais guardará o Exm. presidente do mesmo Instituto, e outra o Exm. ministro do Império, ou o diretor do Arquivo Publico Nacional, para que nela se conservem debaixo de sigilo as notícias históricas contemporâneas que alguém queira enviar ao mesmo Instituto, notícias que virão lacradas em cartas, e só serão abertas no tempo que seu autor o determinar.²⁵

A ata da sessão registra que, após “aturada discussão”, a última proposta daquele ano foi aprovada. Forma-se, em seguida, uma comissão composta pelo próprio Freire Alemão e pelos sócios Manuel de Araújo Porto-Alegre²⁶ e Manoel Ferreira Lagos,²⁷ para avaliar a melhor forma de levá-la a efeito. No parecer divulgado na 213ª sessão do Instituto, de 16 de fevereiro de 1850, a comissão reconhece “a máxima utilidade” de um depósito particular para escritos cuja publicação só deve ser feita após um tempo determinado:

Escritos há, certamente, muito úteis e preciosos para a história de um país, cuja imediata impressão pode acarretar, além de grandes desgostos a seus autores, incalculáveis perturbações, e comprometer

²⁵ Extrato das atas das sessões do quarto trimestre de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 9 (4), p. 567, 1847.

²⁶ Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879). Pintor formado pela Academia Imperial de Belas Artes e fundador da primeira revista ilustrada brasileira, a *Lanterna Mágica* (1844-1845), além de escritor e dramaturgo. Exerceu funções diplomáticas e de ensino no governo imperial. Ingressou no IHGB em 1838 como sócio honorário, tendo exercido as funções de 2º vice-presidente, 1º secretário e orador.

²⁷ Manoel Ferreira Lagos (1816-1871). Médico formado pela Escola Imperial de Medicina, chefiou a Seção Zoológica da Comissão Científica de Exploração. Atuou como chefe da Seção de Zoologia do Museu Nacional e oficial-arquivista da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Tornou-se membro do IHGB em 1839, onde foi secretário perpétuo e, posteriormente, 3º vice-presidente.

não só a paz interna, como externa; e outros, que envolvendo personalidades contemporâneas ou descarnando os fatos, ou divulgando segredos, trariam um sem número de inimizades e deslocções pessoais, mormente em épocas de transição, e num país como o nosso, onde as bases de uma longa experiência não podem ainda frutificar, e onde a tolerância das nações velhas ainda não chegou.²⁸

Em princípio, pode parecer contraditória a manutenção de documentos “debaixo de sigilo”, numa instituição que se propõe divulgar a história e a geografia de um Império com exatos 38 anos de existência, bem como o fato de a segunda chave da arca ser confiada a um representante do Estado, não necessariamente ligado ao IHGB (embora grande parte dos ministros o fosse). Mais ainda, se pensarmos que, naquele mesmo ano, Freire Alemão teria “aprovada sem debate” a proposta de o Instituto pedir aos presidentes das províncias informações concernentes às tribos indígenas que habitavam o país, indagando-se a extensão de terreno que ocupavam no tempo da conquista, sua extinção ou estado, em caso de sobrevivência; pediam-se também dados sobre as matas existentes em cada província, seu estado de conservação ou destruição, as madeiras preciosas que mais abundam e os animais que as povoam²⁹ — tudo isso com vistas a “traçar uma carta geral do estado primitivo do país”.³⁰ Sem falar no esforço que empregaria, anos depois, não apenas na coleta e estudo de plantas para a Seção Botânica da Comissão Científica, como também na busca de documentos, na indagação de relatos e costumes do Ceará, na elaboração de mapas e desenhos — todo um escrutínio minuciosamente registrado em seu diário de viagem e nas memórias escritas em separado.

Mas o parecer segue dando indícios sobre a forma como se avaliava o clima político do período, e como este poderia influir na composição da memória nacional. Na visão dos membros do Instituto, a postura beligerante da imprensa, a transmitir fatos desfigurados por interesses parciais e conveniências mesquinhas, faz com que se

²⁸ Extrato das atas das sessões do primeiro trimestre de 1850. *Revista Trimensal de História e Geografia*. Rio de Janeiro, tomo 13, p. 133, 1850.

²⁹ Tais inquietações de Freire Alemão reverberam as discussões então travadas no IHGB sobre a possibilidade de se estabelecer uma investigação histórica do Brasil para além do tempo da conquista. Em questão estava a inserção das populações que não legaram marcas visíveis de sua historicidade, num debate se o caráter e o grau de civilização dos indígenas dever-se-iam a um estado de natureza, primevo e edênico, ou se estes resultavam de formas degeneradas de civilizações anteriores. Para aprofundar a questão, ver TURIM, Rodrigo. A “obscura história” indígena. O discurso etnográfico no IHGB (1840-1870). In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (Org.). *Estudos sobre a Escrita da História*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, p. 88-113.

³⁰ Extrato das atas das sessões do quarto trimestre de 1847. 180ª sessão em 14 de outubro de 1847. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 9 (4), p. 562, 1847.

alcance apenas uma verdade superficial, que não satisfaz o historiador. A este e à filosofia da história interessam, segundo o parecer, perscrutar a origem dos acontecimentos e as causas essenciais dos fatos. Nesse sentido, o estabelecimento de um arquivo secreto oficial concorreria para que tais documentos viessem a lume num momento em que as paixões políticas e as lutas desagregadoras estivessem devidamente arrefecidas — e a verdade se imporia tão plenamente a ponto de a arca do sigilo servir de preventor de desvios, pois a arca passaria a representar uma tribuna para julgamentos póstumos.

[...] a arca do sigilo vai ser o depósito da consciência íntima de muitos escritores, que não levarão à sepultura verdades essenciais à história de um país, vai ser o juiz póstumo do caráter de todos os autores principais da cena do nosso mundo, e revelar fatos que tornariam a história obscura, forçando os escritores futuros a tatearem no mundo das conjecturas e das probabilidades. Além disto, o temor dos escritos secretos dos contemporâneos, da divulgação de crimes documentados, o pressentimento de uma funesta herança para os descendentes daqueles que souberam iludir seus contemporâneos, fará com que muitos homens recuem e que procedam mais assisadamente nos seus atos alistando-se de preferência no mundo do idealismo, no domínio da razão, do que num pernicioso e temporário individualismo.³¹

De fato, a ruptura provocada pela Revolução Francesa e seus desdobramentos fez emergir, no seio dos Estados nacionais, o imperativo da produção de memórias sociais, não só compartilhadas como também naturalizadas, a fim de encobrir elaborações socialmente construídas (e conflituosas) desse processo — como no caso dos fatos enumerados pela imprensa, que apenas “roça em torno da verdade, mas argutamente; depois de encarar os fatos os descreve segundo a face do prisma de suas conveniências, e segundo o resultado da balança política dos acontecimentos”.³² Mas isso não significa que os intelectuais não possuam sua própria agenda. A perspectiva de um passado comum e a ideia de sociabilidades, cultura e costumes compartilhados, das quais o Estado assume o papel de mantenedor, é a base de sua própria legitimidade, mas, acima de tudo, representam os caracteres de uma identidade moral e cívica, dando sentido e existência não só aos cidadãos como à própria ideia de nação. No século XIX, a escrita de uma História que reclama para si o título de “científica”, mesmo francamente em busca de um conhecimento controlado a partir de métodos de organização de fontes e interpretações baseadas em modelos teóricos para a

³¹ Idem, p. 134.

³² Ibid., p. 133.

compreensão das sociedades humanas, não deixará de sofrer a influência desse imperativo. Pois a História, como outras ciências, tem os seus limites. “Muitos dos vestígios [históricos] representam a visão ou a vida de certos grupos, em detrimento de outros, com seus preconceitos, suas deformações, seu modo específico de encarar o mundo”.³³

O cuidado do IHGB em evitar “desgostos e perturbações” ao estabelecer as diretrizes da historiografia pátria denota as injunções ocorridas, durante o Segundo Reinado, numa instituição científico-cultural, em princípio, privada — que, como vimos acima, procura colocar-se acima de disputas de natureza político-partidária —, mas que, diferente de suas congêneres europeias, percebe Nação, Estado e Coroa como “uma unidade no interior da discussão historiográfica relativa ao problema nacional”.³⁴ Para pensar a dimensão dessas injunções, retomemos a questão da arca do sigilo. A ata da 216ª sessão traz os 16 artigos que iriam regulamentar o uso desse novo depósito memorial, seguidos por uma lista de emendas e acréscimos levantados durante a sessão. O artigo 2º, cuja redação original era “Pedirá para isso [a criação da arca do sigilo] a competente autorização do governo imperial”, ganha esta nova redação: “Para a execução dos artigos que se referem ao governo se pedirá a competente autorização ao governo imperial”. Já alteração do artigo 4º, que estabelece que as duas chaves da arca do sigilo devem ficar sob a guarda do presidente do IHGB e do ministro do Império (em tese, uma pessoa “de fora”), prevê que a segunda chave deve ser entregue ao diretor do Arquivo Nacional, caso o ministro do Império seja também presidente do Instituto (ocorrência nada incomum, como veremos adiante). Os artigos 12 e 13 são condensados num único artigo, que prevê que toda memória enviada ao Instituto venha acompanhada de uma carta assinada pelo autor ou por pessoa conhecida (e que, portanto, atue como um fiador dessa memória). E em vez de ler o manuscrito imediatamente após a quebra do sigilo previsto, como versava o artigo 14, a memória deverá ser remetida a uma comissão especial que dará juízo sobre seu valor, “antes do [sic.] Instituto ter um pleno conhecimento de sua matéria”.³⁵

Fundado em 21 de outubro de 1838, o IHGB surge oficialmente como uma filial da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (SAIN). Iniciativa do marechal

³³ GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013, p. 11.

³⁴ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 6.

³⁵ Extrato das atas das sessões do terceiro trimestre de 1850. *Revista Trimensal de História e Geografia*. Rio de Janeiro, tomo 13, p. 415-416, 1850.

Raimundo José da Cunha Bastos e do cônego Januário da Cunha Barbosa, que propunham uma associação dedicada a estimular as investigações acerca da história e geografia pátrias, no esteio de instituições congêneres europeias. No primeiro número da *Revista*, justificavam a criação do Instituto diante das dificuldades a que estavam sujeitas as investigações acerca da história pátria, principalmente devido à ausência de um órgão que centralizasse, na Corte, os documentos ora espalhados pelas províncias. A questão é que, meses antes, no dia 2 de janeiro, um ato do ministro dos Negócios do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, havia criado o Arquivo Público, exatamente no intuito de servir como centro coadunador dessa documentação, e dispondo de uma seção de história em sua estrutura organizacional.³⁶ Mesmo considerando as dificuldades em se estruturar um arquivo em tão pouco tempo, o fato de desconsiderar a existência do Arquivo Público como instituição memorial (pelo menos criada em âmbito oficial) seria mais do que um lapso?

Lucia Maria Paschoal Guimarães, ao analisar o perfil social, político, profissional e econômico dos fundadores do Instituto Histórico, demonstra que, para além de suas inegáveis inclinações intelectuais, animavam essa “primeira geração” interesses que extrapolavam o campo de atuação beletrista e da sua instituição-matriz. Em meio às crises institucionais que marcariam o período regencial, identifica entre os fundadores “políticos” partidários da restauração (que perde a razão de existir com a morte de D. Pedro I, em 1834), membros da nobreza palaciana e liberais moderados reunidos em torno da Sociedade Defensora da Liberdade e da Independência Nacional (da qual Freire Alemão era sócio) — a chamada facção áulica, liderada durante a regência pelo ministro Aureliano de Sousa Coutinho, que viria posteriormente a exercer grande projeção nos primeiros anos de reinado do jovem monarca, Pedro II.

Mesmo na segunda metade do período regencial, com a queda do seu ministério provocada por manobras oposicionistas de Bernardo Pereira de Vasconcellos (o mesmo que criaria, anos depois, o Arquivo Público), o prestígio e a autoridade do grupo de Aureliano permanecem, ainda que recrudescidos ao Paço Imperial. Se, no confronto partidário direto, o grupo vinha de sucessivas derrotas — como a extinção da Sociedade Defensora em 1836 e a renúncia de Feijó no ano seguinte —, a reação seria pactuada em outro tipo de frente, uma em que os “áulicos” pudessem atuar fora dos limites da Quinta da Boa Vista sem chamar a atenção direta dos adversários.

³⁶ PASCHOAL GUIMARÃES, Lucia Maria. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2ª edição, São Paulo: Annablume, 2011, p. 33-34.

Apeados dos postos-chave da Regência, com a subida do “Gabinete Parlamentar”, em 19 de setembro de 1837, onde Vasconcellos ocupou dois ministérios, reduzidos à Quinta da Boa Vista e, por isto mesmo, muito visados pelos adversários, os “áulicos” necessitavam abrir um novo espaço na Corte. Um espaço aparentemente neutro, que lhes permitisse transpor os jardins da Quinta e facilitar seu trânsito no cenário político. Neste sentido, nada mais oportuno do que um organismo de natureza acadêmica. Nascido nas dependências da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, mas pactuado nos salões de São Cristóvão.³⁷

Nesse sentido, ressalta Lucia Paschoal Guimarães, é possível entrever que a criação, no mesmo ano, do Arquivo Público e do IHGB, de uma instituição pública e outra, de cunho privado, não se trata de mera “duplicação de meios para fins idênticos”: trata-se, antes, da formação de um arquivo paralelo, uma instituição concorrente, organizada pelos opositores do ministro Vasconcellos, onde poderiam “lamber as feridas” e se preparar para uma virada nos rumos do poder, que viria com a ascensão de dom Pedro II. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro tem por fim *coligir, metodizar, publicar ou arquivar* os documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil [...]”.³⁸ O artigo 1º dos Estatutos do IHGB nos fornece o princípio norteador desses sábios que, desde a primeira hora, colocam-se debaixo da imediata proteção imperial. Essa e outras iniciativas acadêmicas permitirão, paulatinamente, a saída dos “áulicos” do ostracismo a que foram submetidos.

A arca de sigilo vai juntar-se, dessa forma, a outros mecanismos utilizados pelos sócios do IHGB para a construção de uma determinada narrativa do passado, que vão desde a organização de acervos, a eleição — o que implica por seu turno o arquivamento e a exclusão — de documentos referenciais para a história nacional até a promoção de viagens científicas, “submetendo as regiões afastadas ao regime do olhar e da escrita do Estado nacional centralizado na capital do Império”.³⁹ Narrativa que ultrapassa o puro conhecimento dos fatos pretéritos, submetendo-os a um crivo ao mesmo tempo acadêmico e político.

³⁷ PASCHOAL GUIMARÃES, Lucia Maria. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. Op. cit., p. 43.

³⁸ Extrato dos Estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1 (1), 1839, p. 18. Os grifos são meus.

³⁹ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. In: CARVALHO, José Murilo de (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 113.

É significativo, nesse sentido, que o volume inaugural da *Revista do IHGB* tenha publicado o manuscrito intitulado *Relação historica de uma occulta, e grande povoação antiquissima sem moradores, que se descobriu no anno de 1753*. O manuscrito, encontrado por Manuel Ferreira Lagos na Livraria Pública da Corte (atual Biblioteca Nacional) e oferecido ao IHGB, descreve as ruínas de uma suposta cidade antiga, encoberta por uma montanha de cristal na província da Bahia. Em 1840, é esse documento “danificado pelo cupim, que nos privou de muitas palavras, como se pode ver nas lacunas de nosso impresso”,⁴⁰ sem coordenadas geográficas precisas ou qualquer comprovação dos fatos ali relatados, que dará ensejo à tentativa frustrada de uma expedição dinamarquesa⁴¹ e a uma viagem exploratória do cônego Benigno José de Carvalho e Cunha, que defendia a hipótese de o sítio descrito estar localizado na região da serra do Sincorá. O religioso, bem como os demais intelectuais envolvidos na questão do manuscrito, fiava-se em dois fatores para empreender suas buscas: a estrutura narrativa do documento como prova, em si, de sua autenticidade, apreendendo-o como um diário de campo em que os fatos descobertos foram fielmente narrados; e a complementação empírica da “relação histórica” com narrativas orais colhidas de idosos e quilombolas que, para se manter a salvo das perseguições, formavam seus núcleos em regiões de difícil acesso, sendo portanto portadores de um conhecimento privilegiado dos sertões.

Ao mesmo tempo uma história muito simples e ingênua, o documento incluiria detalhes estranhos ao universo bandeirante, como as supostas inscrições avistadas: “como lembrariam a mineiros os caracteres gregos, ou runnos”? Essa lógica interna, também percebida pelos outros membros do Instituto e até alguns estrangeiros, constituiu a prova mais tangível da existência do fascinante local.⁴²

No mesmo mês da coroação do imperador Pedro II, a *Revista do IHGB* publica a memória do cônego Benigno trazendo suas análises sobre o manuscrito e as “provas” colhidas em campo. O cônego cuida para enviar à Corte notícias cada vez mais

⁴⁰ Advertência do redactor desta Revista, o cônego Januário da Cunha Barbosa. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, 1 (1), 1839, p. 151.

⁴¹ “Uma expedição naturalista provinda de Copenhague, a bordo da fragata Bellone, teve como passagem o porto de Salvador. Composta pelos militares Suenson e Schultz, além do botânico Kruger, encarregados de examinar a misteriosa localidade. Não chegaram nem a concretizar a expedição ao local, por falta de maiores informações geográficas: ‘Mais rien ne fut exécuté, et nous en sommes encore réduits aux conjectures sur cette antique cité’”. LANGER, Johnni. “A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 126-152, 2002, p. 133.

⁴² LANGER, Johnni. “A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império”. Op. cit., p. 134-135.

animadoras, como a descoberta de possíveis minas na região relacionadas ao manuscrito, o que leva o IHGB a realizar, em novembro de 1841, uma petição ao imperador para que este financiasse a comissão baiana. Quatro dias depois, a solicitação é prontamente atendida por Pedro II. Além de tomar parte do mais entusiasmado e pretensioso projeto do Instituto na sua primeira década de existência, tal atitude para um jovem monarca “refletia sua credibilidade na existência de uma remota civilização esquecida em nosso País. E também, nada mais conveniente ao seu recente governo do que a descoberta de imponentes ruínas no remoto brasílico”.⁴³

Diante de alguns pontos de toque com a expedição que seria enviada, anos depois, ao Ceará, importa-nos aqui enfatizar, na proposta da expedição ao Sincorá, a justificativa do mecenato imperial como forma de interiorizar a civilização. Nesse sentido, importaria menos o ponto de chegada (as ruínas fabulosas) do que o trabalho desses representantes monárquicos no levantamento dessas possessões por vezes alheias ao poder do Estado e seu desejo de centralização, mapeando o espaço e suas riquezas naturais, além de estabelecer benfeitorias (pontes, estradas) que estreitassem a integração do Império. Algo muito próximo da proposta integrativa e totalizante que seria feita, em 1856, por Manuel Ferreira Lagos, o mesmo que encontrou a suposta relação histórica da cidade abandonada: “Tudo seria do mais alto interesse nessa exploração; conhecimentos positivos da topografia, dos cursos dos rios, dos minerais, plantas e animais, dos costumes, língua e tradições dos autóctones, cuja catequese seria também mais facilmente compreendida”.⁴⁴

Tais prerrogativas não evitarão que, ao fim de dez anos, permeados pelas dificuldades em adentrar o sertão, moléstias e projeções que não encontram suporte na realidade, os esforços do cônego Benigno sejam desacreditados, inspirando a verve irônica de um Machado de Assis ou a análise de Euclides da Cunha, que reduziu o périplo a fantasias arqueológicas.⁴⁵

A expedição, contudo, não foi uma aventura antropomórfica, uma projeção mítica do subjetivo sobre a natureza, uma deambulação

⁴³ LANGER, Johnni. Op. cit., p. 138.

⁴⁴ LAGOS, Manuel Ferreira apud BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 16.

⁴⁵ Para referências mais detalhadas sobre a repercussão da viagem do cônego Benigno no final do século XIX e início do século XX, ver FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, junho de 2006, p. 272 (nota 1).

instigada pelo imaginário e por devaneios insanos. Ela foi, com efeito, forjada na bigorna do conceito de civilização, nesse contexto em que o IHGB procurava conformar, para o projeto político centralizador da Monarquia, um passado glorioso, uma identidade sócio-cartográfica plasmada numa cultura indígena elaborada. A viagem do cônego Benigno foi, também, uma ferramenta colonizadora.⁴⁶

Ao abordar o sentido de História para os doutos que compunham o Instituto Histórico, basilar para a concepção da Comissão Científica, parto da hipótese de que a instituição procurava conferir ao Brasil, por meio de determinados procedimentos, uma antiguidade nacional. Abordo aqui a “antiguidade” não como um determinado período histórico, mas como uma concepção de mundo anterior e oposta ao mundo cristão medieval, com uma cultura laica, rica e singular — da qual as cidades encantadas, amálgamas de tradições coloniais e projeções civilizatórias, poderiam ser o indício, o elo com uma geração perdida —; sociedade que teria experimentado um alto grau de desenvolvimento, porém desaparecida sem deixar quase nenhum vestígio.

É a esse processo que se dá o nome equivocado de Renascimento. Não foi um renascer passivo, mas uma reconstrução profunda da memória, com objetivos bem presentes: rejeitar uma parte do passado mais recente, definindo-o como “Idade Média” ou “Idade das Trevas”, para construir uma nova identidade, voltada para o presente e para o futuro.⁴⁷

Esse “mundo antigo” também terá forte impacto sobre a era moderna, concorrendo para a formação de uma identidade comum entre os membros desses Estados nacionais, ao buscar, num passado recuado e glorioso, não apenas modelos políticos, econômicos e sociais, mas sobretudo uma relação de ancestralidade. Impulsionada pela história natural, responsável por alargar a noção de tempo e por introduzir as noções de mudança e progresso nas etapas da evolução das espécies, essa ancestralidade será colocada em prática por meio de uma concepção e uma narração do passado que coloca os fatos históricos numa linha progressiva de civilização. Para a maior parte dos historiadores oitocentistas, a História das nações europeias iniciava-se na História da nação grega — ainda que um Estado grego antigo nunca tenha existido. “Foi então que se consolidou a ideia de que a História do Ocidente era o centro da

⁴⁶ FERREIRA, Lúcio Menezes. “Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial”. Op. cit., p. 272.

⁴⁷ GUARINELLO, Norberto Luiz. Op. cit., p. 19.

História Universal e que a Europa capitalista representava o ápice da História mundial, a verdadeira civilização”.⁴⁸

Num processo muito próprio ao caso brasileiro, nosso “Renascimento” será identificado com o passado da antiga metrópole, mais precisamente o período das grandes navegações portuguesas, a conquista dos mares nunca d’antes navegados pelos descendentes de Luso, filho de Baco e fundador de Lusitânia, cidade que, segundo a mitologia grega, deu origem a Portugal. Assim, “a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa; muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa”.⁴⁹

Sob a justificativa de levar a cultura superior a todos os cantos do planeta, continuando o sonho expansionista de gregos e romanos, esses filhos diletos do mundo helênico justificavam assim o imperialismo e o empreendimento neocolonial quase como um destino inescapável, necessário, lógico na trama histórico-evolutiva. E as nações americanas recém-independentes também farão uso dessa via, procurando dar sentido à colonização europeia que transformou as sociedades formadas nos trópicos em descendentes da Europa e, portanto, da cultura greco-romana, inspirando-se nessa “tradição” para implantar algo novo em relação ao projeto europeu. Para Norberto Guarinello, a “ocidentalização” do conhecimento histórico e da memória nacional foi um projeto consciente do Estado brasileiro e suas elites, “não apenas dando sentido e unidade à História da nação brasileira, mas também inserindo-a no contexto mais amplo da História mundial”.⁵⁰

Assim, seja num estado pós-revolucionário (França), no país com a mais antiga monarquia contínua do mundo (Dinamarca) ou num império infante às voltas com a construção de uma identidade própria (Brasil), observa-se a preocupação comum a seus respectivos institutos históricos em “construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos”.⁵¹

⁴⁸ GUARINELLO, Norberto Luiz. Op. cit., p. 20-21.

⁴⁹ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional”. Op. cit., p. 6.

⁵⁰ GUARINELLO, Norberto Luiz. Op. cit., p. 7 e 10.

⁵¹ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 129.

Neste ponto, antes de nos aprofundarmos sobre a atuação específica do IHGB, creio ser importante explicitar o itinerário de mudanças políticas e sociais que permitiram, entre finais do século XVIII e a primeira metade do XIX, não somente a formatação da história como disciplina, mas uma ruptura fundamental com a percepção vigente do tempo e os valores atribuídos ao passado, presente e futuro. Vamos também analisar as especificidades e as contradições do estabelecimento, no Brasil, de uma comunidade nacional imaginada, em sua passagem de colônia para império. À falta ou quase insignificância de uma classe média, nos moldes europeus ou mesmo norteamericanos, a independência nas Américas Central e do Sul foi liderada por “fazendeiros ricos, aliados a um número um pouco menor de comerciantes, e a vários tipos de profissionais (advogados, militares, funcionários locais e provinciais)” — tendo como fator agregador desses variados setores o medo de mobilizações políticas protagonizadas por indígenas ou escravos.⁵² Mas, no Brasil, uma série de fatores — em especial a inusitada transmigração da corte metropolitana para a colônia —, fez com que uma elite de portugueses natos ou naturalizados recorresse ao estabelecimento do princípio dinástico para a nova nação, como forma de centralização do poder, manutenção da unidade territorial e apaziguamento das tensões internas.

De fato, a concepção moderna de História — seus métodos de pesquisa, sua forma de escrita, sua formatação como ciência — nasce juntamente com uma nova concepção de nação, quando grupos de pessoas, não importando quão distintas e desiguais sejam suas posições na sociedade, passam a se ver como coletividades irmanadas, como um “nós” com que se identificam. Espaços de produção de um saber característico do século XIX, museus, arquivos e institutos históricos serão vetores e depositários dessa nova atitude em relação ao passado e seus vestígios materiais, transformados em bens nacionais. Não podemos, entretanto, pensar a concepção de história de instituições como o IHGB apenas como uma derivação de suas congêneres europeias, levando-nos a uma reflexão sobre a atuação específica dessa sociedade de sábios.

Como produção social, situada e datada, a historiografia pós-revolucionária “não pode mais contentar-se em ser a crônica de altas façanhas, nem uma produção erudita amadurecida ao abrigo das paixões, nem sequer uma grande síntese moral”. Trata-se de uma escrita suscitada por uma necessidade de história, “numa sociedade que

⁵² ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 85-86.

se lê na história, como outras antes dela se haviam lido na Bíblia”.⁵³ Mais especificamente de uma história que dê conta das rupturas provocadas pelo advento dessas comunidades nacionais, nas diversas formas que estas assumiram ao redor do mundo.

Isso implica nos debruçarmos sobre a centralidade que a história passa a ter a partir da Revolução Francesa, ao subverter a legitimidade monárquica e a ordem divina há tanto estabelecidas, e lançar o desafio de, mesmo com o retorno posterior a regimes absolutos (Império e Restauração), integrar, dali em diante, os ideais de 1789 e a legitimidade das elites burguesas no governo do país. Meu intuito é passar ao largo de uma contextualização, bem como evitar um enquadramento teleológico sobre um período tão instável quanto avesso a esquemas. E, mesmo ressaltando a experiência francesa, também não pretendo tratá-la como “berço do nacionalismo” — que, se levarmos em conta uma cronologia estrita, surgiu primeiramente no Novo Mundo, a partir da revolta das Treze Colônias britânicas da América do Norte. Mas não se pode negar que o processo revolucionário francês e seus desdobramentos foram uma referência tanto para processos de independência quanto para a reação de regimes monárquicos.

A partir daí, conceber uma história que explique a ruptura revolucionária e consiga articular as partes disjuntas da história da França é uma tarefa primordial. Espera-se da história que ela permita compreender tanto os conflitos que dividem os franceses quanto aquilo que os une. Ante a fragilidade dos governos e das instituições políticas, da repetição convulsiva do gesto revolucionário que opõe os próprios herdeiros da Revolução uns aos outros, os historiadores veem lhes ser reconhecidos um formidável magistério: o de dizer a verdade da França. Por uma singular reviravolta, o especialista do passado aparece como profeta.⁵⁴

Ao tratar o espaço de experiência e o horizonte de expectativa como “categorias do conhecimento capazes de fundamentar a possibilidade de uma história”, Reinhart Koselleck ressaltava que a diferença entre essas categorias e os demais conceitos históricos é a impossibilidade de serem tratadas em separado e seu caráter meta-histórico, na medida em que permitem ir além de uma cronologia de fatos para “tentar descobrir o tempo histórico, pois, enriquecidas em seu conteúdo, elas dirigem as ações

⁵³ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012, p. 14 e 35.

⁵⁴ DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Op. cit., p. 13-14.

concretas no movimento social e político”.⁵⁵ Assim, não há experiência sem uma expectativa a referenciar seus passos, nem expectativa que não seja fundada em determinada experiência, seja para continuá-la, modificá-la ou até mesmo superá-la.

A modernidade, no entanto, é delimitada por uma mudança radical na relação entre experiência e expectativa, a ponto de “só se conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então”.⁵⁶ Se levarmos em conta os períodos anteriores, especialmente o medieval, percebe-se que a experiência do tempo era vivenciada, de maneira geral, sem grandes rupturas, já que as expectativas fundamentadas pela religião se projetavam para além da vida mundana. O ponto de mutação ocorre quando a experiência deixa de atuar como balizador e o horizonte de expectativa se desloca para a realização dos indivíduos por meio do melhoramento da existência terrena, tendo como palavra de ordem o progresso. “O ‘progresso’ é o primeiro conceito genuinamente histórico que apreendeu, em um conceito único, a diferença temporal entre experiência e expectativa”.⁵⁷

De um tempo que se movia numa única direção, passou-se para uma sensibilidade temporal fragmentada, com estratos múltiplos e simultâneos de vivência, em que o presente encontra-se em permanente estado de transição. Nesse choque constante entre o velho e o novo como propulsor das realizações humanas, o movimento da modernidade contará com outro agente catalisador: a ciência.

A esta circunstância sociopolítica acrescentou-se, a partir do final do século XVIII, o progresso técnico-industrial que afetou todos ao mesmo tempo, se bem que de diferentes maneiras. Passou a ser uma tese universal da experiência das invenções científicas e de sua aplicação industrial que elas permitem esperar novos progressos, que não podem ser previstos de antemão. O futuro, mesmo não podendo ser deduzido da experiência, trouxe não obstante a certeza de que as invenções e descobertas científicas iriam criar um mundo novo. Ciência e técnica estabilizaram o progresso como sendo a diferença temporal progressiva entre a experiência e a expectativa.⁵⁸

⁵⁵ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro, Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006, p. 306 e 308.

⁵⁶ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. cit., p. 314.

⁵⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Op. cit., p. 320.

⁵⁸ KOSELLECK, Reinhart. Op. cit., p. 321.

É esse poder creditado à ciência, de reorganizar a experiência de mundo e modificar o devir a partir da ação humana, que dará à história moderna a sua configuração. Se antes a sociedade era regida pelo costume, numa trajetória percebida como atualização contínua “do que sempre foi”, a laicização da perspectiva de tempo permitirá um distanciamento e uma diferenciação entre experiência (avaliação do passado) e expectativa (ação dirigida ao futuro). O próprio termo *revolução*, entendido até então a partir de sua acepção astronômica — como circularidade, restauração, retorno a um estado anterior, tendo seu correspondente histórico nas revoluções inglesas —, transforma-se radicalmente, passando a significar contestação, superação de um estado de coisas. A noção de “Antigo Regime” para se referir à sociedade aristocrática é difundida pelos revolucionários já em setembro de 1789, como forma de demarcar um novo tempo, fundamentado nos direitos naturais do homem e do cidadão. “Esse sentimento de uma ruptura radical com o passado é experimentado diversas vezes e se exprime tanto na mudança de origem (ano I da Liberdade, depois ano I da República) quanto nas múltiplas sentenças que afirmam [...] que a história está sendo refeita”.⁵⁹

Benedict Anderson acrescenta que, com o declínio dos dois sistemas culturais pertinentes até o século XVIII — a *comunidade religiosa* cujos membros se identificavam e se reconheciam pelo conhecimento das línguas mudas sagradas e o *reino dinástico* legitimado pela sagração divina, tornando os monarcas seres à parte e a quem as sociedades deviam lealdade —, o nacionalismo passou a cumprir esse papel agregador, em que a fatalidade do mundo religioso dá lugar a um sentido de continuidade secular. Essa ideia de nação só é possível a partir dessa transformação fundamental nas formas de apreender o mundo. E tal é sua força que muitas dinastias sobreviventes, como o império lusitano trasladado para a América, procurarão se investir de uma certa chancela “nacionalista” diante da perda dos seus antigos princípios de legitimidade.

A ideia de um organismo sociológico atravessando cronologicamente um tempo vazio e homogêneo é uma analogia exata da ideia de nação, que também é concebida como uma comunidade sólida percorrendo constantemente a história, seja em sentido ascendente ou descendente. Um americano nunca vai conhecer, e nem sequer saber o nome, da imensa maioria dos seus 240 milhões de compatriotas. Ele não tem ideia do que estão fazendo a cada momento. Mas tem plena confiança na atividade constante, anônima e simultânea deles.⁶⁰

⁵⁹ DELACROIX et al. Op. cit., p. 17.

⁶⁰ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 56-57.

Se, para os historiadores do século XIX, a história total é uma história nacional, diversa do que havia sido feito até então ao buscar dar conta de todos os aspectos da sociedade de que tratam, impõe-se agora um novo modelo de conhecimento. A busca por um passado comum; uma história que contemple toda a sociedade; o sentimento de pertença a um determinado território. Tudo isso mobiliza o engendramento de narrativas que sustentem essa percepção de tempo encadeado, com fatos organizados em causas e efeitos, reforçando assim a crença num passado que justifica o presente e se projeta no futuro, numa trajetória lógica e inexorável. É esse desejo de dar tempo ao espaço, com os métodos de pesquisa e escrita da moderna historiografia, que faz da criação de instituições como o IHGB um empreendimento da maior importância para a legitimação do Brasil como nação. “Nesse tipo de fé, criadora e criatura de estereótipos, reside o desejo de autoconhecimento, centrado no antropocentrismo moderno: eu posso mudar, porque sei lidar com meu passado”.⁶¹

Como já destacamos no início deste capítulo, a independência política brasileira seguiu um caminho peculiar em relação às demais ex-colônias americanas. A França do início do Oitocentos, agora sob a forma de nação imperial governada por Napoleão, expandia seu domínio para além de suas fronteiras, ameaçando monarquias como Espanha e Portugal. Para escapar da invasão francesa e do risco de deposição, o príncipe-regente Dom João se refugia no Rio de Janeiro, levando a família e todo o aparelho estatal (cerca de 15 mil pessoas). Mesmo com a expulsão dos franceses em 1811, as tensões dos movimentos republicanos em Portugal levaram a Corte a permanecer mais dez anos na América do Sul. O monarca procurava dessa forma “[...] manter o império intacto apenas rearranjando a distribuição interna do poder, *invertendo* a relação anterior de sujeição e transferindo a metrópole de uma sede europeia para uma sede americana”.⁶²

O Estado do Brasil, colônia exportadora sobre a qual por séculos foi imposta uma série de restrições — a proibição da imprensa, do comércio direto com outros povos, da instalação de indústrias e mesmo de instituições de ensino superior, como forma de reforçar a dependência em relação à metrópole —, via-se de repente transformada em Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Um reino precário tanto

⁶¹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2012, p. 30.

⁶² ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 261.

pela ausência de instituições quanto pelas formas peculiares com que as populações espargidas por esse imenso território se percebiam e se organizavam.

Ironicamente, uma das primeiras iniciativas para suprir esse vácuo foi a vinda da Missão Artística Francesa, em 1815, incumbida inicialmente de fundar no Rio de Janeiro a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios.⁶³ Pode parecer estranho a Corte portuguesa recorrer a pintores, escultores, arquitetos e artífices não apenas franceses, como também de estilo neoclássico — caro aos revolucionários, tendo em certo momento um papel relevante na criação do imaginário do movimento, e posteriormente bem adaptado ao bonapartismo — para imprimir uma imagem civilizada à nova sede do reino. Em ensaio sobre a obra pictórica de Jean Baptiste Debret, membro da expedição artística, Rodrigo Naves⁶⁴ mostra que a sensação de desacerto entre os membros da Missão Francesa não era menor, no confronto entre o ideário da arte neoclássica que dominavam e a realidade encontrada no Brasil, em tudo diversa da França revolucionária. Um país escravocrata, sem vida pública ou meios de expressão política, mais afeito ao estilo barroco das igrejas, sendo-lhe praticamente desconhecida a arte fora dos espaços sagrados ou domésticos. Um lugar onde o monarca não se legitima por gestos exemplares, e sim por privilégios hereditários de uma dinastia decadente.

Ao representar artisticamente momentos exemplares e virtuosos das civilizações grega e romana, a arte neoclássica ganha um sentido ético que busca se reatualizar no presente, dentro da lógica do tempo linear e progressivo da era moderna.⁶⁵ É com esse sentido que as elites luso-brasileiras procuram se investir, buscando conciliar a manutenção de um império aristocrático com as novas tendências liberais. Num período de tantas rupturas e diante do imperativo de um aparato tanto institucional quanto legitimador, tal perspectiva de continuidade parece inegavelmente atraente para a formatação de um novo reino e, com a independência política, de um império brasileiro — ainda que sejam necessárias adaptações. Se o século XIX é o século da história, em que os temas utilizados pelas artes, pela narrativa literária ou pela produção historiográfica lhe servem de testemunha, percebe-se um desejo, uma aspiração tanto das elites transplantadas para os trópicos quanto das classes dominantes

⁶³ Criada por decreto em 12 de agosto de 1816, a instituição visava à formação de profissionais especializados em artes e arquitetura para servirem ao Estado e às indústrias nascentes. Com a independência, passou a se chamar Academia Imperial de Belas Artes e, após a proclamação da República, Escola Nacional de Belas Artes.

⁶⁴ NAVES, Rodrigo. *A Forma Difícil*: ensaios sobre arte brasileira. 2ª edição, São Paulo: Ática, 2001.

⁶⁵ NAVES, Rodrigo. *A Forma Difícil*: ensaios sobre arte brasileira. Op. cit., p. 54-56.

nativas de reivindicar um nacionalismo novo, um nacionalismo brasileiro, a partir da afirmação de um “[...] passado [que] não é simplesmente aquilo que passou, e sim uma complexa composição subordinada aos interesses de quem aciona os jogos da memória.”⁶⁶

⁶⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula: o Ceará na escrita da História*. *Op. cit.*, p. 13.

1.2 O IHGB e seus intelectuais

As contradições da sociedade colonial, a vinda da Corte portuguesa e os interesses econômicos tanto de portugueses quanto de nativos enraizados tornariam inviável um movimento de libertação de cunho nacionalista, nos moldes burgueses do século XIX. Mesmo com a vitória da continuidade monárquica, outras ameaças, no entanto, pairavam sobre o Império nascente: as tensões regionais internas, os movimentos nativistas, a ameaça do haitianismo.⁶⁷ A consciência propriamente “nacional” só viria pela integração das diversas províncias em torno de um poder central encarnado pelo imperador Pedro II (1840-1850), tendo como relevante base de apoio a atuação dos intelectuais, nascidos e/ou tornados brasileiros. Uma geração preocupada em adaptar algo da cultura ilustrada europeia a seu meio, cuja força se estende século XIX adentro.

Suas atividades de pesquisa e de exploração, desvendando o interior do Brasil e procurando inovações para o seu progresso material, têm um cunho prático muito peculiar do meio e do momento histórico em que viviam e, por isso, oferece um interesse mais específico para o estudo das origens de uma cultura brasileira do que a análise das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da colônia, das quais, é certo, muitos dentre eles participaram, mas que refletem a ideologia da Independência norte-americana e da Revolução Francesa, formas generalizadas de um movimento cosmopolita e universal, simbolizada nas lojas maçônicas.⁶⁸

Segundo Maria Odila Leite da Silva Dias, a participação de ilustrados brasileiros na administração pública portuguesa é um fenômeno peculiar às classes dominantes da sociedade colonial, como forma de acomodação social dos descendentes de comerciantes e senhores de terra, empobrecidos pela partilha dos bens e pulverização de suas fortunas, resumida num dito popular do século XVIII: “Pai taverneiro, filho nobre e neto mendicante”. Esses homens de *status*, filhos de “homens bons”, porém despossuídos de bens, eram então encaminhados ao serviço “das santas casas, dos

⁶⁷ Referência à revolta de escravos ocorrida no Haiti entre 1791 e 1804, levando à independência política da ilha caribenha em relação à França. O fato espalhou um grande temor entre as elites de países americanos, mesmo as independentes, que temiam que tal exemplo se propagasse.

⁶⁸ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 40.

conventos, das ordens religiosas, do funcionalismo público em geral” como forma de manutenção da harmonia social.⁶⁹

O próprio presidente da Comissão Científica é um exemplar típico dessa geração de ilustrados brasileiros. Seu bisavô, o capitão português Manuel Freire Alemão de Cisneiros, possuía, no início do século XVIII, vastas terras na freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (que daria origem ao bairro de Campo Grande, no Rio de Janeiro). Mas, por conta de uma série de divisões e vendas de terras e uma “tendência ao empobrecimento”, o pai, João Freire Alemão, “será um simples lavrador naqueles domínios, como de resto já declaradamente o eram seus pais”.⁷⁰ A mãe, Feliciano Angélica do Espírito Santo, é filha enjeitada, fruto de uma relação ilegítima entre uma sitiante e o padre Antonio Coito da Fonseca, que compraria as terras da fazenda do Mendanha, onde João residia.

Francisco Freire Alemão de Cisneiros nasceu na fazenda do Mendanha e foi apadrinhado pelo padre Coito (assim como a mãe o fora). Guarda do avô-padrinho a lembrança de um “lavrador inteligente, [que] excogitava, experimentava e adotava os melhores métodos e aparelhos, que nesses tempos aqui se podiam conhecer; de modo que os produtos de sua lavoura, primeiro o anil, depois o café e ultimamente o açúcar eram os melhores que apareciam no mercado”.⁷¹ Tal atitude pode ser identificada com a política pombalina de procurar tesouros naturais nas colônias tropicais, mobilizando comerciantes e lavradores “ilustrados” a fazer experimentos agrícolas e redigir memórias em troca de promessas de privilégios fiscais, de monopólios e preços especiais.⁷² É por ordem do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790), conde de Figueiró, que o frei José Mariano da Conceição Veloso dá início às incursões pelo interior do Rio, coletando plantas para a redação da *Flora fluminense*. Uma dessas incursões foi exatamente ao Mendanha, da qual o menino Francisco preserva grande impressão. Esse episódio, bem como o cotidiano no campo e as experimentações do padre Coito devem ter sido referenciais importantes para que, anos depois, ele se voltasse aos estudos botânicos.

⁶⁹ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Op. cit., p. 33.

⁷⁰ DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”. In DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 10.

⁷¹ ALEMÃO, Francisco Freire. “Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?”. In *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856, p. 570-571.

⁷² DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. Op. cit., p. 50-51.

Eu ainda era muito menino quando estive em Mendanha o Padre Veloso fazendo coleções de Ciências Naturais. Minha tia Antônia tem lembranças fracas dele e seus companheiros. Quando eu já tinha alguma inteligência ouvia à gente da casa alguma coisa a esse respeito, como: que eles apanhavam borboletas e as comprimiam entre dois papéis, onde elas ficavam impressas. Eu que então já andava na escola fiz algumas diligências para imprimir borboletas.⁷³

Filho de lavradores remediados, Freire Alemão viveu na casa do padre e lá recebeu instrução primária até sua morte, em 1810. Sem as garantias da casa do padrinho, a mãe o coloca sob os cuidados do pároco local, padre Luís Pereira Duarte, tornando-o sacristão. De fato, a instrução em latim foi menos uma vocação do que uma forma de evitar que o jovem fosse recrutado para o serviço de milícia durante o conflito cisplatino. Freire Alemão dá continuidade aos estudos com Diogo Antônio dos Santos, que vai dar aulas para o filho do novo proprietário da fazenda do Mendanha. Esse segundo protetor, ao tomar ordens e posteriormente ocupar a cadeira de latim no Seminário Episcopal de São José, consegue-lhe uma vaga na instituição como aluno numerista, em março de 1817. Lá Freire Alemão teve aulas de “história da Igreja, teologia moral e dogmática, grego, francês, inglês, espanhol, hebraico, latim, e participou dos cursos de física e mecânica”.⁷⁴ Importante ressaltar essas duas últimas cadeiras do currículo do Seminário São José como um outro indício da difusão dos estudos físicos e naturais, “até então tidos como ‘suspeitos e ignóbeis’, [e que] constituíam fenômeno inteiramente revolucionário se o confrontarmos com os moldes do ensino jesuítico que predominava até o momento”.⁷⁵

Em 1821, Freire Alemão opta por não seguir a vida sacerdotal e se vê obrigado a abandonar os estudos no Seminário, contrariando os desejos da família. É acolhido na Corte pelo irmão mais velho, Antônio, aluno da Academia Médico-Cirúrgica, mas que também enfrentava dificuldades para se manter. Passa a dar aulas particulares e, um ano depois, ingressa no mesmo curso do irmão, valendo-se de pensão de 9\$600 (nove mil e seiscentos réis) mensais concedida a 12 alunos “pobres e distintos”, que se comprometiam a prestar serviços ao país um ano depois de formados, como contrapartida ao financiamento. O império torna-se assim seu novo protetor.

⁷³ ALEMÃO, Francisco Freire apud DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”. Op. cit., p. 12.

⁷⁴ Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/cisfranfrei.htm>>. Acesso em 18 nov. 2013.

⁷⁵ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. cit., p. 53.

A medicina urbana (aqui caracterizada pelo trato de doentes no consultório, em domicílio ou nos poucos hospitais existentes) não era uma carreira particularmente sedutora, como viria a se tornar no século XX. Havia a concorrência com práticos, parteiras e curandeiros que, durante a colônia, mesmo passíveis de punição, praticamente monopolizaram as artes de cura a partir de um conhecimento empírico e vulgar. Para se ter uma ideia da desproporção, em 1789, só havia quatro médicos na cidade do Rio de Janeiro.⁷⁶ A clientela, além de desconfiada, era restrita a quem podia pagar. Além disso, o curso em que Freire Alemão ingressara garantia apenas a carta de cirurgião formado e permitia-lhe exercer algumas atribuições de médico. Até 1826, uma discriminação determinava que o grau de médico só poderia ser obtido com formação na metrópole.⁷⁷ À época da obtenção de sua carta, Freire Alemão não sofreu o preceito discriminatório, mas é um indicativo importante das dificuldades em se estabelecer uma medicina oficial no país.

Mas, a despeito das dificuldades das profissões liberais, a formação bem-sucedida de um jovem de recursos modestos no Ensino Superior não era algo de pouca monta. As pesadas taxas e impostos de selo que os alunos deveriam pagar praticamente restringiam o acesso a filhos de famílias abastadas; muitos foram os alunos de origem humilde que abandonaram o curso pelo meio.⁷⁸ A medicina, ao englobar matérias de ciências naturais, botânica, anatomia comparada e zoologia, oferecia possibilidades para além do consultório e do hospital. Médicos, boticários e farmacêuticos figuraram como notáveis viajantes desde os descobrimentos, aplicando seus conhecimentos na exploração de novos territórios, na prevenção e combate a doenças tropicais, bem como no levantamento de espécies que pudessem ser empregadas na alimentação, no comércio, no transporte e na saúde.

Com a ajuda de parentes e a influência de pais de alunos a quem dera aulas particulares,⁷⁹ Freire Alemão seguiu para o doutorado na Université de Paris, onde tem aulas de botânica com o professor Jacques Clarion (1779-1844). Lá defende tese sobre o

⁷⁶ NAVA, Pedro. *Capítulos da História da Medicina no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial; Londrina: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003, p. 47.

⁷⁷ DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”. Op. cit., p. 14.

⁷⁸ COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 98.

⁷⁹ Como paga da pensão recebida pelo governo, Freire Alemão havia sido convocado para integrar a tropa que acompanhou o imperador Pedro I em viagem ao sul, em 1827. Para desembaraçar-se da obrigação, recorreu a João Bandeira de Gouveia, homem influente da época, a cujas filhas ensinara. A passagem foi concedida pelo médico francês José Francisco Xavier Sigaud. Como parte da política da Restauração em restabelecer relações com o Brasil, o governo francês concedia passagens gratuitas em seus navios de guerra a jovens que quisessem estudar na Europa.

bócio endêmico, comum nas regiões de São Paulo, Paraná, Mato Grosso e sul de Minas Gerais. No retorno à Corte, tal conhecimento lhe vale a vaga recém-aberta de lente de botânica médica e princípios elementares de zoologia na agora Escola de Medicina, que passara por reformas em seu currículo em 1832. Assume o posto em 1833, o primeiro dos vários empregos públicos que viria a exercer em vida, ligados ao ensino (Escola Central) e à direção de instituições (Museu Nacional). Em 1840, na ausência do médico de plantão, foi chamado para atender o jovem imperador, sendo-lhe por isso outorgada a nomeação como médico da Imperial Câmara, com ordenado anual de 800\$ (oitocentos mil réis). Três anos depois, integrou a comitiva imperial encarregada de acompanhar a vinda, de Nápoles ao Rio de Janeiro, da noiva de Pedro II, Teresa Cristina. Posteriormente foi professor das princesas Isabel e Leopoldina. Fundou e participou de diversas sociedades científicas, como a Sociedade Velosiana, a Academia Imperial de Medicina (que presidiu nos anos 1832 e 1838) e o próprio IHGB.

A trajetória de Freire Alemão tem aspectos peculiares, de “exceção à regra”, que lhe permitiram ir além do horizonte de sua origem social e econômica por meio da instrução. Mas sem o aparato protetor que encontrou na Igreja e no Estado (no caso português duas instituições profundamente amalgamadas), dificilmente o botânico teria alcançado o mesmo êxito. “A diversidade de origem social — o que nos leva a questioná-la como critério único definidor de uma prática tanto política quanto intelectual — é, contudo, nivelada por um processo de educação [...], seguida de treinamento e carreira no aparelho do Estado”.⁸⁰

Diferente dos domínios espanhóis nos trópicos, que se dividiram em repúblicas fragmentadas após convulsionados processos revolucionários, a independência brasileira seguiu um caminho peculiar: não apenas conseguiu manter sua unidade territorial — ainda que ao custo de conflitos armados entre o poder central e as províncias rebeldes — como adotou um sistema de governo que tornou o Brasil a única monarquia bem-sucedida em toda a América. Por um lado, os movimentos nacionalistas na América Espanhola foram possíveis graças à atuação de uma elite *crioula*,⁸¹ que, apesar de compartilhar uma mesma ascendência com os europeus peninsulares, eram por estes classificados a partir das teorias em torno da influência do

⁸⁰ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “Nação e civilização nos trópicos...”. Op. cit., p. 10.

⁸¹ “Creolle (criollo), pessoa de descendência europeia pura (pelo menos teoricamente), mas nascida nas Américas (e, por extensão, em qualquer lugar fora da Europa)”. ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas...* Op. cit., p. 84 (nota 1).

ambiente sobre a formação da cultura e do caráter. Assim, “os crioulos, nascidos num hemisfério selvagem, eram por natureza diferentes e inferiores aos metropolitanos — e, portanto, inadequados para os cargos mais elevados”.⁸² Tal diferenciação, juntamente com o aumento do controle madrileno e a difusão de ideias de liberalismo iluminista na segunda metade do século XVIII, permitiu que unidades administrativas da Nova Espanha passassem a se ver como terras pátrias e desenvolvessem uma determinada concepção de nacionalidade, dentro do processo das “comunidades imaginadas”, cuja legitimidade não ocorre em termos de falsidade/autenticidade, mas é forjada simbolicamente a partir uma imagem viva de comunhão, desejos e projeções compartilhados por membros que não necessariamente se (re)conhecem.⁸³

Na contramão do que havia sido feito na América espanhola, o governo português procurou integrar ilustrados brasileiros como Freire Alemão na engrenagem maior de uma política de Estado, que buscava, entre outras coisas, acompanhar o processo de modernização com o incentivo às ciências. Em contrapartida, estes se empenharam ativamente no processo de independência e na construção de um Império que nada tinham a ver com a luta entre colonos e metropolitanos. Tal engajamento não apenas é determinante para a formação da elite política do Primeiro Reinado, como também contribuiu decisivamente na consolidação do Império brasileiro já com Pedro II ao trono, forjando a imagem de um Estado nacional centralizado que conseguiu se sobrepor a demandas localistas.

Podemos então concluir que tanto a Sociedade Auxiliadora quanto o IHGB apresentam ligações com as várias facetas do Estado monárquico estabelecidas no Brasil oitocentista, podendo-se associar, ao desdobramento de uma associação na outra, um elo de continuidade entre os vassalos ilustrados da antiga metrópole e a geração romântica pós-independência. Ainda que criada em 1827 e viabilizada em 1838, a SAIN foi idealizada em 1816, época em que o Brasil, uma vez elevado a Reino Unido, passava a contar com todas as prerrogativas e a estrutura administrativa de uma sede de governo, sendo incentivada a criação de instituições e serviços públicos que caracterizariam o período de “interiorização da metrópole”.

Ligadas às reformas pombalinas e às políticas de modernização promovidas por dom Rodrigo de Souza Coutinho, tais instituições foram pensadas a partir de uma política de Estado “ilustrada”, buscando “impulsionar e estimular os estudos científicos

⁸² ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 101.

⁸³ ANDERSON, Benedict. Op. cit., p. 32-33.

de finalidade prática, principalmente de mineralogia e história natural, em detrimento dos estudos políticos e filosóficos, sempre mais perigosos para os antigos privilégios e para a ordem constituída”.⁸⁴ Especificamente em relação ao Brasil, procurava-se encontrar ou adaptar técnicas e matérias-primas que viessem a substituir a decadente exploração aurífera nas Gerais. Criada com o fim de promover o desenvolvimento agrícola e fabril no país, a Sociedade Auxiliadora foi uma das poucas instituições a vingar entre as sociedades científicas criadas no período, mantendo o caráter político moderado e a preocupação com o progresso material da nação por meio das inovações científicas.

Já o IHGB, inicialmente uma associação privada, coloca-se desde sua sessão inaugural sob a proteção imperial. Em 1839, data da primeira subvenção oficial, esta representava 44% da receita do Instituto, elevada para 75% em 1843 e mantendo-se nessa proporção até o advento da República. O vínculo do Estado com o IHGB é estreitado com a ascensão de dom Pedro II ao trono. Em 15 de dezembro de 1849, a sede do Instituto é transferida para as dependências do Paço Imperial, fato tão significativo que o aniversário da agremiação passou a ser comemorado nesta data, e não na data da fundação. O imperador participa ativamente das sessões, instituindo prêmios, propondo temas de pesquisa e patrocinando viagens e expedições. Atitude que ajuda a firmar a imagem de um monarca esclarecido, “amigo das letras”, e, ao mesmo tempo, reforça a tradição lusitana de ligação entre o Estado e os intelectuais, mantida deste lado do Atlântico.⁸⁵

Outro dado relevante é o perfil intelectual dos 27 fundadores da instituição. Além de a maioria desempenhar funções no aparelho de Estado — funcionários públicos e políticos, na proporção de dois funcionários para cinco homens públicos, proporção que iria se inverter com o crescimento da estrutura imperial —, oito dos fundadores haviam nascido em Portugal, deslocados durante a transferência da Corte para o Brasil. A fidelidade à casa de Bragança e a formação frontalmente contrária aos desdobramentos da Revolução Francesa serão dois elementos marcantes entre os primeiros sócios do IHGB, sendo determinante para a formatação da história brasileira — e tenderá a se manter ao longo do Segundo Reinado.

⁸⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Op. cit., p. 103.

⁸⁵ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “Nação e civilização nos trópicos...”. Op. cit., p. 10.

Inicialmente o ingresso de novos membros⁸⁶ não era regido por critérios acadêmicos, sendo condicionada à indicação de um sócio efetivo. A proposta era encaminhada para apreciação de uma das Comissões (dependendo se o candidato queria integrar a Seção de História ou de Geografia) e depois submetida à votação fechada pela mesa diretora. Somente em 1851, com a revisão dos Estatutos do IHGB, a entrada de efetivos e correspondentes passou a ser controlada por comitê específico e condicionada à comprovada produção intelectual. Entretanto, a inalteração do número de sócios efetivos — condicionando o ingresso de novos membros à vacância por morte de titular — e o intenso tráfico de influência de membros que defendiam a candidatura de seus apadrinhados ajudou a manter o controle nas mãos do grupo fundador da agremiação e seus apaniguados. Assim, ao longo do Segundo Reinado, políticos, funcionários do Estado e personalidades próximas ao imperador tiveram prevalência no acesso ao círculo letrado.⁸⁷

Mesmo atuando em campos distintos, percebe-se que tanto a SAIN quanto o IHGB foram fortemente referenciados pela ideia de progresso difundida ao longo do século XIX e, simultaneamente, imbuídos de uma atuação pragmática, subordinada ao engrandecimento do Estado monárquico.

Enquanto a Sociedade para o Apoio da Indústria Nacional foi concebida como uma contribuição ao desenvolvimento do Brasil no plano econômico, o IHGB deveria, segundo os planos de seus fundadores, dar sua contribuição para o desenvolvimento em outro plano. Conforme sua concepção, a história tinha uma função esclarecedora e deveria apontar caminhos para os que se ocupam da política: no fundo, ela continuava sendo a *magistra vitae*.⁸⁸

O Instituto é fundado num período de mudanças que levariam à institucionalização do saber histórico, dando-lhe estatuto de ciência. Mas se, na Europa, o campo principal de disputas é a universidade, onde a disciplina vai constituindo foros de cientificidade, no Brasil, o espaço de excelência será a academia de escolhidos a

⁸⁶ Enquanto os sócios efetivos eram limitados ao número de 50, as vagas para sócios correspondentes e honorários eram ilimitadas e poderiam ser ocupadas tanto por residentes no Brasil quanto no exterior. O título de honorário era concedido por critérios de idade, notório saber e distinção; também eram isentos do pagamento da joia de entrada e da taxa semestral, a que eram sujeitos os demais sócios. PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. *Debaixo da imediata proteção imperial...* Op. cit., p. 44.

⁸⁷ PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. Op. cit., p. 48-51.

⁸⁸ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011, p. 73.

partir de relações sociais com o poder central, guardando fortes ligações com as academias ilustradas. Essas novas modalidades de *societés savantes* que se difundiram no Ocidente ao longo do século XIX se constituíram num lugar privilegiado para pôr em prática o projeto de uma história, submetendo métodos e tradição da pesquisa antiquária ao crivo acadêmico a fim de conservar, pesquisar e divulgar suas respectivas histórias nacionais — ainda que a ruptura com o legado colecionista não tenha ocorrido de todo. Não por acaso, essas instituições manterão um intenso intercâmbio intelectual, afinando as posturas relativas ao tratamento da disciplina histórica em formação ou mesmo em busca de origens comuns por meio de do compartilhamento de documentos e artefatos.

Centro da produção de um projeto histórico voltado para o estabelecimento tanto de uma gênese nacional quanto de uma historiografia que pudesse integrar elementos díspares como os patriotismos regionais, a presença indígena e o legado escravocrata, o IHGB procurará definir a identidade brasileira como a continuação de uma missão civilizatória pretensamente iniciada pelo português colonizador. Com o paulatino sufocamento das revoltas provinciais, o reconhecimento externo, a coroação de Pedro II e o chamado período de Conciliação, a definição de um Brasil a partir de aspirações elitistas e ligadas ao Estado monárquico também trará consigo a definição do “outro” tanto no plano interno quanto no externo. Internamente, promoverá a exclusão de índios e negros — pois só o branco seria capaz de conduzir a marcha civilizatória —, bem como dos que não reconhecessem a legitimidade do imperador como herdeiro maior desse legado. No plano externo, far-se-á a diferenciação pelas formas de governo, em que as repúblicas latino-americanas serão definidas como a representação da barbárie, enquanto a independência brasileira teria sido forjada a partir de uma transição suave, “civilizada”.⁸⁹

⁸⁹ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “Nação e civilização nos trópicos...”. Op. cit., p. 5-9.

1.3 A teoria do todo e a prática das partes

Além de solicitar aos sócios correspondentes de outras províncias o envio de memórias e documentos relativos aos aspectos históricos, antropológicos, naturais e topográficos do Brasil, a promoção de expedições científicas pelo IHGB teria um papel igualmente relevante no estabelecimento de uma memória da nação, proporcionando-lhe uma dimensão espacial e justificando a dupla acepção do Instituto como “histórico” e “geográfico”.⁹⁰ Antes da Comissão Científica de Exploração, o próprio IHGB já vinha empreendendo uma série de ações e alianças com o intuito de fazer o reconhecimento do território e fixar as origens da nação, baseada nas teorias de que o indígena brasileiro era resultado da degeneração de uma raça superior e outrora civilizada: desde a associação com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte da Dinamarca, em busca de uma ligação arqueológica ancestral entre a *terra brasilis* e o Norte europeu, até a já referida cidade perdida do Sincorá, cujas buscas foram encerradas em 1849.

Entretanto, o estabelecimento de laços com culturas civilizadas poderá também causar constrangimentos. Percebe-se, na Comissão do Ceará, o incômodo e o estranhamento dos naturalistas perante a forma *peculiar* com que a “gente baixa” ou até a “gente boa ou de gravata lavada” entendia as origens da província cearense, dissonante dos sentidos de continuidade entre a colonização portuguesa e o império tropical.

Tem a gente do Ceará grande aversão para estrangeiros, principalmente para portugueses, a que chamam *Marinheiros*. Inda há poucos dias em casa do Franklin de Lima, estando ele e a mulher, conversamos sobre várias coisas e entre elas me perguntou o Franklin se uma corrente de ferro que se diz existir fechando a barra do Rio de Janeiro não era obra de holandeses, porque, dizia, portugueses não acredito que fossem capazes de fazer! Tudo o que existe no Ceará mais antigo querem que fosse obra de holandeses; assim a antiga fortaleza do Rio Ceará; o porto de desembarque, com o seu aterrado são obras holandesas.⁹¹

⁹⁰ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil”. Op. cit., p. 104.

⁹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão, catálogo e transcrição*. Op. cit., p. 316.

Em Fortaleza, Freire Alemão, acompanhado por dois membros da expedição e Tomás Pompeu de Sousa Brasil,⁹² foi à Vila Velha fazer uma colheita de plantas. Vila Velha, na barra do Rio Ceará, foi onde Martim Soares Moreno construiu um forte em 1611, posteriormente pilhado por holandeses liderados por Matias Beck para construir uma fortificação mais ao sul, retomada em 1654 sob o comando de Álvaro de Azevedo Barreto. O ciclo de conquistas e reconquistas desse ponto equidistante entre Pernambuco (de atuação holandesa sensível) e o Maranhão (com núcleos de administração ibérica) daria ensejo à polêmica sobre a origem e o “verdadeiro” fundador de Fortaleza, estendendo, até os anos 1960, a querela entre intelectuais “morenistas” e “beckistas”.⁹³

Eram mais de dez horas que todos seguimos para Vila Velha, que é daqui a duas léguas, chegamos lá ao meio-dia com bastante sol. Apeamo-nos em casa do Gouveia, onde mora um seu filho que lhe administra o sítio. Estava ele embaixo no serviço com um sujeito velho, e caçando com uma espingarda de dois canos; acompanhou-nos até o rio, lugar chamado Porto de Holandeses.

[...]

Disse-nos o Pompeu que nasce ali uma fortaleza e que a fortaleza tomada pelos holandeses é a da capital.⁹⁴

O registro do topônimo “Porto de Holandeses” e do comentário do futuro Senador Pompeu em seu diário, mesmo sem entrar em comentários mais profundos, evidencia a impressão registrada na “memória em separado”, de uma autoimagem superior e desconectada da unidade imperial engendrada pelos cearenses. Se, no século XX, quando os vínculos de continuidade identitária com a Igreja Católica e Portugal estavam bem estabelecidos, “a questão não mais se resumiria à definição de uma prioridade lusitana ou holandesa, mas de um princípio de civilização: se fundado sob a égide católica ou se inspirado por preceitos da Reforma”, percebe-se na fala de Pompeu, ao indicar a fortificação holandesa como a “da capital”, localizada na margem esquerda

⁹² Tomás Pompeu de Sousa Brasil, o Senador Pompeu (1818-1877), político cearense. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife e no Seminário de Olinda. Foi um dos fundadores do Liceu do Ceará e seu primeiro diretor, entre 1845 e 1849, professor de Geografia e História. Em 1845, foi o primeiro suplente nas eleições para a assembleia geral, tendo-se efetivado com a morte de Costa Barros. Jornalista, participou ativamente no jornal *O Cearense*, ligado ao Partido Liberal, do qual era membro. Com a morte de Miguel Fernandes Vieira, então líder dos liberais no Ceará, foi indicado para senador do Império em 1864. Tornou-se, ainda, chefe do partido no estado até a sua morte.

⁹³ FURTADO FILHO, João Ernani. *Soares Moreno e Matias Beck: inventário de uma polêmica nos escritos de Ismael Pordeus*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2002, p. 24.

⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011, p. 482.

do Rio Pajeú, sobre o monte Marajaitiba, um simbolismo e uma distinção dos lugares, opondo o que, no século XX, seriam a periferia (Barra do Ceará, forte de Martim Soares Moreno) e o núcleo iniciador da cidade, o forte Schoonenborch de Matias Beck.⁹⁵

O incômodo de Freire Alemão se deve menos e necessariamente à atribuição dada aos holandeses como iniciadores da colonização da província, diante do legado que, bem ou mal, ainda se reconhecia em Pernambuco da empresa estabelecida por Maurício de Nassau no século XVII. Preocupava-o a ideia de oposição e superioridade que os cearenses encetavam em relação ao elemento lusitano — e consequentemente à monarquia dela gerada — ao se colocarem como descendentes dos batavos, resumindo no epíteto de “marinheiros” a ideia de homens incapazes de se fixar na terra, de construir algo do próprio engenho, enriquecendo por meio da pilhagem e da exploração de outros povos. Os cearenses entendiam-se, portanto, diferentes porque são *outros*, portadores de uma história mais do que provinciana, pois o Brasil (a nação), para eles, é o Ceará. Apesar da identificação com um país de lastro em termos históricos, desenvolvida e pujante, tal afinidade colocava em risco uma ideia que, na segunda metade do século XIX até finais do século XX, teria enorme sucesso nos circuitos letrados e nos livros didáticos: a expulsão dos holandeses representaria um marco da brasilidade, na medida em que os quatro “heróis” da batalha representariam nossas raças fundadoras, unidas para livrar a pátria da opressão batava e devolver-lhe sua perdida integridade: “Se Fernandes Vieira e André Vidal são da raça branca, Antônio Camarão é indígena, e Henrique Dias pertence ao tipo africano”.⁹⁶ Tal visão só seria questionada pela historiografia mais recente, “quando seria questionado esse tipo de conclusão, já que o Brasil colonial não formava uma unidade sistemática”.⁹⁷

Freire Alemão chega a registrar em seu diário o encontro, em Viçosa, com um índio chamado Inácio José de Souza, que “quer ser descendente de D. Felipe Camarão”, mas de cujas informações o botânico diz que pouco teve o que aproveitar: “Deu-me mais algumas notícias de uma guerra de D. Felipe (não sei qual deles) contra os tapuias da serra, notícias muito confusas. Aprovei dele o modo de pronunciar algumas palavras indígenas”.⁹⁸ Apesar de a forma como pronunciava as palavras atestar sua origem indígena, denota-se a pouca confiança sobre a alegação de Inácio de ser

⁹⁵ FURTADO FILHO, João Ernani. *Soares Moreno e Matias Beck...* Op. cit., p. 32; 104.

⁹⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a história nacional” [1894]. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro, EdUERJ, 2010, p. 238-239.

⁹⁷ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O Fato e a fábula...* Op. cit., p. 18.

⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 388-389.

descendente de Felipe Camarão, diante da imprecisão de suas notícias e de não apresentar qualquer outra prova material, o que impossibilitava a sujeição daquela fala a um crivo mais autorizado. Aqui igualmente o botânico não aprofunda o episódio, mas é possível indagar se a fixação desse encontro com o índio Inácio, em seu relato diarístico, não apontariam para um outro tipo de afirmação de nativismo cearense, tomando como mote Antônio Felipe Camarão.

O naturalista bávaro Carl von Martius, em ensaio premiado pelo IHGB sobre a melhor forma de escrever a História do Brasil (a ser discutido no próximo tópico), acreditava que a história da nação deveria ser entendida como um todo, evitando “que cada província se contentasse com a sua própria história e começasse a entender que a História do Brasil seria simplesmente a soma desses fragmentos.”⁹⁹ Anos depois, Tristão de Alencar Araripe também publicaria, na *Revista do IHGB*, um texto programático sobre o modo de escrever a história do Brasil, que, em certa medida, afasta-se da visão de síntese do Von Martius ao colocar em destaque o cultivo da história de certos indivíduos, tornados vultos exemplares a estimular o patriotismo. É lá que se consagra a versão das três raças fundadoras aglutinadas contra o exógeno holandês. Ramos, entretanto, observa a contradição desse texto com a *História da Província do Ceará*, publicada em 1867, em que o herói índio é apropriado como nascido na Serra da Ibiapaba (onde se localiza Viçosa) e a disputa dessa naturalidade com Pernambuco. Numa escrita engajada, Alencar Araripe e seu primo, o escritor romântico José de Alencar, aquele na história e este nas páginas de *Iracema – Lenda do Ceará* (1865), defenderão a ideia do Ceará como “pátria de Camarão”. “A repetição não é mera coincidência. [...] Era uma questão de honra acreditar que o Ceará fora o berço de Camarão, índio que, conforme se imaginava, tornou-se um homem civilizado e, além disso, ajudou a expulsar os holandeses do Brasil”.¹⁰⁰

Levando-se em conta que, a despeito de Alencar Araripe e José de Alencar serem filhos dos principais líderes das agitações separatistas de 1817 e 1824, tal versão não chega a se opor frontalmente às aspirações integrativas do IHGB e do Governo central; indica, porém, que essas filigranas de patriotismo cearense ultrapassavam as tradições orais e os preconceitos que regulavam o trato com representantes de poder imperial. Atuando na esfera intelectual (que não deixa de ser política), Alencar Araripe e José de Alencar procuravam dar ao Ceará uma posição de destaque na “biografia da

⁹⁹ RAMOS, Francisco Régis Lopes. Op. cit., p. 17.

¹⁰⁰ RAMOS, Francisco Régis Lopes. Op. cit., p. 18.

nação”, transformando o que Freire Alemão percebia como soberba em orgulho do passado patriótico — seja nos estudos históricos ou na literatura de Alencar, em que o Ceará será o palco do mito fundador brasileiro, pela união do branco Martim e da índia Iracema. Mesmo seguindo a retórica das histórias de amor coloniais, em que independente de o sentimento ser ou não correspondido, de o amante colonizado ser homem ou mulher, “os amantes são separados, o europeu é reabsorvido pela Europa, e o não-europeu morre prematuramente,¹⁰¹ o encontro do guerreiro lusitano com a índia tabajara nos lega Moacir: o “filho da dor”, de uma relação insegura, porém estabelecida e não mais ignorável. “É por isso que Alencar deixa bem claro: *Iracema* é uma lenda, mas é uma lenda com argumento histórico. Isso quer dizer que o leitor está diante de um texto que não é verdade, mas pode abrir as portas da imaginação que leva ao que realmente se passou”.¹⁰²

Mesmo que essas expedições muitas vezes não alcançassem seus intentos, ou, uma vez em campo, se vissem às voltas com concepções de nacionalidade “rebeldes”, tais fatores não diminuem a importância do deslocamento, do “estar lá” como forma não apenas de trazer à luz esses vestígios de tempos pretéritos, mas de localizar e enquadrar certos entendimentos da gênese brasileira que não se afinassem com o projeto monárquico, colocando-os na acepção de “preconceito popular, que se vai desvanecendo com a ilustração”.¹⁰³ “O olho do viajante, educado segundo as regras do inquérito filosófico em que tanto a natureza quanto os aspectos humanos seriam objeto de uma narrativa minuciosa e circunstanciada, atestaria o narrado nas fontes e porventura objeto de disputa e controvérsia”.¹⁰⁴

No Brasil, o IHGB representará, junto com outras instituições imperiais, um esforço destinado a estabelecer uma história nacional, intento particularmente difícil num país que, pelos critérios da cultura letrada europeia, era “desprovido de História”. Um mesmo território abrigava em seu interior regiões de paisagens intocadas e populações em estado edênico, vilas e cidades arraigadas aos usos da antiga metrópole e uma Corte que aglutinava todas essas contradições a um só tempo, na medida em que, malgrado “língua, costumes, arquitetura e afluxo de produtos da indústria de todas as

¹⁰¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EdUSC, 1999.

¹⁰² RAMOS, Francisco Régis Lopes. Op. cit., p. 90.

¹⁰³ ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. Os manuscritos do botânico Freire Alemão, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 316.

¹⁰⁴ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A disputa pelo passado...”. Op. cit., p. 111.

partes do mundo [que] dão à praça do Rio de Janeiro um aspecto europeu”, logo se depara “com a turba de negros e mulatos, a classe operária com que ele topa por toda parte [...] fere a sensibilidade do europeu que acaba de deixar os costumes delicados e as fórmulas obsequiosas de sua pátria”.¹⁰⁵

Em sociedades que não vivenciaram diretamente a presença da cultura clássica, suas academias e institutos históricos elegeriam os tempos recuados como índice possível para a “antiguidade nacional”. “Desta forma os valores da civilização não seriam apanágio exclusivo da tradição greco-romana, podendo inclusive ser encontrados num passado anterior a estes tempos e mesmo em sociedades que não teriam sido, a não ser muito tardiamente, marcadas pela presença dessa herança”.¹⁰⁶ No caso brasileiro, se as contradições do presente não forneciam os elementos necessários para a construção da consciência e identidade nacionais — a ponto de o próprio IHGB protelar ou mesmo impedir a divulgação de documentos relacionados ao passado imediato do Império¹⁰⁷ —, nossos letrados recorreram aos registros exemplares dos homens e feitos dos tempos da colonização, bem como à natureza tropical para demarcar a singularidade de nossas origens.

Nessa política do “recordar para ser”, a busca e divulgação de um estoque memorial destacam-se, num primeiro momento, nas publicações iniciais do principal veículo da agremiação, a *Revista do IHGB*. Em levantamento feito por Lucia Maria Paschoal Guimarães dos temas mais recorrentes na *Revista* entre 1839, ano da publicação de seu primeiro número, e o fim do Segundo Reinado, em 1889, evidencia-se a discrepância entre os 525 “documentos não contemporâneos” e as 153 “contribuições historiográficas”. Somente nos anos de fundação (1839-1849), foi transcrita uma média de 5,2 documentos não contemporâneos para cada contribuição historiográfica, demonstrando, segundo a autora, uma ênfase acentuada na formação de um estoque memorial em detrimento da pesquisa historiográfica. Paschoal Guimarães faz a ressalva de que tal descompasso pode ser em parte justificado pela carência inicial

¹⁰⁵ MARTIUS, Carl Friedrich von apud SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. História, Ciência, Saúde - Manguinhos. 2000, v. 7, n. 2.

¹⁰⁶ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In. HEIZER, Alda e VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 21.

¹⁰⁷ Segundo Lucia Maria Paschoal Guimarães, o arquivamento, o protelamento de publicações e até mesmo a censura de documentos a serem publicados na *Revista do IHGB* eram prática comum na associação beletrista, visando selecionar versões de episódios históricos mais compatíveis com o projeto político em curso e preservar a imagem de sócios envolvidos em momentos do processo de Independência e do Primeiro Reinado.

de fontes e a ausência de normas acadêmicas na seleção de sócios.¹⁰⁸ Mas, em seguida, destaca a orientação dada pelo primeiro-secretário do IHGB, Januário da Cunha Barbosa, no ensaio “Lembranças do que devem procurar os sócios [...] para remeteram à sociedade central”, publicado no primeiro número da *Revista*, dando especial destaque à remessa de

biografias de brasileiros ilustres; cópias autênticas de documentos e extratos de notas pesquisadas em secretarias, arquivos, cartórios civis e eclesiásticos; notícias de costumes indígenas, lendas, sua catequese e civilização; descrições do comércio interno e externo das Províncias, seus principais produtos, rios, montanhas, portos, navegação e estradas; fundação, prosperidade e ou decadência de vilas, arraiais e suas populações.¹⁰⁹

Para seguir tal orientação a contento, os sócios do IHGB deveriam não apenas reunir documentos relevantes de tempos recuados, como também redigir memórias e inventários sobre aspectos relevantes do passado nacional, principalmente de assuntos e realidades que careciam de registro escrito. Note-se que, no texto do primeiro-secretário do IHGB, colocam-se na mesma posição de importância os feitos dos homens e as peculiaridades da natureza, partes integrantes de um mesmo mundo que o viajante letrado deve interrogar e classificar, tornando-o assim tangível. Embora, entre nossos intelectuais, houvesse o entendimento de que a escrita era fundamental, ela por si não bastava. Por isso, será fulcral recorrer a outras materialidades em que o passado pudesse ser percebido: as ruínas, os vestígios materiais de um passado que já não existia, mas que demarcam essa passagem do tempo. Viajar era uma forma de descobrir essas marcas e marcos, apropriando-se deles para dar volume e sentido ao tempo. Escrever sobre essa viagem era juntar tudo o que foi apreendido pelos sentidos e submeter a uma narrativa ordenada e de acordo com as demandas do mundo científico.

Já no Segundo Reinado, a partir das reformas dos estatutos da entidade, observa-se um movimento de consolidação e profissionalização dos trabalhos do IHGB. Estudos relacionados à etnografia e à arqueologia, o debate da história regional e a promoção de viagens científicas passarão a ganhar espaço na instituição. Uma maneira não apenas de delimitar o espaço do *outro*, “mas também porque visava conjugar a relação dos grupos dispersos no território com um espaço e um centro comum, buscando-se, assim, constituir um sentido de afinidade mais amplo entre todos os

¹⁰⁸ PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. Op. cit., p. 71-72.

¹⁰⁹ PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. Op. cit., p. 75.

grupos que se julgavam poder reunir num dado momento”.¹¹⁰ Em 1856, com a proposição de uma viagem exploratória às províncias mais longínquas do Império, fica igualmente patente que tal empreitada atenderia diversos “níveis de conhecimento” do país e, por meio destas, alcançar-se-ia a completa integração deste império tropical.

Relações de causa e consequência, avanços e conquistas ao alcance da mão, riquezas potenciais encobertas numa natureza luxuriosa, tudo isso aparentemente apenas à espera de uma mão forte e uma razão firme a dirigir-lhe seus desígnios e bem servir o homem. E, se a nação caminhava inexoravelmente rumo ao progresso civilizatório, também se fazia urgente dar conta de realidades que estavam prestes a desaparecer, como as últimas comunidades indígenas e os sertões incultos, a serem inventariados em laboratórios e museus. E como fazer isso se não pela experiência do deslocamento? Assim, o relato de viagem e a descrição de regiões desconhecidas ganham um papel fundamental na cultura ilustrada/romântica, estendendo-se às demandas da ciência moderna no intuito de preservar das brumas do esquecimento tanto os aspectos físicos quanto morais deste lado do Atlântico, organizando-os numa nova comunidade de sentido. “Esse olhar atento e rigoroso organiza o visível segundo um sistema de classificação e ordenamento, produzindo-o como nova visibilidade, agora submetida às regras da ciência moderna empenhada em percebê-los segundo sua utilidade”.¹¹¹

¹¹⁰ PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço*. Natal: EdUFRN; Campina Grande: EdUEPB, 2011, p. 14.

¹¹¹ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “Entre as Luzes e o Romantismo”. In SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz (Org.). *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p. 82-83.

1.4 A busca do Éden e a posse do existente

Em busca de uma narrativa do passado norteadada pela questão nacional, o IHGB promove, em 1844, um concurso acerca do “Modo pelo qual se deve escrever a história do Brasil”, a partir de uma proposta do imperador Pedro II. Como vimos no tópico anterior, a formulação dessa historiografia nacional busca consolidar o regime monárquico enxertado por representantes da antiga metrópole, garantindo a integridade política e territorial frente à republicanização e às revoltas escravas na América, e ao mesmo tempo dar-lhe caracteres de singularidade, a partir de uma determinada seleção e interpretação dos fatos pretéritos.

No parecer de 20 de maio de 1847, a comissão avaliadora (Francisco Freire Alemão era um dos pareceristas) premiou o trabalho do naturalista bávaro Carl Friedrich Philip von Martius. Mas por que o pensamento histórico de um botânico estrangeiro teve tanta relevância entre os nossos letrados? A escolha ocorre em detrimento do texto de Henrique Júlio Wallenstein, que propunha a narração e distribuição dos fatos dignos de se recordar pelo sistema de décadas, considerada ultrapassada pelo comitê, “uma vez que, organizada unicamente pelo critério cronológico, não fornecia ao leitor contemporâneo o sentido e a finalidade desse trabalho de escrita da história”. A opção é justificada ainda pelo alinhamento do texto de Martius às demandas da moderna historiografia e, por sua vez, às diretrizes que o próprio IHGB deseja imprimir à escrita da história pátria.¹¹²

Parece à comissão que o autor desta memória [Henrique Wallenstein] não compreendeu bem o pensamento do vosso programa, porquanto as vistas deste Instituto não se podiam contentar com a simples distribuição das matérias, e isto por um método puramente fictício, que poderá ser cômodo para o historiador, mas de modo algum apto a *produzir uma história do gênero filosófico, como se deve exigir atualmente*¹¹³ (grifo meu).

Assim, a “incompreensão” do programa do concurso por Júlio Wallenstein, conforme a avaliação da comissão julgadora do IHGB, evidencia, nos membros dessa

¹¹² SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A disputa pelo passado...”. Op. cit., p. 100.

¹¹³ *Revista do IHGB* (atas), Rio de Janeiro, n. 9, p. 279, 1847.

elite intelectual, a importância de não apenas narrar os fatos do passado e localizá-los temporalmente, mas reconstruir o passado, no qual o historiador/autor intervém de forma direta na seleção e hierarquização desses fatos na narrativa. Uma concepção de história tanto filosófica quanto pragmática. Filosófica por não se contentar em fazer a crônica de pequenos ou grandes acontecimentos, devassando os movimentos profundos da história a partir de uma visão de unidade de um povo. E pragmática na medida em que o passado serviria de referência e inspiração para as questões do presente. Uma escrita que, portanto, deveria fornecer ao leitor sentido e finalidade, guiada pelo sentimento de pátria — concebida “[...] não apenas como referência a um lugar de nascimento, mas, sobretudo, como sentimento de pertencimento a uma comunidade, que se expressaria territorial, política e culturalmente”.¹¹⁴ Postura concatenada com a constituição das nações modernas no século XIX, mas que, no caso brasileiro, tentará resolver os impasses para a definição de uma cronologia do Novo Mundo anterior à chegada do europeu.

O programa de Martius, em linhas gerais, defende que, diante da grande extensão do território brasileiro, da variedade tanto da natureza quanto dos grupos humanos que nela habitam, há que se engendrar uma escrita que procure integrar a soma dessas particularidades no todo integrado e coeso chamado Brasil. Um todo a ser abordado a partir de uma perspectiva “pró-naturalista”, em que as ações humanas são determinadas por condicionamentos semelhantes aos do mundo físico, desconsiderando padrões tipicamente humanos ou culturais.¹¹⁵ A história do Brasil é, antes de tudo, uma história natural: o brasileiro é resultado da mescla das raças branca, indígena e negra, em que se “reconhece” a contribuição desses dois últimos na formação de um espírito nacional — nos momentos em que estes souberam adotar a civilidade do português desbravador, contribuindo no processo de colonização.

Mas como incluir regiões e populações que não possuíam documentos, monumentos e outras marcas de historicidade, à luz da cultura oitocentista? O autor de *Como se deve escrever a história do Brasil* coloca a natureza como um equalizador dessas temporalidades, ou pelo menos um caminho possível para a escrita da história dos chamados povos americanos. Martius acredita que diversidade territorial ou mesmo o caráter das populações nada tinham a ver com as delimitações provinciais,

¹¹⁴ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A disputa pelo passado...”. Op. cit., p. 105.

¹¹⁵ WEHLING, Arno. “A concepção histórica de von Martius”. In: *Revista do IHGB*, ano 155, n. 385, out/dez 1994, p. 731.

estabelecidas a partir de demandas administrativas e, portanto, artificiais. Mais válido, seria entender cada elemento dessa nação a partir das fronteiras naturais, detentoras de maior sentido no tocante ao juntar e ao separar.¹¹⁶ Para escrever uma narrativa capaz de engendrar a história da natureza e a história dos homens, Martius defende que o historiador deve lançar-se ao coração desses sertões, munido de um saber capaz de compor um quadro amplo, diverso e devidamente formatado pelo e para o olhar europeu.

O naturalista fala com conhecimento de causa. Designado pelo rei da Baviera para realizar uma viagem científica a regiões pouco exploradas da América do Sul, Martius e o zoólogo Johann Baptiste von Spix aportam no Rio de Janeiro em julho de 1817, juntamente com o séquito que trouxe da Áustria a arquiduquesa Leopoldina, noiva do príncipe herdeiro dom Pedro. Após seis meses de preparativos na Corte, seguiram para São Paulo, Minas Gerais e sul da Bahia. Subiram para os sertões de Pernambuco, Piauí e Maranhão até chegarem à Bacia Amazônica, onde fizeram incursões pelos rios Amazonas, Solimões, Negro e Japurá, alcançando as atuais fronteiras do Peru e da Colômbia. No total, permaneceram três anos no Brasil, tendo percorrido cerca de 10 mil quilômetros de território, estudando aspectos da fauna, flora, geografia, clima, além das comunidades indígenas. Até sua morte, em 1868, Martius dedicou-se quase exclusivamente ao estudo do acervo trazido do Brasil e à publicação dos resultados da viagem exploratória.¹¹⁷

Martius, agora o viajante-historiador, realiza com este texto emblemático as condições para a emergência do texto histórico no sentido moderno. O ter visto e o ter estado no Brasil asseguram-lhe as condições de produção do seu texto, reafirmando o sentido implícito no termo “história” em que o ver é a condição para o saber. Aliás, não é outra a sua postura quando ao sublinhar que para a escrita de uma verdadeira história do Brasil, capaz de comportar um retrato de todas as regiões do vasto território, tornava-se indispensável “que o historiador *tivesse visto* estes países, que tivesse *penetrado com os seus próprios olhos* as particularidades de sua natureza e população” (op. cit., 400, grifo do autor). Ou seja, que pudesse fundar sua escrita a partir de uma experiência semelhante a que realizara duas décadas antes em companhia de von Spix.¹¹⁸

¹¹⁶ RAMOS, Francisco Régis Lopes. Op. cit., p. 22.

¹¹⁷ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 54-55.

¹¹⁸ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “História e natureza em von Martius...”. Op. cit.

Num tempo em que ciências “naturais” e “humanas” se interpenetravam, a escrita da história de uma nação originada de sociedades iletradas passaria necessariamente pelo estudo das ciências naturais e da cultura material dos povos autóctones, na busca de um ordenamento inteligível da diversidade e exuberância do mundo tropical pela narrativa. É a partir dessa perspectiva que vamos trabalhar o papel da história natural como fornecedora de modelos interpretativos e representações da nação brasileira. Tendo em vista nosso objeto de estudo, o diário de viagem de um botânico brasileiro que atuou no limiar da Ilustração luso-brasileira e de um Romantismo que relaciona, de maneira orgânica, natureza e sentimento pátrio, tentaremos não estabelecer periodizações rígidas. Trataremos também do movimento de naturalistas em direção ao Novo Mundo e as implicações dessas viagens para a configuração geopolítica do período e a (difícil) afirmação de uma ciência nacional, com destaque para a botânica.

Se tal movimento vinha ocorrendo desde o período colonial — com a aclimação inicialmente empírica de plantas e animais na Terra de Santa Cruz, ou quando a metrópole promoveu, de forma mais sistemática, a formação e o envio de “vassalos ilustrados” às suas possessões ultramarinas com o objetivo de descobrir artefatos, técnicas, plantas ou minerais que reforçassem o erário real — no século XIX, essas viagens ganharão outra configuração. As diversas formas de confronto dos doutos com os sertões concorreriam, no Brasil independente, não apenas para a necessidade estratégica em conhecer as potencialidades geográficas e naturais de seu território, balizada tanto pela herança ilustrada quanto pelo historicismo de matriz romântica. Ao promover iniciativas como a Comissão Científica de Exploração, buscava-se também “instituir um discurso de saber, de cariz nacional e devidamente autorizado (posto que assentado nos princípios de observação direta e rigor metódico) para inserir o país no prestigioso âmbito da comunidade científica internacional”.¹¹⁹

Entender a importância e a repercussão das viagens científicas nos leva, para além dos interesses econômicos, políticos e estratégicos envolvidos na exploração de plantas, animais e minerais, a entender a emergência de uma nova percepção sobre a natureza a partir do século XVII, em que a observação seria investida de novos privilégios e primazias a partir dos aperfeiçoamentos teóricos e técnicos nas áreas de

¹¹⁹ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 9.

ótica (microscópio, câmara escura), matemática (perspectiva) e física (leis do movimento).

O microscópio deslindava a existência insuspeitável de seres invisíveis a olho nu, como protozoários, bactérias e cadeias de fito-plâncton, enquanto o telescópio redefinia a posição da Terra num universo para além da percepção tangível. A busca por novas rotas para o Oriente, bem como os descobrimentos, expandiram a noção do mundo conhecido, rompendo com a antiga noção de unidade terrestre e do pecado original como responsável pelas características físicas da natureza, perante espécies e formas de interação diversas com o mundo natural. E a geologia, além de questionar a cronologia bíblica, expandindo a idade da Terra de milhares para milhões de anos, permitiu a descoberta de fósseis que viveram e se extinguíram antes do *homo sapiens*.

Novos ambientes e formas de vida desafiavam a ideia de criação destinada ao uso e felicidade do homem, abrindo caminho, na segunda metade do século XIX, para a emergência das teorias do evolucionismo. Não foi uma mudança imediata, nem mesmo unânime, na medida em que essas novas evidências questionavam crenças culturais e espirituais arraigadas. Se nenhuma observação é neutra, envolvendo categorias mentais a partir das quais o homem classifica e ordena o conjunto de fenômenos que se lhe apresentam, tais categorias fazem parte de nós, moldam nossa percepção; tanto que, uma vez aprendidas e incorporadas, torna-se bastante difícil ver o mundo de outra maneira.¹²⁰ Essas descobertas implicaram paulatinamente em novas atitudes e sensibilidades em relação a plantas e animais, uma vez que, se a ordem natural não dependia de um Desígnio intangível, este poderia ser desvendado pelo homem.

O primado da observação e o estabelecimento de sistemas de classificação comuns e partilháveis para a nomeação do visível promoveram um novo tipo de conhecimento, baseado no que Michel Foucault chamou de separação entre as *palavras* e as *coisas*. Se até o século XVII a tarefa do historiador era estabelecer a grande compilação dos documentos e dos signos — na medida em que conhecer implicava interpretar os registros —, a partir dali retomar-se-ia a narrativa grega, no sentido de “pousar pela primeira vez um olhar minucioso sobre as coisas e de transcrever [...] em

¹²⁰ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais. São Paulo: Companhia das Letras, 2010, p. 71-72.

palavras lisas, neutralizadas e fiéis. Compreende-se que, nessa ‘purificação’, a primeira forma de história que se constituiu tenha sido a história da natureza”.¹²¹

No verbete sobre história natural, Diderot e D’Alembert destacam essa perspectiva universalizante do conhecimento, em que seu objeto é “tão extenso quanto a natureza — os astros, o ar, animais, vegetais e minerais do globo terrestre, em sua superfície e profundidade”.¹²² Por seu turno, as diversas formas assumidas pelos gabinetes de história natural (coleções, herbários, museus e jardins botânicos) almejavam reconstruir a natureza de forma ordenada, domesticando-a. Heranças da Ilustração que, mesmo com a gradual especialização das ciências e o ideário romântico — que se debruça sobre o processo da vida a partir de uma visão genética da natureza orgânica, contrapondo-se à apreensão genérica dos seres em sistemas taxonômicos —, vão impingir nos viajantes naturalistas do Oitocentos uma prática investigadora para dar conta do mundo natural como um todo, incluindo o ser humano.

Não é aleatório que essa nova disposição do visível e do enunciável tenha como referência fundamental a botânica. Em princípio, a primazia do estudo das plantas pode ser explicada pelo suporte que dava a matérias práticas de grande valor econômico e estratégico, como a medicina e a agricultura. No tempo de Alexander von Humboldt, um dos primeiros naturalistas a explorar e descrever a América do Sul pelo viés científico, plantas (especialmente as variedades pequenas) eram mais estudadas do que minerais, além de serem passíveis de aclimação fora de seus locais de origem. Além de mais leves para o transporte nos longos e caros percursos dos navios, técnicas de secagem garantiam a conservação de boa parte de seus caracteres para estudo.

Como ressalta Michel Foucault, a história natural privilegia o ordenamento a partir de variáveis visíveis e simultâneas dos seres, sem levar em conta seu funcionamento interno. Os órgãos da planta são exteriores, evidentes, enquanto os dos animais são vedados pela pele ou recobertos por outras estruturas, o que torna o conhecimento botânico mais adequado aos limites do conhecimento taxonômico do que o zoológico. Não foi o interesse pela botânica nos séculos XVII e XVIII que engendrou o exame exterior dos seres como método de classificação. Mas porque não se podia saber ou dizer fora de um espaço de visibilidade que só as plantas poderiam proporcionar na história natural.¹²³

¹²¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª ed., São Paulo, Martins Fontes, 1999, p. 179.

¹²² Apud LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius...* Op. cit., p. 67.

¹²³ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. Op. cit., p. 188-189.

O princípio antropocêntrico, segundo o qual o mundo havia sido feito para usufruto do homem e todas as espécies eram a ele subordinadas, vai sendo gradualmente minado no curso do período moderno. As plantas, até então, eram classificadas principalmente a partir do conhecimento de seu uso medicinal e/ou utilidade alimentar, misturando-se a isso o uso de analogias simbólicas dos caracteres das espécies com virtudes e valores “morais” — isso quando os autores não decidiam simplesmente enumerar as plantas em ordem alfabética. Há um esforço dos metodistas em estabelecer sistemas de classificação artificiais da natureza, agrupando racionalmente as espécies a partir de um traço exterior visível, como o aspecto das folhas (como no sistema de Mathias de l’Obel), frutos (Andrea Cesalpino) e flores (Augustus Quirinus Rivinus). Mas a grande quantidade de sistemas taxonômicos — entre 1623 e 1750, foram contabilizados 25 métodos de classificação para a botânica; outros 27 sistemas para a mineralogia estiveram em voga de 1647 a 1775¹²⁴ — produzia uma profusão de nomenclaturas e ordenamentos descontraídos, dificultando a comunicação entre os estudiosos.

Com a publicação do *Systema Naturae* (1758), do naturalista sueco Carl von Linné, ou Lineu, um sistema classificatório comum irá emergir, baseado, no caso das plantas, no número, situação e proporção dos órgãos sexuais.¹²⁵ Dividindo o mundo entre os reinos vegetal, animal e mineral, Lineu estabeleceu um sistema hierárquico com cinco categorias: classe, ordem, gênero, espécie e variedade (essa última evitaria a criação de novos *taxa* para acomodar todas as espécies surgidas por enxertos, cruzamentos e outras técnicas de cultivo). Outra inovação foi a nomeação das espécies por meio do método binomial. No *Critica botanica* (1737), Lineu defende que todas as plantas deveriam ser nomeadas por dois termos latinos, um para o gênero e outro para a espécie, que não poderiam ser associadas ao que ele chamava características subjetivas, como cheiro, gosto, símbolos, propriedades medicinais ou associações religiosas, tão peculiares à nomeação vernacular.

“Encontro-me a todo instante embaraçado, pela incerteza dos nomes indígenas, que variam segundo as localidades (às vezes é o mesmo nome que designa árvores bem diferentes; ou ao contrário, é a mesma árvore, que é chamada por nomes bem diversos)”, escreve Freire Alemão ao diretor do Jardim Botânico de São

¹²⁴ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius...* Op. cit., p. 68.

¹²⁵ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural...* Op. cit., p. 91.

Petersburgo.¹²⁶ O crescimento de um mercado de plantas e flores na Europa exercia, por um lado, forte pressão para que os nomes fossem padronizados, a fim de evitar fraudes como a venda de uma mesma planta com denominações distintas.¹²⁷ A nova nomenclatura procurava substituir igualmente os nomes descritivos no meio erudito, compostos por um nome genérico e por uma frase descritiva da própria espécie. Esses nomes não eram fixos; cada autor parafraseava o descritivo, acentuando os caracteres que considerava mais relevantes, causando desencontros e equívocos na classificação.

Por outro lado, a aceitação do sistema não foi unânime, e suas vantagens, questionadas. Entre os vários opositores estava Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), um dos primeiros naturalistas a estudar cientificamente a origem das espécies. Buffon considerava o sistema lineano excessivamente abstrato e artificial e alertava para o problema da assimilação de espécies exóticas numa taxonomia do Velho Mundo. Ele advertia que sua prática poderia levar a confundir, por exemplo, felinos sul-americanos de pelo listrado com tigres. Não havia um nome latino para o búfalo, pois os antigos jamais tiveram contato com esse animal: utilizar o nome “búfalo” indicaria sua origem exótica. Os nomes nativos, para Buffon, eram os mais adequados, pois proporcionariam indícios da distribuição geográfica das espécies e sinalizariam parentescos entre animais encontrados em locais diferentes. Outra voz contrária foi a do botânico Michel Adanson (1727-1806), que chegou a rejeitar a classificação *Adansonia* para o gênero dos baobás que ele havia descrito após viagem exploratória às Ilhas Canárias e ao Senegal, argumentando que a vaidade dos botânicos em associar seus nomes às espécies impedia o progresso da ciência.¹²⁸

Fora da Europa, nos domínios espanhóis de Nova Espanha (atual México) e Nova Granada (Colômbia, Equador, Panamá e Venezuela) de fins do século XVIII, comunidades científicas de longa tradição, que buscavam fundir conhecimento local de plantas com os métodos científicos em voga na metrópole, criaram taxonomias próprias. Diferente de holandeses, franceses e ingleses, os espanhóis concebiam seus domínios americanos não como colônias, mas como parte integrante de uma monarquia estendida, proporcionando a esses locais um aparato de universidades, jardins botânicos,

¹²⁶ Cópia de uma carta que, em resposta, escrevi ao Senhor Doutor [Friedrich Ernst Ludwig von] Fischer, Diretor do Jardim Botânico de São Petersburgo (13 de maio de 1847). In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p.123-124.

¹²⁷ THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural...* Op. cit., p. 116-120.

¹²⁸ SCHIEBINGER, Londa. *Plants and empire: colonial bioprospecting in the Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2004, p. 220 e 221.

tipografias e hospitais para que as elites formassem uma “ciência crioula” autossuficiente em relação à Europa. “In Spain’s Peruvian territories of the seventeenth century, the University of Lima turned down a proposed new chair of medicine devoted to botanical studies on the grounds that physicians should instead study Quechua”.¹²⁹ O padre e botânico José Antonio de Alzate y Ramírez argumentava que a nomenclatura latina obscurecia informações cruciais sobre a localização, florescimento e características de solo favoráveis às plantas.

Somente no Congresso Internacional de Botânica de 1905, que estabeleceu o primeiro Código Internacional de Nomenclatura Botânica, o sistema lineano seria oficialmente reconhecido como o ponto de partida para o reconhecimento universal da flora. Para Londa Schiebinger, a história da ciência é moldada por idiosincrasias pessoais e políticas institucionais. A classificação de Lineu era uma entre muitas, mas o naturalista sueco soube administrar seu legado, elaborando uma história da botânica que celebrava seus próprios feitos, galgando posições institucionais na Universidade de Uppsala e compondo uma complexa rede de correspondentes e ex-alunos ao redor do mundo, que colocavam em prática as instruções do mestre em suas explorações. A pesquisadora conclui que o sucesso da classificação binomial latina sobre as demais sistematizações pode ser vista como uma forma de “imperialismo linguístico”, uma política de nomeação da natureza que buscava estabelecer o domínio cultural europeu sobre as áreas colonizadas, incorporando à nomenclatura botânica uma determinada historiografia que celebrasse os feitos de naturalistas do Velho Mundo.¹³⁰

O sistema lineano redefine a percepção dos seres no mundo natural, incluindo aí o próprio homem, pois passam a ser reconhecidos, igualados ou diferenciados com base na observação minuciosa de uma determinada característica, ou de uma combinação delas, denominada *caráter*. Se o caráter privilegia, por exemplo, a frutificação, uma diferença de folha ou de caule será deixada de lado. Da mesma forma, semelhanças que repousem fora da característica privilegiada pela estrutura da descrição serão negligenciadas. Porém, se entre dois indivíduos essa característica for semelhante, ambos receberão a mesma denominação.¹³¹ Tal sistematização inspiraria o ordenamento

¹²⁹ “Nos territórios peruanos da Espanha do século XVII, a Universidade de Lima recusou a proposta de uma nova cátedra de medicina dedicada a estudos botânicos, alegando que os médicos deveriam estudar [a língua] Quechua em seu lugar”. SCHIEBINGER, Londa. *Plants and empire...* Op. cit., p. 197, tradução nossa.

¹³⁰ SCHIEBINGER, Londa. *Plants and empire...* Op. cit., p. 195-222.

¹³¹ FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 192.

de outras áreas, como a nosologia (estudo de doenças), a meteorologia (que passou a classificar nuvens com nomes latinos como *cirrus* e *nimbus*) e até a arquivologia.¹³²

De acordo com o método de Lineu, cabe ao olho realizar o primeiro gesto de conhecimento: é preciso primeiramente ter visto o objeto, para depois nomeá-lo, isto é, introduzi-lo na neutra linguagem científica. Lineu também pretende ultrapassar a percepção subjetiva inerente à prática vernacular, a terminologia carregada de crenças populares e sentido simbólico, preferindo a adoção de dois nomes latinos, um ligado ao gênero, outro à espécie.¹³³

Não se trata de ver mais, ou melhor, aquilo que aparentemente não era percebido. Mas de uma visibilidade que, ao restringir o campo de experiência, pondo de lado registros pretéritos, simbologias e crenças, pretende que a própria coisa apareça em seus caracteres próprios, numa linguagem estruturada de forma a ser igualmente reconhecida por todos, como um puro reflexo. Lineu chega a imaginar classificações em forma de caligramas botânicos, nos quais a ordem das descrições, a disposição do texto e o formato dos tipos impressos reproduzissem a própria figura da planta, articulando linguagem e objetos a fim de eliminar toda e qualquer imprecisão. “Transposta na língua, a planta vem nela gravar-se e, sob os olhos do leitor, recompõe sua pura forma. O livro torna-se o herbário das estruturas”.¹³⁴ De fato, a estruturação classificatória e o uso do latim facilitaram o compartilhamento de informações para além de fronteiras nacionais e a inserção das espécies numa ordem que se pretende universal.

José Saldanha da Gama,¹³⁵ biógrafo e assistente de Freire Alemão na Escola Central, lembra que o sábio do Mendanha, pouco afeito a exprimir-se publicamente em língua estrangeira, com efeito, dominava o francês, o grego e o latim “com a mesma facilidade e perfeição com que usava da língua de Camões”. Esses dois últimos eram-lhe particularmente importantes para “explicar com acerto muitos pontos da glossologia

¹³² BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento II - da Enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012, p. 72.

¹³³ BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos viajantes*. 3ª ed., São Paulo: Objetiva/ Metalivros/ Fundação Odebrecht, 2000, p. 17.

¹³⁴ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 186.

¹³⁵ José Saldanha da Gama (1839-1905). Formado em ciências matemáticas e físicas pela Escola Central em 1860 e sócio do IHGB. No ano seguinte, tornou-se repetidor interino de ciências físicas da mesma instituição. O repetidor tinha a função tanto de dar assistência às aulas do lente catedrático quanto de substituí-lo em caso de ausência ou impedimento. Substituiu Francisco Freire Alemão a partir do ano letivo de 1862. Em 1874, a Escola Central sofreu reformas e passou a ser chamada de Escola Politécnica. Saldanha da Gama foi nomeado lente catedrático da cadeira de Botânica dois anos depois. Ocupou também o cargo de diretor efetivo da Escola Politécnica em 1893 e no período de 1900 até o seu falecimento.

botânica, e não menos criar nomes nos grandes labores da fitografia”.¹³⁶ E também lhe permitiu, mesmo distante dos principais centros científicos europeus e sem conhecer a língua alemã, travar conhecimento com os estudos botânicos de Martius, com quem se correspondeu entre 1844 e 1867 — sem falar no intercâmbio epistolar com naturalistas de diversas nações, como Auguste Saint-Hillaire, Alphonse de Candolle, Archille Richard, Friedrich Ernst Ludwig von Fischer, Giovanni de Brignoli e o príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, com quem troca estudos e fragmentos de plantas.

Freire Alemão coloca-se em suas missivas como “um fraco aprendiz”, submetendo seus ensaios botânicos, que considera exercícios, ao parecer e indulgência dos sábios europeus. Entretanto, o estabelecimento de uma rede de correspondentes e o envio sistemático de estudos e amostras nos revela um esforço em figurar na prestigiosa comunidade científica em formação, utilizando-se dos métodos de pesquisa e nomeação em voga. Isso fica claro na resposta enviada ao príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, ao afirmar-lhe que o estudo dos vegetais é mais do que distração, deleite ou ocupação; é um amor que lhe proporciona estímulos e louvores de botânicos célebres, como paga das fadigas e dos perigos que enfrenta percorrendo as matas virgens.¹³⁷

A despeito de algumas dificuldades que Freire Alemão, em suas cartas, diz enfrentar na classificação e comparação das espécies, como a dificuldade de acesso a áreas de mata fechada, as variedades de uma mesma planta em regiões distintas e a quantidade limitada de obras botânicas a que tem acesso, as pesquisas *in loco* e o domínio da estrutura binomial permitem-lhe a inclusão das espécies brasileiras desconhecidas e suas respectivas classificações num ordenamento comum.

No trato epistolar com Martius e outros naturalistas que aqui estiveram, percebe-se que Freire Alemão costumava utilizar nomes portugueses ou indígenas, ora com ora sem o correspondente latino, fugindo à premissa lineana e aproximando-se de Buffon. Talvez isso ocorresse pelo fato de essa nomenclatura não ser totalmente estranha aos seus correspondentes, ou porque as espécies estudadas ainda estivessem em processo de nomeação ou inserção num determinado gênero ou família. Em um pós-escrito enviado a Martius, o botânico corrige a utilização de um termo, alegando a falta de costume em escrever em latim e a necessidade de fazer, ele mesmo, a descrição. Não

¹³⁶ GAMA, José Saldanha da. “Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão”. In: *Revista do IHGB*, tomo XXXVIII (parte segunda), 1875, p. 103-104.

¹³⁷ Cópia de uma carta que escrevi, em resposta, ao Príncipe Maximiliano de [Wied]-Neuwied. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 143-144.

há dúvida, entretanto, de que a língua aprendida nos tempos de seminário foi-lhe essencial para dirimir dúvidas e dar uma noção mais exata da estrutura da planta — a ponto de corrigir suas próprias descrições, antes que outros o fizessem.

Descrevendo as duas últimas plantas: Tapinhoã e Cabureíba, para dar as dimensões do caule, servi-me da palavra latina — *palmus* — como se fosse equivalente de palmo em português (oito polegadas). Parece que os latinos empregavam às vezes *palmus*, e *spithama* indiferentemente; mas na ciência o valor dos termos deve ser bem determinado: *palmus* portanto ali deve-se entender na medida de oito polegadas.¹³⁸

Nessa mesma carta, Freire Alemão acusa o recebimento em 13 de abril de duas missivas, sendo uma delas “escrita em latim”, com observações a respeito de descrições botânicas feitas pelo brasileiro. Mesmo sem acesso às cartas do naturalista bávaro,¹³⁹ é muito provável que os dois se correspondessem em português, diante da permanência de cinco anos de Martius no Brasil. Pode-se inferir que o envio da mesma carta em duas versões tenha um propósito organizacional, permitindo que as análises sejam incluídas nos estudos botânicos de Freire Alemão e mais facilmente compartilhadas pela comunidade científica. E também pode haver no uso do latim um sentido ampliado de publicidade dentro do campo de atuação botânica, já que muitas dessas cartas eram lidas em sessões públicas de sociedades científicas. O juízo que Martius faz do trabalho de Freire Alemão, com expressões latinas que este considera “cheias de benevolência para comigo”, parecem dar um sentido de reconhecimento oficial e solene aos esforços do futuro presidente da Comissão Científica de Exploração, que classifica a carta como “documento preciosíssimo, que conservarei sempre com veneração”.¹⁴⁰

Isso mostra que, mesmo quando uma descrição tem por princípio ser objetiva, desapaixorada, universal, pode encerrar em seu uso disputas, deferências e

¹³⁸ Cópia de uma carta escrita ao doutor Martius em 30 de agosto de 1838. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 127-133.

¹³⁹ Os papéis de Francisco Freire Alemão foram adquiridos pela Biblioteca Nacional em 1881 (referente aos estudos botânicos que figuraram Exposição de História do Brasil) e, em 1913, comprados à viúva do botânico (correspondência ativa e passiva, documentos biográficos, escritos referentes à Comissão Científica, entre outros). A “Advertência” que precede o catálogo dos manuscritos informa, entretanto, que as cenas de viagem da expedição do Ceará e a correspondência passiva com naturalistas estrangeiros tiveram “destino diverso e desconhecido”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. Op. cit., p. 37. Mais recentemente, algumas dessas cenas de viagem foram encontradas e disponibilizadas pelo site da Biblioteca Nacional.

¹⁴⁰ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. Op. cit., p. 127.

filiações. Em muitas discussões sobre a opção entre duas nomenclaturas de autores diferentes para uma mesma planta, Freire Alemão utiliza como critérios a precedência e, em seguida, a sua própria análise, como forma de se colocar na comunidade científica em pé de igualdade com seus correspondentes. “O *Miscolobium violaceum* de Vogel é o *Pterocarpus niger*, de Veloso. Por que razão não há de ser *Miscolobium nigrum*? O nome específico de Veloso me parece que deve preferir; não só pela prioridade, mas porque é mais próprio: cabiúna tira mais para *prêto*, do que para *violáceo*”.¹⁴¹

Isso ocorre porque, diante das coisas, as palavras não informam, simplesmente. O ato de nomear dá sentido e mesmo existência ao que é nomeado.¹⁴² E quem nomeia (ou quem determina a melhor nomeação) garante a posse do existente. Era esse direito de posse, a partir de estudos e pesquisas, que Freire Alemão almejava. Saldanha da Gama contabiliza a criação de 15 gêneros e 50 espécies por Freire Alemão, mas lamenta que muitas figurem apenas como sinonímias — quando uma espécie é designada por mais de um nome dado por pesquisadores diferentes, sendo considerada válida a denominação mais antiga, e a outra citada como sinônimo. Entre os possíveis motivos para as sinonímias ele aponta a ignorância do botânico brasileiro em relação à diagnose anterior, pelas já citadas dificuldades de publicação (ainda que cartas e notas manuscritas devessem, em princípio, dar conta do direito de prioridade) ou simplesmente “porque nas publicações que se fizeram na Europa nem sempre se atende aos direitos de quem trabalha isoladamente do outro lado do oceano”.

Das 50 espécies classificadas pelo professor Freire Alemão nem todas figuram com o verdadeiro batismo das plantas por ele estudadas, e fácil nos é descobrir a razão que tiveram os botânicos legisladores para semelhante procedimento.

A espécie *Apuleia polygama*, de nosso compatriota, apareceu publicada no fascículo das cesalpináceas apenas como sinonímia de *Apuleia proecox*, de Martius, autor da *Flora brasiliensis*.

Dão as mais das vezes a preferência às ideias concebidas sob o brando clima da Europa, ou porque o sábio Martius houvesse escrito o nome botânico no rótulo de uma planta de seu riquíssimo herbário, ou porque tivesse deixado os nomes científicos para quaisquer plantas em notas manuscritas.

¹⁴¹ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. Op. cit., p. 131.

¹⁴² RAMOS, Francisco Régis Lopes. “Cultura material e escrita da História: a imposição da palavra na exposição do objeto”. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Daniel Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Org.). *Museus e comunicação: exposição como objeto de estudo*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010, p. 159.

[...]

Freire Alemão assegurava ser dele o *Machaerium firmum*, ou *jacarandá roxo*. A descrição desta planta Martius recebeu-as das mãos do sábio brasileiro; mas na *Flora brasiliensis* apareceu ela com o nome do botânico inglês Bentham, sem que até este momento, possamos explicar o equívoco que se deu! Bentham colheu-a? Conhecia-a porventura antes da descoberta de Freire Alemão? Em que jornal científico pôde ele ler o estudo da espécie em questão? — É fato que se não explica, e nem houve motivo plausível para tirar-se ao botânico mais este elemento para sua glória nos anais da fitografia.¹⁴³

Mais do que um ressentimento em relação ao tratamento dado a seu biografado, as disputas e vicissitudes são parte das “ciências superiores”, por forças muitas vezes desiguais. Lineu utilizava-se dessa prerrogativa ao homenagear indivíduos dando seus nomes latinizados a determinados gêneros, em detrimento de práticas que privilegiavam a fitogeografia ou os usos culturais das plantas. Propunha um sistema de nomeação abstrato em relação às propriedades das plantas, mas concreto no tocante à história da botânica na Europa. Naturalistas como Joseph Pitton de Tournefort e Hans Sloane foram imortalizados por Lineu nos gêneros *Tournefortia* e *Sloanea* por terem sido “mártires da ciência”, tendo experimentado condições exaustivas e dolorosas em suas pesquisas. Lineu também fazia associações ternas: o gênero *Bauhinia*, por possuir duas folhas em forma de lóbulo e que crescem a partir da mesma base, ostenta o nome dos irmãos Jean e Caspar Bauhin. Monarcas, nobres e outros patronos também eram inscritos em nomes genéricos pelo patrocínio a viagens científicas, construção de jardins botânicos, abertura de bibliotecas e concessão de bolsas acadêmicas. As disputas pela primazia na descrição e nomeação de uma espécie chegaram a tal ponto que houve casos em que o botânico nomeava uma planta “menos nobre” com o nome de um inimigo como forma de insultá-lo.¹⁴⁴

Tais práticas de nomeação artificial e de viés honorífico emergiram num período em que naturalistas buscavam regulamentar quem poderia protagonizar a ciência, ao mesmo tempo em que estabeleciam a ciência europeia como superior a outras tradições de conhecimento. Ao entrelaçar determinada história da botânica em sua própria nomenclatura — que coloca a ciência como a criação de grandes homens europeus guiados pela razão —, procurava estabelecer também divisões mais claras entre as ciências ao priorizar a nomeação de plantas feitas por botânicos.

¹⁴³ GAMA, José Saldanha da. Idem, p. 89-90.

¹⁴⁴ SCHIEBINGER, Londa. Op. cit., p. 202-205.

Eighteenth century botanical nomenclature served as an instrument of empire detaching plants from their native cultural moorings and placing them within schema comprehensible first and foremost to Europeans. With the rise of modern botany, a uniquely European system of nomenclature developed that swallowed into itself the diverse geographic and cultural identities of the world's flora.¹⁴⁵

A história natural privilegia a observação dos seres a partir de sua forma exterior para nomeá-los e inseri-los numa ordem geral e artificial. Mas desenhar esse espaço retórico implicava perscrutar se esse nome e essa ordem encontrariam correspondência na experiência. Ou seja, se haveria continuidade na natureza. Não é uma tarefa fácil, já que a experiência não nos revela o contínuo da natureza tal como é, e sim de forma retalhada e confusa, [...] “porque o espaço real, geográfico e terrestre onde nos encontramos nos mostra os seres imbricados uns com os outros numa ordem que, em relação à grande superfície das *taxinomias*, não passa de acaso, desordem e perturbação”.¹⁴⁶ Classificação e natureza passariam a ter uma ligação fundamental, uma validando a existência da outra dentro desse regime de percepção.

Uma vez que a noção do mundo conhecido vinha sendo alargada e que, mesmo em áreas extensas como o Brasil, a ocupação, até princípios do século XIX, praticamente bordejava o território, as viagens exploratórias terão um papel fundamental no desenvolvimento das ciências e no desvelamento de áreas inexploradas, dando impulso ao processo de expansão neocolonial. No Brasil, ao permitir que naturalistas estrangeiros e, posteriormente, expedições nacionais penetrassem o interior do país, o Estado imperial procurava se afirmar tanto no conjunto das nações civilizadas quanto para estender sua hegemonia a todo o território, subjugando patriotismos locais. Buscava também legar para o futuro o conjunto de plantas, animais, minerais, técnicas e produtos das comunidades indígenas trazidos por esses viajantes, devidamente organizados e nomeados em museus e exposições. Formava para o povo uma determinada memória do progresso — e para o estrangeiro, a singularidade de nosso império tropical.

¹⁴⁵ “A nomenclatura botânica do século XVIII serviu de instrumento do império, destacando as plantas de suas amarras culturais nativas e colocá-las dentro de um esquema compreensível primeiro e acima de tudo para os europeus. Com a ascensão da botânica moderna, um sistema exclusivamente europeu de nomenclatura desenvolvido de modo tal que engoliu dentro de si as diversas identidades geográficas e culturais da flora do mundo”. SCHIEBINGER, Londa. Op. cit., p. 224, tradução nossa.

¹⁴⁶ FOUCAULT, Michel. Op. cit., p. 204.

No século XIX, as viagens de exploração foram significativas no Brasil, não somente porque aconteceram em grande número, mas pela amplitude sócio-política que imprimiram às ciências. Esse foi o século do romantismo, quando se exaltou a natureza fazendo-a, ao mesmo tempo, objeto científico e ideológico. No Brasil, a natureza tornou-se emblema da nação e as viagens, com a finalidade de exploração científica, inseriram-se no contexto político de conquista do território. As viagens significaram descobrimento de novos lugares a explorar, transformando-as em marcos de processos de colonização.¹⁴⁷

Entretanto, os membros da Comissão Científica, que pretendiam em nome do Império brasileiro conhecer e conquistar intelectualmente o território das províncias do Norte, preenchendo o que concebiam como vazios, talvez não tenham levado em conta que esse vazio — atualmente chamado de Nordeste brasileiro — foi uma das primeiras áreas de ocupação da Colônia. Um lugar que conheceu a pujança e o declínio de ciclos de monocultura, com um histórico de relações conturbadas com o poder central, fossem autoridades ultramarinas ou emissários imperiais, vistos por vezes numa linha de continuidade. É com essa realidade que os científicos se depararam ao percorrerem sertões adentro, no encontro de uma população munida de concepções muito próprias e peculiares de nação, pátria, natureza e lugar dentro do Brasil independente.

Se a natureza é memorável, indagar a relação do homem com o meio também é uma forma de fazer história. Numa terra regulada pela alternância de períodos secos e chuvosos, a cronologia poderia esclarecer o comportamento da natureza, a reação dos homens às hostilidades naturais (clima, bichos, solo, fontes aquíferas etc.) e, por fim, equacionar esses dois fatores pelas “lições da história”, com um manejo mais racional e a preservação das matas nativas, portadoras também de uma história, encerrando em cada espécie verdadeiros tesouros botânicos, usos medicinais e industriais que corriam grave risco pela devastação do fogo, do descascamento e das derrubadas. O engenheiro Giacomo Raja Gabaglia,¹⁴⁸ chefe da Seção Astronômica da expedição, recorda sobre o assunto a conversação que teve com um morador do sertão,

¹⁴⁷ DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. “Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX”. In: HEIZER, Alder; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, p. 55.

¹⁴⁸ Giacomo Raja Gabaglia (1826-1872). De ascendência italiana, nasceu em Montevidéu, província cisplatina. Ingressou na Marinha em 1839, chegando posteriormente a capitão tenente. Formou-se bacharel em matemática pela Escola Militar, em 1853. No ano seguinte, segue para a Europa a fim de estudar hidráulica. Além da Científica, participou de diversas comissões relacionadas à construção de diques e portos, além da introdução do sistema métrico no Brasil.

“pessoa abastada e bem-intencionada”. Convidado a apear-se no alpendre, o homem estendeu o braço apontando-lhe vários pontos do horizonte: “Veja, em poucos meses tenho feito bastante... como vê: tudo isto... tudo isto”. O engenheiro olhou com curiosidade, na tentativa de entender a que seu hospedeiro se referia, pois era noite e tudo que via era “um amplo espaço que deixava ver ao longe os limites da estrada”. “Não vê?”, retorquiu-lhe o dono da casa, “pois não vê todo este *limpo*? Tudo isso era um *matão* e eu pus-lhe fogo que agora faz gosto ver”. Gabaglia também lamenta, logo em seguida, a incapacidade dos cearenses em manter um extrativismo sustentável. Ao relatar que a produção de goma elástica na província chegou a suscitar, em anos anteriores, esperanças de uma indústria mais perene, a sede por lucros imediatos fez com que as pessoas descascassem os troncos às tontas, cortando mesmo as raízes. O resultado foi que a família vegetal, antes abundante, reduziu-se drasticamente, “e a produção rapidamente diminui em quantidade, tendo desmerecido muito no valor, sendo a resina agora, apenas, produto ocasional”.¹⁴⁹ Observa-se, nesse episódio, o confronto entre a positividade e a negatividade do desmatamento. Na primeira, a ação do homem é associada à segurança e a beleza do campo “limpo”, alargado a ferro e fogo para o olhar e melhor posse de tudo que há ao redor. Nesse caso, o “deserto” é um vazio, território “inculto”, campo não cultivado e coberto de florestas. Já segunda sensibilidade vai ganhar corpo no decorrer do século XIX, vinculando a falta de árvores à falta de chuvas. Aí “deserto” passará a significar campo desmatado.¹⁵⁰

¹⁴⁹ GABAGLIA, Giacomo Raja. “Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará”. In: CAPANEMA, Guilherme Schüch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secult-CE/ Museu do Ceará, 2006, p. 70-71.

¹⁵⁰ RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula...* Op. cit., p. 84.

1.5 Os “locais” e o Império: entrevisões

Em consonância com Gabaglia, citado no tópico anterior, Freire Alemão registra outros confrontos de visões, dessa vez relacionados especificamente à “natureza” das gentes. “Vieram os senhores a este nosso *Brasil*”, teria provocado um morador da vila de Aracati, “homem de 68 anos e completamente cego de cataratas”.¹⁵¹ Um pouco antes, no vale do Pirangi, onde passaram a noite, o dono da casa sentou-se num banquinho e passou a noite a falar, fazendo questões “às vezes impertinentes”.

Contava ele que nós (digo, a comissão) vínhamos ao Ceará descobrir minas de metais preciosos, faltar a província de águas e ensinar a trabalhar: “Porque, dizia ele, nós estamos ainda muito brutos; na sua terra (parecia que se referia à Europa) há tantos meios de abreviar o trabalho que nós desconhecemos, vejo coisas vendidas por preço tal que seria impossível fazê-los entre nós” (isto é, o Ceará); referia-se sem dúvida aos artefatos europeus. “Eu aqui tenho tanto trabalho para plantar, limpar e de fazer a mandioca em farinha, desejava ver algum meio de fazer esse serviço mais depressa”; e era nisto, como em outras coisas, que ele esperava que a comissão desse ou ensinasse modos de facilitar os trabalhos, e quando eu lhe expliquei qual era o objeto da minha seção e da do Lagos, o homem caiu das nuvens e não podia compreender-me; e enfim disse: “Já vejo que com os senhores não ganho nada”.¹⁵²

Percebe-se nessa fala que os dois “nós” a que o fazendeiro do Pirangi se refere são completamente distintos, a despeito da coincidência do pronome. Assim como também são distintas as expectativas dos locais e dos naturalistas no tocante ao trabalho e aos resultados que a expedição deveria alcançar. “Já vejo que com os senhores não ganho nada” — qualquer admiração que o homem tivesse por aqueles “europeus” dá lugar a um desdém temperado com ironia, questionando o sentido de aqueles homens estarem ali. Sobre tais episódios, o botânico comenta: “É notável como o povo do Ceará entende a sua nacionalidade: para eles o Brasil é o Ceará, os mais provincianos são estrangeiros” — incluindo-se aí os próprios membros da Comissão, que, ao longo da viagem, eram muitas vezes confundidos com europeus, quando não eram acusados de serem agentes infiltrados com o intuito de rapinar riquezas que os da

¹⁵¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 61.

¹⁵² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 46-47.

terra desconheciam. E, se demonstram falta de estima às gentes das províncias limítrofes, a ideia que fazem da Corte é ainda pior. “A gente do Ceará que tem uma certa cultura *mostram-se* invejosos e prevenidos contra o Rio de Janeiro; todas as desgraças de sua província são causadas ou ao menos não remediadas pelo governo, que só trata do Rio de Janeiro”. O botânico conclui que o sonho dourado “desta gente” é o Ceará formando um Estado independente, cujo estribilho é: “Deem-nos chuvas, dois meses só, todos os anos, que o Ceará não precisa de nada e pode faltar a todo o Império”.”¹⁵³

Seguem-se, no diário de Freire Alemão, outros episódios relacionados à percepção dos locais sobre o Império brasileiro. O que aparentemente pode parecer o registro anedótico com que o botânico dá destaque às “ideias extravagantes” dos cearenses reforça, de fato, a preocupação de um servidor do Império com uma província partícipe de alguns dos principais movimentos insurrecionais da primeira metade do Oitocentos — como a Confederação do Equador (1824) e a Revolta de Pinto Madeira (1832). Lugar onde os habitantes guardavam uma forte memória dos atos de violência e subjugação do poder central, como denota pela fala e pela idade o morador de Aracati acima citado, habitante de um Brasil outro, que o presidente da Comissão faz questão de sublinhar.¹⁵⁴

Assim, ainda que a vila de Lavras celebre o aniversário de D. Pedro II em praça pública e Freire Alemão seja convidado a “tirar o hino” e dar “as vivas ao imperador, à flâmula imperial, à nação brasileira, à província do Ceará e aos habitantes de Lavras”, chegando ao Crato, descobre muitos a considerar que “a corte é a depravação personificada, é o servilismo nu e cru” e as “arbitrariedades das autoridades subalternas, os distúrbios e morticínios nas eleições, tudo provém do Rio de Janeiro, e mesmo diretamente do imperador!”.¹⁵⁵ Mesmo atribuindo tais afirmações a “mal-intenciosos” que se guiam “pela imprudência e licenciada imperança”, tal recorrência de declarações diante de representantes do imperador é vista com preocupação.

São estes sentimentos perigosos para a tranquilidade e integridade do Império, que convém por todos os meios destruir. Infelizmente o procedimento do governo, não dando toda a atenção às províncias

¹⁵³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 61-62, grifos do autor.

¹⁵⁴ De acordo com a nota explicativa tanto da edição do *Diário...*, optou-se pela substituição das frases sublinhadas do original pelo uso do itálico nas frases que denotam marcas enfáticas, “preservando o cuidado de assegurar o destaque tencionado pelo autor” (RAMOS *et al.*, 2011, p. 30).

¹⁵⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 147 e 199.

longínquas, dá argumentos em que se podem firmar! Creio que a política mais conveniente era olhar ainda mais para as extremas do Império que para o centro.¹⁵⁶

A despeito do padrão totalizante que os relatos de viagem buscam impingir aos seus leitores, com sua escrita aparentemente neutra e inocente a salvaguardar as dinâmicas de posse das áreas exploradas, é possível observar, nessas apropriações do trabalho e das intenções dos expedicionários da Corte pelos locais, um viés do que Mary Louise Pratt chamou de transculturação. Termo originário da etnografia, a transculturação busca dar conta das maneiras pelas quais grupos subordinados ou periféricos absorvem e reinventam, em graus variáveis, os conteúdos que emanam da cultura dominante. No caso dos relatos de viagem, Pratt procura demonstrar em que medida as construções europeias sobre povos subordinados teriam sido moldadas por esses últimos, pela construção de si e do seu ambiente, tal como eles os apresentaram aos europeus.

Se a metrópole imperial tende a ver a si mesma como determinando a periferia (seja, por exemplo, no brilho luminoso da missão civilizatória ou na fonte de recursos para o desenvolvimento econômico), ela é habitualmente cega para as formas como a periferia determina a metrópole — começando, talvez, por sua obsessiva necessidade de continuamente apresentar e re-apresentar para si mesma suas periferias e os “outros”. O relato de viagem, entre outras instituições, está fundamentalmente elaborado a serviço daquele imperativo; da mesma forma, poder-se-ia dizer, que grande parte da história literária europeia.¹⁵⁷

No caso da Comissão Científica de Exploração, podemos indagar em que medida a recorrência do registro dessas incompreensões no diário de viagem de Freire Alemão não trabalha para demarcar o distanciamento cultural entre os enviados do Império, inscritos na narrativa como possuidores de um conhecimento avançado e transformador, e os locais que, na visão do botânico, viviam, por sua indolência, na “abundância de uma terra fértil e mal administrada”.¹⁵⁸ Mas também até que ponto não apenas as visões desabonadoras da Corte, distorcidas e fabulosas aos olhos do chefe da expedição, mas também esses vários episódios que envolviam as percepções desacertadas entre nativos e forasteiros, demonstram um intento daqueles em confundir

¹⁵⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 199.

¹⁵⁷ PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império...* Op. cit., p. 31.

¹⁵⁸ RIOS, Kênia Sousa. “Apresentação: a Comissão Científica e a seca do Ceará”. In: CAPANEMA, Guilherme Schüch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secult-CE/ Museu do Ceará, 2006, p. 10.

ou resistir ao escrutínio dos exploradores. A viagem, com sua perspectiva de deslocamento de pessoas e informações, proporciona a formação contínua de “zonas de contato”, lugar que enseja “a presença espacial e temporal conjunta de sujeitos anteriormente separados por discontinuidades históricas e geográficas cujas trajetórias agora se cruzam”, em encontros permeados por dimensões “interativas e improvisadas”.¹⁵⁹ Ao mesmo tempo em que desconfiavam de possíveis intenções escusas da Comissão Científica, Freire Alemão rotula como “mania da terra” a indicação que os locais faziam de terem minas em seu sítio, ou relatar como indícios de minerais preciosos estouros ou fumos saídos do interior das montanhas — o que pode indicar uma forma de valorizar a si mesmos e à própria terra perante os de fora.

Ainda que a apreensão feita pelo botânico das diversas reações dos visitados procure transmitir o registro neutro de impressões exóticas, curiosas ou mesmo espantosas do “outro”, é preciso analisá-lo como estratégias de afirmação do “eu”, ainda que este se encontre numa posição desconfortável. Os “falatórios e murmurações”, muitas vezes, precediam a chegada dos expedicionários a uma determinada vila ou cidade, o que acarretava “certa reserva, certos olhares, e um acolhimento frio”. Na memória que escreve sobre suas impressões do Icó, Freire Alemão dedica um tópico inteiro à recepção que ali tiveram.

Vários rumores, cada um mais desarrazoado, nos precediam, e que foram confirmados, pelo que de nós aqui espalhou uma pessoa da capital, empregado público, e que pela sua posição, e por ter estado conosco na capital não podia deixar de ser acreditada, e que ou por um mau gracejo, ou por nos ter má vontade (sem que eu saiba pelo quê) ou enfim porque teve a ingenuidade de acreditar em alguns boatos falsos que se espalharam pela capital, desabonou-nos quanto pôde: é verdade que ele especificava três membros da Comissão (Lagos, Dias e Capanema) como os mais perigosos.

Assim o povo inteiro temia-nos e via em nós estrangeiros, ou ingleses, que vinham armados de força para os escravizar, para os recrutar, enfim para lhes tomar o país. A gente mais grada temia-nos como homens audazes, perturbadores e desonradores das famílias etc. [...] Um miserável que é aqui empregado do Correio, indo lá o Lagos e o Reis procurarem cartas e ofícios, tratou-os mal, e uma carta que tinha atirou com ela em cima do balcão, e quando dias depois mandamos lá o ordenança perguntar se tínhamos cartas, respondeu-lhe: Cá não tenho nada, e para essa gente tenho balas!¹⁶⁰

¹⁵⁹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Op. cit., p. 32.

¹⁶⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. “Notas sobre a cidade de Icó”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 289.

Interessante notar também que o botânico procura cercar suas análises não apenas pelos seus escritos, mas entesoura escritos de outros, talvez como forma de garantir a veracidade do que contava. É bem provável que as informações contidas na memória anteriormente citada tenham sido fornecidas em resposta à carta que se segue, enviada por Freire Alemão a destinatário desconhecido:

Fortaleza, 3 de maio de 1860.

Ilustríssimo e _____,

Se bem me lembro Vossa Senhoria fez-me a honra de dizer ontem que no ofício do delegado do Icó havia semente de desairosas à Comissão as palavras v exceto se foram serviços ilícitos!!

Como isso se passou em conversação particular desejo saber de Vossa Senhoria se o posso comunicar aos meus companheiros.

Peço perdão a Vossa Senhoria de o importunar, e o faço por escrito para não causar mais incômodo.

Sou _____ todo respeito

De Vossa Senhoria

Francisco Freire Alemão¹⁶¹

Por mais que a narrativa de Freire Alemão procure cooptar o leitor para o entendimento do episódio como um exemplo do comportamento descabido dos cearenses com um possível fundo conspiratório — já que é um homem da capital, um empregado público com as devidas “credenciais” de confiabilidade quem se incumbe de espalhar rumores desarrazoados sobre a expedição — não se pode ver nessas reações dos locais uma simples reação passiva e uma crença total em tais boatos. Antes de missões científicas, o governo imperial já se fizera presente nas províncias do Norte por comissões militares, enviadas para abafar movimentos antirregalistas. E, anos depois, daria mais demonstrações de sua força coercitiva na imposição de um novo sistema métrico e no recrutamento para a Guerra do Paraguai, desdobrados na Revolta do Quebra-Quilos (1874-1875) e no Motim das Mulheres de Mossoró (1875) — ações em

¹⁶¹ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta de Freire Alemão a destinatário ignorado. Fortaleza, 03/05/1860. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 1, 35. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416229/mss1416229.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

que a destruição de pesos e medidas e documentos oficiais em praça pública é simbólica da maneira de perceber as iniciativas vindas da Corte, bem como justificam o que Freire Alemão percebeu como mero preconceito ao “considerar-nos estrangeiros, e que viemos tomar suas terras, seus mitos, seus tesouros, e escravizá-los etc. etc. [...] ou antes estão persuadidos que as rendas gerais [para financiar a Comissão] procedem do Ceará, e assim não podem tolerar.”¹⁶² Longe de premonições, é plausível supor nessas reações uma postura ativa, um misto de sagesa e prevenção dessas populações no trato com pessoas e saberes estranhos.

As notícias e “causos” sobre a passagem dos comboios da Comissão Científica faziam também o caminho inverso: corriam de boca em boca, de vila em vila, chegando muitas vezes a Fortaleza e ganhando versões impressas, que, por sua vez, também repercutiam nas folhas do Rio de Janeiro, como foi o caso do “processo Abel” e do naufrágio do iate *Palpite*, de que trataremos na parte final deste capítulo. Nesse ponto, é importante destacar que tal circulação não passou despercebida a Freire Alemão, ainda que, muitas vezes, enquadrada na rubrica de “coisas notáveis” com que procurava delimitar tudo aquilo que ele dizia não compreender. Em seu retorno para Fortaleza, no caminho de Lavras até Icó, correu a notícia de que o botânico havia morrido em Barbalha, após comer duas mangas. Até mesmo num lugar inóspito chamado Urubu, onde o botânico foi dar com os costados na pobre palhoça do sapateiro Pebá, este “sabendo [quem eu era], disse-me que tivera muita pena, que por aqui correu que eu era morto”.¹⁶³ Mesmo sem dar detalhes sobre as circunstâncias que motivaram tal boato, é plausível supor que este estivesse associado às interdições que remontam ao período colonial em relação ao consumo da fruta,¹⁶⁴ potencializados no caso de quem desconhecesse — ou, no caso de homens doutos, ignorasse tais interditos como superstição — ou tivesse um organismo mais sensível para um alimento “pesado”.

Não pretendo fazer aqui a tentativa quimérica de apurar o nível de veracidade de tais boatos ou a intenção de quem os espalhava, fosse pelo prazer do

¹⁶² ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 313.

¹⁶³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 147 e 199, p. 240.

¹⁶⁴ Em sua *História da alimentação no Brasil*, Câmara Cascudo relata que os tabus em relação à manga advêm da tradição lusitana de não se misturar substâncias, principalmente os de origem vegetal (frutas) com os de origem animal (leite), daí vindo a ideia de que o consumo de manga com leite poderia causar congestão. Também se dizia que o consumo excessivo de mangas poderia causar coceiras. CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968, p. 403.

mexerico ou por uma ação deliberada de impedir os trabalhos da Comissão Científica. Interessa-nos aqui observar, primeiro, o prisma a partir do qual o botânico interpretava essas atitudes dos locais. “A gente baixa é de boa índole; quem os perverte são os que se acham de cima, quer por sua posição, quer por sua riqueza, quer por sua audácia, e depravação”.¹⁶⁵ Diante dos potentados e pessoas de autoridade que, de forma corriqueira, faziam equivaler em suas falas o local e o nacional, capazes de manobrar a “gente rude”, crédula e sensível a ameaças externas, era preciso reforçar a ação dos verdadeiros portadores do sentido de nação, os próprios comissionados.

O “espanto e cuidado” que o chefe da expedição demonstra por essa concepção de nacionalidade, desconectada da unidade política e territorial do Império a que servia, não impede que encontremos, seguidamente, no diário, o botânico se referindo aos habitantes da província do Ceará como a “gente do país”, incorporando ao seu discurso uma relação de alteridade e diferença em relação aos compatriotas do Norte. O fato é que, ao longo da ocupação portuguesa, o território chamado Brasil não era uma única colônia, mas sim uma série de colônias. Ou “Brasis”, no dizer dos ingleses entre os séculos XVII e XVIII. Espaço que coadunava áreas com intensa concentração populacional e de instituições, enquanto outras eram tratadas em separado e gozando certa independência do governo-geral, porém com ocupação mais rarefeita. Isso porque a promoção de vínculos diferenciados entre as capitanias era parte da política da Coroa lusitana, que visava “[...] limitar o poder do governador-geral e dos vice-reis, incentivava a correspondência entre cada capitania e a metrópole, proibia o estabelecimento de uma universidade na colônia e agia para coibir o desenvolvimento da unidade colonial”.¹⁶⁶ O que se depreende do relato de Freire Alemão é que as fraturas de todo o processo de formação do Brasil ainda eram vívidos na percepção da nacionalidade tanto para quem vinha da Corte quanto para os habitantes da província.

O fato é que, independente de tratarmos de regiões mais ou menos ocupadas, de populações imbuídas de brasilidade ou ligadas a patriotismos locais, o Brasil era palco da reatualização da ideia do Novo Mundo, terra de oportunidades a explorar e passível de novos descobrimentos. Nem todos os viajantes que aqui estiveram no transcurso do século XIX, de forma permanente ou passageira, eram

¹⁶⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. “Notas sobre a cidade de Icó”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 289.

¹⁶⁶ SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra braziliense da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3. ed., São Paulo: Editora Senac, 2009, p. 112.

naturalistas de profissão. A abertura dos portos e a independência impulsionaram a vinda de comerciantes, missionários, diplomatas, militares, artistas (que poderiam acompanhar expedições científicas ou atuar de forma independente) e até educadores de diversas nações, em busca de novas oportunidades num país em formação.

O Império Britânico se destacava tanto pela aliança com Portugal quanto pela prevalência no mundo neocolonial, mas, a partir de 1808, começaria a sofrer a concorrência de franceses, alemães e norte-americanos. Instalaram aqui as primeiras colônias estrangeiras no Rio de Janeiro, ativando o processo de reeuropeização brasileira e difundindo padrões da burguesia urbana nos trópicos. Em menor proporção vieram russos, italianos, dinamarqueses, belgas, suecos. O elemento comum desses grupos nacionais é a busca pela expansão de suas economias, com a abertura de mercados e a descoberta de novas matérias-primas. Mas havia quem se refugiasse no Novo Mundo exatamente para escapar desse capitalismo industrialista, atraídos pelo ideal romântico de uma vida silvestre, longe dos vícios e da claustrofobia dos grandes centros urbanos.¹⁶⁷

Não eram raros os que registravam em diários e desenhos essa natureza tão complexa e diversa da de seus locais de origem. O comerciante anglo-português Henry Koster estabeleceu-se na província de Pernambuco, realizando várias incursões pelos sertões entre 1809 e 1815. Os apontamentos e observações desse período deram origem, em 1816, ao relato *Travels in Brazil*,¹⁶⁸ publicado na Inglaterra com a colaboração do historiador Robert Southey — algo notável para um homem que buscava o clima tropical para minorar os sintomas da tuberculose que o acometeu durante toda a vida.

À primeira vista, o caso de Koster parece um típico exemplar sobre a atração exercida pela natureza fora da comunidade científica. O aumento do conforto e do bem-estar entre as camadas médias europeias levou a um investimento sensível no trato com outras formas de vida, seja pela observação, pela conservação artificial de espécies (mesmo das que não tivessem utilidade ou fossem nocivas) ou pela popularização das técnicas de conservação para formar coleções. Houve uma grande popularização da história natural nos séculos XVIII e XIX, motivada por uma

¹⁶⁷ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 21.

¹⁶⁸ Dois anos depois, uma versão francesa do relato foi publicada com o título *Voyages dans la partie septentrionale du Brésil*. A edição brasileira que utilizamos neste trabalho teve o título “traduzido” de forma anacrônica por Luís da Câmara Cascudo como *Viagens ao Nordeste do Brasil*. O termo Nordeste não era utilizado na época em que Koster escreveu o relato, já que a região que ele percorreu, juntamente com as províncias amazônicas, eram então abarcadas pelo termo Norte ou províncias do Norte.

combinação de sentimento religioso, curiosidade intelectual e prazer estético. O desenvolvimento expressivo dos transportes terrestres e marítimos, a possibilidade de prover embarcações com suprimentos suficientes para o tempo de viagem e a possibilidade de prevenir e tratar doenças tropicais que antes dizimavam estrangeiros permitiram que homens e mulheres, de diferentes classes, origens e objetivos, voltassem suas atenções para ecossistemas exóticos. Escritos, coleções e desenhos legados por esses naturalistas amadores nos mostram a centralidade das ciências naturais e a vulgarização do conhecimento para essas sociedades.

Descrições da flora e da fauna não eram em si novas nos relatos de viagem. Ao contrário, haviam sido componentes convencionais dos livros de viagem pelo menos desde o século XVI. Todavia, eram, então, tipicamente estruturadas como apêndices ou digressões formais da narrativa. Contudo, se firmou o projeto classificatório global, a observação e catalogação da própria natureza se tornaram narráveis, podendo constituir uma sequência de eventos ou mesmo estruturar um enredo. Poderiam formar a principal base narrativa de todo um relato.¹⁶⁹

Há, entretanto, a constituição de novos sentidos utilitários na contemplação e no desvelamento do mundo da natureza entre cientistas e diletantes, mobilizados pelo projeto colonizador ou imperialista. Nesse sentido, a desconfiança que os cearenses demonstrarão em relação aos científicos, confundindo-os reiteradamente com *ingleses*, certamente, tem por base a efetiva circulação de ingleses, irlandeses e norte-americanos na província. Entre 1806 e 1807, os ingleses invadiram tanto o Rio da Prata como o Cabo da Boa Esperança — invasões justificadas pelo “perigo francês” — usando alguns dos mesmos oficiais nos dois continentes e traçando fortes paralelos entre a América do Sul e a África meridional. Ao trabalhar com o relato do diplomata britânico John Barrow, *Viagens ao Interior da África Meridional nos anos 1797e 1798*, lançado em 1801, Mary Louise Pratt demonstra que as mesmas estratégias textuais de depreciação dos africanos colonizados (chamados de indolentes e preguiçosos “por natureza”) e dos euroafricanos colonizadores (considerados avessos ao trabalho disciplinado em favor do usufruto insensato da terra) foram colocadas em ação em relatos de viagem sobre os dois continentes. “Na América espanhola, um fluxo de viajantes de negócios ingleses,

¹⁶⁹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...* Op. cit., p. 59.

no início do século XIX, zombariam da sociedade hispano-americana da mesma forma que Barrow contra os africânderes”.¹⁷⁰

Ao longo do século XIX, esses homens e mulheres atuavam em diversas frentes, como missionários cristãos, negociantes ou funcionários de companhias estrangeiras de serviços telegráficos e de fornecimento de água e energia. Com acesso a meios de difusão culturais e científicos antes restritos às elites, esses indivíduos registrarão suas experiências em terras desconhecidas a partir de uma ótica civilizatória, legitimando seu discurso ao construir para si a imagem benigna e letrada do “herborizador”, que exerce o estudo cavalheiresco da natureza.

O naturalista William Hooker, diretor dos Kew Gardens (Real Jardim Botânico de Kew), sem nunca ter colocado os pés no Brasil, lançará mão das informações obtidas tanto por naturalistas como William Burchell ou George Gardner (que esteve no Ceará) quanto da escritora e artista amadora Maria Graham, que, em 1824 ofereceu seus serviços para enviar-lhe desenhos de plantas tropicais. Na primeira página do portfólio, ainda hoje arquivado em Kew Gardens, uma nota datada de 1833 assevera o valor de tais desenhos, destacando que a sra. Graham possuía conhecimento botânico suficiente para executar ilustrações precisas e de grande aptidão artística.¹⁷¹ Ainda que Henry Koster, que citamos há pouco, assevere que os apontamentos que recolheu sobre o Brasil não tinham como intuito a composição de um livro, o detalhismo das observações desse viajante “desinteressado”, bem como uma primeira edição de 501 páginas (incluindo prefácio, oito estampas, um mapa e uma planta) de seu relato de viagem nos indicam bem o contrário.¹⁷² Em seu estudo sobre o olhar britânico oitocentista, Luciana de Lima Martins destaca como o conhecimento desses novos mundos mobilizou pessoas de diversas origens sociais e capacidades intelectuais. “Assim, a análise do viajante singular, genial, é deslocada para a dos demais membros de uma sociedade que, em conjunto, tornaram possível a produção de um determinado modo de olhar a natureza”.¹⁷³

The very definition of “America” in Diderot e D’Alembert’s *Encyclopédie* emphasized trade in sugar, tobacco, indigo, ginger,

¹⁷⁰ PRATT, Mary Louise. Op. cit., p. 117.

¹⁷¹ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico 1800-1850*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 50.

¹⁷² CASCUDO, Luís da Câmara. “Henry Koster que sonhei”. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. V. I, 12. Ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 19-20.

¹⁷³ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico 1800-1850*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 49.

cassia, gums and aloes, sassafras, brazil wood (a dyestuff), guaiacum (a cure for syphilis), cinnamon, balsams of Tolu and Peru (against coughs), cochineal (a rich red dye), ipecacuanha, nutmeg, pineapple and jalap along with the “water of Barbados”.¹⁷⁴

A “América”, nesse grande inventário do saber racional, é definida por aquilo que nela pode ser produzido, comercializado e usufruído pelos europeus como *materia alimentaria*, *materia luxuria* ou *materia medica*. E, à exceção da “água de Barbados” e da cochonilha, todos os termos que encerram o significado do verbete se voltam para as plantas e seus derivados: madeiras, resinas, corantes, folhas e frutos, manufaturados ou *in natura*. O próprio Lineu, criador de uma nomenclatura científica “neutra”, utilizou inicialmente seu sistema binomial para catalogar espécies suecas que pudessem servir de forragem para a criação de animais. Mas seu principal objetivo era fugir ao comércio com a Ásia, adaptando plantas comercialmente valiosas em seu país natal, como pés de café, algodão, ruibarbo, ópio, ginseng e amoreiras (onde cresciam os bichos-da-seda), baseado na crença de que espécies tropicais poderiam crescer em qualquer parte do globo. Como outros naturalistas de seu tempo, Lineu ensinava que o propósito da história natural era engrandecer o Estado.¹⁷⁵

A expansão imperialista do Velho Mundo caminhou lado a lado com a botânica, que contaria nas colônias com o serviço de agricultores, escravos, indígenas, curiosos, militares e médicos — cuja formação tinha o estudo da botânica como central desde a Idade Média, e a itinerância como condição para conhecer melhor as plantas com que exercia as artes de curar. Na França, depois da cartografia, a botânica era a ciência mais financiada nos séculos XVII e XVIII, tanto por governos quanto pela iniciativa privada. As necessidades de Estado abriram caminho para o aprimoramento de processos de bioprospecção, identificação, transporte e aclimação de plantas — sem falar nos deslocamentos e conflitos motivados pelo contrabando de sementes e mudas. Entende-se assim a invasão de Caiena, ordenada por D. João VI em 1809, não somente como uma represália ao inimigo francês que forçara a fuga da família real para o Brasil. O butim do invasor incluiu a transferência de mudas, técnicas de cultivo e

¹⁷⁴ “A própria definição de ‘América’, na *Encyclopédie* de Diderot e D’Alembert enfatizava o comércio de açúcar, tabaco, índigo, gengibre, canela, gomas e aloés, sassafras, pau-brasil (um corante), guaiacum (uma cura para a sífilis), canela, bálsamos de Tolu e do Peru (contra tosse), cochonilha (um rico corante vermelho), ipecacuanha, noz-moscada, abacaxi e jalapa juntamente com a ‘água de Barbados’ [considerada uma das mais puras do planeta]”. In: SCHIEBINGER, Londa. Op. cit., p. 8, tradução nossa.

¹⁷⁵ SCHIEBINGER, Londa. Op. cit., p. 10.

jardineiros do cobiçado Jardim Gabrielle e da sementeira Mont Baduel para os hortos de Belém e Olinda, e posteriormente para o Jardim Botânico da nova Corte.

As zonas tropicais possuem a maior diversidade de plantas do mundo, ocupando apenas 6% da superfície terrestre. Estima-se que das 250 mil espécies de vegetais superiores existentes, 20% delas crescem na Amazônia. E, a despeito de séculos de investigação e exploração, atualmente, menos de 0,5% de todas as plantas floríferas foram estudadas para uso farmacológico.¹⁷⁶ No esforço de domesticação de um vasto território cujo potencial era sequer conhecido, o Império brasileiro buscou voltar-se para a construção de um espaço *nacional*, “uma vez que o reconhecimento mesmo da existência do centro dependia da manutenção da afinidade entre os vários grupos que residiam no território”.¹⁷⁷

O projeto histórico do IHGB apontava a metrópole portuguesa como iniciadora de um processo civilizatório definidor da Nação e sua singularidade, ao promover a exploração e ocupação de um território inculto e edênico. Caberia agora ao Império assumir esse legado esquadrihando o interior intocado, estabelecendo limites que diferenciasssem o Brasil do *outro* externo (as repúblicas latino-americanas) e interno (escravos e indígenas). Mas também estabelecer afinidades entre populações dispersas, integrando-os a um espaço e submetendo-os a um centro de poder comum.

Mapas, inventários, relatos e coleções produzidos por naturalistas viajantes teriam papel estratégico na construção de um saber sobre o espaço que possibilitasse para as elites — que se confundiam com a estrutura de Estado — o sonhado consenso acerca da identidade brasileira. Buscava-se construir pela via da ciência o que Flora Süssekind chamou de Brasil-paisagem: um lugar ordenado artificialmente pelo crivo da ciência europeia que destacava seu caráter singular, exuberante, vertiginoso — um cenário, portanto. E uma vez estabelecidos esses marcos históricos e naturais, essas peculiaridades a gerar filiações, sentimentos de pertença e espírito de comunidade (uma comum-unidade), dever-se-ia negar esse começo histórico como algo imaginado. É preciso então “mostrar que [esse marco] sempre estivera lá, que se está apenas retornando a uma identidade nacional meta-histórica original. Daí a necessidade de

¹⁷⁶ SCHIEBINGER, Londa. Op. cit., p. 16.

¹⁷⁷ PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias...* Op. cit., p. 129.

marcos e mapas. E de uma viagem que se repete com variações, mas aparentemente em mão única: o regresso”.¹⁷⁸

¹⁷⁸ SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. 3ª reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 2008, p. 61.

1.6 Os des-caminhos de uma “expedição para dentro”: a Comissão Científica de Exploração

Em 1844, Manuel Ferreira Lagos, então segundo secretário perpétuo do IHGB, após dar notícias sobre a “afouta investigação” efetuada pelo cônego Benigno José de Carvalho, em busca da cidade antiga encravada nos sertões da Bahia (ver 1.1) — que, assim como a Comissão Científica, conhece a glória da expectativa e a condenação pela falta dos resultados esperados — lembra aos consócios a importância de o governo imperial seguir o conselho do naturalista Carl von Martius e apoiar comissões estrangeiras, como as dos “Srs. *Conde de Castelnau*, Visconde de Osery, I. G. Strain, e D. Pasquele Pacini”¹⁷⁹ [grifo meu], fazendo-os inclusive acompanhar de alguns jovens engenheiros e naturalistas nacionais que, uma vez praticando com distintos sábios, colheriam muitos esclarecimentos de que ainda careciam.

Renato Braga caracteriza Lagos, o propositor da Comissão, como “vivo, laborioso, com capacidade de compor e redigir habilmente”, porém pouco afeito a catalogar e publicar seus escritos.¹⁸⁰ De fato, a memória sobre a viagem do naturalista Francis de la Porte, conde de Castelnau, às regiões centrais da América do Sul, lida nas sessões do IHGB de 1855 a 1856, que causou tal furor a ponto de colocar em marcha um dos empreendimentos científicos mais vultosos do Império brasileiro, nem chegou a ser publicada. Mas, no discurso proferido na sessão do Instituto de 30 de maio de 1856, Manoel Ferreira Lagos dirige-se ao imperador Pedro II e exorta-o sobre a necessidade de o governo “nomear uma comissão de engenheiros e naturalistas nacionais para explorar algumas das províncias menos conhecidas do Brasil”. E justifica tal necessidade ao questionar exatamente os resultados da viagem de Castelnau, aproveitando para dar conta de um sem número de imprecisões e equívocos cometidos por viajantes e naturalistas estrangeiros que aqui estiveram, censurando-os num tom “ora demasiado sarcástico, ora facêto”. Já era tempo, segundo Lagos, não apenas de desmentir o exame feito por viajantes de má-fé ou levianos. Dever-se-ia mostrar que

¹⁷⁹ Relatório dos Trabalhos do Instituto no Sexto Ano Acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo, Manoel Ferreira Lagos. In: *Revista do IHGB*, tomo VI, 1844, p. 20-21.

¹⁸⁰ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 29.

aqui não nos faltavam pessoas de talento e com as habilitações necessárias para a pesquisa científica.¹⁸¹

O episódio da proposição da viagem ao Ceará é referenciado na *História da Comissão Científica de Exploração*, de Renato Braga, e nos trabalhos de retomada da Comissão Científica como tema de pesquisa (como foi visto na *Introdução*), numa espécie de prelúdio da primeira expedição oficialmente promovida pelo Estado brasileiro. Porém, ao analisar a proposição da Científica fora de sua “forma consagrada”, reconhece-se não apenas uma arenga entre avaliações sobre a natureza brasileira (que faz parte do jogo entre intelectuais). Ou um arroubo romântico que lograria aos nossos naturalistas a vantagem de filhos deste solo, e assim saberem mais e melhor das coisas da nossa terra, pois “um país, para ser dono de si, precisava ter fala própria”.¹⁸²

Diferente de Martius, que atribuía à influência da corte real (e seus desdobramentos no império) o progresso e a civilização do Brasil, Castelnau fez, em seu relato de viagem, duras críticas à herança lusitana e sua influência sobre o caráter social e a forma de conduzir o país. O conde faz notar a burocracia das instituições, a ausência das mulheres no convívio social, o trato brutal em relação aos escravos e o ódio aos estrangeiros como principais fatores do atraso da civilização em nossas plagas. A extrema indolência, segundo ele, contamina até os patricios que aqui permanecem por mais tempo, como um francês de nome Guilherme, “antigo militar, grande literato e admirador entusiasta das doutrinas de Fourier, [...] que havia resolvido, segundo dizia, a partir de então, levar uma vida exclusivamente intelectual, embora condescendesse às vezes em passar a escova em cavalos ou mulas”.¹⁸³ Nem mesmo o cônego Januário da Cunha Barbosa, um dos fundadores do IHGB, “que passa por ser um dos homens mais instruídos do Brasil”, escapou à crítica mordaz do naturalista.¹⁸⁴

Um possível fator para essa inversão de postura de Lagos é que os 15 volumes do relato de Castelnau só vieram a lume a partir de 1850, seis anos antes da avaliação publicada na *Revista do IHGB*. Mas o que se depreende dessa reação é que a Comissão Científica de Exploração foi formada, antes de tudo, como uma afirmação da

¹⁸¹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 16-17.

¹⁸² RAMOS, Francisco Régis Lopes. *O fato e a fábula...* Op. cit., p. 10.

¹⁸³ CASTELNAU, Conde de [Francis de la Porte]. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000, p. 61.

¹⁸⁴ CASTELNAU, Conde de [Francis de la Porte]. *Expedição às regiões...* Op. cit., p. 46.

legitimidade do poder imperial e de um tipo de historiografia engendrado no seio do Instituto Histórico. Ao lado de um amadurecimento do poder imperial, percebe-se um forte apelo romântico ao associar a viagem científica à busca simbólica de uma singularidade nacional, entendida como a essência de cada povo. Algo particularmente sensível para uma elite letrada,¹⁸⁵ que, visando a alcançar economicamente as nações do Velho Mundo e da América do Norte em plena expansão imperialista, volta-se para a criação de uma brasilidade enviando seus sábios para as regiões inexploradas do sertão.

Ao defender o escrutínio do país de si para si, sem a mediação de doutos estrangeiros, o zoólogo entende que cabe à nossa “elite letrada” a tarefa de formar “um sentimento de patriotismo, de nacionalismo, de um espírito brasileiro, de um caráter nacional, de unanimidade de sentimentos, de unidade territorial, de um sentimento de independência, de opinião pública, de uma sociedade coesa”.¹⁸⁶ Procedimento afinado também com a historiografia de matriz romântica, em que o conhecimento verdadeiro só é possível quando o pesquisador coloca-se literalmente em campo, perscrutando aquilo que era negligenciado pela fria análise econômica e estatística, considerada insuficiente e parcial. “Para os românticos da virada do século XVIII e início do século XIX, viajar é uma experiência intelectual imprescindível. O deslocamento no espaço os auxilia a pensar sobre um conjunto de materiais novos e, principalmente, diferentes”.¹⁸⁷ Somente o contato direto e profundo com o objeto de pesquisa, apoiado pelo olhar armado do homem de saber em movimento de “estranho em terra estranha”, permite ver além da exterioridade, tornando o mundo plenamente cognoscível.

Assim, para além dos “erros” ou “acertos” das observações feitas pelos exploradores de fora, importa-nos na fala de Lagos o fato de o zoólogo privilegiar um olhar e um discurso produzidos “de dentro”, suscitando a necessidade de o Brasil se equiparar às demais nações civilizadas no tocante à produção de conhecimento e mesmo de autoconhecimento. A imprecisão de Lagos, membro de uma sociedade científica que

¹⁸⁵ Adoto aqui o conceito de elite formulado por José Murilo de Carvalho, ao falar “de certos grupos especiais de elite, marcados por características que os distinguem tanto das massas quanto de outros grupos de elite”. Tendo a homogeneidade ideológica e de treinamento, bem como a atuação em várias esferas da política e da burocracia estatal como traços marcantes, esse grupo foi responsável pela adoção da monarquia na transição do Brasil de colônia para império como solução de continuidade, reduzindo os conflitos intra-elite e garantindo a unidade territorial do país. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 14-15.

¹⁸⁶ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius...* Op. cit., p. 278.

¹⁸⁷ CEZAR, Temístocles. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. *Almanack Braziliense*. São Paulo: n. 11, p. 26-33, maio 2010, p. 29.

se dedicava ao estabelecimento de marcos fundadores e de uma história nacional, pode ser entendida na medida em que “[...] o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”.¹⁸⁸

Não é de se estranhar, portanto, que algumas tópicas encontradas no relato de Castelnau, tendo sua viagem ocorrido 15 anos antes da Comissão Científica, assemelhem-se às encontradas no diário de viagem de Francisco Freire Alemão: a indolência das gentes, a desconfiança ou mesmo a hostilidade aberta em relação aos “estrangeiros”, as críticas desferidas entre os habitantes de províncias vizinhas, as condições precárias dos pousos. As desventuras de Castelnau ainda na preparação da viagem, ao descobrir que as 20 mulas, pelas quais pagara 60\$000 cada, recusavam a bagagem, corcoveando ou caindo ao seu peso porque “nunca tinham transportado carga alguma”,¹⁸⁹ em muito se assemelhavam aos problemas enfrentados na tentativa de aclimação de camelos trazidos da Argélia para o transporte dos naturalistas e seus haveres.

As coincidências entre os dois relatos não remetem apenas a uma retórica do sacrifício, que comovia e excitava os leitores de narrativas de viagem — ansiosos por sentir o perigo a uma distância segura — ou para a inexperiência de neófitos que envolvia tanto a viagem de Castelnau como a expedição brasileira. Refiro-me aos descaminhos a que os empreendimentos científicos não estão imunes, sejam os de ordem prática que se deslindam no transcurso da expedição, como também ingerências das esferas política e econômica, alheias (mas não tanto) ao labor do naturalista.

A proposta da Comissão Científica de Exploração foi acolhida oficialmente pelo imperador na sessão de 13 de junho do IHGB, segundo Renato Braga, “numa atitude pouco comum, quebrando a sua peculiar discreção [sic] no que se referia aos negócios públicos” — sem, no entanto, lembrar que a expedição ao Sincorá também teve uma aprovação célere, o que poderia indicar uma postura somente de arranque em relação a estes empreendimentos. No mês seguinte, em comunicado lido na sessão de 11 de julho, o ministro do Império, Conselheiro Luís Pedreira de Couto Ferraz, participa a anuência da proposta e pede ao Instituto a indicação dos nomes a serem encarregados da Comissão.¹⁹⁰ A Científica foi dividida em cinco seções: Botânica, a cargo de Francisco

¹⁸⁸ FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Op. cit., p. 10.

¹⁸⁹ CASTELNAU, conde de [Francis de la Porte]. *Expedição às regiões...* Op. cit., p. 62.

¹⁹⁰ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 19.

Freire Alemão (que também era o presidente da Comissão); Geológica e Mineralógica, chefiada pelo engenheiro Guilherme Schüch de Capanema;¹⁹¹ Zoológica, destinada ao naturalista Manuel Ferreira Lagos (propositor da viagem exploratória); Astronômica e Geográfica, confiada ao matemático Giacomo Raja Gabaglia; e Etnográfica e Narrativa de Viagem, encarregada ao escritor e historiador Antonio Gonçalves Dias.¹⁹² Além dos adjuntos, mateiros e outros ajudantes, acompanhava a expedição o pintor José dos Reis Carvalho, ex-aluno de Debret e professor de desenho da Escola Imperial da Marinha. Apesar de Gonçalves Dias ser o mais comumente lembrado pela posteridade por sua atividade literária, todos os membros da Comissão compunham a elite intelectual brasileira, ocupando cargos e funções importantes na estrutura do Império e também afinados ideologicamente às prerrogativas de um Estado centralizador. Além de sócios do IHGB, havia uma estreita ligação profissional e, em alguns casos, pessoal entre os científicos e diversas instituições e membros do governo imperial.

Ao observarmos, porém, o caso da Comissão Científica de Exploração, percebe-se que esse afinamento ideológico era envolvido em tensões no campo prático. Na perspectiva de Braga, tanto o governo imperial quanto o Instituto delegavam aos chefes de seção autonomia técnica e científica quanto aos rumos da expedição, cabendo ao governo apenas o aporte financeiro. Cita como evidências a rápida tramitação do projeto — menos de ano depois de proposta, a Comissão já tinha dotação orçamentária e as instruções redigidas — e as vultosas despesas empregadas na compra de instrumental adequado.

Esse desacerto pode ser vislumbrado num dos pontos mais debatidos sobre a Comissão Científica: a escolha do Ceará como ponto de partida, e posteriormente a única província a ser totalmente percorrida pelos comissionados. Capanema arrolou entre os objetos comprados para a execução da viagem “uma canoa portátil de goma elástica” importada dos Estados Unidos para o exame de rios e lagoas nos lugares onde

¹⁹¹ Guilherme Schüch, Barão de Capanema (1824-1908). Naturalista e engenheiro. Filho de Rochus Schüch, bibliotecário particular da arquiduquesa Leopoldina que a acompanhou na sua vinda ao Brasil. Formou-se no curso técnico da Escola Politécnica de Viena e na Academia de Minas de Freiberg, em 1847, e posteriormente doutorou-se em matemática e ciência pela Escola Militar do Rio de Janeiro. Comandou a instalação das primeiras redes telegráficas do Brasil e fundou o Telégrafo Nacional, em 1852.

¹⁹² Antonio Gonçalves Dias (1823-1864). Formado em Direito pela Universidade de Coimbra (1840), destacou-se, no entanto, pela atuação como jornalista, poeta, etnógrafo e teatrólogo. Um dos grandes expoentes do Romantismo brasileiro, é autor dos consagrados poemas *Canção do Exílio* (1843) e *I-Juca-Pirama* (1851). Antes da Comissão Científica, encontrava-se na Europa como oficial da Secretaria dos Negócios Estrangeiros, estudando formas de aperfeiçoar a instrução pública. Morreu durante o naufrágio do navio que o trazia da Europa, onde procurara sem sucesso tratamento para a tuberculose. É patrono da cadeira nº 15 da Academia Brasileira de Letras.

não houvesse embarcações,¹⁹³ o que denota a possibilidade de haver um outro roteiro. Dentre as províncias do Norte (correspondente hoje ao Norte e Nordeste brasileiros) palmilhadas por viajantes estrangeiros, a preferência pelas regiões amazônicas era então candente pela profusão de espécies visíveis quanto por tudo que as densas matas poderiam encobrir, desde tribos edênicas até monumentos de civilizações antigas, que até nossos dias são encontrados sob camadas de vegetação, em escavações ou mesmo submersos. A proposta de Lagos e o relatório de Capanema (1857) informando o Instituto Histórico sobre o andamento dos preparativos da viagem¹⁹⁴ referem-se às “províncias menos conhecidas” como destino da expedição, assim como as cartas trocadas entre Capanema, Raja Gabaglia e Gonçalves Dias, que discutem as dificuldades de ir ao “interior” ou ao “sertão”. Antonio José da Serra Gomes, adido do Brasil em Lisboa, indaga a Dias se “a comissão do Amazonas contará o meu amigo entre os seus”,¹⁹⁵ o que evidencia as incertezas em torno do destino dos comissionados e uma atração imediata que as matas amazônicas exerciam.

Na documentação sobre a expedição, Renato Braga cita um relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa em princípios de 1857 pelo então secretário de Estado dos Negócios do Império, Luís Pedreira de Couto Ferraz, entusiasta da empreitada, apontando o Ceará como ponto inicial dos trabalhos, mas sem indicações do que teria motivado tal escolha.¹⁹⁶ Raja Gabaglia, tecendo considerações sobre o período mais “calmoso” para iniciar a expedição sem interrupções por conta de chuva ou seca prolongadas, comenta: “vós conheceis o Norte do Império melhor do que eu, e em tal época do ano — Norte, Sul e Centro, são fornos”¹⁹⁷ — o que pode indicar uma incerteza pelo menos entre os comissionados. A primeira alusão específica ao Ceará entre os naturalistas é feita em 3 de setembro de 1857,¹⁹⁸ o que ainda assim parece deveras vago para um empreendimento que pretendia arrolar tantas descobertas e primazias. A alusão é feita quando Gonçalves Dias, como era seu costume, pede notícias da filha e da esposa de Capanema. “Como vão a minha afilhada e a Comadre?

¹⁹³ Relatório do Sr. Dr. Capanema lido pelo Sr. A. A. P. Coruja. *Revista do IHGB*, tomo XX, 1857, p. 570-571, p. 65.

¹⁹⁴ Relatório do Sr. Dr. Capanema lido pelo Sr. A. A. P. Coruja. *Revista do IHGB*, tomo XX, 1857, p. 570-571, p. 63.

¹⁹⁵ Carta de [Antonio José da] Serra Gomes a Antonio Gonçalves Dias, Lisboa, 28/01/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 102.

¹⁹⁶ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 36.

¹⁹⁷ Carta de Giacomo Raja Gabaglia a Antonio Gonçalves Dias, Londres, 08/03/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 106.

¹⁹⁸ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema, Paris, 03/09/1857. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 228.

A última sem dúvida satisfeita em ir até ao Ceará [sic]”. O trivial da circunstância pode indicar pouco caso em relação ao local, ou que esta fosse uma escolha a ser revertida, se nos fiarmos na posição de que Capanema pretendia aliciar Dias a fazer uma “Comissãozinha paralela”.¹⁹⁹ Mas para isso teríamos que colocar igualmente em suspeição nosso austero e impoluto Conselheiro, que um dia antes de embarcar no vapor Tocantins, escreve a Carl von Martius, dizendo: “*Parece* que a primeira província a explorar-se será o Ceará” [grifo meu].²⁰⁰ Como alguém que, em suas próprias palavras, está prestes a empreender uma grande viagem exploratória não sabe (ou não quer dizer) seu itinerário? Três meses depois, Capanema faz um comentário que antecipa as contradições que os membros da Comissão iriam enfrentar em relação a expectativas científicas e leigas na província escolhida: “Quanto à glória, nosso papalvo me chamará de homem imenso por ter feito um caminho de ferro, enquanto se eu descobrir no Ceará que a formação cretácea é mais antiga que a carbonífera o que poria o Instituto de França de pernas pro ar, aqui me chamariam de toleirão”.²⁰¹

Talvez por isso as instruções de viagem das seções Botânica, Geológica, Zoológica e Narrativa de Viagem tenham um caráter mais generalista, na medida em que aquelas orientações de prospecção poderiam ser aplicadas a qualquer região do país. As instruções da Seção Astronômica são as únicas que se referem nomeadamente ao Ceará. Cândido Batista de Oliveira e Manuel de Araújo Porto Alegre redigiram as instruções da Seção Astronômica e Geográfica e da Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, respectivamente, enquanto seus chefes estavam na Europa em busca de materiais para a viagem. Já no proêmio dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, Gonçalves Dias relata que, embora tendo sido logo escolhidos os chefes das cinco seções, não foram designadas que províncias seriam percorridas e de onde partiria a expedição, a ponto de ele e Gabaglia terem encomendado equipamentos para a dupla eventualidade de uma expedição por terra e por água.

Percebe-se também um clima de expectativa se formando na comunidade internacional, diante da possibilidade de uma expedição ao interior, desafiadora mas rica em possibilidades. Em carta a Capanema, de 5 de maio de 1857, Gonçalves Dias,

¹⁹⁹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 51.

²⁰⁰ Carta ao Doutor Martius, em 25 de janeiro de 1859. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 151.

²⁰¹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174.

que se encontrava em Dresden na preparação da compra dos materiais da Comissão, comenta:

Só te devo dizer que o Sturtz com o seu costumado abelhudismo, pediu uns apontamentos relativos à tua comissão ao Dr. Gustav Ienzsch, de Dresde, que neste momento acabo de ler. Não sei que valor tem isso, mas o moço fez o que lhe pediu o Sturtz, e um pouco vexado de semelhante incumbência.²⁰²

Gonçalves Dias faz referência na carta a João Diogo Sturz,²⁰³ cônsul geral do Brasil na Prússia. O círculo de amizades que Dias buscava cultivar na Europa permitiu-lhe tomar conhecimento das indagações de Sturz sobre a Comissão, que, entretanto, estavam longe de um mero “abelhudismo”. Sturz encabeçava um grupo de empresários que tentava obter, desde 1837, a concessão para explorar a navegação a vapor nos rios Amazonas, Tocantins, Solimões, Negro e seus afluentes. O projeto apresentado à Câmara dos Deputados previa a introdução de linhas regulares de vapores na região, solicitando em contrapartida uma série de vantagens, como o privilégio de exclusividade da navegação por 40 anos, isenção de impostos de importação sobre quaisquer compras realizadas fora do País para manutenção da atividade e “a doação de *todas as minas de carvão ou qualquer outro mineral* que fossem descobertos nos primeiros anos de atividade”.²⁰⁴

Mesmo com a incerteza em relação ao projeto, que levaria mais de duas décadas para ser finalmente rejeitado pelo Senado, em 1864, fica clara a intenção de Sturz de se cercar do maior número de informações sobre os estudos geológicos a serem feitos pela Comissão Científica. Mesmo sem sabermos o teor dos apontamentos “encomendados” por Sturz (que poderia muito bem tê-los pedido diretamente à Capanema, já que ambos eram servidores do Império), tais informações poderiam levar a empresa a descobrir jazidas de carvão próximas à região amazônica antes do governo. Como a Seção Geológica também se ocupava da navegabilidade dos rios, poder-se-ia mesmo introduzir linhas a vapor no Ceará — estabelecendo de antemão nos contratos

²⁰² Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde[n], 05/05/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 219.

²⁰³ Nascido na Prússia em 1800, naturalizou-se brasileiro na década de 1840 e exerceu intensa atividade empresarial no País. Autor de alguns textos sobre a introdução de máquinas no Brasil e sobre a economia nacional, foi um dos sócios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, nas décadas de 1830 e 1840, e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Foi comissário do Império na exposição geral da indústria realizada em Londres, em 1851.

²⁰⁴ GREGÓRIO, Vitor Marcos. “O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 19 (1), janeiro-abril de 2009, p. 190-191 (grifo meu).

de concessão vantagens de exploração de minerais. Nas discussões na Câmara e no Senado, havia os que argumentavam que tais privilégios na navegação a vapor eram essenciais para o estabelecimento da atividade em regiões de difícil acesso. Por outro lado, a busca de informações “por fora” nos indica que o temor, professado por alguns setores do Legislativo, de que “um estrangeiro” como Sturz conseguisse tantas vantagens a ponto de fazer predominar interesses externos ao Império numa área estratégica não era de todo infundado.

Como já foi destacado no tópico anterior, o projeto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de fazer conhecer as regiões mais distantes do Império recém-formado seguia uma tradição de pesquisa e formação de inventários estabelecida desde o século XVIII. Ciosa em descobrir artefatos, técnicas, plantas ou minerais que reforçassem o erário real, a metrópole portuguesa, com o apoio da Universidade de Coimbra, tomou para si a incumbência de formar exploradores e naturalistas luso-brasileiros e enviá-los para devassar suas possessões coloniais. Os vassalos ilustrados da Coroa, além de enviar produtos que pudessem dinamizar as trocas comerciais entre o império e o ultramar, deveriam remeter memórias, relatórios e desenhos de tudo o que vissem e ouvissem em suas viagens. “[...] A produção de inventários e a circulação de notícias permitiam tornar mais palpável a idéia de um império colonial, composto por possessões que aos poucos se integravam e tornavam-se interdependentes”.²⁰⁵

É preciso, contudo, considerar certos limites no uso da ciência como braço intelectual do desenvolvimento do Estado. O que se observa na trajetória das ciências no Brasil, mesmo com os esforços empregados num reformismo científico desde finais do Setecentos, é que o investimento na formação de vassalos ilustrados, exploração do interior das colônias e divulgação de conhecimentos úteis não impediu que a constituição de redes de informação científica esbarrasse em entraves burocráticos, na influência ainda forte do catolicismo sobre o conhecimento, que conferia “à religião um caráter *natural* e à Natureza, um sentido *religioso*”,²⁰⁶ sem falar em certas tradições

²⁰⁵ RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância*. 1. Ed., São Paulo: Alameda Editorial, 2008, p. 214. Em contrapartida a esse movimento de vassalos ilustrados pelas possessões ultramarinas, os governadores do Ceará e do Grão-Pará recebem, em 2 de junho de 1800, um ofício do ministro de Estado Rodrigo de Souza Coutinho, futuro conde de Linhares, alertando sobre a presença perigosa de um tal “barão de Humboldt”, que andava a esquadrihar os domínios portugueses na América, “e recomendando para ele e qualquer outro, que não estivesse autorizado a pesquisar, vigilância severa e mesmo prisão irrecorrível.” COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Sinará Grande*. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980, p. 23.

²⁰⁶ COSTA, Alexandre da Cunha apud NEVES, Guilherme Pereira das. “Natureza, ciência e política no mundo luso brasileiro de inícios do século XIX. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloísa (Org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012, p.

políticas e culturais, baseadas em relações de proteção e favores. Assim, “sem auditório capacitado para captar as mensagens de persuasão científica, sem estarem assegurados os mecanismos de difusão e popularização dos sucessos e achados, o trabalho dos cientistas perdia oportunidades de consolidação”.²⁰⁷

Podemos pensar, por exemplo, em algumas “situações obscuras e de peripécias rocambolescas”, levantadas por Guilherme das Neves. Desde o arquivamento e extravio dos trabalhos de Alexandre Rodrigues Ferreira e do frei José Mariano da Conceição Veloso, que inspirara Freire Alemão — pilhados pelos franceses durante as invasões napoleônicas e publicados tempos depois, quando suas contribuições já haviam sido superadas por outros estudiosos — até as contradições no tocante às publicações da Tipografia do Arco do Cego, incumbida da divulgação do conhecimento sobre a vida e a natureza no Brasil. Dirigida por frei Veloso de 1799 a 1805, e em detrimento de sua obra magna, a *Flora fluminensis*, Veloso optou por atuar como editor de obras e folhetos de filosofia natural a serem enviados à colônia. Essas obras de utilidade não só eram “pouco representativas em termos de conhecimento”, como também “nunca eram adquiridos e, quando distribuídos gratuitamente, nem mesmo lidos ou aplicados eram pelos principais destinatários, os *fazendeiros do Brasil*”.²⁰⁸

A tradição instrumental herdada da monarquia lusitana ainda pesava na estrutura do Império — e, por conseguinte, sobre nossos naturalistas, que dependiam do seu financiamento. A presença desses naturalistas em várias instituições científicas do Império pode ser um indício não só de um projeto unificado, mas também da dificuldade de manutenção de quadros, tanto em relação a número de profissionais quanto de recursos, obrigando-os a atuar em mais de uma frente para complementar a renda. A comunidade de naturalistas emergente no Brasil também não era tão coesa quanto a fala de Lagos tenta colocar, dividida em interesses e ideias científicas distintas, quando não francamente conflitantes.

Comparativamente ao período anterior, as Ciências Naturais [em meados do século XIX], de modo geral, não tiveram presença marcante nesse projeto que consolidou a economia agrária, dependente e escravocrata brasileira. A outra “face da moeda” desse projeto, de institucionalização das Ciências Naturais no país, que se destaca foram as iniciativas da emergente comunidade científica que

288.

²⁰⁷ CARDOSO, José Luís apud NEVES, Guilherme Pereira das. Op. cit., p. 289.

²⁰⁸ NEVES, Guilherme Pereira das. Op. cit., p. 285-286.

disputou, com relativo êxito, apoio político e mecenato imperial para cada uma de suas ações e de seus diferentes interesses.²⁰⁹

Acredito que essa posição das ciências naturais no período seja menos de ausência do que uma dificuldade em colocar as projeções em prática, devido às circunstâncias do país, interpenetrada por tradições e ideologias. Para Maria Margaret Lopes, instituir as Ciências Naturais no Brasil significava, também, a busca por favores imperiais que aparentemente abundavam para os naturalistas estrangeiros que aqui chegavam, bem como o reconhecimento social da corte e da sociedade da época.²¹⁰ Isso pode explicar em parte o desapareço que a expedição aos sertões cearenses sofreu ou mesmo a própria postura acautelada de alguns dos próprios comissionados, como demonstram as cartas em que Capanema ora diz que vai ao sertão, ora volta atrás ou ainda insta os colegas que estão na Europa a atrasar ao máximo a compra do material científico, de acordo com certas atitudes do governo.

Agora a negócio — Se te disserem lá que não vou a expedição diga que é mentira, farei com que partamos mais tarde porque o governo mangou comigo mas vou. Sabes de um facto que nos vai servir para argumento? Foi nomeado em comissão médica em Goiás um quidam de jogador e caloteiro que tu conheces por força o Dr. D. Nuno de Lóssio e Seilblitz, com 600\$000 mensais e 6\$000\$ de ajuda de custo! É útil que se vão dando tais precedentes.²¹¹

A desconfiança expressa pelo fazendeiro do Pirangi em relação aos objetivos da Comissão, ao fato de os naturalistas não contemplarem trabalhos mais práticos e de retorno imediato, nem de longe era uma opinião isolada. Um exemplo disso são as desavenças, ocorridas ainda durante a fase de preparação da Comissão Científica, entre o chefe da Seção Geológica e o marquês de Olinda,²¹² então chefe do gabinete imperial e ministro do Império. Renato Braga atribui, apoiado na correspondência entre Capanema e Gonçalves Dias, o atraso na compra de materiais

²⁰⁹ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 325.

²¹⁰ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica...* Op. cit., p. 136.

²¹¹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Rio de Janeiro, 14/07/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 150.

²¹² Pedro de Araújo Lima, marquês de Olinda (1793-1870). Pernambucano, filho de proprietários rurais. Doutorado em Cânones (Leis) pela Universidade de Coimbra em 1819, retorna ao Brasil no mesmo ano, tendo atuação destacada como jornalista e político, de perfil conservador. Participou do movimento para a independência do Brasil e foi regente do Império de 1837 até a maioria do imperador. Foi nove vezes ministro de Estado e por quatro vezes presidiu o Conselho de Ministros. Sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

para a viagem na Europa e a postergação do retorno de Dias e Gabaglia para o início da Comissão a uma orientação do próprio Capanema, motivado por questões políticas e pessoais com o ministro. Além das reservas contra o velho regente, Capanema teria tomado as dores do cunhado, Araújo Porto-Alegre, quando este dirigia a Escola de Belas Artes. Olinda teria nomeado para a cadeira de Pintura Histórica “um substituto de pouca habilidade artística, grande, porém, nas artes de alcovitice”, desautorizando Porto-Alegre, que se demitiu do cargo. A história é relatada por Capanema a Dias, ressaltando ao amigo ser uma imprudência ir para o sertão enquanto Olinda fosse ministro.

Ora supõe tu que o velho Marquês quando estivermos lá no interior se lembre de repente que os cofres públicos não suportam tal expedição e sem mais nem mais nos suspenda? Ou que al[guns] caretas, armados de [ilegível] saibam gan[har os] bons afetos do Exmo. Presidente do Conselho e que o Excelentíssimo descubra que nós somos insuficientes para dar conta da mão, e nos ordene aceitar uns tantos inconvivíveis estúpidos, ajudantes, companheiros ou chefes? Etc. etc. etc. Não crês que quem salta por cima de uma lei para proteger um afilhado seja capaz de pular por cima de nós? E depois do exemplo citado devemos confiar ao I. [imperador] que por nossa causa certamente não fará questão de gabinete, pois que em nós não está de certo a salvação da pátria.²¹³

O que se percebe no trecho acima é que, mesmo com as dúvidas que Capanema levanta, nesta e em outras cartas a Dias, em relação à possibilidade de realizar a expedição tal como fora projetada, diante das restrições de suporte dos cofres públicos e de um número insuficiente de naturalistas empregados, o geólogo quer evitar a todo custo a ingerência de gabinetes políticos sobre a Comissão Científica. O chefe da Seção Geológica consegue defender, simultaneamente, a construção do Estado Imperial e seus interesses, como membro de numa comunidade científica emergente, que malgrado “suas divergências e desacordos, e possivelmente capacidades científicas diferenciadas”,²¹⁴ procurava se impor numa certa unidade. E também a posição frágil da ciência dentro desse projeto, quando Capanema considera que nem mesmo o imperador, entusiasta de primeira hora da viagem exploratória e seu amigo de infância, entrasse em questão com o ministro Olinda diante da posição baixa da Comissão na lista de prioridades do governo.

²¹³ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Rio de Janeiro, 12/11/1857. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 157.

²¹⁴ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica...* Op. cit., p. 143.

Entretanto, uma hipótese plausível é que a desconfiança de intenções fosse mútua. Na coleção marquês de Olinda, sob a guarda do IHGB, encontra-se a cópia de cartas de Capanema a Gonçalves Dias, chefe da Seção Etnográfica, compreendidas entre 1858 e 1861, com comentários dos comissionados sobre a organização e os rumos da Comissão Científica. O manuscrito é atribuído pela instituição a um funcionário da Secretaria do Estado do Ministério do Império. Em carta a Capanema, de 15 de maio de 1857,²¹⁵ Gonçalves Dias havia alertado ao amigo que as cartas dele chegavam à Alemanha abertas e que o mesmo havia acontecido com a correspondência de Gabaglia. A suspeita era de que a violação ocorresse na Secretaria de Estado de Negócios Estrangeiros (onde Dias e Ferreira Lagos tinham cargos de oficiais) ou na Secretaria de Estado dos Negócios do Império, de onde eram despachados cartas e ofícios para a Europa. A carta segue dando conta de atrasos de meses no recebimento de ofícios do Brasil (o que teria, segundo Dias, atrasado a compra de material para a Comissão).

O gabinete de Olinda é dissolvido em dezembro de 1858, e Capanema pode finalmente desfazer os entraves para a viagem. O grande temor de Capanema se realiza, porém, na gestão do ministro seguinte, Ângelo Moniz da Silva Ferraz (1859-1861), que também acumula a presidência do Conselho de Ministros. A nova tabela de vencimentos da Comissão, promulgada pela Lei de Orçamento n. 114, de 27 de setembro de 1860, trazia graves cortes previstos para o biênio 1861-1862. A verba passara de 140 para 130 contos de réis, incidindo sobre quantitativo de pessoal e outras despesas. O vencimento dos chefes de seção foi diminuído de 7:200\$000 para 5:400\$000 anuais.²¹⁶ A comunicação, porém, segundo Gonçalves Dias, só teria chegado ao conhecimento de Freire Alemão em 9 de janeiro do ano seguinte, quando o presidente da Científica encontrava-se em Sobral e vários gastos já haviam sido feitos ou empenhados. Em resposta, o governo imperial, em correspondência de 19 de fevereiro de 1861, determinou que a nova tabela só passasse a valer de fevereiro em diante, o que não evitou o comprometimento dos trabalhos, planejados a partir de um determinado orçamento e número de ajudantes. Isso sem falar nas seções que já enfrentavam limitações desde o início, como a Seção Astronômica, que só contara com

²¹⁵ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema, Dresde, 05/05/18597. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 218 a 221.

²¹⁶ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 75.

metade do número de adjuntos requisitados e não teve atendida a solicitação de uma canhoneira para o levantamento dos dados hidrográficos da província.²¹⁷

Em janeiro de 1860, um incidente envolvendo as Seções Etnográfica e Geológica (ou seja, Gonçalves Dias e Capanema) pode ter contribuído para o estado de coisas acima descrito. Segundo Renato Braga, o presidente da província recém-empossado, Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, proibiu a circulação de pessoas com armas, mesmo as usadas para caça e trabalhos rurais, sob pena de prisão e processo. Estando as duas seções no Icó, o assistente da Seção Geológica, que voltava de uma excursão à serra do Pereiro, entregou ao guia, um vaqueano dos arredores, seu facão. Não se sabia que o tal vaqueano, de nome Abel, queria ajustar contas com a polícia e entrou na cidade sozinho e armado. Quando um alferes dirigiu-se no intuito prender Abel, com base nas determinações do presidente da província, este foi se abrigar na casa onde estavam os comissionados. Ao atender a diligência, porém, Gonçalves Dias não só se colocou contra a prisão como teria afirmado que a circular presidencial não se aplicaria aos membros da Comissão, mesmo a um membro eventual como Abel, e este, portanto, poderia portar as armas necessárias para os trabalhos da expedição. O alferes oficiou ao presidente da província sobre o incidente. Antônio Marcelino enviou um ofício, transcrito pelo jornal *O Cearense*, para o delegado do destacamento do Icó, ordenando que Abel fosse processado e citando nominalmente Gonçalves Dias como alguém que se acreditava estar acima dos demais. A reação de Dias circulou no mesmo jornal, chamando as medidas de Marcelino de inúteis e contraproducentes. A desforra, porém, não foi bem vista na Corte, não só pelo fato de haver mais um caso desabonador envolvendo o nome da Comissão Científica, como também por ter sido comunicada pelo próprio Marcelino ao Ministério do Império.

A viagem exploratória podia contar com o apoio de Pedro II, mas uma burocracia imperial, por mais centralizada, é composta por diversas demandas e interesses, dos mais relevantes para construir um projeto de Estado aos mais iníquos em termos de inimizades e malquerenças. A vigilância dos passos de membros da Comissão via espionagem interna indica um movimento na querela pessoal entre Capanema e Olinda, tanto que a “vingança” não tardaria. Talvez “inspirado” pelos comentários de Capanema sobre a “nossa excursão tupi, donde poderei trazer alguma infernal galiqueira

²¹⁷ DIAS, Antonio Gonçalves. *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração – Parte Histórica*. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica... Op. cit.*, p. 240-241.

[doença sífilítica] pelas emanções de você já sabe”,²¹⁸ ao voltar ao cargo de ministro dos Negócios do Império em 1862, o marquês de Olinda inicia uma investigação para apurar “escândalos e desmandos provocados por Guilherme Schüch Capanema”. O resultado dessa investigação encontra-se na forma de um documento manuscrito²¹⁹ (que também se encontra na Coleção Marquês de Olinda), cuja letra é atribuída pelo IHGB a Tomás Xavier Garcia de Albuquerque Júnior, a mesma letra com que foram copiadas as cartas de Capanema.

Intitulada “Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”, a peça relata que, enquanto Capanema ainda estava a caminho da província, os demais companheiros “comportaram-se com a precisa dignidade”. “Logo, porém, que ele se lhes reuniu, apossou-se do deplorável Gonçalves Dias, que de mais tempo se deixara fascinar e dirigir por ele, e com estes dois foram mais outros para uma casa onde Capanema estabeleceu logo uma orgia continuada, escandalosa e pública”.²²⁰ O alvo principal dos ataques é o amigo de infância do imperador. Os meses de permanência em Fortaleza, justificados pela Comissão diante da impossibilidade de adentrar o sertão em período de chuva, foram, segundo o Investigador, um período de sevícias, embriaguez e achincalhe públicos, em que seria impossível a realização de qualquer trabalho científico.

Testemunhas davam conta de festas com prostitutas, o abandono do vestuário da Corte por “calças largas de enfiar chamadas = bombachas =, de jaquetas, chinelos e chapéus de palha”. E uma vez trajados como qualquer sertanejo, dar-se-iam a provocar e dirigir gracejos atrevidos e impudicos às moças e senhoras à janela, que já cuidavam de fechar-se assim que os avistavam. “Refere-se o dito de uma senhora para caracterizá-los: ‘Eu não sei (dizia ela) por que o Imperador não mandou para cá

²¹⁸ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 174.

²¹⁹ Renato Braga atribui esse relato a Francisco Freire Alemão, pelo fato de este documento se encontrar, segundo ele, nos documentos do botânico doados à Biblioteca Nacional. Braga chega a creditar grande confiabilidade ao “Epílogo...” por tal atribuição. Mas em busca no site da Biblioteca Nacional, encontramos este documento na Coleção Gonçalves Dias, na parte Documentos Biográficos. O fato de um documento estar numa determinada coleção não implica que esse tenha sido produzido ou manuseado pela pessoa que dá nome à coleção. Não encontramos, portanto, evidências que corroborem tal autoria. O documento (ou cópia) encontrado no IHGB (e no qual baseamos a presente análise) vem assinado como “O Investigador” e não guarda qualquer semelhança nem com a letra de Francisco Freire Alemão no Diário nem com a do período em questão, já bastante trêmula por conta do derrame que o acometeu.

²²⁰ “Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 1.

melhores moleques’ (grifo no original)”. Capanema e Dias teriam tomado para si duas irmãs “solteiras, posto que pobres, muito recatadas, e tidas em bom conceito”. Enganando o velho, fulano Rufo, pai das moças, com promessas de casamento, Capanema corrompeu-as e chegou ao desplante de instalar as irmãs e o pai num sítio afastado. Capanema teria se tornado amante de Virgilina, e Gonçalves Dias, de Hipólita. Nesse ponto nem mesmo seu melhor amigo teria ficado do seu lado: “Dias reagiu contra o Mefistófeles que o arrastou aos deboches e à perdição; separou-se dele e de todos os da Comissão, foi para o Maranhão e daí para o Amazonas”.²²¹

Em carta a Gonçalves Dias, relatando-lhe ter sido envolvido por um padre num grupo a fim de convencer uma prostituta a não requerer a guarda da filha, que estava sendo criada em casa de um tal mestre Candinho, Capanema diz que um dia chega em casa este mestre e diz:

— Já sabe?
 — O quê? meu medo crescia à vista do tom confidencial.
 — Sabe quem é o pai da criança?
 — Diga.
 — É o compadre Lesco! já chuchou uma facadinha nas algibeiras!
 Ora pois é o mesmo irmão do cabra Gustavo que asseverou ter me encontrado totalmente bêbado nos braços de dois soldados, que levavam para casa, de um samba em que me tinham achado! Esse [ilegível] de jogador quis ver se encontrava tolo que lhe sustentasse como dizia a alemã ao subdelegado de Petrópolis.

Novidade máxima!

D.^a Virgilina Rufo Tavares fugiu escandalosamente da casa paterna, diz o público que foi roubada, e o Ceará em peso indigita o raptor!²²²

O temor diante do tom confidencial com que mestre Candinho inicia o diálogo e as ligações que traça em seguida sobre o compadre Lesco denotam a prevenção de Capanema em ver seu nome envolvido, mais uma vez, em algum tipo de escândalo, para, em seguida, localizar esses personagens entre os difamadores que faziam circular os boatos de esbórnica e bebedeira dele e de Gonçalves Dias. E, ao dar a notícia de que Virgilina Rufo, sua suposta amante, havia fugido de casa com um raptor que todos conheciam, Capanema demonstra ter conhecimento sobre as histórias sobre a

²²¹ “Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 2.

²²² Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Fortaleza, 14/04/1861. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), vol. 91, 1971, p. 230.

má conduta de membros da Comissão Científica, além de colocar o fato como prova de que não se envolvera com a moça, uma vez que seu caráter colocaria em dúvida qualquer testemunho que desse. Em princípio, não faria sentido mentir numa carta pessoal destinada ao seu compadre Gonçalves Dias, uma vez que este também havia sido envolvido nas acusações. Não se pode deixar de pensar também que, uma vez ciente das interceptações das cartas pelos gabinetes imperiais, Capanema não usasse isso como forma de se livrar das acusações que circulavam na província. Mas, ao analisar as cartas trocadas entre Capanema e Gonçalves Dias, não se percebe o mesmo cuidado com outros assuntos que poderiam gerar igualmente problemas para a expedição, como quando se refere ao consumo excessivo de álcool e às aventuras sexuais de Reis Carvalho com uma prostituta, e contando com o beneplácito de Ferreira Lagos para alegar doença a fim de não seguir viagem.

O Reis Carvalho trouxe aquela Alexandrina que nós conhecemos de Quixeramobim no caminho do poço fundo que mediante \$ era fácil, o êmulo de Rafaelle mandou vir 1:000\$000 do Rio para gastar com a Dulcinéa que está na Pacatuba, ele diz que não pode seguir viagem porque tem duas hérnias e uma orquite, que tinha muito a fazer aqui na Capital e ficava, Lagos tinha lhe prometido tudo isto, eu porém pus embargos e que fazia barulho de seiscentos mil e mais alguns diabos se o Reis não seguisse conosco ou para o Rio por doente, D. Pelado vai lhe propor esse dilema, e faz ideia que [*ilegível*] recomendação não será forjada pelo insigne Capitão ao nosso *would be presidente*. Eu precisava do Reis em viagem para lhe por assa-fétida e emética na frasqueira de Ginebra, esse meio deu-me maravilhoso resultado com o meu ordenança-cozinheiro Xavier que não bebe pinga desde que chuchou a dose.²²³

Além de evidenciar que as histórias que corriam o sertão sobre a Comissão Científica não eram necessariamente inverdades, o trecho da missiva deixa patente as desarmonias entre os comissionados, que, no caso de Capanema, manifestavam-se também por meio de apelidos colocados nos demais chefes de seção. Raja Gabaglia era o “infeliz irmão”, sempre queixoso, e Ferreira Lagos era o “feliz irmão” ou “el ingenioso hidalgo”,²²⁴ com o seu chapéu do chile de 300 réis e pouco afeito ao trabalho, mas, ao mesmo tempo, cioso de reconhecimento, como denota o “*would be presidente*”. Freire Alemão não tinha apelido, mas muitas vezes era criticado por Capanema pela

²²³ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Lagoa Funda, 31/10/1860. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 218.

²²⁴ Referência ao personagem da literatura Dom Quixote.

falta de posicionamento em relação aos atrasos de verba do governo. Veremos, com mais detalhe, essa questão nos capítulos seguintes.

O crime maior, no entanto, teria sido o naufrágio, diante das circunstâncias, premeditado e proposital do iate *Palpite*, como forma de Capanema encobrir a ausência de estudos e trabalhos enquanto mantinha no Ceará uma vida “engolfada em tão asqueroso lodaçal de vícios”. O relatório dá conta de que, na volta do interior, Capanema teria fretado um barco para levar à Fortaleza os preciosos livros e equipamentos necessários aos trabalhos da sua Comissão, “mas *ad cautelum* deixou-se ficar em terra”. O Investigador alega que a “tragédia” teria se dado no decurso de uma viagem em rio manso, com correnteza a favor e de tal forma que as águas se contentaram em levar apenas os caixotes e canastras da expedição, não tendo perecido nenhum dos tripulantes, que permaneceram com seus haveres. Teriam ficado, apenas, “por esquecimento”, as anotações que serviram de base para os *Ziguezagues*, publicadas por Capanema sob pseudônimo no *Diário do Rio Janeiro* entre 1860 e 1862.

Capanema também comenta o caso em outra carta para Gonçalves Dias, chegando a dizer que a Comissão era perseguida pelo mais espantoso caiporismo. E dedica o restante do longo parágrafo a arrolar tudo que havia perdido no naufrágio.

Ontem recebi a notícia que 13 ou 15 volumes que eu tinha mandado embarcar em Granje [Granja] foram a pique, entre eles os meus baús com roupa, aí vinham mais: 1º geologia de toda parte percorrida da província, 2º informações astronômicas feitas desde o princípio até ali, 3º observações meteorológicas e determinações de alturas etc. do *Skizzen aus Nordbrasilien* [Notas do Brasil Setentrional] — 420 páginas com aquela minha letra. As notas relativas. 4ª tradução do livro de Liebig as ciências naturais aplicadas à agricultura, coisa diferente das cartas traduzidas do Henriques. 5º os trabalhos do Cout.^o [Coutinho] e seus diagramas. 6º 1:000\$000 em bilhetes de 1\$000.²²⁵

A proximidade, de dias seguidos, entre a carta que expunha o caráter das pessoas que os envolveram em relatos vexaminosos e a que relata o naufrágio do iate *Palpite*, com tantos detalhes sobre o que foi perdido, poderia ensejar nos mais desconfiados a ideia de que as cartas foram escritas para satisfazer a leitura de terceiros. Por outro lado, como alguém que planeja um naufrágio para encobrir a falta de trabalhos consegue descrever com tanto detalhe o que foi perdido, arrolando entre os itens dinheiro e a própria roupa? Por que fazer uma encenação tão elaborada a uma

²²⁵ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Fortaleza, 13/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 335.

pessoa de sua intimidade, e além disso instá-lo em seguida para que Dias e Freire Alemão compensem as faltas dos demais? “Já se vê pois que eu nada faço. O trabalho de Lagos valerá talvez em rigor 2% da despesa que ele tem feito, Gabaglia segundo o que tenho podido coligir valerá 10% e creio que sou generoso — portanto tu e o Conselheiro têm que salvar a honra científica do Brasil”.²²⁶

Indagar a veracidade de tal relatório ou as intenções de Capanema ao escrever tais missivas seriam tarefa infinda e insolúvel. Interessa-me, antes, a forma como o documento do Investigador procura dar ao leitor garantias de sua legitimidade, fiando o relato em testemunhos de “pessoas conspícuas e respeitáveis”, que poderiam ser facilmente chamadas a confirmar tais fatos:

Em Pernambuco existe o Dr. Silveira de Souza que os observou com tédio e indignação. Nesta Corte existem Senadores que, se quiserem, as poderão referir em confiança. O Capitão do Estado Maior da 2ª Classe, atual Comandante da Fortaleza da Lage, aí está, que sabe com toda individualidade dessas ocorrências crapulosas: conhece Rufo e sua família [...].

O Capitão Luiz Taumaturgo da Guerra Machado, que veio por doente do exército do Sul, e para ele está em vésperas de voltar; e seu sobrinho Antônio Pio Machado, que esteve na Diretoria da Colônia do Mucuripe, e está para partir para a do Assumguay na Província do Paraná, ambos naturais do Ceará [...] testemunharam e referem todos os fatos narrados.²²⁷

Apesar disso, fica claro, pela composição do texto, que o alvo principal é o barão de Capanema, o que reforça que a produção do relatório tenha partido do gabinete de Olinda. Com exceção de Gonçalves Dias, amigo próximo e compadre de Capanema, nenhum outro membro da Comissão que o teria acompanhado nas orgias e farras é citado nominalmente. Mesmo aquele é “eximido” ao se revoltar contra as mancebias e engodos à família Rufo, tendo “se separado dele e de todos da Comissão” — quando, na verdade, Gonçalves Dias só partiu da província em agosto de 1860, depois de seguir com Capanema para o interior. O tom do escrito também passa longe da frieza conscienciosa que se espera de um relatório, com comentários e tiradas irônicos: “Na volta, comprou um barquito velho e desconjuntado chamado = Palpite = (que

²²⁶ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Fortaleza, 13/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 335.

²²⁷ “Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 3.

palpite!!!)”.²²⁸ Também causa estranheza o fato de Freire Alemão não ter feito qualquer registro desses episódios, já que mancebias e bigamias eram assuntos que lhe chamavam particular atenção, bem como o comportamento amoroso dos seus colegas — com exceção de Freire Alemão e Gabaglia,²²⁹ os demais chefes de seção eram casados — como no seguinte trecho.

D. Raimunda, a moça mais desembaraçada, requebrada e garrida que aqui vimos, e que é por isso muito festejada, achamo-la com uma irmã à janela, e por fora na calçada uma roda [riscado “?”] de homens, nesta nos assentamos, e gozamos por algum tempo da conversa das duas; a irmã D. Maria, que é a mais bonita delas, e talvez a menos requebrada, estava em outra casa. O Capanema, que é apaixonado dela, safou-se logo, pretextando que estava com frio; a noite era de luar e começou a correr um vento que nos resfriava estando nós suados — mas a verdadeira causa era a ausência da moça.²³⁰

Apesar de muitas vezes se mostrar pudico e moralista em relação aos hábitos dos locais, Freire Alemão costumava ser condescendente com esses flertes públicos praticados por ele próprio e seus companheiros, a maioria sem maiores consequências. A primeira parte do diário se inicia na partida de Fortaleza, e as memórias em separado calam sobre o assunto. É possível que, caso tenham realmente ocorrido, o Conselheiro tenha preferido silenciar tais fatos para não prejudicar a imagem da Comissão e, por consequência, do governo imperial. Ou simplesmente o Investigador tenha carregado nas tintas ao descrever as tais aventuras de Capanema na capital cearense, motivado por interesses outros.

Aparentemente, a investigação e o relatório não tiveram maiores consequências, mas são um dado relevante para divisar a rede de intrigas. Importa aqui é que a discussão sobre a legitimidade dos trabalhos científicos, ainda hoje difícil de precisar para não iniciados ou mesmo para intelectuais de outras gerações, foi sendo desviada para a esfera moral, cujas regras e interditos são mais explicitáveis e suscitam, ainda em nossos dias, reações apaixonadas. E mesmo sem se passar das insinuações, da meia-verdade ou da aparência da verdade, a suspeita privada do homem compromete a ação pública do cientista. Pode denotar também uma preocupação motivada por um confronto de gerações, no tocante a iniciativas científicas. Conservador, sócio honorário

²²⁸ “Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 2.

²²⁹ Raja Gabaglia conheceu, em Sobral, sua futura esposa, Maria da Natividade Bandeira de Mello Barros. O casamento ocorreu em 15 de junho de 1861.

²³⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 418-419.

do IHGB e participante ativo da política brasileira desde 1819, ao marquês de Olinda, tais iniciativas de prospecção e formação de coleções, distante do pragmatismo das ciências de seu tempo de formação, poderiam parecer pouco confiáveis ou úteis.

Quanto à queixa de resultados minguaados, a ponto de fazer com que um engenheiro renomado forjasse um naufrágio para encobrir a própria incompetência, é preciso destacar que a primeira parte dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração* (contendo a Parte Histórica e os relatórios das Seções Botânica, Geológica e Zoológica) foi censurada pelo governo, que mandou expurgar algumas páginas dos exemplares já impressos, afetando principalmente o texto de Gonçalves Dias, que denunciara os atos administrativos que prejudicaram os trabalhos da Comissão: “Achava o governo inoportuna essa publicidade. Iria repercutir desagradavelmente junto aos círculos científicos europeus [...] A distribuição foi de tal modo parcimoniosa que até o Instituto deixou de recebê-lo”.²³¹ Num sentido mais largo, não seria difícil supor que membros da elite política do Império percebessem iniciativas como a Científica num enquadramento ornamental, diante da ausência de descobertas vultosas e de medidas aplicáveis de forma imediata e com retorno em curto prazo.

²³¹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 97.

1.7 A Comissão Científica na imprensa: percepções do fazer científico

Seria ingênuo, nesta parte final, propor um retrospecto do que foi a Comissão Científica de Exploração. Fazer um cotejo crítico das “histórias” da Comissão Científica (ainda que, como foi dito na *Introdução*, elas existam em número reduzido e, quase sempre, remetam à “história matriz” de Renato Braga) ou aventurar-me numa “versão”, além das limitações de um fecho de capítulo, levariam à mesma disputa de protagonismo percebido no episódio da proposição da Científica. Por isso, procurei abordar aqui a expedição às províncias do Norte como um *projeto* político-científico, a partir das percepções e falas produzidas sobre a Comissão na imprensa, na correspondência e em outros escritos dos naturalistas-expedicionários. Meu intuito não é encontrar novos fechos ou definições sobre a Comissão e o seu legado, e sim contribuir com novas possibilidades de tratamento interpretativo de um fazer científico feito de arranques, expectativas, conflitos e descontinuidades.

As primeiras críticas ao projeto surgiram menos de seis meses após sua proposição. Uma das matérias de capa do *Diário do Rio de Janeiro* intitulava-se “A Comissão Exploradora e o Ceará”, fazendo considerações sobre as instruções de viagem redigidas por Cândido Batista de Oliveira, aquelas que já indicavam a província como destino da expedição. Apesar de louvar a “inteligência tão vasta quanto esclarecida” de Oliveira, então diretor do Jardim Botânico (1851-1859) e senador pela província do Ceará (1849-1865) — ressaltando, com ironia, este representante vitalício de uma província “que tão espontaneamente o elegeu para advogar [...] a sua causa e os seus interesses”²³² —, a matéria questiona o artigo 14 das instruções, que coloca como medida para combater as secas na região a sondagem para a instalação de poços artesianos. Ora, fontes artesianas atenderiam, segundo a matéria, apenas o fornecimento de água para a população e os animais, desnecessárias numa província cujos povoados quase todos estão situados à margem dos rios, bastando cavar “dois ou três palmos de areia para rebentarem veias abundantes e inesgotáveis de água doce e salubre”. O flagelo da seca só seria aplacado com a “introdução de uma grande massa de água

²³² Os senadores, nesse período, eram escolhidos pelo imperador a partir de uma lista tríplice, com candidatos eleitos nas províncias por votação indireta e majoritária. Para o cargo, que era vitalício, somente podiam ser candidatos cidadãos natos ou naturalizados com idade mínima de 40 anos e rendimento anual acima dos 800 mil réis.

corrente e perene [...], [qu]e entretenha a umidade atmosférica, melhoramento que só por si bastará para conservação da verdura das matas, e por conseguinte para a extinção das secas”. A melhor solução seria canalizar o rio São Francisco para encher o leito do rio Jaguaribe. Afinal, o autor diz esperar que o “tão ilustre brasileiro a quem nos referimos não poupará nenhum dos imensos recursos de que dispôs para livrar a província que tão dignamente representa no parlamento, de um flagelo assustador que ameaça tragá-la nas voragens de um abismo, qual é a seca”.²³³

Na imprensa, pululam manifestações acerca da utilidade ou desvantagem desse tipo de exploração, com destaque ora para o engrandecimento da nação pelo conhecimento, ora para os “imensos recursos” que mobilizam — e que melhor seriam aproveitados em outras necessidades do país. Para o bem ou para o mal, a Comissão Científica figura como referência nessas questões. Novamente o *Diário do Rio de Janeiro* alerta sobre a inutilidade de enviar uma outra comissão para explorar o rio Tibagi, no Paraná, por já se conhecer de antemão suas inúmeras corredeiras e a pouca profundidade de seu leito (o que inviabilizaria fazer o trajeto em canoas), bem como o risco de expor os viajantes a caminhos com poucos recursos, em que é preciso “carregar os objetos em costas de animais, por cujo frete se pede grande quantia”.

Destaca, porém, o papel aglutinador que se esperava da Comissão Científica, considerada mais proveitosa do que pequenas explorações. “Pois que o governo há de auxiliar essa comissão e lhe há de fornecer dinheiros, pois que essa comissão científica há de fazer aquilo que as comissões exploradoras foram encarregadas, é claro a todas as luzes o que deixamos dito”.²³⁴ Mesmo assim, denota-se, no texto, uma discussão há muito superada, em que o imperativo da exploração do interior já se sobrepõe a perigos e despesas, numa tradição iniciada com a ambiciosa (e trágica) expedição La Condamine (1735-1745), passando pelas viagens científicas de Alexander von Humboldt (1799-1804) e a já citada de Martius e Spix (1817-1820) — para ficarmos apenas em explorações na América do Sul.

Estes vastos conteúdos seriam conhecidos não por meio de linhas finas sobre um papel em branco, mas por representações verbais que por sua vez são condensadas em nomenclaturas ou por meio de grades rotuladas nas quais as entidades são inseridas. A totalidade finita

²³³ “A Comissão Exploradora e o Ceará”. *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de novembro de 1856, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

²³⁴ “A opinião e o governo e as explorações dos rios interiores”. *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de outubro de 1857, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

destas representações ou categorias constitui um “mapeamento”, não só de linhas costeiras ou rios, mas de cada polegada quadrada, ou mesmo cúbica, da superfície terrestre.²³⁵

Um mês antes, o *Correio Mercantil* iria na contramão, conclamando os cidadãos, na festa do 7 de setembro, a estimar e prezar o que é da pátria. Pátria esta que surpreende os que aqui vêm estudar nossos usos, costumes e grau de adiantamento, desvanecendo a reputação inferior pintada no estrangeiro. O artigo referia-se à recente partida no porto do Rio de Janeiro da fragata *Novara*, trazendo os membros da comissão austríaca que fariam uma viagem de circum-navegação pelo globo, considerada a última grande expedição científica global do século XIX. Informa que a fragata voltaria ao Rio antes de aportar definitivamente na Europa, a fim de fazer permutas científicas com a nossa Científica, que, a esse tempo, já haveria retornado à Corte. A comparação tanto das iniciativas quanto dos dois países reforça o valor de uma exploração em nossas províncias interiores.

Este exemplo, dado por um governo absoluto, e que, como diz o vienense Saphir, está atrasado de um século, deve mostrar que não foi um plano absurdo o de mandar ao nosso interior uma Comissão Científica dirigida pelo sábio Dr. Freire Alemão. Se a Áustria colherá disso não pequenas vantagens, por que não tirará o Brasil igual ou maior proveito de uma expedição do mesmo gênero?²³⁶

Nos dois artigos, evidencia-se uma compreensão extremada do fazer científico; por um subestimado pela “inutilidade” diante de outras urgências, e por outro exagerando a capacidade de a comissão, por si só, equiparar o Brasil às demais nações civilizadas. Não se levava em conta que o historiador natural era guiado por demandas distintas de conquistadores e comerciantes — embora, várias vezes, tenha se associado a estes para alcançar regiões mais remotas e atuado como agente da expansão imperialista. Sua área de atuação era precisamente o sertão; e os conteúdos dessas massas de terra e água, cuja pujança e diversidade se impunham como verdadeiras barreiras naturais, quase intransponíveis, seu objeto de estudo. No meio de densas florestas ou entocada em áreas de caatinga, poderia muito bem haver eldorados ou vestígios de civilizações tão antigas quanto os astecas, incas e maias, das quais os

²³⁵ PRATT, Mary Louise. Op. cit., p. 64.

²³⁶ “Páginas menores. 7 de setembro”. *Correio Mercantil*, 7 de setembro de 1857, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

indígenas seriam “descendentes degenerados”. Ou, como destacara Manuel Ferreira Lagos em seu argumento a favor da Científica, a descoberta de uma simples folha ou animal que abrisse novos mercados ou rivalizasse com os existentes era justificativa mais do que suficiente para o investimento em viagens científicas.

Nos papéis de Freire Alemão, encontra-se outra cópia do *Correio Mercantil*, dessa vez reproduzindo notícia do jornal francês *Le Moniteur*. A cópia foi feita no Crato, em 9 de fevereiro de 1860, enquanto a notícia traduzida saiu na edição de 8 de dezembro de 1859. Diante da demora na chegada de notícias do exterior, a matéria original pode ter saído semanas ou meses antes:

— Lê-se no *Moniteur* francês:

Bem que conte muitos sábios distintos o Brasil, ainda não foi explorado e conhecido completamente. Há apenas alguns anos que um jovem naturalista, conhecido por trabalhos notáveis elogiados pelas nossas sociedades científicas, o sr. Manuel Ferreira Lagos, propôs no instituto geográfico do Rio de Janeiro a nomeação de uma comissão que fosse explorar o vasto e belo império brasileiro. Sua voz foi ouvida, e Sr. Visconde de Sapucaí, presidente do instituto, apresentou em breve um projeto completo para a organização dessa comissão. O governo e as câmaras resolveram dar-lhe todos os meios de poder levar ao cabo tão útil pensamento.

O Dr. Freire Alemão, um dos mais hábeis naturalistas brasileiros, foi nomeado diretor da comissão. Bem que sexagenário, o Dr. Freire Alemão tem rara agilidade e grande vigor. Quando os indígenas da Flórida viam herborizar o incansável e famoso Bertram,²³⁷ chamavam-lhe o *caçador de flores*. Graças à perícia com que maneja as armas de fogo, o Dr. Freire Alemão merece mais do que o botânico inglês tal título. Se uma flor rara desabrocha em grande altura, onde só chegam as canindes e as araras, o Sr. Dr. Freire Alemão com um tiro conquista a flor com pasmo de seus companheiros.

O Dr. Guilherme de Capanema, engenheiro distinto, encarregou-se da seção geológica e mineralógica. Os trabalhos astronômicos e geográficos estão confiados ao distinto professor Gabaglia. O Sr. Lagos tem a seu cargo a seção de zoologia. A narração da viagem será feita pelo Dr. Gonçalves Dias, jovem escritor cujas poesias são

²³⁷ Acreditamos que a referência trata, na verdade, do naturalista norte-americano William Bartram (1739-1823). De 1773 a 1777, Bartram encetou expedição a oito colônias do Sul. A pesquisa sobre flora, fauna e os nativos norte-americanos deu origem ao livro *Travels through North & South Carolina, East & West Florida, the Cherokee Country, the Extensive Territories of the Muscogulges, or Creek Confederacy, and the Country of the Chactaws, Containing an Account of the Soil and Natural Productions of Those Regions, Together with Observations on the Manners of the Indians*, publicado em 1791. O chefe indígena da tribo Seminole, Ahaya Secoffee, apelidou Bartram de *Puc Puggy* (caçador de flores), devido ao seu interesse em estudar plantas e animais locais.

populares no Brasil, e que também já tem publicado trabalhos importantes como filólogo e etnógrafo.²³⁸

Na época, Freire Alemão encontrava-se bastante desgostoso com os rumos da expedição, chegando a solicitar ao imperador, ainda em 1859, sua saída da presidência da Comissão Científica, o que lhe foi negado. O tema será tratado com mais profundidade no próximo capítulo, mas, por ora, é importante destacar a importância dessa notícia, vinda do exterior, contrapondo-se às que circulavam na imprensa nacional. Tanto que mereceu uma cópia a bico de pena, em vez de lápis, bem como um destaque lateral nas referências à sua pessoa, colocando-o como maior do que William Bartram.

²³⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Notícia sobre a Comissão Científica extraída do *Correio Mercantil*. Crato, 9 de fevereiro de 1860. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 9 7. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449270/mss1449270.pdf> . Acesso em: 6 fev. 2017. Notícias Diversas. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 336, edição de 8 de dezembro de 1859, p. 1.

1.28,9,4

Lea no Monitor Janu

« Bem como m.º sabz distincto. Brasil, inda não foi explorado nem descripto completamente. Ha apeny alguns annos q. um joven naturalista, conhecido por naturalista ucraino, eugiado pelas suas sociedades scientificas, o Sr. Manoel Ferreira Lago propoz ao Instituto Geographico e Sci. de Janeiro a nomeação de um comissario, q. fosse explorar o vasto e bello Imperio Brasileiro. Essa voz foi ouvida, e o Sr. Vicente de Sapucahy, presidente do Instituto, apresentou em breve um projecto completo para a organização desse comissario. O Governo da Camara, resalvando ao Sr. D.º o mais q. poder lha ac. cabo na utilidade e vantagem.

O Sr. Freire Allemo, um das mais habis naturalistas brasileiros foi nomeado director da comissão. Bem seixagenario, o Sr. Freire Allemo tem rara agilidad, e gr. vigor. Quando a indigency da Florida vria tornar-se incuravel e famoso Bertram chamava-lhe a caçada das Flores. Graças á pericia com q. maneja as armas de fogo o Sr. Freire Allemo mereceu mais do q. o botânico ingler tal titulo. De uma flor rara desabrocha em grande altura, onde se chega a carindeis e as Araras, o Sr. D.º Freire com um tiro conquistou a flor com pessoas de sua companhia.

O Sr. Guthrie, o Japonês engenheiro distincto encarregado da secção geologica e mineralogica. Os trabalhos astronomicos e geographicos estao confiados ao distincto professor Gabaglio. O Sr. Lago

Figura 1: Francisco Freire Alemão. Notícia sobre a Comissão Científica extraída do Correio Mercantil. Crato, 9 de fevereiro de 1860.

Mesmo em condições ideais de financiamento, equipamento e pessoal, era impossível prever todos os percalços de um percurso. Ou, sendo a viagem bem-sucedida, garantir a descoberta de conhecimentos e produtos que pudessem ser utilizados a curto e médio prazo. Entre expectativas e disputas, apoios e críticas, Freire Alemão parte para o Ceará. De todas as seções da Comissão, a Botânica havia sido a mais profícua tanto em materiais coletados — levando para a Corte um herbário com 14 mil amostras de plantas — quanto na produção escrita, incluindo um diário de viagem, memórias avulsas, desenhos, estudos botânicos *in loco*, entre outros registros. A profusão de seus escritos acaba por extrapolar as instruções que ele mesmo redigira, englobando atribuições e prerrogativas da Seção Zoológica bem como da Narrativa da Viagem. Para Karen Lisboa, mais do que registrar a observação de uma cultura declarada estrangeira, o relato do viajante nos oferece amplas evidências da cultura do indivíduo. “Portanto, ao mesmo tempo em que o viajante fala do lugar visitado, [o autor-viajante] reelabora o seu próprio lugar de origem, permanecendo em constante diálogo com as suas referências, que podem ser revistas, negadas ou reiteradas”.²³⁹

Talvez uma das vozes mais aguerridas contra a Comissão Científica tenha sido a de Antônio Luís Dantas de Barros Leite, o Senador Dantas. Segundo Renato Braga, tudo começou com um primo de Dantas, o médico e historiador alagoano Alexandre José de Melo Moraes. A motivação deste em depreciar a viagem ao Ceará seriam “velhas contas literárias a ajustar com Gonçalves Dias, Lagos e Capanema, solidários com Joaquim Norberto nas suas críticas ferinas aos trabalhos do historiador alagoano. Vaidoso, aguardou uma oportunidade para vingar-se”.²⁴⁰ A crítica ganharia primeiramente as páginas da *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*, publicada entre 1858 e 1860. O trecho a seguir chegou a ser transcrito por Freire Alemão em seu diário,²⁴¹ ao dar com um exemplar da obra de Melo Moraes em Fortaleza:

²³⁹ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius...* Op. cit., p. 47.

²⁴⁰ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 53. Para entender melhor a questão entre Melo Moraes e Joaquim Norberto, quando aquele tentava pleitear uma vaga de sócio correspondente no IHGB a partir do oferecimento de documentos e obras de sua lavra, consultar SANTOS, Pedro Afonso Cristóvão dos. “Compilação e plágio: Abreu e Lima e Melo Moraes lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. *Revista História Historiografia*. Ouro Preto, n. 13, dezembro de 2013, p. 45-62.

²⁴¹ Freire Alemão transcreveu o trecho da seguinte maneira: “O governo do Brasil, até agora, só se tem limitado a gastar com mãos largas, e improficuamente os dinheiros públicos, não só com o fantasma da colonização, como com outras coisas de nem uma utilidade como por exemplo, a viagem *científica*, aparatosamente decretada, que o resultado provável que há de apresentar, é envergonhar-nos com o estrangeiro. Não era mais proveitoso mandar-se colonos para o cultivo das terras, que uma comissão a apanhar borboletas, e ossos de animais esbrugados pelos urubus! Se a comissão científica fosse explorar

O governo do Brasil, até agora, só se tem limitado a gastar com mãos largas, e improficuamente os dinheiros públicos, não só com o fantasma da colonização, como com outras coisas de nenhuma utilidade, como, por exemplo, a viagem *científica*, aparatosamente decretada, que o resultado provável que há de apresentar, é envergonhar-nos com o estrangeiro. Não era mais proveitoso mandar-se colonos para o cultivo das terras, que uma comissão a apanhar borboletas, e ossos de animais esbrugados pelos urubus! Se a comissão científica fosse explorar as minas de metais preciosos, e diamantes, para nos dar um verdadeiro conhecimento das riquezas delas; demarcar topograficamente o continente brasileiro, para facilitar aos geógrafos o conhecimento da nossa terra, mui proveitoso seria, porém gastar-se tanto dinheiro com a classificação das plantas já por demais estudadas, não só pelos naturalistas estrangeiros, como por alguns dos nossos sábios; apanhar borboletas, e ossos, [palavra apagada] de quem, é o maior dos desperdícios!!! A fitografia no Brasil é de uma dificuldade a toda a prova, porque em parte não são conhecidas, em todas as províncias, pelos mesmos nomes; e assim, deixando dúvidas, seria um grande serviço feito à ciência, se alguém se propusesse a indicar a sinonímia das plantas do Brasil, e sua aplicação em relação à medicina, e às artes.²⁴²

Renato Braga segue seu comentário afirmando que o Senador Dantas teria aproveitado a “deixa” dada pelo primo e, da tribuna do Senado, cunhou o nome pelo qual a expedição ficaria mais conhecida: Comissão de Borboletas. A primeira referência encontrada a esse epíteto foi na sessão do Senado de 23 de maio de 1860, durante a resposta à fala do trono, em que o Senador Dantas assim se expressa:

Abre-se outra sessão e a coroa nos diz: “O povo sofre fome, o meu governo cuida de medidas para aliviar os seus sofrimentos”; e, acabado o ano, o que se fez? A criação de uma comissão de borboletas no Ceará, comissão cuja despesa anda já por mais de 800:000\$; e note

as minas de metais preciosos e diamantes para nos dar um verdadeiro conhecimento das riquezas delas; demarcar topograficamente o continente brasileiro, para facilitar aos geógrafos o conhecimento da nossa terra, mui proveitoso seria, porém gastar-se tanto dinheiro com a classificação das plantas já por demais estudadas, não só pelos naturalistas [f. 248] de uma dificuldade a toda a prova, por que em parte não são conhecidos em todas as províncias, pelos mesmos nomes; e assim deixando dúvidas, seria um grande serviço feito à ciência, se alguém se propusesse a indicar-se pronúncia das plantas do Brasil e a sua aplicação em relação usual à medicina e às artes”. A ausência de alguns trechos, como se verá a seguir, pode ser atribuída à pressa com que usualmente se toma este tipo de nota e a passagem entre uma página e outra, quando é comum cometer-se o erro de “pular” algum trecho. ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem...* Op. cit., p.471-472.

²⁴² MORAIS, Alexandre José de Melo. “Utilidade dos Índios, em relação à Colonização Europeia[a, que tem vindo para o Brasil”. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (tomo II). Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1859, p. 448-449.

Disponível

em:

<<https://books.google.com.br/books?id=VYovAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 11 maio 2015.

V. Ex. que na resposta à fala do trono ainda se mostra a necessidade de mais comissões desta mesma natureza e para os mesmos fins.²⁴³

Da tribuna, o senador Dantas, munido de ironia e uma calculada desatenção a contradições, peculiares à retórica política, associava a Comissão Científica ao exemplo mais acabado das ações dispendiosas e impensadas do governo imperial. Ora atacava a pretensão das instruções em encontrar veios de ouro e outros metais nos subterrâneos cearenses, quando dizia que a agricultura da província estava morta e a população sofria o flagelo da fome. “Eu, Sr., presidente, comparo estes ministérios anteriores, que, se esquecendo que o alívio dos nosso males está na cultura da superfície da terra, o vão buscar nessas dispendiosas, com[o] certas aves carnívoras que deixam intacta a superfície do cadáver para alimentar-se dos intestinos”.²⁴⁴ Ora o senador Dantas tratava mesmo as tentativas de modernização da agricultura como parvoíce que só servia para arranjar colocação para afilhados, sem qualquer utilidade prática, “como os tais chins para colonizar o Brasil, a tal comissão de borboletas e o tal instituto agrícola que há de ser um novo funil por onde pode vazar as nossas rendas”.²⁴⁵

Nesse sentido, percebe-se que as ideias proferidas pelo senador permitem-lhe imprimir, junto aos demais tribunos e aos leitores dos jornais que reproduziam as sessões das Câmaras Legislativas, uma determinada imagem de si, fazendo-se sujeito a partir de seus discursos e posicionamentos sobre as propostas de modernização do Império brasileiro.

Os discursos e pronunciamentos não falam de um objeto externo a eles, mas constituem o próprio objeto, dando a ele nome, conceituação, versões, inteligibilidade, verdades. Tanto que somente ao pronunciar ou escrever esses discursos e pronunciamentos, ou seja, somente ao expressar suas ideias, pensamentos, emoções, afetos, posições políticas, éticas, estéticas, morais ou religiosas, é que o emissor vai adquirindo uma dada identidade de sujeito, vai emergindo como uma figura que costumamos chamar de Eu. O sujeito só se torna autor da fala ao falar, só se torna sujeito daquele discurso ou pronunciamento ao emití-lo.²⁴⁶

²⁴³ “Discurso do Sr. senador Dantas.” *A Actualidade*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 83, quinta-feira, 31 de maio de 1860, p. 2.

²⁴⁴ “Discurso do Sr. senador Dantas.” *A Actualidade*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 83, Quinta-feira, 31 de maio de 1860, p. 2.

²⁴⁵ “Rio de Janeiro. Assembleia Geral Legislativa. Senado. 20ª sessão em 3 de junho de 1861”. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, Ano XVIII, n. 156, sábado, 8 de junho de 1861, p. 1.

²⁴⁶ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “A dimensão retórica da historiografia”. In: PINSKY, Carla Bessaneza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

Seu alvo, nesse período, eram as tentativas de importação de trabalhadores *coolies*²⁴⁷ como substitutos da mão de obra escrava — principalmente se associarmos esta posição à forma detratora com que o senador considerava a ideia então em voga de se utilizar braços indígenas na lavoura, sendo estes, segundo ele, “uma raça com inclinações inatas para todos os vícios, para sua própria destruição”, sob o risco de “criar inimigos fortes contra aqueles que querem trabalhar, e dar utilidade ao país”.²⁴⁸ E também a utilidade dos investimentos em instituições científicas e comissões de pesquisa e exploração de territórios, que, na visão do político alagoano, resultavam tão somente em relatórios cujo destino era mofar nos arquivos da burocracia imperial. “Os nossos arquivos estão cheios de relatórios, informações e pareceres, sem proveito nenhum, só para satisfazer as reclamações de alguns membros das câmaras, ou para arranjar engenheiros desempregados”, indignava-se o senador, dizendo, em 1866, já não querer “falar nessa desgraçada exploração de borboletas, e desejava nunca lembrar-me dela”.²⁴⁹ Mas, para o bem ou para o mal, a “comissão das borboletas” tornara-se para o senador Dantas uma pedra de toque, um *mot clé* a ser utilizado, ainda que sob declarada contrariedade, toda vez que o “governo do Brasil, que tem um corpo extraordinário de engenheiros e que no estado de paz não tem nada que lhe dar a fazer, e que vê-se forçado às vezes de inventar comissões inúteis que só tem por fim pôr o empregado em serviço ativo para dar-lhe vencimentos”.²⁵⁰

As provocações não ficaram sem resposta. Na letra do cabra Manoel Francisco, servente fictício da Seção Geológica, um mal disfarçado Capanema reagia às

²⁴⁷ O termo foi usado durante o século XIX e início do século XX para designar trabalhadores asiáticos, oriundos principalmente da China e da Índia, importados para trabalhos pesados em países da América, principalmente Estados Unidos, Peru e Cuba. Os *coolies* eram conhecidos por receberem baixos salários e trabalharem arduamente, mesmo em funções evitadas por outros trabalhadores. No Brasil, houve uma primeira tentativa de importação de chineses no reinado de d. João, a fim de implantar lavouras de chá no Brasil, mas as plantas trazidas não vingaram. Nas décadas de 1850 a 1870, com a proibição do tráfico negreiro internacional (1850), chegou-se a cogitar uma importação de massa de chineses para o Brasil, diante da dificuldade em estabelecer um fluxo migratório europeu consistente, o que foi rechaçado ora por denúncias de um novo tipo de escravidão, ora considerando os chineses como seres de raça degenerada. Para aprofundar o estudo sobre a “questão chinesa”, consultar LIMA, Silvio Cezar de Souza. *Determinismo Biológico e Imigração Chinesa em Nicolau Moreira (1870-1890)*. 2005, 123p., Dissertação (Mestrado) – Fiocruz, Rio de Janeiro.

²⁴⁸ “Catequeses, e civilização de índios, e colonização — Discurso do Sr. Senador Dantas, publicado no *Jornal dos Trabalhos da Câmara Vitalícia*”. In: MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (tomo II). Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1859, p. 471. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=VYovAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 11/05/2015.

²⁴⁹ “Parlamento. Senado. 4ª sessão, em 8 de maio de 1866”. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 133, Terça-feira, 15 de maio de 1866, p. 1.

²⁵⁰ Idem.

imprecações por meio da já referida coluna *Ziguezagues*. Já na primeira coluna, em que Manoel Francisco se apresenta ao leitor e descreve suas tarefas junto à seção, vem a primeira estocada. “[...] minhas obrigações são variadas: em quartel carregar pedras que meus amos quebram, cavar terra para ver o que há lá por dentro; mas não pensem os caros leitores que faço buraco até o centro, como quer um tal de Dantas que me dizem ser um tal de senador”.²⁵¹ Mesmo levando em conta a caracterização que Braga faz de Capanema, bem como as cartas pessoais e colunas à imprensa escritos no período da viagem científica, em que se entrevê um homem impulsivo, de arranques, extremado em suas amizades e antipatias, cujo prestígio suspeitava-se advir de suposta irmandade bastarda com Pedro II, há em meio às ironias da pena ferina de Manoel Francisco — que chega a apelidar o senador Dantas de “palhaço legislador”²⁵² — a fala do homem de ciência a defender seu ofício, seu saber e a utilidade do seu conhecimento. Numa coluna em que tratava da tentativa de aclimação de camelos no Ceará, em que teve papel fundamental como delegado da Sociedade Zoológica de Aclimação de Paris, Capanema (Manoel Francisco) rebate a faceta depreciativa do epíteto comissão das borboletas, “que tanto deram no goto ao tal pai da pátria de Dantas, que se não lembra de que a uma borboleta se deve o giro de centenas de mil contos todos os anos. Acreditará o ilustre recordador do reino de Calígula que o bichinho, por se chamar *Bomby*, na linguagem dos científicos, não é borboleta? *Oh patria! me miseret tui!*”.²⁵³ *Bomby* é uma referência ao atual gênero zoológico *Bombyx*, ao qual pertence o bicho-da-seda. A sericicultura, no século XIX, havia atingido seu auge com o aparato industrial, gerando grandes lucros para países que conseguiram aclimatar essa espécie desde a Idade Média, como Itália, França, Espanha e Japão.

Tal resposta acaba por reverberar as tensões entre instituições científicas e o governo daquele período, permeada por demandas diretamente proporcionais às descontinuidades nos projetos. Na gestão do já citado Cândido Batista de Oliveira frente ao Jardim Botânico da Corte (1851-1859), uma das propostas para tornar a instituição autossuficiente era a promoção de culturas rentáveis, como o plantio extensivo de ervas para chá, de bombonaça para a confecção dos chamados chapéus do chile ou do panamá e de amoreiras para a implantação da sericicultura, pois os bichos-da-seda se alimentam

²⁵¹ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Organização e texto introdutório de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 154.

²⁵² CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*... Op. cit., p. 292.

²⁵³ “Oh, minha terra! tenho pena de ti!”. CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*... Op. cit., p. 292, tradução nossa.

das folhas desta planta. Segundo Begonha Bediaga, a indicação de um intelectual cujo currículo seria suficiente para alçar cargos mais elevados no Império, e até então sem qualquer trabalho em agricultura ou botânica, enseja o desejo por resultados práticos e projetos que não onerassem o Tesouro. “Depois de a instituição ter sido administrada por botânicos por quase três décadas, com resultados insatisfatórios, indicou-se para dirigi-la um personagem com amplos conhecimentos de administração pública e trânsito no Legislativo”.²⁵⁴

Entretanto, o prestígio político e as boas relações no meio intelectual não foram suficientes para dirimir as dificuldades que Oliveira enfrentaria nos oito anos de gestão do Jardim Botânico. O diretor não teve a dotação orçamentária que esperava para iniciar a execução de seus projetos nem teve permissão para alienar terrenos dos 186 arrendatários que ocupavam a Fazenda Nacional da Lagoa Rodrigo de Freitas, de onde esperava prover fundos para a protelada Escola de Agricultura. Mesmo em relação aos projetos “úteis”, como a produção de chapéus, chá e seda, que poderiam garantir um orçamento próprio à instituição e evidenciar o progresso do país com culturas de larga escala, ficaram a meio do caminho. Além das dificuldades de execução e continuidade próprias do processo de aclimação de espécies, a própria política de cessão de mudas e sementes da instituição acabou por criar uma concorrência desleal, que se beneficiava das espécies sem arcar com os custos de investimento na pesquisa.

Assim, o investimento em produtos vegetais esbarrava nessa questão objetiva: o tempo. O processo de escolha de um vegetal requeria, necessariamente, experimentação empírica. O processo de aclimação geralmente englobava períodos de germinação, de viveiro e de plantio. Conforme a espécie, o crescimento podia ser mais ou menos lento, até que oferecesse retorno comercial. Não se tratava de esperar apenas que as plantas crescessem, mas que se desenvolvessem e se traduzissem em lucros, ou seja, que fossem produzidas em maior quantidade e em menor tempo de uso do solo. E ainda, que a qualidade fosse superior a do produtor concorrente ou dos produtos similares. Assim, o tempo necessário podia ser de alguns anos, e o resultado nem sempre era semelhante ao de outras regiões em que a planta havia se desenvolvido a contento.²⁵⁵

A trajetória do Jardim Botânico não diferia da de outras instituições científicas imperiais do período, bem como de iniciativas como a Comissão Científica

²⁵⁴ BEDIAGA, Begonha. “Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1131-1157, out./dez. 2007, p. 1147.

²⁵⁵ BEDIAGA, Begonha. Op. cit., p. 1150-1151.

de Exploração, permeada por demandas que se modificavam rapidamente, irregularidades no orçamento e comparações com o que se realizava no estrangeiro, fazendo-se a ressalva de que estas contavam com maior tradição e aporte financeiro regular. É por essa chave que devemos ler a parte final do proêmio dos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, onde Gonçalves Dias inverte o sentido da comparação para justificar aquele “leve bosquejo” da história da expedição, já que o mais importante, o estudo das coleções trazidas e seus desdobramentos, “é negócio de meditação e de tempo”.

Uma comissão idêntica, organizada pelo governo austríaco, e que há anos esteve aqui no Rio de Janeiro, na fragata **Novara**, viajando com outras comodidades, que não teve a Comissão brasileira, e hoje de volta à Europa, habilitada e dispendo de outros recursos, que estamos muito longe de possuir, para a mais pronta execução e apresentação dos seus trabalhos, pediu para isso quatro anos: e esse prazo mínimo, reclamado pela Seção Etnográfica, a cargo do ilustre Sr. Dr. Carlos Schertzer, a ninguém pareceu excessivo.²⁵⁶

O tempo da ciência parece então desconectado do que ficou conhecido como tempo saquarema, em que um colonialismo cidadão, baseado na economia agrária, na escravidão e na dependência das nações civilizadas, dava ao Segundo Reinado, embora caracterizado como um período de ruptura e criação de um tempo novo, o sentido de continuidade de um projeto político conservador, neutralizando as forças sociais e políticas progressistas e anulando as insurreições populares nas províncias.²⁵⁷ Nessa conjuntura intrincada e por vezes de movimentos paradoxais, Maria Margaret Lopes chega a afirmar que, embora o reinado de Pedro II tenha sido propício para a consolidação das Ciências Naturais, estas, de modo geral, não tiveram a mesma centralidade no projeto político e estratégico brasileiro em relação ao período joanino e primeiros anos do Império. A comunidade científica, dividida por diferentes interesses e mesmo por capacidades intelectuais diferenciadas, não teve condições de implantar um projeto consolidado, ficando as iniciativas de cada um desses naturalistas (muitas delas em franca disputa) limitadas pelas vagas do mecenato imperial ou do favorecimento político.

²⁵⁶ DIAS, Antonio Gonçalves. *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração – Proêmio*. In BRAGA, Renato. Op. cit., p. 163.

²⁵⁷ MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília, INL, 1987, p. 80-86.

O que tanto Capanema quanto Gonçalves Dias defendem, em seus escritos, é que as Ciências Naturais, colocadas em prática pela Comissão Científica a partir dos trabalhos de prospecção e de formação de coleções, são a instância reveladora das riquezas naturais de um país. Ambos lutam ora contra o entendimento do Naturalismo como acessório ao progresso — diante de uma visão pragmática do saber que privilegia a prática médica ou a construção de estradas — ora contra as investidas das instâncias políticas a exigirem onipotência da prática científica, como se esta devesse suprir todas as expectativas no menor tempo possível, o que leva a uma permanente insatisfação com os resultados. Segundo Bediaga, esse círculo vicioso de expectativa, malogro e depreciação das Ciências Naturais pode ter corroborado para a ideia de que, no Brasil do século XIX, não se fazia ciência.²⁵⁸ Mesmo isoladas, iniciativas como a criação de museus nas províncias, da Sociedade Velosiana (primeira sociedade dedicada prioritariamente às Ciências Naturais), da Comissão de Exploração (primeira expedição formada por naturalistas nacionais), da nova reforma do Museu Nacional e mesmo a tentativa de criação de cursos de Ciências Naturais no Museu integraram esforços dos homens de ciência no sentido de “consolidar sua atividade científica, como campo de conhecimentos autônomo que lhes conferisse prestígio político e reconhecimento profissional, de forma não dissociada da pretensão de contribuir para as ciências universais que, julgavam, não tinham pátria.”²⁵⁹

A busca de um protagonismo tanto discursivo quanto explorador, na promoção de expedições como a Comissão Científica de Exploração, encontra sentido no rompimento com a literatura de viagens produzida a partir de associações com parâmetros e valores europeus, bem como no intento de colocar literalmente em campo naturalistas a serviço da nação. Homens que soubessem apreender todos os estímulos e variedade dos trópicos, armados com as mais avançadas técnicas científicas e com o sentimento patriótico que só um “filho da terra” saberia ter. Só assim seria possível integrar regiões temporal e espacialmente distantes, vistas a partir da Corte como vazios a serem alcançados e explorados. Uma exploração que poderia até mesmo “mudar a face do Brasil”,²⁶⁰ caso se encontrasse no seio dessa natureza luxuriante algum animal, mineral ou planta que nossas vocações científicas, com pés na América e olhos na Europa, inserissem no cabedal de produtos impulsionadores do progresso.

²⁵⁸ BEDIAGA, Begonha. Op. cit., p. 1152.

²⁵⁹ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica...* Op. cit., p. 325.

²⁶⁰ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Teófilo, Ceará, 15/02/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 248.

Mas o que os científicos encontrarão, nos sertões do Ceará, Piauí e Pernambuco, é um país fraturado, tanto que Freire Alemão registra em seu diário a sensação mútua de estarem lidando com estrangeiros. O calor excessivo, o aspecto desolador da paisagem, as atitudes ora amigáveis ora hostis das gentes locais, a própria dificuldade em adentrar o interior diante de tantas barreiras naturais e culturais colocarão continuamente em dúvida a possibilidade de conhecer, de fato, essa parte do país. Não à toa muitos dos viajantes, daqui ou de fora, que se colocaram a tarefa de devassar os sertões brasileiros tiveram suas expectativas malogradas — quando não perderam a razão ou a própria vida. Se a natureza tropical é pouco afeita a enquadramentos, o sentido de integração nacional sonhado por Pedro II ainda hoje é marcado por fissuras e desigualdades.

Some-se a isso a fragilidade do aparato institucional e político do Império que ordenou a exploração da província do Ceará. Mesmo com todos os esforços no incentivo de instituições de pesquisa e sociedades científicas, com a participação do próprio monarca em muitas delas, o fato é que estas ainda são incipientes em relação a seus congêneres europeus — que envolve uma vasta rede de universidades, bibliotecas, agentes coloniais e viajantes espalhados por várias partes do mundo. A utilização de métodos científicos na exploração e catalogação das espécies esbarra não apenas em divergências ideológicas ou estruturais — que serão melhor explicitadas no próximo capítulo. O próprio caráter personalista no incentivo dessas instituições e a incompreensão no seio dos meios governamentais das vicissitudes do fazer científico farão com que a Comissão Científica passe de grande iniciativa para os epítetos pouco lisonjeiros com que foi celebrizada, “Comissão Defloradora” ou “Comissão das Borboletas”.

CAPÍTULO 2: O traçado do eu: diários e relatos de viagem entre esfera pública e foro privado

2.1 Escrever, malgré tout: estratégias de campo de um naturalista-viajante

Um dia antes de embarcar no vapor Tocantins rumo ao Ceará, Francisco Freire Alemão escreve mais uma missiva para o naturalista Carl Friedrich von Martius. Responde à reclamação sobre a demora em enviar avaliações dos fascículos do *Flora brasiliensis* e amostras de plantas de restingas e madeiras locais que, contrariando a ideia de seu correspondente, “não são fáceis de obter por meio de um moleque ladino”. Relata-lhe sua atual situação profissional, jubilado da Escola de Medicina, mas chamado pelo imperador a reger uma cadeira de botânica, agora na Escola Central — frustrando o plano de estabelecer-se de vez no Mendanha, onde nascera e estava vivendo há quatro anos. E, só ao final do parágrafo, anuncia-lhe estar “em véspera de uma grande viagem”.

A viagem de que trato é uma expedição científica que o governo manda a explorar algumas províncias do Brasil. Sobre o resultado dessa expedição nada quero adiantar, é antes uma expedição de aprendizado, e de experiência para habilitar alguns moços a trabalhos ulteriores, e talvez mais importantes. São estes os desejos do Imperador e de todo o brasileiro. Parece que a primeira província a explorar-se será o Ceará. Espero e confio em Deus que voltaremos, e que Vossa Senhoria será logo informado do que se fizer de bom ou de mau, grande ou pequeno.²⁶¹

Anos antes (1844), em carta a Giovanni de Brignoli, após discorrer sobre “[...] a extensão de nosso país e a escassez de sua povoação: [fazendo com que] conseqüentemente são [serem] as comunicações entre as províncias difíceis; e as viagens longas e dispendiosas”, Freire Alemão diz ter em mente visitar as províncias de Minas

²⁶¹ Carta ao Doutor Martius, em 25 de janeiro de 1859. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão: catálogo e transcrição*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 151.

Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, “[...] lugar do meu nascimento; [mas qu]e eu não tenho visto nem a vigésima parte de seu território”. Parece ser o máximo a que sua ambição e condições materiais então chegavam: uma excursão às províncias circunvizinhas da Corte. Além da dificuldade em acessar áreas de mata, que, muitas vezes, só se alcançam após derrubadas,²⁶² provavelmente o botânico faria essa viagem “longa e dispendiosa” às suas próprias expensas, como já era seu trabalho de coleta de espécies botânicas, cuja demora tanto incomodava Martius. Pois, justifica Freire Alemão, se tanto “os brasileiros se dão pouco à cultura das ciências naturais” quanto “os governos, que se sucedem rapidamente e sempre agitados pelos movimentos políticos, não têm tido repouso bastante para fazer o inventário do rico legado com que a Natureza nos dotou”, não é de admirar que as “riquezas naturais do Brasil fossem melhor examinadas e descritas pelos estrangeiros”.²⁶³

Mesmo considerando o tom geralmente obsequioso e humilde do botânico fluminense em cartas e outros textos de sua lavra, surpreende, em princípio, o tratamento “de aprendizado” dado à expedição na missiva. Como discurremos no capítulo anterior, as “circunstâncias do país”, nas décadas de 1850 e 1860, prometiam ser outras: o Brasil vivenciava as benesses do Gabinete de Conciliação, e o monarca, entusiasta das artes e das ciências, incentivava e patrocinava instituições letradas e viagens aos sertões, alinhando tais pesquisas aos imperativos políticos, econômicos e estratégicos da nação. Mas duas cartas de Freire Alemão a Sua Majestade Imperial — um rascunho datado de 8 de agosto, quando ainda estava em Fortaleza, e outro de 11 de setembro de 1859, menos de um mês após o comboio ter adentrado o sertão — revelam um grande sentimento de incerteza com a expedição, mesmo antes de partida da Corte.

Senhor

Tomo a liberdade de escrever a VM para pedir um especial favor. Não foi sem alguma dificuldade e hesitação que aceitei a honra de fazer parte da Comissão em que me acho. Então eu attendia à minha idade já impropria para semelhante serviço, é do meu desejo sempre crescente de repouso, e talvez havia já em mim um sentimento pesado ___ das coisas desagradáveis que aqui se está ___, quero dizer, coisas que me são pedidas ___ e que em nada hão de perturbar a marcha dos

²⁶² Resposta à carta de Martius, em 20 de julho de 1844. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 117.

²⁶³ Resposta à primeira carta do Senhor Brignoli, 30 de setembro de 1840. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*: catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 115 e 116.

negócios da Comissão, que vai seguindo ____ cer (?) chefe da secção e com sua responsabilidade: hoje te[n]ho mais a experiencia de que na [não] presto (?) para isto. ____ incomodado e desgostoso, sem utilidade alguma para o serviço. Devo confessar a VM que queria/gostaria de ____ atenção de não me demorar aqui por mais de um anno, pelos motivos acima referidos, e os meus companheiros ____ sabião disso: este proposito é agora mais firme, e espero que VM ____ a bondade de o não desapprovar.²⁶⁴

Diante dos muitos trechos ilegíveis desse rascunho escrito em Fortaleza, há duas possibilidades de leitura. A primeira é seguir o título sob o qual as duas cartas foram depositadas, que, em si, já carrega uma contradição. O pedido de exoneração seria motivado pelos cansaços do trabalho de campo. A idade e a necessidade de repouso, segundo diz, teriam influído para sua hesitação em aceitar fazer parte da Comissão do Ceará, e que somente ao desejo do monarca se submete a um estudo um pouco mais completo da flora dessa província, ainda que tenha se “excusado (sic) de visitar o sertão, e de assistir aos ____ à uma florescência das árvores florestais, que costumam ser de outubro até janeiro”. Mas como então explicar que, ao final da carta, o botânico tenha pedido licença ao imperador para se retirar da expedição em fins de janeiro do ano seguinte, com o fito de passar dois meses no Pará, seguindo por terra pelo Ceará e Maranhão “levando unicamente o que hoje tenho aqui”?

Para Freire Alemão, como para qualquer outro naturalista de seu tempo, presidir uma expedição científica representaria não um treinamento para jovens naturalistas, como escrevera a Martius, mas o coroamento de sua trajetória profissional, tendo como principal referência a importância que a viagem ao interior do Brasil teve para seu interlocutor bávaro.²⁶⁵ Nunca é demais lembrar que, ao chegar ao Ceará, Freire Alemão contava com 62 anos de idade, tendo daqui saído com 64

²⁶⁴ Os traços indicam trechos ou palavras ilegíveis. “Carta a S. M. Imperial, solicitando exoneração da Comissão Científica, em vista de não poder acompanhar as Seções Botânica e Zoológica nas excursões longínquas por elas planejadas. Pede ainda licença para ir até o Amazonas. Aracati, 11 set. [1859] (Ocorre outro rascunho, de 8 ago., 1859). Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Freire Alemão, I-28, 1, 71, nº 2.

²⁶⁵ Com o patrocínio dos monarcas da Áustria e da Baviera, Martius e o zoólogo Johann Baptiste von Spix foram membros da chamada Missão Austríaca, um grupo de artistas e naturalistas que acompanhou a comitiva da grã-duquesa austríaca Leopoldina, que viajava para o Brasil para casar-se com o então príncipe dom Pedro, futuro imperador Pedro I. Entre 1817 e 1820, exploraram grande parte do interior do Brasil e coletaram um grande acervo de espécies, além de dois índios. Os naturalistas foram agraciados com diversas regalias e condecorações em seu retorno. Ambos passaram a receber uma renda vitalícia da Coroa e foram elevados à nobreza, passando a carregar o “von” em seus nomes e repassá-los a seus descendentes. Além disso, Martius tornou-se membro ordinário da Academia de Munique e segundo conservador do Jardim Botânico. Até sua morte, em 1868, Martius dedicou-se quase exclusivamente ao estudo do acervo trazido do Brasil e à publicação dos resultados da viagem exploratória. LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 54-55.

anos, à época considerada uma idade avançada. Assim, a própria disposição que demonstra em seguir sozinho e por terra até a região amazônica, sem pedir recursos adicionais ao governo imperial, sugere o pensamento de que qualquer desgaste físico seria ali recompensado — e provavelmente o pouco que, em comparação, o Ceará tinha-lhe a oferecer, desejando não demorar nesta província mais do que um ano, “pelos motivos acima referidos, e os meus companheiros ____ sabião (sic.) disso”.

Outra possibilidade de leitura é entender o cansaço dos trabalhos como uma “justificativa oficial”. Se, por um lado, Freire Alemão tinha o intuito de fazer da viagem ao Ceará uma passagem breve (assim como outros comissionados), parecem-lhe pesar, desde antes da partida, as questões administrativas de presidente da Comissão do Ceará, “coisas desagradáveis”, “coisas que me são pedidas”²⁶⁶ — possivelmente uma referência aos atritos entre os chefes das demais seções que, por cargo e índole, tinha que apaziguar. Na outra versão, escrita no Aracati, Freire Alemão adota um tom mais seco: sem arrolar motivos para seu pedido de exoneração, garante ao imperador que sua ausência não será sentida. Nem seria preciso mandar vir outro naturalista (o que, para ele, seria um inconveniente), uma vez que Manoel Freire Alemão, o Freirinho, seu sobrinho e adjunto na Seção Botânica, teria toda a capacidade para bem desempenhar essa tarefa — inclusive Freire Sobrinho assumiu a Seção Botânica durante a licença do tio, como forma de não interromper os trabalhos. Em último caso, poder-se-iam fundir as seções Botânica e Zoológica numa só. “Eu sei quanto este pedido me fará suspeito, nem tento mais de justificar-me sem ____ para o Min ____”.²⁶⁷ Mesmo com as supressões do tempo, pode-se depreender uma preocupação em não denegrir a imagem do governo, diante das críticas que a Comissão recebia dentro e fora dos gabinetes.

Não se sabe qual das versões chegou às mãos do monarca, mas a resposta foi imediata e incisiva:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão,

Rio de Janeiro, 12 de setembro de 1859.

²⁶⁶ “Carta a S. M. Imperial, solicitando exoneração da Comissão Científica, em vista de não poder acompanhar as Seções Botânica e Zoológica nas excursões longínquas por elas planejadas. Pede ainda licença para ir até o Amazonas. Aracati, 11 set. [1859] (Ocorre outro rascunho, de 8 ago., 1859). Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Freire Alemão, I-28, 1, 71, nº 2.

²⁶⁷ Carta a S. M. Imperial, solicitando exoneração da Comissão Científica, em vista de não poder acompanhar as Seções Botânica e Zoológica nas excursões longínquas por elas planejadas. Pede ainda licença para ir até o Amazonas. Aracati, 11 set. [1859] (Ocorre outro rascunho, de 8 ago., 1859). Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Freire Alemão, I-28, 1, 71, nº 1.

Sua Majestade o Imperador recebeu a carta que Vossa Excelência lhe dirigiu em 8 de agosto próximo passado, na qual pede. 1º favorável despacho ao requerimento que fez subir à sua Imperial Presença pelo Ministério do Império suplicando permissão para em fins de janeiro, ou antes, se assim lhe convier, deixar a Comissão em que se acha. 2º dois meses de licença para ir ao Maranhão e Pará, a fim de ao menos correr a vista pela bela vegetação daquelas províncias, percebendo unicamente os vencimentos que agora tem para comedorias, e obtendo passagem nos vapores da Companhia. E conclui indicando o modo como poderá ser substituído nos trabalhos da Seção respectiva.

E o Mesmo Augusto Senhor, ficando inteirado do que Vossa Excelência propõe, me ordenou que lhe fizesse as seguintes ponderações.

Ninguém desconhece que a comissão _____ confiada à Vossa Excelência e aos seus dignos companheiros, deve trazer incômodos de corpo e de espírito, e acidentes desagradáveis não só a cada um dos membros da comissão, mas especialmente à Vossa Excelência, seu presidente. Não haverá porém quem não reconheça no patriotismo e caráter de tão distintos brasileiros a resignação e dedicação necessária para vencer os obstáculos, e _____ o sacrifício; o qual todavia não terá longa duração, atenta a natureza dos trabalhos, e os meios decretados no Orçamento para esse serviço.

A retirada de Vossa Excelência, cuja presidência tem com acerto dirigido a comissão, não só terá o inconveniente de alterar o andamento dos trabalhos, se não produzirá mau efeito no ânimo do público, sempre inclinado a descobrir nos acontecimentos dessa natureza causas menos plausíveis.

Vossa Excelência terá visto nos discursos proferidos por alguns membros das Câmaras Legislativas que a comissão não tem sido considerada como cumpria, lamentando-se até a sua despesa, e mostrando-se desconfiança, antes nenhuma fé, na sua utilidade. O que não se dirá (e com aparência de verdade) se ela se for desmembrando, e se não nos esmerarmos em levar ao cabo a empresa começada? Lá se irão as esperanças do Instituto, e as daqueles brasileiros que _____ na glória da Nação tanto se esforçaram para que se tornasse fato ideia tão grandiosa!

S. M. I. Confia que Vossa Excelência continuará o sacrifício perseverando até o fim em uma obra, na qual está empenhado o brio nacional, e pela qual o Mesmo Augusto Senhor tem a maior _____.

Quanto à licença para a visita das Províncias do Pará e Maranhão, S. M. I. responderá sobre ela em momento oportuno.

E no que respeita à substituição de Vossa Excelência nos trabalhos da respectiva Seção, nenhuma deliberação é por agora necessária, visto como S. M. I. _____ Vossa Excelência não deixará o serviço.

Transmitindo à Vossa Excelência minhas ponderações tenho de acrescentar que S. M. I. Julga conveniente que este objeto se conserve secreto, tanto assim que me foi²⁶⁸

É quase certo que a última página da carta tenha se perdido, e fica-se sem saber quem é o remetente. Mas não há dúvida de que se trata de um representante de Sua Majestade Imperial. O pedido de sigilo em relação ao conteúdo da missiva demonstra que as críticas e questionamentos sobre a utilidade e o dinheiro gasto com a Comissão Científica nas Câmaras Legislativas eram motivo de preocupação para o monarca. Havia também o temor de que novas histórias pudessem circular, produzindo “mau efeito no ânimo do público, sempre inclinado a descobrir nos acontecimentos dessa natureza causas menos plausíveis”. Apela-se para o patriotismo e o caráter do botânico, além das expectativas do Instituto e do imperador, para que ele levasse a cabo uma obra que punha em jogo o brio nacional; argumenta-se inclusive que a natureza dos trabalhos e o orçamento disponível para as despesas garantiriam a brevidade da permanência no Ceará. A saída de Freire Alemão, naquele momento, daria, e com razão, azo para renovadas especulações ou mesmo para um paulatino desmembramento da expedição. Por outro lado, o deslocamento para outras províncias não é de todo descartado, deixando-se a deliberação de Sua Majestade Imperial para “momento oportuno”.

Freire Alemão obedeceu. Em carta a destinatário ignorado, de 20 de outubro, Freire Alemão diz se resignar com o indeferimento de sua exoneração, mas resolve enviar outro pedido, dessa vez de licença temporária da mesma função,²⁶⁹ que só seria concedida em junho de 1860. Vários documentos apontam que, mesmo acometido pelas “constipações da terra”²⁷⁰ em seu retorno, o botânico não desistiria facilmente de seguir mais ao norte. Em 19 de março de 1861, Freire Alemão participa a Gonçalves Dias o “grande desejo de, achando-me livre, fazer uma viagem ao Amazonas; e vou mandar pedir licença para isso. Quem sabe se não nos encontramos por aí! Estimaria bem que assim sucedesse”.²⁷¹

²⁶⁸ Sem remetente. Carta a Freire Alemão, ponderando sobre o pedido de demissão da presidência da Comissão Científica e insistindo para que permanecesse no cargo. Rio de Janeiro, 12/09/1859. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 025. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416364/mss1416364.pdf>. Acesso em 5 fev. 2017.

²⁶⁹ Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Freire Alemão, I-28, 1, 73.

²⁷⁰ Carta de Gonçalves Dias ao Sr. Conselheiro [Francisco Freire Alemão]. Maranhão, 04/10/1860. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 281.

²⁷¹ Carta de Francisco Freire Alemão a Antonio Gonçalves Dias. Fortaleza, 19/03/1861. In: *Anais da*

Gonçalves Dias, após dois anos atuando na expedição, a seu ver, “como um forçado”, e justificando-se pela pesquisa de tribos indígenas para sua Seção Etnográfica, segue o roteiro pretendido por Freire Alemão, e insta-o para que se encontrem em Manaus. “Venha V. Ex.^a para o Amazonas, que tem aqui muito o que fazer: ‘tout est perdu, fors l’honneur’ — dizia Francico 1^o.²⁷² Com a nossa gente não se pode aspirar a mais do que isso — salve-se quem puder!”²⁷³

À vingança dos derrotados, isto é, de se fazer uma exploração por conta própria a se contrapor ao pouco que se conseguia pelas vias oficiais, segue, porém, uma questão belicosa.

Quanto *a ardente* questão da Presidência, saindo V. Ex.^a não vejo para o substituir senão Gabaglia: mas não lho desejo. Se eu caísse na asneira de ficar, e a questão se decidisse por votos, teríamos uma boa comédia — talvez. Lagos, se não votar em si, vota no Capanema, — este no Lagos: eu no Gabaglia, — o Gabaglia talvez em mim, na falta de melhor. Aí teríamos 4 votos singulares — 4 presidentes de pancada!²⁷⁴ (grifo do autor)

Ainda que, para um comissionado como Gonçalves Dias, seja preciso mais coragem para ficar, do que careceria para se retirar da Comissão,²⁷⁵ a presidência é um fardo deveras pesado para aquele *esprit du corps*, que nunca foi dos melhores. A falta de consenso em relação a um substituto para o cargo de presidente da Comissão Científica, que poderia acabar num jogo de empurra-empurra infrutífero (ou com quatro presidentes por voto singular), evidencia até que ponto havia chegado o desgaste daquele grupo. A permanência de Freire Alemão no cargo parecia assim um mal necessário, com sua índole veneranda e seu caráter conciliador, a amortecer críticas e demandas contraditórias vindas da Corte.

No dia 26 de maio de 1861, em resposta a uma carta do tenente-coronel Franklin de Lima, que solicitava ao botânico acrescentar um caixote em sua bagagem, destinado à filha dele, que vivia no Pará, Freire Alemão responde: “Sinto muito meu caro senhor não poder ser o portador dessa incumbência, por ser a minha viagem ao

Biblioteca Nacional (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 225.

²⁷² Aqui Gonçalves Dias faz uma referência ao bilhete que o rei francês Francisco I escreveu à mãe, a duquesa d’Angoulême, após a derrota de seu exército na Batalha de Pavia e sua prisão. A referência exata é: “Para informar-te de como vão ocorrendo-me as desgraças, tudo está perdido, menos a honra e a vida, que estão a salvo”.

²⁷³ Carta de Antonio Gonçalves Dias ao Sr. Conselheiro [Francisco Freire Alemão]. Manaus, 08/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 290.

²⁷⁴ *Idem*.

²⁷⁵ *Ibid*.

Pará incerta, e talvez mesmo duvidosa; pois depende de circunstâncias alheias à minha vontade”.²⁷⁶ No dia seguinte, 27 de maio, anota em seu diário uma última tentativa de se retirar para explorações mais ao norte, mas tem consciência de que os boatos espalhados na Corte podem tornar esse esforço nulo: “Mandei pelo vapor, que segue hoje, um requerimento ao Governo pedindo três meses de licença para ir ao Amazonas, mandei ao mano publicar os meus ofícios sobre não ter eu deixado a presidência da Comissão quando fui ao Rio etc. etc.”²⁷⁷ Pelo que se denota da carta remetida dois dias antes por Gonçalves Dias, o mais certo era que a Comissão, antes destinada à exploração das províncias do Norte, teria como legado apenas o que foi levantado no Ceará: “Contava com V. Ex.^a por estas paragens, e ainda penso que teria aproveitado imensamente com a viagem; como porém não se realizou essa minha esperança, e contando com a retirada da Comissão do Ceará [...]”. Em 24 de julho, a Comissão voltaria de vez ao Rio. Cinco dias depois, o *Correio Mercantil* traria o expediente do Ministério da Guerra referente a 1º de julho, em que noticia um lamentável desencontro:

Ao mesmo [Sr. Ministro da fazenda] idem [comunicando] que nesta data se concedem três meses de licença ao Dr. Francisco Freire Alemão, lente de botânica da Escola Central, a fim de que, concluindo o serviço da comissão científica no Ceará, onde atualmente se acha, possa ir visitar a floresta do Amazonas.²⁷⁸

Aos perigos e incômodos próprios da experiência do deslocamento, somavam-se os desgostos diante das suspeitas locais, das desarmonias entre os companheiros de viagem, dos repasses de verba em atraso, da incompreensão ou mesmo da distorção da missão exploratória a ser empreendida nos sertões. Mas Freire Alemão escreve, *malgré tout*. Redigidos de forma meticulosa e disciplinada, seus escritos não tencionam apenas “atravessar o serão das noites”,²⁷⁹ mistura de dever burocrático e válvula de escape da realidade circundante. Ao englobar o público e o privado, sem deixar claro onde estaria a fronteira entre eles ou se esta existe de fato, o diário atende

²⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta a João Franklin de Lima desculpando-se não poder ser portador de uma encomenda, em vista da incerteza de sua ida ao Pará. Fortaleza, 26/05/1861. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 01, 083. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416239/mss1416239.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

²⁷⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 520-521.

²⁷⁸ Ministério da Guerra. Expediente do dia 1º de julho de 1861. *Correio Mercantil*, 29 de julho de 1861, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

²⁷⁹ ANÔNIMO. *Livro das mil e uma noites, volume 1 — ramo sírio*. Tradução do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2003.

a diversas funções em simultâneo: pode ser trincheira ou anteparo, mas, ao mesmo tempo, via de acesso, ponto de comunicação com os fragmentos contraditórios de um mundo em princípio estranho.

Tantas formas de escrita, tantas matrizes de apreensão desses lugares-em-percurso nos indicam um anseio em tornar essa experiência inteligível, por todas as frentes possíveis. Esse olhar que se quer totalizante, tanto em conjuntura como em detalhe, revela-nos inclusive momentos singulares, mesmo quando não é esta a intenção do botânico. Em passagem por Icó, o botânico ficara agastado com um “fedelho” que, após ter-lhe respondido várias perguntas, “[...] olhando para mim diz-me: ‘Como é que o senhor veio ao sertão já tão velhinho!’”.²⁸⁰ Ao analisar o relato de viagem do médico escocês Mungo Park, primeiro ocidental a alcançar o rio Níger fora de sua foz (1795-1797), Mary Louise Pratt observa que uma das incongruências, nas relações de reciprocidade que o explorador estabeleceu com os habitantes da região, é o questionamento destes sobre sua presença na África. Havia, sobretudo, uma grande incompreensão de como alguém poderia, livremente e em seu juízo perfeito, dispor-se a viajar para terras longínquas, impelido por mera curiosidade de observar um país e seus habitantes.

Numa certa leitura, estes perplexos interlocutores africanos colocam em questão o princípio estruturador básico da anticonquista: a alegação de busca inocente de conhecimento. Em outra leitura, eles reforçam a anticonquista de Park: os africanos, afinal, não o consideram ameaçador, apenas tolo. No episódio citado acima, Park restabelece a inocência de seu olhar observador, oferecendo ao rei “meio satisfeito” um objeto de observação, ou antes, um não-objeto de observação. Para provar que não pretende intervir no comércio local, ele mostra ao rei os parques conteúdos de sua valise. “Ele ficou convencido; e ficou evidente que sua suspeição havia nascido da crença de que todo homem branco era necessariamente um comerciante”. Park e seu leitor sabem, evidentemente, que o rei não está assim tão errado. Park recupera sua inocência ao custo de expor, através da “errônea” impressão do rei africano, a inevitável má fé do imperialista.²⁸¹

À ousadia com que o menino indaga o representante da Corte, questionando-o sobre a capacidade de chegar a lugar tão entocado naquela idade, sendo por isso enquadrado na escrita de Freire Alemão como fedelho impertinente — numa

²⁸⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 120.

²⁸¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EdUSC, 1999, p. 151.

tentativa de neutralizar ou fazer pouco caso daquele episódio, bem como trazer um dado a mais para corroborar suas observações sobre o caráter dos cearenses —, sobrepõe-se uma questão muito mais candente: por que dar-se ao trabalho de estar ali, num lugar aparentemente desprovido de maiores predicados naturais, onde não pretendia permanecer mais do que um ano? Há uma reveladora inversão do olhar nesse questionamento, em que o naturalista, o observador, passa a ser objeto de observação, bem como suas intenções aparentemente benignas e desinteressadas. Situação que se repete ao longo da viagem, colocando constantemente em xeque a posição e as convicções de Freire Alemão.

Tivemos todo este dia a casa cheia de gente, homens e meninos, todos aí entraram muito sem cerimônia, com o chapéu na cabeça, e nos iam logo fazendo questões, mirando e pegando em tudo, a maior parte com camisa solta sobre as ceroulas, ou calças. Jantamos rodeados deles, pois nem se afastaram, e pareciam curiosos até de nos ver comer, até para mudar de roupa, para os não desagradar nos despíamos e vestíamos à vista deles, que achavam a coisa muito natural.²⁸²

Destacamos neste capítulo o diário de viagem não apenas por ser este nosso objeto de pesquisa. Sua prática, seja como exercício de introspecção e autoanálise, seja como registro ditado pelas demandas da pesquisa de campo, tinha alcance e difusão entre personagens tão díspares quanto irreconciliáveis, desde exploradores de terras distantes, mocinhas casadoiras e crianças bem-educadas. No caso do diário de viagem de Freire Alemão, temos o registro do trabalho de campo de um botânico imbuído de certos sentidos do fazer científico, no contexto de uma missão exploratória ordenada, em que é possível divisar referenciais da racionalidade iluminista, com sua pretensão de apreender o mundo natural em sua totalidade, e de matriz romântica, em que a ciência é colocada a serviço do engrandecimento da nação. Temos o servidor do Império, cuja presença, ainda que de passagem, ensejava solicitações as mais variadas numa província com poucos letrados, fazendo com que fosse solicitado como médico, subscritor de casamentos, alforrias e até como agente da caridade imperial, na prática de conceder esmolas. A escrita do viajante-naturalista moderno evidencia “na própria essência de sua função, [...] a consciência e a valorização da distância, ele é aquele que vê, ouve,

²⁸² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 98.

analisa, entende e transmite os fatos e as paisagens de terras distantes, através da escrita de uma narrativa de viagem — de um diário de viagem”.²⁸³

Mas há ainda o desvelamento de um determinado tipo de individualidade, tributário do período moderno: um homem melancólico, em confronto com ambientes e populações distantes da sua realidade cotidiana, que se submete à disciplina da escrita também como forma de não esquecer suas próprias referências, de reforçar para si sua origem, sua capacidade e suas ambições em situações difíceis, por vezes limítrofes. Um homem que dá vazão no papel às incertezas quanto ao resultado da empreitada, à sensação de isolamento mesmo entre seus pares e até a atos de uma sexualidade latente, moralmente inconfessáveis para um homem de sua idade e posição. Comportamentos tornados possíveis longe da esfera das relações sociais do botânico, em ambientes incultos e de penumbra, com costumes mais frouxos. “Estava a sala ainda sem luz e o Cândido, com o seu desembaraço, fez que a filha e as duas sobrinhas me abraçassem, o *que eu aproveitei apertando-as bem*; são três mulatinhas bonitas, sérias, espirituosas e requestadas por toda a boa rapaziada do Icó”.²⁸⁴

Por que legar à posteridade uma lembrança tão rarefeita, um ato quase pueril de excitação lúbrica, mas que, perante outros olhos, poderia manchar inefavelmente sua reputação de homem público, seu caráter simples e modesto de naturalista desapegado a mundanidades, que tanto procurou cultivar? Por que se expor a esse risco? Segundo Foucault, formular em termos de repressão relações fadadas à proibição, à inexistência e ao mutismo pode proporcionar e quem fala/escreve um sentimento de transgressão deliberada, de estar fora do alcance do poder e da lei, pelo simples fato de falar dele e de sua repressão. Ao mesmo tempo, inscreve-se na tradição confessional religiosa do Ocidente (presente tanto na confissão interpessoal do catolicismo quanto na a prática do exame individual de consciência incentivada pelo protestantismo), legando ao indivíduo a obrigação infinda de colocar o sexo em discurso, bem como “a tarefa, quase infinita, de dizer, de se dizer a si mesmo e de dizer a outrem, o mais frequentemente possível, tudo o que se possa relacionar com o jogo dos prazeres, sensações e pensamentos inumeráveis que, através da alma e do corpo tenham alguma afinidade com o sexo”.²⁸⁵

²⁸³ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. “A sensualidade como caminho. Notas sobre diários e viagens”. *Revista USP*, dossiê Brasil Império, junho/ julho/ agosto de 2003, p. 140-141.

²⁸⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 124, grifo meu.

²⁸⁵ FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11ª edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988, p. 12 e 24.

Pelo menos em princípio, os diaristas, em geral, encontrariam nesses caderninhos um lugar seguro e livre para depositar seus mais profundos desejos, principalmente na esfera da sexualidade, ao enquadrá-los nas práticas discursivas a partir do relato de “desvios e perversões”, permitindo aos pesquisadores do presente divisar experiências que costumam ficar à margem do que era socialmente aceitável. Esses diários são, portanto, exemplares da construção de um novo tipo de sensibilidade, tornando-se uma das marcas da cisão entre esfera pública e privada na era vitoriana: um demarcador entre *nós* e os *outros*, que, no caso do nosso objeto de pesquisa, valoriza o culto ao autor-viajante e o fascínio pela natureza como alteridade a ser apreendida por seu olhar treinado.

O fato de identificar o registro científico e o relato íntimo não implica, entretanto, que estes se apresentassem em separado na escrita do diário. Um exemplo disso são as descrições detalhadas de momentos íntimos ou literalmente escatológicos, em relação a si ou a outras pessoas. Na povoação de Catinga do Góes, alta noite, Freire Alemão sente um incômodo, cujos sintomas tenta disfarçar balançando-se na rede, diante da presença de Lagos e do pintor da expedição, Reis Carvalho. Mas, por volta da meia-noite, o botânico sentiu “de súbito necessidade de evacuar”. Procurou fazê-lo na praça, mas “vendo ainda algumas pessoas sentadas a porta de suas casas”, voltou para a casa na tentativa de alcançar o quintal, mas, no meio do corredor, não pôde mais se conter:

[...] abaixei-me e fiz um despejo horroroso, tanto por baixo como por cima com ânsias, com um sentimento de desfalecimento, angústias de vomitar, copioso suor e por um momento tive uma síncope que foi instantânea, mas que eu senti a interrupção do sentimento saindo como de um sonho, mas tendo a cabeça encostada não caí.²⁸⁶

A forma de descrever seu desarranjo intestinal indica mais do que o registro de um fato vexatório, que na leitura ganha ares de cômico, mas também as reações corpóreas a elementos do ambiente, temperada com um tanto de exagero sentimental — “a interrupção do sentimento saindo como de um sonho”. A recorrência dessas diarreias ao longo da viagem é atribuída por Freire Alemão à má qualidade da água nos sertões, à qual, aliás, é exímio em atribuir adjetivos pouco louváveis. Uma água “leitosa”, “barrenta”, “má”, “intragável”, “sofrível” — indicando o estado de um recurso natural

²⁸⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 79.

de grande importância e que poderia estar afetando a saúde dos locais e a qualidade dos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, denota-se também certa má vontade com o que lhe é oferecido, a diferença dos costumes — “o padre que ali nos hospedou não se lembrou de me oferecer um banho para o rosto, e quando íamos para a mesa veio uma preta com a bacia d’água e toalha, eu tirei-me de cuidado e lavei o rosto e ele lavou as mãos na mesma água”²⁸⁷ —, a dificuldade de encontrar condições mínimas para se recuperar das agruras do caminho, já que nem mesmo com o refrigério da água de beber poderia contar. São elementos que a escrita permite entrever, para além do que se diz.

Foi na interseção dos gêneros do diário privado e íntimo e da literatura de viagem da era do imperialismo que floresceu o diário de viagem, testemunhando tensões e ambivalências vividas pelo viajante em sua exposição aos modos de vida e populações primitivas e/ou coloniais e que se pode ler apenas nas entrelinhas de suas obras de viagem. Documento de extremo interesse, o diário íntimo de viagem possibilita estabelecer novas abordagens sobre a literatura de viagem, permitindo acompanhar as relações do sujeito narrador europeu com o mundo colonial, a partir de um ponto de vista no qual o viajante se apresenta de forma muito mais vulnerável, testemunhando a ambivalência da própria experiência da viagem “moderna”.²⁸⁸

Nos próximos tópicos, vamos abordar os diários e outras formas de “escrita de si” como suportes dos mais relevantes para a construção do ideário da individualidade burguesa no século XIX. Em sequência, busco discutir o papel central do registro e divulgação de relatos de viagem no estabelecimento da ciência moderna. Mais do que aliviar o fardo mnemônico, a escrita terá o papel de tornar cognoscível a aparente desordem do mundo natural, a partir da observação direta e pretensamente neutra do homem de saber.

²⁸⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 106.

²⁸⁸ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. “A sensualidade como...”. Op. cit., p. 142.

2.2 Vestígios de um botânico bem-comportado: escrita de si e sensibilidades românticas na construção do indivíduo moderno

O Ceará, que Freire Alemão tencionava fazer entreposto para chegar às províncias amazônicas, tornou-se uma permanência de “dois anos e meio, mais dois dias”.²⁸⁹ Enquanto em carta a Manuel de Araújo Porto Alegre, de 6 de agosto de 1859, Martius queixa-se da falta de notícias sobre “a expedição científica, que o governo brasileiro neste momento dirige para a exploração das províncias do norte, e espero que no Ceará, tão pouco conhecida província, já se colheram faustos imensos”,²⁹⁰ Freire Alemão dedica-se a apreender, por tinta e papel, aquele país e sua gente: diário, memórias “em separado”,²⁹¹ estudos botânicos, cópias de documentos, cartas, ofícios da Comissão Científica, contas, tabelas de preço, ordens de pagamento. Sem falar nos desenhos: mapas, traçados de vilas e povoados, objetos de construção, cercas, telhados, moringas e até mesmo a disciplina, espécie de chicote com lâminas na ponta, com que os penitentes de Lavras e Crato se supliciavam.

Martius, assim como Ferdinand Denis e outros naturalistas acionados por Gonçalves Dias e Raja Gabaglia, ansiavam por notícias a respeito do andamento da Científica para que pudessem comunicar a seus países “[...] o desvelo dos viajantes, cuja peleja contra perigos e incômodos não favorece uma correspondência comigo”.²⁹² Como salientamos no primeiro capítulo, as disputas em torno da precedência na nomeação de novas espécies privilegiavam naturalistas da Europa e da América do Norte, uma vez que estes contavam com as vantagens do aparato institucional e das principais publicações científicas ali sediadas. A omissão de notícias, em contraponto à composição de uma série de registros memoriais executada em caminho, assinala, em Freire Alemão, o cuidado em garantir para si a “última palavra”, precavendo-se contra possíveis apropriações, como já ocorria com as diagnoses, relatadas pelo botânico Saldanha da Gama. “Nessa não caio eu, respondia-lhe Freire Alemão; hei de remetê-las

²⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 559.

²⁹⁰ Carta de Martius a Porto Alegre. In: *Revista do IHGB*, actas das sessões de 1861. Tomo 64, p. 738-740.

²⁹¹ Em diversos momentos do diário, Freire Alemão se refere a notícias, listas de plantas, cópias de cartas e depoimentos que vão “em separado”, “em papel à parte”, “em notícia à parte”, “em outro lugar”, o que denota uma grande massa de material que ele teria recolhido durante sua passagem pelo Ceará, a ponto de ser preciso utilizar diferentes matrizes memoriais além do diário para melhor organizá-los.

²⁹² Idem.

[as plantas que descobria] somente depois de publicadas as descrições; a diagnose há de ser minha, boa ou má. Não é pouco vê-los lá na Europa, desfazendo o que eu faço e corrigindo, mudando e dando a outrem o que a mim pertence”²⁹³.

Levando-se em conta todos os esforços empregados por Freire Alemão para se inserir na comunidade científica mundial, desde publicações pagas do próprio bolso até a formação de uma extensa rede de correspondentes (com suas vantagens e riscos), essa postura reticente pode indicar nele um desejo mais ambicioso do que participar do trânsito de pareceres e amostras botânicas. E, no caso da Comissão Científica, com suas seções trabalhando de forma fragmentada, animadas ora por diretivas pessoais ora pelo que os vencimentos permitiam, é lógico supor que o propositor da arca do sigilo no Instituto Histórico adotaria, nesse caso, a mais absoluta discrição.

Nesse sentido, o silêncio poderia ser uma forma de não dar a ver os problemas internos e as críticas com que a imprensa desancava a expedição, bem como de se acautelar contra acusações que, porventura, estivessem circulando no Velho Mundo. Freire Alemão criava expectativas e atrasava notícias no fito de garantir que o Brasil não mais seria um mero fornecedor de espécies, enviando não apenas as plantas já devidamente classificadas: quem sabe até mesmo um relato circunstanciado da viagem pelas províncias do Norte, colocando seu nome no panteão dos grandes botânicos exploradores? Expedientes dos mais relevantes para angariar reconhecimento intelectual e uma posição de protagonismo tanto para si quanto para o império do qual era ilustrado servidor.

Vimos, no capítulo anterior, algumas nuances da trajetória de vida de Francisco Freire Alemão, relacionando sua formação e carreira com o projeto de nacionalidade no qual iria se engajar como naturalista a serviço do império brasileiro. Mostramos como a ascensão social e intelectual de um filho de lavradores caminhou *pari passu* com a formação de instituições de ensino e pesquisa a partir da transferência da Corte lusitana, e que, no Brasil independente, contaria com esses novos vassalos ilustrados para empreender a modernização do país, dedicando-se ao levantamento e à exploração racionalizada de seus recursos naturais e à formação de uma identidade nacional. Mas seu diário de viagem e outros documentos pessoais também nos permitem entrever um homem que busca legar para o futuro uma determinada imagem

²⁹³ GAMA, José Saldanha da. “Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão”. In: *Revista do IHGB*, tomo XXXVIII (parte segunda), 1875, p. 103.

de si; uma imagem fiel, porque pessoal, dentro dos procedimentos e tópicos disponíveis a um homem de letras de seu tempo. Aqui gostaria de aprofundar a análise dessa trajetória de vida, focando a formação do indivíduo — mais precisamente a noção de indivíduo forjada no período moderno. Em outras palavras, desejo indagar como o homem se faz na escrita, inscrevendo seu cotidiano e reminiscências através de códigos que buscam legar ao futuro uma trajetória de vida preta de sentido e finalidade.

Ao longo das “Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil”, é possível observar como o registro escrito e imagético perpassa, em maior ou menor medida, as prioridades a serem observadas pelos comissionados em campo. Isso apesar de haver uma sessão dedicada exclusivamente a produzir estudos etnográficos e a narrativa de viagem da expedição. Sabemos que tal narrativa se limitou à Parte Histórica apresentada nos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*; ignoramos, no entanto, se Gonçalves Dias manteve um diário a servir de base para o seu relatório, assim como fez durante a viagem pelo Rio Negro, entre 15 de agosto e 5 de outubro de 1861. É possível que o “diário do Ceará” tenha se perdido. Ou simplesmente não tenha sido redigido, a despeito da forma imperativa com que Manuel de Araújo Porto Alegre recomenda a feitura de “um diário circunstanciado e com toda a fidelidade, descrevendo tudo o que vir de curioso e merecedor de memória”. E não apenas em relação à viagem: deve ir “também notando diariamente tudo quanto ocorrer de notável relativo à expedição em geral, e mesmo a cada membro em particular”.²⁹⁴

Na notícia d’*O Cearense* de 5 de abril de 1861 sobre o naufrágio do barco *Palpite*, copiada por Freire Alemão, faz-se a referência, entre as perdas da Seção Geológica, “[a]o livro de registro de todas as observações meteorológicas feitas até Sobral, da mesma sorte as observações astronômicas, e a descrição geológica da província, todos os manuscritos; e enfim as notas que serviam para passar o tempo quando alguma demora em qualquer lugar [ilegível]”.²⁹⁵ Além das anotações de trabalho típicas da investigação de um geólogo, a matéria arrola os manuscritos pessoais de Guilherme Capanema, escritos nas horas de distração, como perda inestimável para a Comissão Científica, ainda que nos seja impossível saber do que tratavam tais

²⁹⁴ *Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil*. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 208.

²⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 493.

anotações. É, porém, uma indicação importante da centralidade do registro para esses comissionados, tanto que extrapolavam, muitas vezes, as demandas de sua própria seção e buscavam imprimir um ponto de vista pessoal à experiência de deslocamento.

O que surpreende nas instruções da Seção Botânica é o caráter quase de “resumo” do texto, em comparação com as instruções das outras seções e tendo-se em vista o caráter polígrafo e prolífico revelado de Freire Alemão. Divisam-se, porém, a partir do uso de determinados verbos, algumas indicações que pressupõem, como desdobramento, um registro: *indagar* aos locais os nomes indígena e vulgar, além dos usos de cada vegetal; *observar* o aspecto geral da província quanto à vegetação, condições meteorológicas, natureza e acidentes do terreno. Somente nos dois últimos parágrafos, o verbo de ação será *notar* (que tanto aqui como em outras seções é usado no sentido de anotar, grafar).

Em cada localidade notará as espécies que naturalmente aí vegetam, com o fim de concorrer para o delineamento da geografia botânica no Brasil.

Enfim, notará as matas mais ricas em madeiras de construção naval, e em que seja mais fácil a sua extração para serem reservadas.²⁹⁶

Como presidente da Comissão Científica, Freire Alemão deveria ter pleno conhecimento não só das instruções que redigiu para si, como também das diretrizes de investigação das demais seções. Nunca saberemos as circunstâncias que motivaram a redação de um diário de viagem que em muito ultrapassava as demandas do trabalho de campo. A formação ilustrada de Freire Alemão justifica, em parte, essa tentativa de apreensão totalizante, a partir de uma matriz de conhecimento ainda não compartimentado em disciplinas. Mas há outro elemento a considerar: a centralidade do cargo de presidente da Comissão, destacada nas “Instruções Gerais para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Império menos conhecidas”, assinada pelo ministro dos Negócios do Império, Sérgio Teixeira de Macedo.

O item IX destaca que, mesmo podendo trabalhar de forma independente, os chefes de seção deveriam seguir as instruções do presidente da Comissão “tanto nos trabalhos a executar, como na direção que devem tomar nas explorações e pontos em

²⁹⁶ Instruções para a Comissão Científica... Op. cit., p. 174.

que se devem reunir, datas dessas reuniões e [...] o tempo a empregar em cada gênero de exploração”. Em seguida, no item X, atribui-se ao presidente da Comissão toda comunicação com o governo imperial. A cada mês, Freire Alemão deveria enviar um ofício dando conta “do que ocorrer de interesse”, sendo vedado aos demais chefes de seção oficial ou fazer reclamação ao governo sem a mediação do presidente.²⁹⁷

Tais indícios nos indicam, em princípio, uma concentração de poderes e uma exclusividade no tocante à correspondência dentro das atribuições do cargo de presidente da Comissão. Na prática, porém, acabou não sendo seguida. Segundo anota em seu diário, Manoel Ferreira Lagos havia tomado para si, ainda no Rio e sem consultá-lo, todos os trabalhos de escrituração — incluindo as instruções, documentos, selos, papéis timbrados etc.

Nunca nos entregou nada, nem nunca nos falou nisso; dispunha e dispõe de tudo como seu. Agora, quando saímos da capital, recebeu o dinheiro e o guardou sem a menor atenção para comigo, enfim tem-se apoderado de tudo e de toda a direção, e eu faço em tudo isto a figura de Pilatos no credo. Ele é tudo, eu não apareci em nada senão para assinar pedidos de dinheiro etc. (nem me importo com isso) e queixa-se de que tem muito trabalho!

É o caráter mais singular que conheço: desabrido, despótico, arrebatado, não atende a nada, não sofre a menor oposição a seus desejos nem aceita a mais pequena reflexão que o contrarie. E nos seus furores é indiscreto quanto se pode ser. O meu amigo Lagos, sem o querer, sem pensar nisso, reputa-se senhor do seu tempo e desembaraçado de qualquer dever e responsabilidade. É um homem que viaja por si, a sua custa, e para se divertir, principalmente.²⁹⁸

Tais desavenças podem ter suscitado no botânico a determinação em extrapolar o que previam inicialmente suas instruções, chamando para si prerrogativas principalmente da Seção Etnográfica e Narrativa de Viagem, como a produção de um diário circunstanciado e a obtenção de “cópias autênticas de documentos interessantes à história e geografia do Brasil, [...] extratos de notícias compiladas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis, como eclesiásticos; e também cópias de manuscritos importantes sobre o mesmo objeto pertencentes a particulares”.²⁹⁹ Inclui ainda a descrição do cotidiano e do trato com os demais chefes da Comissão Científica, o que corresponderia à atribuição para Gonçalves Dias de que, num diário, fosse notando

²⁹⁷ *Instruções para a Comissão Científica...* Op. cit., p. 211-212.

²⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 121-122.

²⁹⁹ *Instruções para a Comissão Científica...* Op. cit., p. 208-209.

diariamente “tudo quanto correr de notável relativo à expedição em geral, e mesmo a cada membro em particular”.³⁰⁰ Freire Alemão permitiu-se, em vários momentos, descrever suas impressões sobre os nobres colegas e o que lhes acontecia, como a falta de deferência de Capanema e Dias ao não se apresentarem ao presidente da Comissão quando chegaram ao Crato. “Eu mandei um ordenança visitá-los e oferecer a nossa casa, enquanto a não tivessem. A resposta que nos trouxe o ordenança foi: ‘Que já tinham casa’.”³⁰¹ Ou a já referida cópia, no diário, da notícia lida n’*O Cearense* sobre o naufrágio do iate *Palpite*.³⁰² Afinal, um cargo também inclui responsabilidades, contas a prestar. É preciso, portanto, estar precavido contra versões diferentes que pudessem circular na Corte, principalmente tendo sido a Comissão alvo de escrutínio e boatos antes mesmo do embarque ao Ceará, chegando-se ao ponto de mandar, do Ceará, ofícios “provando” que não havia abandonado a presidência, como referimos no ponto anterior.

Como destacamos na introdução deste capítulo, não seria difícil supor que a viagem exploratória ao Ceará estivesse envolta em expectativas e incertezas para Freire Alemão, ainda mais nessa dupla afirmação como chefe da Seção Botânica e presidente da Comissão, portanto responsável pelo bom andamento dos trabalhos. Estamos diante de um indivíduo em busca de afirmação no meio científico, e a base dessa afirmação será o registro escrito. Mesmo com os reveses da expedição, o relatório da Seção Botânica incluía, em seu programa, a redação do *Catálogo Sistemático das Plantas Colhidas no Ceará*, da *Flora Cearense*, do *Estudo da Geografia Botânica do Ceará* (a ser efetuado pelo sobrinho de Freire Alemão e adjunto da Seção, Manuel Freire Alemão) e, “para fechar os trabalhos”, da *Narração da Viagem pelo Interior da Província do Ceará*, escrita a quatro mãos por tio e sobrinho, com “uma narração circunstanciada das nossas viagens pelo interior da província do Ceará”.³⁰³ Não há indícios de que Manuel Freire Alemão tenha deixado algum diário, mas todo o suporte material legado por seu tio, desdobrado nos mais diversos registros, reforça o desejo de dar a palavra final, sobre si e sobre a experiência vivida nos sertões.

Um dos aspectos da moderna experiência burguesa, em que os diários, cartas e outros tipos de relato pessoal tiveram sua época áurea, tanto em termos de

³⁰⁰ *Instruções para a Comissão Científica...* Op. cit., p. 208.

³⁰¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 190.

³⁰² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 492-493.

³⁰³ *Relatórios dos membros da Comissão lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Seção Botânica*. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 287.

produção quanto de consumo pelo público leitor, é a emergência do que Richard Sennet chamou de “tirânicas da intimidade”,³⁰⁴ a partir da cisão entre ritos da esfera pública e sensibilidades de foro privado. Não que os limites entre público e privado inexistissem em outras épocas ou mesmo em culturas não europeias, mais ou menos delimitados. Entretanto, como observa Peter Gay, essa distinção foi sensivelmente enfatizada na cultura de classe média burguesa do século XIX, tornando o abismo entre público e privado o mais amplo possível. Numa cultura como esta, em que imperava a valorização e a defesa obsessiva do eu interior, a escrita de si estaria destinada a florescer.

Tomados em conjunto, [...] esses registros servem para definir as fronteiras, por mais flexíveis que tenham sido, entre a revelação e a reticência durante o século burguês. A reserva mantida pela classe média emprestou alguma sustentação às suspeitas de que a burguesia do século XIX forjou uma conspiração de silêncio. Mas não havia conspiração alguma, nem tampouco, como o provam os diários, nenhum silêncio. O que havia era circunspeção, sobretudo quanto aos assuntos realmente importantes.³⁰⁵

Se, no Antigo Regime, a esfera pública era vivenciada a partir de códigos impessoais que balizavam o lugar de cada um, suas respectivas atribuições e relações sociais, o mundo moderno desenvolve uma aversão por esses códigos, associando-os ao esnobismo e à falsidade. Um dos motivos é a própria ampliação do sentido do que era (e quem era o) público no período moderno, significando “não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecimentos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas”.³⁰⁶ A concentração de pessoas nas cidades, a disseminação de mercadorias padronizadas e barateadas, acessíveis pelo preço (e não pelo lugar social), o surgimento de novos espaços de sociabilidade (cafés, parques públicos, lojas de departamentos) e a abertura de espaços antes restritos à elite (jardins e castelos reais, teatros e óperas que passaram a vender ingressos individuais) diluíam as diferenças sociais e de origem no espaço urbano. Os membros da nova classe ascendente viam-se constantemente expostos numa multidão de estranhos, sem os

³⁰⁴ SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tirânicas da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

³⁰⁵ GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 323.

³⁰⁶ SENNET, Richard. *O declínio do homem público...* Op. cit., p. 31.

códigos de discurso, comportamento e vestuário que antes demarcavam o lugar das elites em relação às classes laboriosas.

Derrubadas as regras fixas de intercâmbio entre estranhos, herdadas do regime feudal, acreditava-se que a expressão pública, num ambiente que impunha a frequente interação com grupos sociais complexos e díspares, era um reflexo preciso dos sentimentos, tornando os indivíduos potencialmente vulneráveis ao desvendamento involuntário e ao escrutínio indesejado. “Gradualmente, a vontade de controlar e de moldar a ordem pública foi se desgastando, e as pessoas passaram a enfatizar mais o aspecto de se protegerem contra ela”. A família burguesa, refúgio idealizado “onde a segurança da existência material podia ser concomitante ao verdadeiro amor marital e às transações entre membros da família que não suportariam inspeções externas”,³⁰⁷ será um dos principais escudos contra esse meio público hostil.

Ironicamente, essas observações nos ajudam a entender a má impressão causada pela reclusão e pelos modos excessivamente recatados das sertanejas. Ao longo do diário, o botânico fará diversas referências a esse respeito, não apenas nos rincões — onde observa numa casa de pardos, os homens se misturarem aos membros da Comissão, enquanto “o povo de saia remexia-se lá por dentro e como a casa tinha poucas paredes se deixavam ver andando da sala para a cozinha, ou espreitando-nos curiosas”³⁰⁸ — como também em casa de gente grada, como a do promotor de Jardim, “cuja mulher nunca vimos e só a ouvimos falar e cantar acalentando o filho”.³⁰⁹ Após longa observação de vários desses episódios, Freire Alemão conclui que o pudor que muitas dessas moças e mulheres demonstravam aos membros da Comissão tinha apenas a *aparência* de virtude.

Como em toda parte, onde há ainda pouca civilização, o belo sexo vive muito retirado. Há neste encerramento das famílias pelo menos uma aparência de modéstia e de recato; mas a falta de educação, e por consequência, dos verdadeiros sentimentos de modéstia e de pudor, lhe mistura uma quase hipocrisia ou um falso exterior de virtude e no seio das famílias, mesmo entre pais e filhos há certa licença, que às vezes tomam ares de inocência. Aqui não se conhece o galanteio honesto e permitido, não se pode fazer a corte, ou render finezas a uma moça bonita, com o único fim de a lisonjear. Um cumprimento gracioso a uma menina se considera como um princípio de casamento. Um namoro sem esse fim pode ter por prêmio um tiro. As moças mesmo assim o entendem logo. Daqui resultam sem dúvida as

³⁰⁷ SENNET, Richard. *O declínio do homem público...* Op. cit., p. 35.

³⁰⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 153.

³⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 206.

relações frias, tímidas, e receosas entre os sexos. Daqui resultam malquerenças entre as famílias. Daqui resultam casamentos precipitados, e em mui tenra idade. Daqui em fim podem resultar relações ocultas, e desonestas.³¹⁰

Assim, tal decoro e reserva se deviam menos a uma inclinação de caráter e civilidade, mas à própria “rudeza dos costumes, [de] uma certa aristocracia selvagem” das sociedades locais, perpassadas por contendidas partidárias e familiares, onde o risco do galanteio honesto e das inimizades da parentela davam ensejo ao rapto de moças, tornado expediente fácil, até costume saporoso — para estarrecimento do nosso naturalista, que conclui desse encerramento uma atitude hipócrita, um falso moralismo, em que a própria Comissão se tornava mote de galhofa. “Pouco tempo depois de estarmos no Ceará, e dizendo-se muita coisa a nosso respeito entre a população, dizia uma mulher: ‘Dizem que estes homens são maus, mas ainda nenhum furtou uma moça’”.³¹¹ Uma vez atravessada a barreira das relações iniciais, principalmente quando seus predicados de médico são solicitados, Freire Alemão tem a chance de conhecer a intimidade indecorosa que rege o trato familiar na província.

Para se fazer uma idéia da pouca decência que há no interior das famílias contarei o que ontem presenciei, e numa das principais casas do Icó. A senhora da casa (é filha do visconde do Icó, casada com José Frutuoso Dias) que me informava de seus achaques, à vista do marido, dum sobrinho, de um sujeito vizinho, e de quatro filhas, me explicava sem o menor rebuço dizendo, por exemplo: há dias em que não obro, outros em que obro quatro ou cinco vezes; eu sou bem menstruada; quando me vem a minha barriga (o seu mês) sofro isto, aquilo etc.; não posso tomar ajudas etc. Foi tudo neste estilo.³¹²

Observa-se que o pejo com que Freire Alemão descreve essa cena não se deve à forma com que a senhora Frutuoso Dias descreve seus achaques — expressões que um médico experiente deveria estar acostumado a ouvir —, mas ao fato de uma senhora de boa família fazer tal descrição *sem o menor rebuço* (disfarce) na frente dos parentes e até de um sujeito vizinho, contrariando as prescrições da época quanto ao silêncio ou a evocação cifrada ao tratar de qualquer manifestação corpórea em público, em especial as do baixo ventre.

³¹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Notas sobre a cidade de Icó. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 286.

³¹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. Idem.

³¹² ALEMÃO, Francisco Freire. Ibid., p. 288.

Ainda que tais situações não tenham sido a regra, sendo o comboio obsequiado em várias paragens — notadamente por gente do Ceará (Fortaleza), pelo grosso da gente rude (porém de boa índole) e por famílias gradas cujos preconceitos, a seu ver, iam se desvanecendo com a ilustração —, tais manifestações desacertadas do público e do privado nos sertões nos permitem entrever as práticas e os parâmetros a partir dos quais Freire Alemão procura apreender e, ao mesmo tempo, resguardar-se desse ambiente. A anotação sistemática desses episódios, as reflexões e sentimentos suscitados no espírito de Freire Alemão revelam, além da preocupação do cientista com a permanência de costumes provincianos, atribuindo-as ao isolamento, ao atraso econômico e aos nacionalismos locais, um homem cosmopolita, representante do Império brasileiro, que vê seu caráter, valores e costumes permanentemente desafiados por pessoas (logo essas) que falam da Corte como o lugar da depravação personificada, do servilismo nu e cru. “Quando eu pergunto aqui pelo sertão a esta pobre gente se sabem o que é o Rio de Janeiro, respondem: ‘Tenho visto falar nele’. ‘Sabem quem é o imperador?’”. “Tenho visto falar nele”.³¹³ Gente que, desde o povo rude até os de “gravata lavada” e os “sábios de meia tigela”, delicia-se em lançar todo tipo de suspeita aos comissionados, interpelando-os de forma acintosa.

Um dia estávamos na Munguba à mesa do chá; o Lagos falava com soltura, e indiscrição dos ministros e gente da Corte. Franklin mui contente olha para as senhoras e diz: este é um dos nossos; depois dirigindo-se para mim pergunta muito se eu não era monarquista! Um sentimento de indignação se apoderou de mim, e mal pude me conter, mas não lhe respondi como devia; apenas lhe disse que eu não me ocupava com essas questões, e que se particularmente era amante do Imperador é porque não podia deixar de o ser sem ser ingrato.³¹⁴

Aos gestos desabridos e inconsequentes de Lagos, levando-o a ser perigosamente tomado como um antimonarquista, Freire Alemão procura demarcar o *seu lugar* como súdito a serviço do monarca, desviando a provocação de Franklin com uma resposta ponderada, mesmo à custa de conter a indignação. Reagir de forma intempestiva só daria azo para novos rumores sobre a Comissão Científica, e cabia a Freire Alemão dar o exemplo de como o Império realmente procedia. Mas tudo o que foi reprimido, no calor da hora, terá existência garantida nas folhas de suas memórias e

³¹³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 258.

³¹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 316.

diários, onde o botânico poderá avaliar, em detalhe e com a devida distância, todos os movimentos, os pontos de vista, os ditos, as contradições de quem chama a “gente do país”.

Freire Alemão, assim como a geração burguesa de seu tempo, voltar-se-ia para o privado como um domínio mais “verdadeiro” e “seguro”, cujas demandas de retraimento e silêncio vão-se infiltrando no meio público como a única forma possível de estar nele, em nome da dignidade. Mesmo considerado um domínio imoral, de vivências mistificadoras, estar em público era uma forma de colocar em prática e à prova as estratégias de controle das expressões e emoções, a fim de manter a personalidade e a virtude a salvo dos perigos mundanos sempre à espreita. As obrigações do ofício de explorador obrigam o botânico a estar em permanente contato com o cotidiano do sertão, mas este é um lugar onde não se pode *estar de todo*. O diário será o recuo, o laboratório onde poderá organizar essas experiências caóticas a partir do crivo do homem de saber, civilizado e guiado pela lógica da integração centralizadora, que o imperador desejava imprimir a todos os rincões da nação.

Manter-se ao largo da experiência circundante não deve ter sido tarefa das mais fáceis. Além das doenças, das agruras do caminho e das susceptibilidades em relação aos “estrangeiros”, não havia muitos homens com quem se pudesse entabular uma conversação que fosse muito além de “pieguices, simplicidades, e maledicências.”³¹⁵ Entre os colegas de expedição, como já foi dito, o clima não era dos mais amistosos, e os mal-entendidos, as mágoas acumuladas, as mesquinhas disputas de poder tendiam a minar aquelas relações estabelecidas à força da missão científica. Num episódio em que o preparador de animais da Seção Zoológica dava mostras de atrevimento, e até Freirinho resolve tomar parte, temos um raro momento em que a expressão da autoridade se sobrepõe à postura diplomática do presidente da Comissão.

De noite saí com o Lagos e fomos para a roda do Sucupira. Daí voltamos e era ocasião do chá. O Vila Real passou com o Manoel e o Lagos o chamou, dando-lhe algumas ordens. Ele começa a responder com altivez e com o chapéu na cabeça; *eu quase fora de mim; peguei-lhe pelo [braço e] disse-lhe que falasse mais brando e tirasse o chapéu*; daí seguiu-se uma disputa, o Manoel, que ouviu, desceu e meteu-se nela, mas com modos e palavras conciliadoras. Então se apresentaram as razões que de parte a parte havia para desavença que reinava entre nós. A disputa durava uma hora e parece que daqui em diante haverá mais harmonia; o Manoel fez mil protestos de que nunca

³¹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 507.

teve intenção de me ofender e me pedia perdão se involuntariamente o havia feito.³¹⁶ (grifo meu).

Havia também as saudades da família, irmãos e primos a que ele se refere várias vezes no diário. Mesmo mostrando-se dedicado, dia após dia, aos estudos botânicos, às pesquisas de campo e às visitas e rodas noturnas de conversa, mistura de distração e oportunidade de colher notícias sobre fatos relevantes, são recorrentes no diário as manifestações de tristeza e melancolia ligadas principalmente a essa sensação de isolamento, que atravessa o corpo e o espírito.

O privilégio da vida interior cobrava igualmente o seu tributo. Procedimentos de interpretação do indivíduo se deslocam do confessional para diários e livros de contabilidade doméstica, formas laicizadas de perscrutar a memória em busca de faltas ou desperdícios, submetendo o indivíduo a um exame permanente e obcecante. Por outro lado, essa disciplina autoimposta proporciona ao autor do diário um grande sentimento de propriedade sobre si. Prática fatigante, porém fortalecedora, realizada no refúgio de calma e consolo que é a intimidade da consciência.

A busca de si mesmo é estimulada ainda por todos os fatos históricos que conduzem ao aprofundamento da sensação de identidade. Sobretudo, a aceleração da mobilidade social engendra um sentimento de insegurança. Incita o autor do diário a indagar-se sobre sua posição, a calcular o julgamento dos outros. A muda presença da sociedade frequenta a vida privada e solitária do autor. O novo feitio das relações interpessoais ditado pela urbanização multiplica as feridas narcíseas, gera uma frustração que convida ao recolhimento neste refúgio interior.³¹⁷

É recorrente, nesse sentido, o desejo do botânico de se mostrar mais forte do que as vicissitudes físicas, demonstrado na disciplina da escrita e na listagem de todos os sintomas que procurava superar para dar continuidade a seu trabalho. “24: Hoje tenho passado um dia bem incomodado, bem triste e deitado na minha rede porque nem posso escrever entrando logo a suar (como agora me está acontecendo); não faria senão lembrar-me da minha família, que provavelmente lá estão reunidos e contentes”.³¹⁸ Os

³¹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 192.

³¹⁷ CORBIN, Alain. “Bastidores: o segredo do indivíduo”. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 457-458.

³¹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 167.

diários, assim como outros objetos materiais no século XIX, serão revestidos de dimensões psicológicas, contrapondo-se ao contato perturbador com estranhos e a homogeneização da aparência. Num percurso em que o isolamento e a hostilidade eram vivenciados nas zonas de contato, “espaços sociais onde culturas díspares se encontram, se chocam, se entrelaçam uma com a outra, frequentemente em relações extremamente assimétricas de dominação — como o colonialismo, o escravagismo, ou seus sucedâneos ora praticados em todo o mundo”,³¹⁹ bem como entre os companheiros de jornada.

Auxiliado por uma “indústria do conforto” que demarcou significativas mudanças nos padrões de privacidade (quartos individuais, escrivaninhas com gaveta de segredo), pelo incremento da escolaridade e do tempo livre na sociedade burguesa, o diário se constituirá como lugar seguro e devidamente autorizado para o desvelamento do eu. Professores incentivavam seus alunos a adotar a prática diarística como atividade louvável e sadia. Muitas crianças iniciaram a crônica de seus dias em livros em branco, ricamente encadernados, presenteados por pais e avós. Em vez de remédios, médicos receitavam para pacientes a elaboração de sua trajetória por escrito. O diário estabelece assim uma forma de visibilidade regulada, nessa troca de confidências e pequenas aventuras entre familiares e amigos íntimos.

Esse hábito [de manter um diário] era, afinal de contas, sintomático do estilo burguês de pensamento: ordenado, apesar de aberto à individualidade e à liberdade, e autocrítico, apesar de a efusões de esperança e auto-estima. Dessa forma, ele exemplifica o grande compromisso burguês, às vezes patético porém freqüentemente louvável, entre a necessidade de recato e a capacidade de manifestar emoções. E também põe à mostra o dom burguês geralmente desdenhado de não só experimentar as excitações eróticas como também de registrá-las.³²⁰

O diário poderia ter várias funções: “[...] um superego benigno, um repositório de lembranças, a matéria-prima para uma autobiografia formal, uma arena íntima onde debater problemas religiosos, éticos e sexuais, um ensaio para posteriores identificações com figuras idealizadas”. Muitas dessas funções podem ser identificadas no diário de viagem de Freire Alemão. Em alguns momentos, essas funções se apresentam em separado; em outros se interpondo, uma sobre a outra, no relato de um

³¹⁹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...* Op. cit., p. 27.

³²⁰ GAY, Peter. *A experiência burguesa...* Op. cit., p. 323.

determinado episódio. É para o diário que Freire Alemão se volta para desafogar a revolta contida contra Lagos, seu companheiro de viagem, que lhe causa uma série de embaraços e questiona sua autoridade; revolta que precisa ser contida em público para não causar má impressão nos locais. Também é o lugar dos gracejos cotidianos e dos episódios amenos, como quando descobre estar correndo entre Lavras e Icó o boato de que teria morrido em Barbalha, depois de comer duas mangas. Mas, mesmo nessa escrita mais confessional, percebe-se uma contenção nos sentimentos, que nunca serão expressos por xingamentos ou impropérios — o máximo a que chega com Lagos é chamá-lo de “desabrido, despótico, arrebatado”. Acusa-o de empregar o tempo que deveria destinar aos trabalhos da Comissão “em pôr-se em relação com a gente feminina”, entre outras expressões pouco literais.³²¹

Outro fato que chama a atenção é que as possíveis incursões sexuais do botânico nos sertões são inscritas de forma velada, sem detalhes, como esta passada em Icó no dia 15 de novembro de 1859. “Saí daí, e fazendo uma volta para não passar pela casa da Lulu, que me tem mandado muitos recados para que eu lá apareça e que deseje muito ver-me e eu bem sei para quê...”.³²² O teor lúbrico da cena passada em Icó fica praticamente por conta do tratamento pelo apelido (provavelmente o “nome de guerra” de uma prostituta), do “desejo” de ver o botânico (dela para ele, diga-se de passagem) e o uso das reticências ao final da frase.

Mas o verdadeiro motivo para essa “volta” é revelado logo na sequência, quando percebemos tratar-se não apenas de uma rejeição, mas de uma substituição. Em vez de visitar Lulu, Freire Alemão se dirige à casa do Cândido Cagoés, citado na introdução deste capítulo, que, num ambiente entre o familiar e o promíscuo, oferece aos braços do botânico a filha e as duas sobrinhas, as tais mulatinhas bonitas e requestadas por toda a boa rapaziada do Icó. Não se tratam de moças brancas, muito menos conhecidas pela pudicícia, o que abre uma brecha para certas liberdades. Haveria, porém, um preço para tais carinhos? “Ao sair, a velha doente me acompanha até fora da porta para pedir-me uma esmola, dei-lhe uma moeda e duas patacas que levava”.³²³

Era uma prática corriqueira dos comissionados ofertar esmolas aos doentes, necessitados ou quem os ajudasse ao longo do caminho. Mas, ao descrever a situação da

³²¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 122.

³²² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 124.

³²³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 125.

família do Cândido, Freire Alemão não deixa de notar a frivolidade e a tafularia das moças: mesmo que em casa passem dias à base de uma única refeição, à caridade, as raparigas fazem questão de se vestir “emparelhando com as mais asseadas damas, de vestidos de seda preta, pulseiras, broches de ouro, enfim estavam em completo *toalete*”. Nosso viajante relata que, por essa época, diante da proximidade do Natal, chegaram ao Icó alguns vestidos de veludo que custavam entre 60 e 80 mil-réis — um grande preço para a terra, acessíveis portanto às pessoas mais ricas. Entretanto, “estas tafuleiras não quiseram ficar atrás, armaram-se também de vestidos ricos”, o que obrigara o Cândido a pedir dinheiro a um e outro para financiar o vestido da filha, inclusive aos membros da Comissão.

Nós também fomos investidos; estávamos à mesa e o Lagos com seus modos desabridos gritou com ele: “Daqui não leva um vintém. Sua filha é uma tola, uma presumida querendo ombrear com as pessoas mais ricas, sendo uns pobretões etc. etc.”. Disse tanta coisa, mortificou tanto a pobre da mulher que eu, com pena dela, fui para o meu quarto e lhe dei em particular 20 mil-réis, com que ficou contentíssima. [...] A filha do Cândido para a qual eu dei os 20\$ [vinte mil-réis] não cessava de olhar para mim risonha e satisfeita, [f. 128] como se estivesse deste modo agradecendo-me.³²⁴

Um abraço, algo aparentemente inocente quando oferecido a um médico representante da Corte, respeitável senhor idoso que passava os dias a colher plantas, receitar doentes e ofertar esmolos. Que mal haveria em franquear um simples abraço naquele que agira de forma tão generosa, salvando a moça não apenas de uma dívida quanto de uma situação embaraçosa, quando Lagos expunha de forma tão brutal a situação da família? O afago é tão bem recebido que o diarista deixa escapar que aproveitou o momento apertando-as bem. Não se pode deixar de ver um certo sentido de paga. Pequeno gesto, provavelmente ocorrido num átimo, mas que na escrita se dilata, ainda que a satisfação da “parte da besta que o corpo é”³²⁵ se apresente de forma cifrada. Escrita na corda bamba, sempre em busca de um equilíbrio entre o esconder e o revelar, o botânico finaliza a ação com uma frase que parece coroar não apenas o seu feito, mas também a habilidade com que conseguiu transmiti-lo ao papel: “Com efeito, valeu a pena”.³²⁶

³²⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 125.

³²⁵ QUEIROZ, Rachel de. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992, p. 100.

³²⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 124.

Interessante notar que, na entrada de 10 de novembro, o botânico faz, num mesmo parágrafo, um severo reparo sobre o comportamento das mulheres icoenses — que, segundo costume antigo da terra, deixam-se roubar “mui facilmente” e, uma vez casadas, vivem “na boca dos maldizentes e principalmente nas dos alcofas” — e os lupanares da cidade; “muitos, e muito públicos, e são frequentados sem recato até por homens casados”, sem falar no “entes depravados que se prestam a inculcá-los, com insistência e impertinência.”³²⁷ Imprensado entre as admoestações sobre o caráter um tanto licencioso dos moradores de Icó e o caso dos vestidos comprados acima das posses da família Cagoés, fica então o registro de Lulu e das mulatinhas como algo pouco importante — ou que se quer fazer parecer assim, para não chamar a atenção, como na passagem pelo Crato. “De noite tomou chá conosco, no quarto do Lagos e Reis, a bela Maria”.³²⁸ Ou mais adiante: “Às oito horas [da noite] tomamos chá no quarto do Lagos em boa companhia (eram quatro negrinhas do Crato)”.³²⁹

Philippe Lejeune nos lembra da característica que opõe o diário a todos os outros textos: “nenhum leitor externo poderá fazer a mesma leitura que o autor, embora leia justamente para conhecer sua intimidade. [...] O descontínuo implícito remete a um *continuum* implícito cuja chave só eu possuo, e isso sem ter recorrido a nenhuma linguagem cifrada”.³³⁰ É como se a referência passageira fosse algo suficiente para atender às necessidades do autor do diário, um gatilho para memórias que nem a uma folha de papel se confessa em sua totalidade. Tanto as alusões a uma sexualidade latente quanto as críticas que Freire Alemão fizera a Lagos se inscrevem dentro de uma grade controlada, cujo significado é inacessível ao leitor que não é autor — porque desnecessária para este.

O fato é que nem sempre a confiança em relação ao diário seria total, diante do risco de serem violados por leitores indiscretos — como demonstra o uso de códigos ou a escrita em outra língua. Muitas das experiências relatadas em diários passavam previamente por filtros de censura, para serem lidos por um determinado círculo de leitores, seja um cônjuge, os filhos, o círculo doméstico ou de amigos — sobretudo no caso de um escritor e seu círculo literário. O filtro da posteridade — escrever pensando numa audiência que o lerá após sua morte — também exercia grande influência nas

³²⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 118-119.

³²⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 169.

³²⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 173.

³³⁰ LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008, p. 299.

formas e nos conteúdos desses escritos. Assim “[...] tornavam, nessas circunstâncias, o diário mais uma modalidade de literatura do que um espaço de reflexão íntima. São os leitores potenciais — reais ou imaginários — os indicadores a partir dos quais se pode julgar o grau de abertura nos quais o diário foi escrito”.³³¹

Resta aos que se aventuram em decifrar a esfinge diarística encará-la como uma câmara escura, na qual se adentra vindo de um exterior muito iluminado. E, ao longo de repetidas leituras, permitirem que a vista, do totalmente escuro, passe a enxergar tons na penumbra, divisando formas e silhuetas. “É como o aprendizado de uma língua estrangeira com seu implícito e suas conotações”.³³² Aqui tratamos de um diário que não foi escrito em outra língua ou mesmo código: não foi colocado nenhum empecilho para o acesso a seu conteúdo. Nem por isso Freire Alemão deixa de cercar a escrita de seus dias de cuidados e interdições. Longe de esconder, Freire Alemão quer dirigir a nossa leitura, fazendo uso das formas de composição escrita. As alusões abafadas, as queixas bem colocadas, sem exageros ou exasperações, refletidas ao longo de todo o diário nas situações em que o botânico se coloca como verdadeiro “tirano da contenção”, indicam um anseio de imprimir, em tinta e papel, a imagem pública do naturalista heroico, de espírito inabalável, que não se deixava afetar por intrigas ou questões de baixo ventre — que podem até estar ali, mas *en passant*, indicando seu grau de “desimportância”.

Mas a despeito das formas padronizadas com que era escrito e das autocensuras impostas pela inibição ou pelo anseio de compor uma determinada autoimagem, “os diários eram alguém com quem se podia falar”. Henry James e Leonardo da Vinci tratavam seus diários como interlocutores — Leonardo referia-se a si mesmo em seu diário na sua segunda pessoa, fazendo do seu relato uma confissão a “um” outro que só existia no papel. Em 1867, o estudante Otto von Leixner, após confessar ao “amigo” diário o quanto se sentira abatido num baile, mostra-se aliviado por ser o único com que (ou quem) poderia compartilhar esses sentimentos. Já a menina Karen Horney, que iniciara seu diário em 1899, tratava-o como “gatinho”, como trataria um coleguinha de escola. Antropomorfizado, o diário e as relações que suscitavam com seus autores iam muito além de uma retórica convencional: “[...] revela um

³³¹ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. A sensualidade como caminho. Notas sobre diários e viagens. *Revista USP*, dossiê Brasil Império, junho/ julho/ agosto de 2003, p. 138.

³³² LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico...* Op. cit., p. 299.

investimento emocional profundo nesse amigo compreensivo e silencioso a quem se podia confiar quaisquer desejos não-realizados e sentimentos reprimidos”.³³³

O diário de viagem que Francisco Freire Alemão redigiu durante sua viagem ao Ceará não foi o único registro de si legado pelo naturalista. Homem de seu tempo, Freire Alemão dedicou vários escritos a contabilidades e autorreflexões que o espírito burguês tanto prezava para a construção do indivíduo moderno. No catálogo de documentos atualmente sob a guarda da Biblioteca Nacional, na rubrica “Documentos Biográficos”, além de diplomas, atas e condecorações, encontram-se arrolados quatro notas de despesas (classificadas como “várias”, “diversas” e “particulares”, dos anos de 1855, 1856 a 1860, 1869 e 1870), um caderno de anotações particulares que cobre seus dois últimos anos de vida e duas versões de uma autobiografia (“Notícia sobre minha vida” e “Apontamentos biográficos”, datadas de fevereiro de 1874). Já na seção “Notas Várias e Documentos Interessantes”, temos a relação da viagem feita pelo botânico do Rio de Janeiro a Nápoles, como membro da Divisão Brasileira incumbida de trazer a futura imperatriz Teresa Cristina, que inclui notas sobre Nápoles e Roma, além de desenhos do túmulo de Virgílio e da casa do poeta Torquato Tasso.³³⁴

Mesmo nos estudos botânicos e memórias científicas, Freire Alemão “deixou registrado mais de uma vez o que lhe ia na alma”.³³⁵ reminiscências sobre os sítios da infância; informações inquiridas da tia Antônia “sobre a fazenda, sobre o padre desbravador, a história de parentes, as chicanas sobre posses, sobre limites imprecisos — informações que confere com outras tantas de primos, tios e moradores do lugar”,³³⁶ a passagem de frei Veloso pelo Mendanha que, como destacamos no capítulo anterior, teria inspirado o menino Francisco a fazer suas primeiras experimentações na coleta de borboletas — folguedo pueril inscrito como ato precursor de uma trajetória dedicada à ciência.

Zona onde também há espaço para os dissabores, cuja lembrança muitas vezes emerge no meio de uma pesquisa. “Em meio às anotações dos ‘Estudos Botânicos’ lançara Freire Alemão em 24 de outubro daquele ano [1855] esta frase:

³³³ GAY, Peter. *A experiência burguesa...* Op. cit., p. 321-323.

³³⁴ DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 45, 46 e 103.

³³⁵ DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*: catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 24.

³³⁶ DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”... Op. cit., p. 12.

‘Faço este esboço estando com minha Virgínia à morte’”. Virgínia é provavelmente uma filha de criação do botânico, que viria a falecer em dezembro do mesmo ano. As cartas trocadas entre familiares nesse período dão conta de seu pungente sofrimento, manifestado “pelo coração oprimido de dor”, “lavado em lágrimas”, “passado de aflições” diante da morte precoce da jovem. Em outra nota botânica sobre uma rubiácea, de 4 de janeiro de 1856, Freire Alemão confessa ter colhido um exemplar ainda com “o coração envolto em tristeza e os olhos rasos de lágrimas”.³³⁷ A história da vida e a história das plantas encontram-se amalgamadas em seus escritos.

Fazendo de suas observações um novo hábito, incorporando essa atividade à própria vida, fez Freire Alemão de seus rascunhos uma espécie de diário botânico e, por senti-los realmente parte de sua existência, por eles derrama as ondas de calor e afeição de que não escapa uma página sequer. A planta estava no centro de seu interesse, era o objeto permanente de sua contemplação. Por confundir-se assim com sua própria vida, passou também a constituir elemento de interesse e curiosidade de todo o círculo doméstico.³³⁸

Depreende-se aí um trabalho minucioso e disciplinado de construção da individualidade pela escrita, eivando de um investimento emocional seus estudos da natureza. Para um filósofo como Maine de Biran (1766-1824), adepto da introspecção como forma de alcançar a consciência de si, independente do exterior bem como de estados físicos ou psíquicos, a manutenção do diário “[...] responde à ambição de apoiar a ciência do homem na observação e captar, para tanto, as relações que se estabelecem entre o físico e o moral”.³³⁹ O hábito de fazer indagações, a anotação sistemática de fatos curiosos, o interesse pelos mais diversos assuntos seriam essenciais para que, anos depois, o diário redigido durante a Comissão Científica de Exploração tivesse a fluidez e a clareza de uma narrativa, mesmo não tendo passado por revisões e acréscimos no retorno ao Rio de Janeiro. Mais do que isso: uma escrita que desvela “[...] a íntima conexão existente entre a viagem geográfica, a viagem narrativa e a vivência da viagem como experiência íntima e confessional”.³⁴⁰ Deitar no papel essas memórias capitalizadas é, antes de tudo, uma forma de criar uma história para si, impondo determinados ritmos e sentidos a essa crônica dos dias. “Ao inscrever o presente entre o

³³⁷ DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”... *Op. cit.*, p. 24.

³³⁸ DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”... *Op. cit.*, p. 17.

³³⁹ BIRAN apud CORBIN, Alain. “Bastidores: o segredo do indivíduo”... *Op. cit.*, p. 456.

³⁴⁰ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. *A sensualidade como caminho...* *Op. cit.*, p. 136.

passado e o futuro, ela [a escrita] estrutura a vida. O presente é o que menos aparece, transformando-se imediatamente em passado e objeto de referência”.³⁴¹

Esse trabalho foi especialmente importante nos últimos anos de vida do botânico e apesar das sequelas do derrame, que o puseram, segundo descreve em carta ao botânico Henri Baillon, “em miserável estado, e muito surdo, muito esquecido, com a cabeça perdida, mal posso escrever em francês”.³⁴² O IHGB, a partir de sugestão de Januário da Cunha Barbosa, aprovada em 1841, passou a exigir que seus sócios redigissem autobiografias,³⁴³ o que deve ter levado Freire Alemão a escrever, já nos últimos meses de vida, a “Notícia sobre minha vida” e os “Apontamentos biográficos”.³⁴⁴ Afinal, não se tratava de uma vida qualquer.

Muito pode ter se congratulado o botânico por ter, ao longo da vida, formado esses repositórios de lembrança, pequenos registros do tempo que passa, que certamente agora o auxiliariam na criação de uma história maior, sua história de vida, garantindo que sua passagem pela Terra não passasse em branco. Para um naturalista desse período, membro de importantes sociedades científicas, era imperioso legar para a posteridade essa trajetória definitiva, traçando-lhe os nexos, fincando sentidos no fragmentado, as causas e consequências, os valores do caráter contra as circunstâncias do mundo. E, sobretudo, demarca o direito que cada homem deve ter sobre si próprio, somado à esperança de não ser esquecido.

É curioso perceber como esses novos valores da sociedade burguesa também perpassam um tipo de escrita muito próximo dos gêneros de contabilidade emocional já citados: os relatos biográficos sobre Freire Alemão, redigidos após sua morte. Quando a vida biológica chega a termo, a biografia torna-se não apenas mais uma forma de capitalização da lembrança, como também instrumento de elaboração de trajetórias exemplares — e, no Brasil, de criação dos necessários vultos nacionais. Destaco aqui quatro relatos escritos após a morte do botânico: o necrológio redigido por

³⁴¹ MARTIN-FUGIER, Anne. “Os ritos da vida privada burguesa”. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 195.

³⁴² DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”... Op. cit., p. 35.

³⁴³ PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2ª edição, São Paulo: Annablume, 2011, p. 66.

³⁴⁴ Segundo informação da historiadora Aline Machado Alonso, a quem encomendei a transcrição de alguns documentos da Coleção Freire Alemão, a versão mais completa do “Notícia sobre minha Vida” chega até a parte em que o botânico ingressa no Seminário, versão que se alinha a de seus biógrafos. Tanto o “Notícia sobre minha Vida” como os “Apontamentos Biográficos” encontram-se com vários trechos ilegíveis e parágrafos danificados, o que impediu seu uso no presente trabalho.

Joaquim Manuel de Macêdo³⁴⁵ para a *Revista do IHGB* (em que Freire Alemão figura na lista de sócios do Instituto falecidos no ano de 1874), “A vida e a morte do Exm. Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão”, de Alexandre José de Melo Moraes (1874), a já citada “Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão”, de José Saldanha da Gama (1875) e “Freire Alemão, o botânico”, de João Francisco de Souza (1948).

Com exceção de João Francisco de Souza, os demais autores eram contemporâneos do biografado. Joaquim Manuel de Macedo foi aluno de Freire Alemão na Faculdade de Medicina e na Escola Central, tendo depois reencontrado o mestre nas sessões do IHGB. Já foi dito que Saldanha da Gama era seu assistente na Escola Central, e Melo Moraes, a despeito das opiniões do botânico sobre sua *Corografia Histórica*,³⁴⁶ diz, em vários momentos de sua obra, ter privado de sua amizade e travado conversações com o sábio do Mendanha para traçar-lhe o perfil. Tal conhecimento denota, por parte desses autores, uma chancela de autoridade e, sobretudo, de autenticidade para seus escritos, baseados não só nos escritos do botânico como também nas informações autobiográficas por ele legadas. João Francisco de Souza, escrevendo por ocasião do sesquicentenário de nascimento de Freire Alemão, dá a entender, em vários trechos, compensar a falta de conhecimento pessoal do biografado com pesquisa bibliográfica, na qual elege a “versão verdadeira” quando há divergências de um autor para o outro — não sem um travo de ironia:

Quando se divulgou, em Campo Grande, a notícia de seu falecimento, escreveu a mão amiga de Melo Moraes, correram todos ao pequenino sítio, para lhe prestar os últimos ofícios de gratidão e respeito, acompanhando, em numeroso préstito, o féretro do grande sábio brasileiro...

³⁴⁵ Joaquim Manuel de Macedo (1820-1882). Médico, jornalista e professor do Colégio Pedro II, é conhecido como um dos grandes nomes do Romantismo brasileiro, com destaque para a obra *A Moreninha* (1844). Sua obra inclui também peças teatrais, biografias, crônicas, poesias, além de estudos em geografia, história e medicina. Foi membro do IHGB desde 1845, tendo sido sócio-fundador, secretário e orador do Instituto.

³⁴⁶ Em Fortaleza, Freire Alemão registra em seu diário a leitura da *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil*, obra que considera “escrita sem método, e com pouco critério”. ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 466. Dias depois, transcreve do segundo tomo da obra críticas à Comissão Científica, ao que acrescenta o seguinte comentário: “Não sei se esta tirada é do próprio Sr. Mello Moraes; parece-me de Ângelo Germon, porquanto a sua obra é um conjunto informe de tudo quanto ele achou [riscada uma palavra] ou pode achar [riscada uma palavra] escrito sobre o Brasil, e que todavia tem sua utilidade”. ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 472.

Como é triste dizê-lo! Mas, em realidade, com tais palavras, o velho historiador, apenas procurava, na fantasia, um lenitivo para o amargurado golpe que acabara de sofrer.

Não se esquivou à crua verdade José Saldanha da Gama. Ele, sim, correria ao Mendanha para acompanhar à derradeira morada os restos venerandos de seu querido mestre e amigo. E o que nos diz Saldanha?

Indiferentes se mostravam os coveiros no exercício do quotidiano dever. Tiraram de um carro de bois um humilde caixão, para deitá-lo sob as pesadas camadas de terra. Era um pobre como outro qualquer, chamado ao sono eterno, sem aparato, sem galas, sem a trombeta da apoteose para proclamar a sua fama...³⁴⁷

É salutar observar nessas obras, mesmo considerando que elas tratam de uma mesma trajetória de vida, como certos procedimentos e expressões se repetem na construção da trama biográfica: introduzem seus textos com a queixa lamentosa do pouco apreço das gentes em relação às nossas glórias científicas, já que “[...] no Brasil, atualmente, as letras pouco sirvam, e o merecimento científico ou literário não tenha importância social”.³⁴⁸ Descrevem o lugar onde o botânico nascera — esse “berço melancólico da solidão e da penúria”³⁴⁹ — e os corriqueiros fatos da infância e adolescência com laivos de predestinação, num contato tão íntimo do menino com a natureza que nenhum outro destino lhe seria possível.

Daí seguem a descrever os esforços e os lances de circunstância que o ajudaram a concluir os estudos, valendo-se de um espírito ecônomo e austero, porém fiel a seus princípios e inclinações de caráter (como quando abandona o seminário por não poder atender a demanda de fazer os votos).

Francisco Freire Alemão foi em Paris, o que fora no Rio de Janeiro, feliz ignorante dos gozos materiais, de suaves distrações, de enleios da imaginação e de festas deslumbradoras: Em Paris frequentou aulas, ouviu lições de sábios, visitou museus e jardins científicos; com o seu honroso título de doutor em medicina, voltou para o Brasil sem conhecer nem ter visto Paris em seus teatros, em seus bailes, em seus fervores de lícitos prazeres, e menos por certo em seus abismos cobertos de flores, em seus infernos com aparências de paraísos, Paris no seu horror, que é para muitos Paris encanto. Freire Alemão levava dois talismãs, um no amor ou antes na paixão do estudo, outro na pureza de seus costumes, a que nunca mentiu.³⁵⁰

³⁴⁷ SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948, p. 169-170.

³⁴⁸ MORAIS, Alexandre José de Mello. *A vida e a morte do Exm. Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino F. do Espírito Santo, 1874, p. 3-4.

³⁴⁹ MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso do orador o sr. Joaquim Manuel de Macedo. *Revista do IHGB*, tomo 37 (parte segunda), 1874, p. 493.

³⁵⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso do orador... Op. cit., p. 497.

Continuam então na descrição das conquistas profissionais, dos esforços para executar e publicar seus estudos botânicos, do apreço e admiração da comunidade científica internacional por suas descobertas. É descrito como homem discreto, virtuoso e profundamente ligado à família; solícito e sincero para socorrer os amigos, digno e estoico mesmo quando envolvido por injustiças de maledicentes.

Chega então para ele a fase das decepções: os anos de estudo e dedicação só lhe valeram minguados ordenados, vivendo como homem pobre; sua tentativa de estabelecer sociedades científicas não tem sucesso; e a Comissão Científica que poderia lhe granjear o lugar de protagonismo para si e para a nação brasileira é acusada de inútil e dispendiosa, sem que se consiga sequer publicar todas as descrições de plantas ali colhidas. A morte de Freirinho, seu herdeiro intelectual, e o agravamento de seu estado de saúde são o golpe final contra os sonhos e as expectativas de reconhecimento e glória para seu país. Tratam sem aprofundamento (e mais como dado curioso) o casamento tardio com a jovem sobrinha, Maria Angélica, e descrevem seus últimos anos de vida como tristes e melancólicos.

Esse tipo de escrita de si, com suas tópicas de desbravamento, sacrifício e o caráter quase missionário do fazer científico, guarda paralelos com escritos de outros viajantes naturalistas, encontrado principalmente nos prefácios e advertências dessas obras, em que as condições de coleta e escrita são minuciosamente descritas como forma de garantir a confiabilidade desses relatos para seus leitores. Isso mesmo entre os que poderíamos chamar de viajantes naturalistas “bem-sucedidos” — nesse caso, os que conseguiram retornar para sua terra natal com sequelas toleráveis, obter reconhecimento (material ou honorífico) dos governos de seus países e publicar os resultados de suas pesquisas.

Amílcar Torrão Filho discorre sobre uma série de cartas de Auguste de Saint-Hilaire para o governo francês, em que discute o trabalho do viajante naturalista com o fito de pleitear uma pensão pelos serviços prestados durante sua permanência no Brasil. Destaca o ineditismo do seu trabalho (feito à custa de perigos e privações), a utilidade desses conhecimentos para as artes e o comércio, o fato de extrapolar seu trabalho botânico ao recolher exemplares de aves, pássaros e quadrúpedes e, por fim, o

sacrifício de abandonar “a outras mãos os materiais imensos destinados a minha principal obra, a *Flora Brasiliae Meridionalis*”.³⁵¹

O zelo, o devotamento, e os sacrifícios de sua vida de cientista são destacados no pedido de sua pensão, deixando claro o caráter desinteressado e filantrópico das viagens dos naturalistas, uma missão à qual se incumbe de aumentar os conhecimentos e a civilização por meio das riquezas naturais. Em todas as cartas às autoridades, Saint-Hilaire ressalta além dos sacrifícios imensos e a dedicação à botânica, o caráter de protetor da ciência que tinha o Rei e seus Ministros, que sempre encorajaram as ciências e protegeram os que a cultivam, colocando-se como um servidor do Reino e representante da civilização francesa nas terras tropicais do Brasil.³⁵²

A despeito de esses naturalistas pleitearem para seus relatos um caráter de objetividade em relação ao que foi visto e vivido, dizendo tentar precaverem-se no momento da escrita de reflexões pessoais, estes negociam constantemente com a subjetividade e as qualidades individuais na execução e justificação de seus feitos. Nesse sentido, essas narrativas são relevantes não apenas por destacar fórmulas padronizadas e estratégias de escrita mobilizadas na construção de trajetórias de vida e de trabalho exemplares. Seu valor é ainda maior quando procuramos entrever o que esses relatos *não dizem*. Afinal, é nas tramas mais bem arranjadas, exatamente por essa ânsia de tudo enquadrar, que podemos ver melhor as fissuras e contradições do discurso — algo que vai muito além de reduzir a questão a atributos de falso ou verdadeiro.

Ao destacar o espírito abnegado e de hábitos simples, a opção pela ciência como esposa dileta a quem se dedica de corpo e alma, ou mesmo aquele último grande episódio — “O casamento de um velho mais que sexagenário com uma noiva juvenil [que] é quase sempre ridículo; neste caso porém é comovente e enlevador”³⁵³ — que, com esforço, procuram encaixar nessa narrativa como forma de “honorificar a convivência” de um moribundo com sua enfermeira, entende-se que tais procedimentos procurem, não somente, retirar Freire Alemão dessa zona ambígua da vida burguesa, que relega à suspeição e à vigilância moral solteiros e solitários, para quem as regras e mesmo o direito à vida privada são incertos. No histórico de condução das instituições científicas herdadas do Setecentos, disputas e controvérsias nunca cessaram, mesmo sob

³⁵¹ SAINT-HILAIRE apud TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 92.

³⁵² TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008, p. 92.

³⁵³ MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso do orador... Op. cit., p. 499.

uma capa a ocultar rivalidades e conflitos quando, em 1699, a publicação de contribuições sob o nome do autor deixou de ser proibida. Num meio em que, nas palavras de um Cordorcet, “a glória é o principal objetivo; a descoberta da verdade é apenas o segundo”.

Fino conhecedor de seus colegas, pois durante vinte anos redigira elogios *post mortem*, Condorcet sabia muito bem que a neutralidade e a ausência de paixões raramente são atributos dos homens, ainda que filósofos ou eruditos, e que era com mais frequência a suas fraquezas que se devia “tudo que fora feito de útil aos homens”.³⁵⁴

Descortinado o enlevo adocicado com que Freire Alemão e seus biógrafos elaboraram seus sentidos de vida, vemos um homem engajado em diversos mundos masculinos onde comumente esses solitários eram enquadrados: o seminário episcopal, a universidade, as sociedades científicas, debitários em muitos aspectos da tradição dos séculos XVII e XVIII. Lugares que, agora sob o patrocínio e controle do Estado imperial brasileiro, suscitam determinados valores e sensibilidades, como o apelo constante ao *esprit de corps* e ao nacionalismo científico.

Consideram-se ao mesmo tempo “homens do mundo” e de acordo com o modelo do “sábio antigo”. De extraordinária polidez, têm aversão aos insultos e às disputas por demais ruidosas que caracterizam os espíritos acanhados. Quaisquer que sejam as controvérsias, legítimas entre eruditos, elas devem permanecer internas na instituição e manter o tom de decoro, especialmente em relação aos mais antigos.³⁵⁵

Mesmo sem desprezar as mulheres nem as mundanidades, havia entre os eruditos do Setecentos a ideia de que o casamento era um ridículo imperdoável, reivindicando para si um certo ascetismo. Entendiam haver uma incompatibilidade entre as contingências da vida familiar e a vocação científica, em especial se considerarmos as rendas modestas desses ilustrados. O próprio Charles Darwin, num documento cuja data é inferida de julho de 1838 (portanto cinco meses antes de seu casamento com sua prima, Emma Wedgwood), formula uma lista de prós e contras do casamento intitulado *This is the Question*,³⁵⁶ inquirindo-se de que forma e até que ponto a presença de uma

³⁵⁴ BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais*, v. 1: desejo de glória (1735-1751). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 14.

³⁵⁵ BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais*, v. 1... Op. cit., p. 27.

³⁵⁶ Tanto o manuscrito quanto sua respectiva transcrição podem ser acessados em <<http://darwin-online.org.uk/content/frameset?viewtype=side&itemID=CUL-DAR210.8.2&pageseq=1>>. Acesso em: 23

esposa e filhos, que seriam seus dependentes, poderia lhe proporcionar uma vida agradável (“Imagine viver uma vida sozinho em uma casa em Londres”) ou ser fonte de mais trabalho e obrigações desagradáveis (como “A escolha da sociedade (clube) que você gosta” ou não ter que “visitar a família ou se preocupar com ninharias”).

No século XIX, a força normativa do modelo familiar não foi suficiente para debelar o número considerável de solteiros e solitários, temporários ou permanentes, por escolha ou necessidade, que viveram naquele período.³⁵⁷ Mas, mesmo com toda permissividade que uma visão simplista da era vitoriana possa nos oferecer em relação aos homens, o fato é que a realização no mundo ideal burguês se dá a partir “[...] da procriação dos filhos legítimos, da sedentarização e construção da família e acumulação paulatina de um patrimônio baseado no trabalho sistemático”.³⁵⁸ Já na sociedade burguesa, havia o temor de que o celibato fosse apenas aparente, mascarando perversões, onanismo e outras formas de sexualidade desviante. Ou simplesmente resultado da falta de meios materiais para prover uma família, se o botânico pretendesse desposar uma moça da Corte. É o que parece mais provável no caso de Freire Alemão. Quando passou no concurso para a Academia de Medicina (seu primeiro emprego fixo, por meio do qual conseguiu alçar à classe média carioca) já contava o botânico 36 anos, com proventos de um conto e duzentos mil réis anuais. A ausência de suporte financeiro familiar impediu que ele vivesse a juventude como “um tempo pleno, valorizado, período de liberdade e aprendizagem, e [onde] o casamento significa apenas se assentar, e pode até ser o ‘fim’”,³⁵⁹ ao mesmo tempo em que lhe restringiu a possibilidade de constituir família na mesma época de seus contemporâneos.

Poder-se-ia considerar exagerada a afirmação de seus biógrafos de que o botânico vivia na penúria, diante dos diversos cargos que exerceu e da fama que amejou, mas a documentação nos conduz a outro sentido. Em carta datada de 1º de maio de 1872, Saldanha da Gama relata ao cunhado, o médico Ramiz Galvão, uma visita de dois dias que fizera ao Mendanha, a convite do mestre Freire Alemão. Lamenta que os estudos botânicos, desenhos e outros trabalhos avulsos constituirão “o único patrimônio acumulado por esforço de meio século de um trabalhar sem descanso, única

mar.2015

³⁵⁷ PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 287.

³⁵⁸ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. “A sensualidade como...”. Op. cit., p. 144.

³⁵⁹ PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários, Op. cit., p. 293.

herança a legar à sua família na falta de outros tesouros que reunidos àquela deveriam confortá-lo no último quartel de uma gloriosa existência!”.³⁶⁰

O pupilo revolta-se com o fato de o mestre receber 180 mil réis mensais, sendo 100 mil réis como lente jubilado da Escola de Medicina e 80 mil réis como diretor do Museu Imperial, cargo que Darcy Damasceno vê como prêmio de consolação, depois que lhe foi negado o pedido de acréscimo dos anos que trabalhou na Escola Central a seu tempo de serviço, o que melhoraria seus proventos como lente jubilado.³⁶¹ Em seus documentos biográficos, também encontramos outro sinal de revés em sua vida financeira: uma petição de seu advogado para cobrar a devolução de 500 mil réis, referente a um título que Freire Alemão mantinha na Sociedade Mercantil Bancária Pinto, Mello e Cia., que estava falida. Ao documento foi ajuntada uma resposta escrita à mão, sem indicação de autoria, dizendo: “O supracitado não é credor, porém sócio comanditário da firma falida de Pinto, Mello e Cia., e como tal haverá no final da liquidação a parte que lhe tocar, *se houverem sobrado*” (grifo meu).³⁶²

Após sua morte, caberia à viúva, já na segunda metade do XIX, uma pensão anual no valor de um conto de réis³⁶³ (algo em torno de 83 mil réis mensais) — valor menor do que o provento com que iniciara a carreira, em 1833, numa única instituição. Além disso, não seria difícil supor que, durante a vida, sendo solteiro e com colocação definida, tenha servido de arrimo de família para a tia Antônia, para os irmãos e suas respectivas famílias, que permaneceram como lavradores no Mendanha. Melo Moraes e João Francisco de Souza, à falta de dados mais concretos, levantam a hipótese de que Maria Angélica fosse irmã de Manoel Freire Alemão, o Freirinho, filhos de um irmão mais moço e menos favorecido que viviam sob a proteção da tia Antônia e do botânico. Já o *Diccionario Bibliographico Brasileiro*, de Augusto Vitorino Sacramento Blake,

³⁶⁰ “Carta de José Saldanha da Gama a seu cunhado Benjamin Franklin de Ramiz Galvão: sobre visita ao retiro do sábio Freire Alemão, no Mendanha, admiração pelos seus trabalhos e indignação pelo pouco que lhe toca como aposentado; convida e aceita convite para excursões botânicas com Glaziou”. Arquivo do IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 712, pasta 9.

³⁶¹ “Rascunhos do requerimento em que Freire Alemão pleiteava fossem acrescentados ao tempo de serviço que tivera na Escola de Medicina os anos que já trabalhara na Escola Central, a fim de conseguir melhoria nos seus vencimentos de lente jubilado”. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Freire Alemão, I-28, 5, 73.

³⁶² “Petição de Francisco Teixeira de Sousa Alves Júnior, advogado de Francisco Freire Alemão, a fim de que fossem ouvidos os administradores de uma casa bancária falida a respeito de uma dívida de que julgava credor o seu constituinte. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1876”. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Freire Alemão, I-28, 5, 85, nº 1 e 2.

³⁶³ “Notícias: pensões”. *A Nação: jornal político, commercial e literário*. Ano IV, n. 259, 29 de novembro de 1875, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

coloca Manoel Freire Alemão como irmão de Francisco Freire Alemão,³⁶⁴ sendo que diversas biografias, publicações e correspondências tratam-no como sobrinho, inclusive chamando-o de Dr. Freire Alemão Sobrinho, para evitar confusões relativas à autoria de publicações. Na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, o dr. Pinheiro Guimarães coloca como pais do colega recém-falecido Manoel Freire Alemão e Joaquina Rosa Freire de Castilho.³⁶⁵ Em matéria anterior, na mesma *Gazeta Médica*, o texto faz referência às qualidades profissionais e pessoais de Freire Sobrinho, destacando-o como “um filho exemplar, um irmão extremoso, que no meio de todos os seus estudos, não se tinha esquecido de preparar um auxílio para sua irmã, que a pusesse ao abrigo dos caprichos da sorte”³⁶⁶ — mas não há base para dizer que essa irmã seria Maria Angélica.

“Mais tarde, com a morte de D. Antônia, e do dr. Manoel Cisneiro, em 1863, surgiu a idéia do casamento para ‘honorificar a convivência’, como escrevera Manoel de Macedo”.³⁶⁷ Por melhores que fossem as motivações, muitos poderiam torcer o nariz para aquele solteirão com inusitada prole: a já citada Virgínia, adotada em circunstâncias obscuras, Maria Angélica, Freirinho (a quem provavelmente financiou os estudos) e Tito, adotado após o casamento.

Claro está que, no caso do Brasil, largos estratos das populações mantinham-se às margens da moralidade burguesa, própria às classes médias europeias e norte-americanas. Da mesma forma, os solteirões e celibatários ainda podiam encontrar, na sociedade brasileira do século XIX, marcada pelo vinco do tradicionalismo, estratégias familiares de integração e aceitação à parentela dos solitários. No entanto, a aceitação dos solteirões pelas famílias das elites condicionava a sua permanência em espaços bem restritos — às mulheres, cabia o papel de beata ou de solteirona, ressequida pela ausência da prole, e aos homens, o papel de tio rico, para o qual os sobrinhos lançavam olhares cobiçosos. E, no entanto, o mundo dos celibatários, aqui ou nas sociedades europeias era, sim, um espaço de restrição. Constrangimentos sociais impostos que se desfaziam na viagem — espaço de uma individualidade excluída.³⁶⁸

³⁶⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em < <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295760#page/3/mode/1up>>. Acesso em: 03 maio 2016.

³⁶⁵ GUIMARÃES, Pinheiro. “Breve notícia sobre o Dr. Manoel Freire Allemão de Cisneiros”. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n. 13, edição de 1º de julho de 1863, p. 153-154. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/809411/317>>. Acesso em: 02 fev.2017.

³⁶⁶ “Chronica Médica”. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n. 11, edição de 1º de junho de 1863, p. 12. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/809411/291>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

³⁶⁷ SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico...* Op. cit., p. 144.

³⁶⁸ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. “A sensualidade como...”. Op. cit., p. 144.

Mais estranho ainda deveria parecer (ainda que comumente expressa à boca miúda) essa ambição de engrandecimento por meio do estudo de... plantas! — numa sociedade burguesa ainda com fortes vínculos com a tradição lusitana, que valoriza a figura do político, do proprietário de terras e do magistrado. Mesmo tendo em boa conta o serviço público, Freire Alemão nunca pertenceu aos altos escalões. O ensino era um tipo de carreira que estava longe de assegurar ascendência social ou a aquisição de uma grande fortuna. A liberdade de circulação e a possibilidade de se dedicar várias horas do dia aos estudos assustavam os médicos, que recomendavam a moderação nos trabalhos e nas ambições. Talvez houvesse em Freire Alemão “a busca da estima pública, testemunhada pela idéia fixa da condecoração, [que] sobrepõe-se com frequência à da riqueza”. Se para um novo rico a mobilidade social não é apenas uma simples questão de fortuna, o que dizer da aceitação de um filho de lavradores no seio da boa sociedade, ainda que letrado?³⁶⁹

As viagens, sobretudo, lançam grandes desconfiâncias quando empreendidas por um homem solteiro (ainda que em missão científica oficial), diante do trânsito livre pelos sertões, da incorporação da experiência de outras culturas e dos costumes mais frouxos de sociedades primitivas ou vistas como menos cultivadas. Os espaços sociais de exclusão diluíam-se fatalmente nos territórios coloniais, nas zonas de expansão imperialista, nas selvas e nos sertões.

Se a viagem permite a quebra das barreiras sociais, dos papéis sociais restritos, é porque remete a um lugar no qual se concebe a existência do diferente e das normas dos contrários. Pois a natureza selvagem e indevassada é um deserto, um espaço vazio que o explorador preenche com os significados dos seus desejos.³⁷⁰

Por mais que determinadas memórias *do* e *sobre* o botânico dessem conta de um caráter venturoso, de uma carreira extraordinária, de um reconhecimento por vezes obscurecido pelo pouco apreço às ciências no Brasil, a própria necessidade de destacar esse esquecimento e essa ingratidão das gerações póstumas denota essa zona nebulosa em que os viajantes se inscreviam socialmente. Imbuídas de um sentido de confiabilidade e precisão, ainda que refém do filtro da subjetividade comum aos romances, a narrativa biográfica, bem como o diário de viagem legado por Freire

³⁶⁹ CORBIN, Alain. “Bastidores: o segredo do indivíduo”... Op. cit., p. 461.

³⁷⁰ MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. “A sensualidade como...” Op. cit., p. 144.

Alemão, constituem também vestígios de um processo de legitimação tanto do fazer científico quanto daqueles que se colocavam em exploração do interior.

2.3 Dizer do outro, dizer de mim: trânsitos e pressupostos na escrita do diário de viagem

A despeito dos episódios de “inversão do olhar” que tanto desconcertavam nosso diarista, a observação dos usos e costumes mais íntimos dos locais era uma temática constante no diário de viagem. Não havia hotéis ou hospedarias nos sertões — quando muito, ofertava-se a Casa de Câmara ou uma eventual habitação vazia para abrigar os comissionados, como ocorreu no Crato. O mais corriqueiro, principalmente no percurso entre uma vila e outra, era o comboio se *arranchar* num alpendre, quartinho ou casa de farinha, nas casas pobres e fazendas que encontravam pelo caminho. Esse simples pedido de abrigo ensejava ao botânico a chance de divisar certas peculiaridades da fala local e, por conseguinte, de toda uma cultura sensível. Após utilizar 36 vezes, ao longo do diário, a palavra *pouso* (usual no sul do país) para designar uma casa ou lugar onde o comboio encontrou guarida, Freire Alemão faz uma pausa na narrativa da chegada em Umari para esclarecer um desentendimento que, certamente, ocorreu diversas vezes ao utilizar essa palavra:

A respeito de pouso devo dizer que muitas vezes me via embaraçado quando chegávamos a uma casa e pedia pousada; o dono da casa ficava *abestado* sem me entender: é que aqui o modo de pedir pousada é um *descanso*, quando é por algumas horas, *uma dormida* ou *para passar a noite*, quando se quer dormir; é a resposta do dono da casa: “É, Vossa Mercê *pode arranchar-se*”. Não se conhece a palavra *pouso*, ou *pousada*.³⁷¹

A explicação dos termos deslindava a prática, difundida desde o período colonial, de não se recusar abrigo aos viajantes, dada a precariedade dos caminhos e a dispersão de moradias nos sertões. Um “[...] exercício de hospitalidade [que] constituía menos demonstração de afabilidade que necessidade cotidiana a que se viam obrigados todos os habitantes da área rural”,³⁷² o que permite pensar que tais relações, ainda que necessárias pela forma de ocupação da terra, eram marcadas pela desconfiança. Tanto assim que, observa o botânico, enquanto os da terra francamente ofereciam água,

³⁷¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 265.

³⁷² SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Nota Explicativa*. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 29.

alpendre e até a própria rede para o recém-chegado — “Entrando-se na casa dum pobre, ele levanta-se de sua rede e a oferece a quem chega”³⁷³ —, criavam, por sua vez, toda sorte de dificuldade quando o assunto era comida. Freire Alemão lembra que, no pouso Carrapicho, perguntou à hospedeira, uma mulher cabra, se não tinha leite, ou ovos, por estar em jejum; respondeu-lhe que nada havia em casa. Mas, ao oferecer aos filhos da mulher pão, queijo e goiabada que trazia, “veio de dentro um filhinho trazendo no prato em que levou o doce uns poucos de ovos!”³⁷⁴

Nesse sentido, ele questiona o comentário de um certo Dr. Ildefonso, provavelmente um homem grando da terra, que lhe dissera que os vaqueiros podiam tomar por ofensa o oferecimento de dinheiro pelo leite, sendo que, na povoação de Tropas, Freire Alemão não apenas pagou pelo leite como ofereceu moedas para as filhas do vaqueiro (o que pode denotar que a tal oferta não foi feita sem algum contragosto). Não se sabe se a fala desse Dr. Ildefonso é dirigida por uma visão idealizada do homem pobre — prestativo por inclinação natural, tão pródiga para os “de cima” — ou se havia uma diferença no trato com os potentados locais e a “gente de fora”, europeus a excursionar pelo Brasil-Ceará.

O fato de colocar empecilhos mesmo para vender gêneros alimentícios aos transeuntes ocasionais, alegando não dispor do que vender, pode advir da pouca utilidade do dinheiro em locais mais isolados e da própria escassez de víveres, uma vez que um regalo comum dado por pessoas de posse dos sertões eram frutas e doces, como registra o próprio Freire Alemão. Também denota que a transação prevalente, nessas regiões, seria a troca, o escambo, já que, mais de uma vez, o botânico relata o “aparecimento” de ovos, galinhas, café e frutas depois que os científicos ofereciam ao hospedeiro algum alimento de sua matalotagem. “O nosso Lagos irritava-se com isto e maldizia de tudo; mas se este é o costume da terra”³⁷⁵.

Freire Alemão não deixa de registrar movimentos de uma gente obsequiadeira, que não cansa de fazer presentes e agrados. Em Pacatuba, recebe de D. Maria Teófila um prato de arroz de leite, uma compoteira de doce, uma porção de linguças feitas em casa, laranjas de umbigo e limas, “tudo enfeitado com papel picado, e boa porção de flores. Sobre o prato de arroz se via um folhado em desenho e no meio

³⁷³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 197.

³⁷⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 241.

³⁷⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 241.

a palavra ‘amizade’, duas vezes em letra redonda, feito com canela em pó”.³⁷⁶ Na capital e regiões próximas, percebe-se maior disponibilidade de alimentos e doces mais refinados para a terra. Além das bandejas de frutas, aparecem compoteiras, queijo, canjica, capões, galinha assada, pão de ló e até um bolo inglês. Desagradam-lhe, por seu turno, certos estratagemas utilizados pelos miseráveis das vilas para conseguir dinheiro.

Uma das coisas que mais aqui nos atormentam é a quantidade de pobres, de órfãos, de aleijados, de cegos, de presos da cadeia, que nos vêm pedir esmolas, de joelho e chorando. É uma miséria terrível e nós não podemos satisfazer a todos e nos achamos em grande embarço. Eles supõem que seremos muito ricos e que podemos fartar a todos. O que fazer? Como resistir a tanta desgraça? Uma maneira que eles têm de levar-nos dinheiro é singular: trazem-nos um presente (são ovos, mangas, animais, galinhas etc. etc.) e é claro que a esmola deve ser superior ao valor do presente. O que fazemos é dar-lhes alguns cobres e restituir-lhes o presente, com um presente que lhes fazemos. Não é um modo engenhoso de obter dinheiro? Às vezes nos vemos tão aborrecidos, que tomamos o presente e o restituímos no mesmo momento sem lhes dar nada, com o que não vão contentes.³⁷⁷

O trato com a gente feminina, a que já fizemos breve referência anteriormente, também nos fornece pistas sobre a forma de sociabilidade local. Logo no início da viagem, ao chegar a uma palhoça junto ao córrego da Amarela, Freire Alemão a descreve como se estivesse desabitada, “[...] tudo silêncio, só as cabras davam sinal de vida no curral”. Mas à medida que o comboio se aproximava, percebia-se um leve burburinho e uma movimentação dentro da casa. Foi quando “nos aproximamos à parte de trás e chamamos; acudiram duas mulheres, mas não queriam chegar-se a nós e correram quando nos aproximávamos a elas”.³⁷⁸ Essa ausência era percebida algumas vezes mesmo em casa de gente grada, como numa vila importante como o Aracati, em que o botânico faz referência por três vezes à presença de “rótulos” nas casas térreas, por onde se podiam entrever algumas moças ao olhar a partir da rua principal.

Parece costumavam ir à missa de madrugada, segundo o que me disse em Pacatuba a senhora do Valentim. Mas hoje não há aqui senão um padre e este dá a missa na Matriz das nove às dez horas do dia, e poucas vão à missa, pois não as vejo passar pela rua [...].

³⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 510.

³⁷⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 162.

³⁷⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 48.

Tenho visto aqui um ou dois cabriolés e um carrinho de cabeça, ainda não vi cadeirinhas e não tenho visto senão uma senhora na rua com seu marido, ou parente.³⁷⁹

Somente nas “casas que dão o fundo para o campo, ficando-lhes de tarde o sol contrário, [as moças] saem pelos quintais e põem-se sumidas fora do portão, onde podem ser vistas”. A casa onde a Comissão se hospedou dava para alguns desses quintais, donde se viam “cinco ou seis bonitas moças, alvas, coradas, bem-feitas, de belos cabelos pretos, das feições não pude bem julgar, mesmo usando do óculo”.³⁸⁰ Tal proximidade gerou inclusive um incidente, quando um menino interpelou Lagos e Vila Real sobre as intenções destes para com a irmã, para quem faziam “gaiatices” da varandinha; o episódio foi registrado no diário num tom de preocupação no confronto com os costumes locais: “Aqui (como na capital) em se frequentando uma casa com moças, em se cortejando, as moças entendiam logo que é arranjo de casamento; já o mesmo Vila Real se achou [num] embaraço em Pacatuba, com uma das filhas de Manoel Valentim”.³⁸¹

Ao trazer esses pequenos indicadores, procuro destacar vivências *do e no* privado na província cearense, proporcionadas pelo convívio do nosso diarista com famílias de todos os estratos sociais e culturais, seja como hóspede, médico ou benfeitor a oferecer esmolas. Uma observação muitas vezes dificultada pela postura de reserva ou, em alguns momentos, de animosidade em relação àqueles homens de intenções desconhecidas e hábitos esdrúxulos. Por isso mesmo, é importante chamar a atenção para a forma como Freire Alemão, munido de um olhar treinado, consegue engendrar certas reflexões sobre a cultura, a forma de pensar, as relações interpessoais dos cearenses.

Um objeto, uma palavra ou um pormenor muitas vezes se convertem em chave de leitura para usos e costumes locais, como o fato de encontrar, mais de uma vez, mesas demasiadamente altas nas casas de fazenda. Em Córrego do Queijo, um moço chegou a justificar esse aparato porque, à falta de capelas, os padres que, de tempos em tempos, vinham para fazer a desobriga nas casas serviam-se das mesas de jantar como altar, e por isso as faziam com essa altura. Mas, após ter observado o jantar de oito trabalhadores na fazenda do Sr. Manoel Inácio de Sampaio, vem-lhe outra

³⁷⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 51.

³⁸⁰ Idem.

³⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 69-70.

hipótese: as mesas eram altas para que os trabalhadores comessem de pé diante dos donos da casa.³⁸² “De um pormenor em princípio irrelevante emerge o vislumbre da autoridade patriarcal disseminada nas mais diversas condutas e atividades do dia-a-dia, de tal maneira arraigada que mesmo durante a refeição demandava o gestual da submissão e do respeito”.³⁸³

Temos no diário de Freire Alemão um olhar arguto e aberto para experiências e práticas que outros, pela força do costume e da inserção no cotidiano, tenderiam a perceber de forma naturalizada, a enxergar tão somente o já sabido. Mas esse olhar exógeno não deixa de ter seus limites, uma vez que é informado por uma racionalidade alheia aos modos de vida daqueles que procura investigar. Por um lado, o dever de profissão e a formação desses naturalistas faziam com que tivessem uma percepção aguçada para tudo o que vissem, ouvissem ou experimentassem na vida cotidiana das populações visitadas, configurando-se assim numa fonte importante para depreender os costumes, as tensões e as vivências sociais na esfera pública e no domínio privado nos territórios explorados. “Como estranho ao grupo, [o viajante] observa padrões de comportamento e idéias que passam despercebidas ao habitante do país. [...] O óbvio, para o habitante, pressupõe no viajante um ato de espanto e interrogação”.³⁸⁴

Por outro lado, não se pode concluir que essas observações fossem neutras, como se quer fazer crer o discurso científico de então. Tais sociabilidades eram “percebidas e descritas mediante olhares comprometidos com a gramática comportamental burguesa que se constituiria ao longo do século XIX”.³⁸⁵ A percepção alargada pelas demandas da exploração de ambientes, costumes e gentes tão díspares do que esses naturalistas vivenciaram em seus locais de origem não deixou de ser filtrada por pressupostos que, não raro, balizavam o contato com o outro pelo viés da superioridade do observador. Nesse sentido, o diário de viagem de Freire Alemão, ao fornecer ao leitor determinadas visões sobre a natureza, a geografia e as populações das áreas exploradas pela Comissão Científica, nos faz voltar a atenção ao próprio autor do relato e seu lugar de fala, como num jogo de espelhos em que dizer *do outro* implica também dizer *de si*.

³⁸² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 261-262.

³⁸³ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo e. *Nota Explicativa...* Op. cit., p. 31.

³⁸⁴ LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 18.

³⁸⁵ MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo, Humanitas/FFLCH/USP, 2001, p. 29.

As observações de Freire Alemão sobre os usos e costumes locais, analisadas em conjunto, dão-nos o vislumbre de uma sociedade eminentemente rural e patriarcal, “apoiada na dominação patrimonial que se originava no poder doméstico organizado, cuja essência se baseava na submissão em virtude de uma devoção rigorosamente pessoal, representada por excelência pelo elemento masculino”.³⁸⁶ Para um naturalista a serviço do Império brasileiro e imbuído de uma concepção de nacionalidade que buscava legitimar o poder e a autoridade do soberano sobre todo o território brasileiro, observar a continuidade de formas de organização sociais, políticas e econômicas arraigadas à tradição colonial certamente suscitava grande inquietação. Fruto de três séculos da política portuguesa de colonização, que deixou a cargo da iniciativa individual dos colonos a tarefa de povoamento, essa sociedade, cujo núcleo era a família patriarcal, fechada em seus interesses locais e imediatos, configurava-se, no século XIX, como importante foco de resistência às políticas de reordenamento social empreendidas pelo Estado brasileiro.

A manutenção da hegemonia política do latifundiário dependia, então, da coesão de sua família. Ainda de acordo com os argumentos de Costa (1999), encontramos a especificação de alguns mecanismos que serviam a essa finalidade. O primeiro deles era o que o autor denominou de “autorreferência” e se manifestava na tendência em orientar a conduta dos membros da família exclusivamente em função dos interesses desta, o que representaria uma dificuldade para o Estado, na medida em que o sentimento familiar estava acima de todos os outros. O segundo mecanismo era a centralidade da figura do pai no governo da família, de quem os demais membros eram inteiramente dependentes, o que representaria outra dificuldade no caminho do poder estatal na assunção dessa tutela.

Como o poder, até o começo do século XIX, estava repartido na cartografia do país entre litoral e zona rural, sendo o primeiro o território político da administração, e o segundo, o domínio das famílias oligarcas, as tensões eram relativamente acomodadas ou se resolviam a partir do controle jurídico-punitivo da metrópole. No entanto, a partir do adensamento das cidades, as tensões ficaram mais evidentes.³⁸⁷

³⁸⁶ NADER, Maria Beatriz. *Composições familiares e gênero: a historiografia brasileira em foco*. Comunicação apresentada no XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, Grupo de Trabalho. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 9, 10 e 11 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/sessoes.html>>. Acesso em 21 out. 2014).

³⁸⁷ OLIVEIRA, Cristiane. Higiene Matrimonial, Sexualidade e Modos de Subjetivação no Brasil do Século XIX (1847-1870). *Revista EPOS*. Rio de Janeiro, Vol. 4, nº 2, jul-dez de 2013. Disponível em: <<http://revistaepos.org/?p=1031>>. Acesso em 21 out. 2014.

A preocupação com os costumes locais mais comezinhos também reflete as mudanças operadas no pensamento médico novecentista. No capítulo anterior, destacamos, na trajetória profissional de Francisco Freire Alemão, a política joanina de estabelecimento do ensino médico no Brasil, o que permitiu ao nosso diarista estabelecer-se como professor de Botânica na Faculdade de Medicina da Corte e médico do imperador Pedro II. Para além de uma preocupação com a saúde da população, o reconhecimento da demanda por médicos pelo poder real permite entrever o estabelecimento de uma nova forma de regular politicamente a vida social no Brasil. Interessava, então, implementar um espaço normalizado, ordenar a circulação de pessoas e bens e constituir uma população saudável e apta ao trabalho, solucionando os problemas sanitários e as epidemias que grassavam nas crescentes concentrações urbanas.

Nas décadas que se seguem, observa-se um esforço de institucionalização da classe médica formada a partir das políticas joaninas, mas que se opõe à tradição médica portuguesa, por meio das reformas empreendidas no currículo das academias médico-cirúrgicas do Rio de Janeiro e Salvador (convertidas em faculdades de medicina a partir de 1832) e das lutas por autonomia, tendo como uma das principais bandeiras o deslocamento da fiscalização e da concessão de títulos para o exercício profissional do Estado para as associações classistas. Numa relação marcada por tensões e solidariedades com o poder estatal e a família patriarcal, as corporações médicas procurarão se inserir nessas duas instâncias, numa ingerência em nome da saúde individual e da própria nação.

A inscrição do saber médico na formação discursiva do progresso nacional implicou mudanças em diferentes registros. Em primeiro lugar [...], houve uma transformação do saber médico, a partir da primeira metade do século XIX, que passava a se ocupar não apenas da saúde individual, mas sobretudo da saúde das populações. Além disso, houve uma sofisticação nas táticas de inserção em nichos políticos de interesse da corporação médica: mudando o objeto, a medicina assumiu-se como colaboradora do Estado e da família, desestabilizando seus poderes e oferecendo-se como mediadora dos conflitos. Desta forma, inflacionava-se paulatinamente o prestígio social e político do médico no Brasil. Mas isso não se fez senão por um conjunto complexo de correlações de força e por mecanismos intrincados de exercício de poder, que se exerciam entremeados por tensões internas e externas.³⁸⁸

³⁸⁸ OLIVEIRA, Cristiane. *Higiene Matrimonial...* Op. cit.

Se, por um lado, as corporações médicas instavam o Estado a proporcionar mais apoio e reconhecimento às suas demandas, há um progressivo alinhamento de interesses dessas duas instâncias, dirigido à necessidade de normalização do espaço citadino e da população por meio da difusão da medicina social. No vácuo de um efetivo controle metropolitano num território tão vasto quanto a *terra brasilis*, a iniciativa privada, representada pela instituição familiar latifundiária, estabeleceu, durante três séculos de colonização, a ordem social e econômica de acordo com suas conveniências. Assim, ao novo poder estatal interessava minar a “autorreferência” da estrutura social patriarcal e a disputa de poder político que prevalecia em muitas regiões do Império, por meio de uma maior intromissão estatal na regulação dos indivíduos, bem como de uma reestruturação dos próprios mecanismos de controle da ordem social. Aos médicos, caberia o papel de “agentes” dessa inserção num âmbito até então fechado, impermeável a intervenções externas, estabelecendo uma autoridade que prevalecesse até sobre a figura masculina do patriarca.

Como médico e membro das principais instituições médicas de seu tempo, que pretendiam dar a esses profissionais o *status* de classe com força política e poder de intervenção social, Freire Alemão certamente estava a par das teses então defendidas em prol da higienização da sociedade e na consolidação da família medicalizada. E como vassalo ilustrado do Império brasileiro, está imbuído de um sentido de nação único, ao qual as antigas oligarquias locais deveriam se submeter. Talvez por isso haja momentos em que a leitura do diário de Freire Alemão suscite no leitor menos um itinerário ou a sensação de um deslocamento pelo espaço, do que o caminhar por uma temporalidade outra, que se julgava (ou se desejava) superada. Não porque a estrutura e a cultura patriarcais estivessem circunscritas às regiões próximas ao Equador, mas porque todas essas mudanças são sentidas e promovidas primeiro na Corte, e as concepções de seu local de origem, que leva consigo para balizar os sertões, trabalham para a instauração dessa nova ordem.

Essa instabilidade cronológica pode ter motivado a atenção dada por Freire Alemão à história de “um sujeito por nome Belmiro, filho dum personagem da Serra Grande, coronel da Guarda Nacional, moço de uns 25 anos, casado, tendo para isso furtado a moça, e é também tenente da Guarda Nacional etc. etc.”³⁸⁹ Encontra-se, nessa breve descrição, aparentemente informativa e neutra, um tom depreciativo na forma

³⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 319.

como o botânico caracteriza Belmiro, destacando a ascendência autoritária (pai coronel da Guarda Nacional e ele próprio tenente da Guarda Nacional) e o casamento promovido pelo rapto (chamado pelos locais de “furto de moça”), tema sobre o qual Freire Alemão já havia feito comentários admoestando esse “costume da terra” (ver capítulo 1). A má impressão sobre Belmiro será insuflada pela narração do que lhe ocorreu em Pernambuco.

Este sujeito, digo, indo a Pernambuco, levando cavalos para negócio, e em companhia de mais uns poucos de homens aqui do Ceará, ali, creio que em Pedra de Fogo, tendo concluído a venda de cavalos, seduziu uma [f. 30] menina de 12 a 14 anos, filha também de pessoa importante dali, onde é comandante superior da Guarda Nacional, enganando-a que era solteiro, e furtou-a. O pai, os irmãos, e parentes da menina espalharam logo gente em procura do raptor, e dizem que com ordem de o matar; ele porém pôde escapar-se, e embarcar com a menina num vapor e ir para o Ceará, onde se acha. A polícia porém de Pernambuco prende todos dos outros, seus companheiros uns poucos, outros fugiram; e apreenderam tudo o que tinham.

É este caso importante para mostrar o caráter ainda destes homens, o barbarismo de seus costumes e a arrogância do seu proceder, sem dúvida entendendo que com eles nada podem as justiças! Veremos.³⁹⁰

Caráter *ainda*, costumes bárbaros, proceder arrogante. Caracteres possíveis somente num lugar onde vigoram resquícios de uma estrutura social patriarcal, portanto arcaica, incivilizada e autoritária. Em querelas de potentados, entre iguais, já que tanto o raptor quanto o pai da mocinha raptada são da Guarda Nacional, os problemas se resolvem pela perseguição e pelo crime de sangue. Fugindo Belmiro com a moça para o Ceará, a vingança da família ofendida recai sobre seus companheiros de viagem, que nada tinham a ver com o ocorrido, sendo alvo de uma condenação injusta, fugidos, presos e destituídos de suas mercadorias. “É este caso importante para mostrar o caráter ainda destes homens, o barbarismo de seus costumes e a arrogância do seu proceder, sem dúvida entendendo que com eles nada podem as justiças! Veremos”. As reflexões de Freire Alemão sobre o caso demonstram a insubmissão dessas populações à autoridade imperial, uma vez que creem que não possam ser alcançados pela autoridade jurídica, exterior. Uma realidade que ele acredita estar mudando, ou prestes a mudar, indicada pelo “Veremos” com que finaliza o breve relato.

Mas talvez o que mais tenha impressionado o botânico, em toda essa história, tenha sido o estabelecimento de uma relação bígama entre Belmiro, a esposa e

³⁹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 319-320

a moça raptada, formando um arranjo condenado tanto pela religião quanto pela medicina social novecentista. Tanto assim que comentará os desdobramentos desse caso por duas vezes em seu diário de viagem.

Tivemos uma visita, que não esperávamos: foi do tal Sr. Belmiro, o roubador da menina pernambucana. Veio com ela para casa! Onde tem a mulher, ainda não vi tanto desfaçamento, anda por aqui passeando, fazendo visitas, e talvez fazendo ostentação de sua proeza. Está tão senhor de si e tão satisfeito, como se nada se tivesse passado com ele. É ainda muito moço, me parece estouvadinho, e seguramente falta-lhe juízo.³⁹¹

A mulher do Sr. Aragão é irmã do Sr. Belmiro, de que temos falado, que furtou a moça em Pernambuco, e me dizem que está aqui em Campo Grande, com a maior sem cerimônia.³⁹²

“Falta-lhe juízo” também pode ser entendido como falta de maturidade desse moço Belmiro, que, dirigido por desejos individuais e egoístas, certo da impunidade que sua posição social lhe garante naquelas paragens, abriga sob o mesmo teto a esposa legítima e a amásia, levando esta à rua para visitar o próprio Freire Alemão! Tais observações revelam o alinhamento de Freire Alemão às prescrições médicas de seu tempo, que viam no casamento monogâmico um remédio para diversos males individuais e sociais. Em tese de 1847, intitulada “Mulher e matrimônio: medicamentos considerados”, o médico Luiz Vianna D’Almeida Valle indica que as prescrições higiênicas quanto ao casamento deveriam começar pelo estabelecimento de uma idade ideal para os nubentes. A tradição brasileira de então prescrevia para os homens casarem-se entre 15 e 16 anos, e para as mulheres, entre 12 e 13 anos. Sem deixar de reconhecer na puberdade um importante marcador biológico, indicando a prontidão do organismo para a atividade procriativa, Valle recomendava fixar a idade ideal do casamento em 25 anos para os homens e 20 anos para as mulheres. Esse atraso permitiria o amadurecimento físico e moral desses jovens, preparando-os para a vida marital. “A prescrição da idade propícia ao casamento tem, nesse momento, um alvo certo: a figura carrancuda do patriarca, senhor de seus filhos e de suas mulheres. Aparecera aí uma crítica contundente aos casamentos realizados segundo a lógica da aliança, submetida ao crivo das conveniências familiares”.³⁹³ Também há uma

³⁹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 325.

³⁹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 328.

³⁹³ OLIVEIRA, Cristiane. *Higiene Matrimonial...* Op. cit.

alfinetada à promoção de casamento com moças púberes, seja por vias legítimas ou pelo rapto, e por isso vivenciados com repugnância por essas mulheres.

Por conseguinte, o caso de Belmiro é evidenciado na forma de um contraexemplo, uma vez que suas atitudes podem ser atribuídas à imaturidade e ao despreparo para vivenciar o casamento legítimo, bem como à permissividade no tocante às relações sexuais masculinas. Nosso diarista chega a declarar que o Ceará é o recanto da devassidão, ante o conhecimento de padres vivendo como homens casados, e com filhos, bem como vários casos de incesto entre irmãos e uniões espúrias de pai com filha. Este seria o caso de um juiz de Direito que teria abandonado a esposa em Fortaleza para viver com a filha, e que “por sua vida escandalosa não tem sido promovido”. Não se sabe ao certo se essa moça é uma filha bastarda ou uma sobrinha, como ele viria a apresentá-la. O certo é que, não satisfeito em viver de forma imoral, imputa a outros seu mau proceder. “É tal a depravação deste homem, que uns amigos, vindo donde ele está para o Ceará, pedindo-lhe um conhecimento para esta cidade, ele inculcou a casa de sua mulher (ela vive aqui, e mui honestamente) como casa de boa fortuna, e de prostituição!!”³⁹⁴

Segundo Oliveira, o casamento monogâmico era superior à poligenia pela formação de laços de solidariedade e de cuidado mútuos entre o homem e a mulher. Os desejos sexuais seriam usufruídos comodamente e com segurança, uma vez que a posse monogâmica afastava os riscos do contágio venéreo. A dedicação a uma única família garantiria a educação dos filhos e serviria como exemplo para os descendentes, além de atuar como condição segura de crescimento populacional. Assim, a poligenia era então considerada tão prejudicial à saúde do corpo individual e social quanto o celibato, considerado um estado antinatural.

Dedicando-se um ao outro e à educação dos filhos, o casal monogâmico estaria a salvo dos prejuízos da poligenia relativos ao crescimento da população: um homem com várias mulheres não seria capaz de dominar o ato da geração, no que dizia respeito ao poder de propagação do seu sexo, enfraquecida que era a proporção de sua contribuição na fecundação. O efeito disso seria, com a geração de mais mulheres do que homens, a perpetuação da poligenia. Esse curioso raciocínio, baseado nos conhecimentos sobre hereditariedade e embriologia da época, leva à afirmação de que a monogamia era um destino natural da espécie.³⁹⁵

³⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 532-533.

³⁹⁵ OLIVEIRA, Cristiane. *Higiene Matrimonial...* Op. cit.

Em vários momentos do diário, Freire Alemão destaca a admiração pelo desenvolvimento precoce dos cearenses, especialmente as representantes do amável sexo, mulheres e moças do litoral: fazem sala perfeitamente, conversam com desembaraço e espírito, mesmo sem grande educação. Até recebem visitas de homens na ausência dos pais! “O que não é comum no Rio de Janeiro, onde as moças, mesmo da cidade e com alguma educação são acanhadas, caladas, tímidas. Aqui temos algumas moças do Rio, vindas de fresco que me deixam envergonhado. As de cá dizem com certo orgulho: ‘Não parecem moças da Corte!!’”.³⁹⁶ Preocupava-o, entretanto, a constituição física dessas pessoas, que, quando crianças, são formosas, coradas e com bons dentes, mas sofrem grande degradação física após o casamento. “As moças logo que casam perdem esse lustre, e em consequência do abandono a que se entregam, perdem todas as suas graças. Os moços também, em razão de não tratarem de si, tornam-se logo farrões, bem que quase sempre vigorosos e muitos chegam a idades muito avançadas”.³⁹⁷

Em Lavras, é chamado para consultar a mulher do Teixeira, um dos que o recepcionaram na vila. A senhora, diz o diarista, está pejada e sofrendo dos dentes. Após 14 partos, dos quais 10 dos filhos sobreviveram, encontra-se “desfigurada e doente”. E conclui: “É um bom exemplo da proliferação deste povo: casam muito meninos e enchem-se de filhos”. Logo em seguida, destaca a profusão desses casamentos precoces e a incidência de vários males, com problemas de má-formação da descendência. Ainda que não relacione diretamente, percebe-se que há uma preocupação com as ligações ilícitas, principalmente ao citar a grande incidência de doenças sexualmente transmissíveis, o que prejudicaria a longevidade dessas populações.

Há porém um reparo a fazer: não tenho visto muita gente velha, nem no Icó, nem aqui (nas reuniões, nem nas igrejas). Dizem-me todos que há alguma gente de 80, 90 e 100 anos – [f. 152] mas não é isso muito comum. Se avaliarmos a salubridade do sertão pelo aspecto das crianças, parece-nos sadio, mas temos sido aqui consultados por quase toda a gente da vila e do campo. As moléstias mais frequentes nas primeiras idades são as dos olhos e há bastantes cegos e muito defeituosos, quase todas as crianças sofrem dos olhos; nos adultos são as moléstias do fígado, barriga d’água e congestões cerebrais; as mortes repentinas, nos dizem, são aqui vulgares. As senhoras são sujeitas a ofícios histéricos. Temos visto alguns casos de opilação, que aqui chamam *amarelidão*.

³⁹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 533.

³⁹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 320.

A asma não me parece aqui tão comum como na capital. O mal venéreo é bobalia [sic] e afeta a muita gente. E todos falam em gália [galico] com a maior sem-cerimônia, mesmo as mulheres.³⁹⁸

Ao confrontar as impressões de Freire Alemão sobre a história de Belmiro, percebe-se uma aposta na medicalização do espaço público como apaziguador dos ânimos políticos, uma vez que a medicina passaria a desempenhar uma importante mediação na regulação individual e social por parte do Estado, o que aconteceu por sua paulatina ingerência na família. Ao afastar-se da lógica jurídico-punitiva, a medicina privilegiará, nas suas intervenções, uma abordagem da família como entidade a serviço de um projeto de nação, produzindo os elementos que permitirão a transição da família patriarcal para a família nuclear burguesa, a partir de uma lógica higienista e de aspirações românticas. O escrutínio das condutas sexuais, tanto por excesso quanto por contenção, seria praticado na luta pelo estabelecimento de uma população saudável, uma vez que figuras como o libertino, o celibatário, a ninfomaníaca e o estéril representavam uma ameaça aos remanejamentos das figuras de esposa e marido na nova configuração medicalizada de família que começava a se esboçar no Brasil. Nesse sentido, é interessante notar como situações relacionadas à família patriarcal, à mulher e aos “desvios” ao ideal de família nuclear chamarão a atenção para o registro e a análise do presidente da Comissão Científica, imbuído tanto do papel de representante do Império brasileiro quanto de médico comprometido com a implementação da medicina social.

³⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 140.

2.4 “À beau mentir qui vient de loin”: relatos de viagem do Oitocentos e a permeabilidade entre a ciência e a ficção

Ao levantar a trajetória da palavra *explorador* (cujo primeiro registro em dicionários franceses data de 1718, tendo porém uso escrito mais corrente no campo geográfico apenas nas duas últimas décadas do Setecentos), Marie-Nöelle Bourguet cita o desdobramento que o *Dictionnaire de Trévoux* (1771) faz em relação ao termo, circunscrevendo *explorador* à acepção de um enviado às cortes estrangeiras para observar e averiguar sua situação, transferindo seu sentido militar (*explorator*, oriunda do latim clássico) de reconhecimento das linhas inimigas para a palavra *informador*. Essa diferenciação não é casual, se levarmos em conta uma tradição que associa o viajante ao engodo — ou ao extremo talento de escrever a partir de modelos formais e temáticos que confunda e convença seus leitores, como demonstra o seguinte provérbio, existente em várias línguas europeias e que remonta ao século XVI, não por acaso a época dos grandes descobrimentos.

À beau mentir qui vient de loin; mente à vontade quem vem de longe, o provérbio identifica o viajante com a mentira e a invenção. Até mesmo os dicionários fazem esta ressalva, como o de Furetière (1695), no qual o verbete *Menteur* (Mentiroso) afirma: “Os viajantes são frequentemente *mentirosos* em seus relatos de viagem”; ainda que sejam fonte privilegiada de muitas das informações destes mesmos dicionários.³⁹⁹

Também no século XVIII, o termo em inglês ganhará a mesma acepção neutralizadora e desmilitarizada, em que os perigos da contenda serão substituídos por missões de inventário em mares e terras desconhecidos, nem por isso menos ameaçadores. Como enviado oficial de um governo, um explorador ilustrado não está livre de cair em redes de intrigas e conflitos internacionais. A nova natureza de sua missão, entretanto, o investe de outra dimensão: “reconhecedor por conta da Europa, até aos antípodas deste continente, o explorador é aquele que parte à descoberta de uma

³⁹⁹ TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade...* Op. cit., p. 32.

frente de conquista intelectual, cujo império se estende a pouco e pouco a todo o planeta”.⁴⁰⁰

Na primeira parte deste trabalho, analisamos o desenvolvimento das ciências da natureza (com destaque especial para o estudo de plantas) bem como as formas de apreensão e classificação do mundo natural colocadas em prática pelas expedições científicas. Ao fornecer o inventário dos continentes sob o crivo do empreendimento imperialista, o relato de viagem e a história natural iluminista “[...] se aliaram para criar uma forma eurocêntrica de consciência global [...], ‘planetária’. Os esquemas classificatórios da história natural são vistos em relação aos conhecimentos vernáculos dos camponeses, que tais esquemas buscavam substituir”.⁴⁰¹

Mas essa via de conhecimento revelou-se de mão dupla, promovendo uma reinvenção ideológica nos dois lados do Atlântico. Por um lado, as diversas narrativas produzidas a partir dessa experiência de deslocamento, segundo Geoffroy Atkinson, ajudaram a forjar os principais temas filosóficos das Luzes, contribuindo para “destruir, frequentemente sem o saber, o edifício do antigo regime”.⁴⁰² Foi no contato com povos “selvagens” e uma natureza identificada com o Éden inaugural que esses viajantes forneceram as bases para o ideal do bom selvagem e de uma inclinação natural do homem para viver em igualdade, liberdade e fraternidade — contraponto a uma Europa corrompida, devastada por guerras e explorações da natureza — e do homem pelo homem.

A eficácia da viagem funciona numa função dupla: “a crítica do país visitado se reflete num efeito de retorno sobre o país de origem do viajante”; ou seja, a crítica ao espaço que se visita serve também para reformular as imagens que se têm da própria nação. O gênero também teria tido também uma importância “no processo que conduz à formação da opinião pública”, como o “estranhamento” do viajante em relação à sociedade política que descreve e, sobretudo, “a assunção da experiência da pessoa ‘razoável’ (e útil) como universal opinião crítica dos costumes de toda uma sociedade”.⁴⁰³

A equalização do caos em que esses homens de saber supunham a natureza a partir de uma abordagem classificatória e totalizante, por outro lado, acabou por reverberar e mesmo conceber novas formas de organização e controle sociais. A Suécia,

⁴⁰⁰ BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”. In: VOVELLE, Michel (Org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997, p. 212.

⁴⁰¹ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...* Op. cit., p. 29.

⁴⁰² ATKINSON apud TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade...* Op. cit., p. 87.

⁴⁰³ TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade...* Op. cit., p. 87

terra natal de Lineu, pai da taxonomia, dispunha, em meados do século XVIII, de uma burocracia estatal das mais sofisticadas da Europa, em particular no tocante às estatísticas de cidadãos individuais, que submetia cada um de seus 1,5 milhão de cidadãos em colunas e rubricas das mais diversas. “De fato, os rótulos lineanos como gênero e espécie se assemelham notavelmente aos nomes e sobrenomes requeridos aos cidadãos — Lineu se referia aos nomes genéricos como ‘a moeda oficial de nossa república botânica’”.⁴⁰⁴

Além da burocracia, tal associação pode ser igualmente feita a outras áreas, como a produção manufaturada em série (com destaque para a produção de peças sobressalentes para armas de fogo) e a padronização de uniformes, manobras e disciplinas na organização militar — instrumentos centrais para o sucesso da empresa imperialista e a supremacia europeia no século XIX sobre outros povos. Afinal, questiona Mary Louise Pratt, o que teriam sido os empreendimentos coloniais, como o tráfico de escravos e o sistema de *plantations*, se não o experimento a partir do qual os europeus engendraram formas de padronização e engenharia social definidores da ordem burguesa? Se as maravilhas desses novos mundos e seus habitantes de nobreza natural inspiraram a crise de consciência europeia, não se pode negar que quem pagou a conta da Revolução Francesa foi a colônia de Santo Domingo, que subjugada à sistematização da natureza e aos imperativos das frentes de expansão, na década de 1760 era o lugar mais produtivo do planeta.⁴⁰⁵

Num tempo em que a posse de territórios e recursos se sobrepunha ao controle das rotas marítimas, que caracterizou a era dos descobrimentos ibéricos, os discursos sobre essa nova fase de expansão eram elaborados a partir do que Pratt chamou de *anticonquista*, ao criar, na narrativa dessas, viagens uma visão utópica e inocente do explorador europeu, movido pelo desejo de incluir as regiões mais distantes no mundo civilizado. Isso é ainda mais candente quando nos debruçamos sobre a atuação do homem de ciência, que demanda para si o papel de aplicar ao mundo natural um sistema que se julga uma apropriação totalmente benigna e abstrata.

Mesmo com os processos de independência desencadeados na América, as elites locais — tributárias de uma apropriação transatlântica da cultura e valores europeus, ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer uma base estética e ideológica independente, “americana,” dessas novas nações — viram-se, no decurso do

⁴⁰⁴ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...* Op. cit., p. 73.

⁴⁰⁵ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...* Op. cit., p. 74

século XIX, acossados interna e externamente: as ambições neocolonialistas da Europa em que se espelhava e as resistências das maiorias índia, mestiça e africana de se integrar a essa nova sociedade (pelo menos nos termos colocados por essas elites crioulas). Lançar-se ao escrutínio desses sertões, no tempo da Comissão Científica de Exploração, já não representava encontrar regiões desconhecidas, cada vez mais raras, ou fragmentos dos desígnios da natureza, diante da especialização e progressiva laicização do saber. De fato, a história natural forneceu para esses viajantes ilustrados/românticos “meios para a narração de viagens internas e de exploração, que visavam não a descoberta de novas rotas de comércio, e sim vigilância territorial, apropriação de recursos e controle administrativo”.⁴⁰⁶

Se a Comissão Científica não logrou êxito como empreendimento científico e de bioprospecção (com exceção da formação de coleções para o Museu Nacional), dentro das expectativas de seus financiadores e dos próprios comissionados, ao menos legou um relato. E isso ocorreu, paradoxalmente, por não ter tido o aporte para a sistematização dos dados e materiais coletados e uma publicação mais ampla depois que o grupo retornou ao Rio de Janeiro. A circulação da Parte Histórica e os Relatórios das Seções da Científica ficaram restritos às reuniões do IHGB e alguns meios letrados da Corte, sendo posteriormente reunidos por Renato Braga junto com as instruções de viagem e as aquarelas de Reis Carvalho em seu *História da Comissão Científica de Exploração*, em homenagem ao centenário da viagem exploratória. Mesmo os 32 artigos e crônicas satíricos dos *Ziguezagues*, publicados pelo barão de Capanema entre 1860 e 1862 sobre a expedição ao Ceará, estariam sujeitos à efemeridade característica da divulgação periódica, ganhando versão em livro apenas em 2006, dentro da Coleção Comissão Científica de Exploração, projeto do Museu do Ceará que também publicou a primeira parte do diário de Freire Alemão e os escritos de Capanema e Raja Gabaglia relativos às secas na província cearense.

Foi necessário cerca de um século e meio para que o diário de viagem de Francisco Freire Alemão não só fosse lido, como também *legível*. Como mostramos no balanço historiográfico feito na Introdução deste trabalho, com exceção da obra referencial de Renato Braga, os estudos sobre a Comissão Científica são relativamente recentes, e muitos ainda a abordam de forma generalista; outros demonstram, entretanto, uma preocupação em investigar criticamente tanto a viagem exploratória como os textos

⁴⁰⁶ PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império...* Op. cit., p. 78-79.

legados pelos comissionados, colocando em questão a retórica e os temas da *anticonquista* ao narrar as experiências dentro das zonas de contato.

Se, para um senso comum marcado pela cultura histórica oitocentista, que da associação entre interesses nacionais e disciplina científica naturaliza a apreensão do tempo em termos de desenvolvimento e progresso, bem como confere um caráter de total referencialidade a esses textos, talvez só seja possível enquadrar a expedição como experiência curiosa, anódina, recordada por um anedotário povoado de camelos, flertes e borboletas, cabe ao historiador de nossos dias pôr em prática

[...] uma operação intelectual, um exercício crítico capaz de investigar as construções da memória, retirando dos altares e trazendo para o mundo dos homens, aqueles objetos sacralizados, sejam eles autores do passado, os eventos fundadores ou as formas narrativas elaboradas a partir das experiências do passado.⁴⁰⁷

A manutenção do texto de Freire Alemão em seu estado bruto enseja ao pesquisador uma oportunidade peculiar de investigação histórica. Como texto gerado a partir de uma demanda do Estado imperial, fatalmente sofreria supressões de diversas ordens, caso tivesse sido publicado nos anos subsequentes ao retorno dos membros da comissão. Tais supressões poderiam incluir desde informações confidenciais e de interesse estatal até opiniões que pudessem ofender susceptibilidades, caso fossem divulgadas ainda em vida do autor e das pessoas ali tratadas. A transformação do *diário* de viagem em *relato* de viagem implicaria igualmente a eliminação de trechos mais intimistas, o desvelamento de momentos melancólicos ou mesmo situações um tanto picantes — em contraponto não só às escritas biográficas e autobiográficas problematizadas no item anterior, mas à própria imagem idealizada do viajante naturalista como uma figura benigna, andrógena, por vezes retratando-se de maneira infantilizada, cuja pesquisa e produção de conhecimento se investe de aspectos não fálicos em contraponto a um desejo autocentrado de conquista —, aspectos de que trataremos mais adiante.

Além disso, o relato de Freire Alemão, quando confrontado com outras memórias de viagem, apresenta componentes peculiares ao pesquisador, ao mesmo

⁴⁰⁷ SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. “A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar”. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 10.

tempo em que nos permite vislumbrar aspectos concernentes à escrita viática produzida no século XIX, época em que se estabeleceu como gênero de foros próprios. Não apenas pela descrição pormenorizada das impressões sobre a terra e forma de viver de seu povo, da relação, nem sempre cordial, do botânico com os demais membros da Comissão Científica e mesmo a exposição detalhada de defluxos, febres, disenterias e outros problemas de saúde que acometeram o botânico ao longo do caminho, mas também pela possibilidade de vislumbrar as próprias condições de produção dessa narrativa de viagem, gênero construído na intersecção do literário e do documental. Apresentando-se como “real”, forma especular de um referente situado em seu exterior e determinado pelo itinerário da viagem, o gênero porém é tributário de certos modelos discursivos e delimitações intelectuais.

As principais características desse gênero de fronteira (o que também dificulta uma classificação) são a diversidade de registros e a permeabilidade. Tanto pode se apresentar de diversas maneiras (diário, relatório, relato de peregrinação, *grand tour*, impressões, relações de viagem etc.) quanto pode aglutinar elementos tipológicos num único relato — como a relação de viagem que Freire Alemão escreve no início da segunda parte do diário, cobrindo o percurso do navio entre Rio de Janeiro e Fortaleza, pequenos relatórios com preços de gêneros, despesas da Comissão ou digressões acerca de religião hindu que encontrara em “Polletan”⁴⁰⁸ (*Profissão de fé do século 19*), que transcreveu “por extraído” enquanto aguardava na capital cearense a confirmação de sua licença médica.⁴⁰⁹

A decodificação de realidades desconhecidas do público (e, por vezes, do próprio viajante antes que este se lançasse a um “outro mundo”) leva o narrador a mobilizar diversas estratégias narrativas de composição, compartilhada pelo autor e seus leitores, por meio de analogias, metáforas e comparações que, continuamente, tecem relações de alteridade entre o lugar de origem e a terra sob investigação. E mais além: faz com que o viajante, ao assumir o papel de contar seu percurso, se coloque sob a autoridade de relatos predecessores, de um conhecimento que reforça a credibilidade do escrito ao compartilhar procedimentos de um mesmo campo letrado.

⁴⁰⁸ Freire Alemão refere-se a Eugène Pelletan (1813-1884), escritor, jornalista e político francês. Iniciado na política por Alphonse de Lamartine, assume uma posição ferrenha contra Napoleão III, que encerra a Segunda República com um golpe de estado. Será considerado um dos pais fundadores da Terceira República, que permanece até 1940 com a derrota para os alemães. Como livre-pensador deísta e espiritualista, inspirado pelo marquês de Condorcet, defende a ideia do aperfeiçoamento contínuo e indefinido do homem, tendo influenciado vários pensadores e escritores brasileiros, como Machado de Assis.

⁴⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 285.

Ao viajar às terras do Novo Mundo, o europeu leva em sua bagagem, além de toda a Europa materializada em ideal, os cadernos onde vai relatar suas experiências vividas em terras estranhas, bem como a experiência e a autoridade de outros autores lidos antes de sua viagem, ou mesmo durante seu deslocamento, como guias de trajeto. Leva também os elementos de compreensão de sua cultura e as regras de verossimilhança da descrição. Se a discordância com outros viajantes pode, muitas vezes, provar que o autor esteve realmente no lugar que conta, pois viu o que outros não viram, por desleixo ou por não terem realmente viajado, ela pode se voltar contra seu autor se ele diferir muito da maioria dos testemunhos.⁴¹⁰

Apesar de não termos muitas informações sobre leituras ou livros que possuísse, é possível identificar, na leitura do diário de Freire Alemão, a confluência não somente de formas de escrita, como também de gêneros de viagem. Ao relatório científico ou diário de pesquisa pode-se seguir impressões de viagem, relatos de sobrevivência e descrições de inspiração humboldtiana tanto da natureza quanto de sensações que esta suscita no viajante. Denotam uma formação tributária tanto do racionalismo iluminista quanto do Romantismo e da *Naturphilosophie* de Schelling, que concebe a natureza como uma unidade ontológica e orgânica, “segundo a qual entre todos os fenômenos existia uma relação mediada por uma força vital básica”. Para os filósofos da natureza, “o objetivo fundamental das ciências é a interpretação da natureza como um todo unificado”, cuja força vital provinha de um “Espírito absoluto, que se manifestaria conscientemente nos homens e viveria na natureza, de forma inconsciente porém”.⁴¹¹ E igualmente uma consonância com os debates travados ao longo do século XIX acerca da renovação da narrativa de viagem científica.

No catálogo geral da *Bibliothèque Nationale* francesa, Anne-Gaële Weber contabiliza 6.113 relatos de viagem publicados de 1800 a 1899. Um número expressivo se considerarmos que o mesmo catálogo liste todas as obras do gênero publicados até 1800 num total de 1.683 títulos. A mesma tendência é observada pela pesquisadora em relação aos livros de viagem publicados na Inglaterra e registrados na *Library of Congress*. A viagem como gênero literário encontrará receptividade entre um público leitor mais amplo não só pelos deslocamentos registrados nas frentes neocoloniais: na França e na Inglaterra, o século XIX também será o período de republicação e tradução

⁴¹⁰ TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade...* Op. cit., p. 26.

⁴¹¹ LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 72.

sem precedentes de viagens antigas, como as cartas de Cristóvão Colombo e a relação de viagem do capitão Cook.

Ces deux listes suffisent à montrer que le voyageur qui, immanquablement, est toujours un grand lecteur de récits de voyages, peut certes chercher à imiter dans sa propre relation celles d'un Alexandre de Humboldt ou d'un Charles Darwin, mais qu'il peut aussi reproduire les règles du récit d'un Cook ou d'un Bougainville. Toute étude de la poétique du récit de voyage scientifique au XIXe doit tenir compte de la persistance de ces modèles, de ces archétypes que constituent les récits des grandes circumnavigations du siècle des Lumières.⁴¹²

As expectativas desse novo e numeroso público são formadas a partir de relatos mais recuados no tempo e de subgêneros do campo ficcional, cujos autores — desde consagrados escritores como Jules Verne, Mary Shelley e Mark Twain até os chamados *fireside travelers*⁴¹³ — souberam empregar citações a viajantes consagrados e/ou reelaborar temas e formas de composição típicos da descrição científica em suas obras. E é em nome dessas expectativas que os naturalistas do Oitocentos procurarão revisar suas práticas narrativas, conciliando os apelos dos leitores aos imperativos do fazer científico, a um só tempo difícil e determinante para a configuração de narrativa de viagem como gênero, num conjunto de regras de escritura cuja principal característica é a emergência de um eu narrador como índice do *ter visto* e *ter estado*; pois mesmo o extraordinário, marca maior da veracidade, não está mais no exterior, e sim na subjetividade do próprio viajante — oposta à narração de viagem iluminista, calcada na observação impessoal, um quase anonimato.

Le récit de voyage savant n'est pas un texte "composé". Plus précisément, il doit prendre la forme du journal ou de la chronique, qui est le schéma de composition minimale. La référence systématique et précise à une date et à un lieu donnés doit permettre de rendre compte des circonstances du voyage et des découvertes qui s'y

⁴¹² “Estas duas listas são suficientes para mostrar que o viajante que, inevitavelmente, é sempre um grande leitor de relatos de viagem pode certamente tentar imitar em sua própria relação as de Alexander von Humboldt ou Charles Darwin, mas também pode jogar com as regras da narrativa de um Cook ou de um Bougainville. Qualquer estudo da narrativa poética da viagem científica no século XIX deve levar em conta a persistência destes modelos, esses arquétipos que constituem a história das grandes circunavegações do Iluminismo”. WEBER Anne-Gaëlle. “Le genre romanesque du récit de voyage scientifique au XIXe siècle”, *Sociétés & Représentations*, 2006/1, n. 21, p. 63, tradução nossa.

⁴¹³ “Viajantes de lareira” ou “viajantes de gabinete”, que compunham cartas, relatos e diários de viagem totalmente imaginários, sem nunca ter colocado os pés numa estrada ou navio, muitas vezes logrando êxito em ter suas falsificações aceitas como reais.

rattachent et de faire coïncider le temps du voyage et celui de l'écriture. Cela est essentiel pour le savant en cabinet qui se fait fort ainsi de vérifier les descriptions scientifiques et de rectifier les erreurs dues à l'ignorance du voyageur. La forme de la chronique a donc une valeur heuristique. Elle est aussi, pour les lecteurs amateurs, le moyen d'estimer la véracité des dires du voyageur. En l'absence d'une confrontation avec une expérience du vécu, le lecteur érige des règles d'écriture formelles en critères de vérité, confondant alors spontanéité et vérité.⁴¹⁴

Tais filiações e convenções nos ajudam a entender por que e em que medida a escrita era para o botânico um imperativo, como documento em que se pode divisar o fazer científico. Em uma passagem do diário, cuidando não perder nenhum detalhe em caminho, Freire Alemão dizia diminuir a marcha do cavalo para fazer anotações enquanto colhia palmitos. Também descreve como uma conversa informal – que podia ocorrer nas rodas que se formavam à noite nas calçadas ou junto à família que dava pouso à expedição – dava-lhe ocasião para tomar notas. “Não fui à missa por ter que escrever”, anota em 6 de novembro de 1859, um domingo. Mesmo doente, não deixa de participar a movimentação nas ruas em dia de festa, que aprecia da janela: “São sete horas da noite de Natal e escrevendo ouço grandes rumores nas ruas; é porque estão chegando para a missa da meia-noite”.⁴¹⁵ Quando adoece, afirma que seu maior aborrecimento era quebrar a disciplina e não poder escrever em certos dias.

Naquelas páginas, ele também encontrará espaço para explorar os sentimentos interiores. Num local onde a solidão e a sensação de estranhamento se faziam constantes, Freire Alemão registra detidamente a saudade da família, sentimentos melancólicos, problemas de saúde e mesmo os momentos de intriga e desacerto entre seus pares. Despeja no relato sentimentos que, no momento do ocorrido, precisou conter, mesmo diante das atitudes mais disparatadas e dos tratamentos menos amistosos, como quando acredita que Freirinho, seu sobrinho e assistente da Seção Botânica, faz-lhe uma crítica, como se aludisse que ele ficasse com o trabalho mais

⁴¹⁴ “A narrativa de viagem científica não é um texto “composto”. Mais especificamente, ele deve assumir a forma de diário ou crônica, que é o esquema de composição mínima. A referência sistemática e precisa a uma data e um lugar determinados deve ser capaz de refletir as circunstâncias da viagem e descobertas relacionadas a ela e fazer coincidir o tempo de viagem e com o da escrita. Isto é essencial para o cientista de gabinete que fica seguro para verificar as descrições científicas e corrigir erros devidos à ignorância do viajante. A forma da crônica tem, portanto, um valor heurístico. É também para os leitores amadores, a maneira de estimar a veracidade do que é dito pelo viajante. Na ausência de um confronto com a experiência vivida, o leitor formula regras de escrita formais como critérios de verdade, confundindo espontaneidade com verdade”. WEBER Anne-Gaëlle. “Le genre romanesque du récit de voyage ...”. Op. cit., p. 73, tradução nossa.

⁴¹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 168.

pesado, o de coleta, enquanto o tio se limitaria a fazer o estudo em casa. “Eu fiz reparo e disfarcei por estarem ali pessoas estranhas e não querer que eles notassem desgosto entre nós. Mas dói-me muito e tanto mais quanto era a sem-razão”.⁴¹⁶

Por vezes, as situações mais amenas e triviais davam-lhe ensejo para arroubos melancólicos e românticos. Antes de se retirar de Canindé e seguir caminho, Freire Alemão executa o ritual de despedidas e amabilidades que estabeleceu em cada vila ou cidade da província cearense. Passando por casa de um sr. Xavier e encontrando suas duas filhas, aproveitou “[...] essa ocasião [e] fiz ainda meus adeuses às moças, que cheias de amabilidade me disseram: ‘O senhor deixa muita saudades’. ‘Como é possível, minhas senhoras, se eu as levo?’, disse eu. ‘Mas deixa mais do que leva’, disseram”. Em seguida, ele confessa: “Sem dúvida que eu saí saudoso daquele lugar. Se acontecer que alguém leia isto, me tomarão por bastante pueril nestas coisas. Mas são notas que faço para mim, são recordações, para outros tempos”. Nesse sentido, há na própria escrita uma necessidade de mostrar que o diário é um suporte de memória pessoal, e não somente científico. Dando continuidade à sua escrita em nome da saudade, o autor chega a reconhecer que havia um sentido terapêutico no ato de registrar: “Tenho tanta necessidade de emoções para fazer diversão à minha habitual tristeza, que tudo me impressiona, e a cessação dessas impressões me deixa sempre saudade”.⁴¹⁷

Assim, a disciplina do registro, a apreensão do espaço pelo controle do tempo, o estabelecimento de rotinas e ritmos na e pela escrita indicam que o trabalho de Freire Alemão era regido pela ideia de que “o mundo natural escondia, por trás de uma aparente desordem, uma ordem, a qual obedeceria a princípios claros, racionais, lógicos”, apreensível por uma escrita ordenadora, quase obsessiva. Tais princípios tornar-se-iam grandes aliados no estabelecimento de um saber que buscava se diferenciar do conhecimento mediado pelo divino, em que a natureza era “o espaço ideal de construção do saber, posto que permitia o contato direto entre o objeto do conhecimento e o sujeito que o construía”.⁴¹⁸

Perscrutar um documento tão íntimo quanto um diário, mesmo quando este é redigido pela demanda de um Estado, pode nos dar uma falsa ideia de transparência. Ou tentar o pesquisador no sentido de pretender saber o que se passava em seu espírito,

⁴¹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 146.

⁴¹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 443.

⁴¹⁸ COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem*. São Paulo: Livraria da Física, 2010, p. 33.

adivinhar suas motivações e desejos. Tentamos mostrar que mesmo práticas mais intimistas e “confiáveis” são perpassadas por convenções, disfarces e interdições. Por vezes, como nos alerta Torrão Filho, a historiografia brasileira tende a fazer uso da literatura de viagem como fonte rica, por vezes a única, para divisar atividades cotidianas, organização urbana ou vida íntima num dado período coberto pelo relato — relegando as questões do relato como gênero para os estudos literários.

No entanto, não são muitos os que tratam as definições do gênero, ou do estatuto da fonte; o caráter referencial dos textos de viagem raramente é questionado e há uma tendência em buscar uma objetividade escondida detrás do que se considera “ideologia dominante” ou dos “preconceitos” do viajante, que por vezes marcaria seu discurso, mascarando a “realidade” que eles desejavam retratar.⁴¹⁹

Para dimensionar as marcas de enunciação no relato de Freire Alemão dentro do projeto de formação da identidade nacional, é preciso levar em conta duas questões, aparentemente contraditórias, que, no entanto, revelam a complexidade da experiência legada por descrições, correspondências e diários de viagem. Diferentes de outros relatos descompromissados ou de cunho eminentemente intimista, compor memórias escritas, no decorrer de um percurso, era fundamental para o trabalho de viajantes em expedições científicas. Tais escritos poderiam servir como suporte para pesquisas ulteriores, socorrendo “falhas da memória” ou permitindo um confronto descritivo para os espécimes que, para serem conservados, acabavam por sofrer alterações físico-químicas, para citar apenas dois exemplos.

A Comissão Científica é, antes de tudo, a tentativa de tomada de posse simbólica de um território, buscando integrar as “províncias do Norte” a um projeto ideológico de nação. Segue a tradição de expedições promovidas por um projeto de construção estatal, como da Ásia russa e da América do Norte, “onde descoberta e apropriação do território são sinónimos e ainda mal se distinguem”,⁴²⁰ tornando próximo o distante. Mas o confronto com a alteridade dessa zona de contato revela que Freire Alemão é mais do que um “estranho em terra estranha”. É mais até do que um provinciano ou um estrangeiro, como acusam os antípodas deste país denominado Ceará, que o julgam por sua fala enviesada, pelo excesso de roupas e apetrechos que porta ou por seus trabalhos de coleta de plantas (que parece aos locais totalmente

⁴¹⁹ TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade...* Op. cit., p. 46.

⁴²⁰ BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”... Op. cit., p. 249.

inócuo). É um homem no meio do caminho, entre o passado e o futuro, vindo de um Brasil que quer ser para um Brasil outro, rebelde a tentativas de enquadramento. É notável seu esforço, registrado ao longo do diário, em tentar estabelecer conexões e referências seguras em relação ao que observa e experimenta, quase forçando um sentido de reconhecimento — por ser um brasileiro e estar em seu país —, para, logo em seguida, ver essa tentativa ser constantemente desafiada, ironizada, enxovalhada até.

Perdido na imensidão de ideologias tão novas quanto opostas, que surgem e colidem na mesma velocidade com que os exploradores ampliam a extensão do mundo conhecido e procuram se impor nesses novos territórios, percebe-se, em seu relato, um sentimento de fragilidade a perpassar continuamente essa viagem exploratória, mesmo quando todas as circunstâncias lhe são favoráveis; derivada talvez da própria fragilidade da nação que a envia aos sertões para se fazer nação, para preencher o vazio dos mapas com linhas e nomes. A viagem pode ser tudo. E nada. Pode premiar igualmente o viajante ocasional ou o cientista dedicado com a descoberta de um fragmento de sua natureza capaz de proporcionar prazer, conforto ou saúde — e, ao final, riqueza e reconhecimento. Ou pode roubar ao explorador a vitalidade; conduzi-lo por descaminhos, expô-lo a enfermidades ou ao encontro mortal com indígenas hostis, ignorando seus melhores esforços e esperanças.

O clima pouco favorável à atividade, os pousos insalubres, as expectativas de uma grande descoberta distanciando-se à medida que penetram mais e mais no interior. Até a raridade de um interlocutor com que pudesse travar uma conversação de igual para igual (mesmo entre seus pares, cujas relações são frequentemente toldadas por rivalidades e mesquinharias) torna-se um fator perigoso para um homem com inclinações melancólicas — e propício para uma escrita que não é nem puramente espelho, nem preconceito latente por trás do aparente. O mérito do nosso explorador, mais do que enfrentar doenças ou situações tumultuosas dignas de um relato heroico, é sobreviver ao tédio, à distância da família e, sobretudo, à experiência de um espaço e de um tempo sem pontos de referência executando pequenos gestos cotidianos de descoberta, do qual o diário é seu registro primeiro.⁴²¹ É partindo desse princípio que dedicaremos os próximos capítulos a analisar de que forma essa escrita heterogênea e complexa engendra composições mnemônicas a fim de dar conta não apenas práticas e

⁴²¹ BOURGUET, Marie-Noëlle. “O Explorador”... *Op. cit.*, p. 230.

vivências, como também inventar e estabelecer formas específicas de fixar o tempo fugidio.

CAPÍTULO 3: Atribuições e tribulações de um naturalista em percurso

3.1 O naturalista

Como foi destacado nos capítulos anteriores, Freire Alemão veio ao Ceará num tipo de expedição em que naturalistas poderiam pesar risco e prestígio antes de aceitar tal incumbência. Spix, companheiro de Martius na viagem ao Brasil, viria a morrer na Europa pelas sequelas das doenças que o acometeram no percurso. Por cerca de 25 anos, entre idas e vindas, o médico e naturalista Georg Heinrich von Langsdorff explorou a natureza brasileira e auxiliou numerosos naturalistas como cônsul-geral da Rússia — entre eles o naturalista Friedrich von Sellow, que, após formar numerosas coleções naturais para o Museu de Zoologia de Berlim e o Museu Nacional do Rio, morreu afogado no Rio Doce em 1831. Na última expedição do barão de Langsdorff, que saiu de São Paulo, passando por Goiás até chegar ao Amazonas em 1825, os participantes foram acometidos por doenças, e o artista Adrien Aimé Taunay morreu afogado no rio Guaporé. Langsdorff perdeu a sanidade mental e voltou para a Rússia, incapaz de realizar qualquer atividade intelectual até o fim de seus dias.⁴²²

A própria Comissão Científica sofreu duas baixas na Seção Astronômica e Geográfica, que, por suas características, abrigava o maior número de auxiliares — isso sem falar nas doenças que acometeram praticamente todos os membros da Científica, o que certamente prejudicou o andamento dos trabalhos das seções, sendo que Freire Alemão chegou a pedir licença para recuperar as forças na Corte. Renato Braga se refere às mortes do primeiro-tenente de engenheiros Caetano de Brito de Sousa Gaioso e do médico Francisco de Assis Azevedo Guimarães. O primeiro, ainda em julho de 1859, quando fazia trabalhos topográficos em Messejana, solicitou permissão para se retirar para a Corte por encontrar-se enfermo, pedindo posteriormente demissão do

⁴²² LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 30-31.

cargo.⁴²³ Dois meses depois, suicidou-se com um tiro de pistola. Apesar de não fazer referência a esses dois auxiliares no diário de viagem, Freire Alemão teve notícia do incidente com Gaioso por meio de carta enviada por Antônio Joaquim de Oliveira, provavelmente alguém encarregado de administrar as despesas da Comissão e fazer chegar as correspondências e ofícios da Corte. “Sinto tanto de participar a Vossa Excelência que o auxiliar do Dr. Gabaglia suicidou-se no Rio de Janeiro com um tiro de pistola. Dos jornais verá Vossa Excelência o que deu ele como motivo desse ato de desespero”.⁴²⁴

Também foi nos papéis de Freire Alemão que Renato Braga encontrou a notícia da morte de Gaioso, na edição do *Correio Mercantil* de 5 de setembro de 1859. A notícia dava conta de que as cartas encontradas no quarto onde Gaioso estava hospedado indicavam que o infeliz moço sofria de “desarranjo das faculdades mentais”. Em carta dirigida a um tio, acusa a família de tê-lo forçado a seguir uma carreira contra seus desejos e aptidões, dando a entender que, com isso, achava estar prejudicando a expedição: “e declarara que se retirava da Comissão Científica por achar-se incapaz dos trabalhos seus de engenharia”. Por conta de uma afecção intestinal, continua o periódico, o primeiro-tenente fazia uso de grandes doses de láudano,⁴²⁵ “e que o uso continuado desse remédio lhe tinha feito perder a memória aumentando a sua hipocondria”.⁴²⁶ Tempos depois, queixando-se das pressões para retornar ao Ceará, Gonçalves Dias usa o caso de Gaioso como exemplo dos ânimos acirrados e das elucubrações em torno da Comissão Científica: “O Gaioso matou-se em consequência de uma fístula no ânus, de hemorróides que lhe atacavam o cérebro, de abuso do ópio, e resmungou-se que foi desinteligência, desgostos na comissão, ou enfim por que tinha quebrado uma agulha!”.⁴²⁷

⁴²³ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 233-324.

⁴²⁴ OLIVEIRA, Antônio Joaquim de. “Carta a Freire Alemão, prestando contas de despesas da Comissão Científica e referindo-se ao suicídio do Dr. Gaioso. Ceará, 26 de setembro de 1859”. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 027. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416366/mss1416366.pdf>. Acesso em: 23 mar.2017.

⁴²⁵ Medicamento a base de ópio usado como sedativo e analgésico, muito popular na era Vitoriana, mas que tinha como efeito colateral severa perda de memória. Na literatura, há várias referências do uso do láudano como veneno, em cenas de assassinato ou suicídio. Seu uso foi proibido no Brasil em 1934.

⁴²⁶ *Correio Mercantil* apud BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 365, nota 18.

⁴²⁷ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Manaus, 25/06/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 302.

Já a morte do Dr. Francisco de Assis Azevedo Guimarães foi enquadrada nos termos da ciência heroica e desinteressada pelo jornal *O Cearense*, de 31 de janeiro de 1860. Segundo Renato Braga, o médico foi requisitado para a seção Etnográfica, e Gonçalves Dias só o fez por conta das instâncias governamentais, que, em seguida, acharam este último ajudante ter poucas ocupações. “Além dos afazeres inerentes à Seção Etnográfica, cabia-lhe, sob a vista imediata do Presidente da Comissão, fazer preparações de anatomia comparada, estudar as epizootias dos animais domésticos e as plantas e as plantas indígenas aplicadas em debelá-las, desconhecidas da Veterinária”.⁴²⁸ Em campo, porém, achou-se por bem alocá-lo no grupo de Raja Gabaglia, que não contava com um médico e andava isolada das demais. Também é possível que os comissionados tenham percebido a presença de Guimarães como um estorvo e não como uma ajuda a mais, chegando ele apenas em junho de 1859, já tuberculoso.

No espírito positivista, entretanto, em que a presença do mito é estruturante da escrita das histórias de vida de homens de saber, destacava-se a formação do “grande vulto” científico; aquele que, quer pela inteligência excepcional, quer pela capacidade de se dedicar inteiramente à produção do conhecimento, sacrificando paixões mundanas e a própria vitalidade, serviam “à construção ideológica de nacionalismos, ao reforço da superioridade da ciência como forma de conhecimento etc.”⁴²⁹ O jovem médico de 27 anos, que já sofria anteriormente de problemas pulmonares, teve seu quadro agravado em terras cearenses. Os grandes elogios *post-mortem* a esse membro da Comissão, que mal teve tempo de realizar algum trabalho, talvez indiquem que o clima de expectativa em relação aos resultados da viagem exploratória ainda era grande naquele início de 1860. Ou que é fácil tecer loas a quem já não está entre os vivos.

Jovem de 27 anos, o Dr. Assis, membro da Comissão Científica, era dotado de uma capacidade pouco vulgar e de um amor à ciência e à humanidade que o tornava um verdadeiro apóstolo da medicina. Apesar de gravemente doente não se recusava a sacrifício algum e talvez isso apressasse o termo de sua vida, quando se tratava de um enfermo que carecia de sua ciência. Nunca se viu tanta abnegação em si, tanta resignação e caridade.⁴³⁰

⁴²⁸ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 33.

⁴²⁹ HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 134.

⁴³⁰ *O Cearense* apud BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 370, nota 33.

Como lembra Lorelai Kury, participar de uma expedição científica era difícil “não apenas por causa dos perigos físicos que [viajantes naturalistas] corriam durante suas aventuras, mas também porque a comunidade científica não era unânime quanto à valorização do trabalho do viajante”. No século XIX, tal tarefa era relegada a “naturalistas mais jovens, oficiais da Marinha, nobres em busca de entretenimento filantrópico ou aventureiros em geral”.⁴³¹ Apesar das dificuldades de fazer ciência num país periférico, Freire Alemão tinha uma posição respeitada no meio científico e, tal como um Georges Cuvier, poderia muito bem recitar para si as vantagens do naturalista sedentário em relação ao viajante, a exemplo do que este fizera ao analisar a tradução francesa de *Quadros da natureza*, de Alexander von Humboldt.

é verdade que conhece os seres dos países longínquos apenas através de relatos e amostras mais ou menos alteradas; as grandes cenas da natureza não podem ser sentidas por ele com a mesma vivacidade que por aqueles que as testemunharam; porém, esses inconvenientes são compensados por muitas vantagens. Se ele não vê a natureza em ação, ele pode fazer desfilar diante de si todos os produtos; ele leva o tempo que quiser para examiná-los; ele pode acrescentar ao estudo fatos correlatos de diversas procedências. O viajante percorre apenas um caminho estreito. É unicamente no gabinete que se pode percorrer o universo em todos os sentidos; mas é necessário, para tanto, um outro tipo de coragem: aquela que provém de uma devoção sem limites pela verdade e que só permite o abandono de tema quando, por meio da reflexão, da observação e da erudição, ele foi iluminado por todos os raios que o estado momentâneo de nossos conhecimentos pode oferecer.⁴³²

De fato, muito se havia avançado em termos de preservação de amostras para análises ulteriores, em gabinete, tanto que as instruções de viagem de todas as seções da Comissão Científica destacavam a importância de trazer exemplares da natureza, incluindo plantas e animais vivos. Para além do exemplo de Carl von Martius, seu mestre e referencial como homem de saber, por que Freire Alemão toma a decisão de viajar? Por que não mandar, por exemplo, seu sobrinho e assistente sozinho ao Ceará, uma vez que depositava nele grande confiança tanto pela competência quanto pelo parentesco? Se Cuvier dava importância secundária a ver a ciência em ação, em toda a vivacidade da natureza, pode-se pensar, por outro lado, no tanto de protagonismo

⁴³¹ KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 863-880, 2001, p. 864.

⁴³² CUVIER apud KURY, Lorelai. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, vol. VIII (suplemento), 863-880, 2001, p. 864.

e autoridade que o ato de se colocar em campo encerrava. Dentro do espírito romântico do período, o *estar lá* dá à Comissão Científica grande um caráter de confiabilidade.

Um fator importante [...], é que a realização de uma viagem, fosse a serviço de alguma instituição científica, fosse por meios próprios, resultaria em prestígio, uma vez que possibilitaria ao viajante tonar-se um especialista na natureza da região visitada e dessa forma ascender na carreira. Além disso, o viajante adquiria entre seus colegas uma “imagem” de aventureiro, o que é revelador de como o exótico fazia parte do imaginário dos cientistas e sábios do final do século XVIII e início do século XIX.⁴³³

O Império brasileiro não enviou ao Norte qualquer pessoa ou simplesmente continuou a franquear acesso e documentos a naturalistas estrangeiros: a grande novidade era mandar a campo seus naturalistas mais destacados. O anseio por encontrar produtos naturais que pudessem ser revertidos em dividendos para o Império também pode ter sido outra motivação para colocar esses naturalistas em percurso, uma vez que estes eram ligados direta ou indiretamente às instâncias governamentais. É possível também pensar que, diante das dificuldades colocadas por membros do próprio governo imperial para a preparação da viagem e os conflitos internos entre os próprios comissionados, Freire Alemão temesse que seu papel fosse diminuído por não estar em campo com os demais — afinal, ele também era o presidente da Comissão Científica. Entre temores e dificuldades, o trabalho de campo empreendido por Freire Alemão na Seção Botânica enseja como o trabalho científico aparece no diário não somente em termos descritivos e de registro de atividades, como também dirige e determina a observação de aspectos não necessariamente ligados à botânica.

Depreende-se da escrita do diário que Freire Alemão tentou conciliar em si os papéis de viajante e sedentário; a apreensão desse ambiente com todos os sentidos e a análise científica reclusa e mais detida, ainda que nesse tipo de intento sempre um lado acabe se sobressaindo. Num determinado momento, o diarista dá a entender que livros científicos faziam parte da bagagem da Seção Botânica, além de equipamentos para observação de plantas e partes que não poderiam ser divisadas a olho desarmado. “Entretivemos as senhoras, mostrando-lhes desenhos e figuras dos livros, mostrando-lhes [também] um óculo de alcance que nunca tinham visto. Mostrou[-se]-lhes alguma

⁴³³ KURY apud ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007, p. 47.

coisa ao microscópio, os cabelos de Maria dos Anjos, a assentaram”.⁴³⁴ Esse trecho reforça a tese de que boa parte do trabalho de descrição e classificação das plantas estava sendo feito ainda no Ceará, com o auxílio de livros e equipamentos específicos para esse fim, talvez como forma de dinamizar o trabalho e permitir que pelo menos alguma parte dos resultados pudesse ser apresentada logo após o retorno à Corte.

De fato, pelo que se percebe da leitura do diário e da forma como seu autor descreve seu trabalho, Freire Alemão era mais aplicado no estudo e desenho das plantas do que na colheita de espécies. Encontram-se 17 menções à palavra *colhi*, sendo que sete delas tratam da colheita de relatos e notícias, e o restante à de plantas. Em 26 de maio de 1860, refere a um dos poucos passeios que fez sozinho, onde destaca a coleta de flores e frutos e antecipa alguns dos gêneros dessas plantas, ao lado do nome vulgar:

26 de maio: Depois do almoço montei a cavalo e fui até a lagoa Parangabussu [Porangabussu]. Colhi com flor e fruta a mapotácea que chamam aqui marta. Colhi com flor e fruta o tentinho (*Abrus precatorios*), colhi flor e fruta verde do guajeru, colhi flor [f. 348] duma *Byronnina*, que creio ser a arbórea, colhi ramos com bagens duma leguminosa.

Echeporpermen que chamam aqui candeia e cujo cerne é dum amarelo-dourado, como o vinhático. Colhi com flor uns pendões duma linda gramínea. Esta com fruta a *Tetracera* e com flor a capota e uma linda *Centrosema*.⁴³⁵

Além de um ordenança e um criado, José dos Santos, Freire Alemão refere-se 32 vezes a um mateiro (a quem ele também chama de coletor) de nome Barreto, responsável pela colheita de espécies botânicas. “30: Levantando-me de manhã, achei a colheita que fez ontem o Barreto: violeta, que já tínhamos estudado, unha-de-gato, um *Oncidium* (rabo-de-tatu) e ramos de jatobá com botões. Estudei estas duas plantas últimas”.⁴³⁶ Também era Barreto quem seguia mais avançado para conseguir pouso nas vilas e povoados, antes de o restante do comboio chegar, e por vezes negociava a compra de alimentos — uma grande fonte de aborrecimentos para seu patrão, que se queixou diversas vezes no diário sobre a recusa inicial dos cearenses de vender algum animal, alegando sempre não os possuírem ou estarem muito magros, sendo depois desmentidos pelos próprios animais que andavam pelos quintais e cozinhas.

⁴³⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 398.

⁴³⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 280.

⁴³⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 143.

Agora aqui em Santa Ana, o nosso bom vaqueiro João Pedro da Silva (cabra) a quem o Barreto perguntou se tinha alguma galinha para vender. A primeira resposta foi: “Qual! Tem aí umas galinhas chocas”; e no entanto víamos pela sala belas galinhas e frangos passeando. Foi porém para dentro e tendo conversado lá não sei com quem se resolvera a vender uma galinha. É sempre assim.⁴³⁷

Essa situação foi registrada e comentada dez vezes ao longo do diário, levando Freire Alemão à conclusão de que aquele era outro dos “costumes da terra”, como colocado no capítulo 2: nos pousos do sertão, à beira da estrada, acha-se facilmente lugar para armar uma rede e água — “quem tem casa à beira da estrada tem estalagem, quer queira quer não”⁴³⁸ —, mas há sempre uma recusa, pelo menos inicial, em vender alimentos, tanto assim que os viajantes da terra já carregam consigo matalotagens. Adquirir comida nos sertões, muitas vezes, envolvia formas veladas de negociação que passavam ao largo do simples ato de compra e venda. Num lugar denominado Carrapicho, o botânico perguntou à dona da casa se não havia leite ou ovos para vender, ao que ela respondeu que não.

Mas – quando se fez o meu almoço, depois de uma hora, dando eu a cada filho uma fatia de pão e um pedaço de queijo, e quando jantei, às quatro horas, mandei-lhe um pedaço bom de goiabada para repartir com os filhos, que são interessantes – veio de dentro um filhinho trazendo no prato em que levou o doce *uns poucos de ovos!* Já em Tropas o leite que tomei com café ao almoço *foi comprado* ao vaqueiro, a cujas filhas dei também algumas moedas. Não sei pois como o Dr. Ildefonso disse que eles se ofendiam que se lhes oferecia dinheiro pelo leite.⁴³⁹

Os inconvenientes de ordem prática ao longo do percurso se apresentam no diário também como uma forma de analisar o comportamento dos sertanejos, estabelecendo parâmetros de civilização de que os locais aparentemente careciam. Ferreira Lagos, da Seção Zoológica, por seu turno, irritava-se com aquela situação, ora porque queriam cobrar por uma galinha um valor acima do habitual ora porque a recusa da venda era justificada por serem os membros da comissão “estrangeiros que vínhamos explorar a província para [a] entregar aos ingleses, em pagamento da nossa dívida, e outras coisas semelhantes”. Na povoação de Boa Vista, na margem esquerda do rio Jaguaribe, tal pensamento era confirmado por Lagos “falar e gritar com os homens do

⁴³⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 247-248.

⁴³⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 224.

⁴³⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 241.

nosso comboio e, segundo o seu costume, cheio de raiva e com ameaças, estavam os da terra curiosos a olhar para ele”. E, diante da mais uma recusa em vender animais, Lagos “prometia atirar na criação que via, porque assim morta abririam preço”. Como já foi referido no capítulo 2, Freire Alemão deixa entrever que, a despeito de considerar as ideias dos cearenses extravagantes, o comportamento destemperado do companheiro de viagem dava margem a essa postura de precaução dos locais, enquadrada no temor a tudo que era ou entendiam ser estrangeiro: “Um sujeito que presenciara isto de perto, vendo-me calado e sorrindo aos destemperos do Lagos, tomando-me por brasileiro, animou-se a perguntar-me se aquele sujeito não era inglês?”.⁴⁴⁰

Voltando ao coletor botânico, a relação entre patrão e empregado é marcada por pequenas tensões. Em alguns momentos se desencontravam no caminho, o que era comum nas viagens empreendidas naquele período e condições, mas tais erradas não deixavam de ser notadas pelo botânico. Por duas vezes, antecipa o nome do mateiro pelo adjetivo *bom*, mas com significados depreciativos (como se pode perceber também na citação anterior, quando se refere ao vaqueiro João Pedro). Em Fortaleza, à espera da licença para voltar à Corte, Freire Alemão reclama do pouco empenho do coletor, agora que não estavam mais em caminho: “Também o bom do Barreto tem [se] dado em preguiçoso e apenas me tem colhido algumas gramíneas e amostras de algumas árvores ou madeiras de construção”.⁴⁴¹ Já no segundo diário, ressalta que, a despeito da falta de comida e dos pães mal feitos que encontraram em Santa Cruz, ainda os preferiu “à farofa, que nos fez o bom Barreto para comermos com linguças, que trouxemos da Capital”.⁴⁴²

Eventualmente temos o registro da Seção Botânica fazendo uso do trabalho dos locais: “Mandamos hoje um homem daqui ao mato a colher algumas árvores. Eu ocupei-me em estudar algumas plantas colhidas ontem, e outra que Manoel tem colhido; hoje veio nos visitar o Sr. João, [f. 211] [que] ontem foi ao mato, e cuja colheita não nos satisfez muito e lhe demos 1.640 [réis?]”.⁴⁴³ Como muitas vezes encontravam as plantas desfolhadas, com folhas murchas ou com frutas passadas, recorria-se a favores junto às pessoas mais gradadas da província. “Hoje tornei a ver o pau-branco com flor, depois de passar o Riacho do Sangue; tinham desaparecido depois da Venda. No Icó deixei recomendado o Sr. Théberge o apanhar-me flores de braúna e de violeta, para o que lhe

⁴⁴⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 105-106.

⁴⁴¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 276.

⁴⁴² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 310.

⁴⁴³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 447.

deixei algumas folhas de papel pardo”.⁴⁴⁴ Nem sempre, porém, os trabalhos ficavam a contento, como ocorreu no retorno à Pacatuba, provavelmente por falta de habilidade com aquele tipo de trabalho:

Aqui achei preparadas 33 a 34 amostras de madeiras, que eu havia encomendado ao Sr. capitão Justa e para o que lhe deixei 30\$ [trinta mil-réis]. Achei mais algumas plantas secas, mas muito mal conservadas; todavia algumas me servem; não pedi a flor do [pau-d’]arco-amarelo, a flor da rabugem, nem a do pirauá, que havia encomendado ao Sr. Juvenal.⁴⁴⁵

Por outro lado, a importância do recurso aos locais se mostra principalmente por conta da descrição que fazem de algumas espécies peculiares, que podem levar a descobrir a ocorrência de plantas que o botânico já conhecia, mas que no Ceará são chamadas por outro nome. “Aí nos disse ele que aqui não muito longe havia alguns pés de *bacumixá*, árvore das sapotáceas cuja fruta é boa de comer, e que diz ele que só dá fruta de sete em sete anos. Então me lembrei que podia ser o nosso guaranhém, mas parece que a fruta da bacumixá é redonda”.⁴⁴⁶ Nesse sentido, Freire Alemão segue à risca suas instruções, em que o nome científico de uma planta tem tanta importância quanto o nome popular. Até para que não seja difícil localizar novamente no caso de uma nova exploração. “Achamos também uma *Rollinia arborea*, cujo cálice é rubro, o que me deram o nome de *ata-brava*”.⁴⁴⁷ É também da conversação que se pode obter a aplicação de certas plantas, como na ocasião em que, estando no Aratanha, comenta a forma de preparar doce de abiu ou abio (*Pouteria caimito*), cujas sementes enviou para o Rio, tendo como informante dona Maria Teófila, mulher de um hospedeiro que costumava fazer vários presentes de doces ao botânico. Mesmo quando as frutas não são de boa qualidade, as aplicações culinárias são anotadas como forma de potencial aproveitamento. “Em roda das casas, que quase todas são palhoças, há bonitos laranjais, cujo fruto é pequeno e azedo (dizem que deixando de um ano para outro se fazem doces), há limoeiros de que vimos uma cerca, as limas são aguadas”.⁴⁴⁸ Ainda sobre a qualidade das laranjas, os informantes colocam o tempo da colheita como diferencial: “É o que nos diz toda a gente do Ceará, as laranjas no primeiro inverno amadurecem mas não ficam doces, e durante a seca perdem o caldo; e com as chuvas primeiras de

⁴⁴⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 250.

⁴⁴⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 269-270.

⁴⁴⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 179.

⁴⁴⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 223.

⁴⁴⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 342.

inverno seguinte enchem de novo e então ficam doces”.⁴⁴⁹ De outro hospedeiro, que, pelo contexto, entende-se ser um vaqueiro, Freire Alemão adquire informações sobre plantas que servem ou não para pastagem — ainda que aponha certa desconfiança: “É crença aqui que o gado ou vacas nutridas com a rama do *mororô* [mororó] dá muito bom leite para queijo; o feijão bravo também faz bom leite, e provavelmente a canafístula – a vaca nutrida com rama de juazeiro dá um leite que não é saboroso”.⁴⁵⁰ O botânico também contava com as coletas feitas por seu sobrinho e assistente, Manoel Freire Alemão, também chamado de Freirinho ou Freire Sobrinho, unidos pelo parentesco e as afinidades dos estudos médicos e botânicos.

Na povoação de Campo Grande (atual Guaraciaba do Norte), a demarcação de certos lugares é feita tanto pelos relatos das gentes quanto pela natureza. Na entrada de 10 de novembro de 1860, Freire Alemão sai para “mais uma excursão matutina”, mas desta vez desloca-se para fora do povoado, seguindo o caminho que conduz até a vila de Viçosa. Seu intuito era chegar até um lugar onde as pedras obstruem a estrada e passa pelo meio de algumas rochas de certa grandeza.

O deslocamento até esse local específico se dá por duas razões. A primeira por ser ali o lugar onde o alferes Antonio Barbosa foi esperado por uma tocaia, a mando do coronel Manoel Martins. A história é referida anteriormente por Freire Alemão, mas como um assassinato, a partir do relato de um Sr. Moraes, com quem trava conhecimento, e de uma mulher, “a cabra que nos dá água aqui que tem os seus 60 anos, para tomar nota a respeito da época do assassinato do Barbosa”.⁴⁵¹ Parece tratar-se de um caso exemplar das brigas políticas e familiares que grassavam no Ceará e causavam grande impressão no diarista, dado o esforço registrado em ouvir relatos e mesmo escrever detalhes em folhas separadas do diário, como se pode depreender do seguinte trecho: “Logo que cheguei à casa apareceu-nos o Sr. Francisco Ferreira Passos que passou o dia conosco, referindo casos antigos destes lugares, e principalmente as desavenças dos Feitosas e Barbosas, que tudo escrevemos”.⁴⁵² Freire Alemão depois iria escrever o resumo do cotejo, ensejado por estar no local onde se deu tal sucesso:

foi aqui que o alferes Antonio Barbosa foi esperado por uma tocaia de alguns assassinos armados de bacamarte a mando do coronel Manoel Martins, e outros que o entretiveram aqui no jogo, até a noite; e de que

⁴⁴⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 400.

⁴⁵⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 423.

⁴⁵¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 333.

⁴⁵² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 335.

ele escapou milagrosamente ficando apenas chumbado num braço, e o cavalo no pescoço.⁴⁵³

A segunda motivação se dá pelo aspecto botânico: “Aí no lugar mesmo, onde devia estar algum dos assassinos colhi um indivíduo feminino, com flor e frutas verdes, de uma rubiácea, comum aqui, cujo indivíduo feminino ainda não nos havia sido possível colher”.⁴⁵⁴ É pelo indivíduo feminino, com suas flores e frutos, que um botânico pode fazer a descrição científica de uma planta, e averiguar se encontrou ali uma nova espécie. Assim, o rubro que caracteriza a família botânica e a memória do sangue derramado na tocaia revestem esse local de novos sentidos. Se, para um viajante comum, aquelas pedras seriam apenas uma fonte de embaraço para seguir o seu caminho, para o viajante naturalista é a oportunidade de, por meio da experiência dos sentidos e da compreensão científica, traçar significados possíveis apenas por meio do enquadramento dado pelo relato diarístico.

O botânico demonstra grande preocupação com o desmatamento, principalmente nas regiões de serra, onde a temperatura aumenta e os olhos d’água secam pela falta de cobertura vegetal. Não que ele refute a ocupação pelo homem, mas que, se esta gente fosse mais disciplinada e industriosa, haveria ali um outro ambiente natural e social, como mostra nesta descrição da Serra da Ibiapaba:

A Serra da Ibiapaba oferece as mais belas proporções para uma boa habitação do homem e para o desenvolvimento industrial, pela amenidade de seu clima, pela bondade das águas e pelas forças produtivas do terreno. O que tem estorvado a esse desenvolvimento é em primeiro lugar a falta de vias de comunicação em razão da escarpa abrupta da serra, a falta de águas permanentes e enfim a condição dos homens que a têm habitado, ou índios indolentes, ou brancos facinorosos, e mais bravios que os caboclos. As gerações que têm passado por cima deste felicíssimo torrão, ignorante, perverso, não têm deixado rasto de sua existência senão pela destruição das belas matas que revestiam a serra, [que] lhe dava frescor, vigor e águas perenes. Deixaram o que não podiam destruir, a beleza do seu céu, a amenidade do seu clima, a pureza de seus ares e a terra empobrecida e ressecada, que está esperando pela atividade e indústria, para lhe restituir a substância e frescura com que possa nutrir e felicitar uma numerosa e bela população.⁴⁵⁵

⁴⁵³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 336.

⁴⁵⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 336.

⁴⁵⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 351.

Enquanto à natureza são atribuídas qualidades como “bondade” e “força”, esta é vencida, sobretudo, pelo caráter das gentes que têm passado por cima desse “felicíssimo torrão”. Os índios são indolentes (a indolência é colocada como característica natural e imutável), mas os brancos, que deveriam civilizar a terra, *tornam-se* de tal forma facinorosos que ficam “mais bravios que os caboclos”. Ignorantes e perversas, essas gerações tiram o que podem do solo até exauri-lo, deixando apenas o que não podem destruir: a beleza do céu, a pureza dos ares (ainda se estava longe de considerações sobre a poluição provocada pela atividade humana) e a terra que, embora ressecada, poderia reverdecer pela atividade e indústria.

A aproximação com o ambiente se dá também por meio de comparações, aproximações com lugares e espécies da província do Rio de Janeiro, de que Freire Alemão tem grande conhecimento por conta dos anos de herborização e pesquisa nos arredores da Corte, como explicara em carta a Giovanni de Brignoli (ver capítulo 2). A meia altura da serra de Baturité, após duas horas subindo uma ladeira “que é áspera e tem passos difíceis, ou por íngremes, ou por pedregosos, ou por atoladiços, e escorregadiços, em muitos dos quais eu me apeei”, o botânico faz uma pausa para contemplar a vista. Sua descrição envolve o ar fresco, as matas alteradas pela mão humana, com grandes madeiros, até se deter nos resquícios das plantas do sertão, “como mororós, angicos, cajazeiras mui grandes, *Alseis*, barriguda, maniçobas, camarás (lantanas e *syninlheras*)”. Mas, quando lhe falta a denominação local de uma espécie com que se depara pela primeira vez, ainda que cerque a planta com termos científicos, mais precisamente a família e o gênero, recorre ao nome vulgar do seu lugar de origem. “Enfim vi ali pela primeira vez a caitacea [cactácea] (*Pereshia* [*Pereskia*]) que no Rio se chama ora-pro-nobis etc”.⁴⁵⁶ No sítio São Gonçalo, onde passará a noite, é que diz ter uma melhor noção do alto da serra, traçando novas comparações. “É uma vastíssima esplanada, toda eriçada de montes, bem semelhante à nossa grande serra do Mar. [...] Tudo coberto de grandes matas, comparáveis com as nossas do Rio; mas que vão sendo destruídas, ou antes já estão em grande parte devastadas”.⁴⁵⁷

Segundo Luciana Rossato, em estudo sobre os relatos de viajantes europeus em passagem por Santa Catarina, o uso da comparação e de inventários são aspectos comuns de muitos desses relatos. O francês Antoine Joseph Pernetty⁴⁵⁸ faz uso das

⁴⁵⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 445.

⁴⁵⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 446.

⁴⁵⁸ Antoine Joseph Pernetty (1716-1801), monge beneditino e apaixonado por História Natural. Esteve no

comparações com plantas e animais europeus como forma de dar uma ideia mais precisa aos seus leitores, pessoas não especializadas, mas que se dedicavam, por diletantismo, à História Natural, moda bastante difundida nos séculos XVIII e XIX. “É o que ocorre quando ele descreve as gralhas, nome ‘que os portugueses dão a uma espécie de *corneille*, cuja plumagem é de um belo azul terno. São, dizem eles, os corvos da região”.⁴⁵⁹ Interessante notar que, nessa descrição, não apenas o naturalista se encarrega de comparar o espécime catarinense e europeu, como o recurso resvala para a fala dos locais, por meio da expressão “dizem eles” — uma forma de reduzir as distâncias e as diferenças a partir de uma “concordância”, ainda que esta tenha sido feita de forma artificial ou não.

Podemos acrescentar que a utilização do recurso da comparação proporciona a falsa ilusão de compreender e conhecer, uma vez que insere o novo em categorias mentais conhecidas e largamente utilizadas, da mesma forma que inventariar o que foi coletado, descrevê-lo e posteriormente renomeá-lo com nomes em latim marca uma tomada de posse, a inscrição destas coisas no mundo classificado, ordenado e hierarquizado dos museus. A estrutura que norteia a escrita do relato espelha, de certa forma, o mundo mental dos cientistas e da ciência européia (sic) da época.⁴⁶⁰

Em São Gonçalo, a Comissão ficou hospedada num sobradinho de engenho, destinada ao fabrico de rapaduras. Lá o botânico faz considerações sobre o madeiramento das construções, considerado por ele mal travado e pouco seguro, além de descrever o soalho tanto do sobradinho quanto da casa de moendas, feito de “terra batida sobre barrotes unidos, como em S. Benedito e S. Pedro, [e que] foram as casas de palha contra os incêndios”. Do lado de fora, a vegetação que cerca o lugar denota “muita analogia com a do Rio em roda das casas, são oficiais da sala, guaxima, erva-de-santa-maria, vassouras etc, etc. Assim como guaibeiras (plantadas?), laranjeiras, bananeiras, cafezeiros etc. etc.; o aspecto do lugar é como o de Petrópolis”.⁴⁶¹

Quatro dias depois, já na vila de Baturité, Freire Alemão faz uma pausa na narração de sua chegada com um parágrafo intitulado “Vegetação da Serra de Baturité”. Assim como em outros momentos do diário, o título é escrito de forma centralizada no

Brasil em 1763 como membro de uma expedição financiada por Louis Antoine de Bouganville, que tinha intenção de fundar uma colônia francesa nas Ilhas Malouines.

⁴⁵⁹ ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007, p. 85.

⁴⁶⁰ ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário...* Op. cit., p. 86.

⁴⁶¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 447.

papel, e o conjunto (título e parágrafo) contém um pequeno espaço em branco, acima e abaixo, de forma a se destacar do restante da narrativa. Denota ao leitor a ideia de uma complementação e/ou uma reorganização do que vinha descrevendo nos dias anteriores, quando estava no alto da serra. Se, antes, a aproximação se dava por uma ou outra espécie da flora, nesse parágrafo, traça-se um grande paralelo entre a serra de Baturité e a serra do Mendanha, lugar de nascimento de Freire Alemão. Das “árvores corpulentas” à “pequena vegetação”, o botânico faz um cotejo da porção de matas restantes a partir “das que lá [no Mendanha] temos” — com destaque para a planta do gênero *Melanthera*:

Vegetação da serra de Baturité

As matas que antes cobriam todo o alto da serra, e de que ainda se conserva uma boa porção, são, ou foram magníficas. O terreno montuoso, argiloso quase sem pedra, é semelhante aos altos da serra do Mendanha, mas muito mais vasto. Árvores corpulentas, de espécies em grande parte das que lá temos são: maçarandubas, ipês (paus-d’arco) da flor amarela e da flor roxa nas quebradas, copaíbas (pau-de-óleo), *Jetahys* (jatobás), cedros nas quebradas etc. etc. Na pequena vegetação notamos de passagem a *Hamelia patens*, a *Melanthera* (*synathen* comum no retiro do Campo Grande), a *Vernonia* de flores roxas (erva preá ou canicota), a *Cordea* (sócia da c. Curupavica, o *Syphocampylus*, a coerana (certram) a cássia (canudo do cachimbo), o anil, a *Seoparia dulcis*, a erva-de-são-joão (*Ageratum*), a *Inga vera*, a guaxima, a *Trimpheta*, a embaiba etc.⁴⁶²

Percebe-se no diário haver poucas descrições sobre o formato, cor ou textura de plantas, talvez porque houvesse o suporte dos desenhos feitos por Reis Carvalho e pelo próprio Freire Alemão, chegando este ao detalhe de indicar a cor de cada parte de uma planta. Foi o caso, por exemplo, de uma begoniácea, que se limitou a descrever como possuidora “de grandes cestões de flores cor-de-rosa viva”, uma vez que “que temos colhido e desenhado”.⁴⁶³ Além da feita acima, outra exceção é o trecho que se segue, em que são enfeixados descrições, comparações e uma sinestesia, na qual se destaca a oiticica por entre árvores *tristonhas*, bem como a descoberta de cochinhila sobre as plantas de urumbebas:

Por entre essas árvores de aspecto tristonho vicejavam as *oiticicas*, sempre verdes, imitando grandes e largas mangueiras, estavam carregadas de flor cujo cheiro é desagradável; *juazeiros*, árvore de

⁴⁶² ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 450.

⁴⁶³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 115.

grande copa, sempre verde e imitando a da laranjeira; *marizeiras*, árvores de grande copa, com folhagem verde; [f. 74] a *quixabeira*, árvore de grande copa hemisférica e que chega ao chão (estavam carregadas de flores cheirosas); *mulungus*, árvore de bonita copa piramidal, com ramos horizontais, estava sem folhas e com lindas flores encarnadas; *caraúbas*, belas árvores, cobertas de flores amarelas e sem folhas perfeitamente como os nossos ipês; *mutambas*, árvores copadas, estavam com folhas e frutas passadas; *jaramataias*, árvore derramada, imitando as nossas aroeiras, com folhas dum verde pardo, lindas flores azuis e cheirosas etc. etc. A vegetação menor era do *mufumbo*, arbusto que pela primeira vez vi no Tabuleiro e que daí para cima é muito abundante, forma reboleiras de ramos longos; estava com fruta *xiquexique*, cardeiro que vi pela primeira vez em Limoeiro; alguns cardeiros da espécie dos tabuleiros da praia; *jamacarus* que também os observei aqui pela primeira vez; e algumas *urumbebas*, ou palmatórias, que também as achamos de Tabuleiro d'Areia, onde Manoel as colheu cobertas de cochinilha, em vários lugares matos de *macambira*.⁴⁶⁴

Ao falar da cochinilha, mesmo que de passagem, o botânico passa a englobar duas searas, a botânica e a zoologia, bem como suas respectivas interações. Como colocado no capítulo 1, a cochinilha é um inseto que até meados do século XIX tinha alto valor comercial, sendo utilizado na produção de corantes. Apesar de ter perdido terreno com o advento dos corantes sintéticos, ainda hoje é utilizado em cosméticos e produtos alimentícios com sabor morango e frutas vermelhas.⁴⁶⁵ Não se sabe como esses insetos exóticos chegaram até a província, mas o que provavelmente interessa o botânico nessa notação é saber que as urumbebas poderiam ser utilizadas na criação de cochinilha em nível local.

Ainda sobre a zoologia, encontram-se mais descrições, como o sapinho de dorso escuro e ventre brancacento encontrado no sertão, “o qual depois de chover na véspera, se vai de manhã à borda dos riachos produzindo um som longo, e penetrante, e estando então cheio de ar, e redondo como uma bola”.⁴⁶⁶ No palácio do governo, o novo presidente da província, Manoel Antônio Duarte de Azevedo, mostrou-lhe seus animais de estimação: um macaquinho do Maranhão de cor preta, com pintas louras no dorso, pelo mui fino e macio, e uma araruna, ainda nova, de cor azul denegrada, com bico

⁴⁶⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 90.

⁴⁶⁵ Organizações de defesa dos direitos dos animais e pessoas adeptas do veganismo atualmente condenam e boicotam uso desses insetos, que são esmagados em grande quantidade para a obtenção do corante (cerca de 70 mil insetos para obter meio quilo de corante) e podem causar reações alérgicas. Para saber mais sobre aspectos do ativismo vegano e o combate a produtos e serviços que envolvem a utilização de animais, ver NUNES, Ernesto Luiz Marques. *Vegetarianismo além da dieta: ativismo vegano em São Paulo*. Dissertação [Mestrado em Ciências Sociais], São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 129 p, 2010.

⁴⁶⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 461.

negro, olhos amarelos em roda, cauda como a dos papagaios.⁴⁶⁷ Tais informações dão conta do trânsito de animais exóticos para a província, o que trazia para o naturalista a vantagem de poder observar determinados espécimes que se encontravam fora de sua área de exploração. “Contou-me também D. Antônia que via agora no Maranhão um animalzinho do Pará mui lindo e mui manso, chamam-lhe quatituru, é uma espécie de caxinglê – creio que [ilegível] e cuja cauda é um *froco*”.⁴⁶⁸

Mas a mais curiosa dessas descrições de animais é dos chamados morcegos embocetados. A primeira referência aos morcegos embocetados ocorre no Crato, apesar de dizer que já tinha ouvido falar deles ainda no Aracati, assim chamados porque “tomando-se um deles e atirando-se no chão sai de dentro outro, e atirando também este no chão ainda sai de dentro outro!!”⁴⁶⁹ Seis dias depois, um sujeito teria questionado Freire Alemão sobre os tais morcegos, alegando “o sujeito que não acreditava, mas que pessoa de seu conhecimento lhe asseverara o fato; mas cremos que sua intenção foi saber se era certo haveremos nós prometido certa soma se o caso fosse verdadeiro. Nós o remetemos para o Lagos”.⁴⁷⁰ Há aí um tom de ironia para com o chefe de Seção Zoológica, uma vez que Freire Alemão já o criticara pelo pouco trabalho que dedicava à sua seção, estando Lagos mais interessado em coletar histórias e anedotas. Talvez com a curiosa história dos morcegos embocetados, Lagos pudesse unir finalmente seu interesse principal com as obrigações previstas pela Comissão Científica.

Certas considerações sobre plantas e frutos tornam-se senhas para deslindar certos usos e realidades. No caso de plantas, raízes e frutos, o botânico destaca a utilidade. Ao informar, por exemplo, que determinado dia recebeu a oferta de “uma magnífica ata, que a comi *todinha*”, o botânico dá ideia da palatabilidade daquele fruto, e talvez um possível uso em larga escala. A receita de doces que lhe são oferecidos ultrapassa a mera descrição feita por Dona Maria Teófila, sua anfitriã, para abordar o aproveitamento de frutas como o abio, fruto de uma árvore sapotácea chamada abieiro, comum na América Central e na América do Sul, cujas sementes o botânico havia remetido para a Corte.

Disse-nos ela que o doce do abio de que mandei sementes para o Rio se faz limpando primeiro a fruta da película; depois com uma colher

⁴⁶⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 551.

⁴⁶⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 491.

⁴⁶⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 163.

⁴⁷⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 165.

se tira o miolo, no qual se vai botando a fruta assim limpa, deixando toda nesse estado, mexe-se bem no próprio miolo para a clarear; e lava-se depois em água; leva-se ao fogo em água para a ferver e lançada água fora, e escorrida a fruta mete-se na calda e se lhe dá o ponto. Este doce seco é muito bom, diz ela.⁴⁷¹

Mas nem sempre os produtos da terra eram bem aceitos pelo organismo: “Hoje amanheci com outro desarranjo; ontem estiveram assim Villa Real e Manoel, parece que é efeito da canjica que me mandou D. Maria Teófila, na qual sempre ajunta o leite de coco”.⁴⁷² Mesmo não lhe agradando o sabor, não deixa de estudar o pequi, planta comum na região do Cariri cearense, anotando por informações do ofertante outros lugares de incidência da planta e os subprodutos de que se poderia tirar algum proveito.

Hoje nos mandou o Sr. Sucupira alguns pequis, dos quais não pude gostar, mas abri-os para estudar. Disse-lhe que quando foi arribado com o Gruiffeld à foz do Orenoco, aí lhe trouxeram os índios muito desta fruta a que davam o nome de piquê, as quais eram maiores que os daqui.

A polpa do pequi (assim como a amêndoa) dá muito bom azeite, com o qual se tempera o arroz e guisados. Agora mesmo tirei uma porção da polpa, parece que se assemelha com a do coco-de-catarro, e levando-a à luz ardia bem e dava óleo.⁴⁷³

Em Fortaleza, um prato de laranjas enseja a descrição de formas de consumo. “Mal tínhamos descansado, foi-nos apresentado um prato com laranjas tirada a casca de fora (do sumo), e furada no pé, para chuparmos, o que no Rio chamamos maminha – e aqui disseram as senhoras que chamam pote”. Há também usos para o botânico inusitados, como o da planta a que chamavam os locais tabatinga, que juntada a certa quantidade de goma de tapioca, era usada para caiar as casas de São Pedro de Ibiapina: “E ficam tão alvas, tão bem caiadas, que eu teimei com um sujeito daqui que me asseverava que era tabatinga, e não cal. É mesmo superior à cal, segura melhor que ela, não tem os seus inconvenientes, e desperta-lhe a alvura”.⁴⁷⁴ O recurso ao inventário não se limita às plantas e outros produtos, como também às diversas formas de se nomear alguma coisa. As mangas dão-lhe ocasião para comentar sobre as melhores regiões em que a cultura prosperava e a aceitação do fruto pelas pessoas:

⁴⁷¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 462.

⁴⁷² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 512.

⁴⁷³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 179.

⁴⁷⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 363.

Na serra há muita quantidade de coqueiro-da-praia que já está dando, magníficas mangueiras, que inda estão [f. 220] carregadas de fruta (e me parece que em parte alguma há melhores e mais abundantes mangas que no Crato) e gostei de ver os meninos e meninas filhos do Bilhar encharcando-se de mangas e até uma doente já de certa idade trepada e bem alto na mangueira e uma pequenina nua tragando uma manga com casca e tudo.⁴⁷⁵

Interessante notar as poucas passagens em que Freire Alemão trata do uso medicinal de plantas e outros produtos, apesar de sua formação em Medicina. “O Sr. João Brígido entrou também aqui e em conversa com Manoel [f. 196] asseverou-nos que o remédio aqui trazido contra *carbúnculos* e *pústulas* transmitidas pelo gado é a *raiz do velame*”.⁴⁷⁶ Em compensação, antes de partir para o Rio de licença, obteve a notícia de uma planta trepadeira, de alegado uso medicinal, seus nomes em várias regiões da província e algumas amostras para o seu herbário. O trecho evidencia a importância da rede de relações e amizades que o botânico estabeleceu durante sua permanência no Ceará, permitindo obter plantas ou partes de plantas que poderiam ter passado despercebidas na travessia ou às quais ele simplesmente não teve acesso por chegar num lugar fora da época de floração:

Aqui estava o padre Sucupira e conversando sobre plantas medicinais disse-me que há uma batata, a que chamam *batata-de-teiú*, *batata-de-cobra*, e nos Inhamuns *cabeça-de-negro*, e também taiuiá (será teiuiá), que é planta trepadeira, da qual mandou algumas batatas plantadas ao Dr. Lacerda no Maranhão e que este mandou dizer que já havia crescido e florescido e que era planta de macho e fêmea.

Também mandou raiz da angélica-brava ao mesmo doutor por pedido dele, que lhe achou virtudes e lhe pediu que lhe mandasse ramos com flor e fruta [...].⁴⁷⁷

Por outro lado, foi o desconhecido mel de jandaíra, oferecido pela esposa do Dr. Franklin de Lima, D. Liberalina, que surtiu efeito contra a tosse sem expectoração que o vinha incomodando. “Pareceu-nos logo sofrer menos, passei a noite tossindo menos e de manhã (hoje) lançando alguns grumes de catarro cozido, do fundo dos

⁴⁷⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 183.

⁴⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 169.

⁴⁷⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 286.

brônquios, sendo antes a [f. 354] tosse seca, ou lançando apenas algum catarro fluido”.⁴⁷⁸

As plantas também informavam sobre o estado de pobreza em que se encontravam várias regiões da província. Ainda que se mostrasse bastante agastado com o assédio das pessoas pobres, pedindo esmolas e favores, é delas que obtêm notícias sobre a alimentação. “A outra casada [...] se lastimava de suas misérias. ‘Hoje, dizia, ainda não comi senão um mamão!’ [f. 102] (me parece ser uma comida trivial aqui para a pobreza; custam um vintém e são muito grandes)”.⁴⁷⁹ Mais adiante, teve a oportunidade de provar o fruto e comentou: “Anteontem, ao almoço, apresentou-nos mamão picado em um prato; provamos o fruto aqui estimado e grande recurso para a pobreza”.⁴⁸⁰

Em períodos de seca, não era incomum certas populações ficarem isoladas por conta do perigo de longas travessias sem provisão de água e alimentos, ou mesmo no extremo oposto, quando o excesso de chuva tornava as estradas intransitáveis. Apesar de a Comissão não ter vindo ao Ceará em tempo de seca, o clima e as notícias de seca em outras províncias inspiravam cuidados, até pelo fato de não conhecerem bem a região, como mostra essa anotação feita na vila do Crato. “Achamo-nos aqui ilhados; no caso de haver seca não há meio de sair, tudo em roda é sertão árido. Isto nos tem dado algum cuidado”.⁴⁸¹ Os amigos que fizeram na vila tentam dissuadi-lo de que haverá seca, com base nos sinais dados pela própria natureza, o que Freire Alemão coloca como algo próximo de credence. “Acham [que] quando os angicos *resinam* pouco é sinal [f. 233] de bom inverno seguinte; quando as marizeiras, juazeiros e paraíbas *choram* é sinal de bom inverno. Ora, o ano passado os angicos deram pouca resina e as árvores acima referidas, [portanto] choverá muito.” Na entrada do dia seguinte, apesar do calor, Freire Alemão registra que amanheceu “o céu anuviado, de tarde viam-se em vários pontos nuvens encasteladas, formando trovoadas, em alguns lugares chovia ao longe”.⁴⁸²

Nesses lugares pobres em que o grande temor eram as estiagens, frutos sem muito gosto, como laranjas e bananas que aqui nasciam, bem como folhas, raízes e capim se tornam então “recurso para a pobreza”: “*capema*, ou *capemba*, é a parte inferior do talo das folhas da palmeira, que nas palmeiras novas, antes de saírem do

⁴⁷⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 284.

⁴⁷⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 110.

⁴⁸⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 146.

⁴⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 189.

⁴⁸² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 190.

chão, são tenras e se comem, à maneira da alcachofra, e foi de recurso à pobreza em 1825 – assim como o palmito das palmeiras grandes”.⁴⁸³ Mesmo pela leitura dos jornais, Freire Alemão procura anotar usos imprevistos de certas espécies, que nascem da fome e da necessidade.

Lendo os Mercantis achei aí na correspondência da Bahia. “Em Lençóis ao flagelo da fome juntavam-se os ataques dos salteadores. De Macaúbas escrevem: acima de 600 sobe o número dos mortos à fome, neste termo somente os miseráveis têm procurado todos os meios para viverem, e fazem farinha de tudo que encontram, a da raiz do coqueiro dos gerais, da raiz de mamão do mato, da raiz da mucunã, da raiz do licurizeiro (o que chamam *bró*), da raiz da mandioca do mato (que é a melhor, não só pela sua semelhança, em gosto, e na goma à de mandioca comum, como mesmo na qualidade), da raiz ou batata de umbuzeiro, da raiz da parreira (que dizem ser venenosa), o da semente de jatobá, além de outras muitas. Descobriram o arroz do mato, que nada mais é do que um capim do tamanho e formato do chamado assu, a cuja semente chamam arroz do mato, e só é encontrado nas serras, junto aos gerais. atualmente está a pobreza arrancando as bananeiras estragadas pela seca, e comendo-lhes as batatas.”⁴⁸⁴

A prevalência ou ausência de certas plantas são usadas na narrativa traçada pelo botânico para demarcar a passagem de uma região para outra, como do litoral para o sertão, caatingas tabuleiros, serras, vargens etc. “Quarta-feira, 28: Saímos às sete horas e andando sempre mais ou menos aproximado à ribeira do Jaguaribe e por um terreno já próprio do sertão, isto montes pedregosos, áridos, cobertos de jurema-preta e pereiro, de aspecto tristonho, parecendo ter por aí passado o fogo”.⁴⁸⁵

Uma observação que vou fazendo agora é que sendo o calor grande, e eu muito fácil em suar, nem por isso sudo copiosamente e em chegando aos pousos, pelas onze horas e meio-dia, não sinto grande necessidade [de] mudar a camisa [e] de meia; e pouco depois me acho enxuto. Outra observação que faço agora, e que me não lembro que me tenha antes acontecido, é ter a boca seca, a saliva grossa, e o corpo espesso escumado.⁴⁸⁶

No segundo diário, também há uma atenção à questão da temperatura, com 520 notações da palavra *termômetro*, como que para compensar ou uma desatenção a esse aspecto ou mesmo ao fato de não ter levado um termômetro consigo na primeira

⁴⁸³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 357.

⁴⁸⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 439.

⁴⁸⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 93.

⁴⁸⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 306-307.

viagem. Há referência a um “termômetro de Biam” e um “termômetro de Reaum”. Em Sobral, encontram-se sete referências ao termômetro de Fahrenheit, utilizado apenas na cidade de Sobral. A conferência costuma ocorrer no início da manhã e às três horas da tarde, quase que diariamente. O botânico também costuma conferir se há diferenças de registro dependendo de onde se coloque o termômetro. “Três horas da tarde ar embanado, quente, termômetro 9 graus (na camarinha), 21 graus e dois terços [fora]”.⁴⁸⁷ A precisão numérica nem sempre corresponde à sensação experimentada pelos corpos que vivem na região, registrando-se por vezes uma impressão algo exagerada dos locais: “As senhoras todas, [uma] a uma dizem que de manhã quase morrem de frio! Os machos mesmo, o Sr. Viana me disse que esta noite passada cobriu-se com cobertor! E que teve muito frio, o termômetro marcou ontem, e hoje de manhã 19 graus e três quartos! Eis aqui o grande frio do Ceará!”.⁴⁸⁸ Porém, o próprio botânico se vê em situação de perceber o próprio corpo contradizendo a informação do equipamento. “São nove e meia, o termômetro na alcova marca 22 graus; mas tinha as mãos gotejando suor, e molhando o papel”.⁴⁸⁹

Percebe-se uma negociação constante entre visões positivas e depreciativas em relação às pessoas que habitam a província; como tatear num terreno em que as maiores certezas podem ser contraditas, ainda que, a todo momento, o botânico reforce o lugar privilegiado e referencial da percepção científica, numa clara cisão entre o *nós* e os *outros*. Como nas muitas vezes em que se viu obrigado a admitir que as moças do Ceará tinham muito mais traquejo social e boa conversação do que a sede da Corte brasileira. “É um contraste bem triste para nós lá do [f. 328] Rio, donde ainda se vem cheio de presunção, e cuidando vir para uma terra de tapuias! O caso é que algumas fluminenses que aqui conheço não dão muito boa ideia do Rio de Janeiro”.⁴⁹⁰

Apesar de diversas vezes se queixar de que alguns colegas se desviavam dos objetivos de sua própria seção, intrometendo-se nas outras, o fato é que um naturalista, dentro de uma acepção ainda não totalmente abandonada no século XIX, não vai limitar-se a dar conta apenas do trabalho preconizado pelas instruções. Como quando coloca, em tom de crítica: “Voltara da pescaria o Lagos e várias pessoas da terra que o acompanharam eram mais de oito horas; não acharam nada de valor científico”.⁴⁹¹ Talvez

⁴⁸⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 550.

⁴⁸⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 530.

⁴⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 516.

⁴⁹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 528.

⁴⁹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 83.

Freire Alemão tivesse outras informações que preferiu não expressar em seu diário de viagem, mas é bem sabido para naturalistas como os que compunham a Comissão Científica de Exploração que a ciência é feita de tentativa, erro e alguns acertos. Não é casual que Freire Alemão aborde, no diário, circunstâncias pessoais e físicas, como a melancolia, os desarranjos de ventre ou o asco provocado pela água em vários lugares, pois estes são também uma forma de informar sobre a região que ora se explora.

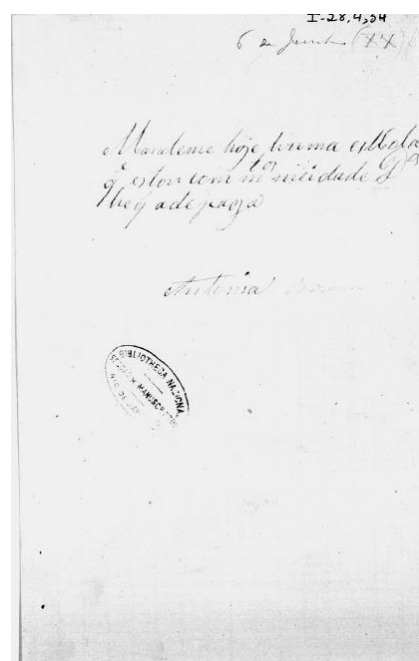
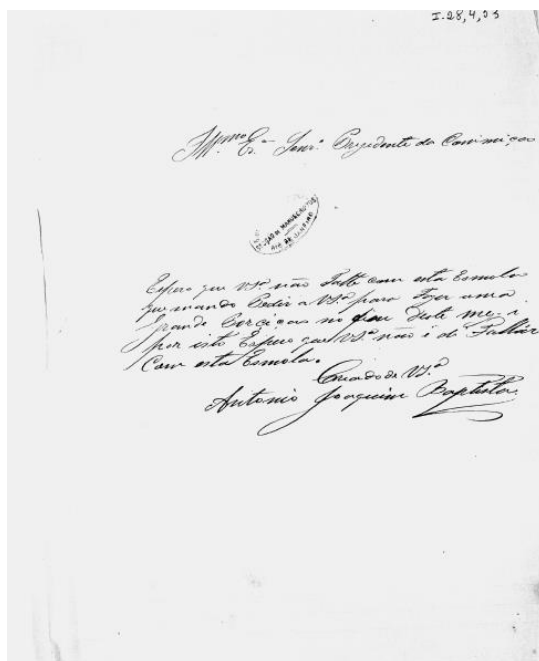
Nesse sentido, o botânico registrará o trabalho de outras seções: “O Lagos e Reis saíram primeiro, tendo de ir por diverso caminho para examinar e desenhar certas pedras que estão perto de Russas, notáveis pela sua posição e pelas figuras que têm pintadas, de tinta encarnada e que são provavelmente do tempo dos índios”.⁴⁹² No lugar chamado Tabuleiro d’Areis, relata os estragos provocados por curiosos nos fósseis “de um grande animal”, estando enterrados a 11 palmos de um tabuleiro de areia. “O padre Manoel, que possui um astrágalo dessa ossada, me fez dele um presente e eu dei ao Lagos para juntar com a cabeça dum fêmur e uma vértebra que ele pôde conseguir dum sujeito, que as possuía. Havia um costellis [sic] que tinha quatro palmos de comprido com quatro dedos de largura”.⁴⁹³

Como naturalistas e representantes do governo imperial, haverá momentos em que os chefes de seção serão instados a tomar parte de questões locais, belicosas, que darão chance para traçar o perfil desse *outro* que é o cearense. Chegavam a Freire Alemão pedidos de subscrição para casamentos, alforrias, consultas médicas e esmolas, algumas das quais eram endereçadas por escrito:⁴⁹⁴

⁴⁹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 80.

⁴⁹³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 89.

⁴⁹⁴ BATISTA, Antonio Joaquim. Carta a Freire Alemão, pedindo uma esmola para realizar uma procissão. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 04, 053. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424896/mss1424896.pdf>. Acesso em: 20 abril 2017. E BEZERRA, Antônia. Carta a Freire Alemão, pedindo uma esmola. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 04, 054. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424897/mss1424897.pdf>. Acesso em: 20 abril 2017.



Figuras 2 e 3: bilhetes recebidos por Freire Alemão durante sua passagem pelo Ceará, pedindo esmolas e obséquios.

O primeiro bilhete diz: “Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Presidente da Commissão. Espero que Vossa Senhoria não falta com esta esmola que mando pedir a Vossa Senhoria para fazer uma Grande Porção no fim deste mês – i por isto Espero que Vossa Senhoria não é de faltar com esta esmola. Creado de Vossa Senhoria. Antônio Joaquim Batista”. A escrita da segunda pedinte é direta e urgente. “6 de junho (XX). Mandeme hoje humma esmola que estou com muita necessidade. Deus é que há de pagar. Antonia Beserra”. Quem sabe quantas cartas e bilhetes desse tipo tenham-lhe chegado a suas mãos? Não se sabe. O certo é que guardou consigo essas duas correspondências, de que qualquer outro faria pouco caso e deitaria fora. Diferente de outros papéis, que posteriormente serviriam para rascunho, estes não têm qualquer marca de sobrescrita, excetuando-se apenas a numeração dada pela Biblioteca Nacional. São vestígios que, chegados aos nossos dias, dão conta da visão que as pessoas tinham dos excursionados, como espécie de provedor ou benfeitor, acrescentada a outras visões, como estrangeiros, exóticos ou mesmo ladrões ou traidores que iriam entregar as riquezas da terra para os ingleses. Tendo-se em conta os erros gramaticais nas duas missivas, podemos pensar se tratar de pessoas simples, com pouca instrução, mas que parecem depositar confiança na abordagem pelo escrito, até mesmo como uma forma de reverência àquela pessoa vinda da Corte.

A questão do tratamento dos escravos pela “gente do país” e a necessidade de intervenção também serão abordados no diário, como no caso ocorrido no dia 14 de setembro de 1859, em Aracati. Na casa vizinha à ocupada pelas Seções Botânica e Zoológica, conta Freire Alemão, ouviam-se diariamente os gritos da uma parda, escrava da filha do boticário Teixeira, com quem os comissionados travaram amizade. Dava conta ainda ser um “costume de família”, já que diziam que a mãe dessa moça “era outra fera, essa queimava as escravas metendo-lhes tições acesos pelo rosto e pelo corpo; isto tem já provado cenas desagradáveis, mas não há emenda”.⁴⁹⁵ O próprio Freire Alemão, recordando um caso parecido que ocorrera quando ainda estavam em Fortaleza, descia à sala (talvez com o intuito de constranger a “fera” de alguma forma, indo até o quintal nos fundos da casa, onde ela martirizava a criada juntamente com seus dois filhos) e pensou em chamar a polícia; “mas não o fazia por não ter a certeza de que haveria castigo (alguma coisa haveria depois)”.

Mas vamos ao caso de hoje. Logo muito cedo o Lagos, que mora no sótão, ouviu pancadas e gritos (isto é todos os dias e em várias horas), abriu a janela e gritou: “Basta!”. A fera furiosa olhou para [ele] e diz: “Quem diabo fala aí?”. “Diabo é ela, respondeu o Lagos; mulher bárbara”. “Mas que se importa você!?”. “Importo-me muito, isso é uma desumanidade; se fosse na minha terra você estava na cadeia”. “Não estou paritica [sic]”, disse ela e retirou-se. A escrava ouvindo isto saiu pelo quintal e veio lançar-se a nossos pés para que a comprássemos, pois sua senhora a matava de pancadas. Era uma pobre parda, tinha o corpo cheio de feridas e contusões, a cabeça com brecha e sinais antigos, vestida com roupa suja, era uma miséria! O Lagos quis primeiro mandá-la apresentar ao juiz municipal; mas resolveu melhor em ir ao Teixeira, pai dessa mulher, expor-lhe o caso. O Teixeira lá foi a casa, ralhou com a filha e prometendo pôr cobro naquilo, visto que o marido o não fazia. Parece que ele lhe vai também ao velho.⁴⁹⁶

Importante destacar que, em nenhum momento do diário, Freire Alemão questiona, direta ou indiretamente, a instituição do trabalho escravo. Até onde pudemos ver em sua documentação, não encontramos nenhuma posição específica, favorável ou contrária. O que se percebe do relato de Freire Alemão é que o tratamento dispensado aos escravos seria, a seu ver, uma mostra de incivilidade e mandonismo, que uma sociedade que desejava alcançar os parâmetros europeus não poderia mais admitir. A Lei Eusébio de Queiroz, que determinou a proibição do tráfico negreiro após anos de pressão por parte da Inglaterra, foi promulgada em 1850. Mas leis como a do Ventre Livre (1871) e dos

⁴⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 71-72.

⁴⁹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 72.

Sexagenários (1885) só seriam promulgadas após a passagem dos comissionados pelo Ceará — um exemplo disso é que, ainda no Aracati, eles são instados a participar da subscrição da filha de uma escrava que os servia, então com sete anos, mas cujo dono resolveu aumentar o valor da menina ao saber que os científicos concorreriam para alforriá-la.

Tempos depois, já na sua segunda viagem ao Ceará, Freire Alemão teve a notícia de que, no Aracati, um casal havia sido preso por matar seu escravo e ocultar o corpo. Não se trata da tal vizinha, mas de pessoas que viviam no sobrado em frente ao que a Comissão Científica ocupara. Mesmo assim, não deixa de fazer o reparo:

É bom que assim vá acontecendo! Os cearenses, e principalmente as senhoras (como em quase todo o Brasil) são bárbaros para [com os] escravos. Contam-se aqui coisas horríveis a esse respeito. A cada passo na conversação se observa o desprezo que eles têm para [com] esses miseráveis; a arrogância com que repreendem, censuram, ou falam por ocasião da falha mais ligeira dum escravo, nem aqueles em que fala a natureza! É quase o mesmo a respeito dos cabras!⁴⁹⁷

No diário, encontram-se 37 vezes as palavras *receitar*, *receita*, *receitado*, *receitarem* ou *receitarmos*, além de referir outras nove vezes às palavras *consulta*, *consultar*, *consultante* e *consultado*, no sentido médico. Das 35, 14 vêm grifadas no diário, talvez para destacar que aquela era a forma mais comum de se expressar na província uma consulta médica. Em Lavras, elas “pela maior parte [são] afetadas do cérebro, por congestões algumas desde meninas; afecções do piloro tenho visto algumas, doentes de fígado”.⁴⁹⁸ Ou para demarcar que a queixa de saúde, principalmente da *gente de saia*, seria apenas um subterfúgio para ver de perto aquele senhor que ora vestia casaca ora paletó branco, com modos e objetos tão diferentes do que de ordinário conheciam. “Demorei-me pouco e chegando a casa vieram várias mulheres para *se receitarem*. Quinta-feira, 24: De manhã desenhei e estudei algumas plantas. Tivemos a casa quase sempre cheia de homens e mulheres, que se *vinham receitar*”.⁴⁹⁹

As mulheres gradas, por seu turno, não eram tão “prestativas” na hora do exame. Mesmo sendo examinadas a pedido e maridos ou de parentes homens, e acompanhadas nas saletas interiores por outras mulheres, com toda segurança e

⁴⁹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 509.

⁴⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 142.

⁴⁹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 136.

discrição, os códigos de pudor e moralidade tornavam essa situação bastante incômoda, ou por vezes cômica para as pacientes e quem as assistia. “Aí me pediu o Sucupira [para] ver uma senhora doente [...]; fui entrando para a sala onde achei a dita senhora no meio dos da casa, e toda cheia de vergonha, para fazer a história da moléstia e fazer apalpamento para se deixar apalpar, no meio em galhofa das outras”.⁵⁰⁰

Mas o trecho também é um registro importante da mudança nas formas de percepção humana no século XIX, em que os sentidos adquirem presença e relevância a ponto de se configurar um sentimento não apreensível pelo meramente físico, o sentimento de si, de que nos fala Georges Vigarello. Especificamente na medicina, vai fomentar uma prática ambivalente. Se, por um lado, a noção de que muitas reações e adoecimentos assintomáticos podem ser melhor percebidos pelo médico do que pelo próprio doente, diante do aprimoramento da investigação interna dos corpos autopsiados, essa virada perceptiva implica maior proximidade física e maior necessidade de inquirir esse paciente a fim de retrair antecedentes e perscrutar dores negligenciadas. Um exemplo cabal dessa ambivalência é o estabelecimento da auscultação dos pulmões para determinar se o paciente é portador de tuberculose em fase inicial. O diagnóstico pode ser feito a partir de uma manifestação corpórea de que o paciente não tem consciência, mas, ao mesmo tempo, é preciso estar em contato com esse corpo para que o médico possa chegar a alguma conclusão.

A medicina do século XIX, mais do que nunca, ilustra um corpo funcionando à revelia do indivíduo, ela sugere um “de dentro” cujos enfraquecimentos, estados sucessivos, desorganizações são ignorados pelo doente e apenas percebidos pelo médico. [...] Uma “mecânica” orgânica existe, mas que recusa toda sujeição à vontade ou ao afeto. A “nova” medicina apenas impõe esta constatação com um inigualável rigor. O “de dentro” visto pelo médico não é o experimentado pelo paciente. O “físico”, pura e simplesmente, e mais do que nunca, permanece independente de um “si”.⁵⁰¹

Por outro lado, o botânico aproveitava esses momentos para tomar notas dos pacientes e mesmo usar alguns deles como modelo: “Depois do almoço [...] por distração desenhei uma cearense no seu desalinho caseiro, servindo-me de modelo uma

⁵⁰⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 189.

⁵⁰¹ VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: história da percepção do corpo, séculos XVI-XX*. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 131.

vizinha e algumas que aqui vieram receitar-se, uma das quais ficou muito contente, por me servir para desenhar os cabelos”.⁵⁰²

É na fazenda Olho D’Água, quando há pessoas de casa e de fora para se receitar, que o presidente da Comissão toma conhecimento das missões do padre Agostinho. Os sertanejos que se colocam sob o esculápio do botânico são os mesmos que relatam usar as plantas que compunham uma latada (espécie de caramanchão ou abrigo improvisado) para a cura de seus males:

Ele foi suspenso de pregar no Monte-Mor e contam que depois de suspenso compuseram um bendito que, cantado depois pelo sacristão, fez todo mundo chorar, velhos e moços. Diz o Sr. Antonio que ele tem feito muito benefício às igrejas, fazendo o povo limpar os templos, carregar materiais para fazer cemitérios e consertar as igrejas, pedindo esmolas para concluir a igreja da Messejana etc. etc. As missas de Monte-Mor eram embaixo de uma muito grande latada; as folhas de várias naturezas com que era feita a latada têm sido carregadas em grande parte pelo povo, que delas faz remédios para seus males, já em banhos, já internada etc. e que com eles se têm operado milagrosas curas.⁵⁰³

Há ainda 11 notações às palavras *conferência*, *conferenciar* e *confereciamos*, no sentido de conferência médica. A sertaneja Dôra, protagonista do livro “Dôra, Doralina”, a despeito de a trama se passar no início do século XX, fornece-nos o sentido que a palavra *conferência* tem nos sertões, principalmente quando saída da boca de um médico. “Cada vez o demônio do velho me fazia mais medo. Conferência? Conferência, pelo que eu me lembrava, era sinal de doente desenganado. ‘Já fizeram a conferência médica’...”⁵⁰⁴ E, de fato, no diário de Freire Alemão, a palavra é empregada diante de enfermos muito graves ou moribundos.

Na entrada de 16 de maio de 1861, quando estava em Pacatuba, Freire Alemão registra: “Recebi esta manhã uma carta do cônego Sobreira da capital, pedindo que apressasse a minha volta quando me fosse possível porque o Dr. Mendes queria conferência comigo sobre a sua moléstia, que se vai agravando”.⁵⁰⁵ A carta enviada pelo cônego Sobreira se encontra entre os documentos guardados por Freire Alemão e conservados na Biblioteca Nacional. Nem pelo diário nem pela carta, é possível saber que tipo de moléstia acometia o sacerdote, mas talvez houvesse da parte do médico, o

⁵⁰² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 452.

⁵⁰³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 268.

⁵⁰⁴ QUEIROZ, Rachel de. *Dôra, Doralina*. 6ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1984, p. 250.

⁵⁰⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 511.

doutor Manuel Mendes, que fora aluno de Freire Alemão, o desejo de uma opinião mais aquilatada e definitiva sobre a aplicação de algum recurso para salvar o paciente ou a conformidade da morte iminente.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Sr. Francisco Freire Alemão

Fortaleza, 14 de maio de 1861

Constando-me que Vossa Excelência está de marcha para esta cidade nestes 3 ou 4 dias, vou pedir-lhe por especial favor, que não lhe sendo incômodo adiante a sua viagem para ser ouvido em uma conferência médica, que pretendo fazer relativamente à minha saúde, por me achar bastante enfermo. O Sr. Dr. Manuel Mendes, meu médico assistente, me autorizasse fazer ____ a Vossa Excelência que só aguardava a sua presença para ter lugar dita conferência, penso que depois ____ com Vossa Excelência toda a confiança na ciência médica, e era a única opinião que mais respeitava por ter sido seu discípulo.

Peço desculpa a Vossa Excelência do incômodo que lhe vou dar, que a não ser ____ em bem tão precioso da existência, que todo homem deseja prolongar, eu não o faria, podendo certificar-lhe desde já de minha eterna gratidão, e só confio ser servido nos sentimentos humanitários que caracterizam Vossa Excelência.⁵⁰⁶

Quatro dias depois, já em Fortaleza, Freire Alemão escreve: “Hoje de manhã depois do almoço às dez horas fui à casa do cônego Sobreira para assistir a uma conferência sobre a sua moléstia; éramos o Dr. Manuel Mendes, (assistente) o irmão, o Dr. Carvalho e o Dr. Ribeiro e eu”.⁵⁰⁷ Mas parece que o cônego Sobreira não estava de todo convencido de seu estado ou queria procurar cura em outro lugar, como mostra a entrada de 29 de maio. “De noite saí fui a casa do cônego Sobreira, levar-lhe a minha opinião escrita sobre a sua moléstia, conforme eu havia dado na conferência. Ele vai um pouco melhor, mas duvido muito de seu restabelecimento”.⁵⁰⁸

O caso acima é bem diferente do Sr. Caminha, de uma das famílias mais “bem postas” do lugar, que ele atendeu quando ainda estava no Aracati. “Examinei a moléstia do Sr. Caminha, que é um tumor sobre a clavícula do lado direito; aconselhei que fosse a Paris para se extirpar, no caso de ser possível”.⁵⁰⁹ A importância do paciente

⁵⁰⁶ SOBREIRA, Manuel Roberto. Carta a Freire Alemão, solicitando que participasse de uma conferência médica. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 074. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416416/mss1416416.pdf>. Acesso em: 04 fev. 2017.

⁵⁰⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 514.

⁵⁰⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 521-522.

⁵⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 63.

é denotada pelo cenário que Freire Alemão encontra ao chegar à casa do Sr. Caminha.

Estavam algumas pessoas fora, na calçada; na sala estava uma senhora idosa que julgo é a mulher do Sr. F. Caminha, depois foram aparecendo outros e chegando alguns sujeitos, e mais depois chegou uma família com três senhoras e vários homens, e enfim chegou o juiz de direito.⁵¹⁰

No caso das pessoas mais simples, Freire Alemão demonstra a dificuldade em compreender as queixas de seus pacientes, diante da linguagem *pitoresca* que eles utilizavam. “‘Pereba, feridinha, tenho aqui uma pereba’, dizia-me inda agora um sujeito que veio receitar-se.” Ainda que se tratasse de uma obrigação para os comissionados formados em Medicina assistir doentes durante o transcurso da viagem, muitas vezes, essa obrigação se convertia em grande incômodo, como quando aparece uma senhora e sua filha para se receitar às dez horas da noite, “[...] quando nos íamos acomodar, e o Lagos estava já em ceroulas na sua rede e foi obrigado a vestir-se: a senhora vinha receitar-se e apareceu a esta hora porque durante o dia esteve atormentada de dores de cabeça”.⁵¹¹

Cabe também ao médico circunscrever práticas que fujam ao exercício da disciplina em formação, ao mesmo tempo em que reforça sua prática como legítima. No capítulo 2, mostramos o alinhamento entre o discurso médico e o discurso de progresso da nação no século XIX. Tal processo incluía o fortalecimento das associações de classe e o acréscimo do poder individual desses “especialistas” pela difusão da medicina social no Brasil, dentro do projeto de constituição de família e sociedade medicalizadas. O interior das casas e o acesso aos corpos, antes autorizados apenas a rezadeiras, parteiras, sangradores, clistereiros e curandeiros, passam a admitir aos poucos somente o esculápio. Nesse sentido, era importante identificar e rechaçar toda prática “desviante”. Como no lugar chamado Estrela, em que falaram sobre um sujeito chamado dr. Manoel, talvez americano, que curaria à base de água fria e outros remédios. “Tem feito milagres, levantando paralíticos, prognosticando a vida e a morte, adivinhando moléstias e o modo de vida do procedimento de pessoas que vi[a] pela primeira vez etc. etc., mostrando-se muito religioso, recomendando que tenham fé etc. etc.”⁵¹² A descrição dá conta de algo entre o charlatanismo e a mistificação, em que o tratamento

⁵¹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 63.

⁵¹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 201.

⁵¹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 253-254.

de doutor se mistura às prédicas religiosas e adivinhações, muito mal vistas tanto pela medicina quanto pela Igreja Católica.

Quatro folhas depois, estando os comissionados em Morada Nova, tem por meio de notícia do Sr. Eduardo Henrique Girão, “major [da] Guarda Nacional, duma das primeiras famílias aqui do lugar”,⁵¹³ que o “Dr. Milagroso” era, de fato, um impostor e sequer de origem estrangeira, como afirmavam. O Sr. Girão já o teria chamado para indagar sobre suas intenções, mas o sujeito desapareceu. “Esta gente do sertão, bem que inteligente, é por sua ignorância demasiadamente supersticiosa e muito crédula, engole todos os carapetões, como são anúncios de desgraças de secas, de dilúvios etc.; ficam aterrados, não falam em outra coisa e se fazem rezadores”.⁵¹⁴

Por falar em *moléstia*, Freire Alemão notou essa palavra 36 vezes, referindo-se a pessoas, animais ou plantas. A referência a *doença* é bem menor: três. Pelos menos nas vilas maiores ou cidades onde os comissionados permanecem mais tempo, o diarista procura traçar as principais moléstias que ocorrem num determinado local, avaliando a salubridade do sertão. A presença de pessoas idosas é para ele um dos marcadores dessa salubridade: “Notei que em Missão Velha havia pouca ou nenhuma moléstia de olhos e é lugar muito sadio porque aí vi muitos velhos”.⁵¹⁵

Sobre as moléstias que afetavam o gado, uma das principais atividades econômicas da província, anotou o parecer do vaqueiro do senador Francisco Feijó de Melo: “Que é mais comum a moléstia do gado chamada *treme* (espécie de tétanos) no ano em que abundam as pombas de bando, e atribuem isto, o que também nos asseverou o Senador Paula Pessoa, a comer o gado o *esterco* dessas pombas, como o animal come milho”.⁵¹⁶ Preocupa-o também o fato de que certas culturas potenciais, como a da laranja no Crato, tenham decaído por conta de doenças desconhecidas: “Fazia dó ver as laranjeiras todas mortas, ou morrendo, cobertas duma lepra branca. Informam-nos que havia no Crato muito e mais boas laranjas; mas que há dois ou três anos apareceu essa moléstia, que não deixou uma”.⁵¹⁷

A certa altura da viagem, após a subida e descida de montes de uma serra, os cavalos de Freire Alemão, Lagos e Reis Carvalho estavam “estrompados, logo que se

⁵¹³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 256.

⁵¹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 257.

⁵¹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 159.

⁵¹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 317.

⁵¹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 183.

tiraram os arreios entraram a estremecer, a arquejar, não querendo comer”.⁵¹⁸ Ao que os jaguaribanos que os acompanhavam deram a seguinte explicação: “Vieram participar que os cavalos estavam muito mal ou *triguizados* ou *milhados*. Há aqui pelo sertão e talvez em todo o Ceará a ideia de que o milho demasiado causa moléstia e mata o animal”.⁵¹⁹ Dois dos cavalos foram sangrados. Mais adiante, em São Pedro de Ibiapina, Freire Alemão fala de uma moça que, na noite de núpcias, começou a tossir e lançar escarros de sangue. Quem a tratou foi Manoel Freire, com sangria e medicação.

A despeito de haver poucas referências a tratamentos e remédios aplicados aos seus pacientes cearenses, considera-se importante destacar aqui as referências no diário a esse tópico. Logo no início da viagem, estando Freire Alemão na “roda costumada” que se reunia na botica da vila, chegou um rapaz clamando por médico que acudisse um sujeito que tinha tido um ataque. Lá ele encontrou “o homem aos gritos e sem fala [aqui se entende como incapaz de articular palavra], e a mulher aflitíssima”. Importa destacar o tratamento aplicado por Freire Alemão e Lagos, que chegou em seguida: “mandamos vir água quente e mostarda para escalda-pés e no instante chegou o Lagos e logo depois o Pacheco, com o escalda-pés, cheiros, fricções etc. O homem foi tornando, assim eu saí logo com o boticário. A casa do doente estava cheia e na rua muita gente espreitava pelos rótulos”.⁵²⁰ É um tipo de medicina muito diferente da praticada em nossos dias, baseada na ingestão ou injeção de medicamentos sintetizados. É necessário dar também destaque às sangrias, purgas e clisteres como principais meios curativos da época, a partir da noção de que a matéria fecal acumulada por longo tempo nas entranhas poderia envenenar o sangue, necessitando ser eliminada a qualquer custo.

A herança francesa de uma espécie de purga preventiva – cujo exemplo vem das recomendações de Saint-Simon, médico do “Rei Sol”, dizendo que o monarca se valia mensalmente, além da retirada de um par de onças de sangue, de várias doses de clisteres – repetiu-se no além-mar: as recomendações de que este ou aquele remédio deveria ser ingerido “depois de bem vomitado o enfermo, uma ou duas vezes” são demasiado recorrentes nos tratados. Com as devidas e já apresentadas ressalvas, muitas são as receitas que continham propriedades vomitórias ou laxantes prescritas e detalhadas nas obras especializadas. Na Historiologia médica, por exemplo, encontramos 21 receitas diferentes de purgas, cada qual para um sintoma, e todas com a rubrica de um douto a falar.⁵²¹

⁵¹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 102.

⁵¹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 102.

⁵²⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 69.

⁵²¹ VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*.

Recurso terapêutico fundamental nas concepções médicas das mais diversas culturas, cuja aplicação era ampla a variada (por meio de corte ou com o uso de ventosas e sanguessugas), a sangria, por vários séculos, foi considerada uma arte liberal inferior à medicina, sendo praticada por pessoas de camadas sociais inferiores. “No Brasil do século XIX, essa hierarquia das artes de curar se mantinha. Assim, naquele contexto, não havia ninguém mais apropriado para desempenhar as atividades de ‘sarjar, sangrar e aplicar sanguessugas e ventosas’ do que os escravos e os forros”.⁵²² A sangria encontrou legitimidade nos círculos médicos enquanto prevaleceram as concepções hipocrático-galênicas de que o corpo era regulado por humores, e, nesse sentido, a sangria poderia contribuir para aliviar excessos de humores numa determinada parte do corpo. Com a já referida organização das corporações médicas, a sangria foi sendo considerada uma operação delicada e complexa demais para escravos e forros.

O fato de o assistente de Freire Alemão lançar mão da sangria pode indicar tanto um procedimento emergencial (a moça passou mal à noite) quanto o desejo de demonstrar que aquele era um procedimento autorizado apenas para médicos. Não é possível saber se, especificamente em São Pedro de Ibiapina, havia alguém que fizesse esse tipo de trabalho. Em Aracati, o presidente da Comissão Científica travou contato com o boticário Teixeira, referindo-se a ele 11 vezes no diário. No Crato, faz rápida menção ao “Garrido boticário” e, em Fortaleza, aos boticários Teodorico e Bastos. Mas é plausível supor que, nas vilas e povoações menores, existissem barbeiros que se prestassem a fazer sangrias. Os trabalhos de Betânia Gonçalves de Figueiredo,⁵²³ sobre a atuação de barbeiros e cirurgiões em Belo Horizonte no século XX, e de Rodrigo Aragão Dantas, sobre os sangradores que atuavam no século XIX imperial, evidenciam que, a despeito das pressões dos médicos para ampliar sua área de atuação, a prática era realizada por pessoas com ou sem formação médica.

Além da sangria, clisteres e purgantes também são registrados por Freire Alemão para promover a limpeza do organismo, num tempo em que a alimentação sertaneja era pobre em fibras e vegetais. Ao longo do diário, o botânico descreve as suas

Dissertação [Mestrado em História da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”]. Franca: [s.n.], 2012, 179 f., p. 102.

⁵²² DANTAS, Rodrigo Aragão. Sangradores do Império: a arte da sangria no Rio de Janeiro Oitocentista. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da Anpuh*. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364488084_ARQUIVO_texto.pdf>. Acesso em: 25 abril 2017.

⁵²³ FIGUEIREDO, B. G.: “Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI(2): 277-91, jul.-out. 1999.

indisposições de ventre, e, numa única vez, registra o uso de um remédio para se aliviar. “Tenho passado o dia de hoje melhor, mas de manhã fui à bacia fazendo com o efeito de um purgante brando”.⁵²⁴ O clister, também chamado de enema, tratava-se da injeção de água ou aplicação de medicamento no reto para eliminação do conteúdo dos intestinos. O botânico registra o caso do frei José da Santa Clara, “um frade baixo, gordo, de grande barriga; comia uma só vez no dia, mas comia por três homens”.⁵²⁵ Achacado por hemorroidas, seu tratamento consistia no uso diário de um clister de pimentas malaguetas, em grande quantidade, e “com o clister estava na igreja, dizia missa, casava, batizava etc., voltando ao meio-dia, e só então é que descarregava o ventre do clister e de tudo o mais, para o ir encher de novo”.⁵²⁶ Em Meruoca, ouviu notícia parecida sobre uma mulher cujo corpo havia sido desenterrado da igreja e, por bem conservado, tomaram-na como excomungada, e acrescenta. “Esta mulher tinha pouco mais de 40 anos, e tinha por uso tomar todos os dias um clister de pimentas malaguetas, e que às vezes tomava-o e ia para a igreja ouvir missa, e demorava-se – voltando para casa é que o lançava [fora], lembrou-se o frade de Sta. Cruz”.⁵²⁷ Interessante notar que, apesar de bem estabelecidas e mesmo objeto de disputa, como colocado acima, foram essas práticas também objeto de crítica e escárnio. Como em *O doente imaginário* (1673), última peça escrita por Molière, cuja cena final se dá numa colação de grau de medicina.

Nesta peça há uma cena em que o novo médico recebe o grau de doutor após sua aprovação no exame final. “*Clysterium donare, postea seignare, ensuite purgare*”, diz o examinando em latim, como era costume na época (“Dar clister, depois sangrar, em seguida purgar”).

“*Bene, bene, bene respondere. Dignus, est intrare in nostro docto corpore*” (“Sois digno de entrar em nossa douta corporação”), replicam os examinadores. Depois de jurar estar sempre de acordo com os colegas mais velhos, é-lhe conferido o direito de “medicar, purgar e sangrar”, impune por toda a Terra.⁵²⁸

A observação, o ouvir e registrar histórias, o contato físico e as reações do próprio corpo davam ressonância a um mundo que, como naturalista, Freire Alemão entendia ter o dever de organiza, a ele dar sentido e nele encontrar nexos. Quando

⁵²⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 284.

⁵²⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 311.

⁵²⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 311.

⁵²⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 407.

⁵²⁸ REZENDE, Joffre Marcondes de. *A sombra do plátano: crônicas de história da medicina*. São Paulo: Editora Unifesp, 2009, p. 138.

colocou em prática nos sertões seu juramento hipocrático, não apenas legou pelo escrito as práticas, as disputas e as tensões de um campo em formação, como fez disso uma forma de aproximação com as populações visitadas, ficando a par de suas moléstias, sua constituição física e psíquica. Em meio a tantas atribuições e tribulações, típicas ou pelo menos esperadas numa expedição científica, ainda há aquilo que o viajante carrega consigo. Anseios, expectativas e temores sobre si e sobre aqueles que o acompanham; homens de ciência como ele próprio, que poderiam dar seguimento ou travar de todo a marcha de uma viagem inserida num projeto estratégico para o Estado brasileiro, mas que aos poucos se via minada por membros desse mesmo governo. É sobre isso que discutiremos no tópico a seguir.

3.2 O presidente da Comissão Científica

Entre os manuscritos legados por Francisco Freire Alemão sob a guarda da Biblioteca Nacional, há um documento intitulado pela instituição de *Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica*, indicando ter sido escrita no Ceará, por conta da primeira frase: “Crato, 8 de janeiro” (o diário indica que as seções Botânica e Zoológica estavam no Crato no dia 8 de janeiro de 1860). Há ainda outra, no verso da quinta página, “2 de agosto”, mas ambas não possuem indicação de ano. As páginas 7 a 10 do manuscrito, porém, são escritas numa carta enviada em 1º de julho de 1858 pelo Porteiro da Imperial Câmara, solicitando que Freire Alemão entrasse de semana como médico do imperador no dia 24 daquele mês. O uso desse papel para rascunho pode ser uma evidência de que parte pode ter sido escrita no retorno à Corte. As três primeiras páginas são escritas, frente e verso, com tinta, enquanto as restantes são escritas a lápis, excetuando-se uma nota escrita de cabeça para baixo a bico de pena, com a receita de um lambedor:

Tome-se um cuieté bem de ver, tire-se-lhe a polpa, e esmigalhada, sem que se quebrem as sementes, se esprema em cima [de] um guardanapo. Ao caldo assim espremido se ajunte açúcar quanto baste para o adoçar, levem-se ao fogo, apure-se e limpem até ficar em calda, ou lambedor; deste lambedor tomará o doente quatro ou cinco colheres por dia, e por intervalos.⁵²⁹

Além dessa anotação que nada tem a ver com o assunto principal dessas páginas, a moessa de tinta do verso do papel que se percebe no anverso, e vice-versa, além de dificultar sobremaneira a leitura, dá a ideia de tratar-se de um papel de pouca qualidade, já prejudicado pelo tempo, se comparado com o papel utilizado por Freire Alemão para escrever cartas formais, em que não se percebe a moessa do outro lado. Tudo isso parece indicar que aquele escrito era destinado apenas para seus próprios olhos, mas que o assunto ali tratado não poderia ficar apenas em pensamento. Os traços

⁵²⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica*. [Ceará, s. d.]. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

fortes na parte escrita com tinteiro e as formas abreviadas de algumas palavras demonstram um punho carregado de ânsia e sentimento. Na parte escrita a lápis, diz que os “seus amigos”, chamam-no às claras de fidalgo, sábio (e quase certo de forma irônica. “Mas nas conversas íntimas o que dirão?”⁵³⁰ — questiona-se. Como não se trata de duas versões de um mesmo texto, não é possível saber se essas páginas, a tinta e lápis, fazem parte de um mesmo conjunto organizado por Freire Alemão ou se outros juntaram esses papéis por verem ali o mesmo assunto. Importa salientar que, nem mesmo no diário de viagem, encontra-se tamanha abertura para falar de seus companheiros de expedição, reforçando a ideia do caráter simultaneamente oficial e privado do objeto deste estudo.

Uma página inteira, frente e verso, é dedicada a Manoel Freire Alemão, seu sobrinho e adjunto da Seção Botânica. Na entrada do dia 8 de janeiro de 1860 do diário, o que se encontra mais próximo de um registro de desentendimento é a seguinte frase: “Depois do jantar tive de sofrer alguns desgostos [f. 209] com a minha cansada paciência”. Porém não há citação de nomes ou situações. Segundo Ladislau Neto, aluno de Freire Alemão e futuro diretor do Museu Imperial, o doutor em medicina “pelos seus dotes cívicos e amor à ciência, mais filho do que sobrinho parecia do eminente botânico”.⁵³¹ Mas, naquele registro, não há qualquer sentimento filial. Freire Alemão se queixa de que o sobrinho o vinha desfeiteando, sem atenção para com ele; que o criado de Freire Alemão reclamou de ter sido esbofeteado na cara por Freirinho, e considera: “esta bofetada era em mim”.⁵³²

Nas *Observações*, Lagos é descrito como possuidor de um gênio arbitrário e arrebatado, pessoa fácil em conceituar mal os outros, o que teria dado grande parte azo a desavenças. “No entanto levado com algum jeito ele se acomoda, e cede de seu arrebatamento, e não me parece odiento”.⁵³³ Já sobre o chefe da Seção Astronômica,

⁵³⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica*. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

⁵³¹ LADISLAU NETO apud BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 26.

⁵³² ALEMÃO, Francisco Freire. *Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica*. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

⁵³³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica*. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em:

diz: “Gabaglia: me parece orgulho demasiado. Soberbo com suas _____, mandão; cheio de formalidades e _____ do serviço. Irritável, e de uma [...]. Dispõe de tudo a seu arbítrio [...] ou de Pernambuco, ou de Rio ou _____ de Europa são o que lhe parece”. Gabaglia também é chamado ironicamente de “diplomata”, ao que Freire Alemão acrescenta: “é grande desgraça!”.⁵³⁴ Percebe-se, de fato, nas cartas que Gabaglia envia a Freire Alemão, uma formalidade em excesso, pomposo até, destoando inclusive das missivas formais dos demais companheiros de viagem. Frequentemente adota um tom de queixume, e talvez por isso tenha ganhado de Capanema o apelido de “infeliz colega” — além de parecer desconhecer as circunstâncias em que o governo do qual é servidor trabalha.

Lago Grande, 10 outubro, 1860

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Francisco Freire Alemão

Em princípio deste mês tive a honra de receber o favor de Vossa Excelência a 5 de setembro último. Felicito a Vossa Excelência pela feliz viagem e estimorei que com próspera saúde e isento de desgostos continue a lograr a felicidade compatível com os trabalhos que cercam a Vossa Excelência.

Recebi a parte Marinha, do meu relatório na Exposição de 1855. Agradeço a Vossa Excelência o ter-se dignado encarregar deste meu pedido, pelo que reitero os meus agradecimentos.

Quanto ao triste estado em que permanecem os meus vencimentos só sei que por hora, e, quem sabe até quando, continua minha família a mendigar o pão de cada dia e eu a estar privado de 500\$000 réis mensais a que tenho direito como membro da Comissão. À vista do que Vossa Excelência me diz, de nada ter considerado útil fazer em conclusão final, temo muito que ao findas da Comissão me _____ literalmente arruinado em meios pecuniários; pois assim classifico quem deve mais do que possui e deve ver-se no Rio, na infeliz condição de mendigar favores, a respeito daquilo a que tem direito. E temo muito que, em conclusão, me chegue a ordem de pagar-me por aqui, precisamente quando já a comissão nem terá mais meios de sustentar-se. Se atualmente e por muito tempo terei talvez de sofrer as consequências de tais complicações, tenho maior pesar de lembrar-me que semelhantes misérias terão ainda de aparecer em público.

Já o Dr. Dias teve de depender do _____ de um conto de réis de minha seção, para poder acudir a suas despesas urgentes!

À vista deste estado de cousas, abstenho-me de maiores considerações, supérfluas quando elas não são aplicadas de modo a

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

⁵³⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

conseguir um fim saliente. A ideia que eu formava de comissões montadas, depois de 20 anos na carreira de obedecer e mandar, é tão diversa do que tenho tido ocasião de ver nesta experiência de dois anos, que, asseguro a Vossa Excelência me vou persuadido que acho-me em um daqueles mundos ideados por Voltaire.

Estimarei que meus receios sejam efêmeros e que tudo se conclua com o juro de amargores indevidos infligidos a mim e aos meus.

Dignou-se Vossa Excelência dizer que em janeiro, ou mais tardar, se teria de encerrar os trabalhos da Comissão e deliberar sobre o que se devia fazer depois; permita-me Vossa Excelência o confessar que tenho alguma dúvida sobre tal interpretação, e para evitar novos ofícios peço a Vossa Excelência que ou por carta, ou por ofício se digne esclarecer-me em alguns pontos; e são: 1º Só os chefes se devem achar em Fortaleza? __todo pessoal, cavallhada e material? 2º Rogo de se marcar dia da 1ª reunião da comissão para evitar que uns tenham que passar dias em completa inação à espera dos outros.

3º O encerramento dos trabalhos é a cessação da Comissão? __, adiamento? Esta pergunta é para ter em vista no que concerne ao pessoal subalterno contratado a meses e não a dias. E, para que com tempo me comunique com os seus adjuntos ausentes.⁵³⁵

Sobre Lagos, nada muito diferente do que já podia ser lido no diário de viagem. Além do comportamento desabrido de Manuel Ferreira Lagos contra si, afligia Freire Alemão o fato de esse comportamento se estender ao sobrinho, num desafio à autoridade do tio e superior hierárquico: “Enfim tem praticado com Manoel picardias infames. O menino tem sempre escrito suas notas, com critério e boa observação; pois o nosso homem já lhe botou dois livros, ou cadernos cheios de notas, um em Pacatuba e outro aqui no Icó”. Infere-se desse trecho que o chefe da Seção Zoológica estava desviando Freirinho de trabalhos próprios da Seção Botânica para ocupá-lo, talvez, com a transcrição e organização “de notas incontestes, estatísticas, sobre rios e suas origens, sobre vegetação e sobre costumes. Que quererá dizer isto, será para se servir dessas notas? Ou será porque só ele apresenta as suas? Em qualquer caso o negócio é grave e o desabono muito pela marotice e abuso de confiança”.⁵³⁶

Afora a tese e outros artigos apresentados no período em que estudava Medicina no Rio de Janeiro (concluindo o curso em 1856, ano da proposição da Científica),⁵³⁷ Manoel Freire Alemão só viria a publicar novamente junto com o tio, nos

⁵³⁵ GABAGLIA, Giacomio Raja. Carta a Freire Alemão, falando das dificuldades financeiras por que atravessava a Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 046. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416387/mss1416387.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

⁵³⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 123.

⁵³⁷ Sacramento Blake, no seu *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*, faz referência aos seguintes trabalhos de Manoel Freire Alemão antes da Comissão Científica: A *contractibilidade* orgânica e a

Trabalhos da Comissão Científica — com destaque para as *Considerações sobre as plantas medicinais da flora cearense*, inteiramente de sua autoria. Mesmo antes de ter sido acometido pelos “ataques de cabeça”, Freire Alemão certamente apostava na continuidade de seus trabalhos por meio do sobrinho, tanto que, após a chegada dos expedicionários à Corte, condicionou sua permanência na Comissão Científica ao não recebimento de qualquer remuneração pelo trabalho. A parceria, em princípio, não poderia ser mais benéfica: Freire Alemão poderia se abster dos trabalhos mais pesados depois do desgaste provocado por 30 meses de viagem, enquanto Freire Alemão Sobrinho poderia iniciar uma profícua carreira na botânica mundial, tendo a bênção de um dos maiores botânicos brasileiros do século XIX como ingresso na comunidade científica. A nomeação de Manoel Freire para diretor da Seção Botânica do Museu Nacional em 21 de agosto de 1861 e a carta reproduzida a seguir, escrita por Freire Alemão ao Marquês de Olinda, reforçam esta tese.

Para o Ministro do Império

Ilustríssimo _____.

Não tendo sido possível separarem-se e distribuírem-se todas as plantas colhidas no Ceará pela Comissão Científica, no prazo que foi assinado, e calculando-se pelo trabalho já feito que se não poderá concluir esse serviço em menos de um ano mais, vou rogar a Vossa Senhoria se fizer ordenar que se continue a dar por mais um ano ao Dr. Manoel Freire Alemão adjunto da Seção Botânica a gratificação de 100\$000 réis mensais, que para ele foi lhe foi arbitrado pelo Excelentíssimo _____ Ildefonso de Souza Ramos, então ministro do Império, desde o princípio do trabalho até o fim do mês de junho próximo passado.

Deus guarde a Vossa Excelência. 26 de julho de 1862

Senhor Marquês de Olinda

Francisco Freire Alemão⁵³⁸

Apesar de parecer pouco provável que os dois botânicos conseguissem completar o restante do trabalho de classificação em um ano — tendo em vista a quantidade de amostras trazidas da província cearense, a idade avançada de Freire Alemão e os outros trabalhos em que tanto tio quanto sobrinho estavam envolvidos —,

contractibilidade do tecido, manifestada no útero durante a gestação, serão uma e a mesma cousa ou propriedades diferentes? Estudo das doutrinas physiologicas sobre o movimento; Do mercúrio e suas preparações em relação às escolas antigas e modernas; Medicação contra-estimulante: tese apresentada etc., e sustentada em 27 de novembro de 1856. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295760#page/95/mode/1up>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁵³⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta ao Marquês de Olinda, s. l., 26 de julho de 1862. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 2, 8. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416254/mss1416254.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

parece esta ser uma estratégia para se ir ganhando tempo e garantir que o projeto não fosse abandonado por falta de recursos. Em carta enviada a Alphonse de Candolle, de 20 de janeiro de 1863, quatro meses antes da morte do sobrinho, Freire Alemão já previa o abandono do projeto pelo governo, diante dos gastos acima do previsto e a repercussão negativa da expedição ao Ceará.

A demora__ tenho tido eu responder lhe foi causada pelo desejo que eu tinha de lhe __ a __ a respeito do trabalho da Comissão Científica, o que só agora e pode ter lugar. Começo por publicar as plantas que me parecem novas, ou mal conhecidas, para as submeter ao juízo dos sábios europeus para depois as incorporar seu trabalho completo __ deve ser apresentado definitivamente ao Governo. Não sei se o Governo estará disposto a levar ao fim a publicação dos nossos trabalhos, e receio também que não tenha vida suficiente para __ seja o que for, vou trabalhando. Nossa comissão não foi tão feliz como desejavam; ainda __ experimentado nestes trabalhos, saiu o negócio muito mais caro, do que haviam calculado, o que enfados aos __ entendidos, e os trabalhos fria __ de seca conclusão. Quanto à parte botânica, tendo nós percorrido quase toda a Província, __ __ __ __, e de certo parte nos escaparam. Ainda não pudemos concluir a seca revisão; não sabemos por exemplo ainda o número de espécies e gêneros que ele colheu encerra.⁵³⁹

Em carta dirigida a Martius, datada de 14 de janeiro de 1867, Freire Alemão comenta a morte de Freire Sobrinho: “Agradeço ainda a Vossa Senhoria os pêsames que me dá pelo falecimento do meu sobrinho: foi com efeito, uma perda para o país, e para mim que esperava que fosse meu continuador; mas a Providência julgou de outro modo, submetamo-nos aos seus decretos com resignação”.⁵⁴⁰ Restaram publicados da produção de Freirinho cinco artigos n’*O Progresso Médico*, em 1876, dois anos após a morte de Freire Alemão.⁵⁴¹

⁵³⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta a Alphonse de Candolle, enviando um exemplar da Flora Fluminenses de Veloso e folheto sobre plantas novas colhidas no Ceará. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 20 jan. 1863, doc. I-28, 02, 012. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416258/mss1416258.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

⁵⁴⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta escrita ao Doutor Martius em 14 de janeiro de 1867. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 158.

⁵⁴¹ Os artigos são: “Clima e moléstias endêmicas de Ipiabas [Ibiapaba]: notícia extrahida de apontamentos inéditos”. “Notícia sobre as moléstias endêmicas do Crato (Ceará) extrahida de apontamentos inéditos”. “Meles medicinaes do Ceará, dos apontamentos ineditos do Dr. Manoel Freire Alemão, quando comissionado nessa provincia”. “Cobras: dos apontamentos ineditos do Dr. Manoel Freire Alemão, quando comissionado no Ceará”. “Medicos Indígenas”. *O Progresso Médico*, v. 1, n. 1, 1876. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=025887&pesq=Ibiapaba>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

Vinha-se ressaltando, já no capítulo 2, que os laços afetivos e de confiança entre tio e sobrinho não tornaram a convivência no Ceará imune a desinteligências, o que é reforçado pela memória em separado sobre o caráter dos companheiros de expedição. Após queixar-se, mais uma vez, do comportamento do chefe da Seção Zoológica, Freire Alemão enceta um parágrafo em que, indiretamente, responsabiliza Lagos por mais um atraso para a partida de Lavras. Por conta de uma viagem de dois dias feita por Lagos e Freirinho a uma fazenda próxima, este pegou chuva e agora estava acamado, com enxaqueca, vertigem e febre. Enerva-o principalmente o fato de não ter sido comunicado sobre essa viagem, reforçando as queixas anteriores de que Lagos o estava desautorizando: “Esta viagem foi ajustada entre ele e o Lagos e eu tive notícia dela, que eles se preparavam para ela! É necessário que eu esgote as últimas fezes deste colega!”.⁵⁴²

Apesar de aparentemente penalizado com a situação do sobrinho, o botânico não deixa, porém, de “expressar aqui o desgosto que ele me causou, talvez sem o querer, ou sem intenção; e não é a primeira vez que ele me tem incomodado com suas maneiras desatenciosas para comigo”. Segue então o relato de um almoço ocorrido na terça-feira, em que estavam presentes duas pessoas com quem os comissionados travaram amizade na vila, e uma delas pergunta se Freirinho tinha aproveitado bem a sua viagem ao Fundão.

Ao que respondeu ele: “Aproveitou a comissão, mas não eu, que vim muito incomodado, isto não me convém, [f. 162] vá lá quem quiser, é melhor fazer o estudo em casa”. A alusão não podia ser mais clara, não podia exprimir-se de outro modo querendo referir-se a mim. Eu fiz reparo e disfarcei por estarem ali pessoas estranhas e não querer que eles notassem desgosto entre nós. Mas dói-me muito e tanto mais quanto era a sem-razão.⁵⁴³

Não se sabe até que ponto essa alusão poderia ser tão clara assim àqueles senhores, que não faziam parte daquele grupo e provavelmente desconheciam os melindres que envolvem (também) o fazer científico. O que importa é que a fala de Freirinho é registrada como uma indireta para o tio, que a considera injusta e sem razão. Dava a entender que Freire Alemão se aproveitava das benesses do duplo cargo de chefe de seção e presidente da Científica para dirigir ao assistente o trabalho mais pesado, de coleta de plantas, colocando-o talvez em pé de igualdade a um mateiro ou ordenança. Já

⁵⁴² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 146.

⁵⁴³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 146.

na vila do Crato, outro episódio desagradável tem a concorrência de Manoel Freire Alemão, mas, dessa vez, segundo o tio, com outra atitude. No já referido episódio da discussão entre Lagos, Freire Alemão e Vila Real (não sabemos qual dos dois irmãos, se João Pedro ou Lucas Antônio, uma vez que ambos eram naturalista-preparadores de aves e trabalhavam sob as ordens de Ferreira Lagos) em plena rua, “seguiu-se uma disputa, [e] o Manoel, que ouviu, desceu e meteu-se nela, mas com modos e palavras conciliadoras”.⁵⁴⁴ Parece ter ocorrido ali uma espécie de acerto de contas entre chefes e subordinados, incluindo pedidos de desculpas e o reforço dos laços de sangue: “A disputa durava uma hora e parece que daqui em diante haverá mais harmonia; o Manoel fez mil protestos de que nunca teve intenção de me ofender e me pedia perdão se involuntariamente o havia feito”.

As coisas pareciam ter-se acalmado por algum tempo, com apenas um comentário ainda no Crato, na ocasião do atendimento a um doente grave: “De tarde, às cinco horas, vesti-me e com o Lagos (Manoel não foi) fazemos a conferência”.⁵⁴⁵ Lembrando que, nas instruções gerais de viagem, os membros da Comissão formados em medicina eram obrigados a prestar toda assistência necessária, com especial atenção a possíveis epidemias que porventura ocorressem no transcurso da viagem, o que incluía Freire Alemão, Ferreira Lagos e Manoel Freire Alemão. Mas, na segunda viagem, quando a Seção Botânica encontrava-se em São Pedro de Ibiapina (atualmente o município cearense de Ibiapina), o botânico recebe “de Vila Viçosa um expresso mandado pelo juiz de Direito dela, pedindo-me que fosse socorrer a vila, cuja população estava aterrada com uma febre que ali está matando muita gente. Respondi-lhe que lá iria amanhã o meu adjunto”.⁵⁴⁶ Mas uma das primeiras notações da entrada do dia seguinte, 29 de novembro de 1860, foi: “Manoel, que se preparava para ir para a Viçosa hoje, não foi! Ou não quis ir!”.⁵⁴⁷ Se bem que, dois dias depois, toda a Seção Botânica viria e estar em Viçosa e que o próprio Freire Alemão fez reparo que ele e o sobrinho andavam *defluxados* (constipados) e às voltas com pessoas doentes em São Pedro de Ibiapina, o uso de exclamações, comedido no texto, indica no diarista um sentimento de desautorização, e da última pessoa de quem, segundo entende, poderia esperar.

O fato é que se, por um lado, é de grande vantagem reunir os principais especialistas de suas respectivas áreas numa expedição científica, por outro, isso pode

⁵⁴⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 192.

⁵⁴⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 166.

⁵⁴⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 362.

⁵⁴⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 362.

gerar uma série de disputas, principalmente num grupo em que prevalece uma hierarquia que tenta ser rígida e, ao mesmo tempo, encontra-se eivada por desentendimentos entre os chefes. Apesar de não ser colocado de forma direta no diário de Freire Alemão, as situações descritas dão a ideia de uma disputa de poder entre chefes e assistentes, que pelos modos autoritários destes últimos poderia colocar em risco a permanência de ordenanças e condutores, essenciais para a continuidade da viagem, como se referiu Freire Alemão ainda na vila do Crato:

Quanto a Manoel, o primeiro fato que apronta é *darem eles* ordens aos empregados da comissão e essas ordens serem contrariadas, o que respondi que não o deixam fazer, porque não podia haver harmonia se todos mandassem. Assim também senti, comprovei deles a origem dessas desavenças. E assim eles do Aracati em diante entenderam que deviam escolher animais [f. 238] condutores e tudo para fazerem malote [matalotagem] sem a ordem dos chefes e nos referimos isto, sem nada lhe dizer. Manoel com seus modos desabridos dava ordens ao José do Ó, aos ordenanças etc. etc., do que se queixavam. O meu ordenança é um cabo de esquadra, eu o trato sempre com certa consideração, mas ele mandava e por quem mandava, um escravo é pouco: “Vá apanhar cavalo, vá dar água a cavalo” etc. etc. O homem se queixa disto e eu nunca o repreendi, sofre tudo. Ora eu, aqui, a causa de tudo quanto haveres safado!!⁵⁴⁸

Acrescentem-se a isso as dificuldades do estabelecimento do trabalho livre num país como o Brasil, organizado em torno do trabalho escravo. O esforço físico que se pode relegar a um negro deprecia o trabalho livre, deteriorando a possibilidade de uma vida laboral remunerada semelhante à da Europa (ainda que esses trabalhadores estivessem submetidos a uma exploração em larga escala), o que afeta as concepções de trabalho, disciplina e hierarquia em todos os níveis sociais. “O trabalho físico torna-se um sinal de *status* de escravo, de forma que pessoas livres podem comandar comércio ou agricultura ou fazer carreira militar ou pública, mas não podem trabalhar para outros, exceto como líderes e dirigentes”.⁵⁴⁹ Quando todos desejam mandar, há inevitavelmente choques e interferências indevidos, o que não raro trava e inviabiliza o trabalho — algo que se pode perceber no mundo do trabalho contemporâneo, no paradoxo entre a realidade de mando e controle que reina nos negócios e o pensamento corporativo de que as relações devem ser horizontais e baseadas na colaboração mútua.

⁵⁴⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 193.

⁵⁴⁹ HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael; FJELDSÅ, Jon. *O artista desaparecido*: P.W. Lund e P.A. Brandt no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 34.

Tais modos também podem denotar um conflito de gerações. Não sabemos, por exemplo, as datas de nascimento dos irmãos Vila Real, cujas preparações de aves da província ainda hoje se encontram no Museu Nacional e são objeto de pesquisa pela qualidade do trabalho executado. As informações sobre Manoel Freire Alemão, principalmente no tocante ao pessoal, são poucas e dispersas. Como já referido no capítulo 2, Sacramento Blake coloca Freirinho como um irmão mais novo de Freire Alemão, algo que não vimos em nenhum outro registro. O cálculo aproximado da idade que se conseguiu foi entre 25 e 30 anos quando faleceu, baseado em matéria do *Diário do Rio de Janeiro* de 16 de maio de 1863, que trata sobre a morte de Freirinho. A matéria diz que ele tomou grau de doutor em Medicina em 1856, e logo depois foi convocado para a Comissão Científica, destacando o autor da matéria, que afirma ter sido seu condiscípulo, que a morte dele se dava “no verdor dos anos”.⁵⁵⁰ Dentre os adjuntos, o que angariou mais destaque após a Comissão Científica foi o engenheiro João Martins da Silva Coutinho (1803-1889), adjunto da Seção Geológica e Mineralógica. Enquanto Capanema não chegava ao Ceará, encarregado de outros trabalhos, Coutinho excursionou e coletou amostras e informações sobre minas pelos arredores de Fortaleza.⁵⁵¹ Além da Comissão Científica de Exploração, participou da Expedição Thayer⁵⁵² realizada entre 1865 e 1866, e, por três vezes, representou o Brasil em exposições universais. Atuou na definição do território nacional por meio da demarcação das fronteiras e da exploração de áreas e rios ainda pouco conhecidos da Amazônia, foi responsável por estudos para implantação de longos trechos de estradas

⁵⁵⁰ “Noticiário: Falecimento”. *Diário do Rio de Janeiro*. Sábado, 16 de maio de 1863. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1425017/mss1425017.pdf>. Acesso em 03 maio 2016.

⁵⁵¹ LOPES, Maria Margaret. A Comissão Científica de Exploração: uma “expansão para dentro”. In: KURY, Lorelai (Org.). *Comissão Científica do Império: 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio. p. 51-83. 2009.

⁵⁵² Financiada pelo milionário norte-americano Nathaniel Thayer, a expedição foi liderada pelo naturalista Louis Agassiz (1807-1873). Além de Agassiz e sua esposa, Elizabeth Cary Agassiz, a equipe era composta de alunos da Universidade de Cornell, nos Estados Unidos, como o geólogo Charles Frederic Hartt (1840-1878) e o médico e filósofo William James (1842-1910). A expedição percorreu diversas regiões do Brasil, e seus objetivos principais eram, em primeiro lugar, a coleta de peixes e outros animais aquáticos autóctones para complementar a já volumosa coleção ictiológica abrigada no recém-construído Museum of Comparative Zoology e, em segundo lugar, a pesquisa de materiais geológicos que poderiam comprovar a teoria da glaciação defendida por Agassiz. No que concerne à pesquisa ictiológica, Agassiz queria confirmar a teoria criacionista, com base na ideia da existência de uma distribuição peculiar das espécies por região do globo, distribuição esta que espelharia os desígnios divinos quanto à vocação de cada região da terra. Já a comprovação da glaciação das áreas tropicais viria a referendar a hipótese de Agassiz a respeito da existência de uma série de catástrofes climáticas enfrentadas pela Terra, cujas consequências teriam sido a destruição de todas as espécies e a recriação delas pela vontade divina, colocando em xeque a teoria da evolução. No Brasil, Agassiz se interessou pelo estudo da população, o que o levou a empreender uma tentativa de documentação das “raças brasileiras” por meio da fotografia.

de ferro e, entre 1875 e 1876, ocupou o cargo de diretor da Terceira Seção do Museu Nacional.⁵⁵³

Assistentes e ajudantes, em geral, costumam ser mais jovens, até pela natureza do trabalho que exercem; e, se tomarmos a carta que Freire Alemão enviou a Martius antes da partida para o Ceará, de que a viagem serviria para habilitar alguns moços a trabalhos de exploração da natureza, temos outra evidência relevante. Não eram estudantes, como os que acompanharam Agassiz na Expedição Thayer, e talvez estivessem ciosos por marcar posição num projeto que atraía grandes atenções e perspectivas dentro e fora do Brasil. Nem por isso as mostras de autonomia eram vistas com agrado: “Ontem me disse também o Dr. Coutinho que Manoel tivera no dia 7 em Baturité uma congestão e que tivera uma síncope, mas ele escrevendo-me no mesmo dia nada me disse”.⁵⁵⁴ Outra possibilidade é que tal comportamento autoritário de Freirinho e Vila Real fosse inspirado pelo próprio Ferreira Lagos, de quem Freire Alemão tantas vezes se queixou por seus modos desabridos e irascíveis.

Bem mais evidentes são os conflitos de geração entre os próprios chefes de seção, e sendo Freire Alemão o mais velho de todos, talvez por isso se mostrasse mais ressentido. Nesse registro bem menos comedido das *Observações*, o botânico diz, por exemplo, que Gonçalves Dias desenvolveu no Ceará um caráter de perfeito chicaneiro e intrigante.⁵⁵⁵ Capanema e Gonçalves Dias, além dos laços de compadrio, tinham idades aproximadas (35 e 36 anos, respectivamente) quando a expedição foi iniciada. Raja Gabaglia tinha 33 anos, mas era o único dos chefes de seção que não pertencia ao quadro social do IHGB quando da nomeação, o que talvez tenha concorrido para um maior afastamento, além do fato de ter seguido viagem sozinho. Ferreira Lagos era o segundo mais velho, 43 anos, mas ainda assim com uma diferença de idade de 19 anos em relação ao venerando Conselheiro, sem falar nas diferenças de temperamento que amargavam o percurso das seções Botânica e Zoológica.

Afora a questão de idade, há que se considerar as disputas internas entre os chefes de seção. Segundo Renato Braga, Capanema guardava mágoa de Lagos porque,

⁵⁵³ SILVA, Marina Jardim; FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira; FONSECA, Vera Maria Medina da. “Silva Coutinho: uma trajetória profissional e sua contribuição às coleções geológicas do Museu Nacional”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 20, n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2013.

⁵⁵⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 284.

⁵⁵⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica*. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

durante o ministério do Marquês de Olinda, com quem tinha grandes desavenças (ver capítulo 1), a superintendência dos preparativos da viagem foi passada paulatinamente de Capanema para Lagos. Capanema “não perdia vaza para espicaçá-lo, no que era acompanhado por Gonçalves Dias, seu amigo íntimo e confidente”,⁵⁵⁶ o que pode ser observado na correspondência trocada entre os dois amigos, ainda que para falar da precocidade da filha de Capanema: “Saudades dos meus e de tua afilhada que ouvindo outro dia o Lagos falar em casar perguntou ‘você está tolo?’ vês que promete”.⁵⁵⁷ Em carta de 8 de março de 1859, Capanema, que ainda se encontrava na Bahia, comenta o que teria sido uma reação do zoólogo: “O Lagos não te ter mostrado as instruções é bandalheira, e eu te asseguro que nem um só momento o quero para meu chefe. Ele continua a ser a pedra d’escândalo da comissão. O [navio] Oiapoque trouxe anedotas dele famosas que leva a namorar em vez de trabalhar e isso com escândalo”.⁵⁵⁸ O trecho também dá uma mostra de que as histórias indecorosas sobre a expedição já circulavam fora da província cearense, com pouco mais de um mês da chegada dos primeiros comissionados.

Apesar de, em princípio, ter-se mantido alheio à querela, Freire Alemão provavelmente se sentira atingido de forma indireta, menos pela questão em si do que pelo desafio à autoridade do presidente. Ainda no Rio, houve o entendimento de que as atribuições de secretário caberiam simultaneamente a Gonçalves Dias e Manuel Ferreira Lagos, pela prática que tinham do assunto como oficiais da Secretaria de Negócios Estrangeiros. Mas tal acordo teria ocorrido à revelia de Dias, sentindo-se (e com razão, para Braga) rebaixado ao ter de dar de conta de atribuições típicas de um amanuense. Renato Braga dá a entender que a posição de Freire Alemão em manter o trato foi longe demais, e mesmo instigada por Lagos, que a aceitou talvez com o fito de angariar a simpatia do presidente da Comissão. Por seu turno, Gonçalves Dias teria sido instigado por Capanema a fingir desconhecer o expediente, a ponto de, quando Freire Alemão solicitou a Dias nomear o filho de um potentado local, que prestou vários favores à Comissão, ao cargo de amanuense, o poeta se negou a fazê-lo, alegando não ser secretário.

⁵⁵⁶ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 49.

⁵⁵⁷ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 206.

⁵⁵⁸ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Bahia, 11/03/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 206.

As circunstâncias fizeram que a rebeldia não tivesse maiores efeitos. Os comissários já estavam a caminho do sertão, dispersos em grupos, o que praticamente desfez o órgão burocrático, cujos afazeres ficaram a cargo do Capitão Antônio Joaquim de Oliveira, na Capital, e no interior aos cuidados de Lagos, por ser o companheiro de Freire Alemão. Entretanto, o Conselheiro guardou no recôndito da alma certa mágoa do poeta.⁵⁵⁹

O fato é que, pelo menos da parte de Capanema, a separação das seções durante a viagem, além da conveniência dos estudos e das afinidades entre os chefes, tinha a intenção de fazer uma expedição paralela, centrada na região jaguaribana, envolvendo saberes de outras seções. Sobre isso, Freire Alemão assinala, na descrição do caráter dos seus companheiros, que Capanema, “homem singular, estouvado e presunçoso de si”, veio com atraso para o Ceará com a ideia de fazer coleções fora de sua seção e remetê-las para a Alemanha, o que ia de encontro às instruções gerais da Comissão Científica e aos interesses do próprio governo imperial, que financiava a viagem exploratória. Pediu papel para secar plantas, e, mesmo depois de Freire Sobrinho ter-lhe dado uma boa porção, Capanema ainda teria ido até o Liceu (onde se encontrava o material das seções) para pegar mais. O botânico orientou então o sobrinho que mantivesse certa reserva em relação a Capanema, e principalmente não lhe mostrasse o herbário, pois tinha por certo que ele queria fazer comparações com o material que havia colhido para remeter à Alemanha. O que colhiam, dizia Freire Alemão, pertencia à Comissão Científica e ao governo imperial, e os estudos não poderiam ser publicados fora do Brasil. Em resposta, teria sido chamado por Capanema de invejoso numa das conferências entre os chefes de seção. O botânico reclama ainda que pôs seu adjunto, Coutinho, a apanhar algas (para si). “Tomou logo conta do microscópio da comissão para seus estudos de algas e o pôs logo em miserável estado. Junto com Gonçalves Dias faz o que lhe parece, escreve ofícios e circulares aos colegas”.⁵⁶⁰ Em outras palavras, parece que Capanema queria assumir o papel de presidente da comissão, ou pelo menos deixava patente que não iria se submeter ao que Freire Alemão determinava.

⁵⁵⁹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 50.

⁵⁶⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf>. Acesso em 23 mar. 2017.

Em carta, Dias era instado por Capanema a arrumar dois marrecos (aqui a palavra é colocada no sentido de astuto, matreiro, provavelmente referindo-se à gente local) “ao Vila Real para aprenderem a caçar *comme il faut* e preparar os bichos para os levarmos conosco, faremos a nossa expedição a parte e creio que faremos nós sós mais alguma cousa que outros reunidos a nós. Não digas nada deste projecto aos outros”.⁵⁶¹ Talvez com essa intenção em mente, Gonçalves Dias tenha pedido a Lagos para ver as instruções, o que lhe foi negado e comentado em carta com o amigo um mês depois.

Se não foi longa a convivência entre Freire Alemão e Capanema durante a viagem ao Ceará, é possível dizer que teve alguns momentos tensos, provavelmente por conta do histórico anterior à Comissão Científica. Em 27 de julho de 1850, numa sala cedida pelo Museu Nacional, Freire Alemão abriu os trabalhos da Sociedade Velosiana de Ciências Naturais, uma associação de naturalistas voltada, inicialmente, para o estudo das áreas de Zoologia, Botânica e Mineralogia (sendo depois incluída a de Língua Indígena). O nome era uma homenagem a Frei Veloso, autor da *Flora fluminensis*, que inspirou Freire Alemão a seguir os estudos da botânica. Entre os 15 primeiros sócios efetivos, estava Capanema, locado junto com Freire Alemão na comissão permanente de Botânica. Posteriormente, Capanema passou à Mineralogia e, em 1850, apresentou a análise de uma amostra de sulfureto de zinco que continha cádmio, elemento químico que vinha sido amplamente usado no século XIX para a produção de tintas inorgânicas, e futuramente seria aplicada na fabricação de pilhas, extintores de incêndio, fusíveis e reatores nucleares. A amostra foi enviada do Ceará ao Museu Nacional e ganhava importância por ser a primeira vez que se encontrava cádmio no Brasil⁵⁶² — o que pode também ter reforçado a ideia de fazer uma expedição científica ao Ceará para encontrar jazidas deste e outros metais. Porém, a falta de recursos para manter uma publicação própria fez com que os trabalhos da Velosiana fossem publicados no periódico *Guanabara*, de 1851 a 1855.

Na biografia publicada no mesmo ano da morte de Freire Alemão, cujo subtítulo faz questão de sublinhar que foi “escripta, em vistas das notas por elle próprio fornecidas”, Mello Moraes conta que, apesar dos esforços para estabelecer a agremiação, “não tardou que a zizania [cizânia] e a intriga, ou antes a inveja e o egoísmo, cousas muito comuns entre nós, apparecesse e como a *pulia*, que tudo destrói e mata”. Teria

⁵⁶¹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Bahia, 06/02/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 202.

⁵⁶² LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 131.

havido, segundo Moraes, um esvaziamento da Velosiana liderado por um dos sócios, que teria sido contrário à publicação de uma memória porque a introdução trataria de “cousa sem valor”. Voto vencido por Freire Alemão e outros sócios, o derrotado, com quem Freire Alemão contava “por sua ilustração e inteligência, mas de um gênio incapaz de viver em harmonia com companheiros”,⁵⁶³ ter-se-ia retirado da Velosiana e, com apoio do imperador, formado outra sociedade, chamando para compô-la os membros da Velosiana, incluindo Freire Alemão. Apesar de não citar nomes, fica claro que Mello Moraes se refere a Capanema, tanto pela questão do temperamento quanto pelo fato de Capanema ter fundado a Sociedade Palestra Científica do Rio de Janeiro, cuja primeira sessão ocorreu em 25 de junho de 1856. Num discurso feito em 1872, quando da tentativa de reavivar a Sociedade Velosiana, Freire Alemão fez sua retrospectiva dos problemas enfrentados pela associação, lembrando que:

“se tramou um meio de acabar com a sociedade” e criar-se outra “revestida de tanta pompa quanto pode seus intentos, eu o suspeitei, para anular a Velosiana desfalcando-a de seus cooperadores. Eu mesmo fui convidado e acedi, não querendo precipitar a dissolução da desvalida Velosiana”.⁵⁶⁴

Com base em Melo Moraes, João Francisco de Souza segue a mesma linha de interpretação sobre o episódio em seu livro de 1948, fazendo questão de frisar a “manifesta origem germânica” de Capanema, talvez embalado pelo sentimento antigermânico que grassava após a Segunda Guerra Mundial. “Capanema não suportou a derrota... Sua vaidade, quase doentia, não estava habituada a sofrer humilhações de tal ordem, e, além disto, um homem ‘do seu valor’ não poderia desempenhar papel secundário, numa associação criada, ao demais, por iniciativa alheia...”.⁵⁶⁵ Mais comedida — tendo como base os *Relatórios dos Trabalhos da Sociedade Velosiana* de 1851 a 1853, documentos do Museu Nacional e manuscritos de Freire Alemão —, Maria Margaret Lopes não deixa de aludir à disputa em torno da publicação da referida memória, polarizada por Capanema e Freire Alemão, mas procura sopesar sua observação com outros fatores, desde as divergências sobre a adoção de determinadas

⁵⁶³ MORAIS, Alexandre José de Mello. *A vida e a morte do Exm. Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino F. do Espírito Santo, 1874, p. 25.

⁵⁶⁴ SALDANHA DA GAMA apud LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 135.

⁵⁶⁵ SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948, p. 119.

nomenclaturas taxonômicas para a classificação dos produtos naturais até a viabilidade do nome da sociedade para angariar reconhecimento internacional.

Rapidamente, as dificuldades financeiras e as divergências entre os sócios se agravaram. Freire Alemão atribuiu a “malquerenças e desconfianças” o que nos parece visões diferentes dos objetivos da sociedade. Visões diferentes do que fossem os critérios de cientificidade e mesmo exemplos dos cuidados milimétricos que parcelas da elite do Império tomavam com a construção de certa imagem do país no exterior. Na verdade, desde o princípio, houve oposição ao nome da sociedade. Foram sugeridos os títulos de “Sociedade de Ciências Naturais”, “Sociedade Excrutadora de Ciências Naturais”, e inquiridos sobre a razão da discordância à homenagem a Frei Veloso, conta Freire Alemão que “responderam-me com evasivas, dando porém a entender que não julgavam Veloso com bastante prestígio para decorar e afortunar a nascente Sociedade”.⁵⁶⁶

O fato é que nenhuma das duas associações teve longa duração e os trabalhos, de ambas as partes, foram deixados de lado quando da convocação para participarem da Comissão Científica — ainda que paga pelo imperador, a *Revista Científica*, voltada para a divulgação dos trabalhos da *Palestra*, só teve um número.⁵⁶⁷ Nem Freire Alemão, em seu diário, nem Capanema, em sua correspondência, trataram diretamente do assunto, mas algumas passagens do diário de viagem dão a entender que o clima entre os dois não era dos melhores. A primeira referência no diário de viagem a Capanema ocorre durante a estada de Freire Alemão no Crato, já na metade da primeira viagem.

De manhã ocupei-me com alguns desenhos. De tarde, depois de termos jantado, eu estive no quarto do Lagos onde vimos chegar o Capanema, Garrido, Dias, Coutinho etc., acompanhados de outros cavaleiros passando pela rua do Vale, que fica no fundo das casas em que moramos. Vila Real e Manuel, que estava em cima, vendo-os passar, os saudaram e chamaram-nos; eles seguiram para a casa do Ratisbona.

Eu mandei um ordenança visitá-los e oferecer a nossa casa, enquanto a não tivessem. A resposta que nos trouxe o ordenança foi: “Que já tinham casa”.

⁵⁶⁶ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 133.

⁵⁶⁷ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica...* Op. cit., p. 135.

Então eu disse ao Lagos (que já não tinha falado em irmos ou não visitá-los, mas que parece quiseram eles que deviam vir apresentar[-se] ao presidente da comissão), disse eu: “À noitinha, se eles não tiverem vindo, iremos nós visitá-los, para tirarmos toda [f. 234] a presente da queixa”. O Lagos aprovou e *lembrou* que devíamos [ir] cada um separadamente para não parecer que o faziam com solenidade, e *logo depois* se apresenta e os foi visitar. Eu saí à hora do meu costume, o Reis saiu ao mesmo tempo, e os achamos (menos o Coutinho) sentados à porta do Dr. Ratisbona. Receberam-me mui friamente.⁵⁶⁸

Apesar de tratarmos de pessoas com habilidades científicas próximas, visto que os chefes de seção eram os mais destacados naturalistas de suas áreas respectivas, Freire Alemão parece crer que Capanema deveria ter mais deferência a ele, uma vez que era o presidente da Comissão. Fica-se sem saber se a “presente da queixa” refere-se a fatos anteriores à viagem ou não. No dia seguinte, as coisas não pareciam melhores: “Veio depois o Capanema, entrou para a sala de dentro, esteve com Manoel e Vila Real mais de uma hora e retirou-se sem me falar, estando eu na sala!!”. A queixa se estende então aos outros recém-chegados. “O Dias não nos visitou ainda. Estive na roda do Sucupira; dela vim para o quarto do Lagos; estava o Capanema em cima, chegou depois o Coutinho, que também não nos procurou ainda, e eu ontem quando os visitei não esqueci de perguntar por ele”.⁵⁶⁹ É difícil saber se esse fato teve o mesmo peso para Freire Alemão e Capanema. No terceiro dia é que ocorre o desfecho, apaziguador: “Estávamos aprontados para sair quando me vieram visitar o Capanema, o Dias e o Coutinho; o Capanema entregou-me uma carta do Martius e deu-nos a notícia; desta vez chegou o correio com más notícias do Sul etc. etc.”⁵⁷⁰

O que se segue no restante do diário é feito de encontros, visitas, despedidas, dentro do padrão do decoro e da cordialidade. “Hoje, dia de anos do Dr. Capanema, convidou-nos para jantar com ele e estivemos os membros da Comissão, e o Sr. Bandeira de Melo”.⁵⁷¹ Nem por isso deixa de fazer certos reparos, principalmente sobre as insinuações que corriam na Corte sobre o motivo de Capanema obter tantos favores e benesses de Dom Pedro II: “Hoje D. Maria Teófila queixou-se do Capanema, por havê-la maltratado de palavras à vista duma ou mais pessoas, por lhe dizerem que

⁵⁶⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 190.

⁵⁶⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 190-191.

⁵⁷⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 191.

⁵⁷¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 415.

ela havia dito ser ele irmão do imperador”⁵⁷².

É possível perceber, em algumas passagens, que Capanema tinha mais afinidade com Freirinho, por algumas curtas viagens e trabalhos que fizeram juntos, o que não passou despercebido do nosso diarista: “O Capanema trabalhando de microscópio com Manoel”⁵⁷³. Era comum, em algumas cartas enviadas por Capanema a Freire Alemão, o texto ser fechado com “Saudades ao Manoel”, colocado antes de sua assinatura. E também pela forma como Capanema se expressou a Gonçalves Dias quando Freirinho morreu.

Remato com uma triste nova um acontecimento que nos afligiu muito e veio prejudicar gravemente a Comissão Científica, foi a morte repentina do nosso bom Freirinho, eu me achava doente na ocasião ocultaram-me a notícia, porém o Imperador para manifestar o seu sentimento escreveu-me e tive de sabê-lo por aí, perdeu o país uma de suas mais belas inteligências; e eu um companheiro de trabalho é cousa que não se torna a encontrar.⁵⁷⁴

Sobre Freire Alemão propriamente, a correspondência de Capanema com Gonçalves Dias, afora algumas citações sem importância, dá conta de uma última reunião dos comissionados em Fortaleza, em carta de 14 de abril de 1861. Diante dos cortes na tabela da Comissão, era preciso decidir se eles concluiriam os trabalhos restantes ou se seguiriam para o Rio de Janeiro a fim de obter novas instruções. O relato mostra um Capanema agastado, mas não menos irônico. “A tal sessão foi de eternas luminárias! O Conselheiro declarou que tinha concluído a botânica da província. O feliz colega [Lagos] declarou que quanto a zoologia a sabia de cor e salteado, estava pronto a partir em fins de julho”. Capanema, que teve sua seção gravemente prejudicada pela perda dos materiais no naufrágio do iate *Palpite*, sente-se prejudicado pela postura de Freire Alemão e Lagos, e sua reação é censurada pelo presidente da Científica: “Eu *dixe* que ainda tinha que fazer como todos os diabos, mas que com um bandalho de governo não podia servir por isso queria ir-me embora quanto antes fosse como fosse (o Conselheiro achou que minhas expressões eram pouco parlamentares e que as paredes eram orelhudas)”⁵⁷⁵. A discrição também é adotada por Freire Alemão em seu diário,

⁵⁷² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 462.

⁵⁷³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 535.

⁵⁷⁴ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro, 25/05/1863. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 289.

⁵⁷⁵ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Fortaleza, 14/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 227.

uma vez que se limita a falar apenas sobre o resultado da reunião: “Hoje oficiamos ao Governo Imperial a respeito da continuação ou cessação dos trabalhos da Comissão”.⁵⁷⁶

Meu intento não é fazer aqui uma cronologia de brigas e desavenças, e sim indicar o cotidiano de um possível (início) de um campo científico no Brasil. No capítulo 1, procurei mostrar as relações de dependência desse campo científico nascente com as instâncias de um Estado imperial que, de certa forma, não rompera os laços com os modos da antiga metrópole. A própria ideia de Estado não pode ser entendida como algo uniforme, nem o próprio interesse pela ciência como forma de engrandecimento da nação: para muitos, era mais relevante a prospecção de produtos conhecidos por sua alta rentabilidade naquele momento. A própria incompreensão de ministros e deputados sobre o que é ciência e a injusta comparação com o que a Europa e os Estados Unidos haviam alcançado (devido ao lastro que esses países já possuíam) faziam com que o tempo e o resultado das investigações fossem vistos como subterfúgio para o desperdício. Não se pode deixar de ressaltar que, a despeito disso, o imperador Pedro II era um homem cultivado e interessado no progresso da ciência em seu país — tanto que não se furtou a financiar, por dois anos e meio, essa grande expedição científica enviada ao Ceará, composta de cerca de 20 pessoas, com equipamentos e livros trazidos da Europa. Uma expedição que, na volta, forneceu uma variedade de espécies botânicas e zoológicas, fósseis, produtos manufaturados, artefatos indígenas do Amazonas, estudos e registros (diários, anotações, desenhos etc.), além de todo o equipamento e biblioteca importados, essenciais para o desenvolvimento de estudos e pesquisas em instituições como o Museu Nacional e a Escola de Belas Artes.

O que se percebe na correspondência de Freire Alemão, tanto ativa quanto passiva, é que os deveres administrativos de um presidente de comissão muitas vezes o colocavam em situações difíceis, trabalhosas ou mesmo embaraçosas. Desde antes de encetar viagem para o Ceará, eram muitas as solicitações, como nesta carta de um naturalista francês que se instalara no Brasil:

Monsieur le Docteur!

Sans avoir l'honneur de vous connaître personnellement; mais vous connaisands par votre réputation comme botaniste le plus distingué du Brésil prends je la liberté de m'adresser avec confiance à votre bienveillance, sachands que jamais on s'adresse inutilement à un naturaliste et surtout à un fils d'une nation généreuse.

⁵⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 489.

Il y a trois ans que je me suis rendu au Brésil dans l'intention de faire des collections de plantes seches pour une société de botanistes genevais comme Mr. Alphonse de Candolle, Edmund Boissier, Dunant de Gallatin et autres, mais n'ayant pas réussi dans mon projet par faute de moyens pécuniaires étais-je obligé d'embrasser de nouveau l'état d'instituteur, vocation que j'ai exercé pendant huit ans dans la Suisse alemmande.

Vous savez très bien que cet état est généralement assez maigrement payé dans ce pays que tout est extrêmement cher et qu'un ne peut pas vivre avec 20 mil fr. [francs] d'appointments par mois.

Je viens donc vous demander s'il ne serait pas possible de faire comme adjoint l'expédition scientifique qui vais explorer quelques provinces encore moins connues de ce riche pays.

Je suis âgé de 32 ans jonissant d'une santé à tout épreuve.

Je vais preparer tous les objets pour les collections d'histoire naturelle; et peut être que je pourrais être utile, à un pays que je chéris tout, malgré quelques petits malheurs que j'y ai éprouvé.

Dans le cas qu'il ne faut plus de monde pour faire cet expédition je me recommande à votre générosité comme conservateur de votre herbier ou pour quelque autre emploi que corresponds à mes inclinations de naturaliste.

Recevez Monsieur le Docteur l'expression de la plus haute considération.

De votre

Humble serviteur

H. Dürer

Barra Mansa, 17 de septièmre de 1857⁵⁷⁷

⁵⁷⁷ “Sr. Doutor! Sem ter a honra de conhecê-lo pessoalmente; mas conhecendo sua reputação como o botânico mais ilustre Brasil tomo a liberdade de me colocar com confiança sob sua bondade, sabendo que jamais se dirige inutilmente a um naturalista e sobretudo ao filho de uma nação generosa. Há três anos, vim para o Brasil com a intenção de fazer coleções de plantas secas para uma sociedade de botânicos genebrinos como o Sr. Alphonse de Candolle, Edmund Boissier Dunant de Gallatin e outros, mas tendo falhado no meu projeto por falta de meios pecuniários me vejo forçado a abraçar novamente o status do professor, vocação que exerci durante oito anos na Suíça alemã. O senhor sabe muito bem que este estado é geralmente bastante mal pago neste país tudo é extremamente caro e não se pode viver com 20 mil francos por mês. Venho então lhe perguntar se não seria possível me fazer adjunto da Expedição Científica, que irá explorar algumas províncias ainda menos conhecidos deste rico país. Tenho 32 anos, gozo de saúde a toda prova. Vou preparar todos os objetos de coleções de história natural; e talvez eu poderia ser útil para um país de que eu aprecio tudo, apesar de alguns pequenos problemas que eu experimentei. Neste caso em que daria tudo para fazer parte desta expedição, eu me recomendo à vossa generosidade como conservador do seu herbário ou por algum outro trabalho que corresponda a minhas inclinações naturalistas. Receba Senhor Doutor a expressão da mais elevada consideração. Seu humilde servo. H. Dürer. Barra Mansa, 17 de setembro de 1857 (tradução nossa). Carta de H. Dürer a Freire Alemão pedindo cargo de adjunto. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416350/mss1416350.pdf>.

A carta desse naturalista, H. Dürer, que provavelmente viveu e morreu sem deixar uma marca significativa na História Natural, é uma mostra de que as dificuldades para praticar a ciência não eram restritas a países como o Brasil. Apesar de alegar estar ligado a uma sociedade botânica em que figuravam nomes como Alphonse de Candolle e Edmund Boissier, a falta de recursos coloca-o sob o *risco* de ter que voltar a dar aulas para sobreviver, já prevendo assim dificuldades por ser o ensino no país mal remunerado. Apesar da aparente unidade que há entre esses viajantes naturalistas, a iniciativa das expedições e suas formas de financiamento marcavam uma hierarquia. Luciana Rossato identifica dois tipos: o primeiro, formado por viajantes que integravam comissões científicas, financiadas por instituições de alguma forma vinculadas ao poder estatal, e que por isso não teriam obrigação de produzir material destinado a um público mais amplo. Como colocado no capítulo 1, por exemplo, a política do império português era manter as investigações feitas por seus vassalos ilustrados em sigilo ou em circulação muito restrita. As próprias instruções da Comissão Científica recomendavam uma série de cuidados no caso de se descobrir uma jazida de minerais ou metais preciosos, fazendo-se remeter a informação de forma rápida e segura para a Corte.

O segundo grupo é formado por iniciativas individuais, com apoio ou não de uma instituição científica. “A viagem poderia ser financiada pela fortuna pessoal ou então com recursos adiantados que seriam pagos posteriormente, com a remessa de coleções e com a publicação dos relatos das viagens”.⁵⁷⁸ Dürer parece se encaixar melhor no segundo tipo de viajante, com a desvantagem de não ter conseguido um adiantamento, empréstimo ou subscrição pelas coleções e relatos que viesse a produzir no Brasil e, por isso, anseia tornar-se um viajante comissionado, com todas as garantias que, em princípio, um governo poderia oferecer, ou pelo menos anunciava oferecer. Não sabemos se Freire Alemão respondeu essa carta, mas é provável que, mesmo se não tivesse o sobrinho em vista para o cargo, o botânico ponderasse que toda a argumentação de formar uma comissão composta por naturalistas nacionais cairia por terra caso um estrangeiro fosse contratado.

Bem mais belicosa deve ter sido a solicitação do Marquês de Abrantes.⁵⁷⁹

Acesso em 23 mar. 2017.

⁵⁷⁸ ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário...* Op. cit., p. 69.

⁵⁷⁹ Miguel Calmon du Pin e Almeida, marquês de Abrantes (1796-1865), político e diplomata brasileiro.

Ainda que estivesse longe de ser incomum, a exclamação utilizada por Frederico Burlamarqui denota o clima de apuro em que esta carta colocava o presidente da expedição.

Ilmo. Sr. Dr. Freire Alemão,

Se devo responder à carta inclusa do Marquês de Abrantes!

Sou
Muito amigo e reverente criado,
F. L. Burlamarqui

P. S. Se está em outro meio o manuscrito do Sr. Vandelli
M 21 de ____ de 1858

Botafogo, 20 de novembro de 1858,

Excelentíssimo ____ Burlamarqui

O ____ Germano Mendes ____ do ____ deseja ser empregado como oficial de escrita na Comissão Científica de Exploração. Tenha-o por mais hábil no seu ofício.

Rogo por ____ a Vossa Excelência o favor de falar ao Sr. Freire Alemão, e pedir-lhe, que ____ possível o admita como um escrevente, encarregado dos seus papéis; ____ os trabalhos da sua Científica?

[trecho ilegível]

Marquês de Abrantes⁵⁸⁰

Com relação ao campo científico que os membros da Comissão Científica estavam constituindo, ressalta-se que *campo* é aqui entendido a partir das premissas de Pierre Bourdieu. O conceito aparece aplicado em diversos dos seus estudos empíricos, como na análise das relações entre o campo literário e o campo de poder a partir do romance *A educação sentimental* (1869), de Gustave Flaubert.⁵⁸¹ Mais uma vez, procuro me afastar de questões como progresso e atraso, sucesso ou insucesso, ou mesmo a ideia do naturalista isolado, indivíduo de gênio tão singular quanto incompreendido e

Formado pela Faculdade de Direito de Coimbra em 1821, exerceu diversos cargos públicos e condições nobiliárquicas, além de ter sido membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, presidente da Imperial Academia de Música e provedor da Santa Casa de Misericórdia, do Rio de Janeiro.

⁵⁸⁰ Carta a Freire Alemão, indagando qual a resposta que daria ao marquês de Abrantes quanto à solicitação de emprego para certa pessoa na Comissão Científica. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28,03,017 nº 001-002. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416354/mss1416354.pdf>.

Acesso em 3 mar. 2017.

⁵⁸¹ Ver BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

desvalorizado, usadas para entender a Comissão Científica — uma vez que Bourdieu trabalha o *campo* a partir da ideia de um pensamento relacional e a repulsa à projeção universal de categorias que são, de fato, historicamente definidas.

Em outras palavras, é preciso escapar à alternativa da “ciência pura”, totalmente livre de qualquer necessidade social, e da “ciência escrava”, sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social e, como tal, faz imposições, solicitações etc., que são, no entanto, relativamente independentes das pressões do mundo social global que o envolve. De fato, as pressões externas, sejam de que natureza forem, só se exercem por intermédio do campo, são mediatizadas pela lógica do campo.⁵⁸²

Um campo não se faz necessariamente com relações íntimas e/ou afetivas; ou, pelo menos, não dentro da ótica conciliadora, hagiográfica com que alguns autores procuram abordar a comunidade científica, tomando por evidência os textos elogiosos que se fazem escrever quando da morte de uma dessas sumidades. Pelo contrário, a verdade da pesquisa é feita de “plágios, o roubo de ideias, as querelas de prioridades e tantas outras práticas que são tão antigas quanto a própria ciência”.⁵⁸³ Para Bourdieu, quanto mais autônomo é o campo, menos está exposto às leis sociais, pressões políticas e econômicas externas. Mas há que se considerar as estratégias de luta e poder internas, as leis sociais do próprio campo, em que pese as questões inerentes ao fato de que cada intelectual tem por clientes seus próprios concorrentes.

O que se percebe, desde o lançamento da ideia de uma Comissão Científica brasileira, é que os comissionados pendem entre obedecer às instâncias governamentais que buscavam garantir para o país os dividendos de qualquer produto que viesse a ter demanda em nível mundial e a satisfação de ambições para se inserir, individualmente, na elite científica mundial, como ocorreu na tentativa de Capanema de enviar para a Alemanha coleções botânicas colhidas no Ceará. A comissão que Manuel Ferreira Lagos idealiza é, antes de tudo, para se contrapor ao que os naturalistas estrangeiros escreviam sobre o Brasil, mas o que os chefes de seção demonstram, em suas comunicações, é a grande dúvida de que o governo mantivesse a constância nos investimentos. Há que se considerar, por outro lado, a posição da Comissão Científica, com críticas e questionamentos nas casas legislativas e na imprensa, bem como a

⁵⁸² BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2002, p. 21-22

⁵⁸³ BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência...* Op. cit., p. 31.

frustração de uma grande descoberta que viesse calar as vozes dissonantes. Talvez por conta disso, Capanema tenha solicitado a Freire Alemão licença da Comissão Científica quando ainda estava em Sobral, em 14 de fevereiro de 1861, alegando questões de saúde,⁵⁸⁴ portanto dois meses antes do naufrágio do iate *Palpite*. Em 28 de junho de 1862, Capanema faz uma solicitação a Freire Alemão referente ao trabalho no Ceará, mas por outra frente: a questão das secas.

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor

Das quantias que eu recebi no Ceará, eu tinha destinado para cima de um conto e trezentos mil réis para mandar proceder a escavação na Ripina em Aocatinga [?], em Flores no Limoeiro, na Lagoa de S. Pedro perto de Mombaça, a fim de obter fósseis que ali existem, assim como para alcançar amostras das formações rupestres.

De um exame a que pude proceder resultou a descoberta do fato importante de que as serras naquela província já datam de período anterior à criação do homem, o que convém ter em vista quando se trata dos meios de anular os efeitos daquele flagelo, para que se não gastem somas avultosas em tentativas cuja realização vá de encontro às condições que forçosamente tem de produzir ____.

Eu só pude estudar um fato único é necessário corroborá-lo por outros e para isso eu tinha dado instruções a pessoas dos lugares tendo se ao ____ e delegados incumbir a vigiar os trabalhos como porém a tabela que se me mandava observar, determinava a maneira pela qual devamos gastar os dinheiros recebidos, e vai consignada verba alguma para as escavações suspendi as ordens que estavam dadas e retirei as quantias que tinha destinado para elas, que tenho em meu poder e figuram como sobras da minha seção.

Venho pedir a Vossa Excelência se digne consultar o governo Imperial se devo mandar proceder às escavações referidas na estação seca que vai começar, ou se devo entrar com estas sobras para o Tesouro.

Deus guarde a Vossa Excelência. Rio de Janeiro, 28 de junho de 1862

Ilustríssimo Excelentíssimo Senhor Conselheiro Francisco Freire Alemão
Presidente da Comissão Científica
Dr. Guilherme de Capanema
Membro da Comissão⁵⁸⁵

⁵⁸⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. Carta a Freire Alemão, pedindo licença da Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28,03,063. Disponível em: >http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416405/mss1416405.pdf>. Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁸⁵ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. Carta a Freire Alemão, tratando de despesas que necessitaria fazer com escavações no Ceará. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 04, 012A. Disponível em:

Coincidentemente, o marquês de Olinda, então ministro dos Negócios do Império, convida Freire Alemão a comparecer à sua casa na manhã do mesmo dia em que Capanema envia sua solicitação sobre as escavações.⁵⁸⁶ Não se sabe se o presidente da Comissão pôde comparecer à casa do ministro ou mesmo se, na ocasião, estava a par da solicitação de Capanema. Somente um mês depois, em carta de 26 de julho, Freire Alemão encaminha o pedido da Seção Geológica ao Marquês de Olinda.

A minha ausência da cidade e alguns dias de moléstia retardaram esta remessa. Tomo a liberdade de lembrar a Vossa Excelência que no caso de Vossa Excelência ordenar a continuação da escavação a que se refere o ofício, eles devem começar quanto antes para se não perder a oportunidade do tempo seco no Ceará, em que só podem ser feitas.⁵⁸⁷

A resposta chega no dia 13 de agosto de 1862, autorizando Capanema a empregar a quantia que ele reservara para a continuação das escavações. Porém, manda que os nomes das pessoas encarregadas e as instruções para esse trabalho sejam encaminhados para o presidente da província do Ceará, tendo o cuidado para que não se gaste mais do que o chefe da Seção Geológica havia separado.⁵⁸⁸ Em outras palavras, o ministro não permite nem que Capanema retorne ao Ceará para ali encetar novas pesquisas nem que dirija pessoalmente os trabalhos, colocando o governo da província como intermediário. Não foram encontradas informações se o trabalho, de fato, foi executado.

Talvez seja mais relevante destacar aqui o reaparecimento do marquês de Olinda no cenário político que envolve diretamente o projeto da Comissão Científica de Exploração. No capítulo 1, exploraram-se as desinteligências entre o Marquês de Olinda

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416450/mss1416450.pdf>.

Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁸⁶ LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão, convidando-o a sua casa. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 12. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416449/mss1416449.pdf>.

Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁸⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta ao marquês de Olinda, submetendo ofício da Seção de Mineralogia da Comissão Científica, que pleiteava autorização para continuar seus trabalhos no Ceará. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 2, 9. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416255/mss1416255.pdf>.

Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁸⁸ LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão, autorizando a continuação das escavações encetadas pela Seção de Geologia da Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 13 A. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424852/mss1424852.pdf>.

Acesso em: 25 abr.2017.

e Capanema no tocante à expedição (mas originadas de uma rixa pessoal), cada um lançando mão de estratégias específicas para anular o poder do outro. Enquanto o marquês mandava interceptar as cartas enviadas por Capanema, este atrasou o quanto pôde a compra e despacho do material da Científica, até que o ministro caísse. De volta ao centro das decisões, o marquês tentaria influir de todas as formas nos destinos da expedição em seu retorno à Corte.

No retorno à Corte dos comissionados, a desmobilização prossegue. Não que os trabalhos tenham sido de todo abandonados, mas as coisas parecem correr de forma mais lenta ou bastante dificultada pelas circunstâncias, especialmente no decorrer do ano de 1862. Nota-se a utilização de uma série de expedientes, entre financeiros e burocráticos, por parte do governo, para inviabilizar a continuação dos trabalhos. Numa carta datada de 18 de junho para Freire Alemão, tem-se o seguinte. “Cumprimenta o marquês de Olinda, e lhe roga o favor de mandar, com urgência, a redução que tiver feito nas despesas da comissão, visto achar-se próximo o dia da discussão do orçamento”.⁵⁸⁹ Já em 22 de agosto, o marquês de Olinda encaminha ofício a Freire Alemão comunicando que Gonçalves Dias e Ferreira Lagos, oficiais do Ministério de Estado dos Negócios Estrangeiros, a partir daquela data, deixariam de receber os vencimentos referentes à chefia de suas respectivas seções. Além disso, que terminava, naquela mesma data, a licença concedida a Gonçalves Dias.⁵⁹⁰

Ao retornar da viagem aos rios Madeira e Negro, em 1862, Gonçalves Dias embarcou logo para a Europa para tratamento de saúde, tendo frequentado estações de cura em várias cidades europeias, como Aix-les-Bains, Allevard e Sem, mas encontrava-se desenganado em 1864, quando voltava ao Brasil, e o navio naufragou no dia 10 de setembro, nas costas do Maranhão, tendo o poeta, que já se encontrava muito debilitado, perecido no camarote, sendo a única vítima do desastre, aos 41 anos de idade. Mas, pela carta que se segue, de Capanema a Gonçalves Dias, tem-se a ideia de que havia desconfiança quanto à realização efetiva dos trabalhos e os problemas de

⁵⁸⁹ LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão, solicitando o envio de novo orçamento da Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 11. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416448/mss1416448.pdf. Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁹⁰ LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão tratando dos vencimentos e licença de Antônio Gonçalves Dias e Manuel Ferreira Lagos. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 13 B. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424853/mss1424853.pdf. Acesso em: 25 abr.2017.

saúde alegados pelo poeta e, por outro lado, a demora no repasse de dinheiros por parte do governo.

Recebi o teu atestado já combinei porém na Secretaria do Império com o Dr. Neto Machado a fazer um ofício ao Freire Alemão que tu estás trabalhando visto eu te ter mandado as estampas da cablocaria, que estão se acabando, e que no entretanto te não pagam, verás como te dão o dinheiro — No entretanto arranja-te com tua saúde.⁵⁹¹

O último registro de algum trabalho feito por Gonçalves Dias para a Comissão Científica consta de outra carta de Capanema, datada de 21 de março de 1864, em que os amigos procuravam fazer frente às reclamações do governo, já que Capanema também se queixava da saúde, “tossindo asmático, e cocheando uma vez por outra”:

Agora negócio sério. Os Fleiuss te remetem de novo uma coleção de tuas estampas vê se fazes texto nos bocados para que se publiquem folhetos, eu vou dar conta dos meus relatórios do Ipanema para depois dar um folheto da científica vê lá se me auxilias, os deputados e governo estão rolando zangados porque só há estampas.⁵⁹²

Em 6 de maio de 1862, Raja Gabaglia informa a Freire Alemão, por carta, que seguiria nessa data para uma nova comissão determinada pelo ministro da Marinha e que seus adjuntos terminariam o trabalho da Seção Astronômica até o final do mês.⁵⁹³ Uma nova carta, de 23 de junho de 1864, dá conta da partida de Gabaglia para outra comissão, em Pernambuco, novamente por determinação urgente do Ministério da Marinha. Dessa vez, não há comentário sobre o andamento dos trabalhos da Seção Astronômica, mas, nas duas situações, Gabaglia informa que o Marquês de Olinda estava ciente da situação. “Presumo que breve estarei de volta, mas apesar disso fiz a necessária participação ao Ministro do Império, comunicando que teria conciliado os meus deveres da seção da Comissão Científica”.⁵⁹⁴

⁵⁹¹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Sem local, 25/11/1862. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 336.

⁵⁹² Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Sem local, 21/03/1864. In *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 316.

⁵⁹³ GABAGLIA, Giacomo Raja. Carta a Freire Alemão, comunicando que faria parte de uma comissão determinada pelo Ministério da Marinha. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 9. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416445/mss1416445.pdf>.

Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁹⁴ GABAGLIA, Giacomo Raja. Carta a Freire Alemão, comunicando sua partida para Pernambuco a

As duas missivas têm o caráter de comunicação oficial, mas, ao mesmo tempo, Gabaglia não demonstra preocupação com o desvio que essas viagens provocariam nos trabalhos de sua seção, destoando da escrita ansiosa e de autocomiseração que aplicava nas cartas que enviava a Freire Alemão no Ceará. O desvio dos trabalhos de Gabaglia para outras comissões denota desinteresse por parte do governo na continuidade dos trabalhos da Científica, uma vez que o Marquês de Olinda, que foi comunicado por Gabaglia, não interveio na questão. Também em ambas as cartas, nota-se que a comunicação ao presidente da Comissão Científica é feita no próprio dia de embarque, talvez como forma de não deixar espaço para questionamentos ou pedidos de manutenção de Gabaglia na Corte. Na segunda carta, talvez em vista de dissipar possíveis desconfiças, Gabaglia emenda: “A urgência da partida tornou impossível procurar a Vossa Senhoria mais de uma vez e indagando fui informado que Vossa Senhoria estava ausente”.⁵⁹⁵

Quanto a Ferreira Lagos, a despeito de todas as críticas que os demais comissionados o rechaçavam durante a viagem, não se lhe pode tirar o crédito de fazer exhibir os resultados da Comissão Científica para o público. Em 1º de outubro de 1861, *O Cearense* dedica parte significativa de sua edição a compilar cartas e notícias de jornais da Corte sobre a exposição de produtos naturais e industriais do Ceará, ocorrida em 7 de setembro último no Museu Nacional. Promovida por Manuel Ferreira Lagos, a mostra do acervo amealhado pelo zoólogo no transcurso da Comissão Científica de Exploração “chamou a atenção pública para a nossa província” e “fê-la conhecida aos olhos da Corte, do Brasil e do estrangeiro pondo em relevo sua indústria, e recursos”.⁵⁹⁶ Em carta para Tomás Pompeu de Sousa Brasil, editor d’*O Cearense*, Lagos envia recortes do *Jornal do Comércio* e do *Diário do Rio de Janeiro* para que sejam publicados no jornal, destacando a opinião concorde dos dois órgãos opostos da imprensa como indicador do sucesso da exposição, bem como os elogios unânimes dos demais periódicos. Além do grande concurso de visitantes, a exposição contou com a ilustre presença de Suas Majestades Imperiais, “onde se demoraram quase duas horas, examinando cuidadosamente todos os objetos e inquirindo com minuciosidade acerca

serviço da Marinha. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 23. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424865/mss1424865.pdf>.

Acesso em: 25 abr.2017.

⁵⁹⁵ GABAGLIA, Giacomo Raja. Carta a Freire Alemão, comunicando sua partida para Pernambuco a serviço da Marinha. Op. cit.

⁵⁹⁶ “Exposição de produtos naturais, e industriais”. *O Cearense*. Ano XV, n. 1.480, Terça-feira, 1º de outubro de 1861. Acervo da Biblioteca Nacional, p. 1.

de cada um. Ao retirar-se, S. M. o Imperador declarou ao Sr. Dr. Lagos haver achado muito interessante a sua exposição”.⁵⁹⁷

Em princípio, parece paradoxal pensar que um botânico como Freire Alemão, tão cioso em estabelecer relações com mestres estrangeiros, só tenha publicado os resultados de seus trabalhos em nível nacional, com pouca ou nenhuma expressão fora do país. Autores como Renato Braga e Melquíades Pinto Paiva⁵⁹⁸ chegam a enquadrar essa postura do botânico como vaidade intelectual; no caso das amostras botânicas coletadas pela Comissão Científica, essa recusa em remetê-las para Martius e outros naturalistas de fora teria selado o destino malfadado da Seção Botânica. Braga cita como evidência o comentário feito por Manoel Freire Alemão ao encerrar as *Considerações sobre as plantas medicinais da flora cearense*, publicada em novembro de 1862:

Abstivemo-nos, muitas vezes, de citar nomes científicos, porque, nos trabalhos de distribuição e classificação das amostras do herbário da comissão científica, apenas temos chegado a determinação genérica, faltando-nos, para a execução do trabalho completo, as obras botânicas precisas, que, somente agora, recebeu da Europa a Biblioteca do Museu Nacional, e constituem-nos o único recurso nesse serviço, pois que não possui o herbário do Museu coleção alguma de plantas do Brasil classificadas, que nos possa prestar o auxílio do cotejo.⁵⁹⁹

Talvez esses mestres, tão insistentes no pedido de notícias e duplicatas adquiridas na expedição ao Ceará, não tenham de fato sido tão generosos a ponto de fazer com que os trabalhos de Freire Alemão circulassem na Europa, ou circulassem injustamente como sinonímia, como provocou Saldanha da Gama (ver capítulo 1). Por outro lado, as dificuldades listadas por Manoel Freire Alemão para executar uma classificação mais completa dão a ideia de que a pretensão de Freire Alemão de “só fazer conhecidas as suas descobertas botânicas depois que as houvesse batizado e publicado as respectivas certidões”⁶⁰⁰ estava fora da realidade. Mesmo se pensarmos no caso do próprio Martius ao compor sua *Flora brasiliensis*, próximo dos principais centros de pesquisa, jardins e estufas europeus, o trabalho só foi possível com o auxílio

⁵⁹⁷ “Visita Imperial”. *Jornal do Commercio*. 15 de setembro de 1861 transcrita em *O Cearense*. Ano XV, n. 1.480, Terça-feira, 1º de outubro de 1861. Acervo da Biblioteca Nacional, p. 2.

⁵⁹⁸ PAIVA, Melquíades Pinto. *Os naturalistas e o Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002, p. 69-106.

⁵⁹⁹ ALEMÃO apud BRAGA. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 105.

⁶⁰⁰ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 105.

de August Wilhelm Eichler⁶⁰¹ e Ignatz Urban⁶⁰² como editores, além da colaboração de outros 65 naturalistas do mundo inteiro para classificar 22.767 espécies. Martius sequer viveu para ver os 15 volumes de sua grande obra concluída. Ele morreu em 1868, enquanto a *Flora brasiliensis* alcançaria o outro século, sendo finalizada em 1905.

Apesar de menor, as 14 mil espécies botânicas coletadas no Ceará são um número expressivo, e é quase certo que, mesmo que Freirinho não tivesse sucumbido ao ataque, seria praticamente impossível concluir os trabalhos com apenas dois botânicos, sendo um deles de avançada idade. Na coluna “Crônica Médica” publicada na *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, o redator, que se coloca como colega e amigo do falecido, diz que, um dia antes do ataque que sofrera, Freirinho teria dito a amigos que tinha projetos de viajar à Europa para se especializar.⁶⁰³ Uma hipótese é que essa viagem seria também uma tentativa de estabelecer contato com outros naturalistas para tornar viável o trabalho da Seção Botânica, não se sabe se com ou sem o conhecimento do tio. Além de ocupar a diretoria da Seção Botânica do Museu Nacional, ele ainda trabalhava como médico adjunto na Santa Casa de Misericórdia e, provavelmente, atendia particulares, uma vez que morreu quando estava atendendo um paciente em casa. Assim como o tio e os outros comissionados, Manoel Freire tinha mais de uma frente de trabalho, tornando-se outro empecilho para o aprofundamento dos estudos das plantas do Ceará.

Antes da morte de seu sobrinho, Freire Alemão enviou a Alphonse de Candolle uma carta, prometendo-lhe um exemplar da parte até então impressa da *Flora fluminensis*, do Frei José Mariano da Conceição Veloso, e remetendo também com a carta os folhetos publicados pela Seção Botânica da Comissão Científica — por sinal, ele justifica a demora de quatro anos em responder a última missiva de De Candolle exatamente para enviar os folhetos ora publicados. Talvez nesse momento o botânico tenha percebido que seria pior não remeter os folhetos para quem os pudesse fazer circular na Europa, já que o governo dava sinais de desagrado quanto ao que fora gasto.

⁶⁰¹ August Wilhelm Eichler (1839-1887), botânico alemão. Estudou matemática e ciências naturais na Universidade de Marburg, concluindo seu doutorado em 1861. Em seguida, foi para Munique, onde se tornou assistente particular do naturalista Carl Friedrich Philipp von Martius, com quem editou a *Flora Brasiliensis*.

⁶⁰² Ignatz Urban (1848-1931), botânico alemão especializado na flora da América tropical. Estudou Filologia e Ciências Naturais na Rheinische Friedrich-Wilhelms-Universität de Bonn e na Humboldt-Universität de Berlin, onde, em 1873, como aluno do Prof. Paul F. A. Ascherson, conseguiu o doutorado. Atuou como professor de Pedagogia em Berlin-Lichterfelde e posteriormente galgou postos no Jardim botânico de Schöneberg, chegando a dirigir interinamente a instituição.

⁶⁰³ “Chronica Médica”. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n. 11, edição de 1º de junho de 1863, p. 123. Disponível em: < <http://memoria.bn.br/DocReader/809411/291>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

Caso deseja ter um exemplar da *Flora fluminensis* de Velloso, tenho a honra de lhe remeter um exemplar da parte que está impressa; parte se acha ainda em manuscrito __ apresente ao Governo a ____ de se concluir a impressão mas ainda não se cuidou disso. Este tributo foi interrompido pela revolução que causou a queda do T. ____ e que causou grande abalo à administração. A demora__ tenho tido eu responder lhe foi causada pelo desejo que eu tinha de lhe ____ a ____ a respeito do trabalho da Comissão Científica, o que só agora e pode ter lugar. Começo por publicar as plantas que me parecem novas, ou mal conhecidas, para as submeter ao juízo dos sábios europeus para depois as incorporar seu trabalho completo __ deve ser apresentado definitivamente ao Governo. Não sei se o Governo estará disposto a levar ao fim a publicação dos nossos trabalhos, e receio também que não tenha vida suficiente para ____ seja o que for, vou trabalhando. Nossa comissão não foi tão feliz como desejavam; ainda ____ experimentado nestes trabalhos, saiu o negócio muito mais caro, do que haviam calculado, o que enfados aos ____ entendidos, e os trabalhos fria ____ de seca conclusão. Quanto à parte botânica, tendo nós percorrido quase toda a Província, ____ e de certo parte nos escaparam. Ainda não pudemos concluir a seca revisão; não sabemos por exemplo ainda o número de espécies e gêneros que ele colheu encerra.⁶⁰⁴

No debate “Pierre Bourdieu e a História”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ, José Murilo de Carvalho questiona Roger Chartier sobre certas limitações do conceito de *campo*, utilizando como exemplo o caso brasileiro:

O conceito de campo é, sem dúvida, muito rico, mas creio que ele inclui certa tensão entre história e sociologia. Porque, obviamente, ele se refere a uma realidade que é historicamente definida, qual seja, a diversificação e a multiplicação das esferas de atividade. Então, creio que não é à toa que Bourdieu tratou principalmente do século XIX, ou, mais exatamente, de um fenômeno da modernidade quando esses campos, essas áreas começam a se definir. Nesse sentido, eu pergunto se a ideia de campo não é parte de uma sociologia da cultura mais ampla, mas cujo uso se restringe especificamente à modernidade. Por exemplo, eu creio que, no caso brasileiro, o uso da ideia de campo para o nosso século XIX é problemático, porque uma das características principais desse século no Brasil é a indiferença entre esferas, entre o campo intelectual, o campo artístico e o campo político, por exemplo. Então, nesse sentido, creio que o conceito é rico, mas tem a limitação definida pela sua própria historicidade.⁶⁰⁵

⁶⁰⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. Carta a Alphonse de Candolle, enviando um exemplar da Flora Fluminenses de Velloso e folheto sobre plantas novas colhidas no Ceará. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 02, 012. Rio de Janeiro, 20 jan. 1863. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416258/mss1416258.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

⁶⁰⁵ CHARTIER, Roger. Debate com José Sérgio Leite Lopes *et al.* “Pierre Bourdieu e a História”. *Topoi*:

Pelo que foi analisado até aqui, o fato de os comissionados também estarem inseridos no serviço do governo imperial brasileiro, como oficiais, militares e professores, pode até implicar uma indistinção, mas por certo não uma posição de unidade, igualdade de ação e meios disponíveis para atuar nesse campo. Mesmo entre os chefes de seção, encontram-se posições divergentes sobre as possibilidades que o projeto poderia angariar. Ao fazer coleções de botânica e declarar sua pretensão de enviá-las para a Alemanha, Capanema confirma a desconfiança, demonstrada a Gonçalves Dias quando este ainda estava na Europa, em relação ao governo de seu amigo de infância e mecenas. Um governo que, lembremos, não é feito apenas pela vontade autocrática e absoluta do monarca. E também a noção de que, mesmo tratando-se dos aspectos físicos e naturais de uma das províncias do Brasil, esse esforço de análise só seria possível com colaboração internacional, como vinha sendo feito em relação à *Flora brasiliensis* de Martius, financiada por vários governos, entre eles o brasileiro.

Freire Alemão colocou a fidelidade ao monarca acima dos interesses científicos ao dizer que aquela pesquisa pertencia ao governo, e creio ter-se mantido, de certa forma, fiel mesmo quando afirmava não acreditar que o governo brasileiro daria continuidade aos trabalhos depois do retorno ao Rio de Janeiro. Mas Freire Alemão também temia ser posto de lado se naturalistas europeus tivessem a precedência na identificação das espécies botânicas. O pedido para deixar de receber vencimentos como presidente da Comissão Científica e a tentativa de angariar meios para que o sobrinho pudesse se dedicar aos trabalhos da Seção Botânica tanto quanto possível indicam o desejo de tentar proceder de forma independente, enquanto ainda procurava encaminhar demandas das outras seções ao governo. Mas a morte de Manoel Freire Alemão pôs fim tanto a esses planos quanto às últimas forças do botânico. Enfim, o caso da Comissão Científica de Exploração demonstra que essa “indiferença de esferas” não elimina o fato de que essas esferas não apenas existem, com os indivíduos e grupos que delas fazem parte colocando em ação suas forças respectivas dentro do campo, como também não se limitam ao intelectual, ao artístico ou ao político.

3.3 O corpo e o outro

A riqueza de informações contidas no diário de viagem indicam mais do que o gosto do autor pelo detalhe, pelo pormenor. Muitas vezes a recorrência de certos temas e a repetição de notações atuam como importantes marcadores do grau de civilidade da “gente do país”, segundo a avaliação de Freire Alemão. É o caso da indumentária, exaustivamente referida ao longo do diário, cujas ponderações “revela[m] um olhar treinado para a minúcia e o desvelamento do aparentemente banal”.⁶⁰⁶ Ao longo da leitura, percebe-se que a notação constante do trajar dos cearenses serve de contraste a um modo idealizado, civilizado de bem-vestir.

Embora o grosso da população masculina da província, desde o campônio até os mais grados, se apresentasse vestida com camisa solta sobre as ceroulas, Freire Alemão sentiu a necessidade de notar esse fato 28 vezes, pelas variantes “mangas de camisa”, “camisa por cima das ceroulas”, “camisa sobre as ceroulas”, “camisa e ceroula” e “ceroula e camisa solta por cima”. Por que colocar em relevo, pela repetição, o modo de vestir ordinário dos homens da província? Interessante notar que, em grande parte dessas referências, Freire Alemão destaque o fato de tais homens estarem em companhia de mulheres, fossem esposas, filhas ou mães, como para deixar patente o comum e, ao mesmo tempo, o estupor, dele, ao deparar com homens, em público ou no seio da família, usando roupas de baixo, algo que Freire Alemão chega a taxar de “costume da terra”⁶⁰⁷ — mas nem por isso menos inquietante para um homem que vem da Corte, para quem as ceroulas, ainda que cubram o corpo da cintura até os tornozelos, encontram-se na categoria de roupa íntima, como se pode depreender do seguinte trecho:

A senhora do Sr. Luiz Pereira, e uma moça sua filha, só nos aparece pelas dez horas da noite, quando nos íamos acomodar, e o Lagos estava já em ceroulas na sua rede e foi obrigado a vestir-se: a senhora vinha receitar-se e apareceu a esta hora porque durante o dia esteve atormentada de dores de cabeça.⁶⁰⁸

⁶⁰⁶ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. In ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 31.

⁶⁰⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 93.

⁶⁰⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 201.

Dessa forma, o botânico deixa claro que tal forma de trajar feria seu senso de decência e pudor, ainda mais quando as mulheres provincianas, movidas por um misto de curiosidade e hábito, tentavam invadir a intimidade do seu próprio corpo: “Acostumados [sic] a ver os homens em ceroula e camisa solta por cima, se a gente não se refugia para algum lugar mais escuso, e se se dê na necessidade de mudar de roupa, é coisa muito simples, não se retiram!”.⁶⁰⁹ Mesmo numa ocasião solene como um casamento, para seu espanto, o “dono da casa, pai da noiva, [que] é um pardo, que só pouco antes de nos retirarmos é que se nos apresenta com pé no chão, camisa sobre as ceroulas e dando-nos mil desculpas por não ter aparecido antes”.⁶¹⁰

A quebrar a onipresença das ceroulas, Freire Alemão por 11 vezes faz referência à palavra “calça” ou “calças”, além de uma a “bermuda” e outra a “calção” — essa última com fins de fantasia para a Festa de Reis no Crato, quando os homens da súcia de mascarados usaram “calção, grande farda e chapéus de pancadas, imitando a antiga guarda francesa”.⁶¹¹ Dessas 11, seis tratam de sua própria calça e nas demais se refere aos raros homens da província que as portam, mas sempre com a camisa solta. Como quando descreve uma ordenha de leite na fazenda *Vaca Morta*, onde entre os ordenhadores estava o proprietário, “Sr. Manoel Inácio, de pés no chão, calça arregaçada e camisa com fraldas soltas, como sempre está em casa”.⁶¹² A casaca ou a sobrecasaca aparecem em ocasiões solenes, como missas, casamentos, procissões e velórios.

Agora são talvez dez da noite, toda a cidade está silenciosa, e indo eu à janela para fechar a porta, vim ver debaixo muitas luzes, esperei para recolher o que, e só quando chegam abaixo da janela é que vi que era um defunto, em um caixão revestido de preto, em cruz de Gali, carregado por quatro homens de casacas e acompanhado por oito ou dez, vestidos de casacos elevando velas curtas, com cartuchos de papel, contra o vento.⁶¹³

Das suas próprias roupas, Freire Alemão se refere três vezes ao uso de colete branco, uma cor que no Ceará era muito difícil manter a contento, como veremos mais adiante. Na passagem do rio Curu, em que ficou com água quase até os ombros e pescoço, colocou-se mais “à ligeira”: “Eu tirei as botas, as calças e o paletó, e em

⁶⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 433.

⁶¹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 136.

⁶¹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 173.

⁶¹² ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 262.

⁶¹³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 60.

ceroula e meias, colete e chapéu de palha montei a cavalo; devia ser uma curiosa figura”.⁶¹⁴ É possível que, no cotidiano da viagem, trajasse roupas de linho, tecido apropriado ao calor, e não algodão, pelo que um grupo de meninos dizia, examinando tudo que trazia. “‘Isto há de ser muito’, indicando o pano [f. 175] do meu paletó”.⁶¹⁵ As referências a tecido se limitam a uma “calça de brim”, um “paletó de pano”, “gravatas de seda” um “paletó de seda”, esse último sendo usado para assistir a uma cerimônia da natureza, no entardecer da povoação de Cruz. O trecho, composto de apenas três frases, deslinda para o leitor um cenário que lhe é pitoresco e, ao mesmo tempo, familiar, num quadro cujos elementos o botânico busca capturar, nos seus aspectos minudentes, com vírgula e ponto e vírgula. A casa é nobre não pelo seu aspecto, mas pelo que dá a ver e a ouvir, o que infunde no autor profunda melancolia.

Quando o sol ia-se pondo, tomei o meu paletó de seda e subi para a casa *nobre* do Vaqueiro e sentei-me num banco fora e sobre o patamar, ou calçada de tijolo, que há na frente da casa. Daí gozando da vista do campo, em frente da casa, o que dá a este sítio, como a quase todos os do sertão, alguma semelhança com as casas dos nossos lavradores no Rio, vista que vai morrer no horizonte limitada por alguns serrotes de pouca elevação e de aspectos variados; gozando da vista do grandioso Jaguaribe que corre junto à fralda da meia laranja onde está a casa, pobre d’água, e mostrando grande parte do seu leito em areal; gozando da frescura dum vento que sopra brando do leito, onde o céu apresenta algumas nuvens, que se desfazem em chuviros e do resto do céu limpo, tudo isto me infundiu profunda tristeza e me despertou saudosas lembranças, que só se apagam de vez em quando, quando chegam das caatingas e tabuleiros magotes de gados, berrando e conduzidos por muitos vaqueiros, vestidos de couro e montados em ligeiros quartãos, fazendo rodeio ao gado, que se esparsa nu, ora cantando o canto do vaqueiro, entoado e saudoso, ao som do qual as vacas marcham vagarosas para os currais; outras vezes são lotes de cabras e de carneiros que saltam, berram e brincam pelo campo ou também bandos de capotes que se recolhem gritando. Nas árvores cantam ao recolherem-se os canários e as graúnas. Enfim tinha ao pé de mim, no mesmo bando, um sujeito de Aracati tocando fados e lundus numa viola e uns poucos de rapazes vaqueiros galhofando, contando carros de bois e vacas, tudo em sua língua pitoresca.⁶¹⁶

Os longos períodos em percurso o colocavam, muitas vezes, em situação de não estar bem apresentado em público, pela falta de quem lhe lavasse e passasse a roupa. “Levantamo-nos cedo e eu assim mesmo como estava de paletó branco e calças de brim, tudo já enxovalhado, dirigi-me para a vila, que é distante um oitavo

⁶¹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 432.

⁶¹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 155.

⁶¹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 250.

de légua, mas a manhã estava fresca”.⁶¹⁷ Também havia a circunstância de as peças ficarem molhadas em caminho, mesmo com todos os cuidados no acondicionamento: “A roupa suja que vinha no saco se molhou, assim como o meu chapéu de pelo que, apesar de vir em caixa de lata apanhou água”.⁶¹⁸ Nas ocasiões mais solenes aparecia de casaca ou de sobrecasaca, quando a primeira já havia sido muito usada ou estivesse suada. Além do episódio referido no capítulo 1 do hasteamento da bandeira imperial em Lavras, para a celebração da Independência, encontramos Freire Alemão em 4 de março de 1861 em seu entretenimento noturno ordinário em Fortaleza, fazer visitas: “De tardinha saímos, eu e Manoel, e fomos ao palácio cumprimentar o presidente; de lá voltei a casa a mudar a casaca, pus uma sobrecasaca, saí de novo eu só”.⁶¹⁹ Apesar de aquele dia registrar temperaturas entre 22 graus e três quartos e 24 graus, o céu anuviado e carregado dá a ideia de um clima mormacento, e ele mesmo chega a fazer conjecturas sobre tal fenômeno.

É notável nesta província a marcha do calor; o sol é muito quente, abrasador, mas dentro de casa a sensação de calor não é tão desagradável como do Rio; bem que [f. 268] se sua muito (eu aqui suo mais que no Rio, principalmente aqui na cidade, é para mim um grande incômodo estar vestido, quer de dia, quer de noite, tenho sempre a roupa ensopada, mas chegando a casa de noite suado, despindo-me e deitando-me na rede refresco e as noites passam melhor que no Rio. Será isto devido à rede? E ao serem as casas de telha vã?⁶²⁰

Expressões como vestido “à ligeira” e “à fresca” dão conta de momentos em que estava mais relaxado, na privacidade dos lares provisórios, escrevendo, desenhando, ou em meio de pessoas mais simples ou íntimas. É notável o desagrado que sente ao ser surpreendido à fresca dentro de casa por visitas que chegavam sem aviso, como também a censura que fizera, nos primeiro dias de viagem, aos primeiros visitados, como o suplente de subdelegado “muito à fresca em uma mui pequena casa de comércio, a loja, antes armarinho”.⁶²¹ Na volta da citada cerimônia de hasteamento da bandeira, estando em casa e à fresca, Freire Alemão foi surpreendido pelo sobrinho e pelo tenente Felicíssimo, que adentraram a salinha acompanhados de alguns caboclos que começaram a dançar o torém. Em meio à surpresa e ao

⁶¹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 206.

⁶¹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 397.

⁶¹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 465.

⁶²⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 485.

⁶²¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 39.

constrangimento, ainda pôde fazer reparo ao que fazia o grupo, liderado por um caboclo velho, Frei Cabochos, que portava “um instrumento gentílico, espécie de castanholas, feito das sementes do agoaés (*Thevetia*)”: “Este passo de dança invariável é acompanhado por um canto monótono [e] pela repetição, e pouco variado nas notas musicais. Disseram-nos que era o canto da cobra”.⁶²² Logo depois, aclarou o seu verdadeiro interesse, adquirir algumas nozes do chocalho do velho (que já havia identificado a que planta pertencia), certamente com o fito de ter à disposição mais uma espécie para sua coleção botânica.

Só a prevenção e a formalidade de um evento o colocariam na obrigação de vestir casaca ou sobrecasaca, peças tão pesadas e incômodas na província, chegando a desistir de ir a uma função por esse motivo. “Eu tinha convite para ir ao sarau do Dr. Justa, para ouvir cantar as irmãs, mas chegando cansado não tive ânimo de me vestir de casaca. Vesti-me pouco mais à ligeira, fui para a casa do Sr. Franklin de Lima e achei sentada à porta a senhora cunhada dele”.⁶²³ Em contraste, no lugar chamado São José, comenta a austeridade desconfortável das roupas de vaqueiro:

Quase todos os vaqueiros, se não todos, são sapateiros, fazem as suas vestes, fazem seus arreios, fazem sapatos etc.

A sela do vaqueiro é muito rasa, alta, sem feitio, dura, guarnecida por duas abas que se chamam *gualdrapos*; antes selins, não sei por que [a] denominam ginete. Dão o nome de *roladeira*, é o ginete com um arção levantado adiante, com *gualdrapos*. Hoje estão usando dum selim que denominam *selotes*, que ora tem *gualdrapos* e se assemelha ao selim, e no inglês, que eles chamam *silhão*. Diz o nosso hóspede do Riacho que para o campo não há nada como o *ginete*.

As botas de que usam os sertanejos – e mesmo os pracionos quando viajam – são espécies de botas russilhonas, mui duras e tesas, desengonçadas e que nada enfeitam ao cavaleiro, ainda que este seja bem empernado.⁶²⁴

Quanto ao calçar, além dessa única referência a botas que não as suas, o botânico fala de homens que cavalgavam de chinelos, o que lhe devia parecer bastante estranho. “O Sr. Pacheco quis ser o nosso guia; fomos eu, Manoel e ele somente. Não se incomoda muito [de] montar a cavalo em mangas de camisa, e em chinelos”.⁶²⁵

⁶²² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 350.

⁶²³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 288.

⁶²⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 261.

⁶²⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 378.

Enquanto isso, as mulheres usavam “de chinelos, tamanquinhos ou mesmo sapatos”.⁶²⁶ Essas poucas referências a calçados dão a entender que as pessoas pobres andavam, de ordinário, descalças, mas fez questão de notar esse fato cinco vezes durante a escrita do diário. Numa missa, detalha com certo estupor: “As famílias mais decentes, e eram poucas, tinham-se colocado pela parte de cima das grades; os homens, que ainda eram mais poucos, estavam em roda, encostados às paredes pilastras e postos junto à capela-mor, onde havia até moleques de pés descalços”.⁶²⁷

No tocante à indumentária feminina, há um misto de reprovação e interesse ao descrever as mulheres de saia e em mangas de camisas rendadas e cheias de crivos. Em Quatiguaba, lamenta que a filha mais nova de seu anfitrião, a despeito dos belos dotes com que a natureza lhe presenteara, não pudesse fazer figura mais brilhante pelo modo como se vestia. Apesar de ela ter “proporcional altura, esbelta, alva, corada, bonitos e negros cabelos, lindos olhos, formosa boca, gracioso riso”, esses caracteres perdiam destaque ao usar “uma simples saia amarrada à senhora, sobre uma [f. 96] camisa, decotada, com gola de renda, que mal cobriam duas tentações, os pés descalços, e mais nada”.⁶²⁸

Parece-lhe contraditório que essas mulheres, tão prevenidas e que, em tantas ocasiões, relutaram em ser vistas por gente estranha, apresentem-se finalmente com roupas com mais bordado do que tecido, e que tal tecido não esconda muito: “depois do Icó a maior parte da gente do povo e mesmo algumas senhoras em sua casa andam vestidas de saia, com camisas finas, transparentes, cheias de crivos, entremeios, rendas, babados etc. etc.”.⁶²⁹ Enquanto meninas e mulheres do sertão, de vestido, “andam decentes, outras, e isso é o mais comum, têm os vestidos atacados pelo cóis, mas o corpinho solto e caído, mostrando a camisa rendada, os mais bem modelados seios e às vezes um lenquinho pelo pescoço”.⁶³⁰

Como visto no capítulo 2, o diarista critica duramente a *tafularia* de duas moças, filhas de um *pobretão*, Cândido Cagaé, que queriam, por meio de roupas e adereços, emparelhar com as damas, enquanto os seus irmãos mais novos se mostravam malcriados e insuportáveis, com o feio costume de chupar os dedos. Mas, diante de mais um dos rompantes de Lagos, Freire Alemão baixou o tom: “Estas raparigas são honestas

⁶²⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 247.

⁶²⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 65.

⁶²⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 366.

⁶²⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 159.

⁶³⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 247.

e trabalhadeiras e pobres como são requestadas por Caminha e outros moços; não se deixando seduzir, e isto aqui no Icó! Merecem que as respeitem”.⁶³¹ Nas vilas maiores, o gosto no trajar se elevava nos eventos religiosos, trazendo as mais gradas vestidos de seda preta, de veludo, xales de filó, lenços, véus, além de “adereços de ouro, como cordões, pulseiras, broches etc., e estavam bem penteadas”.⁶³²

Grande concorrência do povo, era curioso ver-se o corpo da igreja todo cheio de mulheres, quase todas com lençóis ou xales, brancos, muito alvos, lançados pela cabeça. As senhoras que trajavam cortesãs com vestidos de sedas ricos, bem-feitos e airosos, bem penteadas etc., traziam todas um lencinho dobrado em triângulo posto em cima da cabeça e algumas com eles atados por baixo do queixo; e uma menina que estava na tribuna em frente da nossa bem vestida, vestido de seda furta-cor, roxo e verde, afogado com cabeça de franjas, tinha um lencinho transparente, rendado e posto mui elegantemente pregado embaixo dos queixos, à maneira dum véu de freira, o que fazia sobressair um rostinho redondo, corado e bonitinho.⁶³³

Apesar de fazer várias referências a rendadeiras, bordadeiras e tecelãs, que fabricam toalhas, algodão para roupa ordinária, enfeites, lenços, pano para redes, varandas, não se encontra no diário a palavra costureira; apenas uma referência ligeira no caso das *tafileiras* do Icó, referindo que os vestidos que as moças cobiçavam eram caros e chegados de baixo, talvez numa referência à província de Pernambuco. “Chegaram de baixo alguns vestidos de veludo, de grande preço para a terra, 60 e 80\$ [sessenta e oitenta mil-réis]; foram as pessoas mais ricas que os compraram”.⁶³⁴ No máximo, consegue em Fortaleza que suas gravatas de seda sejam embainhadas por uma das filhas da dona Francisca Bezerra, Filomena (Filó).

As roupas femininas aparecem ainda como mote para analisar o grau de civilidade das cearenses, que, em alguns aspectos, não evoluía com o tempo. Em conversa, D. Francisca Bezerra comenta com o botânico que as senhoras do Icó se vestiam melhor do que as de Sobral — relatando ela ter visto em Fortaleza “duas moças do Icó vestidas de sorte que pareciam figurinos franceses”. “Acrescentou que quando ela era menina, estando no sertão, [f. 346] as sertanejas trajavam com muito mais gosto, procurando sempre cores as mais vivas para seus vestidos, xales etc., usavam muito de

⁶³¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 125.

⁶³² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 113.

⁶³³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 188.

⁶³⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 125.

vestidos vermelhos cor de tijolo, vestidos amarelos etc. etc. Hoje está isso mudado”.⁶³⁵
E também para fazer comparações no tocante à constituição física das locais, caracterizando-as como mais entroncadas do que as cariocas.

Em conversa com D. Francisca fez ela uma observação a que eu não havia dado atenção, e é que as moças do Rio de Janeiro tem o colo mais esbelto que as do Ceará e os ombros mais caídos, e pescoço e rosto mais comprido. Assim têm elas os seios mais baixos e pode[m] usar de vestidos bem decotados; o que não acontece no Ceará, que com vestidos um pouco decotados mostram os seios. Observei exato porque isso depende dos caracteres da raça que domina no Ceará. Os caboclos têm cara curta, pescoço grosso e curtos, espáduas largas e ombros altos.⁶³⁶

Nem todas as modas são do agrado do presidente da Comissão Científica. Em Fortaleza, faz reparo ao excesso de carnes das moças, acentuado pelo uso das crinolinas, que ele chama de balões.

Observam na reunião do José Albano, onde como disse estavam muitas meninas, algumas bonitinhas, mas em geral gordas demais, notei era isso muito geral agora o uso de enormes balões, que produzem mau efeito, principalmente quando as senhoras se sentam – duas só ou três delas se achavam vestidinhas com gosto.⁶³⁷

A crinolina, armação cujo nome é devido ao uso original de crina de cavalo trançada para seu fabrico, era usada para dar volume às saias sem a necessidade de numerosas e engomadas anáguas. A crinolina é considerada um dos primeiros “modismos” e marco do início da indústria da moda, sendo usada em diversas partes do mundo entre 1852 e 1870. Se, por um lado, as armações em forma de balão tornavam a indumentária feminina mais leve e arejada, algo especialmente sensível numa província equatorial, por outro lado dificultavam a movimentação e deformavam as mulheres mais cheias de corpo, fazendo-as parecer atarracadas.

Apesar de não fazer considerações sobre o porquê de tais usos e costumes, Freire Alemão parece entender que eles não se limitam aos limites do Ceará. Ainda no Aracati, em inícios de viagem, o botânico registra ter-se despedido “do juiz promotor, que o achamos na sala, em mangas de camisa, com uma menina ao colo, junto com sua

⁶³⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 540.

⁶³⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 473.

⁶³⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 540.

senhora. O juiz é filho de Pernambuco e ela filha do Rio Grande do Norte”.⁶³⁸ O trecho traz indícios de que esta forma de trajar não era exclusiva da província cearense, uma vez que o juiz promotor, pernambucano, vestia-se da mesma forma, sem causar qualquer espanto à esposa potiguar. E também transmite um sentido de indiferença no tocante aos limites geográficos, sociais e culturais entre as províncias, ainda que o botânico pontue, em vários momentos, de sua narrativa, as disputas bairristas e as pequenas provocações. Os cearenses falam do Piauí “com desprezo e denominam a província Terra dos Serões, o que eles têm horror”. O Rio Grande do Norte entendem como extensão do Ceará, e não se ocupam dele. Os pernambucanos não contam com a mesma atitude, pois “não cessam de fazer comparação entre o povo dali com o do Ceará, pondo os cearenses mais acima dos pernambucanos em inteligência, em correção de linguagem, em costumes mais brandos etc.” O Maranhão também não fica atrás em despeito: “Com os do Maranhão há mais rivalidade: os maranhenses chamam aos cearenses *cabeças-chatas* e os não têm em bom conceito; os cearenses também se desforram como podem”.⁶³⁹

Em 7 de novembro de 1859, no primeiro encontro com o já citado sr. José Frutuoso Dias do Icó, cuja esposa escandalizara Freire Alemão com seus modos excessivamente desembaraçados (ver capítulo 1), “o achei à janela com a mulher e filhas, com a camisa por cima das ceroulas e depois que me cumprimentou é que vestiu um chambre; é genro do visconde de Icó”.⁶⁴⁰ A forma como Freire Alemão organiza tais informações não parece ocasional: somente depois de cumprimentá-lo e, talvez, de ter percebido que se tratava de gente importante, é que o sr. Frutuoso Dias coloca o chambre, ficando mais composto e demarcando seu lugar como “genro do visconde de Icó”, um dos principais da vila. De fato, o chambre não passou despercebido a outros viajantes que palmilharam os sertões brasileiros.

Em 1809, em passagem pelo Rio Grande do Norte, Henry Koster e sua comitiva foram recebidos no engenho do capitão-mor, onde “as principais pessoas da casa nos cercavam, para ver o bicho estranho chamado inglês”. Mas a estranheza era recíproca, ficando patente na descrição que Koster faz de seu anfitrião, homem que, como outros de sua classe no Brasil, vive isolado em seu engenho, num estado feudal, vestindo senhorialmente camisa, ceroulas, “um longo roupão, chamado ‘chambre’, e um

⁶³⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 69.

⁶³⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 62.

⁶⁴⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 113.

par de chinelas. É a indumentária típica de pessoas que nada têm a fazer. Quando um brasileiro começa a usar um desses ‘chambres’ têm-no logo na conta de importante e lhe dedicam, subsequentemente, muito respeito”.⁶⁴¹

O *robe de chambre*, ou *peignoir*, não chega a ter a mesma conotação de roupa íntima das ceroulas, mas seu uso na Europa, nos séculos XVIII e XIX, era restrito ao ambiente doméstico, que se mostra, no máximo, em presença de familiares. A acidez de Koster em relação a essa forma de distinção dos potentados locais pode ser entendida pelo fato de, no início do século XIX, essa peça essencialmente masculina ser ricamente ornada a fim de contrastar com a “roupa do dia”, sóbria e, muitas vezes, preta. Para um europeu, devia ser risível ver um homem grado receber estranhos com um roupão de casa, de tecido pesado, talvez decorado com debruns ou bordados, por sobre camisa e ceroulas de algodão, num desleixo tal que só poderia ser explicado por esse homem nada ter o que fazer.

Dias depois (29 de novembro), estando já a Comissão Científica em Lavras, a questão da vestimenta masculina reaparece, como costumes residuais na forma de vestir, a exemplo dos “lençóis” com que as mulheres se apresentavam em público:

Estes lençóis que as mulheres trazem pela cabeça foram a princípio verdadeiros lençóis, com que as mulheres saíam da rede e com que saem à rua e à igreja. Mas hoje só os muito pobres é que usam dos lençóis; em vez dos lençóis são hoje toalhas com babados e rendas, e quase sempre mui limpos, mas que conservam o nome primitivo de lençol. É o mesmo que acontecia aqui no sertão e talvez mesmo nas cidades do litoral com os homens, que andavam de camisa solta sobre as ceroulas e por cima um timão: assim [se] recebia, saía à rua e ia à igreja. Hoje os timões são raros e em vez do timão usam de um chambre; este chambre é ou era algumas vezes rico, de seda, de veludo etc. Diz o Dr. Théberge que ele é que os fez desaparecer no Icó.

[...]

Aqui em Lavras o nosso bom Teixeira não anda de outro modo, em casa recebia-nos em ceroulas e para a praça saía de chambre.

Na avaliação de Freire Alemão, esse modo de vestir testemunhado na província, apesar de comum e, em certo sentido, tradicional, dava sinais de estar em mutação, como no sítio em que se hospedaram nas ladeiras da serra do Araripe, revelando o desabrochar de uma certa noção de circunstância, refletida no trajar. “O Sr. Lopes, dono deste sítio, é um caboclo, ou mameluco, de seus 60 anos, que veio desse

⁶⁴¹ KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Volume I, 12ª edição, Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 107.

serviço de camisa sobre as ceroulas e assim se conservou sempre, mas os filhos, e são bastantes, e os vizinhos que vieram ver os bichos, estavam decentemente vestidos”. Em vilas maiores e mais desenvolvidas, como a do Crato, as festas religiosas ensejavam a saída mais composta:

Acompanharam a procissão algumas irmandades e muita gente de casaca com tochas. Seguia a música e alguma tropa e por fim grande número de cabras de camisas por cima das ceroulas, mas limpas, o que nos parece corresponder às mulheres de lençol na igreja. Tudo para sisudez e gravidade.⁶⁴²

A sisudez e gravidade da “gente cabra”, à falta de roupas “decentes”, eram demarcadas pela limpeza das camisas e ceroulas que os homens vestiam; no caso das mulheres, pela alvura dos panos com que cobriam a cabeça na igreja. Aqui Freire Alemão se refere à missa ocorrida antes da procissão, quando as mulheres, de todas as classes, faziam o corpo da igreja parecer um grande mar branco, quase todas com seus “lençóis e xales, brancos, muito alvos, lançados pela cabeça”. Mesmo as senhoras que trajavam vestidos de seda ricos traziam por sobre o penteado um lencinho dobrado em triângulo, branco ou transparente, alguns atados por baixo do queixo — que dava a algumas um ar de freira, fazendo sobressair “um rostinho redondo, corado e bonitinho”.⁶⁴³

Esses trechos nos chamam a atenção para outra referência valorativa, que talvez ajude a entender o aparente pouco caso em relação às roupas: a noção de limpeza. Segundo Denise Bernuzzi de Sant’Anna, os níveis de limpeza ou mesmo o grau de virtude de um indivíduo, até meados do Oitocentos, eram indicados menos pela frequência com que este tomava banho ou pela quantidade de peças de roupa que colocava sobre o corpo, e sim pela alvura e o engomado dessas peças.

Os tecidos recobrimo o corpo tendiam a funcionar como os principais denunciadores da higiene pessoal e, ao mesmo tempo, da decência. Entre algumas mulheres de obstinada fé cristã, os banhos poderiam, até mesmo, abalar a virtude, despertar suspeitas morais imperdoáveis, ao passo que as roupas limpas, ao contrário, eram uma tranquilizadora prova de retidão do caráter. Daí a importância extraordinária das lavadeiras e engomadeiras: seus ofícios viabilizavam a ostentação pública da limpeza física e moral dos seus patrões. [...] especialmente a partir de meados do século XIX, roupas lavadas e engomadas,

⁶⁴² ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 188.

⁶⁴³ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 188.

sapatos limpos e com certo brilho distinguiam e conferiam virtude a seus usuários.⁶⁴⁴

Freire Alemão não deixa de fazer observação sobre o trato, por vezes exagerado, que lavadeiras e engomadeiras davam às roupas e panos de casa. Nos confins do sertão, diz, lava-se bem, ainda que a bordoadas; e a aplicação das engomadeiras em seu ofício é tal que “tudo [se] engoma, toalhas, lenços, ceroulas, e até camisas de meia tudo leva goma, mesmo”.⁶⁴⁵ No Crato, o botânico chegou a ter um desentendimento com a moça incumbida de lavar e passar suas roupas. Apesar de sua recomendação expressa para que não se engomassem ceroulas, camisas de meia, lenços, toalhas e calças, estas vinham tesas de goma, e era preciso mandar voltar para desengomar. O cúmulo de sua irritação ocorreu quando a lavadeira fez o trabalho às avessas: “vinham as camisas com peitos e colarinhos moles e as ceroulas, lenços etc., tesos de gomas! Aqui no Crato a moça que engomou a minha roupa, porque já aborrecido fiz voltar a roupa para [f. 246] pô-la a meu gosto, afligiu-se, chorou, maldisse-se, porque não me entendia!”.⁶⁴⁶ É possível que a lavadeira entendesse que tais peças precisavam ser engomadas, uma vez que eram vistas de ordinário como roupa de vestir à rua, e não como roupa de dentro. Já os peitos e colarinhos podiam ser-lhe coisas completamente estranhas, desconhecendo, portanto, a necessidade de engomá-las como às outras peças. Ou talvez, no fim das contas, fosse uma pequena vingança da lavadeira, temperada com sonsice, para descontar o trabalho a mais que teve em desengomar as roupas. A prioridade da limpeza poderia até suplantiar a atenção a outros perigos.

Hoje apanhei um carrapatinho que me passeava pela mão estando eu lendo na rede, e foi agora que achei a explicação de umas dentadas que sofria pelo corpo, deixando-me [f. 342] babuas [sic], e que não podia atribuir a dentadas de mosquitos; estes tratantes vêm seguramente na roupa, que vem do rio.⁶⁴⁷

Além das associações entre limpeza corporal e moralidade, é preciso acrescentar que, mesmo fora de um período de estiagem, a disponibilidade da água numa província como o Ceará acaba por restringir seu uso. Nos sertões, onde não há água encanada ou raramente se aplicam outras formas de captação direta, a circulação das águas limpas e servidas depende do deslocamento físico de pessoas até as fontes

⁶⁴⁴ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007, p. 123

⁶⁴⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 345.

⁶⁴⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 198.

⁶⁴⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 276.

aquíferas e de despejo. Para quem não tinha escravos ou criados para atribuir tal tarefa, bem como animais de carga que permitissem o transporte de uma maior quantidade de água por deslocamento, é possível concluir que essa disponibilidade se restringia ao mínimo necessário. Essa realidade não passou despercebida a Freire Alemão, que nem por isso deixou de exprimir seu incômodo não apenas com a restrição do banho a mãos e pés, como também à textura da toalha endurecida pela goma e a limpeza feita, mesmo nas melhores casas, à vista de todos.

Nada desejávamos tanto como um banho; mas é coisa que raramente se oferece no sertão; isto é sem dúvida devido já à falta d'água no verão, já ao costume de se banharem nos rios. E quando vem água é numa pequenina gamela, ou bacia, onde mal cabem os pés: esta bacia com água se apresenta no meio da sala e o preto, criado ou criada que a traz, com uma toalha ao ombro, que tem mais de crivos e rendas que de pano, e além disso dura de goma, dispõe-se a lavar os pés dos hóspedes e donos da casa. Nunca me pude acostumar a semelhante uso e mandava levar a bacia para um quarto ou canto, e aí eu mesmo lavava os meus pés e me banhava se estava só.⁶⁴⁸

Adicione-se a isso o fato de que imperava, naquele período e em grande parte do Brasil, o banho a seco, ou com água numa quantidade que, para nossos dias, seria considerada insuficiente — não raro misturada a produtos tidos como agentes de limpeza tão ou mais potentes do que a própria água, como vinagre, colônias e pedaços de sabão.⁶⁴⁹ Acreditamos, a partir do que Freire Alemão fala (ou cala), que tais produtos não fossem de uso comum no sertão, a ponto de torná-los verdadeiro regalo. “Ao despedir-me, não tendo nada de alguma merenda que ofereceu a algum dos filhos, ofereci à mais velha um pau de *sabão de areia* para lavar as mãos”.⁶⁵⁰ Fica patente, ainda, a mudança em relação ao lugar e à visibilidade da limpeza corporal — da sala para o quarto, da experiência compartilhada e servil para o ato solitário e autossuficiente.

Havia então uma série de precauções relacionadas à imersão do corpo em água, advindas da teoria hipocrática dos humores. Segundo Sant’Anna, acreditava-se que mergulhar o corpo em tinas ou banheiras poderia causar uma mudança abrupta de temperatura. E, no caso de banho com água aquecida, esta poderia se infiltrar pelos poros, desequilibrando os humores ou destemperando a sua qualidade.

⁶⁴⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 197.

⁶⁴⁹ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas...* Op. cit., p. 122.

⁶⁵⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 258.

Fica a impressão de que a água podia determinar mudanças fisiológicas perante as quais o corpo humano ainda não havia encontrado suficientes resistências. Assim, a adoção natural do banho diário e de corpo inteiro era uma prática embaraçada pela suposição de que o contato com a água enfraquecia “aguava” a força vital, causando enfermidades de vários tipos. Ao mesmo tempo, essa prática era dificultada pelas condições várias vezes custosas para obter o fluido em abundância.⁶⁵¹

A água será um tema recorrente na narrativa de Freire Alemão, seja por tratar-se de um elemento essencial a qualquer viajante em território desconhecido, seja pelo *status* de preciosidade que adquire num meio onde a irregularidade das chuvas pode implicar a vida e a morte de populações. Mas, mesmo entre locais, nem toda água é boa, ou é indicada apenas para determinadas aplicações, principalmente a água destinada para o consumo humano. Seus usos são envolvidos por uma série de prescrições e precauções, a que Freire Alemão busca dar um nexo científico:

Também a respeito da água, em todo o Ceará é opinião corrente que a água, principalmente a de cacimba, bebida no mesmo dia em que se apanha, causa rouquidão, e cerramento de peito. O certo é que o solo do Ceará, tendo sempre uma temperatura elevada, a comanda as águas quer de cacimba quer de fonte ou rio, que as tornam pesadas e más; porém guardada dum dia para outro, refrescam, e se purificam. Há aqui grande prevenção contra água de chuva, que desprezam, querendo antes beber a de cacimba ou de rios, que nem sempre são boas.

Mas a água também é fonte de refrigério e recreio para essas populações. “A gente do país gosta muito de banhos nos rios; é um de seus maiores prazeres, pouca gente se lava em casa, exceto na ocasião das grandes chuvas, em que aproveitam as galhetas, principalmente as mulheres e meninos”.⁶⁵² Em Baturité, o botânico se refere ao “o caminho da Candeia, guarnecido de algumas casas e por onde descem as famílias para irem ao banho, como há pouco havia feito a família do Sr. João Carlos de Oliveira”.⁶⁵³ Antes disso, no dia 2 de outubro de 1859, Freire Alemão acordou cedo para tomar banho no Jaguaribe. Mas era domingo, e lá chegando, encontrou muita gente: raparigas, pretos e pretas apanhando água e dando banho em crianças. Procurou, de toda forma, afastar-se para achar um lugar que lhe conviesse. Mas, quando pensou tê-lo achado em poços grandes formados junto a uma laje, encontrou ali pescadores, e entre

⁶⁵¹ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas...* Op. cit., p. 122.

⁶⁵² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 502.

⁶⁵³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 456.

eles uma mulher. “Não havia mais a escolher, despi-me e banhei-me à vista de Deus e de todo o mundo”.⁶⁵⁴

O uso do banho coletivo, num ponto específico, também pode ser interpretado como uma forma de prevenção contra afogamentos, nos períodos em que essas fontes de água se encontram mais carregadas pelas chuvas. Mas, para Freire Alemão, que atentou mais de uma vez para o fato de a gente do país não se banhar em casa nem desacompanhada, esse proceder era associado à falta de decoro. “O banho aliava-se às virtudes civilizatórias desde que ocorresse no espaço fechado das casas de banho ou dentro das moradias. O banho civilizador tendia a ser, cada vez mais, aquele ocorrido solitariamente, longe do olhar de estranhos, ao abrigo da contemplação dos conhecidos”.⁶⁵⁵

Há uma única referência a uma casa de banho no sertão, na casa do Sr. Caminha do Aracati. A palavra *banheiro* é empregada para lugar de se tomar banho. Também incomodava Freire Alemão a ausência de utensílios mínimos para banho, higiene corporal e necessidades fisiológicas, como bacias de rosto e gamela de banho, quando havia, eram “trastes mui toscos; os assentos eram poucos e muitas vezes fixos, ou bancos compridos, poucas ou nem uns mochos”. Não faltava, porém, o leite a ser tomado antes do banho, num copo que ainda vinha quente do úbere da vaca. Por intermédio de um informante, tem a notícia de que apoplexia nos sertões era, em outros tempos, atribuída à pessoa passar muitas horas sem urinar. Mas como não havia urinóis, “levantavam-se de noite, e vinham urinar fora nas manhãs frescas do tempo seco. E perguntando-lhe eu se as mulheres também saíam a urinar fora, disse-me que não, que se arranjavam com qualquer coisa, como com um fundo de pote velho etc. etc.”⁶⁵⁶

Como nos adverte Silva Filho, no diário de Freire Alemão, a lembrança das secas terá menos relevo do que as descrições e notícias de transbordamentos de rios, o que indicaria o relativo refrigério que a província vivia nos últimos anos — a última grande seca ocorrera em 1845.⁶⁵⁷ Ainda assim, o botânico chega a manifestar preocupação com a possibilidade de ficarem isolados, talvez com a preocupação adicional de permanecer mais tempo com pessoas cujos costumes ele pouco se podia acomodar.

⁶⁵⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 98.

⁶⁵⁵ SANT’ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas...* Op. cit., p. 162.

⁶⁵⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 531.

⁶⁵⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. Op. cit., p. 18.

A referida passagem por *Vaca Morta* talvez seja um dos momentos em que Freire Alemão tenha expressado, de forma mais candente, o seu asco pela forma de vida dos sertanejos. A fazenda parecia condensar suas principais fontes de repulsa, fosse pelos víveres oferecidos ou, a seu ver, pela falta de modos e higiene dos anfitriões — o maior distanciamento que havia encontrado até então em relação a si próprio. Um lugar onde os trabalhadores comiam, em pé, um escaldado servido sobre uma toalha suja, regalando-se com uma água “que parecia tirada de um poço de porcos! A que nos deram de dentro era um pouco melhor, mas no copo parecia chá carregado com pouco leite. Com grande repugnância eu bebia alguns goles”. Um dos poucos sinais de limpeza era o fato de lavarem as mãos antes e depois da refeição, com sabão, e apenas porque “comiam com colher o pirão, levando-o à boca com a colher voltada, e a carne comiam com a mão”. A má impressão era acentuada pelo trato autoritário do fazendeiro em relação a seus subordinados: “Outro costume que aqui temos achado e com o qual não me posso acomodar: acabada a primeira mesa dos amos e hóspedes, vêm para a mesma mesa, com outra comida, os criados, quem quer que eles sejam”.⁶⁵⁸ Mesmo com a diferença entre a comida dos trabalhadores e a dos “amos e hóspedes”, a descrição do jantar que lhe fora servido é feita em termos de grande aversão, certamente a mesma que sentiu ao ingeri-lo.

O meu jantar só me foi apresentado às oito horas da noite! Com que fome eu estava! Havia mandado fazer uma sopa, para melhor suportar a sede: do caldo da galinha que se fez com arroz; mas o caldo grosso e escuro me parece lama e só comi não sem repugnância o pão. Vamos ao arroz: apareciam nele alguns pontos luminosos, como se fosse malacacheta. “Que é isto?”, perguntei ao José. “São *caga-fogos* que caem no arroz!”. Seja tudo pelo amor de Deus: comi doce e logo depois uma xícara de café, feito com tal água!⁶⁵⁹

Outra circunstância que o botânico considera de pouco recato, hábito com o qual não se acomodava, era deixar as crianças figurarem nuas, em casa ou na rua, como coisa muito normal. O botânico relata que, ao atravessar o rio Canindé, que estava raso (dois palmos de fundo), deu com um grupo de lavadeiras e, no meio delas, uma menina de 10 a 12 anos que não mostrou acanhamento mesmo quando ele passou perto dela com o cavalo. Considerando-se que, para a época, 12 anos já era idade suficiente para demonstrar pudor. “As crianças machos e fêmeas andam nus até quatro anos e mais.

⁶⁵⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 262.

⁶⁵⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 262.

Ainda agora a caçula do Sr. Zacarias, em Canindé, que tem mais de sete anos, anda em fralda de camisa, não só em casa, saí à rua, e ia à nossa casa, que éramos vizinhos, nessa toalete”.⁶⁶⁰ Além da questão da decência, que, a seu ver, deveria ser inculcada desde a mais tenra idade, preocupava Freire Alemão a falta de asseio desse proceder.

Mas nenhum outro “costume do Ceará” irritava mais nosso diarista do que o ato de não descobrir a cabeça num recinto interior ou na presença de visitas ou autoridades — em outras palavras, dele próprio. Retirar o chapéu é um gesto que tradicionalmente envolve cortesia, reverência e intenções pacíficas, uma vez que é uma peça que tanto protege a cabeça quanto pode escondê-la. Até inícios do século XX, era comum voltar para casa com o chapéu sujo de poeira ou, na era industrial, de fuligem das fábricas e veículos a motor, dando ao gesto de tirar o chapéu logo à entrada um sentido de higiene. Descobrir a cabeça também era um indicador de intenções. Entrar num ambiente fechado sem chapéu ou retirá-lo num encontro com alguém, dando a ver o rosto de quem se descobre, eram gestos que não passavam despercebidos, uma vez que sinalizavam respeito pelas pessoas ao redor. Ou que quem entrava podia, literalmente, “mostrar a cara”: não estava incógnito ou em situação de conflito.

No capítulo 2, tratamos de um incidente que envolveu Freire Alemão, Lagos e o preparador de animais, Vila Real, que, durante uma discussão em plena rua, teve o desplante de não tirar o chapéu diante do chefe da Seção Zoológica e do próprio presidente da Comissão Científica: “eu quase fora de mim; peguei-lhe pelo [braço e] disse-lhe que falasse mais brando e tirasse o chapéu”.⁶⁶¹ A atitude de Vila Real, dentro dos padrões de comportamento da época, era uma verdadeira afronta, pois, ao conservar o chapéu na cabeça, o assistente não demonstrava a devida submissão à autoridade dos decanos — e ainda o fazia em público! Freire Alemão, descrito por amigos, biógrafos e por si mesmo como um espírito cordato, não tem, nesse caso, uma reação destoante, arrebatada, e sim proporcional à ofensa impingida.

Mas esta não foi a primeira desfeita que sofrera com tal gesto em viagem. Um pouco antes de se retirar do Aracati, em visita ao coadjutor, encontrou em casa deste, “em roda de uma pequena mesa alguns rapazes, e um deles sentado à cabeceira da mesa se conserva com o chapéu na cabeça e dirigindo-lhe algumas palavras, apenas me respondeu conservando sempre o seu chapéu”. Freire Alemão responde à grosseria dirigindo a vista para a janela, desviando o olhar do tal malcriado (e talvez o deixando a

⁶⁶⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 444.

⁶⁶¹ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 192.

falar sozinho). Porém, em seguida, entra na casa um padre, que “conversou comigo [e] se conservou coberto, é uma caricatura de Quáquer.”⁶⁶² Os outros se mostraram mais civis tomando-me o chapéu e chegando uma cadeira”.⁶⁶³

Ao chamar o padre de “caricatura de Quáquer”, Freire Alemão não quer ridicularizá-lo por suas vestes, e sim destacar o que ele considera uma descabida atitude antiautoritária do sacerdote, deixando claro que há aí uma questão mais profunda do que uma mera descortesia. Poder-se-ia pensar que o primeiro rapaz, cuja origem ou grau de instrução desconhecemos, cometeu uma gafe involuntária ou era, simplesmente, um rude. De qualquer forma, o ato não ficou sem reação, já que Freire Alemão passa a não mais tratar com ele, desviando o olhar para a janela. Mas, no caso do padre, como homem de certa instrução, não se pode justificar o desconhecimento de uma regra de conduta tão basilar. Talvez, ao perceber que estava diante de um homem diferente daqueles que estavam em volta da mesa, fosse pelas roupas, pela fala ou pela postura, o padre deliberadamente quis se conservar coberto, deixando patente a antipatia e o pouco caso com aquele estranho, *estrangeiro*, como tantas vezes os comissionados foram confundidos. As coisas só não desandaram de vez porque os outros homens o trataram mais civilmente, “tomando-me o chapéu e chegando uma cadeira”, como forma de dissipar a tensão e fazê-lo se sentir mais a cômodo. A “caricatura de Quáquer” pode ser entendida como uma maneira de Freire Alemão ressaltar a vanidade da atitude do padre, como se este fosse um quáquer deslocado no tempo e no espaço a desafiar uma autoridade temporal. Mais uma vez, entra em cena a desconfiança dos locais em relação a um elemento exótico, ao *outro*, que ganha contornos ainda mais fortes pelo fato de o outro ser um representante do Império brasileiro, mas não sabemos se o padre conhecia de antemão esse fato.

Mais adiante, outras situações mostram que, entre caboclos e cabras, o hábito de manter o chapéu permanece, como atitude de gente sem trato. É o que se dá em Jaguaribe-Mirim: “Tivemos todo este dia a casa cheia de gente, homens e meninos, todos aí entraram muito sem cerimônia, com o chapéu na cabeça, e nos iam logo fazendo questões, mirando e pegando em tudo, a maior parte com camisa solta sobre

⁶⁶² *Quáquer* (também chamado de *quaker* ou *quacre*) é o nome dado aos membros da Sociedade dos Amigos, uma seita protestante de origem inglesa fundada no século XVII, que prega a simplicidade, a igualdade entre os homens e o pacifismo. A seita floresceu nos Estados Unidos depois da fuga de seus membros da perseguição do rei Carlos II, cuja autoridade religiosa não era reconhecida pelos *quakers*. O traje típico dos emigrados incluía um chapéu pontudo com fivela, que eles conservavam na cabeça mesmo em locais fechados ou na presença de autoridades, como forma de demonstrar que não reverenciavam nenhum ser humano, apenas Deus.

⁶⁶³ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 69.

as ceroulas, ou calças”.⁶⁶⁴ Ou bem mais adiante, na Festa de Reis de 6 de janeiro de 1861, dessa feita, passada em Sobral, onde a “música consistia numa viola tocada por um cabra que tinha sempre o seu chapéu na cabeça: é costume do Ceará”.⁶⁶⁵ Entretanto, o diálogo com dois irmãos fazendeiros, assentados na serra de Baturité, dá ao botânico outra chave de leitura para o gesto, de certa forma similar ao do padre de Aracati que tanto o agastara.

O Sr. José Fortunato está sempre queixoso da vida que leva na serra, do pouco proveito que tira, e da má gente que a povoa, bem entendido da gente *cabra*. Diz que são indolentes, preguiçosos, e muito altanados, isto é, tratam a toda a gente qualquer que seja como de igual a igual, e é necessário viver com eles com muito cuidado, sendo muito ciosos de sua liberdade. Custa a ter aqui um criado, porque entre eles não há quem queira servir, e se se traz de fora um criado esse é logo aconselhado por eles que não sirva, porque não é escravo. Tratam a todos de maneira mais familiar, chamando os Sr. Juca, Sr. Manoelzinho, Sr. Joãozinho etc. etc. Entram pelas salas de chapéu na cabeça, vão se sentando sempre coberto, apertam mão etc. etc. Se algum se quer tratar com mais alguma consideração, é logo olhado como soberbo, fidalgo, rei etc. No entanto o Sr. Batista acomoda-se bem com esta gente.

No caso dos cabras, a falta de boas maneiras se soma à atitude de aversão a tudo que recendesse a autoridade e mando — pelo menos era assim na visão dos potentados. Servir, para esses cabras “ciosos de sua liberdade”, seria o mesmo que submeter-se à escravidão, num nível de trabalho tradicionalmente relegado aos negros. Em contrapartida, parecem ter muito cuidado e receio com os homens mais industriais, como o Sr. José Bernardo Teixeira, que agasalhou os comissionados no Ipu. O próprio Freire Alemão se surpreende ao encontrar na casa do anfitrião “uma máquina de costura, que trouxe o ano passado de Pernambuco [e] com que tem admirado aqui este povo, que julga aquilo movido por artes diabólicas, ‘é obra do cão’, dizem eles, e nem querem vestir roupa cosida na máquina”.⁶⁶⁶

O aspecto caleidoscópico do diário, muitas vezes, infunde no pesquisador o sentimento de algo inapreensível. As tentativas de análise e organização parecem, a todo momento, falhas e insuficientes para dar conta da complexidade dessa escrita, além do risco constante de reducionismo. Assim como seu autor, o diário se presta a várias atribuições, e sua composição dá conta das tribulações em se empreender uma narrativa

⁶⁶⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 98.

⁶⁶⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. Op. cit., p. 405.

⁶⁶⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 326.

alinhada com os pressupostos da ciência e do homem modernos. Procurou-se aqui colocar o diário exatamente a partir dessa tentativa de abarcar uma realidade que igualmente parecia ao seu autor fugidia e inapreensível, principalmente no confronto com as ideias e noções que trouxera da Corte. O cotejo do diário e da história da Comissão Científica de Exploração com outros escritos de Freire Alemão deslinda estratégias, lutas e decepções que tiram da ciência esse aspecto asséptico e desinteressado, tornando-o tão palpável quanto a tinta e o papel que se convertem em carne e sentimento daquele que escreveu.

CAPÍTULO 4: Relatar é preciso

4.1. O diário e sua materialidade

Gostaria de tecer aqui algumas considerações sobre a materialidade do diário de viagem redigido por Francisco Freire Alemão como comissionado imperial, em viagem científica pelos sertões do Norte. Uma expedição científica pode proporcionar, ao viajante, experiências complexas e por vezes tensões contraditórias, ora divisando-se no diário um eu solitário e ansioso pela suspensão dos vínculos familiares e sociais conhecidos — “Em Lavras, onde estive três dias esperando o correio, que afinal chegou quando já me dispunha a seguir viagem, [...] recebi muitas cartas da família, as quais li e reli e me deixaram contentes porque nem uma notícia má traziam, antes eram todas boas”⁶⁶⁷ —, ora submetido aos incômodos do escrutínio público nas ruas e vielas, colocando à prova não apenas os preceitos de pudor e civilidade de um homem da Corte, como também o estabelecimento “ao redor do corpo [de] um espaço preservado a fim de afastá-lo de outros corpos”⁶⁶⁸ — “[...] quando tive necessidade de abrir a minha carteira, vieram todas pôr-se à roda de mim, e mesmo em cima de mim, até a casada; queriam ver tudo, queriam saber para que servia cada coisa!”⁶⁶⁹.

Investigar as possíveis articulações entre a prática da escrita, o gênero diarístico (que, no caso de nosso presente objeto, encontra-se na confluência entre o *diário crônica* e o *diário íntimo*) e as condições físicas dessas folhas oferecidas à escrita permitiria, nas palavras de Jean Hébrard, entender tais relações como formas de resolver as contradições nascidas da descontinuidade do diário, cuja escrita avança ao ritmo de uma escritura ocasional (ou cotidiana). Evidenciam, ainda, a preocupação do escritor em se proporcionar, com a continuidade desse mesmo texto, os meios para alcançar não só um domínio do tempo fugidio, como também uma representação estável de si.

⁶⁶⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 240.

⁶⁶⁸ ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da Vida Privada*, 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 11.

⁶⁶⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 433.

Se a escritura literária cria um tempo específico, o da ficção que ela produz, se a escritura científica se instala numa discursividade que apaga o tempo (inclusive o do trabalho de redação), a escritura pessoal, por sua vez, precisa organizar sua relação com o tempo de uma maneira específica. Com efeito, para não se perder na alteridade, percebida como perigo ou ameaça, o sujeito que escreve deve distinguir sua história própria (os acontecimentos sucessivos de sua vida social ou interior) do *continuum* mais ou menos organizado das temporalidades às quais está preso.⁶⁷⁰

Na medida em que o diário de Freire Alemão prestava-se a várias funções, como crônica de percurso, descrição de paisagens, diário de campo botânico, registro de questões administrativas e espaço para o desvelamento do íntimo e do inconfessável, analisar as condições materiais desse suporte pode nos trazer pistas relevantes sobre usos e procedimentos de escrita praticados pelo autor ao redigir uma representação e uma memória de uma fase excepcional de sua vida, como botânico e presidente da Comissão Científica de Exploração. Um diário que, diferente dos que acompanham um percurso de vida, tem começo e fim, e portanto pressupõe certo trabalho de composição perante o fecho temporal pré-determinado dessas “recordações para outros tempos”, como sublinha seu autor. Uma materialidade que testemunha os esforços de seu redator em articular, num todo coerente e contínuo, o trabalho do naturalista, as reações fisiológicas a um ambiente ao qual não estava adaptado, as dificuldades do deslocamento e as relações sociais, por vezes marcadas por distanciamentos necessários e proximidades excessivas. Considerando também o peso das incertezas e das críticas formuladas contra esse empreendimento científico, a prática da escritura privada pode ter proporcionado ao seu autor um texto em que o sujeito que escreve, com suas visões e formas de apreensão e seleção particulares, é o próprio fundamento da verdade que enuncia. “[No diário,] A verdade não tem de ser demonstrada, provada, ela não se refere aos atos públicos do sujeito, não pertence ao grupo, aos depoimentos majoritários, pertence inteiramente a esse olhar individual, à margem, quase secreto, lançado sobre as coisas e o mundo”.⁶⁷¹

É preciso adiantar, porém, que tais reflexões serão feitas apesar de algumas lacunas. Durante o período de pesquisa para a presente tese, solicitei à Seção de

⁶⁷⁰ HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes”. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (org.). *Refúgios do eu: educação história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000, p. 30.

⁶⁷¹ GOULEMONT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da Vida Privada, 3: Da Renascença ao Século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 392.

Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional (instituição que conserva os arquivos do botânico Freire Alemão) autorização para ver os originais do diário de viagem, já que o acesso dos pesquisadores aos manuscritos de Freire Alemão se dá por meio de microfilme e, mais recentemente, por meio do site da instituição. Meu argumento era de que o microfilme e os arquivos virtuais não possibilitavam a percepção de uma série de informações relevantes ao se pesquisar a materialidade dos suportes escritos: se o diário encontrava-se encadernado ou não, o tipo (ou tipos) de papel usado(s) para escrever, se todas as folhas tinham o mesmo tamanho, a presença de manchas ou encarquilhados no manuscrito (o que poderia indicar uma exposição eventual às intempéries ou que Freire Alemão mantinha esses papéis muito próximos de si), se as bordas eram lisas ou serrilhadas (as serrilhas poderiam indicar que o papel foi preenchido em duas colunas, depois dobrado e separado para formar duas páginas, ou *tiras*, como eram chamadas no período). Em outras palavras, quando Freire Alemão, em certa altura do seu diário, diz que escreve “sobre uma mala, atormentado de mariposas, que assentam no papel, dão-me pelo rosto, onde dou muitas palmadas, em vão, ou bem empregadas, mas ficando [tudo] emporcalhado”,⁶⁷² temos o testemunho, deixado no papel pelas marcas dos insetos, de um observador e um escritor em ação, de alguém que se relaciona com o mundo exterior. “A atitude mesma de transformar um aparente acidente em informação é evidência de que um novo observador está surgindo, para o qual a experiência *in loco* é tão ou mais importante do que a reflexão no gabinete”.⁶⁷³

Tive meu pedido negado, sob o argumento de que o manuscrito encontrava-se bastante fragilizado e a manipulação, por menor que fosse, poderia causar-lhe danos. A única informação que obtive é que o manuscrito era composto por folhas soltas, e não encadernado. Por conta dessas circunstâncias, a análise a seguir será feita a partir de algumas informações que Freire Alemão fornece, de forma explícita ou não, sobre seu processo de escrita, articuladas com os vestígios materiais observados em uma cópia⁶⁷⁴ do diário manuscrito obtido a partir do microfilme.

O que chamamos de diário de viagem de Francisco Freire Alemão é um registro em folhas soltas de dois períodos do transcurso da Comissão Científica de Exploração às Províncias do Norte. O “primeiro diário”, composto por 371 folhas,

⁶⁷² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 431.

⁶⁷³ MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico 1800-1850*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 44-45.

⁶⁷⁴ Agradeço à historiadora Paula Virgínia Pinheiro Batista, pela cessão da cópia do manuscrito, utilizada para a transcrição paleográfica do diário quando de sua publicação.

compreende o período de 16 de agosto de 1859,⁶⁷⁵ quando os membros da Seção Botânica e Zoológica saem de Fortaleza em direção ao sertão, até 7 de julho de 1860, quando Freire Alemão desembarca sozinho no porto do Rio de Janeiro para gozar dois meses de licença de saúde. Já o “segundo diário”, com 382 folhas, é iniciado em 24 de agosto de 1860, quando o botânico zarpa do Rio de Janeiro no vapor *Cruzeiro do Sul* para retomar os trabalhos da Comissão. Sua última entrada é datada de 24 de julho de 1861, com o retorno definitivo dos expedicionários à Corte (com exceção de Gonçalves Dias, que estendeu por conta própria suas pesquisas à região amazônica).

No catálogo formulado pela Biblioteca Nacional, que apresenta a lista de manuscritos da Coleção Freire Alemão, o diário é dividido em 16 conjuntos documentais. Essas subdivisões são identificadas ora por títulos atribuídos pela instituição (diferenciados no catálogo por meio de chaves), ora por títulos dados pelo próprio Freire Alemão e que constam no manuscrito. Além do diário, compõem os *Papéis da Expedição ao Ceará* as rubricas “Notas e Informações”, com 69 documentos nomeados pelo autor como informações, notas, notas de viagem, lista, rascunhos, descrição, relato, itinerário, lembrança, lista, observações; “Notas Documentais”, que engloba 21 notas e cópias extraídas de documentos pesquisados em Livros de Câmara, inventários de igrejas, cartas, jornais e outros documentos; e “Desenhos”, composto por vistas, cartas de viagem, planos de vilas e desenhos de objetos (como cercas, cumeeiras, dobradiças, ferrolhos, bruacas, ferros de marcar gado) feitos a lápis ou nanquim.

Freire Alemão inicia sua expedição científica no dia 16 de agosto de 1859, uma terça-feira, juntamente com seu adjunto da Seção Botânica, Manuel Freire Alemão, o pintor José dos Reis Carvalho, o chefe da Seção Zoológica, Manoel Ferreira Lagos e os respectivos ordenanças das duas seções. O fato de andar em grupo justifica, muitas vezes, o uso da primeira pessoa do plural (nós), principalmente nas passagens que relatam o percurso ou quando o botânico escreve ter saído acompanhado de uma ou mais pessoas para alguma excursão ou visita. Encontramos, porém, Freire Alemão referindo-se a si mesmo tanto na primeira pessoa do singular quanto na primeira do plural. Um exemplo disso são os trechos em que discorre sobre o próprio trabalho de

⁶⁷⁵ A classificação da Biblioteca Nacional inclui na rubrica “Diários” um conjunto textual intitulado pela instituição como *Notas sobre Fortaleza e Pacatuba*, que compreende o período de 30 de março a 3 de agosto de 1859, quando os científicos permaneceram em Fortaleza para arranjar os preparativos da viagem e fazer pequenas incursões nos arredores da capital da província. A característica desse texto, porém, indica uma formatação mais própria de uma *memória em separado*, que o botânico também compôs, e não uma série de registros datados com certa continuidade, como classifica Philippe Lejeune. Nesse sentido, consideramos o início do diário de Freire Alemão o conjunto textual identificado pelo próprio autor como *Viagem de Fortaleza a Aracati*, que registra o início de expedição científica.

escrita memorialística (diário, memórias, ofícios, correspondências) e as circunstâncias em que ocorria. Nas 56 referências que o autor faz sobre *escrita* ao longo do diário, nove empregam a primeira pessoa do plural:

Dia 9: De manhã escrevemos para o Rio e para o Ceará, tendo achado aqui a nossa correspondência que passou por nós em Lavras e veio parar aqui.

[...]

Pedimos-lhe papel e tinta e nos fez entrar para a sala, onde uma senhora fazia renda numa almofada como as do Ceará; e sentados [...]

[f. 368]

Julho, 2

[...] escrevemos o seguinte:

[...]

Estamos escrevendo isto sentado na rede, com grande calor, e vento em postura (a casa está ainda aberta) e rodeados de galinhas, capotes, cabras e cachorros e também de meninos.

[...]

Logo que cheguei à casa apareceu-nos o Sr. Francisco Ferreira Passos que passou o dia conosco, referindo casos antigos destes lugares, e principalmente as desavenças dos Feitosas e Barbosas, que tudo escrevemos.

[...]

Esta manhã nos ocupamos em escrever para a família e em ofícios para o governo.

[...]

Passamos o dia lendo jornais do Rio, que aqui nos emprestaram, e revendo papéis, e escrevendo.

[...]

Ocupamo[-no]s em estudar algumas plantas, com custo pelo calor, e perseguição das moscas. Recebemos a visita do Dr. juiz de Direito Luiz de Cerqueira Lima e escrevemos para a família

[...]

Esta manhã estivemos com o capitão Oliveira escrevendo ofícios para os diversos membros da Comissão.

Chegou esta manhã o vapor do norte, e seguiu de tarde, escrevemos para a família.⁶⁷⁶

A tomada da recorrência do tema *escrita* para exemplificar esse trânsito entre pessoas verbais não é ocasional. Para Marta Penhos, o uso, ora do tom impessoal, ora do *nós* como forma de se identificar na escrita de diários e relatos de viagem, remete às práticas de documentação oficial desde o século XVIII, como garantia de uma informação objetiva e verdadeira. Uma “alternancia que refuerza el doble carácter del Diario, informe oficial y testimonio de primera mano”.⁶⁷⁷

⁶⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 161, 293, 319, 335, 410, 437, 451, 471.

⁶⁷⁷ PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar: imágenes de Sudamérica en fines del siglo XVIII*. 1. ed., Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 37.

À vista da primeira folha do diário, o procedimento de registro parece seguir o formato tradicional, de escrever-se tudo o que ocorreu ao final de cada dia, organizando o texto numa ordem cronológica, já que o relato é iniciado com o registro da data de saída: “Agosto. 16: Terça-feira, [...]”. Ao dar continuidade à leitura, porém, percebe-se ter ali uma narrativa organizada não pela sucessão fragmentada dos dias, mas por uma unidade em que a descrição do percurso e dos pousos é permeada por registros de quadrinhas populares, observações sobre topônimos, informações históricas colhidas dos locais, o sentido de palavras inteiramente novas (cacimbão e caponga, referindo-se a reservatórios de água) e até alguns desenhos.

Era o sol bastante forte e a estrada toda de areia, passamos o rio Cauaçu por duas pontes, o rio Tipuiú por uma ponte; neste lugar é a terra arenosa e denegrida, e produz muito boa mandioca e a sua farinha foi afamada em outros tempos como o atesta uma quadrinha popular da cidade.

Água da Jacarecanga
Tainhas do Cocó
Cunhãs de Parangaba (Arronches)
Farinha do Tipuiú.⁶⁷⁸
[...]

A respeito da expulsão dos jesuítas contou-nos um velho que aí tem uma venda, e que conta hoje 89 anos, que a ordem chegou na véspera de Natal e que nessa mesma noite fora o colégio cercado e nele estavam juntos todos os jesuítas, donde se presume que eles sabiam dos negócios. Os padres estavam sempre espalhados, havendo dois em Arronches, dois na Matriz, dois em Soure etc., e nessa noite todos estavam reunidos. O convento cercado por tropa, os padres disseram missa, ou antes diziam missa, porque estiveram assim presos por 15 dias, tendo sempre duas sentinelas à vista. Embarcaram no porto do Iguaçu, que pouco depois se obstruiu. A sentença da expulsão dos jesuítas, escrita em latim e em português, está transcrita no livro da Matriz, onde Lagos a viu.⁶⁷⁹

[...]
Na véspera às ave-marias tínhamos ido ver o cacimbão, que é um poço grande de boca quadrada, [palavra ilegível] de pedras e com fundo d'água de talvez 40 palmos. Foi este poço feito pelo padre Serafim, missionário que persuadiu o povo a ir buscar pedras para a obra na barra do Pacoti daí a três léguas; ao lado desse poço está uma grande represa ou açude.⁶⁸⁰

[...]
Passados nós voltaram os quatro cavaleiros que nos acompanharam e nós seguimos para o Cajueiro do Ministro, onde chegamos talvez às

⁶⁷⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 38.

⁶⁷⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 40.

⁶⁸⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 41.

sete horas da noite, tendo perto desse lugar passado uma caponga onde os cavalos quase nadaram, e isto era já noite.

Caponga chamam a poços mais ou menos fundos e seguidos uns dos outros.⁶⁸¹

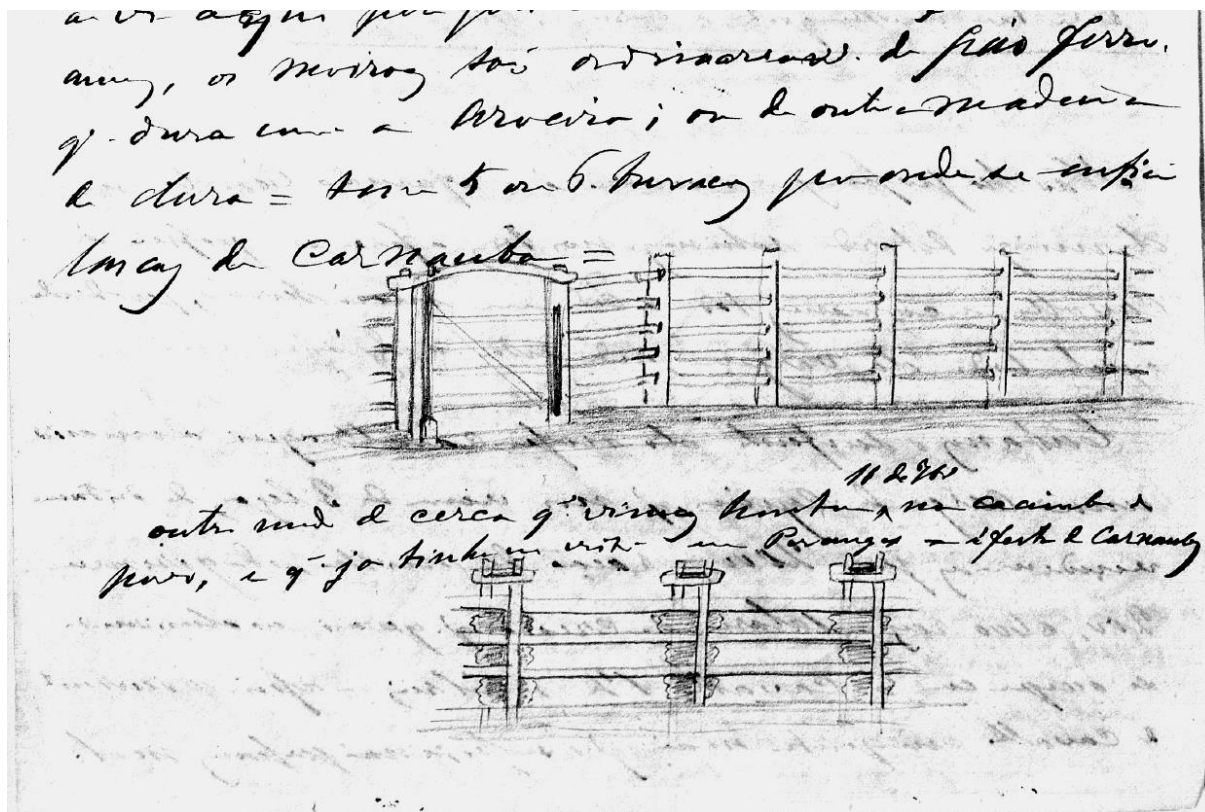


Figura 4: Folha 24 do diário de viagem de Freire Alemão (detalhe)

As anotações que acompanham os dois desenhos são as seguintes:

Anteontem, quando íamos para o Cumbe, estava à beira do caminho uma famosa cascavel morta a porrete. O campo cerrado e fechado com cancelas é grande, tem mais de légua de comprido e quase légua de largo. É cercado em parte com cerca de *moirões furados*: estas cercas as vi aqui pela primeira vez, duram 12 e mais anos; os moirões são ordinariamente de pau-ferro, que dura como a aroeira, ou de outra madeira que dura, têm cinco ou seis buracos por onde se enfiam lascas de carnaúba.

Outro modo de cerca que vimos ontem, 16 de setembro, na cacimba do Povo, e que já tinha eu visto – em Pirangi – à festa da carnaúba.⁶⁸²

⁶⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 41.

⁶⁸² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 54-55.

Próximo aos córregos da Amarela, onde os científicos encontraram pouso numa palhoça, Freire Alemão diz que o dono da casa estendeu redes para ele, Lagos e Reis Carvalho, “[...] e nós, estendidos e balançando-nos nas redes, conversávamos e nos divertíamos com uns rapazes que chegaram depois e algumas raparigas, que vieram para a sala, aí se contou muita história, *se tomaram muitas notas* e se gracejou bastante (grifo meu)”⁶⁸³ — o que deveria indicar, em princípio, uma apreensão mais imediata do que ocorria. É somente ao final da folha 20 do diário que o autor esclarece de vez o formato de escrita adotado: “Foi esta narração feita às pressas e sobre apontamentos tomados a lápis durante a viagem; e por isso muito incompleta, e muito mal escrita”.⁶⁸⁴

Apesar de o comboio ter partido no dia 16, a escrita de seu diário de viagem só é efetivamente iniciada oito dias depois, mais precisamente às 11 horas da noite de 24 de agosto (quarta-feira), segundo seu registro, quando os expedicionários já estavam na cidade de Aracati, chegados no dia anterior. O mais provável é que o botânico tenha escrito as 20 primeiras páginas deitado numa rede, ainda a descansar das agruras do caminho, tendo como base as notas, tomadas a lápis, quase concomitantemente aos acontecimentos. Essa primeira incursão no hábito diarístico não o agradou, uma vez que ele próprio a julga incompleta e mal escrita, num tom em que parece se justificar perante um eu-ideal (ou um leitor em potencial). Percebe-se, nessas 20 folhas, uma tentativa do autor em estabelecer um formato de escrita que pudesse ser efetivado tendo em conta as questões inerentes ao deslocamento, a composição de uma escrita minimamente elaborada e a necessidade pessoal de apreender no detalhe as experiências exteriores e as impressões interiores.

Após a “Viagem de Fortaleza ao Aracati”, vemos Freire Alemão se debatendo entre uma escrita totalizante e outra, baseada na sucessão dos dias. Das folhas 21 a 50, o botânico tece as “Notas sobre a vila de Aracati”, com considerações sobre o local onde a vila está assentada, as relações sociais das famílias, produtos e negócios, a convivência dos comissionados com os locais, entre outros tópicos. O texto se desenvolve inicialmente de forma dissertativa, na já referida discursividade típica do texto científico, que procura eliminar as marcas do tempo e do trabalho da redação.

Mas, no decorrer da leitura, vamos percebendo que essa pretensão totalizante se trai por algumas referências temporais. “Como ontem nos disse aqui o

⁶⁸³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 49.

⁶⁸⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 51.

boticário”;⁶⁸⁵ “Anteontem, quando íamos para o Cumbe”;⁶⁸⁶ “Ainda agora estiveram aqui conversando conosco”;⁶⁸⁷ até chegarmos a uma referência, na folha 28, que especifica uma data: “Ontem, domingo (4 de setembro), vi algumas mocetonas [...]”.⁶⁸⁸ Depreende-se desses vestígios que as folhas 21 a 28 foram escritas no dia 5 de setembro (segunda-feira), 12 dias após o primeiro registro. Da mesma forma o texto entre a folha 28 e o primeiro parágrafo da folha 32 foi escrito no dia 5, dada as referências “Ontem à noite” e “Hoje de tarde”.⁶⁸⁹

Há, porém, um esforço em estabelecer rigor numa escrita fugidia. Uma evidência disto é a utilização majoritária de verbos no tempo presente ou no particípio para descrever a vila: “[Aracati] *Tem* quatro bons templos, mas nenhum está concluído”; “Nas grandes cheias do Jaguaribe, como uma de 39 e [outra] de 42, toda a cidade *fica* embaixo d’água, *há* casas que *ficam* com água pelas vergas das juntas e pelas ruas *andam* canoas e lanchas, e de circunstância mui forte” (grifos meus).⁶⁹⁰ São procedimentos que, segundo Marta Penhos, a partir de uma ideia de permanência essencial, marcam a atemporalidade do espaço descrito e transmitem a ideia de um espetáculo estático. Indicariam também um texto composto mediante parâmetros que evocam experiências visuais, em que a paisagem é tomada pelo autor-observador de um ponto aparentemente fixo e a uma altura capaz de abarcar grandes extensões de espaço, como nesse caso da vila de Aracati. Percebe-se, pela última citação sobre as enchentes que, mesmo tratando de um fenômeno que não viu com os próprios olhos, a referência às enchentes anteriores, a observação das habitações (certamente a água havia deixado sua marca na altura das vergas⁶⁹¹ das janelas) e as notícias que colheu dão-lhe a confiabilidade necessária para tratar do tema como algo marcante e característico da vida em Aracati. “Es más, la apelación a varios observadores a través de su testimonio [‘como deponenlos que desde aquellas eminencias han observado el país’] daría cuenta de una construcción unificada a partir de vistas parciales”.⁶⁹²

⁶⁸⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 53.

⁶⁸⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 54.

⁶⁸⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 56.

⁶⁸⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 57.

⁶⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 59.

⁶⁹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 52.

⁶⁹¹ O termo verga é utilizado por Freire Alemão no sentido de “peça colocada horizontalmente sobre as ombreiras de portas e janelas”. *Dicionário Aulete Digital*: <<http://www.aulete.com.br/verga#ixzz3ekQJxIWD>> (consultado em 28 jun. 2015).

⁶⁹² PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar...* Op. cit., p. 47. Traduzi por: “Além disso, o recurso a vários observadores através de seu testemunho [‘como depõem que desde aquelas eminências têm observado o país’] daria conta de uma construção unificada a partir de vistas parciais”.

Nos relatos de viagem que pesquisou,⁶⁹³ Penhos identifica uma alternância na utilização de *países* (no plural) e *país* (no singular). Tal utilização poderia marcar, pela dupla acepção do termo, a ideia de variadas e diversas paisagens unidas por uma vista ampliada de um único território. Não há, no diário de Freire Alemão, esse uso alternado em relação ao termo *país*, ou mesmo *paisagem* — mas, curiosamente, isso ocorre em relação ao uso dos termos *sertão* e *sertões*.

Isso por tempo de quase uma hora. Este moço não toca mal a clarineta e toca vários outros instrumentos de sopro; o seu canto não é muito agradável por ter a voz um pouco [f. 64] e dum metal não muito são; mas não deixa de ter gosto e estilo, que segundo me informou é o estilo do sertão e no qual cantavam em Pacatuba os filhos do Valente, que são do Aracati.⁶⁹⁴

[...]

Terça-feira, 27: Partimos de manhã. Marchávamos pelo vale do Jaguaribe, que perdia sempre o seu caráter tomando o aspecto do sertão, isto é, ia-se tornando mais montuoso, mais pedregoso; o rio já apresentando lugares com lajes, ou grandes blocos de rochas graníticas, a vegetação tomando também outra aparência: diminuem as carnaúbas e aparecem catingas e tabuleiros.⁶⁹⁵

[...]

Aqui fomos bem recebidos pelo senhor que é criador de gado, tem a sua casa — [f. 81] como é o comum dos sertões — pequena de telha vã e ladrilhada, tudo toscamente feito.⁶⁹⁶

[...]

A sua doença é consequência de uma congestão ou derramamento cerebral e data já de uns cinco anos. É uma moléstia muito comum aqui nos sertões, entre as pessoas que me têm consultado. Muitos homens e mulheres são afetados por esse mal e se diz que morre-se muita gente de estupor.⁶⁹⁷

Há um detalhe a se destacar nesse uso: além de se referir, no singular e no plural, a esse lugar localizado no “coração das terras” ou o “sertão da calma i. e. o lugar onde ella he mais ardente”⁶⁹⁸ — “Esta é a razão da secura dos sertões, porque quase em todos eles o terreno é este: árido, incapaz de absorção e impróprio para a lavoura,

⁶⁹³ Marta Penhos trabalha com relatos da dominação espanhola na região hoje correspondente à Argentina Paraguai e Uruguai, como a entrada do governador Gerónimo Matorras no El Gran Chaco em 1774 (que até então se mantinha às margens de um domínio efetivo), as viagens de Félix de Azara entre 1782 e 1801 (como parte de uma comissão bilateral incumbida de estabelecer os limites coloniais entre as colônias portuguesa e espanhola) e a Expedição Malaspina (1789-1794), a última grande viagem de circum-navegação científica espanhola.

⁶⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 83.

⁶⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 92.

⁶⁹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 95.

⁶⁹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 144.

⁶⁹⁸ SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*. In: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

porque não é arável, exceto em alguns tabuleiros, vargens da beira dos rios, onde há terrenos de aluvião”⁶⁹⁹ —, o termo *sertões* também é utilizado para contrapor o Ceará às províncias limítrofes. “A respeito dos sertões do Rio Grande disse que eram semelhantes aos do Ceará”.⁷⁰⁰ Ou: “Fazendo-lhe algumas questões sobre os sertões da Paraíba, disse-nos ele que nesses sertões não há serras, apenas serrotes”.⁷⁰¹ Note-se que nessa última citação, *sertões* é utilizado tanto na forma de um lugar mais ou menos específico (o interior da província da Paraíba) quanto faz as vezes de paisagem inculta, caracterizada por suas formas geográficas. *Sertões* dá conta ainda de nomeações que escapavam à nomenclatura oficial que nomeava a região das províncias do Norte: “Contou o Sr. Franklin como o padre Alencar, andando fugitivo, com ele e outros, foi preso pelos cabras e como um chefe dos cabras o livrou da morte que lhe preparavam pelos sertões do rio de São Francisco”.⁷⁰²

Ambígua, situada a um só tempo em espaços internos (um lugar outro, desconhecido, rebelde a enquadramentos e medições) e externos (componente de uma unidade complexa, porém coesa chamada nação brasileira), a categoria sertão tem um largo histórico de acepções, que se confunde com a colonização da *terra brasilis* ou mesmo antes, quando os portugueses a utilizavam desde o século XIV para designar as áreas distantes de Lisboa. Janaína Amado observa que, mesmo não existindo no vocabulário dos viajantes estrangeiros, sertão estava tão incorporado à língua usada no Brasil — e, a meu ver, à própria forma de conceber a ambiguidade desses espaços não litorâneos, dada a possibilidade de unificar sob um só nome áreas geográfica e naturalmente distintas como o interior do Paraná, a floresta Amazônica ou o atual semiárido nordestino — que esses viajantes registraram a palavra em seus relatos.

Pohl, por exemplo, mencionou os “vastíssimos sertões goianos”, e chamou a atenção para “essa área perdida, escondida, esse sertão das Gerais”, enquanto Saint-Hilaire usou “sertão” em mais de um livro, sempre designando “as áreas despovoadas do interior do Brasil. Quando digo ‘despovoadas’, refiro-me evidentemente aos habitantes civilizados, pois de gentios e animais bravios está povoada até em excesso”. De forma simplificada, pode-se afirmar, portanto, que, às vésperas da independência, “sertão” ou “certão”, usada tanto no singular quanto no plural, constituía no Brasil noção difundida, carregada de significados.⁷⁰³

⁶⁹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 227.

⁷⁰⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 96.

⁷⁰¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 172.

⁷⁰² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 287.

⁷⁰³ AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, v. 8, n. 15, Rio de Janeiro, 1995, p. 148.

Assim, continua Amado, o estabelecimento do que é e do que se nomeia como *sertão* guarda uma estreita vinculação com o ponto de observação do enunciante, ao emitir o conceito. “Se, para um habitante de Lisboa, o Brasil todo era um grande sertão, para o habitante do Rio de Janeiro, no século XVI, ele começaria logo além dos limites da cidade (por exemplo, na atual Nova Iguaçu), no obscuro, desconhecido espaço dos indígenas, feras e espíritos indomáveis”.⁷⁰⁴ A perspectiva também mudaria se quem fala é um funcionário da Coroa, que tende a ver o sertão como um inferno; ou um degredado, um perseguido pela Inquisição ou um escravo fugido, que encontrariam ali um refúgio e a chance de uma nova vida, ao largo de seus opressores. Em nosso caso, temos um homem de saber que abandona o lugar à distância, o litoral, em busca do coração das terras. Um lugar com certo grau de povoamento, se comparado às regiões amazônicas, mas que suscitava em nosso botânico um conjunto de vistas por vezes estranhas e notáveis. A palavra *notável* é usada 33 vezes ao longo do diário, ora em tom de admiração, ora para depreciar certos costumes da terra: “Coisa notável: não se vê um bêbado; é isto observação que temos feito desde a capital. Raríssima é a pessoa do povo que se vê bêbada pelas praças e ruas; o mesmo temos observado pelo sertão!”.⁷⁰⁵

O uso de *sertão* e *sertões* no diário de viagem também marcaria semelhanças e/ou diferenças que atizavam a rivalidade entre as províncias, bem como as peculiaridades de Freire Alemão, ao dar ordem e realidade à sua experiência pelo escrito. Com o típico estranhamento de um anticonquistador, na acepção de Pratt, que coaduna a um só tempo a figura do naturalista benigno e inofensivo, que avalia as tensões sem tomar partido delas, e a do explorador (ainda que de conhecimento), que organiza sua narrativa a partir de um ponto de vista superior, Freire Alemão traz a ideia de *sertão(ões)* como um lugar “não aperfeiçoado” e, portanto, disponível, aberto a aperfeiçoamentos, tanto pelos aspectos ambientais quanto por suas gentes, ocupadas em bairrismos improdutivos.

Fomos também aqui tratados com certo luxo [f. 252] para o sertão. Temos notado aqui em Pernambuco um certo ar de grandeza na gente e no trato, que não observamos no Ceará; no entanto, aqui se nos dizia sempre que a gente do sertão de Pernambuco era abestalhada, falavam muito incorretamente etc. etc., mas vimos tudo em contrário; ao menos nestes lugares por onde andamos, estivemos sempre com gente

⁷⁰⁴ AMADO, Janaína. *Região, sertão...* Op. cit., p. 148.

⁷⁰⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p.168.

branca, bem trajada, homens e mulheres, e conversando perfeitamente bem e mostrando inteligência. Os pernambucanos, porém, ou por nos ouvirem, visto que eles sabem o que corre a seu respeito no Ceará, ou mesmo porque, em outros lugares do sertão, seja o que se diz, os pernambucanos, quero dizer, alguns, falando dos sertões de Pernambuco, repetem o que ouvimos no Ceará. O que também notei nestes senhores do Exu é o desdenharem do Cariri e julgarem o seu sertão e a gente dele melhor que a daquele.

Em vários outros momentos do diário, Freire Alemão faz referência a interlocutores: o boticário F. Teixeira, o médico Pacheco, o tenente Bento Colares, Franklin do Amaral, o Sr. Caminha, o juiz de Direito, o escrivão Lobo. A própria posição de destaque da maioria dessas pessoas reforça o caráter de permanência e objetividade do que é descrito, e seus testemunhos passam a compor essa construção unificada a partir de vistas parciais. Recebendo a visita do tenente Bento Colares e de um homem identificado como Matias (sem sobrenome, e também sem grande certeza), Freire Alemão registra que ambos contaram-lhe “façanhas de cavalos e de homens andadores admiráveis”, e refere-se a um *causo* contado por “Matias”:

De outro, o que creio se chama Matias, refere que um [f. 27] montou aqui a cavalo, tendo passado o rio; ao sair do sol acompanhado por ele, prometendo-lhe 30\$000 [trinta mil-réis] acompanhou-se até a cidade; chegou antes, chegara ao Ceará às seis horas da tarde. Que inglês! Que cavalo! E que andador!! O inglês deu-lhe 40\$100. Fazem daqui à capital 30 léguas quase sempre por areais.⁷⁰⁶

A imprecisão do botânico ao identificar esse interlocutor e as frases pontuadas de exclamações demonstram certa reserva do diarista em relação a determinados relatos, reserva que também se expressará por meio de outros procedimentos, como o confronto de versões, a identificação de juízos contraditórios ou de paixões a temperar os ditos. Em vários momentos do diário o botânico utilizará adjetivos como “distinto”, “judicioso”, “bem conversado(a)”, “discreto” para qualificar as pessoas de quem obtém notícias e estabelecer até que ponto o que dizem deve ser posto em quarentena. Será dado especial crédito aos que tomaram efetivamente parte em certos acontecimentos, servindo de fiel mesmo para relatos por escrito.

Nessa ocasião pedi ao Canuto que me acompanhasse, pois desejava conversar com ele, ao que se presta de melhor vontade. E em casa, depois que se retiraram algumas visitas, expus-lhe o que queria dele, que era a verificação dos fatos contados na carta do Brígido ao Dr.

⁷⁰⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 52.

Théberge, [f. 191] no que conveio de bom modo, prometendo-me em tudo dizer a verdade, ainda que com isso houvesse algum comprometimento. Li-lhe a carta toda, que ele acha exposto e visto alguns pequenos reparos ou acaso algumas circunstâncias, que tudo escrevi.⁷⁰⁷

A carta a que Freire Alemão se refere trata sobre acontecimentos ocorridos no Ceará em 1826, provavelmente ligados às insurreições que então grassavam na província. Canuto é o alferes Canuto José de Aguiar, “que era da tropa de linha e interveio nesse sucesso”.⁷⁰⁸ Neste caso, a comunicação entre dois dos principais intelectuais do Ceará é sopesada pela fala de um combatente, aparentemente sem ligação política com nenhum dos lados da contenda. Alguém que *estava lá* e se comprometeu a dizer a verdade, ainda que isso viesse a comprometê-lo — num lugar em que paixões partidárias eram acirradas e desdobradas em lutas de sangue. Tal circunstância autorizaria o alferes Canuto a fazer reparos e dar circunstâncias, devidamente registradas por escrito.

Para Silva Filho, a qualificação intelectual e a própria experiência frente à presidência da Comissão Científica, envolvida em questionamentos e polêmicas reverberadas pelos jornais e tribunas legislativas, podem ter ensejado em Freire Alemão a desconfiança em relação a relatos sobre eventos como a Confederação do Equador e a Revolta de Pinto Madeira, cuja memória de violência e perseguições estava viva em homens como o Sr. Franklin de Lima. Esse parente da família Alencar conta a Freire Alemão como escapou à perseguição dos conservadores, depois vindo a saber que um dos companheiros foi pego e os cabras “acabaram a facadas o pobre homem que, depois de mutilado no meio de charcos, expirou”. No diário, porém, o botânico prefere não aderir a afirmações tão peremptórias: “Ele atribui esta mortandade a Pinto Madeira, que chama monstro; é no entanto necessário dar algum desconto às narrações apaixonadas de homens que passaram por tais trancos”.⁷⁰⁹

O botânico dedicará parte significativa de seu trabalho a buscar e copiar documentos de igrejas e Casas de Câmara, jornais e notícias redigidas a seu pedido, a fim de poder contrapor o escrito e o contado. Como observa Silva Filho, ainda que obviamente não tomasse para si o dever de historiar, Freire Alemão parecia manter, ao incorporar tais procedimentos à escrita diarística, as cautelas do ofício, ou pelo menos

⁷⁰⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 166.

⁷⁰⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 166.

⁷⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 166.

estar ciente delas. “Num século grassado pela crença na razão, sua expressão plenipotenciária — a ciência — impunha um corolário de desconfiança frente a asserções não verificáveis, lançando em acentuada suspeição a palavra falada”.⁷¹⁰

Pode-se dimensionar seu cuidado ao contrapor o que Freire Alemão considerava seu extremo oposto, as investigações de Manuel Ferreira Lagos, seu companheiro de viagem na maior parte da expedição. Este, diz Freire Alemão, tem como primeiro cuidado ao chegar num pouso colocar-se em relação com mulheres — das senhoras gradas e distintas às criaturas baixas e infames —, “[...] rodeia-se de alcoviteiros e de escravos [f. 122] que servem a seus fins e dos quais se informa da vida particular das famílias, dando crédito às torpezas, mentiras e calúnias dessa gente”.⁷¹¹ Repara que o colega deixa de lado os trabalhos da sua Seção Zoológica para preencher resmas de papel com “famas, estatísticas, anedotices, histórias, indústrias etc. etc.”.⁷¹² Na passagem pelo Crato, ao tomar conhecimento por Lagos de rumores sobre desordens na Corte, Freire Alemão não deixa de ressaltar a diferença entre ele e o outro: “O Lagos dá grande crédito a tudo isto, eu dou-lhe quarentena”.⁷¹³

Como destacamos no capítulo 2, os conflitos entre Lagos e Freire Alemão, que, em público, eram tolerados e silenciados, foram descritos em detalhe no diário de viagem. Um conflito de autoridade que perpassava as instruções de viagem, as atribuições de cada comissionado e até mesmo a posse de documentos, selos e papéis timbrados, refletindo em grande medida os ruídos de comunicação entre as expectativas dos gabinetes imperiais e as capacidades e condições com que os comissionados foram investidos para executar essa exploração nos sertões. Se os diários por vezes se referem a fatos e pessoas por meio de alusões enigmáticas, que somente seu autor entenderá ao reler esse arquivo íntimo, aqui a disputa é colocada de forma clara e sem rodeio, uma vez que a reputação da Comissão Científica estava em jogo. Rechazar o desinteresse de Ferreira Lagos pelos trabalhos da própria seção, a investigação difusa e mais próxima do mexerico do que da pesquisa científica são, nesse sentido, formas de Freire Alemão reforçar seu próprio método e se reinvestir de autoridade por meio da escrita. “[Lagos] Tenciona sem dúvida apresentar esses trabalhos ao Instituto sem se lembrar que [sic]

⁷¹⁰ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. Nota Explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 14.

⁷¹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 122.

⁷¹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 122.

⁷¹³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 176.

esse é um meio de fazer reparar no pouco que se ocupa com os trabalhos de sua seção”.⁷¹⁴

A despeito das queixas sobre a apropriação indevida dos instrumentos de escrituração oficial, é possível que Freire Alemão tenha se munido de um bom suprimento de papel para suas andanças no sertão, o que mostra a centralidade da escrita no trabalho do naturalista em campo. Pelo que se denota do seu relato cotidiano, havia papel para a composição do diário, para as memórias em separado, folhas que o botânico costumava carregar consigo à rua ou em incursões a locais ermos e até mesmo para fazer combate às mariposas noturnas que lhe atrapalhavam a concentração: “[...] quando todos se retiraram e que quis escrever [riscado “os nossos”] estes apontamentos, foi necessário, antes, formar fachos de papel e queimá-los pelas paredes; mas eram tantos, e vinha sempre reforço, que abandonei a empresa e pus-me a escrever atormentado por elas”.⁷¹⁵ Ele também dá a entender que não era um material fácil de encontrar nos sertões, como quando diz ter confiado algumas folhas de papel pardo ao já referido Dr. Théberge, intelectual e homem de posses, para conservar flores de braúna e violeta que só iriam florescer depois que partisse do Icó. As mesmas folhas pardas também lhe deram ensejo para comentar aspectos do caráter dos cearenses, no caso um grupo de sertanejos: uma viúva, duas filhas, o genro e um menino paralítico, que encontraram na povoação de Vargem Grande (Serra da Meruoca), avaliando-os entre o pueril e o sujo, enquanto estes questionavam se eles acaso não estavam ali para vender fazendas (tecidos):

Recebeu-nos esta gente tão familiarmente, que se misturaram conosco e nossa [riscado “gente”] comitiva, e tínhamos sempre a nossa sala cheia. Sentavam-se mesmo pelo chão, e por mais que lhes oferecêssemos assentos e folhas de papel pardo para sentarem-se, nada, lançavam[-se] no chão como crianças.⁷¹⁶

A presença do papel não se dá apenas por folhas limpas. Nesse mesmo encontro com os sertanejos em Vargem Grande, o papel impresso e outros instrumentos científicos servirão como mediadores para a aproximação junto aos locais. Numa feita, o rapaz perguntará a Freirinho, adjunto da Seção Botânica, se eles não teriam um dicionário para vender. “‘Temos-lhe’, respondeu Manoel, ‘mas custa 300\$000 [trezentos mil-réis]’; o amigo voltou sem dizer palavra”. Depois foi a vez de Freire Alemão

⁷¹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 122.

⁷¹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 501.

⁷¹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 398.

impressionar as senhoras, “mostrando-lhes desenhos e figuras dos livros, mostrando-lhes [também] um óculo de alcance que nunca tinham visto. Mostrou[-se]-lhes alguma coisa ao microscópio, os cabelos de Maria dos Anjos, a assentaram”. Para além da importância de realizar, *in loco* e com a máxima precisão, os diversos estudos demandados pelas instruções da Comissão Científica, evidenciada pelo fato de os comissionados carregarem consigo livros, lupas, termômetros, microscópios, destaca-se a necessidade de registrar a reação dessas pessoas ao contato com aqueles homens da Corte, com seus livros de figuras e seus instrumentos, uma vez que “tudo produzia ilusão aos simplórios sertanejos”.⁷¹⁷ Em outras palavras, era necessário demarcar, pela escrita, o lugar do *nós* e dos *outros*.

Marta Penhos também traçará um paralelo entre a importância dos instrumentos de observação e a proliferação de expedições, numa metodologia “baseada en la comparación permanente de los resultados obtenidos, además de contribuir al control del par complementario observadores-instrumental, era necesaria para establecer un conocimiento confiable y útil”.⁷¹⁸

como los viajes, las lentes acortan la distancia que separa al observador de lo observado y amplían casi **ad infinitum** el campo de investigación. En este sentido, las referencias a las tareas astronómicas y geodésicas [...] nos ponen ante una visualidad sumamente apegada a la intermediación de los instrumentos.⁷¹⁹

Supõe-se que o botânico carregava esses papéis próximos de si, num bolso do paletó ou talvez numa bolsa a tiracolo, uma vez que a bagagem dos comissionados, muitas vezes ficava na rua ou a descoberto por falta de espaço nos pousos, exposta assim às soalheiras. “De madrugada levantou-se uma ventania, que se seguiu logo de chuva que coava pelos telhados, que eram metade de palha e outra de telha; nós, como estávamos na parte telhada, nem assim ficamos isentos das goteiras; muita da nossa carga ficou molhada”.⁷²⁰ Apesar de não identificarmos “buracos” na narrativa diarística

⁷¹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 396.

⁷¹⁸ PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar...* Op. cit., p. 232-233. “baseada na comparação permanente dos resultados obtidos, além de contribuir para o controle d- par complementar observadores-instrumental era necessária para estabelecer um conhecimento confiável e útil” (tradução nossa).

⁷¹⁹ PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar: imágenes de Sudamerica em fines del siglo XVIII*. 1ª ed., Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 232. Traduzi por: “tais como as viagens, as lentes encurtam a distância entre o observador e o observado e estende quase ad infinitum o campo investigação. A este respeito, as referências a tarefas astronômicas e geodésicas [...] nos colocam diante de uma visualidade extremamente ligada à intermediação de instrumentos”.

⁷²⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 46.

de Freire Alemão (o que não seria improvável pela facilidade com que folhas soltas poderiam se perder), gerenciar tipos distintos de notações não deve ter sido tarefa simples, como se percebe neste trecho:

Hoje arranjando os meus papéis achei a nota que julgava perdida a respeito da mãe do Sr. Gualter, no Exu. “D. Ana Joaquina de Carvalho, tem 83 anos já feitos, teve sete filhos, mas só se criaram os três últimos”; é irmã da mãe da Sra. D. Brasilina, mulher do Sr. Franklin de Lima.⁷²¹

Essa episódica e momentânea perda de uma anotação, aparentemente sem grande importância, permite-nos, entretanto, observar uma escrita que, geralmente, é deixada fora depois que ganha seu lugar na narrativa diarística. A nota, provavelmente tomada a lápis durante uma conversação, ganha transcrição literal, entre aspas, porque o autor a julgava perdida e suas informações acabam por esclarecer dúvidas recorrentes quando se está a escrever um diário, no calor da hora. Durante uma incursão que fez a Exu, na província de Pernambuco, Freire Alemão fica hospedado na casa do Sr. Gualter Martiniano de Alencar Araripe, fazendeiro e delegado de polícia que conhecera no Crato. Em 1º de fevereiro de 1860, registra que as senhoras da casa finalmente aparecem, entre elas a mãe e a sogra do Sr. Gualter. “Depois apareceu a senhora mãe do Sr. Gualter e da doente, querendo saber o juízo que informava da moléstia da filha. É uma senhora branca, respeitável, filha do Jardim e que conta seus 83 a 84 anos, mas acha-se bem-disposta e conversa muito bem, e é muito noticiosa”.⁷²² Pela forma como foram compostas as duas frases, não é possível saber se a senhora branca, respeitável, filha do Jardim e que conta seus 83 a 84 anos é a mãe ou a sogra do anfitrião. A doente a que se refere é a esposa de Gualter, cuja moléstia Freire Alemão já havia referido quando ainda estava no Crato. A nota, encontrada no dia 7 de março de 1860, é logo incorporada ao relato para dirimir a falha de entendimento anterior. Uma nota que, no escopo da viagem de Freire Alemão, nos parece de pouca relevância ou mesmo inútil, mas cuja transcrição nos revela o esforço de nosso diarista em anular qualquer ambiguidade dessa escrita mais cotidiana, tornando-a passível de conversão num relato rigoroso e confiável mesmo nos ínfimos detalhes.

Outro trecho que pode nos informar sobre a forma de Freire Alemão manusear seus papéis encontra-se entre as folhas 5 e 7 do que chamamos de “segundo

⁷²¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 220.

⁷²² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 199-200.

diário”, na parte em que o botânico trata sobre a viagem de retorno do Rio de Janeiro ao Ceará, para dar continuidade às explorações da Comissão Científica. As quatro primeiras folhas desse “segundo diário” são escritas da esquerda para a direita, com alinhamento que vai de uma ponta a outra do papel, chegando Freire Alemão a colocar uma nota de rodapé ao final da primeira folha para descrever a estação e os vagões da estrada de ferro da Bahia, que visitara na primeira parada do vapor.

Nas já referidas folhas 5 a 7, entretanto, Freire Alemão aparentemente “repete” as informações da narrativa da viagem no vapor Oiapoque dadas anteriormente, mas em pequenos tópicos, cujo formato se aproxima de uma relação de viagem, em que se pontuam locais, pessoas e pequenos acontecimentos. Tomemos como exemplo de comparação o início da folha 1 e o início da folha 5, da forma como encontramos ambos os trechos no manuscrito. A folha 1 se inicia da forma seguinte: “Em 26 de agosto de 1860, tendo acabado os dois meses de licença comq’fui ao Rio de Janeiro, embarquei no vapor Oyapok, que largou pelas 4 horas e meia, debaixo de mau tempo. Pela primeira vez enjoei; o q se pode explicar por começar a viagem com temporal”. Já na folha 5, na primeira coluna, Freire Alemão escreve:

Rio de Janeiro

24 de Agosto = as 4 horas e ½ da tarde com chuva vento, e o mar forte enjoo: de noite

25 = dia enjoado sem comer e mar forte

26 = melhor = 27 sem nov. [novidades]

No papel, o escrito das folhas 5 a 7 é distribuído em duas colunas, o que não ocorre em nenhum outro momento do diário. Acreditamos que, pelo fato de o diário se apresentar em folhas soltas, a passagem escrita pelo botânico em duas colunas se trata, de fato, das anotações que costumava fazer em campo e que depois eram passadas a limpo, ganhando forma definitiva em seu “diário propriamente dito”. Nesse sentido, coloca-se aqui a hipótese de que as folhas 5 a 7 tenham sido escritas *antes* das folhas 1 a 4, apesar de se apresentarem de forma inversa na sequência das páginas do diário. Outra evidência de que se trata de um rascunho é haver, na segunda coluna da folha 7, uma conta de somar — algo que se costuma fazer em papéis de rascunho, pouco importantes. Por que então guardar o rascunho, colocando-o depois da versão acabada da narrativa sobre a viagem no vapor Oiapoque? Muitas possibilidades se apresentam, desde um mero esquecimento de jogar o rascunho fora ou uma manipulação dos papéis

de Freire Alemão por mãos outras, durante o processo de doação para a Biblioteca Nacional. A leitura comparativa dos dois conjuntos nos sugere a possibilidade de que o botânico tenha guardado aquele rascunho para rever alguns dados. Talvez as folhas 1 a 4 da “Volta do Rio para o Ceará” não tenham sido escritas com o mesmo vagar e tempo necessários para garantir a precisão do relato.

Como se pode observar nos dois trechos citados anteriormente, Freire Alemão diz, na folha 1, que o vapor partiu da Corte no dia 26 de agosto de 1860, enquanto, na folha 5, nosso diarista registra a data de 24 de agosto, dois dias antes. Nas duas versões, a primeira parada ocorre na Bahia, no dia 28 de agosto. Pelo que observamos na descrição de idas e vindas do próprio Freire Alemão entre Fortaleza e Rio de Janeiro, o trajeto de vapor entre o Rio de Janeiro e a cidade de Salvador ocorria, em média, em quatro dias. Como o próprio Freire Alemão relata que o trajeto se deu sob mau tempo, consideramos pouco provável que o vapor tenha conseguido chegar a Salvador em menos tempo do que o normal. Há também outras pequenas diferenças entre as duas versões, como na parte em que ele escreve “1º de agosto” quando, na verdade, queria dizer “1º de setembro”. Este é um erro comum que diaristas cometem na virada de um mês para outro, ou de um ano para outro, pela força do hábito de se grafar por muito tempo determinado mês ou ano. Outro exemplo é a grafia do nome de um comerciante francês que recebeu o botânico em Salvador. Na “versão final”, Freire Alemão refere-se ao hospedeiro como “senhor Henrique Contat” e “senhor Monat”,⁷²³ num mesmo parágrafo. Já na versão que consideramos ser o rascunho, as quatro referências ao comerciante são grafadas como “Monat”.⁷²⁴

Minha ideia não é determinar qual das duas versões é a mais “confiável”, mas destacar possíveis trânsitos entre dois escritos, e não um único, como a ordem das páginas do “Volta do Rio para o Ceará” faz parecer. As folhas 5 a 7 do diário de Freire Alemão apontam para práticas de escrita anteriores ao século XIX, em que as folhas eram utilizadas primeiramente soltas e coladas somente após o seu preenchimento. “Não é demais assinalar que a maioria das representações de homens escrevendo que a pintura nos oferece, do Renascimento ao fim do século XVIII, mostram mais a relação do escritor com a folha do que com o caderno”.⁷²⁵ Segundo Jean Hébrard, a iconografia também faria o registro da redação sobre a folha dobrada, como nas pinturas de

⁷²³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 296.

⁷²⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 299.

⁷²⁵ HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia...”. Op. cit., p. 32.

Vermeer e outros mestres holandeses, Fragonard e David, evidenciando que esse hábito conservou-se por muito tempo, mesmo em práticas mais cotidianas e não profissionais, como a escrita de cartas.⁷²⁶ Destacamos, a seguir, três pinturas em que se pode depreender essa prática, nos séculos XVII e XVIII. Utilizamos primeiro a *Alegoria da Retórica*, pintura atribuída a Artemisia Gentileschi, por ser a obra que encontramos, de forma mais evidente, o fato de o papel estar dobrado, pronto para ser preenchido pela figura mitológica. No detalhe de *A Confissão do Amor*, de Jean-Honoré Fragonard, a escrita é divisada pela forma como a *amoureuse* lê a carta, que mais parece um livro. Ao inclinar levemente a cabeça para o lado direito de seu corpo, e assim direcionar o olhar para a segunda metade do papel, mais aberta, pode-se concluir que a carta foi escrita numa folha grande e o texto, distribuído em duas partes no papel.

Já na obra de Jacques-Louis David, *Retrato de Antoine-Laurent Lavoisier e sua esposa*, temporalmente mais próxima de Freire Alemão, fica evidente o uso corrente da escrita em duas colunas, mesmo tendo o retratado uma mesa para apoiar seu trabalho. Pode-se inclusive indagar se esta não era uma forma comum de os homens de ciência redigirem seus rascunhos, uma vez que a cena é ambientada no gabinete de trabalho do retratado. Note-se que, abaixo das folhas em que Lavoisier escreve, há outro conjunto de folhas de papel dobradas, sendo que estas foram escritas em fluxo contínuo. A letra parece mais *desenhada* nesse segundo conjunto, com um espaçamento entre as linhas maior do que na folha sobre a qual Lavoisier escreve. Estaria Lavoisier revisando suas anotações antes de ter sua atenção desviada para o belo semblante de sua esposa, ao se postar sobre seu ombro direito? Um rascunho para o qual, posteriormente, daria uma versão final, mais acabada, naquelas folhas logo abaixo, dobradas como se fosse um caderno? O fato de Freire Alemão escrever as folhas 5 a 7 em duas colunas pode também denotar uma prática típica da escrita em campo: é possível que Freire Alemão tenha dobrado a folha ao meio, no sentido do comprimento, a fim de que a folha, assim dobrada, desse mais estabilidade para uma escrita em trânsito, apoiando a tira formada contra a palma da mão ou no colo, sentado, quando não se tem à disposição uma tabuleta ou superfície dura, em que possa colocar a folha de papel.

⁷²⁶ HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia...”. Op. cit., p. 33.



Figura 5: Alegoria da Retórica (c. 1650)

Figura 6: A Confissão do Amor (detalhe, 1771)

Figura 7: Retrato de Antoine-Laurent Lavoisier e sua esposa (1788)



Figura 8: Retrato de Antoine-Laurent Lavoisier e sua esposa (detalhe, 1788)

As anotações de Freire Alemão indicam que as folhas que carregava consigo serviam tanto para anotações a lápis de determinadas conversas ou dados que não poderiam ser guardados de memória (cores de gado, preços de gêneros alimentícios, narração de questões sensíveis de conflitos na província etc.) quanto para executar desenhos. Em viagem à Maranguape, Freire Alemão descreve a ida a um lugar chamado Pirapora, onde “o rio forma ali um remanso de fundo de areia, onde cai em cachoeira e oferece com efeito um excelente banheiro, sombreada por uma grande gameleira e

outras árvores”.⁷²⁷ Não basta ao botânico descrever o efeito que lhe causava a paisagem; o desapontamento por não ter levado uma toalha e uma muda de roupa para tomar banho ali, molhando apenas os pés enquanto seu acompanhante “despiu-se e meteu-se na água”; ou, em seguida, admoestar de si para si um grupo de homens e sua brutalidade, ao largarem seus cavalos dentro d’água, num “banheiro” mais abaixo do que eles estavam, sem fazer conta de que aquela água corria para a povoação e não poderia ser conspurcada de tal forma — é preciso registrar o lugar com outros tipos de traço: “Enquanto ali estive, tendo levado lápis e papel, fiz um debuxo a simples traços deste interessante lugar”.⁷²⁸

Há apenas uma referência no diário em que o botânico demonstra estar sem seus materiais de escrita. O fato ocorre quando o presidente da Científica desembarca na cidade de Maceió, numa das paradas do navio que o levava à Corte para gozar uma licença médica.

Enquanto descansávamos na frente de uma casa, cujo dono nos pôs fora assentos, conversando com ele, julgamos necessário tomar notas do que ele nos dizia a respeito do preço dos gêneros comestíveis da terra. Pedimos-lhe papel e tinta e nos fez entrar para a sala, onde uma senhora fazia renda numa almofada como as do Ceará; e sentados [...]

[f. 368]

Julho, 2

[...] escrevemos o seguinte:

Destacamos o trecho acima a fim de atentar para certo estado de alerta e atenção de Freire Alemão, mesmo quando estava, em princípio, “fora de serviço”. Como já foi dito, a primeira parte do diário é iniciada com a entrada dos comissionados nos sertões, uma vez que a Comissão Científica estava incumbida de explorar o interior das províncias do Norte. O botânico faz algumas considerações, em memória separada, sobre aspectos de Fortaleza e explorações às serras próximas à capital da província, mas não há menção à primeira de viagem do Rio à Fortaleza, no vapor *Tocantins*. Porém, no final do “primeiro diário” e na abertura do “segundo diário”, Freire Alemão resolve incluir tanto a narração da viagem de ida à Corte do vapor *Cruzeiro do Sul* quanto o retorno à província cearense no vapor *Oiapoque* — além disso, o fecho do diário será a viagem de retorno definitivo ao Rio de Janeiro.

Não é possível precisar se o fato de Freire Alemão escrever em folhas de papel soltas, sem pauta ou qualquer outra forma de alinhamento prévio se devia à dupla

⁷²⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 434.

⁷²⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 502.

utilização do papel para a escrita e para o desenho. Certamente, o uso de folhas separadas constituía uma dificuldade a mais no estabelecimento da continuidade textual, exigência na escritura de um diário a um só tempo pessoal e de campo. Mas é possível assegurar, no plano do suporte, uma ordem textual a partir da utilização de determinados artifícios.

No plano da paginação, uma numeração das folhas (folheação) ou das páginas (paginação) pode evitar a encadernação ou completá-la, reforçando a continuidade textual; a numeração dos cadernos, cadernetas ou registros sucessivos garante a passagem de uma unidade material à outra [...]. No plano da composição do texto, a datação das notas sucessivas traz uma informação essencial mas assegura também a continuidade, ao mesmo tempo em que permite a manifestação de eventuais rupturas do ato de escrever ou até mesmo de perdas de partes do manuscrito.⁷²⁹

É quase certo para nós que a paginação que se encontra no canto superior direito das folhas do diário de viagem de Freire Alemão tenha sido feita *depois*, uma vez que é possível observar, na cópia do manuscrito, que muitos desses números de página estão fora do que parece ser a margem de papel. Não é possível dar certeza absoluta, uma vez que não tivemos acesso ao documento original. Como observamos, ainda na cópia do manuscrito, a aposição de mais de um tipo de carimbo e mesmo o código sob o qual o documento está arquivado escrito à mão, é provável que tal paginação tenha sido feita pela própria Biblioteca Nacional, para fins de organização e conservação. Encontramos, porém, outras marcações, que pelo tipo de letra podemos atribuir a Freire Alemão, que nos orientam para a formação, pelo diarista, de um (ou mais) padrão (ou padrões) de sequenciamento.

É possível observar, em algumas páginas do manuscrito, a notação de um número entre parênteses. No “primeiro diário”, encontramos esses números apenas no trecho correspondente ao percurso entre a vila de Lavras até Crato. A cada quatro folhas, o botânico anotava o local onde estava e o número, numa espécie de paginação. Parece que essa forma de organização das páginas pareceu-lhe eficiente, uma vez que, ao retornar para a segunda parte da expedição, resolve adotar essa notação em grande parte do que escreveu. Seguindo a sequência do “segundo diário”, temos um “(2)” na folha 12,⁷³⁰ grafado no topo da página, entre a metade da página e a margem direita. Na mesma linha, mas antes do “(2)”, temos a localização da comitiva, “Ingá”. Ao

⁷²⁹ HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia...”. Op. cit., p. 34.

⁷³⁰ Nas onze folhas anteriores do “segundo diário” não há nenhuma numeração parecida.

seguirmos a sequência da narrativa, vamos encontrando mais desses números entre parênteses. O “(3)” aparece três folhas depois (folha 15). Não há o registro de um “(4)”, possivelmente por conta de um lapso de Freire Alemão, que pode ter ocorrido de forma concomitante à escrita ou no estabelecimento posterior da sequência numérica. A notação “(5)” aparece seis folhas depois (folha 21). Todas seguem, mais ou menos, o mesmo padrão, grafadas no topo, no meio da página (centralizada) ou próxima desse centro, do lado direito. A sequência desses números vai variando, ora a cada três, ora a cada quatro folhas, mas, a partir da notação “(11)”, é estabelecido um padrão, aparecendo esses números a cada quatro folhas.

A notação de números em sequência, entre parênteses, a cada determinado número de folhas do diário, leva-nos a crer que Freire Alemão, provavelmente, lidava com pequenas “unidades materiais” de folhas soltas por vez, adotando posteriormente um padrão de unidades de quatro folhas. Imaginamos que essas pequenas unidades iam sendo, à medida que fossem preenchidas, incorporadas a uma massa maior de papéis, já devidamente datadas e sequenciadas, formando o que hoje temos como o diário manuscrito de Freire Alemão. A interseção desse seguimento numérico com a datação (dia da semana, dia do mês e, mais raramente, o próprio mês e ano⁷³¹) nos indica uma relação de complementaridade, de forma a se precaver de perdas ou da organização das folhas fora da sequência temporal e da escrita.

São poucas as folhas do diário de Freire Alemão em que encontramos espaços vazios. A exceção, geralmente, ocorre no registro de quadrinhas poéticas e cançonetas, em cálculos e listas de preços, ou no registro de uma espécie de glossário das expressões locais, como no seguinte trecho:

Maloca de mato cercado de vargem se chama capão.
Capadoça: novilhote, capado de pouco.
Torar: torar as cartas.
Pouco bom (inverno, saúde etc.).
Desmastício: transtorno de negócio, de saúde etc.
Arranco, arrancou etc.: dispersão repentina do lote, ou magote de gado.
Espirrar: arrancar em só lote.
A miti, na midi: (ao meio-dia) cinctanos, quattranos, quatronos etc.
Vargem: planície de massapé.
Tabuleiro: terreno arisco. Sr. Amaral
caatinga: mato virgem.

⁷³¹ Esses dois últimos são, em geral, anotados no diário de Freire Alemão quando da mudança de mês ou de ano.

O início da folha e o início da narração de um novo dia poderiam até coincidir ocasionalmente, como na folha 50 do “segundo diário”, que começa com “Sexta-feira, 9”.⁷³² Este, porém, era um fato raro, e só ocorria se a folha anterior estivesse preenchida e de cima a baixo. Rara também era a narração de um dia ocupar menos de uma folha ou se resumir a “5 e 6 [de junho de 1860]: Foram dias sem chuva e sem novidades”⁷³³ — provavelmente motivada pelo frágil estado de saúde do botânico após o retorno dos sertões e pelo tédio em que se encontrava em Fortaleza, na expectativa da chegada de sua licença para se retirar temporariamente à Corte. Esse aproveitamento do espaço da folha reforça a hipótese de que o papel era um material raro nas províncias do Norte, o que demandava uma organização ainda mais acurada no que concerne ao estoque de papel disponível e à prevenção de perdas.

⁷³² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 335.

⁷³³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 282.

4.2 O Ceará esquadriado: saberes e espaços

Após ter percorrido a porção leste da província cearense até chegar ao Crato, de lá fazer uma pequena excursão até o Exu (Pernambuco), o botânico Freire Alemão, enfermo, decide regressar a Fortaleza, mas, dessa vez, resolve subir ao litoral atravessando a região central. Em léguas e léguas de caminho, é somente na folha 319 de seu diário de viagem que o botânico faz a seguinte observação: “Hoje fizemos a primeira *travessia*, que assim chamam grande extensão de caminho sem moradia: fazendo quase oito léguas, segundo contam os do país” — aqui país é usado para nomear o Ceará. O destaque se justifica pelo grande calor e a hostilidade do ambiente por onde se dá o percurso, inabitável por falta d’água, que não deixa, porém, de produzir certos efeitos pitorescos em quem o descreve: “são tudo tabuleiros pedregosos, ou vargens e alagadiços; em alguns lugares passamos bonitas campinas, esmaltadas de lindas flores e algumas caatingas que queimadas à margem do caminho deixavam vir grandes cardeiros, de 30 e 40 palmos de altura”.⁷³⁴

Esse pequeno trecho encerra uma série de preocupações que envolvem tanto o trabalho do naturalista quanto do redator. Como destacado anteriormente, há uma grande preocupação de nosso diarista em registrar as expressões utilizadas pelos locais e mesmo incorporá-las em sua escrita. Não apenas como forma de facilitar a comunicação e o entendimento mais comezinhos, extrapolando, no campo prático, a recomendação de suas próprias instruções de indagar dos homens práticos de cada lugar os usos e os nomes indígena e vulgar de espécies botânicas (ver capítulo 2). Particularmente nos trechos que compreendiam Banabuiú a Palhano, e de Palhano à fazenda Vaca Morta, às margens do rio Pirangi, Freire Alemão se depara com um vazio de “extensas caatingas, muito cerradas por tabuleiros pedregosos e por vargens. Não encontramos viva alma”.⁷³⁵ Um percurso onde não se encontram fontes aquíferas, e por isso desabitado. Mas também, aparentemente, o único caminho disponível na região: “Nem uma morada nessa extensão; mas encontramos vários carros carregados, vários comboios e passageiros”.⁷³⁶ Apesar de Freire Alemão não fazer maiores comentários, o nome *Vaca Morta*, dado ao destino final da travessia, pode nos indicar um lugar onde o gado

⁷³⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 258-259.

⁷³⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 261.

⁷³⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 259.

morreria à míngua caso fosse deixado solto, como tradicionalmente se fazia nos sertões. A palavra *travessia* demarca assim um problema, compartilhado tanto pelos científicos de forma imediata quanto pelos locais em seu cotidiano: um caminho de sete, oito léguas potencialmente perigoso, caso houvesse algum problema com a montaria e não houvesse provisões suficientes de água.

Questões como recursos hídricos, ocupação populacional, vegetação, mobilidade são descortinadas a partir da alusão a essa expressão local, *travessia*. Termo que também demarca as preocupações pessoais de Freire Alemão, doente e ansioso por alcançar a capital naqueles fins de março de 1860, antes que as chuvas chegassem com mais força a ponto de isolá-lo em pleno sertão. A dinâmica intrínseca desse diário de viagem, escrito sob o influxo do calendário e dos locais onde o comboio encontrava abrigo, em pausas que poderiam ser abreviadas ou alongadas pelos mais diversos fatores, faz com que o espaço, ou melhor, a forma como Freire Alemão entende e organiza o espaço na escrita, seja um dado salutar, uma vez que é um espaço elaborado no próprio ato de percorrê-lo.

A sucessão das semanas e dos meses vem aqui acompanhada de chegadas e partidas, descortinando sítios e paragens outrora ignorados dos intelectuais da corte. Para ir ao encontro de um Brasil até então impermeável ao saber oficial foi imperioso aderir à experiência do deslocamento. No caso, movem-se o autor e suas anotações, estruturadas a partir dessa itinerância e nela concretizadas. O diário é, por conseguinte, não apenas resultado dessa viagem, mas ele mesmo um registro da mobilidade em apreço e só por ela tornado possível.⁷³⁷

Em meados do século XIX, os países industrializados já empregavam o vapor na mecanização de seus transportes por terra e água. A primeira estrada de ferro brasileira foi inaugurada em 1854, ligando a Baía de Guanabara à Serra de Petrópolis. Em seu diário, Freire Alemão faria referência a visitas às estações da estrada de ferro do Recife e de Salvador — esta, comentou o botânico, “achei ser obra de melhor gosto e mais grandiosa que a nossa de Pedro II”.⁷³⁸ No Ceará, a primeira linha férrea só teria suas operações iniciadas em 1873. “Àquele tempo, sem um quilômetro de via férrea e nenhuma estrada de rodagem, toda a circulação interna do Nordeste se fazia a cavalo e em carro de boi. Sobrevindo uma seca, morriam os animais cargueiros e rompia-se a ligação do interior com o litoral”.⁷³⁹ Assim, desde antes da partida dos expedicionários, a

⁷³⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa...* Op. cit., p. 16.

⁷³⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 296.

⁷³⁹ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária

questão do transporte mais adequado para aquelas paragens suscitou diversos debates, culminando num dos motivos que tornaram a expedição alvo de chacota pública: a importação de 14 dromedários vindos da Argélia para servirem de meio de transporte aos comissionados.

Fundada em 1854 por Isidore Geoffrey de Saint-Hilaire, a Société Impériale Zoologique d'Acclimatation [Imperial Sociedade Zoológica de Aclimação] tinha como missão auxiliar na introdução, aclimação e domesticação de animais úteis ou espécies ornamentais. Não era uma ideia exatamente nova, se pensarmos que as principais culturas de exportação do Brasil provinham de plantas exóticas, como a cana-de-açúcar, o algodão e o cafeeiro. Mas, no bojo do fervilhante movimento das ciências no século XIX, procurava-se promover uma aclimação com maior método, permitindo o aperfeiçoamento das espécies e uma introdução em larga escala de plantas e animais em locais com clima favorável e sem seus predadores naturais. Eram intensas as relações entre a Sociedade de Aclimação e o Museu Nacional, sendo a primeira tida como referencial de atuação para os naturalistas brasileiros e criadores de animais.⁷⁴⁰ O próprio imperador Pedro II era sócio da sociedade francesa.

Essa referencialidade pode ser percebida nas instruções de Seção Zoológica redigidas por Ferreira Lagos, na parte que dedica aos animais invertebrados, com destaque para a entomologia, “a qual, segundo o pensar de muitos, não é uma ciência frívola e própria para satisfazer apenas uma vã curiosidade, mas sim utilíssima e digna de ocupar os mais sérios espíritos”.⁷⁴¹ Lagos cita então os custos que a França tem tido com a importação da cochonilha e do bicho da seda para prover sua indústria, o que levava o país a importar, por ano, mais de 60 milhões de francos só de seda desfiada. “Isto, e a enfermidade destruidora que tem sofrido na Europa a lagarta que prepara tão preciosos fios, explica hoje os grandes esforços hoje empregados pela França para a aclimação de espécies exóticas de bichos da seda na Argélia”.⁷⁴²

Lagos chama a atenção para a importância do estudo dos insetos, tanto na prevenção e combate às pragas da lavoura quanto no desenvolvimento e adaptação de espécies úteis, similares às tradicionalmente empregadas: é o caso da recomendação de pesquisa das espécies de himenópteros (abelhas), que são numerosas no Brasil, e ainda

do Ceará, 1962, p. 55.

⁷⁴⁰ LOPES, Maria Margaret. “Mais vale um jegue que me carregue, que um camelo que me derrube... lá no Ceará”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, III (01), 1996, p. 55.

⁷⁴¹ LAGOS, Manuel Ferreira. *Instruções... Seção Zoológica*. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Op. cit., p. 189.

⁷⁴² LAGOS, Manuel Ferreira. *Instruções... Seção Zoológica*. Op. cit., p. 190.

que a qualidade de seu mel não chegue a rivalizar com a da abelha comum (*Apis mellifica*), sua exploração não deixa de ser proveitosa. Também são dignos de nota do zoólogo os hemípteros (cigarras e percevejos) que produzem cera, como as espécies chinesas do gênero *Coccus* recentemente levadas à Exposição Geral de Paris. “Os insetos de sobredito gênero são comuns em todas as Províncias do Brasil; já muitos curiosos têm fabricado velas com sua cera e isto pressagia um novo ramo de comércio”.⁷⁴³ Por fim, ao destacar a importância de obter exemplares vivos dos animais encontrados na província cearense, Lagos reitera a necessidade de, à falta de um parque de zoologia nacional, remeter esses animais à Sociedade Zoológica de Aclimação parisiense ou outra instituição congênere, “onde melhor se surpreenda os costumes dos irracionais das nossas florestas e se faculte ocasião de compará-los com outros exóticos”.⁷⁴⁴

Tal preâmbulo sobre a aclimação de animais no Oitocentos se faz necessário por uma visão, por vezes reiterada acriticamente por parte da historiografia, de que a importação de camelos promovida pela Comissão Científica de Exploração teria sido um capricho, um episódio curioso que reforçaria a frivolidade dos trabalhos empreendidos na província cearense. A ideia sequer era nova. José Martiniano de Alencar, quando presidente da província cearense, promulgou, em 1837, a lei provincial n. 63, autorizando a importação das Canárias ou do Egito de dois casais de camelos para fins de aclimação; a lei entretanto não logrou efeito, sendo a execução posteriormente suspensa.⁷⁴⁵ Em meados do século, as relações do governo imperial e de nossos naturalistas com a Sociedade Zoológica de Aclimação denotam uma visão estratégica sobre a possibilidade de formar novas culturas e criações de espécies exóticas, mais resistentes e com potencial valor de mercado, em regiões pouco exploradas do país. Visão que era compartilhada pelos nossos científicos, como se pode perceber nas instruções de Zoologia, em que se destacam os investimentos da França em sericicultura e apicultura em suas colônias, com o fito de se tornar autossuficiente na produção de seda, mel e cera.

Mas foi de Guilherme Schüch de Capanema, como delegado da Sociedade de Aclimação no Brasil, a proposta de trazer os camelos para o Ceará, a partir do intercâmbio com a instituição francesa. Ainda assim, contraditória, se pensarmos que na

⁷⁴³ LAGOS, Manuel Ferreira. *Instruções... Seção Zoológica*. Op. cit., p. 191.

⁷⁴⁴ LAGOS, Manuel Ferreira. *Instruções... Seção Zoológica*. Op. cit., p. 194.

⁷⁴⁵ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Op. cit., p. 54-55.

Comissão Científica havia uma Seção Zoológica e os estudos de aclimação, naquele momento, poderiam mesmo atrapalhar os trabalhos geológicos. Na documentação pesquisada, não há nenhuma referência à participação de Manuel Ferreira Lagos nesse experimento, e sim de Gonçalves Dias, que tinha menos ainda a ver com tal área de pesquisa. Como foi visto no capítulo 3, Capanema parecia se servir da viagem exploratória para englobar matérias que haviam sido destinadas a outros colegas e atender suas necessidades de prestígio científico, inclusive com a pretensão de enviar espécimes para a Alemanha, indo frontalmente contra os objetivos do Império brasileiro.

A aclimação dos camelos no Brasil foi respaldada pelo relatório do zoologista Camille Dareste e pelo naturalista Ferdinand Denis; este reunia a autoridade do homem de ciência ao fato de ter vivido no Brasil de 1816 a 1821, algo caro a um empreendimento que procurava se legitimar a partir do rigor científico e da experiência de campo. Como já destacado, animava o intento a perspectiva de utilizar o camelo como um substituto de cavalos e bois em períodos de seca, já que estes definhavam rapidamente com a escassez de alimentos, levando ao isolamento e ao agravamento dos efeitos da estiagem junto às populações interioranas. O que pouco se fala no episódio dos camelos é que houve uma desinteligência entre Capanema e os gabinetes imperiais no tocante ao destino desses animais trazidos ao Ceará, bem como a imprevisibilidade inerente a certos experimentos científicos. Não se pode deixar de pensar, entretanto, que essa querela pode ter sido motivada pelo próprio comportamento de Capanema, pelas histórias de mau comportamento que circulavam na Corte ou mesmo alguma notícia sobre o desvio dos trabalhos para demandas pessoais.

Os camelos argelinos, quatro machos e dez fêmeas (sete delas prenhes), desembarcaram do vapor *Splendide* no dia 24 de julho de 1859, acompanhados por quatro tratadores árabes, que deveriam ensinar a lida com os animais. Como era de se esperar, a chegada de animais tão peculiares fez com que várias pessoas acorressem à praia para assistir ao desembarque.

Nunca viram aquelas praias tanto povo, ficaram coalhadas de gente, a notícia da chegada dos novos hóspedes espalhou-se como relâmpago e não houve grande nem pequeno que não julgasse de seu dever assistir ao recebimento da nova gente; o mesmo presidente da província partiu a todo galope com seus dois ordenanças tinindo pelas ruas com os ferros de cortar queijo; multidão mais variegada, era impossível ver;

as elegantes *toilettes* dos ornatos da cidade de envolta com os esfarrapados íncolas da cabana de filigrana.⁷⁴⁶

Capanema, ainda na pele do cabra Manoel Francisco, recorda no *Ziguezague* de 18 de março de 1862, a fuga de um dos quadrúpedes, localizado no dia seguinte nas proximidades de Arronches (atualmente o bairro fortalezense de Parangaba). Confundido com o *anticristo*, o camelo seria abatido a tiro de bacamarte, não fosse a intervenção de um cidadão que reconheceu o animal das lições de zoologia oferecidas pelo adjunto da Seção Mineralógica, João Martins da Silva Coutinho, “e como fosse tratado como feio, porém amável, inofensivo e muito útil, o bom do arroncheiro conseguiu convencer aos seus vizinhos que naquela pele não andava metido nenhum diabo, mas sim uma alma muito inocente. E foi o que lhe salvou a existência”.⁷⁴⁷ Não há outro registro dessa história além dos *Ziguezagues*; a presença de Coutinho, adjunto de Capanema, na narrativa, pode nos levar a pensar numa forma de enaltecer a presença da Seção Geológica entre os cearenses, contrapondo às críticas que Capanema vinha sofrendo.

Os jornais noticiaram o evento, cada um a partir de sua inclinação. O jornal *O Sol*, francamente contrário ao então presidente da província, João Silveira de Sousa, ironiza o fato, afirmando que, para a posteridade, o ato de maior vulto da administração terá sido a vinda desses camelos, dando a entender a inutilidade tanto dos animais quanto de Silveira de Sousa. “Quando nossos netos quiserem trazer à memória a desgraçada época do governo de João de Sousa aos seus descendentes, não repetirão o ano, mas dirão que foi no tempo da vinda dos camelos para o Ceará, e assim camelos e João de Sousa serão ideias associadas”.⁷⁴⁸ Na página seguinte da mesma edição, num texto intitulado “Boatos”, o jornal acusa o presidente da província de empregar engenheiros e recursos em viagens de exploração para adaptar os camelos, ignorando (não se sabe se de forma deliberada ou o contrário) o fato de que aquela era uma iniciativa do governo imperial.

Dizem que o S. Exc., não tendo que dar a fazer a três engenheiros pagos pelo cofre provincial pela quantia de 12 contos e 800\$ reis anuais, vai ocupá-los em viagens de exploração com os camelos a ver

⁷⁴⁶ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Organização e texto introdutório de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 295.

⁷⁴⁷ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 295.

⁷⁴⁸ “Grandes novidades”. *O Sol*, 28 de julho de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

onde estes se dão melhor. É também uma viagem científica! Entretanto quando isto se faz manda apresentar na assembleia um projeto de palmatória no liceu para lentes estudantes!!!⁷⁴⁹

Dias depois, o jornal volta à carga com uma “Anedota Verdadeira”. O texto relata que os camelos, ao passarem em frente à Assembleia Provincial, pararam todos; teriam tentado adentrar o recinto, e só com grande repugnância se deixaram levar pelos condutores. O povo que acompanhava tal cena teria adivinhado a charada: aqueles animais tão estranhos queriam demonstrar sua simpatia para com os deputados, “os outros [animais], que ali se ajuntam, um porém dentre a turba mais discreta ou mais bruxo disse para a multidão – eles querem participar a Honrada Sala que vão fazer ali defronte a sua aposentaria, e que se necessário for a sua coadjuvação, podem dispor de seus serviços”.⁷⁵⁰

Afora servir de escada para intensificar os ataques ao governo provincial via imprensa, o episódio dos camelos reacendeu disputas de poder pessoal entre Guilherme Capanema e o Marquês de Olinda, referenciadas no primeiro capítulo. Quando ainda era ministro do Império, Olinda havia determinado que os camelos adquiridos junto à Sociedade de Aclimação deveriam ser entregues a particulares, mais precisamente ao Cônego Antônio Pinto de Mendonça e ao Senador Francisco de Paula Pessoa, grandes proprietários de terra do interior da província.

Capanema objetou junto ao presidente da província sobre a inconveniência de executar a ordem imperial naquele momento. Os animais, segundo ele, precisavam passar por uma quarentena de adaptação, e era preciso considerar que sete das camelas eram gestantes, o que tornava o deslocamento para o sertão um risco. Nenhum dos tratadores argelinos falava português; o que servia de intérprete falava um francês passável, mas pouco sabia do tratamento dos camelos. “Como é que essa gente havia de se fazer compreender pelos vaqueiros?”.⁷⁵¹ As primeiras desinteligências surgiram em Fortaleza, no tocante ao trato dos animais, pois os mouros resistiam à substituição de produtos que conheciam por similares da terra. Quando um dos camelos adoeceu, exigiram trigo para fazer um curativo de papa emoliente: argumentavam que nem farinha nem arroz serviam, e o bicho continuava sofrendo. Foi preciso insistir no arroz,

⁷⁴⁹ “Boatos”. *O Sol*, 28 de julho de 1859, p. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁵⁰ “Anedota Verdadeira”. *O Sol*, 4 de agosto de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁵¹ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 296.

e os tratadores assentiram diante da autoridade da sobrecasaca militar de Capanema. O arroz teve o efeito desejado, mas o caso reforçava as ponderações do naturalista: “quem é que lá no sertão os desviaria da sua rotina, e principalmente da obstinação com que aderiam a seus remédios pátrios? Quando pedissem alguma infusão de tâmaras, quem é que os obrigaria a substituí-la por carnaúba?”.⁷⁵²

A questão com os tratadores pretende evidenciar o que seria um entrave para a aclimação de espécies, que incidiria menos nos animais do que naqueles que promovem a transferência: a resistência e a falta de capacitação para tal intento. A narrativa de Capanema dá a entender que os homens trazidos para tratar dos camelos eram equivalentes aos nossos vaqueiros — com a desvantagem de sequer se fazerem entender, por conta da barreira linguística. Homens com experiência prática, habituados a lidar com aqueles animais em seu lugar de origem ou onde já se encontrassem plenamente adaptados, mas não para serem lançados numa empreitada complexa, em outro país, outro ambiente, onde os costumes eram outros e não havia os alimentos e recursos que conheciam. Para Capanema, a importação desses recursos não seria apenas economicamente inviável como poderia se traduzir em entrave para a aclimação, uma vez que o princípio desse experimento, segundo ele, é fazer com que a espécie exótica se integre ao novo ambiente e suas peculiaridades (fontes de água e alimento, tipo de solo etc.). Ignora-se, porém, aqui, o próprio fundamento da experimentação científica: a tentativa e uma boa dose de incerteza em relação aos resultados. Tais dificuldades, tanto para os que vêm com os animais como para os que vão conhecê-los e passar a lidar com eles, são próprias de processos de aclimação, independente de onde aconteçam. Tais versões que, antes de tudo, buscam fazer frente aos questionamentos que circulam contra a Comissão Científica de Exploração, evidenciam o cuidado que é preciso ter com certas afirmações absorvidas de forma acrítica, resumindo a questão a uma suposta incapacidade dos tratadores, talvez como forma de deslocar o foco do próprio Capanema.

Capanema faz várias troças em relação aos mouros. Em Baturité, durante a primeira viagem que a Comissão fez com os camelos, em setembro de 1859, eles indicaram a necessidade do capim verde para a alimentação dos camelos, porém “os bichos quiseram desmenti-los; levantando um deles a cabeça, descobriu uma latada coberta com folhas de bananeira seca, dirigiu-se logo a ela seguido pelos companheiros,

⁷⁵² CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 296.

que largaram o capim e foram devorar completamente a coberta da latada”.⁷⁵³ O incidente não deixou de ter suas vantagens, pois logo Capanema e Gonçalves Dias, que acompanhava o colega nessa viagem experimental, descobriram que os camelos comiam de tudo, até mesmo a folha seca de oiticica, que o gado repugna. Também era preciso vencer certos hábitos dos tratadores, motivados pelas circunstâncias do lugar de origem.

Os mouros não admitiam que se lavassem os camelos; no deserto onde falta água isso será talvez necessário, porém aqui estavam em outras circunstâncias, e o Dr. Dias opinava muito que a catinga que exalavam era natural; tomaram banho, sem a menor repugnância, ficaram de pele limpa e perderam o mau cheiro; não tiveram o menor acidente por causa disto.⁷⁵⁴

Entretanto, não deixa de haver, na narrativa Capanema, um certo ranço em relação aos tratadores, de origem africana, dois deles “filhos do Profeta”,⁷⁵⁵ inflamado pelo tom satírico dos *Ziguezagues*. Ele chega a dizer que, se fossem mandados de pronto ao interior junto com os camelos, os tratadores seriam bem tratados e, como consequência, tornar-se-iam indolentes, exigentes e não cumpririam o que se esperava deles, assim como acontecia com a maior parte daqueles que o governo imperial mandava engajar fora.⁷⁵⁶ Em outras palavras, “os árabes precisavam de quem soubesse lidar com eles”.⁷⁵⁷ Percebe-se nisso uma tentativa do naturalista de reforçar a crença de que a permanência dos camelos em Fortaleza, onde os científicos poderiam monitorar a adaptação dos animais e reverter com maior autoridade a resistência dos tratadores, cumpriria os objetivos da aclimação, bem como serviriam aos trabalhos da Comissão Científica de Exploração, como meio de transporte.

João Silveira de Sousa adotou o conselho de Capanema, e a reação não tardou. Em 30 de agosto de 1859, foi publicada uma carta do Senador Paula Pessoa no jornal *O Cearense*, datada do dia 13, queixando-se da decisão do governo provincial de manter os camelos na capital, uma vez que o próprio presidente havia-lhe mandado um ofício datado de 10 de julho, dizendo que os camelos seriam logo remetidos para o porto de Granja, mas que só o recebera no final do mês. Aquilo o incomodara

⁷⁵³ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 299.

⁷⁵⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 300.

⁷⁵⁵ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 297.

⁷⁵⁶ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 296.

⁷⁵⁷ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 300.

sobremaneira, escreve o senador, pois dava a entender que os camelos estavam ao desamparo no porto.

No entretanto mandei imediatamente um portador a Granja a fim de prevenir o desembarque dos camelos, que S. Exc. me dizia estarem aí dentro de poucos dias, e logo depois expedi para o mesmo lugar 5 vaqueiros, com condução para os árabes, e preparados para trazerem os camelos, mas isto de nada servirá, pois acabo de saber, não por participação da presidência, que se não ocupa com essas pequenas cousas, que o Sr. Silveira levado por sua dedicação ao Ceará, tomara a resolução de demorar os camelos dentro da capital do Ceará.⁷⁵⁸

Além dos incômodos e prejuízos, os argumentos do senador adentraram a seara da “ciência” empírica, ao dizer que as regiões litorâneas brasileiras eram impróprias para a criação das raças vacum e cavalar, e por dedução seriam igualmente impróprias para os camelos, por conta da pastagem fraca e de má qualidade. E expõe fatos que lhe foram contados.

Caetano José Ferreira, querendo aclimatar (há perto de 50 anos) a raça de camelos no Maranhão, mandou vir alguns, que sendo conservados no litoral, foram definhando até morrerem raquíticos. O mesmo aconteceu com alguns que mandou vir um Sr. da Bahia, e que aí mesmo morreram, provavelmente pela má qualidade do capim que costuma crescer nas vizinhanças do mar.⁷⁵⁹

Ainda de acordo com fatos de seu conhecimento, Paula Pessoa se interpõe à proposta de só se enviar os animais depois que as fêmeas parirem, uma vez que “é mau expor os pequenos a uma longa viagem, a menos que se os nos [sic] queira expor a uma morte certa e prejuízo que eles tenham pelo menos um ano para se porem a caminho, e mesmo assim corre perigo de aqui não chegarem”.⁷⁶⁰ O senador reitera seu mais vivo interesse pela aclimação da raça nos sertões, motivo pelo qual não poderia ficar indiferente a essa mudança de planos, e assegura num tom que parece conter um travo de ameaça: “Tudo tenho preparado para cumprir com a palavra que dei ao Sr. Marquês de Olinda, ex-ministro do Império [...]; se não realizar-se pois a boa ideia da aclimação dos camelos no Ceará, a culpa por certo não será minha”.⁷⁶¹

⁷⁵⁸ “Sobral”. *O Cearense*, 30 de agosto de 1859, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁵⁹ “Sobral”. *O Cearense*, 30 de agosto de 1859, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁶⁰ “Sobral”. *O Cearense*, 30 de agosto de 1859, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁶¹ “Sobral”. *O Cearense*, 30 de agosto de 1859, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

Não é possível invalidar, de saída, os argumentos do senador Paula Pessoa, um homem do comércio e, posteriormente, senhor de terras e político, mas sem formação superior. Muitos dos experimentos científicos da época, incluindo-se aí a aclimação de espécies, tinham base empírica, e, muitas vezes, os resultados não eram previsíveis. Num meio de inexatidão, a observação por homens práticos do comportamento e da adaptação de outras espécies poderia indicar a viabilidade ou não da proposta. Entretanto, observa-se, no senador Paula Pessoa, uma certa postura de ofendido, considerando-se, desde logo, o responsável pela guarda dos camelos, ao mesmo tempo em que se queixa da postura do presidente da província de não avisá-lo da decisão de reter os animais em Fortaleza, pois este “não se ocupa com pequenas coisas”. Ora, é pouco provável que o próprio senador, um dos maiores potentados da província, conhecido como “senhor dos bois”, considerasse isso, de fato, uma pequena coisa. E chega a evocar o nome do Marquês de Olinda, com quem teria se comprometido a receber e promover a aclimação dos camelos, arranjado tudo para que os animais fossem para a sua fazenda.

Ainda ministro do Império, Olinda fez o acerto para que os camelos importados da Argélia fossem entregues a particulares locais, mais precisamente o senador Paula Pessoa e o cônego Pinto de Mendonça, e não aos comissionados. Isso causa estranhamento, em princípio, uma vez que a proposta partia de Capanema, membro da Comissão Científica e representante, no Brasil, da instituição que promovia o intercâmbio de espécies. Porém, como observamos no capítulo 1, as relações entre Capanema e o Marquês de Olinda não eram nada amistosas; a desconfiança e a desafeição eram mútuas. Uma hipótese é que Olinda acreditasse que o investimento imperial na importação desses animais estaria mais seguro sob a responsabilidade de proprietários rurais, que já lidavam há décadas com a criação de gado e poderiam expandir a criação de outras espécies úteis, uma vez que ele não tinha empreendimentos como a Comissão em grande conta. A própria proposta de Capanema de manter os camelos em Fortaleza, para além dos argumentos apresentados nos *Ziguezagues*, não deixa de ser uma forma de afrontar seu desafeto, que já não era mais ministro, e uma reação à ingerência dos gabinetes políticos nos negócios da Comissão Científica.

Diante da carta do senador Paula Pessoa, questionando-o publicamente, Capanema, homem extremado em suas amizades e antipatias, atrevido ao esvurmar

adversários e figurões,⁷⁶² não deixaria correr à revelia, uma vez que a carta o citava nominalmente. No mesmo jornal, manda publicar uma resposta ao senador, com seu estilo invulgar e deixando claro seu lugar de autoridade na questão. “Creio que V. Exc. está informado que foi[fui] eu quem propus ao governo imperial que mandasse vir para o Ceará os camelos, fui eu que tratei de obter todas as informações necessárias para se proceder a encomenda, a qual formatei e fiz”.⁷⁶³ Assim, foi como delegado da Sociedade de Aclimação que ele ponderou junto ao presidente da província o “grave inconveniente de fazer desde já a entrega dos camelos *a quem quer que fosse sem condição que servisse de garantia recíproca*, como ressalva a ordem existente”.⁷⁶⁴

Além da barreira linguística e da dificuldade em fazer os tratadores utilizarem recursos locais no trato dos camelos, Capanema diz ter solicitado ao presidente da província o uso dos exemplares machos e das fêmeas que não estavam prenhes para pequenas incursões no interior da província, a fim de estudar “seus hábitos, meios de sustentar, e melhor modo de lidar com eles, seu préstimo para carga etc.; espero assim poder prestar um novo serviço ao país, e merecer a aprovação de V. Exc. que julgo não me (*palavra ilegível*) a habilitações necessárias para tais estudos”.⁷⁶⁵ Mesmo à falta de uma palavra, é fácil entender a intenção de Capanema: reforçar a autoridade do cientista e a necessidade de estudos pormenorizados para o melhor aproveitamento dessas novas espécies, uma vez que os tratadores argelinos eram homens práticos, tais como os fazendeiros, que costumam ser arraigados com o seu proceder. Com sua verve irônica, Capanema passa então a rechaçar os argumentos “científicos” do senador Paula Pessoa, bem como os alegados prejuízos do fazendeiro.

A carta de V. Exc. toca em dois pontos principais: 1º a impropriedade do litoral para criação dos camelos; sobre isto digna-se V. Exc. de consultar as autoridades competentes da Argélia, Egito e Ásia Menor e conhecerá que houve equívoco de sua parte. As causas que fazem cair a maior parte das empresas tendentes a melhorar o progresso material do nosso país, não se fundam em circunstâncias climatéricas, são outras muito diversas que peço permissão de não mencionar. A 2º parte da carta de V. Exc. refere-se a interesses lesados, e prejuízos sofridos; no ofício que o Exm. presidente dirigiu a V. Exc. ele declarou segundo me consta que todas as despesas que V. Exc. fizesse

⁷⁶² BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Op. cit., p. 49.

⁷⁶³ “O Sr. Dr. Capanema pede-nos de Baturité a publicação seguinte”. *O Cearense*, 27 de setembro de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁶⁴ “O Sr. Dr. Capanema pede-nos de Baturité a publicação seguinte”. *O Cearense*, 27 de setembro de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel (grifo do autor).

⁷⁶⁵ “O Sr. Dr. Capanema pede-nos de Baturité a publicação seguinte”. *O Cearense*, 27 de setembro de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

corriam por conta do governo; a vista de um documento desta natureza creio que V. Exc. está autorizado a reclamar da presidência qualquer indenização a que julgar direito.⁷⁶⁶

Ainda que peça permissão para não mencionar as circunstâncias que atravancam o progresso material do país, fica fácil inferir que Capanema se refere aos apetites privados sobre a coisa pública, tomando para si a posse do que deveria servir a um bem maior. O chefe da Seção Geológica também dá a entender que a carta publicada por Paula Pessoa era animada menos pelo compromisso de promover a aclimação dos camelos do que para exigir a paga por alegados prejuízos.

Em outubro, com a província já sob a administração de Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, teria havido uma ordem para que os camelos fossem remetidos para Baturité, levando carga para particulares, sem o acompanhamento dos científicos. Apesar de transportarem cargas leves, estas teriam sido tão mal arranjadas que, junto a Pacatuba, uma delas caiu sobre a pata de um dos quadrúpedes, que veio a morrer pouco depois, por falta de trato.⁷⁶⁷ Nos *Ziguezagues*, Capanema responsabiliza os tratadores mouros, que em vez de voltarem para Fortaleza ou de permanecerem em Pacatuba, seguiram viagem com o animal ferido e às quedas. Uma légua antes do destino, o animal tombou de vez, e os mouros decidiram cauterizar a ferida com ferro em brasa. Segundo Capanema, “isso acelerou a morte do camelo, produzindo a gangrena. Examinando-se mais tarde a canela, viu-se que ela estava fendida de alto a baixo; se não fosse, pois, o esforço da viagem, é provável que fosse salvo”.⁷⁶⁸

O que acontece em seguida é um tanto nebuloso. Segundo Renato Braga, os relatórios do presidente da província teriam sido publicados, na Corte, de forma a imputar veladamente o incidente com os camelos a Gonçalves Dias. “Propositadamente, confundiram a segunda viagem com a primeira e publicaram truncado o ofício do Presidente da Província, relatando a causa da morte do camelo”.⁷⁶⁹ Tal intriga teria contado com a conivência do presidente do Conselho de Ministros, Ângelo Moniz da Silva Ferraz, barão de Uruguaiana, e do ministro do Interior, João Lustosa da Cunha Paranaguá. Nos *Ziguezagues*, Capanema faz referência a uma ordem (não fica claro se da presidência da província ou do governo imperial) para que os camelos fossem distribuídos para os fazendeiros a quem tinham sido prometidos.

⁷⁶⁶ “O Sr. Dr. Capanema pede-nos de Baturité a publicação seguinte”. *O Cearense*, 27 de setembro de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

⁷⁶⁷ BRAGA, Renato. Op. cit., p. 57.

⁷⁶⁸ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 302.

⁷⁶⁹ BRAGA, Renato. Op. cit., p. 57.

Em carta a Cláudio Luís da Costa,⁷⁷⁰ Gonçalves Dias diz já ter conhecimento da implicação no caso dos camelos não apenas pela carta do sogro, como também “meia dúzia de pessoas me escreveram a esse respeito, prova de que realmente eles entendem que o negócio me diz respeito”. Segundo Dias, mesmo o relatório do presidente da província tendo sido publicado sem referência à morte do animal, “prova de que o Sr. Ministro entendeu ele próprio que havia desaforo, pois que não consentiu na sua publicação”, ficou nas entrelinhas, espalhado à boca miúda, “como um serviço prestado a mim o ter-se abafado esse negócio. Vê Vm. que há nisso tanto desaforo como cobardia.”

O Cap. [Capanema] os requisitou para os estudar, ver as matérias mais próprias de seu sustento, meio de os tratar nas enfermidades, etc. Nada tive com isso; enquanto ele, podia e devia tomar a parte que tomou. Fomos neles daqui a Pacatuba (5 léguas), mas têm o andar incômodo — deixei-os. Eles com os guias chegaram a Baturité e voltaram, sem novidade. Meses depois foram enviados de novo com carga e foi então que se quebrou a perna de um. O Presidente defendeu o seu ato perante o Ministro e eis tudo. Dá o cavaco porque seria leviandade do Ministro falar em mim, quando não tinha que ver com isso.⁷⁷¹

Dias tenta se eximir de qualquer envolvimento com o negócio dos camelos, atribuindo essa responsabilidade a Capanema e restringindo sua participação à tentativa de viajar no camelo de Fortaleza a Pacatuba — deixada de lado por conta do passo incômodo do animal. No parágrafo seguinte, quando fala que o presidente da província fez-lhe um desaforo direto, o comissionado dá a entender que o envolvimento de seu nome no caso dos camelos foi, a seu ver, um estratagema do ministro Ângelo da Silva Ferraz para colocá-lo sob suspeita, ainda que não houvesse nenhuma imputação oficial. “Era uma tolice dele [do presidente da província], nem eu me teria importado com isso, se ele tivesse ao menos o maquiavelismo do Ferraz, não falar em mim, em causa em que eu nada tinha a ver”.⁷⁷²

Quanto à decisão de tirar os camelos da responsabilidade da Comissão Científica, Capanema coloca que recebeu essa ordem quando ele e os três camelos restantes encontravam-se em Quixeramobim, onde seriam iniciadas as experiências com

⁷⁷⁰ Na carta, há a data “Ceará, 20 [de] abril [de] 1859”. Porém, em nota, a Biblioteca Nacional coloca: “No Almanaque Brasileiro Garnier, 1910, ‘Cartas de Gonçalves Dias’, pág. 177, esta carta aparece como sendo de 20-4-1861”. Como a viagem fatal dos camelos ocorreu em outubro de 1859 e Gonçalves Dias faz referência ao episódio na carta, acreditamos que nenhuma das duas datas esteja correta.

⁷⁷¹ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Cláudio Luís da Costa. Ceará, 20/04/1859[?]. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 255.

⁷⁷² Carta de Antonio Gonçalves Dias a Cláudio Luís da Costa. Op. cit., p. 255.

os animais, então já refeitos do deslocamento e bem tratados. Tencionava o chefe da Seção Geológica fazer um relatório circunstanciado para a presidência da província, com observações sobre a melhor forma de manter os animais no sertão. Deixou, porém, de apresentar o relatório “porque teve aviso de uma digna peça administrativa brasileira, e foi que o presidente [do Conselho de Ministros] a tinha censurado [a presidência da província] por ter permitido e auxiliado as experiências, e não vindo os camelos para o serviço da comissão científica”. De acordo com os *Ziguezagues*, no aviso que recebeu o governo imperial culpava Capanema pela morte do animal, cujo valor deveria ser ressarcido por ele. “Infelizmente esse aviso ministerial andou lá pelo mundo reservado, e só se publicou a parte que convinha. Dizem mesmo que o presidente teve vergonha pelo governo e que se declarara pronto a pagar de sua algibeira a indenização que exigiam as escrupulosas finanças do país [...]”.⁷⁷³ Aqui não fica claro se Capanema se refere ao ministro Ferraz ou ao presidente Antônio Marcelino; importa que Capanema volta sua carga contra o governo imperial por ter entregado os camelos a pessoas que não tinham habilitação para tratá-los da forma mais adequada. A ideia, segundo Capanema, era manter os camelos junto da Comissão para melhor estudar seus hábitos e adaptação ao novo ambiente, não para utilizá-los para o serviço da Comissão, como animais de carga, como teria afirmado o aviso ministerial, uma vez que as seções contavam com cavalos e mulas suficientes para tanto. Diante disso, reitera-se a possibilidade de que Capanema estivesse mais preocupado em atender seus interesses do que os da Científica, deixando de lado os estudos geológicos para angariar destaque com a aclimação dos camelos. Se o objetivo era estudá-los e não utilizá-los para o transporte de cargas e pessoas, por que não deixar os camelos com a Seção Zoológica?

Com a ordem, continua Capanema/Manoel Francisco, as camelas tiveram de seguir para Quixeramobim em estado avançado de prenhez; uma delas pariu em marcha. “O bom senso de qualquer vaqueiro, o mais ignorante, reprovava tal procedimento, que o *complexo do saber* nacional ordenou”.⁷⁷⁴ Na chegada, machos e fêmeas foram encaminhados à fazenda do cônego Pinto de Mendonça, e a ânsia dos fazendeiros pelos novos animais, tão propalada na carta do senador Paula Pessoa, converteu-se em desinteresse.

⁷⁷³ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 303.

⁷⁷⁴ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 304 [grifo do autor].

Ele [cônego Pinto de Mendonça] mesmo estava tão ocupado que, desejando levar os membros presentes da comissão científica para passar um dia em sua fazenda, não pôde fazê-lo; mais tarde foi ele para a corte assistir à sessão das câmaras como deputado; ficaram pois os camelos entregues aos escravos e vaqueiros, que não entendiam uma palavra do que lhes diziam os árabes; além disso, não é a gente mais apropriada para cuidar em aclimar uma raça de animais cujos hábitos não conhece. A consequência foi que os camelos definharam, as crias morreram, os velhos tiveram sarna, e também morreram alguns!⁷⁷⁵

Os animais sobreviventes, debilitados e cobertos de alcatrão, foram reencaminhados para Fortaleza, tempos depois, sob as expensas do governo, “e é justamente isso que o Dr. Capanema aconselhou desde o princípio, mas para que a sábia administração do país compreendesse que isso convinha fazer-se, recorreu a *mestre Evento* e a lição custou metade dos camelos”.⁷⁷⁶ A coluna sobre o périplo dos camelos termina com o anúncio de que Capanema enviaria à Sociedade de Aclimação parisiense um relatório sobre os eventos ocorridos no Ceará, demonstrando que “a administração não está habilitada a cuidar dos interesses materiais do país; na Europa se compreende e pondera-se isso bem”.⁷⁷⁷

Capanema nunca demonstrou ser o mais entusiasmado em relação à Comissão Científica. Renato Braga chega a afirmar que era seu intento, desde o princípio, desarticular a Comissão, empregando, com o apoio de Gonçalves Dias, expedientes como o atraso propositado das compras de material na Europa e até mesmo chamando Dias a formar uma “Comissãozinha” paralela, uma vez que menosprezava o valor técnico e científico dos companheiros.⁷⁷⁸ Talvez a dura avaliação de Braga tenha por base a forma irônica e mesmo desabrida com que Capanema se expressa em seus escritos, em especial nos íntimos, que, por vezes, faz com que mais de um analista tome o exagero por capricho, ou o desabafo por fato. A avaliação feita por Freire Alemão no documento em que discorre sobre o caráter dos comissionados, porém, nos leva-nos a outro caminho, ao de um homem que não estava disposto a esperar o prestígio advindo de um trabalho conjunto, e sim adiantar-se aos demais na prioridade de descobertas sobre o Ceará.

As cartas trocadas com o colega e compadre Gonçalves Dias desde a época dos preparativos para a expedição são pontuadas por dúvidas e senões em relação à

⁷⁷⁵ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit.

⁷⁷⁶ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit. [grifo do autor].

⁷⁷⁷ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 305.

⁷⁷⁸ BRAGA, Renato. Op. cit., p. 50-51.

viabilidade do projeto, perante instâncias administrativas que, a seu ver, apreciam mais as obras palpáveis e de resultados imediatos, quando não sonham com eldorados e tesouros encobertos. De fato, a avaliação mais candente sobre a relação entre governo e científicos talvez tenha vindo do discreto Raja Gabaglia, que, durante a permanência na Europa para a compra do material para a expedição, troca diversas cartas com Gonçalves Dias sobre compras, preços, quantidades de material a serem mandadas — e também sobre a viabilidade da viagem exploratória. Gabaglia expressa, mais de uma vez, sua preocupação sobre a exequibilidade do programa de estudos da Científica, uma vez que não pôde escrever suas próprias instruções e estas demoraram a chegar-lhe oficialmente, tendo tomado conhecimento delas quando publicadas no *Jornal do Comércio*. Conclui que, diante de tal cenário, “vejo que é de nosso rigoroso dever sermos muito cautelosos em todo este negócio e não facilitar concessão alguma; porque, a idéa do Governo *é conceder-nos quanto julgarmos necessário, responsabilizando-nos de todas as consequências futuras*”.⁷⁷⁹ O grifo com que Gabaglia pontua a afirmação final nos demonstra que tais concessões do governo estavam mais no declarar do que no agir, enquanto as responsabilidades seriam cobradas com toda força, como, de fato, foram.

Não se trata aqui de reabilitar ou denegrir a imagem de Capanema ou de qualquer outro científico, mas de destacar, mais uma vez, as formas por vezes conflitantes com que grupos de interesse distintos podem apreender o fazer científico, bem como resquícios de uma visão positiva e onipotente da ciência que, de tão enraizada pela leitura de biografias e livros escolares, custou a ser colocada em xeque. A História da Ciência, produzida em termos positivistas do século XIX, tendia a confundir progresso científico com progresso da humanidade. Assim, imprimia à trajetória pessoal e intelectual do cientista um caráter individual, exemplar e moralizante, caracterizando-os como gênios abnegados e obcecados pelo conhecimento, muitas vezes colocados como “homens fora ou à frente de seu tempo”, isolados de quaisquer circunstâncias mundanas. Em outros termos, “*as vidas [desses cientistas] são abordadas com luvas de borracha que desinfetam tudo que existe de humano para só ensaiar o mito esterilizado que anula o homem*”.⁷⁸⁰ Por contraste, aqueles homens de

⁷⁷⁹ Carta de Giacomo Raja Gabaglia a Antonio Gonçalves Dias. Londres, 20/04/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174 [grifo do autor].

⁷⁸⁰ NAVA apud FIGUEIRÔA. “Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais”. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 238 (grifo do autor).

ciência cujos intentos não obtiveram resultado imediato ou mesmo nulo são excluídos desse panteão do saber, abordados num tom lamentoso do que poderia ter sido e não foi, quando não se associam caracteres de personalidade e atuação ao fracasso de seus esforços. Como no caso de Capanema, mais lembrado por seus trabalhos subsequentes e frutíferos na implantação das primeiras linhas telegráficas do Brasil, após talvez uma maturidade pessoal e intelectual obtida com os “erros do passado”. Ou no de Freire Alemão, para quem a posteridade enquadra a Comissão Científica como uma espécie de “começo do fim” em sua trajetória intelectual. A passagem sobre a Comissão Científica fica então como nota anódina nessas “histórias de realização”, cujo principal perigo é colocar o desenvolvimento pessoal do cientista como processo dependente exclusivamente da competência pessoal do indivíduo, ao em vez de localizá-lo nas complexas negociações entre indivíduo e contexto.⁷⁸¹ Uma exceção é Lorelai Kury, que localiza o episódio dos camelos no contexto científico mais amplo:

Fala-se da bizarrice da situação e do ridículo passado por Dias e Capanema, balançando na barraca instalada no alto da corcova de um dos bichos, mas pouco se diz sobre as bem-sucedidas migrações de animais mundo afora. Os dromedários não se adaptaram à vida no Ceará e ao solo duro da região, mas a tentativa não foi um capricho ridículo. Ao contrário, foi uma experiência totalmente legítima do ponto de vista das ciências aplicadas da época, como bem o justifica Capanema em seus Zigue-zagues.⁷⁸²

No caso específico da aclimação tentada pela Comissão Científica, o camelo é, desde tempos imemoriais, um fornecedor de leite, carne e lã, além de ser usado como animal de tração. Seu uso para fins militares remonta ao Império Romano. Em 1856, o exército norte-americano chegou a montar a *United States Camel Corps*, sediada na Califórnia, destinada a prover o transporte na região sudoeste dos Estados Unidos, onde predominam grandes áreas desérticas. Na coluna *Ziguezague* de 19 de março de 1862, Capanema faz inclusive referência ao trabalho do major Henry C. Wayne, responsável pelo estudo preliminar sobre a viabilidade da aclimação dos camelos e por trazer os animais para solo americano, a fim de demonstrar que tal experiência não era nenhuma novidade.

⁷⁸¹ FIGUEIRÔA, Sílvia. “Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais”. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 242.

⁷⁸² KURY, Lorelai. “Explorar o Brasil: o império, as ciências e a nação”. In: KURY, Lorelai (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2008, p. 38.

O major Wayne fez dois ensaios bonitos, o primeiro foi ao buscar um sortimento de feno em uma povoação vizinha: botou em riba dois fardos pesando por junto 20 arrobas; os espectadores duvidaram que o camelo carregasse esse peso, e apostaram que ele nem se levantaria, quando se aumentou a carga com mais dois fardos iguais aos primeiros; no entanto, tiradas as peias ele levantou-se lesto e debandou com passo firme. O major assevera que para pequenas distâncias de $\frac{1}{4}$ ou $\frac{1}{2}$ légua se poderá carregá-los com sessenta arrobas. Já se vê que os cultivadores de cana tirariam vantagem do camelo, por exemplo no transporte de cargas de plantações para o engenho, em vez de empregar carros e juntas de bois.⁷⁸³

Os camelos chegaram a ser empregados no transporte de correspondência durante a Guerra Civil Americana, mas os experimentos não avançaram nesse período e houve resistência das tropas em utilizar os animais, apesar de eles terem se adaptado bem à região. Nesse caso, o problema teria sido a não aclimação dos homens a animais estranhos, ainda mais quando se trata de montaria e seus riscos inerentes. Os *Camel Corps* foram dissolvidos em 1864, e os animais, leiloados. A dissolução, porém, não anula a importância do experimento, tanto que eles seguiram em outros lugares até meados do século XX, quando França e Inglaterra criaram destacamentos militares montados em camelos. A França utilizou-os para o patrulhamento de fronteiras em suas colônias africanas, enquanto a Inglaterra os empregou em combates na região do Sinai e da Palestina durante a Primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, experimentos como a tentativa de adaptar camelos na província cearense em meados do século XIX, frustrada por circunstâncias muito mais humanas e institucionais do que por fatores naturais, que necessariamente poderiam afetar o sucesso daquele intento, foi algo legítimo em termos de adaptação de espécies, que nos leva a questionar a infalibilidade, bem como a percepção evolutiva e linear da ciência.

Voltando ao diário de Freire Alemão, é preciso salientar que, a despeito de todas as preocupações expressas nas instruções de viagem e dos experimentos com animais que pudessem sobreviver à escassez de água, a viagem empreendida pelos científicos não foi feita em tempo de estio, o que muda a percepção do espaço ou mesmo desvia o foco para outras circunstâncias, muitas vezes inesperadas. Para quem não está familiarizado com o regime climático do que hoje é chamado de semiárido, pode-se dizer que essa região tem, usualmente, duas estações, a das chuvas (ou o inverno) e a estação seca (verão). De tempos em tempos, podem ocorrer períodos de

⁷⁸³ CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Op. cit., p. 302.

estiagem, em que o nível pluviométrico, que já é baixo e distribuído de forma irregular, tende a diminuir drasticamente, dizimando plantações, gados e gentes. A chegada dos enviados do Império coincidiu com um período de reverso climatérico: a última grande seca no Ceará ocorrera em 1845, e somente em 1877 a província seria cenário de uma nova (e terrível) estiagem, que duraria três anos. Mas, segundo Kênia Sousa Rios, desde antes da vinda dos comissionados, a província cearense vinha sendo integrada ao projeto de constituição da nação brasileira por meio de um esterilizante enquadramento científico, ocupando verbetes enciclopédicos como *Seca* e *Subversão*, cuja principal meta é controlar a explicitação pública dos conflitos questionadores e das mazelas sociais. Assim, no decorrer do século XIX...

O tema da seca passa a ser o principal elo de ligação entre a província do Ceará e o governo central. Com a supremacia dos estudos científicos de caráter pragmático, o Ceará passa a ser entendido como um problema a ser resolvido pelo saber da mineralogia, geologia, botânica, zoologia e astronomia. Afinal, os estudos políticos e filosóficos apresentavam maiores perigos à ordem estabelecida.⁷⁸⁴

Quando os científicos chegaram, em inícios de 1859, havia um clima apreensivo, pois, segundo Gonçalves Dias, “uma seca de mais de cinco meses trazia em sustos os habitantes da Província, pois que o inverno do ano anterior havia sido escasso, e as fracas chuvas do mês de agosto haviam sido insuficientes para a criação de forragens”. O fato teria mesmo comprometido a aquisição de cavalgadas para empreender a incursão ao interior, atrasando a viagem até julho. A Seção Botânica, contudo, teve, nesse intervalo, a oportunidade ímpar de assistir, como que por encanto, ao magnífico espetáculo da transformação da paisagem com as primeiras águas, fazendo aflorar uma vegetação virente e luxuriante. “A colheita botânica foi considerável; porque em menos de oito dias, em herborizações que não passaram de um quarto de légua em diferentes raios da cidade, coligiram-se amostras de cento e dez espécies — herbáceas, subarbustivas e arbustivas, porém arbóreas só duas..⁷⁸⁵

Em entrada de 27 de janeiro de 1861, dois anos após sua chegada ao Ceará e já bastante experimentado nas agruras do sertão, Freire Alemão confronta sua impressão e a dos vaqueanos sobre a chuva:

⁷⁸⁴ RIOS, Kênia Sousa. “Apresentação”. In: CAPANEMA, Guilherme Schüch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. *A Seca no Ceará*: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Estado do Ceará; Museu do Ceará, 2006, p. 13.

⁷⁸⁵ DIAS, Antonio Gonçalves. “Trabalhos da Comissão Científica de Exploração – Parte Histórica”. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 225-226.

Dizem os cearenses que é um prazer viajar no sertão pelo inverno, e eu acho que é um verdadeiro inferno; são lamas, atoleiros, riachos e rios cheios, chuvas, trovoadas, moscas, mutucas, meruanhas mariposas, e não sei que mais. O que os embeleza é a clássica coalhada, que lhes não invejo; até de águas se fica mais mal servido, o único bem que lhe vejo é a verdura dos campos, e o leite. Se no verão as casas são porcas, no inverno [são] porquíssimas.⁷⁸⁶

Segundo Silva Filho, dado que os membros da Comissão Científica não testemunharam o colapso econômico e demográfico em tempos de seca, seus deslocamentos pelo sertão — garantidos por chancela governamental, verbas públicas, boas montarias, auxiliares experimentados, provisões e equipamentos técnicos sofisticados — espelhavam uma condição privilegiada, inacessível mesmo aos potentados rurais da província. “De modo que, embora se verificassem tantos percalços ao longo da travessia, é preciso não esquecer que a marcha da expedição imperial em muito diferia do que se pudesse considerar ‘típica’ viagem pelo interior da província”.⁷⁸⁷

Em contrapartida, as chuvas aumentavam consideravelmente o tamanho e o volume dos rios e, mesmo quando baixavam as águas, havia a dificuldade de se deslocar por terrenos encharcados e lamacentos. À falta de mapas detalhados de província, a comitiva, muitas vezes, seguia o curso dos grandes rios, como o Jaguaribe, o Salgado e o Curu, usando-os como referência espacial para não se perderem sertão adentro. As enchentes podiam cortar caminhos e deixar vilas isoladas por dias, convertendo-se numa grande preocupação registrada no seu diário. “No inverno as viagens são penosas, porque ou está tudo coberto d’água, o qual se demora de um a cinco ou seis dias, ficando somente as baixas, lagoas ou córregos cheios, e que muitas vezes dão nado, ou enxugando ficam lamas e atoleiros”.⁷⁸⁸

Com isso, atravessar o leito de um rio tornava-se uma empresa muitas vezes arriscada e demorada. Em três momentos do diário, o botânico se refere aos locais que ensinavam as melhores passagens pelo rio como práticos, tamanha era a dificuldade que encontravam em determinados trechos, sendo necessário contar com o auxílio de quem já conhecia, por experiência, os acidentes hidrográficos e topográficos daqueles vales. Segundo Freire Alemão, no boqueirão do rio Salgado, “que é um grande talho ou

⁷⁸⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 431.

⁷⁸⁷ SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. Nota Explicativa. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 24.

⁷⁸⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 77.

corte no serrote, chamado de boqueirão, e por onde passa o rio Salgado, que ainda estando seco, como agora, deixa sempre um grande poço nessa passagem”,⁷⁸⁹ o perigo era grande mesmo em tempo seco, pois a profundidade nesse trecho era de 20 a 30 palmos, ficando os guias com água na altura do sovaco. Em alguns lugares, como quando atravessaram o rio Curu, foram necessários “três moços fortes, para nos passar a nós e as nossas cargas”.⁷⁹⁰ A cena, a despeito do perigo, é contada em tom de pantomima — “um pagode presenciado por várias pessoas das dificuldades do rio” —, uma vez que tanto Freire Alemão quanto seu sobrinho e assistente, Manoel Freire (Freirinho), tiveram que se despir para realizar a travessia.

Eu tirei as botas, as calças e o paletó, e em ceroula e meias, colete e chapéu de palha montei a cavalo; devia ser uma curiosa figura; lançou-se a cavalo ao rio, e logo no primeiro introito tive água até o alto das coxas, com que estremeci. Mas enfim segurado as crinas, tendo água até quase o assento, atravesso o rio; toda a bagagem passou em cabeça; os cavalos de carga a nado por pequena, e a gente com água quase pelos ombros e pescoço.⁷⁹¹

A cena mereceu não só uma descrição detalhada no diário, como também um desenho.⁷⁹² Apesar do apagamento que sofrem os desenhos a lápis com o tempo, é possível ver a passagem de Freirinho pelo rio (se crermos que Freire Alemão tomou o desenho no momento em que os fatos se sucediam), auxiliado por dois homens cujos corpos são cobertos de água até um pouco abaixo dos ombros. Próximo ao centro da figura, vemos outros rapazes carregando caixas e baús, além de uma cabeça em perfil, que observa a cena dentro do rio. Nas duas margens, há pessoas observando a passagem dos comissionados, dando a ideia do “pagode” que a cena suscitava. Infelizmente não é possível ler bem a legenda escrita no canto superior direito da folha de papel, mas a legenda atribuída pela Biblioteca Nacional afirma tratar-se da célebre travessia do rio descrita por Mello Moraes na biografia de Freire Alemão.

⁷⁸⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 130.

⁷⁹⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 431.

⁷⁹¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 432.

⁷⁹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Passagem do Curu, segunda-feira, 28 de janeiro de 1861*. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 11, 035, lápis sobre papel. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1473312/mss1473312.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2017.

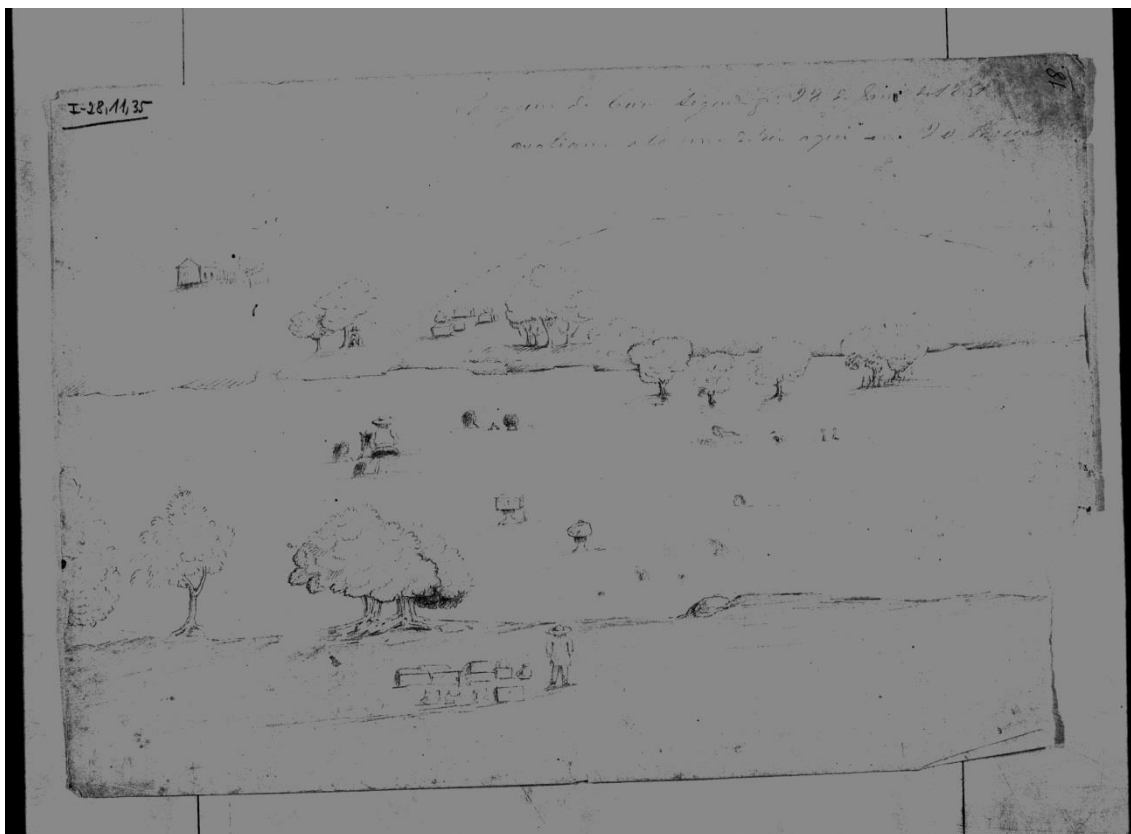


Figura 9: Francisco Freire Alemão, Passagem do Curu, segunda-feira, 28 de janeiro de 1861

A cena retratada lembra a aquarela de Reis Carvalho, reproduzida abaixo, cujo tema é a passagem da Comissão Científica por balsa no rio Catu.⁷⁹³ Já no primeiro dia de viagem, 16 de agosto, quando os membros da Comissão tencionavam partir para o Aquiraz ainda no final da tarde, são avisados de que o caminho trazia inconvenientes, “tendo de passar o rio Pacoti, que só oferecia uma trilha vadeável, sendo para os lados fundo; e enfim havia ainda a passagem [f. 2] do rio Catu, inevitável indo por ali, e que só embarcando se fazia”.⁷⁹⁴ Por mais que tentassem desviar-se e buscar rotas alternativas, a passagem pelo Catu foi inevitável, sendo descrita a passagem como “um grande lagamar tortuoso, que tem também algumas léguas e formado pela obstrução da barra do rio; o lugar onde passamos em canoa é o mais estreito e muito fundo: tem de

⁷⁹³ Lorelai Kury, em seu *Comissão Científica do Império (1859-1861)*, identifica a aquarela com o título: “18--”. “Passagem do Rio Madeira”. Entretanto, não há nenhuma referência no diário de Freire Alemão a um rio com esse nome, e Reis Carvalho não seguiu com Gonçalves Dias para a região amazônica. Outra possibilidade é que seja uma outra denominação dada à época ao Rio Catu. As semelhanças entre o descrito e o pintado e a referência de que Reis Carvalho desenhou aquela cena não deixam dúvidas de que se trata ali da passagem do rio Catu.

⁷⁹⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 38.

largura 50 a 60 braças, os cavalos passam ao lado, a paisagem é bela e Carvalho a desenhou”.⁷⁹⁵



Figura 10: José dos Reis Carvalho, Passagem do rio Catu, s/d

A recorrência do registro imagético dessas situações revela a preocupação e o interesse dos comissionados pelo fenômeno das cheias dos rios, até porque o imaginário em torno das províncias do Norte envolve, ainda hoje, a questão das estiagens prolongadas, colocando-se a realidade, nesse caso, como um contraste. Tanto que há 40 notações da palavra *passagem* no diário de Freire Alemão; a maioria por rios, mas também de outros tipos. “O caminho da Barbalha ao Crato é de três léguas, há alguns montes a subir e descer e em alguns lugares é muito pedregoso e de passagem difícil, que me obrigava a opor-me de pé”.⁷⁹⁶ Mesmo no rio Salgado, que, na época em que eles atravessaram estava seco, formava-se um grande poço no leito do rio que inspirava cuidado. Muitas foram as vezes em que precisaram recorrer aos locais para “ensinar a passagem” ou mesmo para auxiliar na travessia de homens, cavalos e cargas. A importância de saber os melhores lugares do rio para atravessá-lo é ressaltada pelo fato de muitos lugares serem denominados como passagem. “Pelas seis horas da tarde,

⁷⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 41.

⁷⁹⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 211.

quase anoitecendo, passamos o Jaguaribe no lugar chamado Passagem das Pedras [...]. A pouca distância da ribeira oposta está um pouso chamado Passagem”.⁷⁹⁷

Do confronto de sensibilidades em relação ao espaço vem a recorrência com que Freire Alemão enumera as distâncias do percurso do comboio, em contraste com as distâncias alegadas pelos locais. Encontram-se, ao longo do diário, 36 trechos em que o botânico, descontando paradas, erradas ou a necessidade de uma marcha mais lenta em subidas e descidas, compara a distância percorrida de um ponto a outro pelos comissionados com o que a(s) gente(s) do país “avalia”, “diz ser”, “fazem distar”, “fazem estar”, “fazem ser”, “fazem e deve ser”, “como aqui calculam”, “conforme a avaliação”. Desses, 30 colocam em dúvida a medida dos que são indagados pelos caminhos, que nos cálculos do botânico sempre é menor, enquanto os demais tão somente aquiescem à contagem de légua dos sertanejos.

“Enfim deixamos S. Pedro, não sem alguma saudade, às três horas e três quartos por uma bela tarde, mas um pouco quente, e às sete horas e meia pousamos no lugar chamado Tapeba, ou Capeba, que fazem e deve ser distante de S. Pedro quatro léguas”.⁷⁹⁸ Aqui, a concordância de Freire Alemão parece ser quase uma concessão, demarcada pelo “deve ser” e também pela alusão ao clima longe do ameno, o que deve ter tornado o percurso penoso para animálias e cavaleiros. É como se, à falta de coisa melhor, de um cálculo mais preciso e seguro, ficasse a medida dos locais como referência. Já em outro trecho, a concordância é total: “Gastamos na viagem cinco horas; podemos, pois, considerar exata a distância que se dá de Baturité a Acarape de seis léguas”.⁷⁹⁹ Mas só é possível entender o trecho mais adiante, quando a experiência física de idas e vindas, de inúmeras contagens, o faz chegar a um padrão, próximo ao final do “segundo diário”: “Às onze horas menos cinco minutos em Tauape, tendo gastado de Pacatuba a Tauape, andando na pequena estrada de meu cavalo, três horas e três quartos; e dando 50 minutos para cada légua, teremos quatro léguas e meia [...]”.⁸⁰⁰ A ordem dos dois eventos no diário nos faz acreditar que o botânico havia certamente chegado aos 50 minutos por légua antes de seu registro por escrito, uma vez que ele afirma no primeiro trecho que são necessárias cinco horas (ou seja, 300 minutos) para percorrer seis léguas, o que resulta em exatos 50 minutos por légua. Teria ele sentido a necessidade de “explicar” a aquiescência à medida dos locais, tomando-a como “exata”,

⁷⁹⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 74.

⁷⁹⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 365.

⁷⁹⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 457.

⁸⁰⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 512.

após tantas vezes ter subestimado ou tomado como exagero a forma como os daqui percebiam e mediam distância?

Um dado crucial para entender esse contraponto contumaz é a introdução da variável tempo, que pressupõe a presença de um relógio, objeto cuja posse era privilégio de poucos, a julgar pela reação de uma malta de meninos quando Freire Alemão chegou a um casebre em Riacho dos Porcos: “Os meninos me rodearam e observam todos os meus trajes com curiosidade e inteligência. ‘Isto há de ser muito’, indicando o pano [f. 175] do meu paletó: ‘Isto é ouro?’, pegando-me na corrente do relógio etc. etc.”⁸⁰¹ O relógio é objeto tão fora de uso cotidiano nos sertões que alguns cearenses chegam a dizer que produtos importados da Europa, como espingardas e relógios, eram fabricados no Rio de Janeiro, tão distante a noção que tinham da Corte, “que para eles é como um país estrangeiro..”⁸⁰² Dizer que um relógio vinha do Rio de Janeiro, antes de referência a um produto nacional, era de fato ressaltar a extravagância que aquele objeto tinha aos olhos dos cearenses.

Em contraste com a admiração dos meninos, que julgam o objeto pelo material de que é feito e talvez ficassem ainda mais estupefatos com o que havia na ponta da corrente, são incontáveis as alusões que o botânico faz em relação a horários em seu diário de viagem. Aliás, podemos pressupor que este era um objeto essencial para si, tão cotidianamente próximo que não havia necessidade de referi-lo a não ser por um fato excepcional — a reação dos meninos e os comentários na roda de conversa — ou por sua ausência. “Partimos do Retiro eram talvez cinco horas, e chegamos à fazenda denominada Brejo do Sr. José Joaquim Pacheco, que estava prevenido por seu mano, o Sr. José Pacheco de Viçosa. Havia [de] ser sete horas mais ou menos, eu não levava relógio”.⁸⁰³ A exceção, neste trecho, parece confirmar a regra da presença, da incorporação do relógio ao trabalho de campo, à precisão da escrita, ao próprio corpo.

Parti ontem de Pacatuba às sete horas e dez [minutos], depois de ter almoçado. Às sete [horas] e três quartos estava no caminho que vai para a fazenda de Munguba. Às oito horas e dois quartos estava em Pavuna. Às nove e um quarto, Genipabu. Às nove horas e um quarto estava no lugar onde há uma moita de tingui capeta. Às dez horas menos cinco minutos em Tapiri. Às dez horas e um quarto estava no Carnaubal. Às dez horas e 35 minutos, Cruz do Arronches. Às onze horas menos cinco minutos em Tauape, tendo gastado de Pacatuba a Tauape, andando na pequena *estrada* de meu cavalo, três horas e três

⁸⁰¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 155.

⁸⁰² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 257.

⁸⁰³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 377.

quartos; e dando 50 minutos para cada légua, teremos quatro léguas e meia, de Tauape à cidade fazem meia légua.⁸⁰⁴

Essas alusões diferem, por exemplo, às feitas ao óculo, que são indicadas por seu uso e presença. Pelo que Freire Alemão dá a entender, tratar-se-ia de um monóculo, o que faz supor que o botânico tinha uma deficiência visual em um dos olhos. Não nas duas vistas, uma vez que ele faz a diferença entre *óculo* e *óculos* — “Disse que já perdeu a vista, que usou de óculos, mas que agora a recuperara”⁸⁰⁵ — ou entre óculo e instrumentos de trabalho, como microscópio ou óculo de alcance (usado no sentido de lupa). O grau não deveria ser sensível, a ponto de comprometer a visão, já que apenas em uma ou outra ocasião tem a necessidade de usá-lo: “Ainda outra [f. 37] decepção, esperava eu hoje ver correr a cascata do Ipu [...] de que tanto se me falava; mas a olho desarmado apenas percebi o fio d’água, que só com o óculo pude perceber”.⁸⁰⁶

A referência ao óculo também nos permite entrever o tempo que o botânico dedicava à observação, mesmo das situações mais mezinhas, como o comportamento das aracatienses. Devassando os quintais das casas e tendo como ponto de observação a “sala de dentro” da casa onde se hospedara, a percepção do espaço e das pessoas se dá de forma a ver sem ser visto, uma vez que a presença de um homem de fora poderia inibir certas atitudes. Também nos indica que tal observação poderia durar horas, dadas as indicações detalhadas do movimento na rua, de dia e de noite, a ponto de no escuro fazer uso de uma vela para perceber o movimento do viático, provavelmente a ministrar sacramentos para doentes e mulheres retiradas. Isso lhe dá ocasião para tecer comentários sobre a aparência física e o encerramento das mulheres no ambiente doméstico, uma vez que elas só “aparecem” aos domingos.

Eram cinco ou seis bonitas moças, alvas, coradas, bem-feitas, de belos cabelos pretos, das feições não pude bem julgar, mesmo usando do óculo, como que elas se riam e fingiam, mas de modo a serem sempre vistas.

Daqui concludo haver em Aracati alguma gente formosa, mas que apenas se deixa ver na rua e às janelas (neste momento passa o viático pela rua e eu vou para a janela com o castiçal); só nos domingos se mostra, alguns de tarde pelos sobrados, nas casas térreas é sempre por detrás dos rótulos. Nas casas que dão o fundo para o campo, ficando-

⁸⁰⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 512.

⁸⁰⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 263.

⁸⁰⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 333.

lhes de tarde o sol contrário, saem pelos quintais e põem-se sumidas fora do portão, onde podem ser vistas. Parece costumavam ir à missa de madrugada, segundo o que me disse em Pacatuba a senhora do Valentim. Mas hoje não há aqui senão um padre e este dá a missa na Matriz das nove às dez horas do dia, e poucas vão à missa, pois não as vejo passar pela rua (ainda não pude ir à missa, pois nos dão sempre o almoço fora da hora, como aconteceu ontem; tencionando ir à missa, fui de tarde, estando a igreja aberta para um batizado).

Tenho visto aqui um ou dois cabriolés e um carrinho de cabeça, ainda não vi cadeirinhas e não tenho visto senão uma senhora na rua com seu marido, ou parente.⁸⁰⁷

Enquanto a conquista do espaço estava ligada à tração animal, ela tinha de proceder dentro dos limites das capacidades físicas dos animais. Um modo de obter uma percepção imediata da distância viajada era observar a exaustão dos animais de tiro. [...] Contemporâneos [da primeira metade do século XIX] percebiam a transição do coche para a tecnologia ferroviária como um dispêndio decisivamente reduzido de trabalho ou energia: na forma da exaustão animal, aquele gasto havia sido imediatamente perceptível aos sentidos, e a distância espacial havia sido experimentada por meio do reconhecimento sensorial daquele esgotamento físico. À medida que a percepção da fadiga foi perdida, também se perdeu a percepção da distância espacial.⁸⁰⁸

Há trechos do diário em que Freire Alemão reporta a trilhas, subidas e descidas que punham os cavalos em terrível cansaço — donde se depreende que os acidentes naturais, as irregularidades topográficas e as distâncias atravessadas eram em boa medida aquilatadas mediante a observação da condição física das alimárias. Essa percepção do espaço estruturada com base na potência e nos limites do corpo dos animais, tão corriqueira para os membros da Comissão Científica, constitui, em termos de cultura sensível, uma das mais importantes (e talvez negligenciadas) diferenças entre *nós* e *eles*.

⁸⁰⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 57-58.

⁸⁰⁸ SCHIVELBUSCH apud SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006, p. 25

4.3 *Imagens da Comissão Científica de Exploração*

Em meio a uma cena dramática, é comum lançar mão de algum relato ou anedota para distensionar a narrativa. É o que Domingos Olímpio faz num diálogo de agruras entre a protagonista Luzia e sua amiga, Teresinha, ao encetar, por meio do personagem Raulino, uma história de manhas e façanhas de burros. Logo às primeiras frases descobre-se, porém, que o burro é apenas um pretexto do autor para falar, ainda,⁸⁰⁹ sobre a Comissão Científica de Exploração.

Era por volta da era de sessenta. Não me lembra bem o ano; só sei que eu era rapazote; pelo tope dos doze. Andava por estes sertões uma comissão de doutores, observando o céu com óculos de alcance, muito complicados, tomando medida das cidades e povoações e apanhando amostras de pedras, de barro, ervas e matos, que servem para mezinhas, borboletas, besouros e outros bichos.⁸¹⁰

O autor, assim como seu personagem, era um rapazote quando a Comissão Científica passou por Sobral. Essa “reminiscência”, colocada na boca de um sertanejo ladino, narrador de imaginação acesa e fecundo em descrição a ponto de dar ao menor incidente vigoroso debuxo,⁸¹¹ busca confrontar o saber científico e as tradições locais, baseadas na observação da natureza. Na história-anedota, os membros da Comissão, arranchados numa fazenda perto de Ubajara, decidiram passar a noite no alpendre da casa, a despeito dos protestos do velho hospedeiro, que alertava dali a pouco vir um pé d’água de alagar. “Ora, os doutores, que sabiam tudo e adivinhavam pelas estrelas as mudanças do tempo, zombaram do aviso; saíram para o terreiro e olhavam para o céu, sempre limpo e claro, para verem o que diziam as estrelas”.⁸¹² Por volta das 11 horas da noite, os comissionados foram pegos de surpresa pelo chuva, correndo para dentro da casa com a rede nas costas. Antes de o comboio partir, um deles perguntou ao dono do rancho como ele havia percebido o que escapou ao olhar treinado pela ciência e munido de instrumentos que alargavam o alcance corporal. O velho disse que tinha um burro velho no cercado, e quando este relinchava de certa forma era sinal de que a chuva vinha sem demora. “O tal de Gonçalves Dias, pequenino, muito ladino e esperto,

⁸⁰⁹ O romance *Luzia Homem*, principal obra de Domingos Olímpio, foi publicado originalmente em 1903.

⁸¹⁰ OLÍMPIO, Domingos. *Luzia Homem*. São Paulo: Editora Três Livros, 1984, p. 238.

⁸¹¹ OLÍMPIO, Domingos. *Luzia Homem*. Op. cit., p. 220.

⁸¹² OLÍMPIO, Domingos. Op. cit., p. 238.

começou a bulir com os outros, dizendo a eles: ‘Estamos numa terra, onde os burros sabem mais que astrônomos’. [...] Aí está — concluiu Raulino — de quanto é capaz um burro velho”.⁸¹³

O sertanejo acaba levando a melhor sobre os homens de ciência, ainda que a anedota acabe por reforçar o lugar do *outro* nas populações visitadas — afinal, foi o burro quem sinalizou a chuva vindoura, e a conclusão celebra a capacidade do bicho, não do homem local, de certa forma colocando-os no mesmo patamar “natural”. E, mesmo fazendo troça dos *científicos*, o autor deixa patente em sua descrição quão diferente se fazia aquela gente de saber, a partir de instrumentos que dilatavam e fixavam pessoas e paisagens, numa exatidão nunca vista. Ainda que andassem trajados como vaqueiros, esses maiores, conta Raulino, destacavam-se por dar muita esmola e tirar retrato, de graça, com uma geringonça que mais parecia arte do demônio. “Apontavam para a gente o óculo de uma caixinha parecida com gaita de foles e a cara da gente, o corpo e a vestimenta saíam pintados, escarrados e cuspidos, num vidro esbranquiçado como coalhada”.⁸¹⁴

A passagem de um homem com uma câmera pela província cearense não era exatamente uma novidade. Em 1847, o irlandês Frederick Walter — responsável por introduzir as artes da daguerreotipia a Joaquim Insley Pacheco⁸¹⁵ — desembarcou no Ceará “trazendo consigo um aparelho de daguerreótipo, que usava durante o dia, e um gabinete de mágica, que funcionava à noite nos teatrinhos”⁸¹⁶ — prática que, segundo Boris Kossoy, beirava o charlatanismo.

A “misteriosa” captação da imagem do homem na placa prateada de forma permanente deve ter causado grande sensação e, portanto, servido como boa fonte de renda esses charlatães que exibiam o daguerreótipo não como um processo técnico baseado em princípios ópticos e químicos, mas sim como uma habilidade “mágica” ou “milagrosa”.⁸¹⁷

⁸¹³ OLÍMPIO, Domingos. *Op. cit.*, p. 239.

⁸¹⁴ OLÍMPIO, Domingos. *Op. cit.*, p. 238.

⁸¹⁵ Joaquim Insley Pacheco (1830-1912). Fotógrafo, pintor, aquarelista e desenhista. De origem portuguesa, desembarcou em Fortaleza em finais dos anos 1840, onde foi iniciado em daguerreotipia por Frederick Walter. Seguiu para os Estados Unidos, entre 1849 e 1851, onde se aprimorou junto a fotógrafos como Matthew Brady, Jeremias Gurney e H. E. Insley (que ele adicionou ao próprio nome posteriormente). De volta ao Brasil em 1854, atuou durante um ano nas cidades de Sobral-CE e Recife-PE, seguindo um ano depois para o Corte, onde montou um estúdio. Tornou-se um artista muito requisitado e, em 1860, foi nomeado Fotógrafo da Casa Imperial.

⁸¹⁶ MELO MORAES FILHO, A. J. *Artistas do meu tempo: seguidos de um estudo sobre Laurindo Rabello*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 37. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01193800>>. Acesso em: 08 abr. 2016.

⁸¹⁷ KOSSOY apud TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte; Editora Rocco, 1995, p. 17-18.

Esse apanágio da ciência e da técnica, que viria a ser apropriado pelo discurso científico da época como uma reprodução fiel e livre de qualquer subjetividade, não deixa de exercer no espetáculo da modernidade, que toca em maior ou menor medida desde o sertão até os grandes centros urbanos, um efeito fascinante, mágico. E o faz exatamente por uma intervenção humana até então não comportada pela experiência de produzir imagens, levando-se tão facilmente a associar fotografia a uma “arte do demônio”.

As fotografias da Comissão Científica, que tanto espantaram os sertanejos e demarcavam as fronteiras dessa zona de contato, desapareceram nas águas do Atlântico, após o naufrágio do iate *Palpite*, juntamente com outros materiais da Seção Geológica. Além da importação dos camelos, a posteridade costuma realçar o uso da câmera fotográfica como aspecto inovador, porém malfadado, nessa tentativa do enquadrar as províncias do Norte numa nação brasileira. Até o presente momento desta pesquisa, pudemos concluir que a Comissão Científica de Exploração às Províncias do Norte foi a primeira expedição, dentro do território brasileiro, a fazer uso de câmera fotográfica.⁸¹⁸ Assim, a lamentável ausência física desses registros não nos exime de trazer à discussão o uso e a importância do aparato fotográfico como instrumento de conhecimento científico. Até porque, como pontua Philippe Dubois, a fotografia nos lega um tipo de imagem que não nos permite pensá-la fora do ato fotográfico, do que a faz ser. A foto não se restringe, portanto, ao produto de uma técnica e de uma ação, resultado de um fazer e de um saber-fazer, fisicamente limitada a uma impressão de luz em papel, objeto finito: “[...] é também, em primeiro lugar, um verdadeiro *ato* icônico, uma imagem, se quisermos, mas *em trabalho*, algo que não se pode conceber fora de suas *circunstâncias*, fora do *jogo* que a anima sem *comprová-la* literalmente”.⁸¹⁹ À falta de sua materialidade, é possível, a partir de outras evidências, recompor, ainda que parcialmente, essa enunciação da qual a fotografia é inseparável, uma experiência de imagem que se coloca para além de um mecanismo ótico-químico. Esse aparato “[...] pretensamente objetivo, do qual se disse tantas vezes no plano filosófico que ele se

⁸¹⁸ O registro do Brasil numa expedição científica mais próximo que encontramos foi o álbum de fotografias de Rafael Castro y Ordoñez, oferecido ao imperador Pedro II pelos membros da Comissão Científica do Pacífico em 1862. Para saber sobre esta comissão, consultar LOSADA, Janaina Zito; PUIG-SAMPER, Miguel Ángel; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol (org.). *Um álbum para o imperador: a Comissão Científica do Pacífico e o Brasil*. Rio de Janeiro: Mast; Uberlândia: Edufu, 2013.

⁸¹⁹ DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 14. Ed., Campinas: Papirus, 2012, p. 15.

efetuava “na ausência do homem”, implica de fato antologicamente a questão do *sujeito*, e mais especificamente do sujeito *em processo*”.⁸²⁰

Uma associação muito sugestiva feita por Maria Inez Turazzi é de que a fotografia e as exposições universais funcionavam, na segunda metade do século XIX, como duas imagens num visor estereoscópico, simultâneas e complementares. Às imagens engendradas nos diversos dispositivos fotográficos, fixadas em vidros ou papéis fotossensíveis, ligavam-se imagens simbólicas, projeções de pujança e engrandecimento nacional por meio da ciência e da técnica, nem por isso menos reais do que as primeiras. “Como num panorama estereoscópico, a *história da fotografia* e a *história das exposições*, vistas então simultaneamente, redimensionam o contorno de vários aspectos interessantes da cultura e da tecnologia no século XIX, bem como das relações internacionais no período.”⁸²¹

A primeira participação oficial do Brasil em exposições universais ocorreu em 1862. A delegação levou para Londres os objetos trazidos pela Comissão Científica de Exploração, por sua vez reunidos e exibidos um ano antes por Manuel Ferreira Lagos, no Museu Nacional e posteriormente na Escola Central, onde ocorreu nossa primeira Exposição Nacional. Em 1894, já sob os auspícios da República, o médico Nina Rodrigues faria uma indagação certa sobre os esforços de nações neonatas como o Brasil para “acertar o passo” em termos de desenvolvimento: “Se um país não é velho o suficiente para se venerar ou rico para se fazer representar, precisa ao menos se tornar interessante”.⁸²² Na posição de país fornecedor de matérias-primas e sem grandes feitos na área industrial, o Brasil procurou se destacar pelos “produtos da terra” e algumas manufaturas, suscitando a partir desses objetos o gosto pelo exótico e o curioso.

É possível que o primeiro vislumbre das potencialidades da fotografia por nossos expedicionários tenha ocorrido na Exposição Universal de Paris, em 1855. Assim como na primeira Exposição, realizada em Londres em 1851, a participação do Brasil se restringiu ao envio de emissários, encarregados de observar as novidades exibidas pelas grandes nações industriais e remeter informações sobre o que poderia ser benéfico para nosso país. Na feira mundial de 1855, porém, os emissários enviados pelo Império brasileiro foram Antônio Gonçalves Dias, Giacomo Raja Gabaglia e Guilherme

⁸²⁰ DUBOIS, Philippe. Op. cit.

⁸²¹ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1995, p. 26.

⁸²² RODRIGUES *apud* SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 313.

Schüch de Capanema,⁸²³ futuros chefes de seção da Científica enviada ao Ceará. Gonçalves Dias, deixando um tanto de lado as recomendações de informar sobre gêneros agrícolas e extrativos, destacou em seu relatório as “artes gráficas”, com uma lista das principais casas tipográficas e observações sobre maquinário e as mais inovadoras técnicas de “impressão natural”, como a daguerreotipia, a fotografia e a microtipia.

A fotografia tem imenso futuro diante de si — principalmente na reprodução dos monumentos, vistas, paisagens, seres e objetos imperceptíveis da natureza. Três lições e um bom instrumento e teremos ao nosso alcance as criações de Deus ou dos homens, com tanto que as descortinem os olhos por qualquer meio que seja, e poderemos espalhá-las em número infinito de exemplares.⁸²⁴

Raja Gabaglia, encarregado de estudar a “indústria como um todo”, também observou atentamente a fotografia, destacando a recente aplicação do “daguerreotálbótipo” às atividades fabris. Na Inglaterra e na Alemanha, ressaltou o comissário brasileiro, empregando-se a fotografia na impressão de fazendas de algodão, lã e seda, bastavam “somente de dois até vinte minutos” para a impressão de uma peça inteira, com evidente economia de tempo e ganho de produtividade.⁸²⁵

Em contrapartida, segundo Turazzi, Capanema estava mais preocupado com a péssima impressão deixada pelos produtos levados para “representar” o Brasil: velas de carnaúba, lenços e guardanapos, um chapéu de palha, uma caixinha de costura e um móvel, tipo secretária, feito de pau-brasil, mas que exibia o endereço do marceneiro parisiense que o fabricou. Em sua correspondência pessoal, dizia causar-lhe grande vergonha a comparação entre aquelas quinquilharias e os produtos trazidos da Inglaterra, França e mesmo dos nossos vizinhos latino-americanos. “Para um comissário como o engenheiro Capanema, todos aqueles produtos eram o retrato do nosso ‘atraso’, motivo para vergonhas e humilhações”.⁸²⁶

A adoção de dispositivos fotográficos pela expedição ao Ceará, que já contava com o pintor José dos Reis Carvalho para a produção de aquarelas, parece demonstrar o interesse desses naturalistas em dar a ver as potencialidades do país a

⁸²³ A autora cita este emissário como Gustavo S. Capanema. Acreditamos ter havido um engano, pois, em 1855, o filho de Guilherme Capanema, futuro médico e político, contava apenas 11 anos de idade.

⁸²⁴ DIAS apud TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo* (1839-1889). Rio de Janeiro: Funarte; Editora Rocco, 1995, p. 131.

⁸²⁵ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos...* Op. cit., p. 131.

⁸²⁶ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos...* Op. cit., p. 131-132.

partir do que havia de mais moderno em termos de registro. Encontramos referências a esses dispositivos de produção de imagens fotomecânicas tanto nas instruções da Seção Geológica e Mineralógica quanto na Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem, bem como na correspondência trocada entre Capanema e Gonçalves Dias, os dois chefes dessas seções.

Sobre a fotografia e outras formas de apreensão de dados, as instruções da Seção Geológica ressaltam:

Finalmente, devem ser delineadas com cuidado as seções importantes do terreno, os contornos das montanhas, o maior número de perfis. Rochas de aspecto característico serão fotografadas, e também se fará um nivelamento geológico, e um mapa, no qual se procurará marcar, com a maior exatidão que as circunstâncias permitam, os limites das diferentes formações e os diversos jazigos e bêtas que neles se descubram, ficando a cargo da Seção Astronômica fornecer as determinações geodésicas que se tornarem necessárias.⁸²⁷

O perfil geológico, cuja orientação é ser executado tanto quanto possível, é a representação gráfica, em um plano vertical, das estruturas geológicas de um terreno, evidenciando os tipos de rocha e as estruturas que ocorrem numa determinada região. Mas, além da apreensão gráfica já estabelecida no trabalho usual do geólogo, as instruções estabelecem que rochas de aspecto característico *devem ser* fotografadas. O que as instruções tomam por *característico* é explicitado logo em seguida, localizando-se por meio de mapa “os limites das diferentes formações e os diversos jazigos e bêtas⁸²⁸ que neles se descubram”. Parece haver, no uso da fotografia, um “valor de prova”, no caso de Capanema encontrar metais preciosos ou outras rochas com potencial valor econômico, que deveriam ter sua localização bem documentada. Ou talvez formações que viessem a modificar o entendimento que havia até então sobre as idades e as formações geológicas da Terra, a que Capanema alude ironicamente numa carta a Gonçalves Dias, sobre o improvável de esse tipo de descoberta ter algum reconhecimento em nossas plagas. “Quanto à glória, nosso papalvo me chamará de homem imenso por ter feito um caminho de ferro, enquanto se eu descobrir no Ceará

⁸²⁷ Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 178.

⁸²⁸ Bêtas parece fazer referência a betas, que no século XIX era tomado como sinônimo de filon, veio, veia ou vieiro, “[...] massa tanto de materiais metálicos, como de outras quaisquer substâncias, quase sempre diferentes das que compõem as camadas do terreno, que ela atravessa”. In: BOUBÉE, Nereo. *Geologia elemental aplicada à agricultura e indústria com hum diccionario dos termos geológicos ou manual de geologia*. 4. Ed., Rio de Janeiro: Typographia Nacional, p. 16.

que a formação cretácea é mais antiga que a carbonífera o que poria o Instituto de França de pernas pro ar, aqui me chamariam de toleirão”.⁸²⁹

Apesar de não ter sido escrita pelo próprio Gonçalves Dias, e sim por Manuel de Araújo Porto-Alegre, as instruções da Seção Etnográfica e Narrativa da Viagem fazem referência ao uso da heliografia para a obtenção da imagem dos tipos humanos que habitam o Ceará, homens e mulheres, isolados e em grupo, “desenhos fidelíssimos do todo, principalmente da cabeça, os quais deverão ser tirados de face e de perfil, e mesmo de outras posições favoráveis à demonstração de certos caracteres próprios a distinguir um tipo particular”.⁸³⁰ Concebida pelo inventor francês Nicéphore Niépce (1765-1833), a heliografia foi o primeiro processo fotográfico a resultar em uma imagem permanente das projeções do mundo exterior obtidas por meio da câmara obscura, até então usada apenas como auxiliar para desenhos, em 1826. Niépce colocou, no fundo da câmara obscura, uma placa de metal polido sensibilizada com betume da judeia, exposta à luz do sol por várias horas. Apesar de discordar sobre a viabilidade de utilizar essa técnica para produzir imagens de pessoas e grupos, por conta do longo período de exposição necessário para obter uma imagem, é importante ressaltar a alusão à heliografia vinda de um pintor, ex-diretor da Academia Imperial de Belas Artes, ao argumentar que a técnica, além da presteza e fidelidade...

[...] reúne a vantagem de não ter prevenções favoráveis ou desfavoráveis, pois os seus resultados estão livres de toda a influência de escola ou de maneira artística: o instrumento produz tal e qual, e em seus desenhos se pode bem comparar as formas de ambos os sexos, as suas modificações nos diferentes períodos da vida, nos diversos exercícios, e no aspecto geral da cabeça e das extremidades, onde reside quase sempre o tipo de uma raça.⁸³¹

Como visto no capítulo 2, nas instruções da Seção Botânica, destaca-se a centralidade da observação e do registro escrito, além da obtenção de partes de plantas, mudas e sementes para fins de investigação posterior no retorno à Corte. No diário e nas memórias em separado, não há qualquer menção ao uso das câmeras fotográficas trazidas por Gonçalves Dias da Europa para pesquisas da Seção Botânica. Freire

⁸²⁹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174.

⁸³⁰ *Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil*. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 203.

⁸³¹ *Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil*. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 205.

Alemão faz apenas três referências às fotografias da expedição. A primeira ocorreu em Sobral na segunda-feira, 14 de janeiro de 1861.

Daí fiz um giro pelas ruas e praças extremas da cidade, passando pelas principais, até à casa em que está o Capanema, onde achei os doutores Saboia, médico, Vilela, magistrado, e outras moças; pouco depois chegou o senador Paula Pessoa, com seus filhos e genros, para se retratarem em grupo pela fotografia [...].⁸³²

As duas últimas foram registradas em torno do naufrágio do iate *Palpite*. A primeira em 2 de abril de 1861: “Agora (cinco horas) nos chegou aqui o Capanema muito aflito, porque teve noticia de que o iate *Palpite*, que vinha do Acaracu [Acarau], naufragou na costa; e vinha nele a sua bagagem, roupa, dinheiro, coleções, notas fotográficas etc. etc., disse ele que eram quatro malas e oito ou dez caixas!”.⁸³³ A segunda referência ocorre na entrada do dia 20 de abril de 1861, quando Freire Alemão copia a notícia d’*O Cearense* publicada no dia 5 de abril último sobre o naufrágio. A descrição do material perdido detalha a natureza das imagens fotográficas produzidas na província, informação provavelmente dada pelo próprio Capanema. “Perdeu-se igualmente toda a coleção fotográfica, uma série de vistas de nossas cidades e povoações, tipos dendrológicos, utensílios usados pelo nosso povo, mais cousas etc. assim com algumas fotografias de objetos microscópicos”.⁸³⁴

Vale lembrar também que a Comissão Científica se dividiu em três grupos, com alguns encontros eventuais em vilas da província, bem como nas reuniões em Fortaleza: as seções de Freire Alemão e Ferreira Lagos, as seções de Capanema e Gonçalves Dias, e Raja Gabaglia, uma vez que a Seção Astronômica tinha o maior número de auxiliares e precisava atender averiguações concernentes à pesquisa astronômica e geográfica. Reis Carvalho, pintor da expedição, ora viajava com o primeiro grupo, ora com o segundo, de acordo com a necessidade. Não é possível, porém, descartar que a separação dos grupos, embora prevista nas instruções gerais, tenha sido em parte motivada pelas complicadas relações interpessoais dos comissionados.

Como a correspondência demonstra que Capanema e Gonçalves Dias eram os mais entusiasmados com o registro fotográfico da expedição e que ambos aprenderam a fotografar e revelar, teria o grupo formado pelas duas seções tomado o

⁸³² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 139.

⁸³³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 480.

⁸³⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 493.

equipamento como material exclusivo deles? O fato de terem sido produzidas imagens de “tipos dendrológicos” (espécies de plantas arbóreas e arbustos) e objetos microscópicos, ainda que não especificados, seria uma evidência de uma tentativa de invadir a seara de outras seções, reforçando o intento de Capanema de realizar o que Renato Braga chamou de uma “Comissãozinha paralela”?⁸³⁵ A julgar pelo fato de o próprio Freire Alemão, muitas vezes, ter extrapolado as obrigações de sua seção e a concepção de ciência do período, em que não havia a total compartimentalização dos saberes, não parece haver dolo nessa atitude, o que não livra totalmente Capanema e Dias da possibilidade de terem se apossado da atribuição do registro fotográfico, cuja técnica dominavam.

A primeira alusão à fotografia na correspondência entre Guilherme Capanema e Gonçalves Dias ocorre em relação à necessidade de alguém que trabalhasse com o equipamento fotográfico, não necessariamente um profissional: “um amanuense, e que um dos pintores que devem acompanhar o Freire, saiba moldar em gesso, se os caboclos não desconfiarem que se lhes ponham cataplasmas — do que eu duvido”.⁸³⁶ A referência a um amanuense, profissional geralmente empregado em tarefas escriturárias, como cópia e registro de documentos e correspondência, entrevê uma percepção da fotografia não num sentido artístico, criativo, mas como um registro que espelha com total fidelidade o assunto a ser retratado — tanto que a frase coloca a habilidade de fotografar em pé de igualdade com a técnica de moldar cabeças em gesso, ainda que Gonçalves Dias vislumbre uma grande dificuldade em executar esse quesito junto a populações indígenas. “Essa gente, que tem mais juízo que nós, empresta com mais facilidade a filha, e mulher, do que a cabeça para experiências — ou do que confiam o pescoço à navalha de barbeiros. É por isso, e outras que tais razões que os chamam — *Selvagens*”.⁸³⁷ Como veremos mais adiante na correspondência entre os dois comissionados, o registro de paisagens e espécies aparece mais destacada em comparação às imagens de pessoas.

Segundo Boris Kossoy, a documentação fotográfica no século XIX era geralmente praticada por fotógrafos contratados por instituições oficiais, o que não impediu a atuação de fotógrafos diletantes atraídos em registrar o real —

⁸³⁵ BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica...* Op. cit., p. 51.

⁸³⁶ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde[n], 05/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 211.

⁸³⁷ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Op. cit.

particularmente as paisagens.⁸³⁸ Isso também se deve ao caráter eminentemente experimental dos diversos equipamentos concebidos para o registro por meio da luz — o que gerou, paradoxalmente, outras tantas reivindicações, individuais e/ou com aspirações nacionalistas, de uma autoria para a fotografia.

Hoje já se usa com mais frequência o *plural* quando se trata de analisar os diferentes processos fotográficos surgidos mais ou menos na mesma época: “a tendência é pelo plural *invenções*”. [...] Boris Kossoy, ao incluir o nome de Hercules Florence entre os indivíduos que descobriram um processo fotográfico no século XIX, refere-se a um estudo de Pierre Harmat que indica a existência de uma “relação de vinte e quatro pessoas que reivindicaram para si a invenção da fotografia”.⁸³⁹

A correspondência entre os dois comissionados mostra que Gonçalves Dias tinha menos experiência com fotografia do que Capanema, não só por aquele demandar seguidamente orientações sobre equipamentos e insumos a serem adquiridos na Europa. Capanema dá a Gonçalves Dias orientações precisas sobre as pessoas mais confiáveis a quem deve procurar, as quantidades de insumos e vidros necessários para levar ao sertão — uma vez que os químicos encontrados no Brasil custavam o quádruplo e eram muitas vezes de qualidade inferior⁸⁴⁰ — e a compra de compêndios de fotografia alemães para ambos se atualizarem sobre as técnicas mais recentes. Tal precisão, que denota um esforço de pesquisa e contatos anteriores em relação ao tema, fornece uma pista preciosa sobre a centralidade que a fotografia deveria desempenhar no trabalho desses dois membros da Comissão Científica, tanto em termos de auxílio à pesquisa como de divulgação dos resultados.

Por seu turno, Gonçalves Dias manifesta-se cada vez mais entusiasmado com as duas câmeras fotográficas, de 3 e 5 polegadas, encomendadas a monsieur Jamin.⁸⁴¹ Ainda na Europa, Dias chega a referir-se à possibilidade de alugar um ateliê para “ensaiar” bem os equipamentos.

⁸³⁸ KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980, p. 57.

⁸³⁹ TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos...* Op. cit., p. 33.

⁸⁴⁰ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Orianda, 24/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 112.

⁸⁴¹ Jean Théodore Jamin (?-1867). Óptico e fotógrafo em Paris. Iniciou suas atividades em 1822, produzindo lentes e outros instrumentos ópticos. Em 1855, apresentou com Alphonse Darlot, à Sociedade Francesa de Fotografia, uma objetiva Cône Centralisateur, uma lente normal Petzval montada em latão simples com um mecanismo de foco na frente em cremalheira, enquanto atrás da flange dianteira do tubo foi ampliada com um cone pintado de preto, apoiando o componente traseiro. A ideia era prevenir a reflexão interna da luz solar na placa sensibilizada, bem como corrigir aberrações por elementos dispostos em distâncias diversas, sendo por isso usado em fotografias de paisagem. Seu primeiro ateliê

Infelizmente não tenho *atelier*; estou com vistas num, — e ainda que não possa trabalhar senão no inverno, por que agora tenho mais que fazer, será isso bastante para pôr os aparelhos em estado de trabalhar, e de experimentar eu os processos de Monkoven, que me parecem ótimos, assim como os de Martin, Walleur, Bareswill, Löcherer, Weingartshofer — (vês que abundam).⁸⁴²

Há mesmo certo tom de irritação ao comentar com Capanema a necessidade de encomendar insumos suficientes para que outras seções da expedição pudessem usufruir do dispositivo fotográfico. “Quanto aos ingredientes, eu perguntava a tua opinião sobre a quantidade e qualidade deles, por que afora eu e tu, podem haver outros que queiram meter o bedelho em fotografia”.⁸⁴³ Talvez, pesasse-lhe o fato de que, vindo com conhecimento mais atualizado e prática da Europa, tivesse seu trabalho desviado por demandas de outras seções, como imprecava Capanema: “Não te esqueças de aprender com o Leguay, olha que tu és o nosso fotógrafo [roto o original] tens de ensinar aos outros”.⁸⁴⁴

Em outra carta, Dias diz ter tomado a iniciativa de encomendar uma tenda de inverno que, uma vez adaptada, poderia servir tanto como estúdio para captação de imagens como laboratório para revelação. Apesar dos avanços, a fixação das imagens fotográficas ainda representava um problema, principalmente para quem pretendia fazer registros ao ar livre e em situação de deslocamento, como no caso da Comissão Científica: a preparação das chapas úmidas a colódio deveria ser feita minutos antes da exposição, e a revelação, logo após.⁸⁴⁵

Esquecia-me dizer-te que a barraca fotográfica pode importar em 250 fr. [francos]. E portanto vai. São barracas para inverno — isto é hermeticamente fechadas ou quase e que podem servir para o caso, pondo-se-lhe um vidro apropriado, e engendrando-se uma mesa assim como uma borracha para água.⁸⁴⁶

Além disso, Capanema diz possuir uma câmera fotográfica, que pensa em

localizava-se na Rue Saint Martin na década de 1850. Abriu uma filial na Rue Chapon, n. 13.

⁸⁴² Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Paris, 03/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 226.

⁸⁴³ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Paris, 03/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 226.

⁸⁴⁴ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Rio [de Janeiro], 14/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 150.

⁸⁴⁵ KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980, p. 57.

⁸⁴⁶ Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Paris, 03/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 227.

levar para a expedição ao Ceará, e alude a alguns experimentos feitos por conta própria: “Eu hoje estou um grande fotógrafo mas sem essas receitas de Ornies, Menchrotens, Legrags etc. é do doutor Silva, que se presta ao nosso clima e aos nossos hábitos, se eu estivesse ainda na Serra te mandaria um clichê passado para guta percha e gelatina para tu admirares”.⁸⁴⁷

Percebe-se, nesses comentários, a preocupação em conciliar os produtos e técnicas vindos da Europa com as condições físicas e climáticas do Brasil, bem como a possibilidade de engendrar técnicas que se adaptem ao cotidiano de uma viagem exploratória ao interior. Ao longo da correspondência com Gonçalves Dias, revelam-se interesses dos mais variados em relação ao que registrar fotograficamente: desde paisagens, passando pela fotografia microscópica e a gravação de imagens de animais.

Quanto ao Jamin ensaia bem os aparelhos antes de os tomares. Traz muito colódio e sobretudo em vidros pequenos bem cheios, porque aqui custa muito fazê-lo bom; o éter acidifica com facilidade e o colódio que se prepara com ele perde a sensibilidade. Manda-me pelo próximo pacote alguns frascos de bom colódio para eu me divertir em quanto (sic.) não vamos, vê o colódio Bertsch, e que progressos fez esse corneta com a fotografia microscópica que o Instituto tanto elogiou. Vai da minha parte ao Mr. Geoffroy St. Hilaire e pede-lhe que te apresente o Rousseau do Jardim das plantas e dos bichos o qual fotografou e gravou animais etc. isto é um ramo útil para nós. Traz quando vieres alguns quilos (uns 20) de guta percha dissolvida em clorofórmio, dá-se uma camada disto sobre um clichê, e uma segunda de gelatina e quando esta está seca tira-se toda lâmina de colódio que forma com estas duas uma folha muito fina resistente límpida como o mais belo vidro d’espelho, e com a grande vantagem de se poder conservar numa pasta não haver perigo de quebra nem ter-se necessidade de carregar tão grande porção de vidros, nem ser necessário destruir os clichês para aproveitar *les glaces*, eu fiz a experiência e saí-me perfeitamente bem.⁸⁴⁸

Há uma vaga referência à paisagem como objeto de maior atenção a ser captado pelas lentes dos comissionados, logo quando Capanema e Dias começam a discutir a questão da fotografia.⁸⁴⁹ Já a referência ao “corneta”⁸⁵⁰ Auguste Nicolas Bertsch (1813-1870) demonstra a incerteza com relação aos usos potenciais em que a

⁸⁴⁷ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 175.

⁸⁴⁸ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro, 12/11/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 156.

⁸⁴⁹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Orianda, 24/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 112.

⁸⁵⁰ No Brasil, “corneta” pode ser usado como adjetivo para indivíduos que se intrometem no que não lhe cabem, um trapalhão.

fotografia poderia ser aplicada. Engenheiro civil e fotógrafo amador francês, Bertsch contribuiu para o desenvolvimento da fotomicrografia, técnica empregada para a obtenção de imagens fotográficas de microscópios. Por meio da técnica de colódio úmido em vidros com tempo de exposição de décimos de segundo, Bertsch contribuiu para a descoberta de seres e componentes invisíveis a olho desarmado. O pouco caso de Capanema pode ser devido à desconfiança que muitos cientistas demonstravam sobre a associação entre ciência e fotografia, principalmente vinda de um amador. Ou talvez ele menosprezasse a técnica de Bertsch em relação a suas próprias descobertas, que permitia fazer clichês secos que se despregavam das placas de vidro, tornando possível utilizá-las várias vezes. “Quero ainda fazer uma experiência que me falta manda-me meia dúzia de garrafinhas de colódio sensível de Bertsch quero ver se serve ou se é pulha *comme tous les autres*”.⁸⁵¹

A única (e última) referência à fotografia, durante a viagem exploratória, ocorre numa carta de Capanema para Gonçalves Dias, quando este já se encontrava fora do Ceará. Em dada altura, Capanema diz: “Estou aqui pela Pacatuba desfrutando o Vila Real, dele se obtém poses magníficas para um livrinho a modo de Michelet. Além disso já fotografei o diabo, vou ao acarape [Acarape] buscar mais notas e tirar as vistas das cachoeiras e parabuçaraetc”.⁸⁵² Três parágrafos depois, porém, ele indaga o amigo, comentando: “Como vais tu de fotografia, meus álbuns levaram o diabo no naufrágio, havia tão bem alguma (sic) cousa para ti”.⁸⁵³

A partir do que Capanema diz, é possível pressupor que ele tenha permanecido com todo o equipamento fotográfico, ou com o aparelho que lhe pertencia e disse pretender levar para a expedição, tendo o restante naufragado no iate *Palpite*. Não há referência, no diário que Gonçalves Dias escreveu no Rio Negro, de que ele tenha levado o equipamento consigo. Tratava-se de uma missão fora das determinações da Comissão Científica, e estando Dias sozinho seria difícil viajar com toda aquela parafernália. Também podemos supor que Capanema, apesar de ter perdido o material já executado, tenha continuado a fotografar como disse em carta, com a ajuda de um dos irmãos Vila Real. Não há qualquer vestígio, até o presente momento, dessas outras fotografias de “poses magníficas” e “vistas de cachoeiras”. Com a repercussão negativa

⁸⁵¹ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 175.

⁸⁵² Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Pacatuba, 28/05/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 235.

⁸⁵³ Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Pacatuba, 28/05/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 236.

do incidente com o iate *Palpite*, Capanema pode ter entendido que as imagens que captara posteriormente lhe pertenciam, podendo ser utilizados em outros projetos, uma vez que a Comissão Científica mal teria seus relatórios de seção publicados.

Podemos entender esse aparente desinteresse de Freire Alemão pelos equipamentos trazidos por Capanema e Gonçalves Dias a partir da “desconfiança dos botânicos do século XIX em relação à utilidade da fotografia na representação das plantas. Lorraine Gaston relata as principais objeções à técnica “quer por não conseguir captar os detalhes, quer por conter em si mesma a subjectividade no campo que se confere à ilustração””.⁸⁵⁴ Já Ermelinda Pataca e Rachel Pinheiro, num artigo que busca traçar um paralelo entre as Instruções utilizadas nas Viagens Filosóficas (1777-1822) e na Comissão Científica de Exploração, a despeito do destaque que os equipamentos fotográficos passaram a ter no registro das viagens científicas exploratórias, ponderam que nem todos os ramos da história natural foram igualmente afetados por tal registro. “Algumas modalidades dentro da história natural, como a taxonomia vegetal, por exemplo, não sofreram mudanças significativas em relação ao método de representação visual por consequência [sic] do surgimento da fotografia, continuando o desenho à mão livre o modo mais usado”.⁸⁵⁵

A ausência de cores além do preto e branco e a impossibilidade de reproduzir certas informações do referente podem ter influído na preferência de Freire Alemão por desenhos e pinturas, feitas tanto por Reis Carvalho quanto pelo próprio Freire Alemão, que era um exímio desenhista. Mesmo em relação a pinturas, entretanto, encontram-se embaraços. Segundo Lorelai Kury, há dificuldade em identificar muitas das plantas pintadas em aquarela por Reis Carvalho, provavelmente a pedido de Freire Alemão. Apesar de ter retratado detalhes morfológicos próximos do desenho botânico (e daí se inferir a orientação do presidente da Comissão), seus desenhos não contêm dados auxiliares ou textos descritivos; algumas ilustrações sequer possuem informações sobre data e local.

Poucas vezes percebe-se alguma organicidade entre as imagens que ele [Reis Carvalho] pintava e as pesquisas dos científicos. [...]

⁸⁵⁴ GOUVEIA, Antônio Carmo. “Do nome à imagem: percursos de uma planta tropical de São Tomé numa fotografia do final do século XIX”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). *O império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014, p. 190.

⁸⁵⁵ PATACA, Ermelinda Moutinho e PINHEIRO, Rachel. “Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro”. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, outubro jan./jun. 2005, p. 60.

Aparentemente, Reis acompanhou muito mais as pesquisas de Lagos sobre “folclore” e costumes, ou registrou preferencialmente as paisagens e vistas das cidades, deixando em segundo plano as coletas botânicas e zoológicas.⁸⁵⁶

Num trecho do diário de viagem, encontramos uma passagem em que fica patente o desagrado de Freire Alemão em relação ao trabalho do pintor, o que pode indicar uma desconfiança em relação à qualidade de suas aquarelas. Em Jaguaribe Mirim, após a comitiva ter voltado de uma excursão à serra do Pereiro, o botânico registra ter encontrado “muitos vaqueiros com suas vestimentas de couro e seus quartaus, amestrados no exercício de vaqueiro e prontos para derrubar gado, de que já havia uma boa porção dentro de um curral”. Mas a plasticidade do espetáculo de derrubamento de boi por cavaleiros encourados, de cuja descrição o botânico se ocupou em várias linhas e seria “próprio a formar um romance”, parece não ter tocado os demais. “*O Reis, trepado na cerca do curral com o seu álbum, desenhava a serra*”.⁸⁵⁷ O grifo é do próprio autor, recurso usado com grande parcimônia ao longo da narrativa, e daí se depreender que havia nesse grifo mais do que um mero destaque. Esse exercício que os vaqueiros faziam ali por divertimento, mas que compunha sua própria forma de viver — segundo o botânico, lida de destreza e valentia em que muitas vezes morria ou o boi, ou o cavalo, ou o cavaleiro, quando não todos — revela-se na escrita com todo o fulgor do movimento e da novidade. Mas de Reis Carvalho não teria sequer merecido um esboço, preferindo este desenhar algo estático, que lá estava no dia anterior e lá estaria no dia seguinte. Apesar de não haver indicações sobre o local ou a data em que foi desenhado, há na Coleção do Museu Dom João VI um desenho intitulado “Vaquejada”, o que demonstra que o pintor Reis Carvalho, ou por iniciativa própria ou por alguma indireta de Freire Alemão, não se limitava a registrar paisagens estáticas.

⁸⁵⁶ KURY, Lorelai. “Francisco Freire Alemão, botânico e viajante”. In: KURY, Lorelai (org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Editora, 2009, p. 194.

⁸⁵⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 103.



Figura 11: José dos Reis Carvalho. Vaquejada. Crayon sobre papel, s/d.

O argumento é reforçado quando se observa, ainda, outras das aquarelas de Reis Carvalho; vê-se que muitas delas retratam cenas com grande vivacidade, como podemos ver abaixo:



Figura 12: José dos Reis Carvalho. Pescaria com mororó, aquarela, s/d

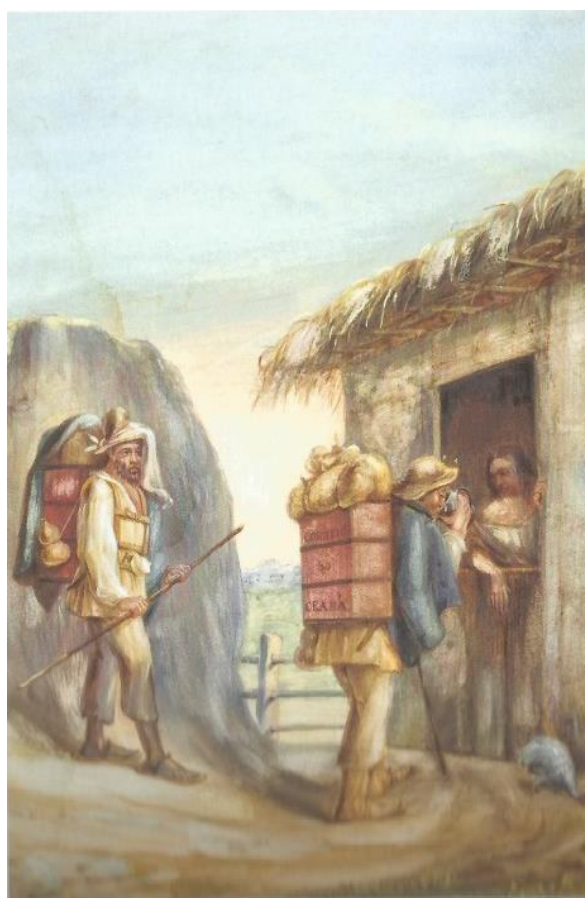


Figura 13: José dos Reis Carvalho.. Passagem do correio, 1859

Freire Alemão, por seu turno, executava desenhos por conta própria, tendo aprendido técnicas de gravura para publicar seus trabalhos sem depender de artistas profissionais, que não tinha como remunerar.⁸⁵⁸ Para os folhetos da Seção Botânica publicados nos *Trabalhos da Comissão Científica de Exploração*, foram publicados 15 desenhos feitos por Freire Alemão a bico de pena e litografados pelo Instituto Artístico.

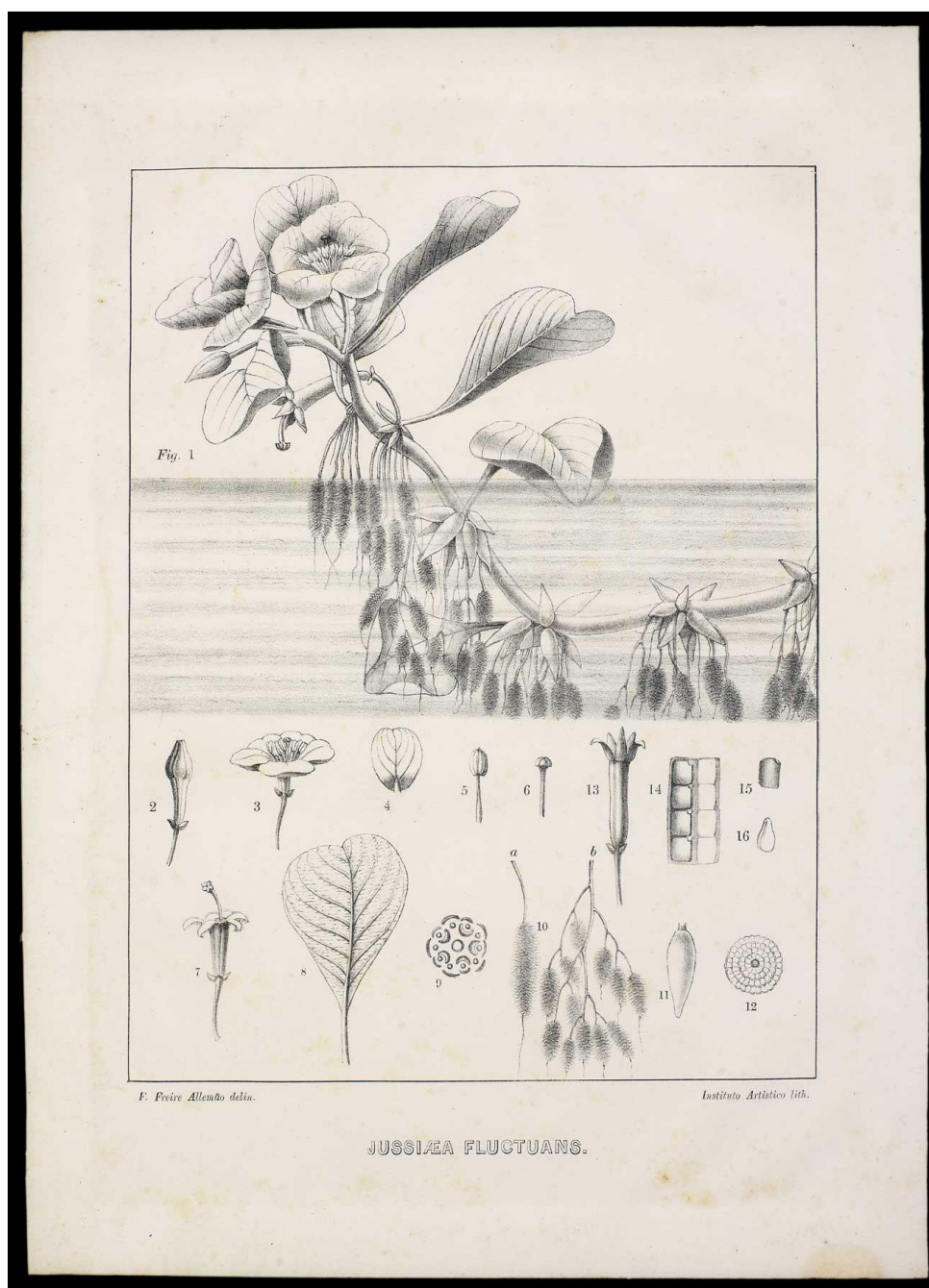


Figura 14: Francisco Freire Alemão e Manoel Freire Alemão. *Jussiaea Fluctuans*

⁸⁵⁸ KURY, Lorelai. "Francisco Freire Alemão, botânico e viajante"... Op. cit., p. 215.

Atribuída a Freire Alemão e seu sobrinho, Manoel Freire, a *Jussiaea fluctuans*⁸⁵⁹ é uma planta da família Onagraceae. Além do desenho⁸⁶⁰ do conjunto, Freire Alemão desenha, em separado, na parte de baixo da folha de papel, 16 partes da planta, como os diversos estágios de folha e flor, raiz, semente e corte horizontal e vertical do interior do caule. A obra prima pelo detalhismo e grande beleza, evidenciados pelos efeitos de sombra que dão textura às folhas da planta e densidade à água. Percebe-se, no entanto, que o realismo do desenho é parcialmente sacrificado pelos objetivos de classificação botânica, já que Freire Alemão, com o intento de mostrar a planta em seu ambiente, não atentou para o efeito da refração, que dá a ilusão ótica de que a planta estaria “quebrada” no limite entre a água e o ar. É certo que um sábio como Freire Alemão conheça os efeitos da refração e, a partir disso, pode-se imaginar que a refração não tenha sido reproduzida de forma consciente, uma vez que o importante numa ilustração botânica é dar a ver a planta da forma mais perfeita possível.

No levantamento feito junto ao conjunto de desenhos e no próprio diário, feitos pelo botânico durante a expedição científica, encontramos evidências do uso da “câmara lúcida”.⁸⁶¹ No documento identificado pela Biblioteca Nacional como I-28, 11, 42, encontramos o desenho de uma rua que se afunila, do canto inferior direito a um pouco além do centro da folha de papel, até o que parece se tratar de uma formação rochosa. No canto superior direito do papel, há a seguinte descrição manuscrita: “Rua do Commercio, tomada pela câmara lucida [lúcida], da janella do sobrado emq. [em que] estamos, e que fica entre 1/3 a lesnordeste (para baixo) e 2/3 a sudoeste para mais ou menos, eq. [e que] é a parte de cima, eq. [e que] foi desenhada, digo, tomada”. A identificação do desenho alude a um local e data: “Icó, 25 de outubro de 1861”, que não

⁸⁵⁹ Segundo Renato Braga, o nome vulgar é unha-de-sapo, seguida da seguinte descrição: “São plantas aquáticas ou palustres, herbáceas ou arbustivas, de folhas inteiras e alternas, com flores axilares vistosas, amarelas ou brancas. Cápsula cilíndrica ou prismática, 4-6 locular, com sementes numerosas e pequenas”. In: BRAGA, Renato. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. 5. Ed., Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2001, p. 575.

⁸⁶⁰ *Jussiaea Fluctuans* [Iconográfico]. Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309819/icon309819_05.jpg>. Acesso em 02/07/2016.

⁸⁶¹ O advento da fotografia, a partir da fixação fotoquímica da imagem, marca o auge da busca por um ideal de correção e verossimilhança da representação, cujo histórico, entretanto, é bem anterior à invenção de Daguerre e Talbot. Patenteada em 4 de dezembro de 1806 pelo físico britânico William Walloston, a câmara lúcida é registrada com o seguinte epíteto: “instrumento pelo qual qualquer pessoa possa desenhar em perspectiva, ou possa copiar ou reduzir qualquer gravura ou desenho”. WALLOSTON apud MARCELINO, Américo. “*Lucido dal vero*. Novos paradigmas da imagem e da representação num século de viragem. *Arte Teoria*: Revista do CIEBA, Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes – Secção Francisco de Holanda. Lisboa, Ano 2013-2014, n. 16-17, p. 75-87, nota 4.

conseguimos identificar no desenho acima. Pode se tratar de uma anotação acima da descrição (que se encontra apagada demais para qualquer leitura) ou algo que tenha sido colocada no verso do papel, que não foi fornecido pela Biblioteca Nacional.

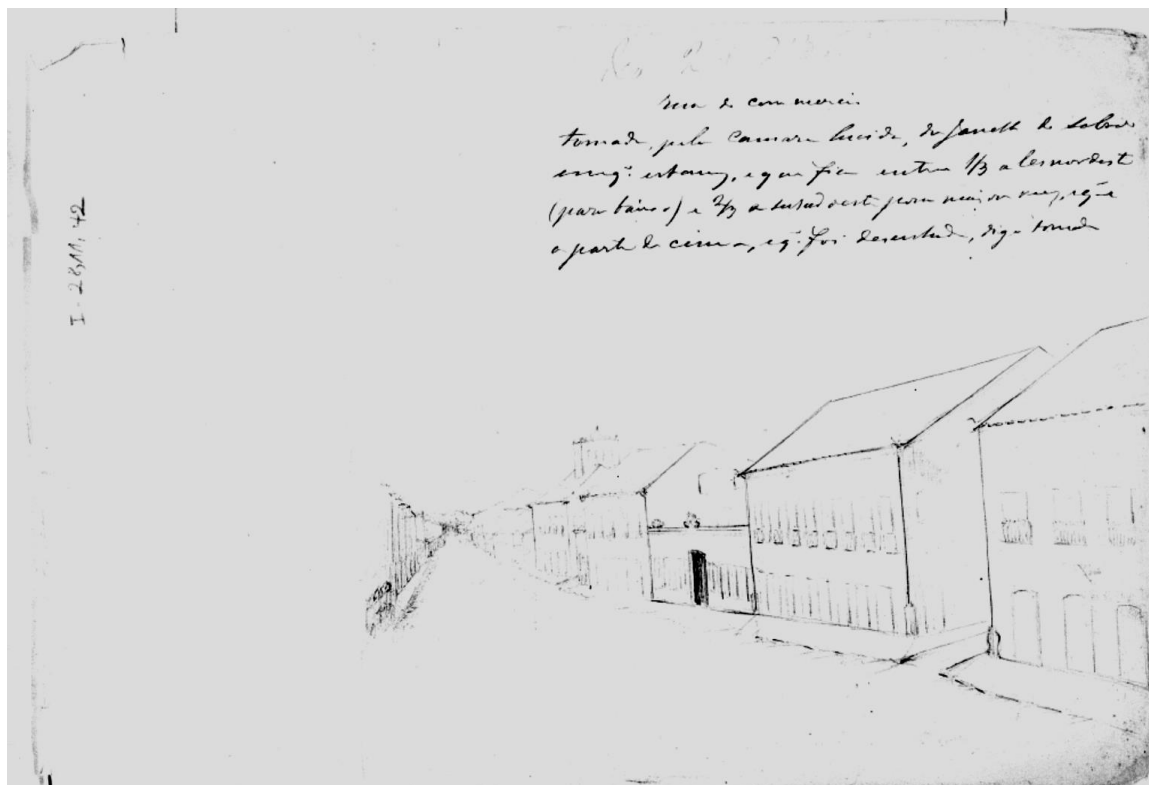


Figura 15: Francisco Freire Alemão. Rua do Comercio, tomada pela câmara lucida [lúcida], da janella do sobrado emq. [em que] estamos, e que fica entre $\frac{1}{3}$ a lesnordeste (para baixo) e $\frac{2}{3}$ a sudoeste para mais ou menos, eq. [e que] é a parte de cima, eq. [e que] foi desenhada, digo, tomada. Icó, 25 de outubro de 1861.⁸⁶²

Através do diário, não encontramos alusão à feitura da vista, mas encontram-se algumas informações do lugar de onde foi tomada. Ainda no Aracati, Freire Alemão cuidou da esposa do juiz municipal, dr. Aristides, que havia sofrido um aborto. “O juiz é cearense e a senhora filha do Icó, onde tem seus pais. O doutor manda pôr a nossa disposição [casarão] [f. 46] que tem vazio em Icó”.⁸⁶³ Chegada a Comissão Científica a Icó, trataram de entregar uma carta de recomendação para o sogro do dr. Aristides. Sabemos por Freire Alemão que se tratava de uma casa de sobrado, onde permaneceram durante a estadia em Icó — apesar dos protestos de Lagos, que a achava insuficiente, embora Freire Alemão achasse que era apenas um pretexto para ficarem ele

⁸⁶² Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 11, 42. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1473319/mss1473319.pdf>.

Acesso em: 03 fev. 2017.

⁸⁶³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 69.

e Reis Carvalho separados dos demais.⁸⁶⁴

Segundo Antônio Marcelino, a câmara lúcida segue o mesmo princípio de outras câmaras ópticas e escuras do período pré-fotográfico, com uma inovação: tratava-se de um prisma que permitia desenhar a partir do reflexo de um ponto de vista virtualmente projetado sobre a folha de papel, cabendo ao usuário traçar o rastro óptico para formar o desenho. Marcelino calcula que o uso pleno e generalizado desse equipamento se deu entre os anos 1810, com a difusão e proliferação de similares e outras versões do modelo original, até o declínio por volta de 1860, quando os equipamentos fotográficos já estavam bem estabelecidos — se bem que o declínio definitivo da câmara lúcida e o esquecimento da técnica pelos artistas tenham ocorrido entre finais do século XIX e a década de 1930.⁸⁶⁵

Diferente do inventor da câmara lúcida, que, segundo Marcelino, era um péssimo desenhador,⁸⁶⁶ o uso de um equipamento como este por um desenhista experimentado como Freire Alemão teria outros usos e implicações. Uma possibilidade é que Freire Alemão tenha adquirido uma câmara lúcida durante sua estadia em Paris e, anos depois, tenha levado o dispositivo consigo para a viagem às províncias do Norte. O desenho I-28, 11, 57 mostra uma vista do castelo de Vincennes tomada do interior de uma casa.⁸⁶⁷ A alusão ao termo “tomada” e não “desenhada”, como será explicado mais adiante, bem como o fato de ter sido o desenho feito no interior de uma casa, que, por ser mais escura do que o exterior daria maior contraste e exatidão à imagem refletida pelo prisma, são fortes indicadores da utilização de uma câmara lúcida. O dispositivo, de acordo com Marcelino, era usado de forma recorrente para executar retratos, representações arquitetônicas e vedute.⁸⁶⁸

⁸⁶⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 108 (nota).

⁸⁶⁵ HAMMOND & AUSTIN apud MARCELINO, Américo. “*Lucido dal vero*. Novos paradigmas da imagem e da representação num século de viragem. *Arte Teoria*: Revista do CIEBA, Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes – Secção Francisco de Holanda. Lisboa, Ano 2013-2014, n. 16-17, p. 81, nota 23.

⁸⁶⁶ MARCELINO, Américo. “*Lucido dal vero*. Novos paradigmas da imagem e da representação num século de viragem. *Arte Teoria*: Revista do CIEBA, Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes – Secção Francisco de Holanda. Lisboa, Ano 2013-2014, n. 16-17, p. 76.

⁸⁶⁷ Na identificação feita pela Biblioteca Nacional, lê-se: “Visita do castelo de Vincennes tomada do interior de uma casa”. Apesar de não termos indicações de local e data, uma vez que as anotações feitas na parte inferior do papel encontram-se praticamente apagadas, a semelhança do castelo retratado com o castelo de Vincennes, em Paris, é evidente. Como a única viagem que o botânico fez a Paris ocorreu no período de seu doutoramento, é quase certo que esse desenho tenha sido feito nesse período. Disponível em <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1473334/mss1473334.pdf>. Acesso em 04 fev.2017.

⁸⁶⁸ Vedute, plural de veduta, referem-se a pinturas, gravuras e desenhos em grande escala e rico em detalhes de paisagens urbanas, vistas topográficas e paisagens naturais.



Figura 16: Francisco Freire Alemão. Visita do castelo de Vincerves (sic.) tomada do interior de uma casa

Apesar de ser uma ferramenta cujo *modus operandi* implica primariamente o desenho, a maioria das imagens produzidas com uma câmara lúcida envolvia, quase sempre, uma pós-produção que acabaria com uma transferência dos desenhos originais para outros médiuns como gravuras, perdendo-se muitas vezes o rasto óptico do traçado — da *circunscrição* — que os poderia identificar. Não fossem as menções escritas dos autores ou editores dos álbuns onde muitos [sic] dessas imagens se incluem, muitas vezes explicitamente inscritas nos próprios desenhos como que conferindo uma chancela de autenticidade e correcção do motivo representado, e não poderíamos confirmar a detecção da ferramenta.⁸⁶⁹

O fato de Freire Alemão aludir, por escrito, ao equipamento, ao ponto de referência a partir do qual a rua foi tomada (e não desenhada, como faz questão de corrigir), às indicações geográficas a partir dos pontos cardeais denota a precisão que o botânico deseja imprimir àquela imagem. Uma possibilidade é que estivesse nos planos de Freire Alemão fazer uma gravura a partir desse desenho, daí a legenda para dar suporte quando da transferência para uma chapa de gravação. Ou uma tentativa de dar,

⁸⁶⁹ MARCELINO, Américo. “*Lucido dal vero...* Op. cit., p. 76.

por meio do suporte e do registro na legenda, uma legitimidade diferenciada àquele assunto. Marcelino ressalta que a transferência para a gravura será um ponto comum entre a maior parte dos desenhos executados com câmara lúcida, sobretudo em publicações de viagens e expedições. “Os artistas viajantes, amadores e profissionais, encontraram a sua máxima expressão nesta época e, tal como o câmara obscura (sic) o tinha sido, o novo aparato de Wollaston apresentava-se como o instrumento ideal para reportar a ‘verdade ilustrada’ destas viagens”.⁸⁷⁰

Não é possível saber se o esmaecido dos traços é consequência do tempo e má conservação ou se os delineamentos de Freire Alemão eram mais despojados, tomados à pressa. É provável que não, pois o diário denota as muitas horas que Freire Alemão passara naquela janela, ora observando o movimento de carroças, seges, transeuntes, procissões e cortejos fúnebres ora em devaneios melancólicos provocados pelo isolamento do sertão e da distância da família. Apesar disso, nota-se, na tomada da Rua do Comércio, o efeito da profundidade de campo, o afunilamento irregular da rua até chegar à serra, ao fundo, além de detalhes arquitetônicos do casario seguindo um padrão de equilíbrio e formas talvez difícil de alcançar à mão livre — por isso também, provavelmente, ter o botânico enfatizado tratar-se de uma obra tomada, e não desenhada, em que são captados os contornos, os pontos de sombra, sem recorrer a floreios ou a uma intervenção posterior, constituindo registros, antes de tudo, fiáveis e descritivos.

As 83 referências à palavra *janela*, no singular e no plural, dão conta de que aquele era um ponto de observação privilegiado para o presidente da Comissão Científica, onde se poderia ver sem necessariamente ser visto, estando protegido pelas frestas ou pelo escuro da noite. “Não tendo plantas a estudar, entretive-me em tirar uma vista da igreja, aqui da nossa janela”.⁸⁷¹ Um lugar que permitia ter pontos de vista enquadrados de grandes áreas espaciais ou mesmo, com o devido vagar, entrever certas situações na rua ou em outras casas. Em Aracati, diante do fato de se ver pouca gente às janelas (com exceção dos domingos, e mesmo assim por trás das rótulas), pode-se pensar numa atitude de cautela em relação àqueles visitantes reparando e fazendo perguntas sobre as coisas mais mezinhas. O olhar lançado a outras janelas, em Fortaleza, também definiria a possibilidade de uma visita: “Voltando do palácio mudei de roupa e fui para a casa do Bezerra, ia com tenção de visitar a família do Thomaz

⁸⁷⁰ MARCELINO, Américo. “*Lucido dal vero...* Op. cit., p. 77.

⁸⁷¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 408.

Lourenço, mas vendo pelas janelas que estavam as senhoras jogando cartas no meio da sala, e um pouco em *négligé* (*debochadas*, como aqui dizem) não as quis incomodar”.⁸⁷² Também em Aracati, no dia 8 de setembro de 1859, foi da janela que Freire Alemão, que foi fechar a casa pelo adiantado da hora (10 horas da noite), veio a ver...

[...] debaixo muitas luzes, esperei para recolher o que [era], e só quando chegam abaixo da janela é que vi que era um defunto, em um caixão revestido de preto, em cruz de Gali, carregado por quatro homens de casacas e acompanhado por oito ou dez, vestidos de casacos elevando velas curtas, com cartuchos de papel, contra o vento.⁸⁷³

Em compensação, por outras paragens era a janela ponto de encontro e conversação junto a outros sentados ou em pé na calçada, passando Freire Alemão, sozinho ou acompanhado por outros científicos, por vários desses pequenos grupos em suas caminhadas noturnas, estabelecendo relações de sociabilidade com os locais. Isso acontecia principalmente na capital da província, mas também em outras vilas mais adiantadas. Mais tarde, é na janela que o botânico procura minorar o calor e o enfado do trabalho durante o dia, permitindo-se alguns devaneios românticos: “Quase às oito horas despi-me, estava só em casa e pus-me à janela: a noite era linda de luar, só algumas nuvens laceradas, prateadas pelos raios da lua, vagueavam pelo céu de um azul desmaiado e salpicado de amortecidas estrelas”.⁸⁷⁴ Também é lá onde Freire Alemão faz suas medições de temperatura, naquele limiar entre o interior e o exterior sem dar a ver que usava um equipamento que outros poderiam achar estranho, como na passagem ficcional de *Luzia Homem*: “Amanhece bom dia, termômetro 21 graus e meio, posto à janela desce a 20 graus e meio”.⁸⁷⁵

A janela terá ainda papel central na trama de assassinatos e brigas políticas que Freire Alemão ia recolhendo a partir do relato com alguns interlocutores. Como em Fortaleza, nas longas conversas que Freire Alemão tinha com um paciente, Manoel Bezerra, “este homem, que tem hoje 55 anos, é muito noticioso e conversa bem, tem tomado parte ativa nos sucessos de sua terra, militou contra a revolta de Pinto Madeira em 32. Contou-me tanta coisa que me não é possível tê-las agora de lembrança”.⁸⁷⁶ A certa altura, talvez por consciente de que não sobreviveria à moléstia

⁸⁷² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 514-515.

⁸⁷³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 60.

⁸⁷⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 110.

⁸⁷⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 512.

⁸⁷⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 277.

que o atacava (“hidropsia por ofício do fígado”, segundo Freire Alemão) aproveitava “o que lhe resta a viver para relatar os fatos de sua vida, e justificar-se de graves imputações que fazem cair sobre ele”.⁸⁷⁷ Uma delas foi o assassinato do Major Facundo⁸⁷⁸ e a tentativa frustrada de assassinar o então presidente da província, general José Joaquim Coelho.

Aqui [em Fortaleza] envolveu-se logo nos partidos políticos, então muito mais brutalmente assanhados de que hoje, o que lhe granjeou muitos inimigos. Em 1845 foi o Facundo assassinado em sua própria casa de sete para oito horas da noite [f. 256] sentado à sua janela, com um tiro de bacamarte (até pouco tempo existiam sinais de chumbo nas paredes, mas hoje está tudo apagado). Como é costume levantou-se grande alarido, e todos os homens de algum vulto no partido contrário foram envolvidos em monstruosos processos, o então presidente general Coelho foi acusado de mandatário, depois atribuiu-se à mulher, porque fora às suas mãos uma carta de Facundo a um sujeito na qual ele injuriava gravemente a essa senhora etc. etc. O Manoel Bezerra foi também envolvido nessa questão e acusado, processado, e julgado pelo júri que o absolveu. Protesta ele pela sua inocência, que não tinha queixa alguma daquele homem etc. etc. O general Coelho escapou de ser assassinado, fizeram-lhe uma tocaia ao lado da casa do comendador Machado, em uma noite em que lá esteve; quem o salvou foi uma das filhas do Machado, e sem o pensar, porque todo o tempo em que ele estava à janela do lado da espera estava ela sempre a seu lado; e o assassino tendo compaixão da moça não atirou.

Já a partir do uso do participípio do verbo tomar, é possível imaginar que outras imagens feitas por Freire Alemão tenham sido executadas com a câmara lúcida, apesar de não haver a confirmação textual do uso do invento de Wollaston. É o caso da “Vista d’uma parte da Cidade do Crato, e tomada d’uma janella lateral do sobrado, em que está a Comissão, na rua do fogo — (out. de 1859)” e “Vista da serra Grande tomada da varanda da casa emq. [em que] estou arranchado. Marroaes, 24 de out. [outubro] de 1860”. Mais uma vez, temos desenhos executados nas habitações em que a Comissão Científica se hospedou — e, assim como os do Castelo de Vincennes e da rua do Comércio do Icó, o botânico provavelmente aproveitou o contraste entre o espaço interior e exterior para a feitura da “tomada” com o uso da câmara lúcida.

⁸⁷⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 477.

⁸⁷⁸ João Facundo de Castro Menezes (1787-1841). Político, militar e liberal cearense, foi por quatro vezes presidente província do Ceará. Após dois atentados motivados por rivalidades políticas, foi assassinado a tiros em casa, no dia 8 de dezembro de 1841. A esposa do então presidente da província, o conservador José Joaquim Coelho, foi apontada como mandante do crime, mas nada sofreu. Apenas os executores foram condenados.

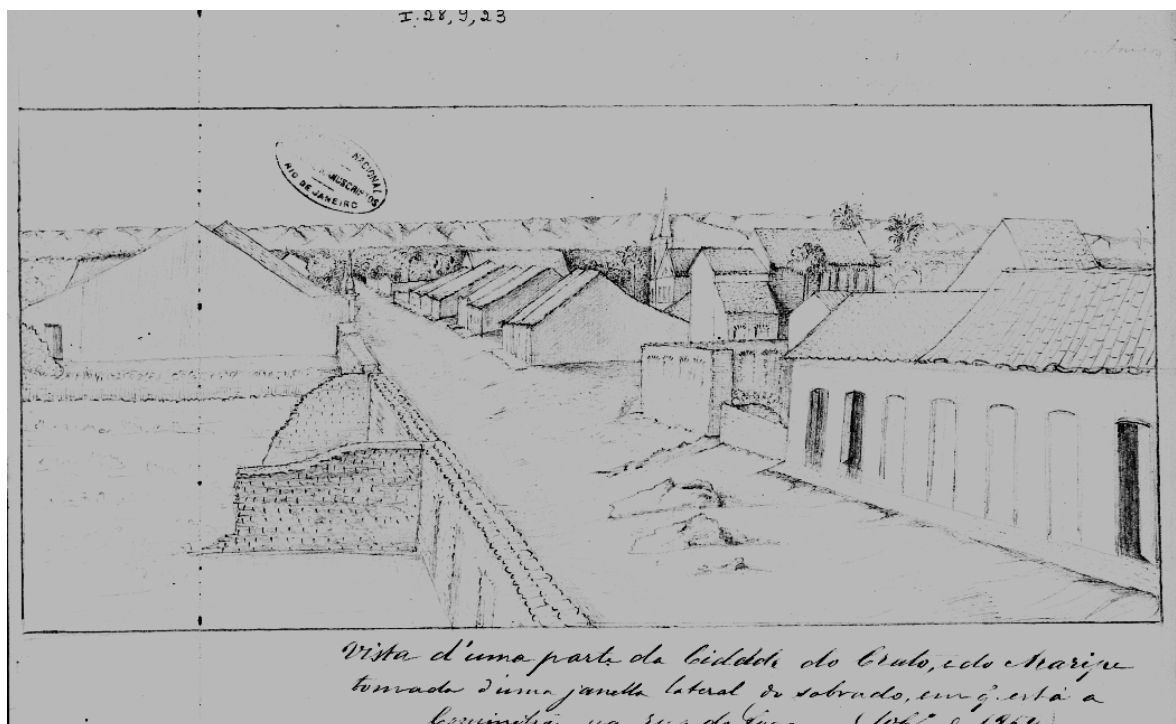


Figura 17: Francisco Freire Alemão. Vista d'uma parte da Cidade do Crato, e tomada d'uma janella lateral do sobrado, em que está a Comissão, na rua do fogo — (out. de 1859)

No primeiro caso, diferente do desenho da Rua do Comércio de Icó, tem-se aqui uma imagem bem mais nítida e rica em detalhes. Nota-se que os traços do casario e da igreja são feitos em linha traçada, uma linha mais forte para circunscrever os contornos da imagem projetada pelo prisma. Isso denota, segundo Marcelino, a frescura de um gesto inicial que ficou intocado, sem intervenção posterior, fixando formas reduzidas à pureza de uma linha, ao lápis tracejado e ao esfumado que demarcam zonas de sombra. Ou a figura captada como num instantâneo fotográfico, numa imobilidade suspensa.⁸⁷⁹ A própria deformação do traçado dos tijolos da parede em ruínas indica certa urgência na ação de captar e fixar o assunto.

⁸⁷⁹ MARCELINO, Américo. “Lucido dal vero... Op. cit., p. 80.

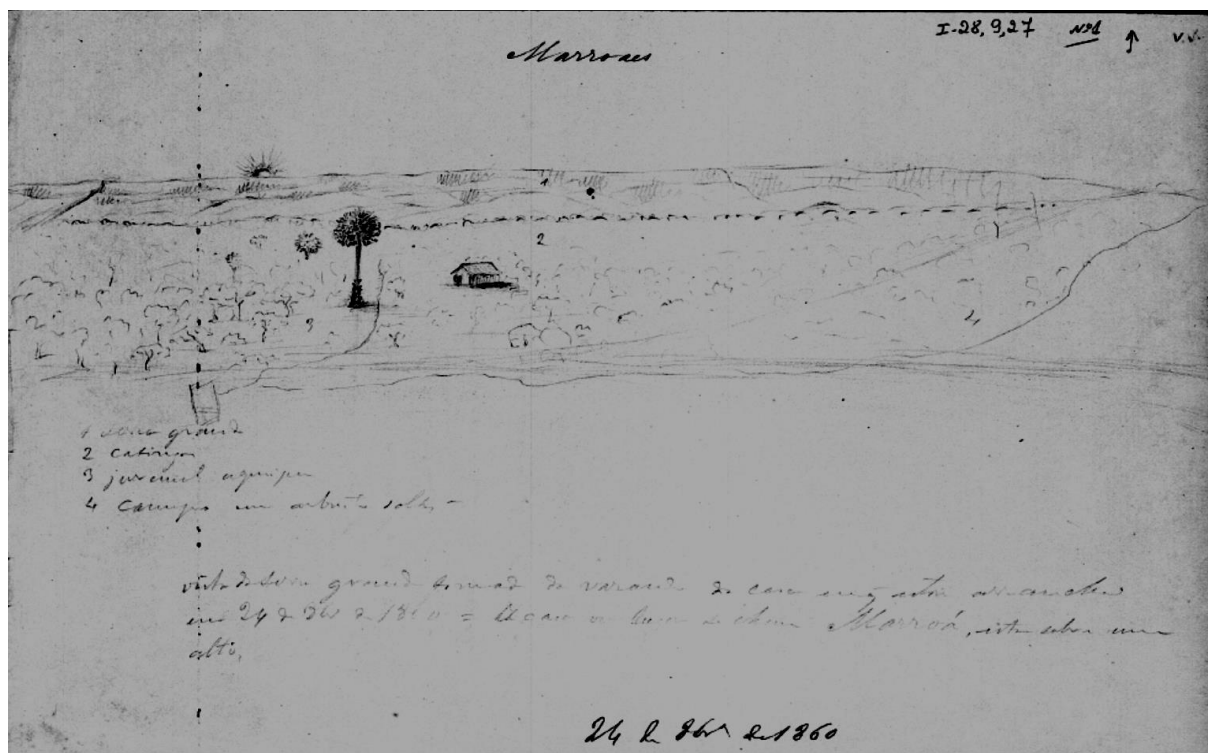


Figura 18: Francisco Freire Alemão. Vista da serra Grande tomada da varanda da casa emq. [em que] estou arranchado. Marroaes, 24 de out. [outubro] de 1860

No desenho tomado em Marroaes (atual Marruás, distrito da cidade de Tauá), encontram-se os números 1, 2, 3 e 4 em algumas partes do desenho, que é seguido por uma legenda a explicar os números: “1 Serra Grande 2 catinga [caatinga] 3 juremal aquífero 4 Campo com arbusto solto”. No diário, encontramos indicações do que a Comissão chegara ali no dia 24 de outubro de 1860, sendo hospedados pelo “Sr. Inácio Alves Ferreira, casado, e proprietário da fazenda denominada Marroais (sic)”.⁸⁸⁰ Partiram de lá às seis horas e meia do dia seguinte, rumo ao Ipu, em parte devido às más condições do local: “Às quatro horas da tarde o termômetro colocado na sala aberta está em 26 graus, o calor é intenso, apenas corre uma aragem quente, a gente balançando-se na rede não acha alívio, a mesma rede queima as costas; nem ao menos temos água que agrade ao beber!!”.⁸⁸¹ Ainda assim, houve tempo entre os incômodos da viagem e o atendimento de “várias pessoas da família, [qu]e trouxeram uma menina com um cancro num pé para se receitar”.⁸⁸² para fazer um desenho e escrever sobre o local. No meio de afazeres e incômodos, os números associados a determinadas partes do desenho, tomado bem mais à pressa do que o anterior, podem ter sido feitos para orientação posterior,

⁸⁸⁰ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 321.

⁸⁸¹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 321.

⁸⁸² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 321.

numa versão melhor acabada da vista. Nota-se também que há uma desproporção de escala entre o desenho de uma casa e de uma árvore ao lado (uma carnaúba?). É possível que isso tenha sido feito de maneira proposital, de forma a guardar os caracteres de uma espécie mais predominante, também com o fito de uma versão a ser feita com mais vagar. A ideia é reforçada pela descrição do terreno e da vegetação, feitos no diário.

Andamos com sol sempre descoberto, calma forte, aragem pequena ou nula. O terreno é como o de ontem de grandes e profundas ondulações, exceto aos dois lados do Acaracu [Acarau], onde meia légua para um lado e para outro, pouco mais ou menos, as ondulações se tornaram mais raras e largas, formando tabuleiros de terra parda e arenosa, sendo nas grandes ondulações de uma terra avermelhada, e de pedregulho. As matas são caatingas, de sabiá, jurema, catingueira, pereiros, mororós, angicos, aroeiras, violetas, carobas, caraúbas, timbaúbas, cumaru, carvoeiras etc. etc.

Os angicos, as carobas, caraúbas estão floreando. As aroeiras, cumarus, violetas, etc. estão com fruta.⁸⁸³

Ao procurar distanciar-se de um olhar subjetivo, as imagens que emergem desses dispositivos pré-fotográficos evidenciam “esse sintoma que corresponde a uma mudança de sentido relativamente ao modo como se olha e se representa a realidade; um desejo de progresso na arte da representação figurativa para novas metas de realismo e que pretende consolidar uma nova realidade”. Uma imagem, segundo Marcelino, não mais entendida como o produto de uma construção intelectual do exterior pela mão do artista, mas como “gravação objectiva e neutral da natureza”.⁸⁸⁴

Pataca e Pinheiro, citadas anteriormente, destacam que os equipamentos e materiais utilizados numa expedição científica — para auxiliar a coleta e levantamento de dados; para a obtenção de objetos e espécimes naturais; e a fixação de materiais que fatalmente se deteriorariam — não apresentavam muitas variações ao longo do desenvolvimento das práticas de campo. Além de “facas e tesouras de jardim, papel, papelão e cordas para prensar as plantas que seriam coletadas, e vidros para sementes, frutos, fungos e musgos”, um botânico poderia fazer uso de outra categoria de material, voltada para o “registro visual dos objetos naturais e paisagens, como pigmentos, pincéis, lápis, papel e câmara escura, precursora da câmara fotográfica que refletia o objeto a ser representado em um compartimento escuro no qual o artista copiava a

⁸⁸³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 321.

⁸⁸⁴ MARCELINO, Américo. “*Lucido dal vero...*” Op. cit., p. 75-76.

imagem”.⁸⁸⁵

No diário de viagem, o uso da palavra “câmara” se restringe às referências aos arquivos, livros e prédios da Câmara Municipal encontrados nas cidades por onde passavam (e onde, muitas vezes, os comissionados pousavam); além disso, uma referência à serra do Câmara⁸⁸⁶ e outra à câmara no sentido de quarto de dormir, a partir do hábito que observamos, a partir do segundo diário, de fazer um comparativo entre temperaturas em diferentes horas do dia e em locais exteriores e interiores: “Segunda-feira 25: Amanheceu bom dia, termômetro 20 graus e meio. Esteve aqui o Dr. Capanema, que chegou ontem de Maranguape. Três horas, faz sol quente, termômetro na câmara 24 graus e meio”.⁸⁸⁷ A legenda escrita no desenho da rua do Comércio de Icó é a única referência direta ao uso da “câmara lúcida” para a apreensão de imagens. Porém, a partir do trecho da legenda em que o próprio botânico se corrige, ao afirmar não se tratar de um desenho, e sim de uma tomada, é possível supor que esse desenho não foi o único em que Freire Alemão fez uso do equipamento.

Outra evidência da atenção de Freire Alemão às formas de visualidade proporcionadas pelos equipamentos fotomecânicos para a apreensão da realidade é o fato de citar, por nove vezes durante sua estada em Viçosa, o mais novo divertimento trazido para a vila: um cosmorama. A primeira referência ocorre no dia 23 de dezembro de 1860. O divertimento foi instalado na sala da Câmara Municipal, certamente como parte das celebrações da novena de Natal, que teve como “noitário [noiteiro] um Sr. Herculano de tal, português aqui casado e estabelecido que tem presunção de saber preparar uma festa”. Além da igreja decorada com um arco iluminado por lanternas de papel colorido “que faziam bom efeito”, o patrocinador mandou vir de Granja um grupo de sopro, enquanto no adro, do lado de fora da igreja, reinavam um pífano e uma caixa da terra para a gente comum e os que vinham do sertão. “Os repiques e os foguetes não cessaram. Houve grande concorrência de homens e de senhoras; a noite era de luar. Eu fui à função [que] era brilhante para estes lugares”.⁸⁸⁸

Segundo o botânico, um patrício do Sr. Herculano, F. Leal, morador de Sobral, foi quem trouxe o cosmorama, o que pode indicar tratar-se de um divertimento

⁸⁸⁵ PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel. “Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro”. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, outubro jan./jun. 2005, p. 60.

⁸⁸⁶ Freire Alemão se refere à serra do Camará, na atual divisa entre os estados do Ceará e Rio Grande do Norte.

⁸⁸⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 474.

⁸⁸⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 386.

itinerante da região. Trazia seis vistas, que eram acompanhadas ora por música de realejo ora pelo próprio Sr. Leal, e superou as expectativas de Freire Alemão, revelando assim tratar-se de coisa comum na Corte ou mesmo por aqueles sertões. Na contramão de outros autores, que pontuam a raridade de divertimentos ópticos no Brasil oitocentista com base no número de espectadores alcançados em grandes centros como os Estados Unidos e a Europa, Maria Cristina Miranda da Silva argumenta que tal afirmação não pode ser feita em valores absolutos.

Um estudo mais sistemático demonstra que os aparelhos e dispositivos ópticos do século XIX foram conhecidos e utilizados nos espaços públicos e privados no Brasil oitocentista, ainda que em proporção menor se comparada aos grandes centros da Europa. Como divertimentos, fizeram parte da *história da visualidade* na cidade do Rio de Janeiro, chegando a alcançar alguma popularidade, sendo exibidos em estabelecimentos próprios, barracas em festas de ruas e outros espaços semipúblicos (como os teatros) e também consumidos em espaço privado.⁸⁸⁹

A autora localiza, em 1815, as primeiras referências à presença de aparelhos/dispositivos ópticos na cidade do Rio de Janeiro, ainda que inicialmente no âmbito privado de famílias abastadas e da própria família imperial. “Em correspondência de D. Pedro I a seu filho, em torno de 1832, encontramos também referência a uma lanterna mágica que teria sido enviada ao príncipe regente juntamente com outros presentes da Europa”.⁸⁹⁰ Porém, os empresários de divertimentos rapidamente perceberam as propriedades de entretenimento desses dispositivos, passando a organizar sessões de exibição. Talvez por isso não haja detalhes sobre o funcionamento do cosmorama, a descrição das vistas ou se eram vistas fotográficas ou pintadas à mão. O fato de também ter usado, ainda que uma única vez, a palavra “panorama” para se referir à fonte de seus prazeres noturnos em Viçosa, dá conta da diversidade e confusão de denominações desses aparelhos ópticos, fomentadas pela imprensa, os exibidores e o próprio público.⁸⁹¹ Freire Alemão preferiu destacar os momentos agradáveis que passara admirando o belo sexo. “O divertimento foi o mesmo que o de ontem; somente hoje tivemos mais ocasião de gozar da companhia e das

⁸⁸⁹ SILVA, Maria Cristina Miranda da. *A presença dos aparelhos e dispositivos ópticos no Rio de Janeiro no século XIX*. 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006, p. 27.

⁸⁹⁰ SILVA, Maria Cristina Miranda da. *A presença...* Op. Cit., p. 28.

⁸⁹¹ TRUSZ, Alice Dubina. “O cruzamento de tradições visuais nos espetáculos de projeções ópticas realizados em Porto Alegre entre 1861 e 1908”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 18. n. 1. p. 129-178. jan./jul. 2010, p 132.

conversas das senhoras, e uma mocinha morena e desembaraçada tomou-me para seu cicerone, na explicação das vistas do cosmorama, mas eu não sei o que lhe explicava”.⁸⁹² A função começava nove horas da noite e podia seguir até meia-noite, dependendo da quantidade de famílias, especialmente de senhoras que ali estivessem, servindo o botânico para explicar-lhes as vistas, com o que ficava embevecido e saudosos.

Entramos na sala, guardada a porta por dois soldados, pagamos a cada um 500 réis. Já lá achamos várias senhoras, e entre elas as duas mais bonitas que se acham na vila, D. Mariana Beviláqua, e a famosa filha do Sr. João Severiano, moça de 15 anos, baixinha, de tez alva, corada e mimosa. As seis vistas do cosmorama eram melhores do que eu supunha, e o Sr. Leal, por intervalos, cantou algumas modinhas com bastante graça. A melhor gente da terra ali estava; e era com- [f. 125] panhia agradável, passou o tempo sem se sentir, e saímos dali depois das dez horas. A sala da Câmara é grande, no fundo está ainda o cosmorama, na frente havia uma espécie de pano de boca, pintado por fora, do qual estava a música, que tocava de quando em quando. Passeando-se, conversando-se, vendo as vistas do cosmorama, ouvindo música, e canto, passava-se o tempo agradavelmente.

As indicações de Freire Alemão dão conta de um equipamento de vistas fixas com boas dimensões e que necessitava de certas condições para funcionar, como uma sala fechada e certo tempo para fazê-lo funcionar: “A casa do cosmorama estava ainda fria, mas apesar disso dirigimo-nos para lá, estava com efeito poucas pessoas, o vigário Augusto, e pouco mais de três senhoras; meia [f. 126] hora depois chegaram as famílias do tenente-coronel Magalhães, do Augusto, do Beviláqua, e outros”.⁸⁹³ Os mil réis pagos aos soldados (não se sabe se era o preço do ingresso ou se era um agrado aos que estavam ali de vigia) e a presença das famílias mais gradas da vila também denotam que se tratava de um divertimento caro, a que poucos tinham acesso, na contramão do aspecto popular que esses divertimentos tinham na Corte pela mesma época. A comparação da experiência em outros locais como Porto Alegre, guardadas as devidas proporções, reforça as inferências obtidas por meio das informações do chefe da Comissão Científica.

Os estabelecimentos tinham duração temporária e funcionavam diariamente, à noite, em horários fixos, atualizando semanalmente os seus programas de vistas e exibindo-as com ou sem acompanhamento musical e oral. Abertos para fins de entretenimento, apresentavam-se como uma diversão familiar, estabelecendo preços diferenciados para

⁸⁹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 387.

⁸⁹³ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 389.

as entradas de acordo com a faixa etária.⁸⁹⁴

O cosmorama, o convívio com as senhoras da vila de Icó (com certo ar de flerte platônico), a proximidade da passagem do ano de 1860 para 1861, enfim, o cotidiano proporcionado por aquela estadia deve ter feito Freire Alemão lembrar, mais uma vez, da distância que o separava da família e o peso de uma empreitada que obriga a pessoa a deslocamentos, fadigas e dissabores. Na noite de 27 de dezembro, Freire Alemão recebeu Raja Gabaglia e o Dr. Barbedo para tomar chá na casa onde estava a Comissão, seguindo sozinho para “ver o cosmorama, por despedida e foi despedida triste, porque de senhoras conhecidas estavam poucas, e a flor delas, D. Mariana, retirou-se cedo por incomodada”.⁸⁹⁵ Ainda serviu de cicerone para algumas senhoras, aparentemente desconhecidas ou não tão merecedoras de destaque como a Sra. Beviláqua e sua amiga. As imagens, porém, não o consolaram; nem mesmo Leal pôde cantar naquele dia, por uma dor de garganta, conta o botânico. “Tenho o meu espírito tão próspero à melancolia que tudo me impressiona, suscitando-me saudades e tristezas. Estamos na festa do Natal, que é ou foi a nossa festa de prazeres no Rio de Janeiro, e de lá nem ao menos temos notícias!”

É notável, por outro lado, como a utilização de termos e expressões ligados ao sentido visual e à composição imagética emerge em vários momentos no diário. Freire Alemão tirou o risco do frontispício da igreja de Baturité,⁸⁹⁶ teve a vista de vastos panoramas do sertão nos topos de serra, tirou “a perspectiva da igreja, digo, os primeiros traços” e ao voltar andou “medindo lugares da vila, a passos, para levantar-lhe o plano”,⁸⁹⁷ algo que repetiu em outras vilas e em Fortaleza, onde não passou despercebido: “Antes do almoço saí e andei pela cidade, medindo as ruas a passo, para tirar-lhe o plano, não sem reparo [f. 219] da gente que me viram naquele exercício”.⁸⁹⁸ A observação também tinha o objetivo de mapeamento: “Andei vendo plantas e também fui observar o talhado da serra, seus sacos etc., para traçar uma carta de viagem”. Ou aproveitava um dia encoberto, quando não poderia fazer explorações, para “traçar a carta da minha viagem, servindo[-me] da bússola do Lagos e com informações do Sr.

⁸⁹⁴ TRUSZ, Alice Dubina. “O cruzamento de tradições visuais nos espetáculos de projeções ópticas realizados em Porto Alegre entre 1861 e 1908”. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 18. n. 1. p. 129-178. jan./ jul. 2010, p. 135.

⁸⁹⁵ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 390.

⁸⁹⁶ Op. cit., p. 456.

⁸⁹⁷ Op. cit., p. 441.

⁸⁹⁸ Op. cit., p. 452.

Gualter”.⁸⁹⁹ Além dos desenhos que o auxiliariam nos estudos botânicos — “Depois do almoço que foi tarde nos ocupamos com o estudo de algumas plantas, fazendo desenhos toscos por estarmos na rede, e não ter outro cômodo”⁹⁰⁰ — havia outros menos pretensiosos, mas não menos relevantes: “Depois do almoço ocupei-me com o estudo de algumas plantas, e por distração desenhei uma cearense no seu desalinho caseiro, servindo-me de modelo uma vizinha e algumas que aqui vieram receitar-se, uma das quais ficou muito contente, por me servir para desenhar os cabelos”.⁹⁰¹ O fato de tomar várias mulheres por modelo de um único desenho pode remeter a uma tentativa de Freire Alemão em traçar um tipo, ou uma típica cearense. Infelizmente, o único desenho de uma mulher que se encontra entre os manuscritos mantidos pela Biblioteca Nacional data de fevereiro de 1859; na verdade, dois desenhos no papel, de uma mulher de frente e de costas, em que se destacam seus trajes. O trecho do diário acima citado é de 15 de fevereiro de 1861.

Para Marta Penhos a construção “visual” do texto é uma forma de reforçar a presença do autor-narrador, tanto como indivíduo como membro de uma comunidade, que não só observa uma realidade exterior a ele — em nosso caso, o homem e o científico Freire Alemão, homem da Corte tido tantas vezes como estrangeiro pelos cearenses, ele mesmo reforçando, várias vezes, a distância em relação à “gente do país” —, como também é o observador de uma realidade abarcada por meio de uma combinação de narração e descrição calcada no olhar: “[...] un sujeto cognoscente que, enfrentando al mundo, congela todo en objeto — hasta los seres humanos — por médio de la preeminencia de la vista sobre los demás sentidos”.⁹⁰² Mesmo tendo em conta que a autora aqui se refere a um sujeito europeu, do século XVIII, em colônias hispânicas, que se projeta nesse mundo desconhecido para indagar sobre ele, e assim melhor sistematizá-lo e dominá-lo, as formas de Freire Alemão de pensar e relatar suas experiências no Ceará são, em grande parte, formatadas por essa estreita vinculação “entre o impulso exploratório a partir da segunda metade do século XVIII, o estabelecimento do paradigma das ciências naturais e uma confiança renovada na visão

⁸⁹⁹ Op. cit., p. 199.

⁹⁰⁰ Op. cit., p. 447.

⁹⁰¹ Op. cit., p. 452.

⁹⁰² PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar: imágenes de Sudamérica en fines del siglo XVIII*. 1ª ed., Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005, p. 231-232. Traduzi por: “[...] um sujeito cognoscente que, de frente para o mundo, congela tudo em ordem – incluindo os seres humanos - por meio da primazia da visão sobre os outros sentidos”.

como meio privilegiado para a aquisição de conhecimento”⁹⁰³ (ver também Capítulo 1).

No diário, encontram-se 97 referências às palavras *panorama*, *quadro* e *vista*. Por vezes, em suas descrições, Freire Alemão passa ao leitor um sentido de quadro produzido em movimento, de pequenos pedaços formados na rotação dos olhos ou na junção do que vai colhendo no caminho, seja em terreno plano ou no topo da serra, tendo como ponto de continuidade a estrada, como ocorre na narração da viagem que os científicos fizeram de Juazeiro a Crato.

O caminho que do Juazeiro conduz ao Crato é de três léguas – [de] estrada plana, arenosa, tortuosa – e bordado de vigorosa vegetação; era uma estrada das vargens do Rio de Janeiro. Ao lado direito nos ficava uma vargem fresca, por onde passa um rio, e toda plantada de cana-de-açúcar, havendo à beira do caminho 13 engenhos, às vezes quase juntos. Quando chegamos ao alto dum morro sobranceiro à cidade, se nos ofereceu um bonito panorama, por diante fechava o quadro a serra do Araripe, que não é mais que uma vasta chapada rasa e igual, como a do Apodi, adiante da qual [f. 182] fica a bacia do Crato, toda vestida de vigorosa vegetação e formando contraste com o aspecto do sertão. No centro e por entre o verde das árvores aparecia a torre da Matriz. A estrada, descendo moderadamente, oferecia grupos de gente com trajes domingueiros que concorriam para a missa.

Tem-se, a um só tempo, não só a distância como o aspecto da estrada — plana, arenosa e tortuosa — cuja vegetação nas bordas lembrava as vargens do Rio de Janeiro, uma forma de aproximar o potencial leitor ou o próprio Freire Alemão de referências seguras por comparação. Do olhar plano então passamos para a tomada descritiva a partir alto de um morro, no qual a serra do Araripe “fechava o quadro”. É onde o botânico percebe o contraste entre a vigorosa vegetação da bacia do Crato e o restante do sertão — algo que só se pode apreender visualmente a certa altura do nível do mar, podendo assim divisar grandes extensões de terra a perder-se no horizonte. A partir daí o olhar, à medida que a comissão desce o morro, terá uma apreensão mais aproximativa, em busca de vestígios da presença humana, primeiro com a visão da torre da Matriz e depois com o encontro, na estrada, com as pessoas em trajes de domingo que iriam assistir à missa.

Quando num alto, a perda de detalhes sobre as espécies de plantas que compõem esses ambientes é compensada por informações sobre cor, tipo de bioma e distribuição mais ou menos densa da vegetação, como nesta descrição de uma viagem

⁹⁰³ PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar...* Op. cit., p. 232.

pelo Vale do Jaguaribe, onde de um dos montes tiveram um belo panorama da serra do Pereiro “e de um oiteiro cuja vegetação era quase só de pereiro, que estavam todas reverdecidas e cobertas de flores. Isto produzia uma linda vista, saindo muito o verde dessas árvores dispersas, sobre o fundo do monte vestido de panasco seco de cor loira, como uma seara”.⁹⁰⁴ É como se se tratasse aqui de camadas de cores na superfície plana de uma tela, com o loiro do panasco seco servindo de fundo para destacar o verde dos pereiros, que se sobressaía ainda que as árvores estivessem afastadas umas das outras. Penhos chama isso de “ponto de vista alto”, recurso fundamental das representações topográficas e vistas de cidades pelos menos desde o século XVI. Por um efeito de contundência descritiva por acumulação, num ponto de vista alto é possível obter:

una visión abarcadora y a la vez detallada del territorio, por medio de su translación a un plano que se despliega a partir de un horizonte muy alto. Queda claro que la necesidad de adquirir conocimiento de un espacio está ligada a objetivos de control y dominio, y a prácticas de estrategia militar, de las que poseemos representaciones textuales desde la Antigüedad. La ubicación de ciudades en cierta altura y la construcción de torres en las murallas facilitaban su defensa y daban la posibilidad de observar los movimientos del potencial enemigo con anticipación. En épocas de paz la contemplación desde lo alto de vastos territorios por sus gobernantes afirmava el dominio y control sobre los mismos. La literatura nos ha dejado elocuentes representaciones de esta asociación entre las capacidades de la vista y el poder sobre un territorio, al situar el atalaya en el Olimpo, mostrando a los dioses como observadores privilegiados que delegan parte esse poder en algunos mortales.⁹⁰⁵

Havia momentos em que a paisagem divisada não correspondia às expectativas: “Às nove horas e meia começamos a descer para o Jardim e quando chegamos à borda da serra, ao princípio da ladeira, ofereceu-se-nos um belo panorama: era o saco do Jardim. Todavia, tinham-nos tanto exagerado esta vista que não correspondeu à ideia que fazíamos”.⁹⁰⁶ Aqui como em outros momentos do diário,

⁹⁰⁴ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 97.

⁹⁰⁵ PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar...* Op. cit., p. 47-48. Traduzi por: “uma visão abrangente ao mesmo tempo e detalhada do território, através da sua tradução para um plano que é exibido a partir de um horizonte muito alto. Claramente, a necessidade de adquirir conhecimento do espaço está ligada a objetivos e práticas de estratégia militar, na qual detemos representações textuais desde a Antiguidade. A localização das cidades em certa altura e a construção de torres nas muralhas facilitavam sua defesa e davam a oportunidade de observar os movimentos do potencial com antecipação. Em tempos de paz, a contemplação a partir do topo de vastos territórios por seus governantes afirmava domínio e controle sobre eles. A literatura nos deixou representações eloquentes da associação entre as capacidades de visão e poder sobre território, colocando a vigia no Olimpo, mostrando os deuses como observadores privilegiados que delegam parte desse poder a alguns mortais”.

⁹⁰⁶ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 205.

existe esse esforço do botânico em contrapor o *dizer* e o *ver*, o saber dos locais e o que se poderia ver e avaliar com os próprios olhos. Mas, mesmo quando não havia provas materiais, o inusitado de um determinado fenômeno alegado pelos locais poderia merecer algum espaço na narrativa, enquadrado como “causo”. Como no caso de uma suposta casta de morcegos embocetados de que Freire Alemão ouvira falar no Aracati, e posteriormente por duas vezes durante a estadia em Crato. Diziam que “tomando-se um deles e atirando-se no chão sai de dentro outro, e atirando também este no chão ainda sai de dentro outro!!”⁹⁰⁷ Logo depois Freire Alemão relaciona a história dos morcegos a outro fenômeno que ocorreria num lugar chamado Timbaúba, onde “cavando-se nele uma cacimba junta-se água e logo aí aparecem peixes, saindo da terra ou do fundo da cacimba. Histórias de grutas de pedras de peixe, de açudes grandes etc. etc.”⁹⁰⁸ Cinco dias depois, um sujeito procurou Freire Alemão, indagando-o sobre os tais morcegos embotados, mas a intenção, segundo nosso diarista, era diversa. “Dizia o sujeito que não acreditava, mas que pessoa de seu conhecimento lhe asseverara o fato; mas cremos que sua intenção foi saber se era certo havermos nós prometido certa soma se o caso fosse verdadeiro”. E, talvez para arrematar o descrédito em relação ao sujeito, concluiu: “Nós o remetemos para o Lagos”⁹⁰⁹.

Não se trata aqui somente de meras descrições ou formas de compor certa quantidade de dados e impressões numa narrativa plausível. “En efecto, [...] el viaje no sólo integra una serie de prácticas que incorporan material científico a interpretar, sino que funciona como hacedor de significados e interpretaciones, ‘inventa’ lugares, individuos, grupos, y relaciones entre el estudioso y lo que estudia”.⁹¹⁰ Dados e apreensões que nesta arena de traços procuram afirmar o domínio da ciência e do Estado sobre estas terras por meio do melhor conhecimento delas. Traços que, com o passar dos anos, acabam por ultrapassar os intentos de quem escreve ou do que o texto descreve ou representa, quando se destacam da narrativa certas formas de compor o espaço e o tempo. Os vestígios depreendidos de coisas aparentemente mezinhas, como dobras de papel, repetição de palavras, medição de distâncias — ou mesmo daquilo que sequer deixou vestígios físicos, como as fotografias da expedição — dão

⁹⁰⁷ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 163.

⁹⁰⁸ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 163.

⁹⁰⁹ ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* Op. cit., p. 165

⁹¹⁰ PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar...* Op. cit., p. 234. Traduzi por: “Na verdade, a viagem não só integra uma série de práticas que incorporam material científico a interpretar, mas funciona como fabricante de significados e interpretações, ‘inventa’ lugares, indivíduos, grupos, e as relações entre o estudioso e aquilo que estuda”.

conta de uma série de costumes, sociabilidades, conflitos, percepções e formas de sentir que se ligam a tempos anteriores e lançam pontes para o devir, tanto no que diz respeito aos observados quanto ao observador. Ainda que não fosse esse o seu intento.

CONCLUSÃO

Henrique Fleuiss e Carlos Linde, diretores do Imperial Instituto Artístico e editores do periódico *Semana Ilustrada*, ofereceram no dia 5 de julho de 1865 “um magnífico jantar de 50 talheres” ao naturalista Louis Agassiz, recém-chegado ao Rio de Janeiro para dirigir os trabalhos da Expedição Thayer. Entre os convidados estavam Guilherme Schüch Capanema e João Martins da Silva Coutinho, respectivamente chefe e adjunto da Seção Geológica da Comissão Científica de Exploração. Coutinho havia sido indicado pelo imperador Pedro II para trabalhar na expedição de Agassiz. A experiência adquirida por Coutinho na Científica viria a ser de grande valia no planejamento e na execução dos trabalhos da Expedição Thayer, tendo facilitado os contatos com as populações locais. Mas o principal homenageado daquela noite seria uma pessoa ausente daquele encontro:

O Sr. Fletcher, propôs outro brinde ao sábio modesto e profundo, ao botânico ilustre cujos trabalhos são apreciados pelo mundo científico, ao De Candolle brasileiro, o Sr. Conselheiro Freire Alemão. Acompanhando este brinde proferiu o ilustre professor Agassiz palavras que desejáramos pudessem ser ouvidas por todos. Houve, disse o sábio viajante, entre vós uma comissão científica encarregada de ir explorar uma de vossas províncias. O que essa comissão fez só no futuro será devidamente apreciado. Não sei nem quero saber das intrigas dos partidos entre vós, sei sim que os trabalhos desses homens dedicados foram ridicularizados, procurando-se lançar um estigma à comissão, denominando-a *comissão das borboletas*. Pois bem, declaro alto e solene que eu teria desejado fazer parte dessa *comissão de borboletas*, que eu me honraria em lhe haver pertencido! O epíteto afrontoso não fere os cultores da ciência, recai inteiro sobre o que lho lançaram. Vou contar-vos uma história a propósito disto. Quando, há 18 anos, cheguei aos Estados Unidos Unidos, não havia em toda a União um museu. Tratei de reunir os elementos para um semelhante estabelecimento, e quando me achei de posse dos materiais que conscienciosamente julgava bons e dignos para servirem de base, recorri aos poderes competentes para ser auxiliado no meu plano. Houve então no senado um membro que se levantou para dizer que os Estados Unidos não precisavam de museus nem de *palácios para borboletas*! Felizmente essa voz não foi ouvida, os fundos necessários foram votados e hoje, digo-lo com orgulho, o nosso museu de New York pode ser comparado aos primeiros e aos melhores.

É idêntica à vossa a minha história. Perseverai, o futuro será vosso. E, entretanto, honra aos que dedicam à ciência e afrontam até o desprezo e o ridículo para vulgarizá-la. Hão de ter no futuro a sua recompensa.⁹¹¹

Esta tese não teve como objeto ser a voz do futuro a redimir o desapeço sofrido pela Comissão Científica de Exploração e seus membros, como profetizara Louis Agassiz. Até porque uma das linhas que guiaram a análise do diário de viagem de Francisco Freire Alemão foi a questão da *anticonquista*, pontuada por Mary Louise Pratt: o uso de estratégias narrativas que colocam o naturalista-explorador sob um prisma utópico e inocente, um registro que desinfeta tudo o que há de humano até transformá-lo num mito estéril. Mas a leitura do diário redigido pelo presidente da Comissão Científica de Exploração — na medida em que permite divisar não apenas os avanços no caminho e o trabalho de prospecção da natureza, como também os incômodos, os dissabores, as reações corpóreas adversas e a inversão dos papéis de observador e observado no contato com as gentes — não poderia deixar de suscitar, também, a empatia e a admiração. Quem escreve diários sabe o quanto é difícil manter a disciplina, mas mais do que isso: a atenção com o passar dos dias, dos aborrecimentos que minam o ânimo, do que vai se tornando cotidiano e mesquinho. Longe de lances heroicos, episódios adocicados ou grandes revelações, o grande feito de Freire Alemão foi tecer nexos e perscrutar sentidos a partir do aparentemente banal, o correr da pena praticamente acompanhando o correr do tempo.

Uma dúvida que me perseguiu durante a pesquisa era saber se eu estava escrevendo sobre as formas de apreender o tempo e construir determinadas memórias a partir da escrita do diário ou engendrando outra história da Comissão Científica de Exploração, a partir do diário e de outros documentos levantados durante a feitura da presente tese. Como foi colocado na *Introdução*, esta pesquisa partiu de um incômodo em relação a visões generalistas sobre a expedição às províncias do Norte. A própria fala de Agassiz sobre a Comissão Científica, quatro anos depois de os comissionados terem regressado, é a de um acontecimento passado, fechado e, talvez por isso, apreciável — ainda que mal resolvido entre borboletas e camelos, advindo daí o chamamento à perseverança na continuidade desses esforços. “Pois bem, declaro alto e solene que eu teria desejado fazer parte dessa *comissão de borboletas*, que eu me honraria em lhe haver pertencido!”. Mas como não é possível voltar atrás, é como se ele

⁹¹¹ “Notícias diversas”. *Correio Mercantil*, 8 de julho de 1865, p. 2. Acervo da Biblioteca Nacional.

aqui estivesse para cumprir o que ficou na promessa: investigar o interior do Brasil, contando inclusive com o auxílio de um membro da antiga expedição, o major Coutinho. Destaca o naturalista suíço que os políticos americanos, do norte e do sul, sofrem a mesma miopia em relação aos procedimentos científicos e resultados que podem advir dessas pesquisas. Parece querer imprimir entre as duas expedições um sentido de continuidade — que no sentido político, econômico e estratégico, não há. Mas esquece de reconhecer que também eles, os cientistas, possuem uma agenda própria, que envolve reconhecimentos, alianças, financiamentos e primazias na classificação e ordenamento do mundo natural.

No caso brasileiro, o advento de instituições criadas e/ou patrocinadas pelo governo metropolitano e, posteriormente, pelo regime imperial, aliou a investigação do interior brasileiro a formas de construção de um passado comum e de um sentido de nação para um território tanto vasto quanto desconhecido — e, por que não dizer, arredo ao poder que emanava da Corte. Apesar do trabalho envolvido na pesquisa e redação deste trabalho, nunca tive a pretensão de esgotar o tema, pois acredito que a realização de estudos mais específicos possa ser o caminho para dar conta da documentação deixada pelas seções da Comissão Científica. Se, como propõe Maria Margaret Lopes e outros autores que se debruçaram mais recentemente sobre o tema, foram as plantas, os animais, os minerais e os objetos indígenas trazidos do Norte o grande legado da Comissão Científica, ainda há que se fazer, por exemplo, um estudo circunstanciado sobre os usos e os direcionamentos desse rico acervo nas instituições que os abrigaram.

Temos no registro legado por um dos maiores naturalistas brasileiros os diversos papéis exercidos por ele durante o périplo nos sertões. O botânico que colhe palmitos ao sabor da marcha e faz de uma conversa trivial um meio de indagar usos potenciais de plantas desconhecidas. O médico preocupado com os resquícios da ordem patriarcal, com suas alianças políticas e econômicas por meio de uniões em tenra idade e poligenismo de relações ilícitas, sobrepondo-se à ideia de família burguesa e medicalizada, baseada na procriação dos filhos legítimos, na sedentarização e construção da família nuclear. O presidente da Comissão Científica, às voltas com as pressões do governo imperial e dos próprios companheiros, desejoso de ver-se desembaraçado do cargo e, ao mesmo tempo, cioso para que não houvesse qualquer desvio das ordens a que estavam submetidos. Por fim, temos o homem à procura,

sobretudo, de sentido e estabilidade, em situações que muitas vezes denotam um tempo outro ou que desafiam seu senso de unidade em relação àqueles estranhos compatriotas.

O diário de viagem de Freire Alemão, assim como cartas, relatórios, desenhos e mesmo fotografias perdidas num naufrágio, dão conta da centralidade que a produção e o entesouramento de memórias passam a ter no mundo moderno, indício do estabelecimento da vida interior do indivíduo em contraponto aos perigos do mundo exterior. Não sabemos se Freire Alemão não quis ou não teve tempo de reescrever seu relato com “luvas de borracha”, de forma a omitir ou amainar certos enfrentamentos e vexações vividos durante a viagem exploratória ao Ceará, caso o diário tivesse se transformado num relato de viagem. “Mas são notas que faço para mim, são recordações, para outros tempos. Tenho tanta necessidade de emoções para fazer diversão à minha habitual tristeza, que tudo me impressiona, e a cessação dessas impressões me deixa sempre saudade”.⁹¹² Esta é uma estratégia muito comum dos diaristas, pois por mais que afirmem que o escrito é para seu único e exclusivo deleite, fonte de reflexão ou desafogar de sentimentos reprimidos, eles se dirigem para um leitor em potencial: parentes, descendentes, amigos imaginários ou desconhecidos que venham a topar com tais notas. De fato, é possível identificar a proliferação moderna de diários íntimos no mesmo momento em que este se tornou um gênero literário. E como essa escrita de si passou também a se pautar por estratégias literárias:

Entende-se, desse ponto de vista, a simultaneidade histórico-cultural da aparição da biografia, da autobiografia e, naturalmente, do romance. Seria aqui perfeitamente vão colocar perguntas de ovo e galinha: é mais interessante constatar que o romance moderno começa com biografia ou autobiografia (de *Moll Flanders* a *Tom Jones*, ou *Tristram Shandy*). Ou que o traço autobiográfico permanece na literatura moderna como um índice preferencial de veracidade: se por algum artifício o autor se mostrar sincero, a história que ele conta será lida como verídica [...]. Ou, ainda, reciprocamente, que a autobiografia (escrita ou simplesmente vivida) e mesmo o diário não param de buscar no repertório de *erfarungen* narrativas que o romance vem acumulando e generosamente oferecendo como patrimônio de todos. Vivemos nossas vidas como romances e, reciprocamente, encontramos na literatura modelos para nossas vidas. O repertório literário produzido por nós mesmos veio ocupar a mesma função orientadora que pertencia à tradição e às cosmologias perdidas.⁹¹³

⁹¹² ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem...* *Op. cit.*, p. 392.

⁹¹³ CALIGARIS, Contardo. Verdades de autobiografias e diários íntimos. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol. 11, n. 21, 1998, p. 48.

Os diários de viagem, em particular, teriam o sabor extra de devassar mundos que, uma vez enquadrados no exótico, no pitoresco, no *outro*, poderiam ser apreciados sem colocar em grande risco as convenções sociais do período. Pode-se argumentar que o diário de viagem de Freire Alemão atendia a uma demanda específica, a serviço do imperador e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Mas a prática institucionalizada do registro científico, que procura reunir, classificar e enquadrar os fenômenos naturais e humanos, não é imune a efeitos imprevistos.

Mas, por que, então, escrever, apesar de tudo? Por que não ceder à tentação de destruir o que escreveu, ato final da posse do vivido? Porque o anseio de captar esses instantes, por mais incompreensíveis em relação ao que Freire Alemão vivia na Corte — ou mesmo perigosos para a reputação quem procurou criar uma imagem de homem ilibado e devotado à ciência, como no caso das mulatinhas do Crato — são mais fortes do que as pequenas precauções racionais que se pode ter diante do ato de registrar. Porque, ao escrever, o diarista se produz, em diversos níveis: o imperturbável naturalista a indagar o mundo; o servidor imperial, que se revolta com a postura da *gente do país* e dos seus próprios colegas; o sujeito melancólico com laivos de hipocondria; e o homem de idade avançada que procura constituir sua virilidade, por meio de cifrados atos autobiográficos. Ramo de Sherazade, o diarista escreve fragmentos de vida na esperança de que encontrem, no futuro, inusitada grandeza.

FONTES

Correspondências

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta a Alphonse de Candolle, enviando um exemplar da Flora Fluminenses de Veloso e folheto sobre plantas novas colhidas no Ceará. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 20 jan. 1863, doc. I-28, 02, 012. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416258/mss1416258.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta a Alphonse de Candolle, enviando um exemplar da Flora Fluminenses de Veloso e folheto sobre plantas novas colhidas no Ceará. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 02, 012. Rio de Janeiro, 20 jan. 1863. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416258/mss1416258.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta a João Franklin de Lima desculpando-se por não poder ser portador de uma encomenda, em vista da incerteza de sua ida ao Pará. Fortaleza, 26/05/1861. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 01, 083. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416239/mss1416239.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta ao Marquês de Olinda, s. l., 26 de julho de 1862. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 2, 8. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416254/mss1416254.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta ao marquês de Olinda, submetendo ofício da Seção de Mineralogia da Comissão Científica, que pleiteava autorização para continuar seus trabalhos no Ceará. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 2, 9. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416255/mss1416255.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta de Freire Alemão a destinatário ignorado. Fortaleza, 03/05/1860. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 1, 35. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416229/mss1416229.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Carta escrita ao Doutor Martius em 14 de janeiro de 1867. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 158.

BATISTA, Antonio Joaquim. Carta a Freire Alemão, pedindo uma esmola para realizar uma procissão. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 04, 053. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424896/mss1424896.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017. E BEZERRA, Antônia. Carta a Freire Alemão, pedindo uma esmola. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 04, 054. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424897/mss1424897.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. Carta a Freire Alemão, pedindo licença da Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28,03,063. Disponível em:

>http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416405/mss1416405.pdf
f>. Acesso em: 25/04/2017.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. Carta a Freire Alemão, tratando de despesas que necessitaria fazer com escavações no Ceará. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 04, 012A. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416450/mss1416450.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

Carta a Freire Alemão, indagando qual a resposta que daria ao marquês de Abrantes quanto à solicitação de emprego para certa pessoa na Comissão Científica. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28,03,017 nº 001-002. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416354/mss1416354.pdf>. Acesso em 3 mar. 2017.

Carta a S. M. Imperial, solicitando exoneração da Comissão Científica, em vista de não poder acompanhar as Seções Botânica e Zoológica nas excursões longínquas por elas planejadas. Pede ainda licença para ir até o Amazonas. Aracati, 11 set. [1859] (Ocorre outro rascunho, de 8 ago., 1859). Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Freire Alemão, I-28, 1, 71, nº 1.

Carta ao Doutor Martius, em 25 de janeiro de 1859. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 151.

Carta ao Doutor Martius, em 25 de janeiro de 1859. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*: catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 151.

Carta de [Antonio José da] Serra Gomes a Antonio Gonçalves Dias, Lisboa, 28/01/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 102.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Cláudio Luís da Costa. Ceará, 20/04/1859[?]. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), vol. 84, 1964, p. 255.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Cláudio Luís da Costa. Op. cit., p. 255.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema, Dresde, 05/05/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 218 a 221.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema, Paris, 03/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 228.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde[n], 05/05/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 219.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde[n], 05/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 211.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Dresde[n], 05/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 211.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Manaus, 25/06/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 302.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Paris, 03/09/1857. In: *Anais da*

Biblioteca Nacional (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 226.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Paris, 03/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 226.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Guilherme Capanema. Paris, 03/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 227.

Carta de Antonio Gonçalves Dias a Teófilo, Ceará, 15/02/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 248.

Carta de Antonio Gonçalves Dias ao Sr. Conselheiro [Francisco Freire Alemão]. Manaus, 08/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 290.

Carta de Francisco Freire Alemão a Antonio Gonçalves Dias. Fortaleza, 19/03/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 225.

Carta de Giacomo Raja Gabaglia a Antonio Gonçalves Dias, Londres, 08/03/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 106.

Carta de Giacomo Raja Gabaglia a Antonio Gonçalves Dias. Londres, 20/04/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174 [grifo do autor].

Carta de Gonçalves Dias ao Sr. Conselheiro [Francisco Freire Alemão]. Maranhão, 04/10/1860. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência ativa de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 281.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Bahia, 06/02/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 202.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Bahia, 11/03/1859. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 206.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Fortaleza, 14/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 230.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Fortaleza, 13/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 335.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Fortaleza, 13/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 335.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Lagoa Funda, 31/10/1860. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 218.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 206.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Rio de Janeiro, 14/07/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 150.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Rio de Janeiro, 12/11/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 157.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Sem local, 25/11/1862. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), vol. 91, 1971, p. 336.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias, Sem local, 21/03/1864. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), vol. 91, 1971, p. 316.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Fortaleza, 14/04/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 227.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Orianda, 24/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 112.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Orianda, 24/02/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 112.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Pacatuba, 28/05/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 235.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Pacatuba, 28/05/1861. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 236.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 84, 1964, p. 174.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 175.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 175.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Rio [de Janeiro], 14/09/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 150.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro, 25/05/1863. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 289.

Carta de Guilherme Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Rio de Janeiro, 12/11/1857. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 156.

Carta de Guilherme Schüch de Capanema a Antonio Gonçalves Dias. Praia Grande, 12/01/1858. In: *Anais da Biblioteca Nacional* (Correspondência passiva de Gonçalves Dias), v. 91, 1971, p. 174.

Carta de H. Dürer a Freire Alemão pedindo cargo de adjunto. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416350/mss1416350.pdf>. Acesso em 3 mar. 2017.

Carta de José Saldanha da Gama a seu cunhado Benjamin Franklin de Ramiz Galvão: sobre

visita ao retiro do sábio Freire Alemão, no Mendanha, admiração pelos seus trabalhos e indignação pelo pouco que lhe toca como aposentado; convida e aceita convite para excursões botânicas com Glaziou”. Arquivo do IHGB, Coleção Instituto Histórico, lata 712, pasta 9.

Carta de Martius a Porto Alegre. In: *Revista do IHGB*, actas das sessões de 1861. Tomo 64, p. 738-740.

Cópia de uma carta escrita ao doutor Martius em 30 de agosto de 1838. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 127 a 133.

Cópia de uma carta que escrevi, em resposta, ao Príncipe Maximiliano de [Wied]-Neuwied. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 143 e 144.

Cópia de uma carta que, em resposta, escrevi ao Senhor Doutor [Friedrich Ernst Ludwig von] Fischer, Diretor do Jardim Botânico de São Petersburgo (13 de maio de 1847). In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p.123 a 124.

GABAGLIA, Giacomio Raja. “Ensaio sobre alguns melhoramentos tendentes à prosperidade da província do Ceará”. In: CAPANEMA, Guilher Schüch de; GABAGLIA, Giacomio Raja. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Secult-CE/ Museu do Ceará, 2006, p. 70-71.

GABAGLIA, Giacomio Raja. Carta a Freire Alemão, comunicando que faria parte de uma comissão determinada pelo Ministério da Marinha. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 9. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416445/mss1416445.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

GABAGLIA, Giacomio Raja. Carta a Freire Alemão, comunicando sua partida para Pernambuco a serviço da Marinha. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 23. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424865/mss1424865.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

GABAGLIA, Giacomio Raja. Carta a Freire Alemão, comunicando sua partida para Pernambuco a serviço da Marinha. Op. cit.

GABAGLIA, Giacomio Raja. Carta a Freire Alemão, falando das dificuldades financeiras por que atravessava a Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 046. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416387/mss1416387.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão tratando dos vencimentos e licença de Antônio Gonçalves Dias e Manuel Ferreira Lagos. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 13 B. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424853/mss1424853.pdf>

f>. Acesso em: 25/04/2017.

LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão, convidando-o a sua casa. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 12. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416449/mss1416449.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão, autorizando a continuação das escavações encetadas pela Seção de Geologia da Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 13 A. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1424852/mss1424852.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

LIMA, Pedro de Araújo, marquês de Olinda. Carta a Freire Alemão, solicitando o envio de novo orçamento da Comissão Científica. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 4, 11. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416448/mss1416448.pdf>. Acesso em: 25/04/2017.

“Carta a S. M. Imperial, solicitando exoneração da Comissão Científica, em vista de não poder acompanhar as Seções Botânica e Zoológica nas excursões longínquas por elas planejadas. Pede ainda licença para ir até o Amazonas. Aracati, 11 set. [1859] (Ocorre outro rascunho, de 8 ago., 1859). Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos, Coleção Freire Alemão, I-28, 1, 71, nº 2.

Resposta à carta de Martius, em 20 de julho de 1844. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 117.

Resposta à primeira carta do Senhor Brignoli, 30 de setembro de 1840. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*: catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 115 e 116.

Sem remetente. Carta a Freire Alemão, ponderando sobre o pedido de demissão da presidência da Comissão Científica e insistindo para que permanecesse no cargo. Rio de Janeiro, 12/09/1859. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 025. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416364/mss1416364.pdf>. Acesso em: 5 fev. 2017.

Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 11, 42. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1473319/mss1473319.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2017.

Instruções

Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza:

Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 208-209.

Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 178.

Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 203.

Instruções para a Comissão Científica encarregada de explorar o interior de algumas províncias do Brasil. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 205.

Notícias, Discursos, Epílogos

“A Comissão Exploradora e o Ceará”. *Diário do Rio de Janeiro*, 27 de novembro de 1856, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

“A opinião e o governo e as explorações dos rios interiores”. *Diário do Rio de Janeiro*, 23 de outubro de 1857, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

“Anedota Verdadeira”. *O Sol*, 4 de agosto de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

“Boatos”. *O Sol*, 28 de julho de 1859, p. 4. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

“Catequeses, e civilização de índios, e colonização — Discurso do Sr. Senador Dantas, publicado no Jornal dos Trabalhos da Câmara Vitalícia”. In: MORAIS, Alexandre José de Melo. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (tomo II). Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1859, p. 471. Disponível em <https://books.google.com.br/books?id=VYovAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 11 maio 2015.

“Chronica Médica”. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n. 11, edição de 1º de junho de 1863, p. 12. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/809411/291>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

“Chronica Médica”. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n. 11, edição de 1º de junho de 1863, p. 123. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/809411/291>>. Acesso em: 02/02/2017.

“Discurso do Sr. Senador Dantas”. *A Actualidade*, Rio de Janeiro, Ano II, n. 83, quinta-feira, 31 de maio de 1860, p. 2.

“Discurso do Sr. Senador Dantas”. *A Actualidade*. Rio de Janeiro, Ano II, n. 83, Quinta-feira, 31 de maio de 1860, p. 2.

“Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 1.

“Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 2.

“Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 3.

“Epílogo da crônica de parte dos membros da Comissão Científica, durante sua estada na cidade de Fortaleza, capital da província do Ceará”. Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1865. Ms., IHGB, Lata 208. Doc. 29, Coleção Marquês de Olinda, p. 2.

“Exposição de produtos naturais, e industriais”. *O Cearense*. Ano XV, n. 1.480, Terça-feira, 1º de outubro de 1861. Acervo da Biblioteca Nacional, p. 1.

“Grandes novidades”. *O Sol*, 28 de julho de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

“Noticiário: Falecimento”. *Diário do Rio de Janeiro*. Sábado, 16 de maio de 1863. Disponível em:
<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1425017/mss1425017.pdf>. Acesso em 3 maio 2016.

“Notícias: pensões”. *A Nação: jornal político, commercial e literário*. Ano IV, n. 259, 29 de novembro de 1875, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

“O Sr. Dr. Capanema pede-nos de Baturité a publicação seguinte”. *O Cearense*, 27 de setembro de 1859, p. 3. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

“Páginas menores. 7 de setembro”. *Correio Mercantil*, 7 de setembro de 1857, p. 1. Acervo da Biblioteca Nacional.

“Parlamento. Senado. 4ª sessão, em 8 de maio de 1866”. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, Ano XXIII, n. 133, Terça-feira, 15 de maio de 1866, p. 1.

“Petição de Francisco Teixeira de Sousa Alves Júnior, advogado de Francisco Freire Alemão, a fim de que fossem ouvidos os administradores de uma casa bancária falida a respeito de uma dívida de que julgava credor o seu constituinte. Rio de Janeiro, 14 de maio de 1876”. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Freire Alemão, I-28, 5, 85, nº 1 e 2.

“Rascunhos do requerimento em que Freire Alemão pleiteava fossem acrescentados ao tempo de serviço que tivera na Escola de Medicina os anos que já trabalhara na Escola Central, a fim de conseguir melhoria nos seus vencimentos de lente jubilado”. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Coleção Freire Alemão, I-28, 5, 73.

“Rio de Janeiro. Assembleia Geral Legislativa. Senado. 20ª sessão em 3 de junho de 1861”. *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, Ano XVIII, n. 156, sábado, 8 de junho de 1861, p. 1.

“Sobral”. *O Cearense*, 30 de agosto de 1859, p. 2. Acervo da Biblioteca Pública Governador Menezes Pimentel.

“Visita Imperial”. *Jornal do Commercio*. 15 de setembro de 1861 transcrita em *O Cearense*. Ano XV, n. 1.480, Terça-feira, 1º de outubro de 1861. Acervo da Biblioteca Nacional, p. 2.

Relatórios

Relatório do Sr. Dr. Capanema lido pelo Sr. A. A. P. Coruja. *Revista do IHGB*, tomo XX, 1857, p. 570-571,

Relatório dos Trabalhos do Instituto no Sexto Ano Acadêmico, pelo 2º Secretário Perpétuo, Manoel Ferreira Lagos. In: *Revista do IHGB*, tomo VI, 1844, p. 20-21.

Relatórios dos membros da Comissão lidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – Seção Botânica. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962, p. 287.

Revistas

Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 1, 1839.

Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 9, 1847.

Revista do IHGB. Rio de Janeiro, 19, 1856.

Revista Trimensal de História e Geografia. Rio de Janeiro, tomo 13, 1850.

Outros

ALEMÃO, Francisco Freire. Notas sobre a cidade de Icó. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 286.

ALEMÃO, Francisco Freire. Notícia sobre a Comissão Científica extraída do *Correio Mercantil*. Crato, 9 de fevereiro de 1860. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 9 7. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449270/mss1449270.pdf> . Acesso em: 6 fev. 2017. Notícias Diversas. *Correio Mercantil*. Rio de Janeiro, ano XVI, n. 336, edição de 8 de dezembro de 1859, p. 1.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf> . Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf> . Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8,

77. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf
 f>. Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf
 f>. Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf
 f>. Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf
 f>. Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Observações a respeito do caráter de alguns membros da Comissão Científica. [Ceará, s. d.]. Setor de manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 8, 77. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1449260/mss1449260.pdf
 f>. Acesso em 23 mar. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. *Passagem do Curu, segunda-feira, 28 de janeiro de 1861*. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 11, 035, lápis sobre papel. Disponível em:
http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1473312/mss1473312.pdf
 f>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ALEMÃO, Francisco Freire. Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964, p. 316.

ALEMÃO, Francisco Freire. “Notas sobre a cidade de Icó”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964.

ALEMÃO, Francisco Freire. “Quais são as principais plantas que hoje se acham aclimatadas no Brasil?”. In: *Revista do IHGB*, tomo XIX, 1856, p. 570-571.

ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento da gente do Ceará a respeito da Comissão”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964.

ALEMÃO, Francisco Freire. “Sentimento dos cearenses para com os estrangeiros”. In: DAMASCENO, Darcy; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “A dimensão retórica da historiografia”. In: PINSKY, Carla Bessaneza; LUCA, Tânia Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de viagem de Francisco Freire Alemão (1859-1861)*. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2011.
- ALPERS, Svetlana. *A arte de descrever: a arte holandesa no século XVII*. São Paulo: Edusp, 1999.
- ALVES, Cláudio José. *Ciência e arte em José dos Reis Carvalho: a pintura na Comissão Científica de Exploração do Ceará (1859-1861)*. 2006. Dissertação de mestrado (Mestrado em História) – PUC-SP, São Paulo, 2006.
- AMADO, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos históricos*, v. 8, n. 15, Rio de Janeiro, 1995, p. 145-151.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANÔNIMO. *Livro das mil e uma noites, volume 1 — ramo sírio*. Tradução do árabe por Mamede Mustafa Jarouche. São Paulo: Globo, 2003.
- ARARIPE, Tristão de Alencar. “Indicações sobre a história nacional” [1894]. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Livro de fontes de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010, p. 211-264.
- ARIÈS, Philippe. Por uma história da vida privada. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Org.). *História da vida privada*, 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- ASSIS JÚNIOR, Heitor de. Ciência e arte nas pinturas de José dos Reis Carvalho. In: 1º Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra, 2007, Campinas. Atas do 1º Simpósio de Pesquisa em Ensino e História de Ciências da Terra, 2007. v. 1, p. 323. Disponível em <<http://www.ige.unicamp.br/simposioensino/simposioensino2007/artigos/023.pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2013
- BADINTER, Elisabeth. *As paixões intelectuais, v. 1: desejo de glória (1735-1751)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a.
- BEDIAGA, Begonha. “Conciliar o útil ao agradável e fazer ciência: Jardim Botânico do Rio de Janeiro – 1808 a 1860”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 1131-1157, out./dez. 2007.
- BELLUZZO, Ana Maria de Moraes. *O Brasil dos Viajantes*. 3. ed., São Paulo: Objetiva / Metalivros / Fundação Odebrecht, 2000, 3 vol.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Volume 6. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00295760#page/3/mode/1up>>. Acesso em: 3 maio 2016.

BOUBÉE, Nereo. *Geologia elementar aplicada à agricultura e indústria com um dicionário dos termos geológicos ou manual de geologia*. 4. ed., Rio de Janeiro: Typographia Nacional.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Unesp, 2002.

BOURGUET, Marie-Noëlle. O explorador. In: VOVELLE, Michel (Org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997

BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

_____. *Plantas do Nordeste, especialmente do Ceará*. 5. ed., Mossoró: Fundação Guimarães Duque; Fundação Vingt-Un Rosado, 2001.

BURKE, Peter. *Uma História Social do Conhecimento II: da Enciclopédia à Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CAMENIETZKI, Carlos Ziller; KURY, Lorelai Brilhante. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro. v. 29. p. 57-86, 1997.

CAPANEMA, Guilherme Schüch de. *Os ziguezagues do Dr. Capanema*. Organização e texto introdutório de Maria Sylvia Porto Alegre. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CARVALHO, José dos Reis. *Aquarelas & desenhos do Ceará oitocentista: o trabalho de José dos Reis Carvalho na Comissão Científica de Exploração (1859-1861)*. Organização José Ramiro Teles Beserra. Fortaleza: Iphan, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 6. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CASCUDO, Luís da Câmara. Henry Koster que sonhei. In: KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Volume I, 12. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003.

_____. *História da alimentação no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

CASTELNAU, conde de [Francis de la Porte]. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. Belo Horizonte e Rio de Janeiro: Itatiaia, 2000.

CEZAR, Temístocles. “Entre antigos e modernos: a escrita da história em Chateaubriand. Ensaio sobre historiografia e relatos de viagem”. *Almanack Braziliense*. São Paulo: n. 11, p. 26-33, maio 2010.

CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. Debate com José Sérgio Leite Lopes *et al.* Pierre Bourdieu e a História. In: *Topoi: revista de História*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ/7 Letras, 2002, v. 4.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COELHO, Mauro Cezar. *A epistemologia de uma viagem*. São Paulo, Editora Livraria da Física, 2010.

COLARES, Otacílio. *Crônicas da Fortaleza e do Siará Grande*. Fortaleza: Edições UFC/ Prefeitura Municipal de Fortaleza, 1980.

CORBIN, Alain. “Bastidores: o segredo do indivíduo”. In: PERROT, Michelle *et al.* *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

DAMASCENO, Darcy. “O botânico Freire Alemão”. In: DAMASCENO, Darcy e CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964.

_____.; CUNHA, Waldir da. *Os manuscritos do botânico Freire Alemão*, catálogo e transcrição. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação da Biblioteca Nacional, 1964.

DANTAS, Rodrigo Aragão. Sangradores do Império: a arte da sangria no Rio de Janeiro Oitocentista. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da Anpuh*. Disponível em: <http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364488084_ARQUIVO_texto.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2017.

DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick. *As correntes históricas na França: séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012.

DIAS, Antonio Gonçalves. “Trabalhos da Comissão Científica de Exploração – Parte Histórica”. In: BRAGA, Renato. *História da Comissão Científica de Exploração*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1962.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

Dicionário Histórico-Biográfico das Ciências da Saúde no Brasil (1832-1930). Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/cisfranfrei.htm>>. Acesso em 18 nov. 2013.

DOMINGUES, Heloisa M. Bertol. “Viagens científicas: descobrimento e colonização no Brasil no século XIX”. In: HEIZER, Alder e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Org.). *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

DUBOIS, Philippe. *O ato fotográfico e outros ensaios*. 14ª edição, Campinas: Papirus, 2012.

FERREIRA, Lúcio Menezes. Ciência nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. *História, Ciência, Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, junho de 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702006000200005&lng=en&nrm=iso. Acesso em 22 de fevereiro de 2014.

FIGUEIREDO, B. G.: “Barbeiros e cirurgiões: atuação dos práticos ao longo do século XIX”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, VI (2): 277-91, jul./out. 1999.

FIGUEIRÔA, Sílvia. “Para pensar a vida de nossos cientistas tropicais”. In: HEIZER, Alda e VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 16. ed., São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *As palavras e as coisas*. 8. ed., São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 11. ed., Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FURTADO FILHO, João Ernani. *Soares Moreno e Matias Beck: inventário de uma polêmica nos escritos de Ismael Pordeus*. Fortaleza: Museu do Ceará; Secult, 2002.

GAMA, José Saldanha da. “Biografia e apreciação dos trabalhos do botânico brasileiro Francisco Freire Alemão”. In: *Revista do IHGB*, tomo XXXVIII (parte segunda), 1875, p. 103 e 104.

GAY, Peter. *A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud: a educação dos sentidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

_____. *O estilo na história*: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOULEMONT, Jean Marie. As práticas literárias ou a publicidade do privado. In: ARIÈS, Philippe e CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da Vida Privada*, 3: Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOUVEIA, Antônio Carmo. “Do nome à imagem: percursos de uma planta tropical de São Tomé numa fotografia do final do século XIX”. In: VICENTE, Filipa Lowndes (Org.). *O império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*. Lisboa: Edições 70, 2014.

GREGÓRIO, Vitor Marcos. “O progresso a vapor: navegação e desenvolvimento na Amazônia do século XIX”. *Nova Economia*, Belo Horizonte, n. 19 (1), janeiro-abril de 2009, p. 185-212.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *História Antiga*. São Paulo: Contexto, 2013.

GUIMARÃES, Pinheiro. “Breve notícia sobre o Dr. Manoel Freire Allemão de Cisneiros”. *Gazeta Médica do Rio de Janeiro*, n. 13, edição de 1º de julho de 1863, p. 153-154. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/809411/317>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

HAMMOND; AUSTIN apud MARCELINO, Américo. *Lucido dalvero*. Novos paradigmas da imagem e da representação num século de viragem. *Arte Teoria: Revista do CIEBA*, Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes – Secção Francisco de Holanda. Lisboa, Ano 2013-2014, n. 16-17.

HÉBRARD, Jean. “Por uma bibliografia material das escrituras ordinárias: a escritura pessoal e seus suportes”. MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (Org.). *Refúgios do eu: educação história e escrita autobiográfica*. Florianópolis: Mulheres, 2000.

HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

HOLTEN, Birgitte; STERLL, Michael; FJELDSÅ, Jon. *O artista desaparecido: P.W. Lund e P.A. Brandt no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

JUSSIÁEA FLUCTUANS [Iconográfico]. Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon309819/icon309819_05.jpg>. Acesso em 2 jul. 2016.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

KOSSOY, Boris. *Origens e expansão da fotografia no Brasil: século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. v. I, 12. ed., Rio de Janeiro, São Paulo, Fortaleza: ABC Editora, 2003.

KURY, Lorelai Brilhante. Ciência e nação: romantismo e história natural na obra de E. J. da Silva Maia. *História, Ciência, Saúde-Manguinhos* [online], v. 2, jul./out., 1998, p. 267-291. Disponível em: <www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000200001>. Acesso em: 21 jan. 2014.

_____. “A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla”. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, Civilização e Império nos Trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

_____. (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro, Andrea Jakobsson Editora, 2009.

_____. “Francisco Freire Alemão, botânico e viajante”. In: KURY, Lorelai (Org.). *Comissão Científica do Império (1859-1861)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Editora, 2009.

_____. “Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem”. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. VIII (suplemento), 863-880, 2001.

LANGER, Johnni. A Cidade Perdida da Bahia: mito e arqueologia no Brasil Império. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 43, p. 126-152, 2002.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. *Livros de viagem (1803-1900)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

LEJEUNE, Philippe. *O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret. A Comissão Científica de Exploração: uma “expansão para dentro”. In: KURY, Lorelai (Org.). *Comissão Científica do Império: 1859-1861*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio. p. 51-83. 2009.

_____. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. *Mais vale um jegue que me carregue que um camelo que me derrube... lá no Ceará*. História Ciências, Saúde – Manguinhos. Rio de Janeiro, Fiocruz, volume III, março-junho de 1996.

MACEDO, Joaquim Manuel de. Discurso do orador o sr. Joaquim Manuel de Macedo. *Revista do IHGB*, tomo 37 (parte segunda), 1874, p. 493-503.

MACHADO, Maria Helena Pinheiro Toledo. A sensualidade como caminho. Notas sobre diários e viagens. *Revista USP*, dossiê Brasil Império, junho / julho / agosto de 2003.

MARCELINO, Américo. *Lucido dal vero*. Novos paradigmas da imagem e da representação num século de viragem. *Arte Teoria: Revista do CIEBA*, Centro de Investigação e de Estudos em Belas Artes – Secção Francisco de Holanda. Lisboa, Ano 2013-2014, n. 16-17.

MARINS, Paulo César Garcez. *Através da rótula: sociedade e arquitetura urbana no Brasil, séculos XVII a XX*. São Paulo: Humanitas / FFLCH / USP, 2001.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes: o olhar britânico 1800-1850*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema*. São Paulo: Hucitec; Brasília, INL, 1987.

MICHELET, Jules. *O Povo*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

MITCHEL, W. J. T. *Introduction*. In: MITCHEL, W. J. T (ed.). *Landscape and Power*. Second edition, Chicago and London, The University of Chicago Press, 2002.

MORAES FILHO, A. J. Melo. *Artistas do meu tempo: seguidos de um estudo sobre Laurindo Rabello*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1904, p. 37. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/01193800>>. Acesso em: 8 abr. 2016.

MORAIS, Alexandre José de Melo. “Utilidade dos Índios, em relação à Colonização Europeia[a, que tem vindo para o Brasil]”. *Corografia histórica, cronográfica, genealógica, nobiliária e política do Império do Brasil* (tomo II). Rio de Janeiro: Typographia Americana de José Soares de Pinho, 1859, p. 448-449. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=VYovAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 11 maio 2015.

_____. *A vida e a morte do Exm. Sr. Conselheiro Francisco Freire Alemão*. Rio de Janeiro: Tipografia de Quirino F. do Espírito Santo, 1874.

NADER, Maria Beatriz. *Composições familiares e gênero: a historiografia brasileira em foco*. Comunicação apresentada no XII Seminário Nacional Mulher e Literatura e III Seminário Internacional Mulher e Literatura – Gênero, Identidade e Hibridismo Cultural, Grupo de Trabalho. Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz, 9, 10 e 11 de outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.uesc.br/seminariomulher/anais/sessoes.html>>. Acesso em: 21 out. 2014.

NAVA, Pedro. *Capítulos da História da Medicina no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial; Londrina: Eduel; São Paulo: Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, 2003.

NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. 2. ed., São Paulo: Ática, 2001.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Cientificismo e Sensibilidade Romântica: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

NEVES, Guilherme Pereira das. “Natureza, ciência e política no mundo luso brasileiro de inícios do século XIX. In: KURY, Lorelai; GESTEIRA, Heloísa (Org.). *Ensaio de história das ciências no Brasil: das Luzes à nação independente*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2012, p. 281-291.

OLÍMPIO, Domingos. *Luzia Homem*. São Paulo: Três Livros, 1984.

OLIVEIRA, Antônio Joaquim de. “Carta a Freire Alemão, prestando contas de despesas da Comissão Científica e referindo-se ao suicídio do Dr. Gaioso. Ceará, 26 de setembro de 1859”. Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 027. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416366/mss1416366.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2017.

OLIVEIRA, Cristiane. Higiene Matrimonial, Sexualidade e Modos de Subjetivação no Brasil do Século XIX (1847-1870). In: *Revista EPOS*. Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul./dez. de 2013. Disponível em: <<http://revistaepos.org/?p=1031>>. Acesso em 21 out. 2014.

PASCHOAL GUIMARÃES, Lúcia Maria. *Debaixo da imediata proteção imperial*: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). 2. ed., São Paulo: Annablume, 2011.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Raquel. “Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro”. In: *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 58-79, out./jan./jun. 2005.

PEIXOTO, Renato Amado. *Cartografias imaginárias*: estudos sobre a construção da história do espaço nacional brasileiro e a relação História & Espaço. Natal: EdUFRN; Campina Grande, EdUEPB, 2011.

PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar*: imágenes de Sudamérica en fines del siglo XVIII. 1. ed., Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

PERROT, Michelle. À margem: solteiros e solitários. In: PERROT, Michelle et al. *História da vida privada*, 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

PINHEIRO, Rachel. *As histórias da Comissão Científica de Exploração (1856) na correspondência de Guilherme Schüch de Capanema*. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas/Instituto de Geociências, São Paulo, 2002.

PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.

QUEIROZ, Rachel de. *Dôra, Doralina*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1984.

_____. *Memorial de Maria Moura*. São Paulo: Siciliano, 1992.

RAMINELLI, Ronald. *Viagens Ultramarinas*: monarcas, vassalos e governo a distância. 1. ed., São Paulo: Alameda Editorial, 2008.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. Cultura material e escrita da História: a imposição da palavra na exposição do objeto. In: BENCHETRIT, Sarah Fassa; BEZERRA, Daniel Zamorano; MAGALHÃES, Aline Montenegro (Org.). *Museus e comunicação*: exposição como objeto de estudo. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2010.

_____. *O fato e a fábula*: o Ceará na escrita da História. Fortaleza, Expressão Gráfica, 2012.

REZENDE, Joffre Marcondes de. *À sombra do plátano*: crônicas de história da medicina. São Paulo: Editora Unifesp, 2009.

RIOS, Kênia Sousa. Apresentação: a Comissão Científica e a seca do Ceará. In: CAPANEMA, Guilherme Schüch de; GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará*: escritos de Guilherme Capanema e Raja Gabaglia. Fortaleza: Secult-CE/ Museu do Ceará, 2006.

ROSSATO, Luciana. *A lupa e o diário*: história natural, viagens científicas e relatos sobre a capitania de Santa Catarina (1763-1822). Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

SALGADO GUIMARÃES, Manoel Luiz. A cultura histórica oitocentista: a constituição de uma memória disciplinar. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy (Org.). *História Cultural: Experiências de Pesquisa*. Porto Alegre: UFRGS, 2003, p. 9-24.

_____. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In:

_____. (Org.). *Entre as Luzes e o Romantismo: Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

_____. *História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação*. História, Ciência, Saúde – Manguinhos [online]. 2000, v. 7, n. 2, p. 391-413. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020000003000008&lng=en&nrm=iso)

[597020000003000008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-597020000003000008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 ago. 2012.

_____. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. *Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. Para reescrever o passado como história: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda; VIEIRA, Antonio Augusto Passos (Org.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

SALGUEIRO, Valéria. *Grand Tour*: uma contribuição ao viajar por prazer e por amor à cultura. In: Revista Brasileira de História, dossiê viagens e viajantes. v. 22, n. 44, São Paulo: ANPUH / Humanitas / Fapesp, 2002.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.

SANTOS, Paulo César dos. *O Ceará Investigado: a Comissão Científica de 1859*. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Fortaleza, 2011

SCHIEBINGER, Londa. *Plants and empire: colonial bioprospecting in the Atlantic World*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Imaginar é difícil (porém necessário). In: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil — 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra brasileira da nação”. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira*. 3. ed., São Paulo: Editora Senac, 2009.

SENNET, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da língua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro (Volume 2: L - Z)*. Disponível em: <<http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/00299220>>. Acesso em: 12 jun. 2014).

SILVA, Maria Cristina Miranda da. *A presença dos aparelhos e dispositivos ópticos no Rio de Janeiro no século XIX*. 2006. 252 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Faculdade de Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SILVA, Marina Jardim; FERNANDES, Antônio Carlos Sequeira; FONSECA, Vera Maria Medina da. “Silva Coutinho: uma trajetória profissional e sua contribuição às coleções geológicas do Museu Nacional”. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, v. 20, n. 2, Rio de Janeiro, abr./jun. 2013.

SILVA FILHO, Antonio Luiz Macêdo. *Nota Explicativa*. In: ALEMÃO, Francisco Freire. *Diário de Viagem de Francisco Freire Alemão*. Fortaleza-Crato, 1859. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

SOBREIRA, Manuel Roberto. Carta a Freire Alemão, solicitando que participasse de uma conferência médica. Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, doc. I-28, 03, 074. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_manuscritos/mss1416416/mss1416416.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2017.

SOUZA, João Francisco de. *Freire Alemão, o botânico*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1948.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador; a viagem*. 3ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TORRÃO FILHO, Amílcar. *A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

TRUSZ, Alice Dubina. O cruzamento de tradições visuais nos espetáculos de projeções ópticas realizados em Porto Alegre entre 1861 e 1908. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo, v. 18. n. 1. p. 129-178. jan./jul. 2010.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos: a fotografia e as exposições na era do espetáculo (1839-1889)*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1995.

VIGARELLO, Georges. *O sentimento de si: história da percepção do corpo, séculos XVI-XX*. Petrópolis: Vozes, 2016.

VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. *As práticas e os saberes médicos no Brasil colonial (1677-1808)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

WEBER Anne-Gaëlle. Le genre romanesque du récit de voyage scientifique au XIXe siècle. In: *Sociétés & Représentations*, 2006/1, n. 21, p. 59-77.

WEHLING, Arno. A concepção histórica de von Martius. In: *Revista do IHGB*, ano 155, n. 385, out./dez. 1994.